
ELEMENTOS

DO

PROCESSO CIVIL

POR

FRANCISCO J. DUARTE NAZARETH

LENTE CATHEDRATICO DA FACULDADE DE DIREITO,
E SOCIO DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS E DA ASSOCIAÇÃO
DOS ADVOGADOS DE LISBOA;

PARA USO DOS SEUS DISCIPULOS

PRIMEIRA PARTE

TERCEIRA EDIÇÃO
Revista e consideravelmente augmentada

VOLUME PRIMEIRO

COIMBRA

LIVRARIA DE J. AUGUSTO ORCEL

Rua das Fangas, n.º 1

1863

**ELEMENTOS
DO
PROCESSO CIVIL**

LIVROS QUE SE VENDEM

Em casa de J. Augusto Orcel, em Coimbra

C. Telles, Digesto Portuguez, ou Tractado dos Direitos e Obrigações Civis, 4ª edição, 1860, 3 vol., em 8º.

_____. Manual do Processo Civil, Supplemento do Digesto Portuguez, 4ª edição, 1860, 1 vol., em 8º.

_____. Doutrina das Acções, 4ª edição, 1853, 1 vol., em 8º.

_____. Adições á Doutrina das Acções, 3ª edição, 1861, 1 vol., em 8º.

_____. Formulario de Libellos e Petições Summarias, 3ª edição, 1857, 1 vol., em 8º.

_____. Questões e varias Resoluções de Direito Emphyteutico, 1851, 1 vol. em 8º.

C. da Rocha, Instituições de Direito Civil Portuguez, 4ª edição, 1857, 2 vol., em 8º.

Forjaz de Sampaio, Novos Elementos de Economia Politica e Estadistica, 1859, 3 vol., em 8º.

L. Teixeira, Curso de Direito Civil Portuguez, 3ª edição, 1856, 3 vol., em 8º.

Nazareth, Elementos do Processo Criminal, 4ª edição, 1861, 1 vol., em 8º.

_____. Elementos do Processo Civil, 3ª edição, 1863, 2 vol., em 8º.

L. de Freitas, Manual dos Juizes Eleitos, e seus Escrivães, 7ª edição, 1860.

“A lei é sempre muda, e sem actividade, em quanto o processo lhe não dá movimento, que a faz viver.”

SR. PENIZ, *Elem. de Pract. Form.*

“A sciencia do processo não se aprende com a prática, como vulgarmente se acredita.”

SR. ABRANCHES, cit. *Introd.* nº V, nota (8) d'estes Elem.

PREFACIO

Vae correr a terceira edição dos nossos *Elementos do Processo Civil*, parte primeira; que procurámos melhorar e desinvolver, quanto o permittiam nossas forças, e a natureza do escripto. E assim cumprimos um dever, que nos impunha o bom acolhimento, que no foro têm obtido os nossos escriptos, e a adopção, que d'elles fizera o illustrado Conselho da Faculdade de Direito para compendio no ensino da theoria e practica do processo.

As leis civis e penaes seriam inefficazes e illusorias, sem as leis complementares do processo, de que recebem vida e acção. Grande é pois a importancia d'esta parte do direito, ou se considere sob o aspecto da sua applicação diaria, ou da sua transcendencia na ordem social das Nações; e são dignos do mais serio e aturado estudo os principios, em que se funda.

Longo tempo foi desprezada a cultura d'este ramo de direito. Os jurisconsultos theoricos, entregues antes ás abstracções da sciencia, que á practica, desdenhavam os estudos das formas judicarias, e dos principios que as regiam, pondo de parte " questões, que olhavam como proprias das profissões subalternas do foro, e não da dignidade e elevação do jurisconsulto." D'aqui proveio que a práctica occupava um logar inferior na classificação dos estudos de jurista. Quanto aos practicos habeis, consideravam elles o processo, não como sciencia, mas como um meio de tractar os pleitos; e procuravam, não o que deveria decidir-se, mas o que habitualmente se decidia; não uma doutrina, mas uma jurisprudencia; não raciocinios, mas arestos.

Era pois o processo um ramo muito atrasado; não se ensinava nas antigas universidades; a theoria transcendente fôra deixada de parte. Os estatutos da Universidade de 1772 assim o reconhecem, quando dizem

no liv. 2, tit. 6, cap. 4, §. 1:— “a instrucção da practica do direito foi até agora reputada por impropria das escholas, por se entender vulgarmente que a jurisprudencia practica sómente se póde aprender no foro. “Mas a practica (diz um illustre escriptor), tem systema, que a une, fim a que se encaminha, e regras que a dirigem; *o foro as usa, mas não as ensina*. Que seria da jurisprudencia theorica, se ella recebesse luz das sentenças proferidas nos feitos?

Os citados estatutos, reconhecendo a necessidade do ensino scientifico do processo, ordenaram que na cadeira synthetica de direito patrio se ensinassem as regras, que constituem a sua theoria, e se fizesse o tirocinio da práctica.

“Porém, observa o insigne e desventurado author dos Elementos de Práctica Formularia (o Sr. Peniz), a multiplicidade de objectos, entregues a esta cadeira, impediu o desempenho d'esta repartição; trinta, e mais annos se passaram amortecidos para o melhoramento da jurisprudencia práctica, ainda que sempre vivos para a diffusão da theorica.”

Foi o Alvará de 16 de Janeiro de 1805 que realisou o plano traçado pelos estatutos, com a criação da cadeira de Fôrma Judicial, que marca a epocha do ensino scientifico da theoria do processo a par dos exercicios forenses; assumindo assim esta parte do direito na academia e no foro a importancia, que lhe era devida.

Fôra encarregado da regencia d'esta cadeira o illustre professor o Sr. Peniz; e não se descuidou elle de satisfazer a recommendação dos citados estatutos, § 9, em quanto ordenavam que o professor formasse um compendio proprio, em harmonia com as regras por elles indicadas. Esta obra veio á luz depois da morte de tão abalisado professor, e posto que incompleta, é de subido preço e valor.

Afora ella, e o que sôbre o processo escrevera o illustre Mello Freire na sua obra monumental, as *Instituições de Direito Civil Portuguez*, nenhuma outras obras appareceram n'este assumpto, sob o ponto de vista scientifico. Em relação ás necessidades do foro, vieram á estampa diversos escriptos sôbre processo e prática judicial, de menor ou maior merito, entre os quaes avultam as *Primeiras Linhas sôbre o processo civil e criminal*, de Pedreira e Sousa, obra completa, e que se distingue entre as demais pelo methodo, clareza, e cópia de doutrinas.

Porem as rapidas e profundas alterações, que, desde o Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, soffreu o systema judiciario, tanto sob a relação do pessoal, como das formas, haviam inutilisado em grande parte as obras dos nossos praxistas, e tornavam urgente a publicação de escriptos accommodados á nova ordem judicial, que conciliassem os preceitos antigos, que ficavam em observancia, com os de novo decretados. N'este intuito escreveu o insigne Correia Telles o seu *Manual do Processo Civil*, que serviu, de fio de Ariadne n'aquelle labyrintho da legislação.

Encarregados então, da regência da cadeira de jurisprudencia prática, adoptámos como texto, para as preleções da theoria do processo civil, aquelle Manual. Mas este escripto accommodava-se melhor a satisfazer ás necessidades do foro, que ás da eschola; e sendo escripto mais para os que sabem a sciencia, que para os que têm de aprendel-a, tornava-se deficiente e incompleto para o ensino.

Empreendi, porisso, escrever uma obra, que ao mesmo tempo que fôsse elementar, contivesse não só os principios, que fundamentam as leis do processo a par de noções historicas, senão tambem as doutrinas e preceitos, que para o exercicio práctico do foro, se encontram nas leis, e nos livros dos jurisconsultos, discriminando os que ainda vogavam na fluctuação das leis do processo; e que, enlaçando assim a theoria com a prática, concorresse para fixar a jurisprudencia, e evitasse que o

empirismo introduzisse práticas pouco conformes com as leis, e com os princípios.

Sem desconhecer as dificuldades da empresa, arcámos com ellas, e viram a luz pública os *nossos Elementos do Processo Civil*, tendo já antes publicado os *Elementos do Processo Criminal*.

Mas n'esta época interminavel de transição, n'este movimento rapido e incessante da legislação, qual o das ondas do oceano sôbre a costa, são a cada passo indispensaveis novos tractados elementares de prática, ou a reforma dos antigos, que avisem das alterações e modificações de novo operadas na ordem do processo e dos juizos, e apresentem em um só livro as disposições legais, e doutrinas vigentes.

Tal tem sido a sorte dos nossos escriptos; e n'esta terceira edição dos nossos *Elementos do Processo Civil*, primeira parte, tivemos que compulsar a legislação, que sobreveio á segunda edição, notando as alterações por ella feitas; especialmente pela do anno de 1835, que fôra a que mais contendêra com o processo em muitos e diversos pontos.

Além d'estas innovações forçadas, a nova edição apresenta ainda outras novidades.

Os progressos da civilização e industria têm produzido a necessidade de novas leis, e assim a esphera dos estudos tem-se alargado em todos os ramos, não exceptuando o da theoriae prática do processo. E tantos e tão vastos eram os assumptos a cargo da cadeira de jurisprudencia prática, que por muito que fôsse o zelo do professor, o seu ensino se tornára incompleto e diminuto. O conselho da faculdade de Direito proveu a esta necessidade do ensino; e, a exemplo d'outras nações, decompoz aquella cadeira em duas, collocando a da theoria do processo no 4.º anno, e a de prática no 5.º; attendendo assim ao fim, não unico, mas principal dos estudos da faculdade.

Esta nova distribuição de disciplinas que começou de executar-se no anno lectivo de 1859 e 1860, conduz a que se professem com maior amplitidão as respectivas disciplinas; razão por que subordinámos a nossa publicação a esta nova ordem de ensino.

Procurámos dar maior desinvolvimento ás noções historicas e philosophicas, como elementos indispensaveis para comprhender a theoria do processo, e esclarecer a práctica.

Na mira de promover o melhoramento da legislação do processo, apontámos sôbre alguns assumptos a legislação estrangeira, a que damos a preferencia, em vista do juizo comparativo com a lei patria.

Annotámos opportunamente os artigos do Projecto do Codigo Civil, que têm relação com os materiais do nosso escripto, dando conta das discussões levantadas sôbre a doutrina de alguns d'elles, e das suas modificações; e por esta fórma, dando mais illustração ás materias respectivas, promovemos o conhecimento das doutrinas d'aquelle Projecto, habituando-nos á applicação de disposições, que esperâmos não tardem a ser lei do paiz.

Indicámos muitas questões frequentes no foro, e os accordãos sôbre elles proferidos, por entendermos que convém conhecer as tendencias da jurisprudencia, e não para que os arestos se tenham por infalliveis, que para nós, na esphera do ensino, só valem pelas suas razões intrinsecas; e tanto, que, escudados na lei e nos principios, a alguns oppozemos a nossa opinião. A eschola dos casos julgados foi profligada ha muito, e não seremos nós a concorrer para o seu restabelecimento; prezâmos muito a doutrina, e os principios.

Na exposição das doutrinas d'esta terceira edição não alterámos o systema e methodo das anteriores edições; démos-lhe sim maior desinvolvimento, principalmente nas notas; e addcionámos uma

Introdução, que contém a indicação dos principios em que assentam as leis do processo.

O quadro dos nossos Elementos acha-se ainda incompleto, attento o plano traçado no prologo da 1.^a edição; temos já publicado a 1.^a e 2.^a parte, resta ainda a 3.^a, que ha de comprehender os processos summarios; e 4.^a os processos summarissimos e executivos. Se a pouca saude, que actualmente gozâmos. Nos não faltar, esperâmos desempenhar breve o nosso compromisso moral.

Apraz-nos commemorar n'este lugar a franca e illustrada cooperação, que n'este trabalho recebemos do nosso amigo e collega o Sr. Dr. Joaquim José Paes da Silva Junior, lente da faculdade de direito; cooperação sempre valiosa, mas mais apreciavel no estado deteriorado da nossa saude. Aqui deixâmos registrado o testemunho do nosso sincero agradecimento por tão importante serviço, e nobre exemplo de camaradagem, que, oxalá, tenha imitadores, que vae ahi o interesse da sciencia, e o credito da distincta corporação, a que temos a honra de pertencer.

PROLOGO

Da primeira edição

—

Os *Elementos do Processo Civil*, que damos á luz, eram obra que de ha muito projectavamos. A experiencia do magisterio nos convencera da necessidade de um livro accommodado ao ensino, e que servisse de texto ás prelecções da theoria do Processo Civil em harmonia com a legislação vigente. As lições escriptas, posto que resumidas, consumiam muito tempo, aliás necessario para os exercicios practicos.

Por algum tempo adoptámos como texto o *Manual do Processo Civil* do Sr. Correia Telles; mas não satisfazendo ás necessidades do ensino, por que não fôra escripto para esse fim, tinhamos que supprir com lições escriptas a deficiencia de algumas doutrinas, especialmente do noções e principios geraes sôbre processo, indispensaveis áquelles, que principiam o estudo d'este ramo da jurisprudencia.

A falta de um compendio era igualmente sentida no ensino da legislação do Processo Criminal: porém como tivessemos um texto, ainda que deficiente, para as lições do Processo Civil, entendemos dever dar a preferencia á publicação dos *Elementos do Processo*, que pela ordem logica devia seguir-se, e não preceder á publicação da presente obra.

A ordem pois d'estas publicações foi invertida pelas razões expostas; mas para que o nosso intento fôsse preenchido, e ficassem mais completos os nossos escriptos, era urgente a publicação d'estes *Elementos do Processo Civil*, que compreendendo maior cópia de doutrinas, e noções geraes sôbre processo, precedessem, e servissem de illustração aos *Elementos do Processo Criminal*, e habilitassem nossos ouvintes a um estudo mais regular e proficuo da legislação respectiva.

Na deducção das materias d'este tractado seguimos a ordem natural; occupando-nos primeiro da organização judiciaria, como parte do processo, abrangendo a organização civil e commercial; e referrindo-nos á criminal, que fôra exposta nos respectivos *Elementos*; e para illustração d'este assumpto apresentámos em uma nota final uma notícia historica e doutrinal sôbre a antiga organização judiciaria. Em seguida expozemos algumas noções geraes respectivas ao processo; tractando depois dos actos e formalidades do mesmo, e da ordem, por que devem ser pacticados em primeira instancia até o julgamento e sentença, conforme o diverso valor e natureza das causas; e terminámos pela exposição das doutrinas respectivas aos recursos ordinarios e extraordinarios.

Assim demos por concluido este nosso trabalho; reservando-nos escrever Tractados especiaes — sôbre execução de sentenças — e sôbre os processos especiaes, summarios, summarissimos e executivos, com as respectivas fórmulas; — o que esperâmos realisar brevemente, se a saúde e as nossas occupações nol-o permittirem.

ELEMENTOS DO PROCESSO CIVIL

PRIMEIRA PARTE

TITULO I

Da organização judiciaria em geral ¹

INTRODUÇÃO

I

" No estado extra-social o homem defende os seus direitos pelo seu poder individual. Elle é o seu próprio juiz, e a força, que oppõe á violação do direito, não conhece, outros limites, que a necessidade e conveniencia do meio posto por obra. " Vide *Observations sur le principe fundamental de la législation en matière de procédure civile*, par M. Haimerl, *traduites* par M. Wolowski, *dans la Revue de la législation*, tom. 3, pag. 30.

II

No estado de sociedade a ninguem é permittido fazer-se justiça a si mesmo. É este um principio de ordem pública geralmente recebido² e formulado em lei, em alguns codigos, como elemento essencial da conservação e segurança da sociedade³.

¹ Vide nota final a este tit. 1.

² Este principio dizemos — *geralmente recebido*, porque, ainda que não formulado expressamente em alguns Codigos, acha-se reconhecido nos diversos casos, em que

III

O principio geral que fica estabelecido, sem o qual não haveria sociedade possível, recebe excepção no caso de legitima defesa da nossa pessoa ⁴ e bens ⁵; quando, não sendo possível recorrer á protecção da autoridade pública, o direito atacado seria exposto a uma destruição infallível se não fôsse protegido pela força individual.

podia pôr-se em dúvida. Assim o dom no da cousa, embora possuida indevidamente por outro, não pôde recuperá-la por autoridade própria; e se appellar ás vias de facto é repellido pelos interdictos possessórios, que a lei concede ao que possui sem consideração á força e legitimidade dos titulos, em que funda a sua posse. D'aqui procede o principio — *Spoliatus ante omnia restituendus*. Igual-mente o crédor não pôde pagar-se por autoridade própria e por força do que se lhe deve, sob pena de perdimento do seu direito. De la Serna e Montalban, *Tractado academico forense*, 1. 2, tit. 3, §§ 1—6. Berriat-Saint-Prix, *Cours de procédure civile*, a pag. 13, art. 23 e pag. 85. nota 35. Ord. 1. 3, tit. 40, § 2, c tit. 78, § 3. Lobão, *Interdictos*, § 233. Correia Telles, *Acções*. § 187, nota 1.

³ *Nemo sibi propria auctoritate jus dicere debet*, 11. 13. *D. quod metus causa*, 7^a Cod. unde vi, e 176, D. de regul. jur. Ord. 1. 4, tit. 58 pr. Sr. Seabra, *Projecto do Codigo Civil Portuguez*, art. 2685. Lei do Processo de Genebra, art. 1.

⁴ " O direito, de accaôrd com a moral e a razão, nos permite repellir a força pela força, ao ponto de matar o injusto aggressor, se não podemos d'outra sorte evitar a perda da vida. " O Cod. Pen. Portuguez, art. 377 e 378, com referencia ao art. 14, declara não ser crime o homicidio, ferimentos e espancamentos, ou outros meios de força, empregados na legitima defesa de si ou d'outra pessoa; e esta regra é applicavel pelo art. 377, § 1, ao caso, em que de noite é repellido o arrombamento ou escalamento de uma casa habitada. Vide Bonjean, *Traité des actions*, § 2—4.

⁵ A doutrina, expendida na nota (a) e disposição do art. 377 do Cod. Pen., é extensiva á defesa contra os auctores de roubos ou destruições, executadas com violencia, § 2 do cit. artigo.

Muitos outros casos, ha de excepção ao principio referido, taes são:—o embargo do obra nova por autoridade particular, Ord. 1. 3, lit. 78, § 4.—A recuperação *in continenti*, ainda por força, da cousa de que se foi esbulhado, Ord. 1. 4, tit. 58, § 9. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 2561, 2562 e 2685. Bonjean, cit. § 4. É também permittido o emprêgo da autoridade particular na prisão do criminoso em flagrante delicto, Nov. Ref. Jud., art. 961 — do ladrão d'estrada, Ord. 1. 5, lit. 60, § 7, confirmado pelo Alv. de 20 d'Outubro de 1763, § 8, — no caso do Alv. do 1.º de Julho de 1766, que authorisa o domno d'uma propriedade rustica, murada ou vallada, ou a seu representante a prender quem n'ella entrar contra sua vontade.

Pela Ord. 1. 4, tit. 76, era permittido ao credor, na hypothese ahi declarada, prender o seu devedor e conduzi-lo á prisão pública; esta Ord. foi revogada pelo § 19 da Lei de 20 de Junho de 1774 e Ass. de 18 d'Agosto do mesmo anno. Vide Sr. Seabra, *Proj. cit.*, art. 2973. A permissão da Ord. 1. 5, tit. 126, § 8, concedida a qualquer do povo de matar os ausentes condemnados á morte, e banidos por sentença, foi revogada pelo Dec. de 17 de Fevereiro de 1847. A Ord. 1. 5, tit. 38 e 95, que permittia ao marido matar, por autoridade própria, o adúltero que achasse em adulterio com sua mulher, foi alterada pelo art. 372 e §§ respectivos do Cod. Pen.

IV

Sendo pois as vias de facto só permittidas por excepção (III); dada a violação dos direitos cumpre-nos recorrer em sua defesa aos meios estabelecidos nas leis. Consequentemente, aquelle, que houver de reclamar uma cousa, ou um direito, no caso de recusa do devedor, ou detentor, não póde d'elles apoderar-se por vias de facto, nem obtel-os legitimamente senão pela intervenção dos tribunaes. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ. Port.*, art. 2685—2687. Lei do Processo de Genebra, art. 1. Bonjean, *Traité des actions*, § 1. Etiénne, *Instit.* I. 4, tit. 6, pr.

V

A lei civil, que regula e fixa os direitos e obrigações dos homens no estado social, seria illusoria, e sem efficacia, se não houvessem meios de applicação que lhes dessem vida e acção. Para que, pois, as disposições da lei civil não fiquem reduzidas a meros preceitos moraes; são indispensaveis as leis complementares,— leis do processo — que comprehendam um systema de meios legaes para tornar effectivos, quando violados, os direitos, que a lei civil nos concede ⁶. Este systema de meios legaes se chama processo em sentido lato ⁷. E o conhecimento das leis, que os estabelecem, juncto ao dos principios que as dictaram, constitue a sciencia do processo ⁸. Carré, *Cours Elémentaire d'organisation judiciaire*, n.º 160. Berriat-Saint-Prix, 2.^a parte, Introducc. art. 1.

⁶ Bellot, *Exposé des motifs de la loi sur la procédure civile de Genève*, pag. 14 e 15. Bonjean, cit. § 1. De la Serna e Hontalban cit. tit. preliminar n.º 1. Bonniér, *Éléments d'organisation judiciaire*, n.º 1. *Elementos do processo criminal*, § 40 e nota (a).

⁷ Sr. Sant'Anna, *Theoria do processo judicial*, §§. 1 e 2.

⁸ " *Sciencia*, que não se aprende com a prática, como vulgarmente se acredita. A sciencia do processo comprehende toda a organização da administração da justiça, a jurisdição dos diversos tribunaes, a sua competencia, e toda essa complicação e immensa variedade de negocios, que se formam na região tempestuosa dos interesses humanos. Sem o processo, a lei seria uma lettra morta, e elle que lhe dá vida e movimento; é alli aonde se organisam as grandes theorias do direito natural; e, finalmente, o processo, que firma e sella por meio da autoridade dos julgados os principios conservadores da ordem e da paz pública. " Sr. A. J. da Silva Abranches, *Relatorio*, lido na sessão, solemne da abertura da associação dos advogados de Lisboa, em 11 de Outubro de 1851, e publicado nos annaes d'esta associação em 1856 a pag. 39 e 40.

VI

Pertencem á ordem das leis complementares, ou *adjectivas*⁹, — as que regulam a organização judiciaria — as fórmias e exercicio das acções¹⁰ — e a ordem e fórmula do processo, segundo a qual as partes e os juizes devem regular-se, aquelles para reclamar, estes para administrar justiça¹¹.

VII

“ As acções podem ser consideradas debaixo de dois pontos de vista — das fórmias segundo as quaes ellas devem ser exercidas — e dos direitos que ellas são destinadas a proteger. “ Sob o primeiro ponto de vista a acção é a demanda judiciaria, é o *meio*, o exercicio da acção *direito*¹²; e n'este sentido as acções são intimamente ligadas ao systema da organização judiciaria e do processo peculiar de cada uma nação, e pertencem á esphera das leis *adjectivas*. Em relação aos direitos, que têm por objecto defender, as acções formam uma classe particular de direitos — direitos *sanccionadores*; é pois a acção um direito *sui generis*, resultante da violação de um direito preexistente, e assim define-se o *direito que tem qualquer de demandar em juizo o que lhe pertence, ou lhe é devido*. Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ., art. 2683¹³. Vid. Bonjean, cit. § 7—11. Berriat-Saint-Prix, 1.^a parte, secç. 2.^a cap. 2.

⁹ As leis, que têm por objecto e por fim o complemento das leis civis, se chamam *leis do processo*. Para marcar a differença de umas e outras, Bentham chama ás primeiras *leis substantivas*, e ás segundas *leis adjectivas*, *Traité des preuves judiciaires*, 1. 1, cap. 1. Vide Sr. Seabra, Apostilla n.º 1, pag. 27.

¹⁰ Carré cit. n.º 70, nota (a) e (b).

¹¹ Vid. *Definição de leis do processo*, dada por Pigeau e referida por Carré, cit. na nota (a) ao n.º 151. Raymond Bordeaux, *Philosophie de la procédure civile*, cap. 2. Sr. Basilio Alberto, *Liç. de Dir. Crim.* § 1, 2.^a parte in fine. Sr. Abranches referido na nota (c) ao n.º v.

¹² Carré, cit. n.º 70, nota (a) e (b). Berriat-Saint-Prix, p. 1.^a, secç. 2.^o, cap. 1.

¹³ A definição de acção tem sido objecto de controversias. O jurisconsulto Celsos a definiu: — *Jus persequendi in judicio quod sibi debetur*: esta definição, accomodada ao systema formulário dos romanos, e reproduzida por Justiniano na *Instit. de actionib. pr.*, tem sido criticada pelos interpretes de Direito Romano, como inapplicavel ás acções reaes, e consequentemente como insufficiente; completada por Hotman com os termos —

vel quod suum est, abrangendo assim as acções reaes, foi adoptada por quasi todos os jurisconsultos francezes, e pelo tribunal de Cassação com os desenvolvimentos que estabelecem a distincção entre uma acção e uma demanda judicial. Eis a doutrina d'este tribunal nas suas *Observações sobre o Codigo do processo*, liv. 1, tit. 2. — “ O direito de demandar perante os tribunaes, o que nos é devido ou nos pertence, se chama, acção, e o exercicio d'este direito, *demanda*. ” Vid. Bonjean cit. De la Serna e Montalban, tit. 4, secç. 1. Berriat-Saint-Prix, 1.^a parte, secç. 2, cap. 1.

Outros interpretes (como Vinnius, Heineccius, etc , *Inst. de actionib.*) têm tambem sustentado que a definição de Justiniano é inexacta, em quanto que a acção é antes o meio (*medium*), ou via pela qual chegámos a obter o que nos é devido, do que o *direito* de o obter; e n'este sentido Heineccius propoz a seguinte definição: — “ A acção é um meio legítimo para reclamar em juizo os direitos que nos competem. ” Definição recebida por muitos authores; e entre nós pelos Srs, Mel. Fr. *Inst. Jur. Civ. Lus.* liv. 4, tit. 6, § 1. Corr. Tell. Acç. § 1; e Coelho da Rocha *Inst. de Dir. Civ. Port.* § 174.

Recentemente foi levantada a questão, se a acção deve considerar-se direito, se meio, ou sob ambos os aspectos. E lima questão do dia, ainda pendente, que. entendemos ser de conveniencia referir aqui. O Sr. Seabra no Projecto do Codigo Civil Portuguez, parte 4, liv. 2, tracta das *acções*: o Sr. Alberto Antonio de Moraes Carvalho nas suas *Observações sobre a 4.^a parte d'aquelle Projecto* a pag. 7, art. 5, fora o primeiro que opinára pela eliminação da parte final d'este artigo, que se referia ás acções, porque, não pertencendo esta materia ao Codigo Civil, o seu assento proprio era no Codigo do Processo; sendo esta opinião sustentada e desinvolvida por este illustre jurisconsulto, a pag. 18—22 da *Resposta á segunda Apostilla* do Sr. Seabra, a pag. 21.—25.

O illustrado jurisconsulto brasileiro o Sr. Augusto Teixeira de Freitas em um escripto intitulado — Nova Apostilla á censura do sr. Alberto de Moraes Carvalho sobre o Projecto do Codigo Civil Portuguez, a pag. 68 e 69, distinguindo — a *acção direito*, e a *acção meio*, diz que, tomada no primeiro sentido, que é o da definição de Celsus, a materia das acções devia passar para a parte 2; considerada no segundo sentido, que é o da definição de Heineccius, então commettêra o author uma invasão, transportando para o Codigo Civil disposições, que genuinamente pertencem ao Codigo do Processo, confundindo o direito theorico com o direito práctico, e as leis, que Bentham chama *substantivas* com as outras, que appellida *adjectivas*.

O Sr. Seabra em um escripto, especialmente destinado a responder á desmedida censura do Sr. A. T. de Freitas, sob o titulo — *Novissima Apostilla em resposta á diatribe do sr. Augusto Teixeira de Freitas, contra o Projecto do Codigo Civil Portuguez*, rebate a pag. 107—110 as observações acima expendidas, sustentando o methodo que seguira, e a collocação que dera ás acções na parte 4, liv. 2. Admittida pelos illustres impugnadores a distincção entre a *acção direito* e a *acção meio*; e conhecido o sentido em que o Sr. Seabra considerava as acções, attenta a definição do art. 2689 do Projecto do Cod. Civ.; cessava o ponto de discussão, salvo na parte em que o sr. Teixeira de Freitas, ainda considerada a acção como *direito*, impugnara a collocação d'esta materia na parte 4: collocação que, em nossa opinião, foi triumphantemente defendida pelo illustrado author do Projecto do Cod. Civ. Vide *Observações* do illustre vogal da commissão do Codigo, e nosso respeitavel collega o Sr. Joaquim José Paes da Silva, a pag. 60.

Da doutrina expendida no § fica em evidencia, que nós com Bonjean, Blondeau, e outros consideramos as acções sob os dois pontos de vista. As acções examinadas em si mesmas como *direitos* comprehendem o conhecimento da sua natureza, poder e effeitos; e n'esta parte o seu character é evidentemente theorico: — sob o ponto de vista das *fórm*as, segundo as quaes devem ser exercidas, comprehendem os diversos actos do processo, pelos quaes estes direitos *sanccionadores* se produzem no curso da demanda; e então o seu character é mais práctico. E ainda se distinguem, em que, como direitos *sanccionadores*, são menos variaveis em seu character, pela estreita ligação com a natureza do direito preexistente, que é a sua fonte; não assim como firmas, porque a marcha successiva da civilisação imprime o seu movimento nas instituições politicas e particulares das sociedades; e as mudanças nas instituições produzem necessariamente

VIII

A autoridade judicial a quem a sociedade, como depositária do poder público, confiou a importante função da administração da justiça, deve ser organizada e constituída por forma que satisfaça ao fim da sua instituição. É pois indispensável que seja regulada convenientemente a criação, distribuição ¹⁴, e competência das diversas autoridades, que constituem a hierarquia judiciária; bem como de seus agentes officiaes e auxiliares. Tal é o objecto das leis sobre organização judiciária ¹⁵.

profundas modificações no systema judiciario tanto sob a relação do pessoal, como das formas:

Se a materia das acções pertence aos dominios do *direito civil* ou do *processo*, é questão ainda muito controvertida, e em que se dividem escriptores muito distinctos. Aqui a deixámos apenas esboçada, porque nem os limites d'esta nota permitem mais larga discussão, nem é este o logar proprio para profundar esta questão, que tocámos incidentemente.

¹⁴ Os juizes e tribunaes são collocados e distribuidos em harmonia com a divisão judicial do territorio, que faz parte das leis sobre a organização judiciária; sendo a circumscripção territorial um dos principios, que regulam a competência d'aquelles.

¹⁵ Em todas as nações a organização judiciária, sendo uma das formas do desinvolvimento da sociedade, tem necessariamente passado por transformações sensíveis nas diversas phases da civilisação; e é incontestavel que, em todos os povos antigos e modernos, os diversos regimens politicos, que se têm succedido, têm deixado o seu cunho marcado na ordem judiciária; e que a constituição do governo exerce a sua acção sobre a origem e forma das leis *adjectivas*. " Os processos, diz Laboulaye, (*Essai sur les lois criminelles des Romains*, préface, pag. XXV), em apparencia os mais indifferentes têm todos um caracter especial, pelo qual estão adherentes á forma e espirito do governo; forma e espirito, que se manifesta sobre tudo na organização judiciária. " E diz Bonnier (*Éléments d'organisation judiciaire*, parte 1, n.º 5): " A constituição judiciária é uma das faces da constituição politica. "

Ao emprego da força individual, unico meio conhecido e efficaç de defender os direitos no estado extra-social, a civilisação substituiu a autoridade do juiz.

A intervenção de um medianeiro para compor as desavenças entre os membros da sociedade, e administrar-lhes justiça era uma necessidade da ordem social; mas, para que as suas decisões fôsem efficazes, era preciso que fôsse um medianeiro não officioso, mas legal, e revestido da autoridade e poder público.

Na origem das sociedades o chefe da associação decidia as contestações entre os associados; e exercia as funções de juiz, como depositario de todos os poderes; mas, tendo a seu cargo muitas outras attribuições importantes, era de necessidade delegar o poder de julgar.

A organização judiciária e a ordem do processo, simples e pouco complicada nas sociedades nascentes, desinvolveu-se e ampliou-se successivamente com a marcha da civilisação, e com as necessidades crescentes da sociedade, recebendo diversas transformações em harmonia com a constituição e forma do governo.

Entre nós, como entre todas as nações, foi esta a sorte e destino da organização judiciária e ordem do processo; sendo, que a transformação mais profunda e rapida fôra

IX

Organizadas e constituídas as autoridades judiciais, a administração da justiça, que lhes é confiada, seria confusa e arbitrária, se no seu exercício não houvesse regras e formalidades fixas, acomodadas a imensa variedade de negócios contenciosos ¹⁶, que sirvam de guia aos juizes no exame da verdade, e tracem as partes um caminho seguro no dedalo dos debates judiciais ¹⁷. O complexo d'estas regras e formalidades é a que se chama processo em sentido stricto ¹⁸.

a que recebera pelo decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, que desinvoluiu as bases da organização judiciária e ordem do processo decretadas na Carta Constitucional. Estabelecido o governo representativo, e figurando o poder judicial entre os poderes políticos do estado; a constituição d'este poder faz parte do Código Político, e tem ali o seu assento as leis da organização judiciária e do processo. (Vide nota final a este título, sobre a organização judicial).

Concluimos por observar que são muitas e diversas as questões de doutrina especulativa, que constituem a theoria da organização judiciária. Taes são, entre outras, — as que versam sobre as condições, que podem melhor e assegurar a aptidão e independencia do juiz — sobre a melhor repartição dos tribunales no ponto de vista geográfico — sobre a permanencia dos tribunales, ou renovação de seus membros. — Se a sua sede será fixa, ou, pelo contrario, se a justiça deverá ser ambulatória? — Se cada tribunal terá competencia universal para conhecer de todas as especies de causas, *ratione materiae*, ou se haverão tribunales especiaes destinados á solução de processos particulares? — Se convirá não haver em cada: circumscripção territorial mais que um tribunal, ou se deve dividir-se a jurisdição segundo a natureza dos negocios, e haver juizes civis, commerciaes, criminaes, etc.? — Se convirá uma hierarchia nos tribunales? — Quantos graus haverá de jurisdição? — Será necessario que um tribunal seja composto de muitos juizes? — A multiplicidade de magistrados presta alguma garantia? — Um juiz unico será preferivel? — O juiz de facto deverá ser o mesmo que o de direito? — Deve admittir-se o jury em materia civil? etc.

A maior parte d'estes problemas são susceptiveis de soluções diversas segundo o em que se propõem os governos, segundo o estado social e político de cada povo, segundo os seus instinctos e seus habitos, e segundo as tendencias do seu direito civil. Vide Raymond Bordaues, cit. liv. 2, cap. 2.

¹⁶ A lei prescreve uma ordem de processo mais ou menos abreviada, e regras especiaes conforme o diverso valor, ou natureza especial da causa; d'aqui procede a divisão do processo em ordinario, summario, summarissimo e executivo. Vide § 126—139.

¹⁷ O processo deve comprehender as regras e formalidades a seguir nas diversas phases da questão-contenciosa — reclamação e defesa dos litigantes ou formação da demanda — instrucção e provas — julgamento — recursos — e execução. Raymond Bordaues, cap. 3, pag. 13. Bellot, a pag. 14 e 15.

¹⁸ “ Desde o momento, que os tribunales são encarregados de applicar uma lei, uma regra, uma decisão geral; desde o instante que os juizes são magistrados constituídos para distribuir justiça, é preciso que os litigantes sejam julgados de uma maneira igual, e com as mesmas fórmas. É necessario que elles possam esclarecer o juiz, e fornecer as provas. É necessario que tudo isto se faça com ordem, com razão, e sem violencia. Desde então são necessarias as fórmas; isto é, um processo.

X

Indicados os objectos, sôbre que versam as leis do processo, e os principios em que assentam, é fácil deprehender quaes as doutrinas, que fazem parte dos nossos — *Elementos* — e a ordem da sua exposição. Em primeiro logar nos occuparemos da organização judiciaria (VIII); e em seguida exporemos as regras e formalidades do processo, nas suas diversas phases (IX e notas respectivas) ¹⁹. É esta a ordem que adoptamos nas anteriores edições, em conformidade com a nossa legislação do processo.

As formas são a vida da lei, (dizia d'Aguesseau)., ellas são a salva-guarda da fortuna, da honra, da vida dos cidadãos; são o facho, que esclarece e guarda a marcha dos magistrados. A ordem na administração da justiça é a primeira garantia dos litigantes, *non satis est quod judex sciat, led ut ordine sciat*; para que esta se mantenha, e se evite o arbitrio, as machinações dolosas e a violencia, são necessarias regras e formalidades. O complexo d'estas é o processo. " Vide Raymond Bordeaux cit. a pag. 9 e 24; Bonjean cit. § 8. Montesquieu, *Esprit des lois*, liv. 6, cap. 2. *De la Serna e Montalban*, cit. liv. 1, tit. 1, n.º 1. *Elem. do Proc. Crim.* §§ 36, 39 e 40.

¹⁹ A organização judiciaria — e a ordem e fórma do processo, se comprehendem na denominação geral do *processo*, e são partes d'elle. (V. nota a). Sr. Basilio Alberto, cit. § 1, 2.^a parte in fin. E nas doutrinas respectivas a uma e outra se comprehendem as disposições relativas ao exercicio e formas das acções pela intima ligação que têm com o systema da organização judiciaria, e processo, (VII).

CAPITULO I

Dos Juizes e tribunaes que exercem jurisdicção civil, sua organização e attribuições.

§ 1

A divisão judicial do continente do reino com as ilhas adjacentes é em districtos, comarcas, julgados e freguezias, N. R. J., art. 1.

§ 2

Exercem jurisdicção civil na fórma das leis:

1.º O Supremo Tribunal de Justiça em todo o continente do reino e suas dependencias;

2.º As Relações nos districtos judiciaes;

3.º Os tribunaes correccionaes nas comarcas;

4.º Os juizes de direito de Lisboa e Porto;

5.º Os juizes de direito nas comarcas do reino;

6.º Os juizes ordinarios nos julgados:

7.º Os juizes de paz nos districtos da sua jurisdicção;

8.º Os juizes eleitos em cada uma das freguezias;

9.º Os juizes arbitros;

10.º O Jury.

SECÇÃO 1.^a

Do Supremo Tribunal de Justiça¹

§ 3

O Supremo Tribunal de Justiça tem a sua sede em Lisboa, e exerce jurisdição em todo o continente do reino, e suas dependencias.

Compõe-se de onze conselheiros, d'entre os quaes é nomeado a presidente. São de nomeação régia, têm o titulo do *Conselho*, tractamento de *excellencia*, e usam de capa sôbre a béca. N. R. J., art. 6—9.

§ 4

Os conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça são perpetuos: só por sentença perdem os seus logares; mas podem ser suspensos por decreto real, guardadas as solemnidades legaes, nos casos mencionados no art. 12 da N. R. J.

§ 5

Compete ao Supremo Tribunal de Justiça:

1.º Conceder ou negar revista na fórma das leis; e, concedida, designar o juizo, ou tribunal, em que ha de ser novamente julgado o feito, N. R. J., art. 20, n.º 7, e Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 3.

2.º Designar a Relação, em que hão de ser julgadas as acções de perdas e danos, propostas contra os juizes e delegados, quando na Relação do respectivo districto não houver duas secções, N. R. J., art. 20, n.º 7, e art. 43, n.º 3, e art. 1241 (§ 16).

¹ Na organização moderna o Supremo Tribunal de Justiça occupa o logar superior da hierarchia judiciaria. Na organização antiga o Desembargo do Paço era o primeiro tribunal do paiz, que foi substituido pelo Supremo Tribunal quanto á concessão de revistas; mas não quanto ás attribuições de graça. Vid. Ord. 1. 1, tit. 3, e Regimento no fim do liv. 1.

3.º Conhecer dos conflictos da jurisdicção entre as autoridades do districto de diversa Relação; e entre as relações ². N. R. J., art. 20, n.º 8.

4.º Resolver as dúvidas, que se suscitarem sobre antiguidades dos juizes; — consultar sobre transferencias dos juizes de 1.^a instancia, — e sobre a aposentação dos conselheiros, e mais juizes de direito, N. R. J., art. 20, n.ºs 8—11, regulando-se pelas disposições das Cartas de lei de 21 de Julho de 1855, e de 25 de Julho de 1856.

5.º Conhecer das suspeições postas á maioria dos juizes de uma Relação, ou ao seu presidente. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 11. Vid. § 348.

§ 6

O presidente é de nomeação régia, tem o mesmo tractamento, que os demais conselheiros, e usa d'egual vestuario. Na sua falta ou impedimento, faz as suas vezes o conselheiro mais antigo. N. R. J., art. 9 e 22.

Compete-lhe dirigir os trabalhos do tribunal;—manter a ordem; — velar que os membros do tribunal, e mais empregados, cumpram os deveres dos seus cargos, — e outras attribuições referidas no art. 21 e respectivos §§ da N. R. J. ³; — e conceder no continente do reino licença para advogar aos que não forem bachareis em direito, observando-se as formalidades prescriptas no decreto de 17 de Fevereiro de 1858. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 18; art. 47, n.º 10 da Ref. Jud. (§ 17, nota a).

² Conhecer dos conflictos entre as diversas autoridades administrativas, e entre estas o as judicinas, pertence ao Conselho d'Estado na sessão do contencioso administrativo. Lei de 3 de Maio de 1845, art. 13, n.º 2. Decr. de 16 de Julho do mesmo anno; e art. 31, n.º 2 e 37 do Regulamento de 9 de Janeiro de 1850: esta attribuição compelia ao Supremo Tribunal de Justiça, art. 20, n.º 8, da N. R. J.

³ A prerogativa, mencionada do n.º 1 do art. 21. de ser membro da regencia provisoria caducou pelo Decr. de 7 de Março de 1842 e disposições posteriores.

§ 7

O serviço do Supremo Tribunal de Justiça, e a ordem dos diversos processos da sua competencia, são regulados segundo as disposições dos art. 793—827 da N. R. J.

ARTIGO 1

Do procurador geral da Corôa

§ 8

Exerce as funções do Ministerio Público juncto do Supremo Tribunal de Justiça o procurador geral da Corôa.

Tem o titulo do *Conselho*, tractamento de excellencia, e usa de capa sôbre a béca.

Tem dois ajudantes. Estes logares são de nomeação régia, e amoviveis; mas as pessoas, que os occuparem, pertencendo á classe dos juizes, voltam aos seus logares. N. R. J., art. 10 e 23.

Além d'estes ha um ajudante do procurador geral da Corôa juncto do Ministerio das Obras Publicas, pelo Dec. com força de lei de 30 de Agosto de 1852. E outro juncto do Ministerio do Reino, creado pela lei de 7 de Junho de 1859. Têm a seu cargo responderem, como fiscaes, em todos os processos e negocios, em que forem mandados ouvir pelos respectivos ministerios.

§ 9

O procurador geral da Corôa é superior a todos os membros do Ministerio Público.

É fiscal da execução das leis, e interesses da justiça; e, além das attribuições, que competem aos procuradores régios (§ 21), cumpre-lhe:

1.º Responder com o seu parecer por escripto nos negocios, em que fôr mandado pelo Governo;

2.º Vigiar que os seus subordinados cumpram os seus deveres, dando-lhes as ordens e instrucções convenientes. N. R. J., art. 24, n.ºs 2 e 3, e art. 25.

ARTIGO II

Do secretario e empregados subalternos do Supremo Tribunal de Justiça

§ 10

No Supremo Tribunal de Justiça ha um secretario, que para o futuro ⁴ deverá ser um bacharel em direito, um official de secretaria, dois amanuenses, um porteiro, que tambem é archivista do tribunal, dois continuos, um meirinho, e um escrivão do meirinho. São de nomeação regia, e serventia vitalicia. Durante as sessões usam de vestido preto, capa e volta. N. R. J., art. 11 e 27, § 3, e art. 28.

O secretario é chefe de todos os empregados subalternas, e estes lhe estão subordinados. N. R. J., art. 27, § 2.

As suas obrigações são as designadas no art. 27, n.ºs 1—3.

No seu impedimento serve o official da secretaria, e na falta d'este um dos amanuenses. N. R. J., art. 27, § 1.

⁴ A N. R. J. no art. 11 exigia para o futuro a habilitação de bacharel em direito, que não tinha o digno empregado, que então e desde a criação do tribunal exercia as funções de secretario; hoje, pela aposentação d'este, foi nomeado um antigo e muito respeitavel magistrado.

SECÇÃO 2^a

Das Relações⁵

§ 11

Em cada districto judicial ha uma Relação. As sedes das Relações do feitiço e suas dependencias são em Lisboa, Porto, Ponta-Delgada, Gôa e Loanda. N. R. J, art. 20 e 41⁶.

A sua alçada é de 600\$000 réis. N. R. J., art. 45, § un.

Os districtos administrativos e possessões, em que cada uma d'ellas exerce jurisdição, são referidas nos §§ 11 a 14 dos *Elementos do Processo Criminal*.

§ 12

O quadro legal das Relações de Lisboa e Porto é de vinte e um juizes, e o da de Ponta-Delgada de sete, em cujo número se comprehendem os vice-presidentes. N. R. J., art. 32.

§ 13

Os presidentes das Relações podem ser escolhidos d'entre todos os juizes de 2.^a instancia; e os vice-presidentes d'entre os da respectiva Relação: uns e outros são de nomeação régia.

⁵ Pela antiga legislação estes tribunaes tinham atribuições quasi identicas aos da organização moderna. Havia, como hoje, dois districtos judiciaes no reino, sendo Lisboa e Porto a sede das duas Relações. A de Lisboa era denominada Casa da Supplicação; esta, porém, tinha mais attribuições, que a Relação do Porto; era-lhe como superior, por que conhecia d'algumas apellações interpostas d'esta, e conhecia dos agravos ordinarios de juizes de maior graduação, por ex., do Conservador da Universidade de Coimbra, não, obstante pertencer ao districto da Relação do Porto. Havia tambem as Relações de Gôa, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco. Vide nota final a este titulo 1.

⁶ Por decreto de 22 de Dezembro de 1852, foi creada uma Relação em Loanda, que comprehende no seu districto as comarcas de Loanda, Ilha do Principe, e a de Benguela, e Mossamedes creada pelo citado decreto.

Aos presidentes compete o titulo *do Conselho*, tractamento de *excellencia*, e usam de capa sôbre a béca. N. R. J., art. 30, § un., e art. 31.

§ 14.

Os juizes das Relações são nomeados pelo Rei d'entre os juizes da 1.^a Instancia, segundo suas antiguidades⁷. Têm accesso ao Supremo Tribunal de Justiça. Usam de béca sómente; e de capa sôbre a béca, se tiverem o titulo *do Conselho*. N. R. J. art. 33, §§ 2 e 3.

§ 15

Os juizes das Relações são perpetuos e só por sentença perdem os seus logares: podem porém ser suspensos pela fórmula referida no § 4. N. R. J., art. 12 e 37.

§ 16

Compete ás Relações julgarem em 2.^a e ultima instancia:

1.º As appellações civeis interpostas dos juizes da 1.^a instancia do seu districto;

2.º As revistas concedidas pejo Supremo Tribunal de Justiça (§ 512);

3.º As appellações dos juizes; arbitros voluntarios, ou necessarios (§ 79 e nota);

4.º Os recursos á Corôa; agravos de petição, instrumentos e no auto do processo; cartas testemunhaveis, e outros incidentes. N. R. J., art. 42, §§ 1—4.

Julgam tambem em 1.^a e ultima instancia:

⁷ Este assumpto é actualmente regulado pela lei de 21 de Julho de 1855, e 25 de Julho de 1856. Vid. § 142.

1.º As acções de perdas e danos propostas contra os juizes de direito e delegados do seu districto; e fóra do seu districto, quando na Relação competente não haja duas secções (§ 5, n.º 2);

2.º Os conflictos de jurisdicção ou competencia;

3.º Refórma de autos, que n'ellas se perderem;

4.º As suspeições nos casos determinados por lei; .

5.º As habilitações, quando os seus artigos forem confessados nos autos pendentes perante ellas. N. R. J., art. 43, n.ºs 2—7 ⁸.

Além das attribuições referidas competem-lhes as que marca o art. 44, e §§ respectivos da N. R. J. ⁹.

§ 17

Aos presidentes das Relações pertence dirigir os trabalhos do tribunal, e manter ahi a ordem; — velar para que os membros das Relações, e mais officiaes e empregados cumpram os seus deveres;— prover a serventia dos officios das Relações, e todos os mais de justiça nas cidades, que forem sedes d'estas, enquanto o Governo não provêr; — propôr ao Governo as pessoas, que deverem substituir os juizes de direito das comarcas nos termos da lei. N. R. J., art. 47, n.ºs 1—4, 6 e 24.

Finalmente, competem-lhes as demais attribuições decretadas no art. 47 e numeros respectivos ¹⁰.

⁸ Quando se não confessam os artigos de habilitação, volvem os autos á 1.ª instancia, N. R. J., art. 737.

⁹ Muitas d'estas attribuições são criminaes, e por isso vêm referidas nos *Elem. do Proc. Crim.*

¹⁰ Excepto a attribuição, que lhe competia pelo art. 47, n.º.10, de conceder licença para advogar ás pessoas, que não tiverem as habilitações legais, a qual hoje pertence, no continente do reino, ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça (§ 6). Nas ilhas da Madeira e Porto Saneto, ao presidente da Relação de Lisboa; e nas ilhas dos Açores, ao presidente da mesma Relação, nos termos prescriptos pelo decreto de 17 de Fevereiro de 1858.

No seu impedimento ou falta, são substituídos pelo vice-presidente, e na falta d'este pelo primeiro juiz na ordem da precedência. N. R. J., art. 48 e 49.

§ 18

A ordem do serviço nas Relações, e o processo, que deve observar-se nas causas da sua competência, são marcados na N. R. J., art. 687 e seguintes, e lei de 16 de Junho de 1865, art. 18—26.

ARTIGO I

Dos procuradores régios e seus ajudantes

§ 19

Juncto de cada uma das Relações de Lisboa e Porto ha um procurador régio com dois ajudantes; e juncto á de Ponta-Delgada sómente um procurador régio. N. R. J. art. 34.

Juncto á de Gôa ha um procurador da Corôa e fazenda; e juncto a de Loanda, exerce as funcções de procurador régio um procurador da Corôa e fazenda, que tambem exerce em 1.^a instancia, na comarca de Loanda, as funcções do Ministerio Público. Decreto de 30 de Dezembro de 1852, art. 14 e 31, § un.

§ 20

Os procuradores régios e seus ajudantes são de nomeação régia, e amoviveis a arbitrio do Governo; porém, pertencendo a classe dos juizes, voltam aos logares que occupavam antes. Usam de capa no exercicio de suas funcções. N. R. J., art. 51 e 58.

§ 21

Compete-lhes:

1.º Requerer, ou responder oralmente, ou por escripto em todas as acções, execuções, ou quaesquer outros feitos, em que a Fazenda Pública fôr parte, ou tiver interesse;

2.º Demandar, e ser demandado sem precedencia de licença;

3.º Recorrer das sentenças, que não condemnarem nas mulctas as partes vencidas, quando ellas devam ter logar;

4.º Interpor os competentes recursos nas causas, em que o Ministerio Público deva intervir. N. R. J., art. 52, n.ºs 1, 4, 5 e 8.

Além d'estas attribuições, devem intervir nos feitos de conflicto de jurisdição; recursos á Corôa; e em todos os mais negocios e pendencias declaradas no art. 53, n.ºs 1 a 13 da N. R. J.

Compete-lhes igualmente nomear os subdelegados, sôbre proposta doa delegados, e exonerar-os, quando convier ao serviço. N. R. J., art. 55, n.º 3.

ARTIGO II

Dos guarda-mores, menores e officiaes de diligencias das Relações.

§ 22

Os guarda-móres, e mais empregados subalternos das Relações usam de vestido preto, capa e volta, no exercicio de suas funcções dentro do tribunal. N.R.J. art. 60.

§ 23

Os guarda-móres têm a seu cargo a guarda dos feitos, papeis, livros, moveis e mais objectos, que pertencem á Relação. N. R. J., art. 61.

Todos os processos, e mais papeis judiciaes são remettidos aos guarda-móres; e a estes incumbe levar os feitos a distribuição na 1.^a sessão immediata á sua apresentação; receber as respectivas assignaturas; lançar no livro da respectiva secção nota das causas, que estiverem promptas para designação do dia de julgamento; assignar as tabellas das causas, que tiverem dia designado para julgamento; passar certidões ás partes de como as appellações não foram apresentadas. N. R. J., art. 62, 63 e 64, n.ºs 1—6; e incumbe-lhes igualmente satisfazer ao prescripto nos n.ºs 7—9 do cit. art. 64.

§ 24

Os guarda-móres são secretarios dos presidentes das Relações. Têm a seu cargo a direcção e distribuição dos trabalhos pelos officiaes da secretaria, devendo ser zelosos no expediente, classificação, e ordem dos papeis. N. R. J., art. 50 e 63.

§ 25

São tambem archivistas dos cartorios findos, depositados nas respectivas Relações; n'esta qualidade cumpre-lhes guardar e conservar os feitos, livros, papeis, e mais objectos com boa collocação e distribuição, pertencendo-lhes os emolumentos legaes pelas buscas, exames, certidões, etc. N. R. J., art. 66 e 67. Servem de escrivães nas appellações de causas sôbre consentimento paterno. N.R.J., art. 741, § un.

§ 26

Na falta do guarda-mór, serve no tribunal o escrivão mais antigo no seu serviço; e na secretaria o empregado d'ella, que o presidente nomear. N. R. J., art. 65.

§ 27

Os guarda-menores servem debaixo 'das ordens do guarda-mór, tanto no expediente do tribunal, como da chancellaria e secretaria do presidente. N. R. J., art. 68.

§ 28

Os officiaes de diligencias são também subordinados ao guarda-mór, e incumbem-lhes as mesmas obrigações, que aos dos juizes de direito de 1.^a instancia em paridade de circumstancias. N. R. J., art. 69.

ARTIGO III

Dos revedores, contadores e escrivães das Relações

§ 29

Compete ao revedor examinar e rever com escrupuloso zelo,— se nas sentenças, cartas e mais papeis forenses, houve excesso na conta dos salarios, custas e emolumentos; — se n'elles se inseriram mais peças, que as necessarias; — se cada pagina tem o número legal de linhas, e estas de letras; — se ha repetições ociosas de palavras, ou faltam as necessarias, marcando a margem dos respectivos papeis tudo que encontrar feito contra a lei, a fim de ser emendado, e se restituir á parte o excesso das custas e emolumentos. N. R. J., art. 70. No falta ou impedimento do revedor, faz ass suas vezes o contador. N.R.J art. 72.

§ 30

Ao contador da Relação cumpre contar os emolumentos e assignaturas dos juizes e chancelaria, as custas dos processos, salarios, caminhos e mais diligencias conforme as tabellas legaes. N.R.J, art. 73. na sua falta ou impedimento faz as suas vezes o revedor, e não o havendo, ou estando impedido, uma pessoa, sem suspeita, nomeada pelo presidente. N.R.J, art. 74.

§ 31

Os escrivães das Relações devem assistir ás sessões com vestido preto, capa e volta.

Cumpre-lhes escrever nos feitos pendentes nas Relações; — continuar vista dos autos; — entregar ao guarda-mór nota das causas, que estiverem promptas para se lhes assignar dia, a fim de serem lançadas no competente livro. N.R.J., art. 76, n.ºs 5 e 10; — fazer aviso aos juizes, advogados, tutores, curadores, defensores, e passar d'isso certidão nos autos, quando se tiver assignado dia para julgamento de alguma causa; — lavrar em cada processo a acta da sessão, lançando n'ella os requerimentos, e tudo o mais que occorrer relativo a esse processo; — passar as sentenças e ordens, que saírem do tribunal, cit. Art. 76, n.ºs 1 e 10-12; finalmente, satisfazer as obrigações prescriptas no cit. Art. 76 e respectivos numeros.

SECÇÃO 3.^a

Dos tribunaes de policia correccional.

§ 32

Em cada comarca ha um tribunal de policia correccional, composto do juiz de direito na qualidade de presidente, e de quatro vogaes e

dois suplentes, eleitos pela camara e conselho municipal d'entre os habilitados para vereadores, que sejam letrados, sempre que os houver.

Compete-lhes conhecer das apelações das sentenças proferidas em causas de coimas e transgressões de posturas, que excedam a alçada do juiz de direito. N.R.J., art. 79, 80, 81 e 1255.

SECÇÃO 4.^a

Dos juizes de direito de Lisboa e Porto.¹¹

§ 33

Na comarca de Lisboa ha seis juizes de direito de 1.^a instancia civil; e na comarca do Porto tres. N.R.J., art. 1, §§ 1 e 2.

Estas são divididas em tantas varas do cível, quantos os juizes. As freguezias, de que consta cada uma das varas, são as declaradas no mappa respectivo, que accompanha a Novissima Reforma Judiciaria.

§ 34

Aos juizes de direito de 1.^a instancia civil competem as mesmas prerogativas e attribuições, que aos juizes de direito das comarcas do reino; porisso tem aqui applicação a doutrina dos §§ 41—45. Vide N.R.J., art. 564.

Ha, porém, as seguintes especialidades:

1.^a N'estas comarcas ha distribuição de causas pelos juizes. N. R. J., art. 82, § 1.

¹¹ Em Lisboa e Porto houve sempre uma organização judiciaria especial em atenção ás suas circumstancias peculiares, o que se vê da antiga legislação, e da novissima pelos decretos n.º 4, §§ 1 e 2, e art. 5 § 1, e Nov. Ref. Jud. Art. 1; §§ 1 e 2, e art. 2.

2.^a Não lhes pertence abrir correição sôbre os officiaes de justiça, pois é attribuição dos juizes criminaes, art. 85, n.ºs 10, e 110.

3.^a Não concedem provimentos ainda interino, para qualquer officio de justiça. N. R. J., art. 85, n.º 15, (§ 17.)

4.^a São do privativo conhecimento do juiz de direito da 1.^a vara de Lisboa as habilitações e justificações para se poder succeder em bens da Corôa, e requerer mercês em recompensa de serviços feitos ao Estado. N. R. J., art. 86. Vide art. 360.

5.^a São tambem da sua competencia as causas da misericordia e hospital de S. José. Decr. de 5 de Novembro de 1851, art. 11.

§ 35

As audiencias em Lisboa e Porto são ordinarias, geraes, e de julgamento. O serviço d'estas audiencias faz-se por turno nos dias e epochas marcadas nos art. 551, § 2, 552—554 e § un.

Quanto á ordem do serviço na audiencia, e distribuição dos feitos, devem observar-se as disposições da N. R. J., art. 551—564, e art. 5 da lei de 16 de Junho de 1855, e Decr. de 9 de Julho do mesmo anno. (§§ 224 a 230.)

ARTIGO UNICO

Dos juizes substitutos, delegados, curadores geraes dos orphãos, e mais empregados de justiça

§ 36.

Em Lisboa e Porto os juizes de direito nos seus impedimentos são substituidos uns por outros, pela fórma determinada na lei de 18 de Julho de 1855, art. 4, e respectivos §§: e, só quando esta substituição

não possa verificar-se, serão substituídos pela forma estabelecida para as outras comarcas do reino. Cit. lei e art., § 5. N. R. J., art. 87, §§ 1 e 2 (§ 46 e seguintes).

§ 37

Juncto de cada juiz de direito de 1.^a instancia civil de Lisboa e Porto, serve um delegado do procurador régio, N.R.J., art. 90; tem as mesmas prerogativas e attribuições, que competem aos delegados das comarcas, do reino (§§ 52 e 53); exceptuam-se, porém as funções orphanologicas, que são da competencia dos curadores geraes dos orphãos.

§ 38

Em Lisboa ha tres curadores geraes dos orphãos, e, no Porto um, que servem nos districtos designados no mappa respectivo, que faz parte da Nov. Ref. Jud.

Os curadores geraes são de nomeação do Governo, e os seus empregos são amoviveis. Só podem ser nomeados curadores geraes os bachareis formados em direito, que tiverem servido algum logar de magistratura judicial, ou que tenham, pelo menos, dois annos de serviço na advocacia. N. R. J., art. 93, §§ 1 e 2.

Compete-lhes serem ouvidos em todos os interesses e direitos dos menores, e mais pessoas miseraveis; — sôbre a exclusão do tutor; — sôbre a forma das partilhas e mais termos do inventario; — e sôbre as deliberações, em que para a sua execução é necessaria a confirmação do juiz. Assistem aos conselhos de familia, e ao sorteio dos montes; e vencem os emolumentos legaes. N. R. J., art. 102, 389, 396, 411, 417 e 436, art. 27, § 2 da lei de 16 de Junho de 1855.

§ 39

Em cada uma das varas de Lisboa e Porto ha, pelo menos, quatro escrivães, art, 96, e argumento do art. 560, § 1. Em Lisboa ha seis contadores, e um distribuidor; e no Porto dois contadores, e um distribuidor ¹². Todos estea empregados são de serventia vitalicia, e nomeação régia. N. R. J., art. 96, § un. e 97.

§ 40

Perante cada um dos juizes de direito de Lisboa e Porto servem, pelo menos, dois officiaes de diligencias. Estes são nomeados pelo presidente da Relação respectiva sôbre proposto do juiz de direito; e exercem as funcções de meirinhos e de pregoeiros N.R.J., art. 96 e 97.

SECÇÃO 5.^a

Dos Juizes de direito das comarcas¹³

Em todos as comarcas ha um juiz de direito, que ahi exerce jurisdição na fórmula das leis.

A sua alçada nas causas civeis é de 20\$000 réis em bens de raiz, e 30\$000 réis em bens moveis: e nas de policia correccional é de 10\$000 réis e um mez de prisão. N. R. J., art. 82 ¹⁴.

¹² O distribuidor, contadores e escrivães devem ter os escriptorios abertos desde as dez horas da manha até as quatro da tarde. Portarias circulares de 20 de Outubro, e 4 de Novembro de 1842, e 30 de Abril de 1857.

¹³ A autoridade da antiga organização judiciaria, que mais analogia tem com os juizes de direito da actual organização, são os corregedores das comarcas, pois estes eram a autoridade judicial superior, que presidia a cada uma das comarcas; e, além d'outras attribuições, conheciam dos recursos interpostos dos juizes de fora e ordinarios, nos casos marcados na lei; e pela novissima legislação os juizes de direito tambem conhecem por appellação e agravo dos despachos proferidos pelos juizes ordinarios, e juizes eleitos, como se vê dos art. 241, § 4, 385 e 386 da N. R. J., e outros muitos. Accrcsce, que os art. 85, n.º 10, e 548, reconhecem esta similhança e cathegoria, cencedendo-lhes nas correições a mesma jurisdição dos antigos corregedores.

¹⁴ Pelo Alvará de 16 de Setembro de 1814 a alçada dos juizes de fora era quasi a mesma, que é determinada para os juizes de direito, a saber: 24\$000 réis em raiz, 30\$000 réis em moveis, e 9\$000 réis em penas.

§ 42

Os juizes de direito são de nomeação régia; devem ser escolhidos d'entre os candidatos á magistratura judicial¹⁵; — têm acesso aos Jogares das Relações segundo a ordem da sua antiguidade¹⁶; — usam de béca e vara branca nos actos publicos; — os seus logares são perpetuos, e só por sentença os podem perder; — porém de seis em seis annos ¹⁷ serão transferidos de uns para outros logares; — e ainda antes, nos casos e pelo modo determinado na lei; — não podem ser juizes nas comarcas da sua naturalidade, excepto em Lisboa e no Porto. N. R. J., art. 88, §§ 1—3, 89 e 91. Leis de 21 de Julho de 1855, e 25 de Julho de 1856.

§ 43

Aos juizes de direito compete preparar e julgar todas as causas, que se processam no julgado cabeça da comarca: quanto, porém, ás causas processadas-nos outros julgados, pertence-lhes julgar sómente aquellas, em que os juizes ordinarios são preparadores. N. R. J., art. 83 e 303.

Ha, porém, causas, embora pertencentes a outros julgados, cujo preparo e julgamento lhes compete exclusivamente: taes são as mencionadas nos art. 339, 340, 341, 349, 355, 358 e 359 ¹⁸.

¹⁵ Vide §§ 54 e 66.

¹⁶ Vide § 14.

¹⁷ O art. 89 da N. R. J. prescreve tres annos para as transferencias; mas a Lei de 18 d' Agosto de 1848, art. 8, marcou quatro annos. Pelo art. 4 da Lei de 21 de Julho de 1856, este praso foi ampliado a seis annos.

Esta disposição não tem sido por agora observada, a pretexto de não estar ainda regulada a antiguidade dos juizes, na fórmula do art. 3 e §§ respectivos da Lei de 21 de Julho de 1855. Em nossa opinião não ha fundamento legal para que deixe de ter sido cumprida a citada disposição.

¹⁸ Estas são as causas de tombos e demarcações; — causas da Fazenda;—de contrabando e descaminho; — denúncias, multas e penas pecuniarias em favor da Fazenda; — causas da Fazenda por acção ordinaria, etc.

§ 44

Nos processos, em que não ha intervenção de jurados, julgam de facto e de direito, com recurso, ou sem elle, conforme o valor e natureza das causas. N'aquellas, porem, em que intervem os jurados, estes julgam do facto, e os juizes applicara o direito. N. R. J., art. 83. Vide (§ 83).

§ 45

Aos juizes de direito compete a jurisdição orphanologica nos termos da lei: — tambem lhes compete, 1.º conhecer dos recursos dos juizes inferiores; 2.º dos recursos á Corda interpostos da violência e excesso de jurisdição dos vigarios da vara; 3.º dos conflictos de jurisdição e competencia entre as authoridades judiciaes da sua comarca; 4.º julgar as causas de redução de testamento nuncupativo,— de abolição de vinculos insignificantes,— redução de seus encargos excedentes a taxa legal, — despejo de herdades; 5.º e as de curadorias aos bens dos ausentes; 6.º determinar a partilha entre maiores, havendo contestação; 7.º prover interinamente qualquer officio de justiça, que vagar; 8.º presidir aos tribunaes correccionaes, e aos conselhos de familia; 9.º finalmente, exercer todas as attribuições designadas nas leis. N. R. J., art 86, numeros respectivos, e art. 848.

ARTIGO I

Dos juizes substitutos

§ 46

Os juizes de direito são substituidos nas suas faltas e impedimentos pelos juizes substitutos.

Em cada comarca ha quatro juizes substitutos, nomeados pelo Governo sôbre proposta do presidente da Relação respectiva (§ 17). São

annuaes, e devem ser bachareis em direito, havendo-os (que não sejam advogados no auditorio), ou homens bons. São chamados á substituição segundo a ordem da nomeação, N. R. J., art. 87.

§ 47

Durante o tempo, que servirem, gozam das mesmas garantias, que os proprietarios, e vencem os mesmos emolumentos legais. N. R. J., art. 87, § 4, e 102, un. E, quanto aos ordenados, o seu vencimento é contado segundo as regras prescriptas no art. 101, § 2,

§ 48

O juiz substituto entra no exercicio de suas funções, quando o proprietario estiver impedido ou ausente, e exerce todas as funções, e authoridade, que as leis conferem a estes. N. R. J., art. 87, § 3 e Lei de 18 de Julho de 1853, art. 1, § 1 e 2.

Quando por impedimento absoluto do juiz de direito se achar em serviço algum dos substitutos, exercerá o immediato na ordem da substituição as funções de juiz ordinario, que designa o art. 388 da N. R. J. com respeito aos processos orfanologicos; e passara a exercer as attribuições marcadas no § 2 do art, 87 da cit. R. J.; quando o substituto, que servir de juiz de direito, sair por motivo de serviço da cabeça de comarca para differente julgado d'ellas, ou quando este lhe requisitar, que as assuma por se achar sobrecarregado com inquirições crimes. Cit. lei, art. 1, § 1 e 3 ¹⁹. Nas comarcas da Madeira e Porto Sancto os juizes de direito serão substituidos na fórmula estabelecida nos art. 2 e 3 da lei de 18 de Julho de 1855.

¹⁹ Pelas disposições da N. R. J. haviam juizes ordinarios nos julgados, cabeça de comarca, e as suas attribuições, bem como as dos juizes substitutos, eram reguladas-nos diversos impedimentos dos juizes de direito, e marcadas as que competiam a uns e outros, pelos art. 87, § 2, e 118, § 2. Hoje pelo art. 1 da Lei de 18 de Julho de 1855, foram extinctos os juizes ordinarios nos julgados, cabeça de comarca; e são os juizes substitutos, que, no impedimento dos juizes de direito, exercem todas as funções, que pela lei pertencem a estes, na fórmula declarada no cit. art. 1, e §§ respectivos.

§ 49

Nos impedimentos parciaes ou geraes dos juizes de direito servem os seus substitutos segundo a ordem da nomeação; porém, aquelle, que tomar conta da jurisdicção, a conservara por todo o tempo, que durar a ausencia, ou impedimento do juiz proprietario ²⁰.

Na falta ou impedimento de todos, serão chamados pela mesma ordem os do anno, ou annos antecedentes, *mas estes sómente no impedimento dos substitutos actuaes.* ²¹

Havendo impedimento parcial pelo qual nenhum dos referidos substitutos possa despachar no feito, as partes se louvarão em um homem bom, que lhes sirva de juiz; se não se accordarem, será seu juiz o da comarca mais vizinha: e, no caso de igual proximidade, recorrer-se-ha á sorte se as partes não concordarem em um d'elles. N. R. J., art. 87 e § 5. Lei de 18 de Julho de 1855, art. 8 e. § un.

²⁰ O art. cit. diz: " *juiz substituido*; e a portaria de 15 de Março de 1842 declarou que o substituto em exercicio conserva a jurisdicção por todo o tempo, que durar a ausencia, ou impedimento do *juiz substituido*, quer elle Seja o juiz de direito, quer o substituto anterior na ordem da nomeação. " Posto que as portarias dos ministros d'Estado tenham obtido alguma authoridade na legislação, como diz o sr. Coelho da Rocha nas *Instituições de Direito Civil Portuguez*, § 28, comtudo, quando se tracta de fixar a intelligencia de uma lei, só podemos attribuir-lhes o character e força de interpretação doutrinal, que tambem nos compete: e como não subscrevemos á intelligencia dada pela cit. portaria, daremos as razões, que para isso temos. A leitura reflectida do art. cit. não se presta, em nossa opinião, á intelligencia dada pela portaria de 15 de Março; a expressão — *juiz substituido*, ahi empregada, refere-se ao juiz do direito; e para convencer d'isso, consultemos a fonte d'esta disposição, que o art. 83 do decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832; o qual, determinando que no impedimento, ou ausencia tios juizes de direito sirvam os substitutos, começando pelo mais antigo, diz, " aquelle que tomar conta da jurisdicção, a guardará por todo o tempo, que durar a ausencia, ou impedimento do *juiz de direito*. " Agora perscrutando a mente d'esta disposição, não podia ella ser outra, que o evitar os inconvenientes, que resultariam á boa administração da justiça, se fôsse auctorizada a successiva passagem de jurisdicção de uns para outros substitutos: é fácil prevêêr; quantos abusos e desordens podem verificar-se na expedição dos negocios forenses, admittidas (permitta-se a expressão) esta *contradança*.

Os limites d'este trabalho não permitem dar maior desenvolvimento aos fundamentos da nossa opinião; mas os que deixámos referidos, nos parecem sufficientes para convencer, que a doutrina, que estabelecemos n'este § 48, é a que se deduz da letra e espirito do § 5 do art. 87 da N. R. J. Vid. nota (b) infra.

²¹ Esta é a disposição textual do art. 2 da lei de 18 de Julho de 1855, d'onde se deduz a *contrario sensu*, a doutrina exposta na nota (a) supra.

ARTIGO II

Dos delegados

§ 50

Juncto de cada juiz de direito de 1.^a instancia nas comarcas serve um delegado do procurador régio. N. R. J. art. 90.

Os delegados são nomeados pelo rei d'entre os bachareis formados em direito, que tiverem boas informações da Universidade, e dois annos de prática em algum auditorio, ou escriptorio de advogado. N; R. J., art. 91, e Decr. de 20 de Setembro de 1849.

Não podem ser delegados nas comarcas da sua naturalidade, ou onde tenham domicilio excepto em Lisboa e Porto. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 37.

§ 51

Estes Empregos são comissões amoviveis; mas os providos n'elles, tendo seis mezes de exercicio, são candidatos legaes á magistratura judicial.

Os delegados do procurador régio usam de béca nos actos publicos, e durante o exercicio de suas funcções. N. R. J., art. 91, § un. e art. 95.

§ 52

São ouvidos em todos os feitos, em que fôr parte, ou tiver interesse a Fazenda Pública; e devem observar o regimento dos procuradores régios na parte, que lhes for applicavel (§ 21) N. R. J., art. 92.

São curadores natos dos orphãos: e, como taes, lhes competem as attribuições dos curadores geraes de Lisboa e Porto, referidas no § 38.

Quando estes tiverem impedimento absoluto e temporario, poderão substituir-se por advogados da sua escolha, preferindo d'entre elles os bachareis formados ²².; quando, porém, o impedimento fôr só relativo a alguns processos, será a nomeação feita pelos juizes de direito²³. N. R. J., art. 93, e Decr. de 25 de Novembro de 1841.

§ 53

Não podem advogar contra a Fazenda Nacional, nem nas causas, em que deve intervir o Ministerio Público. Vencem o ordenado de 300\$000 réis, e os emolumentos estabelecidos nas tabellas legaes: N. R. J., art. 94; 101 e 102.

ARTIGO III

Dos escrivães, tabelliães, curadores, e mais empregados de justiça

§ 54

Em cada comarca haverá tres escrivães, dois officiaes de diligencias, e um distribuidor e contador. O número dos escrivães e officiaes de diligencias póde ser augmentado, se o bem do serviço o exigir²⁴.

Os escrivães, os tabelliães, distribuidores e contadores são de serventia vitalicia, e nomeação régia: N. R. J., art. 96 e 97.

²² Devem preferir os advogados bachareis formados aos provisionarios, que só forem bachareis.

²³ A doutrina da última parte do § é deduzida não só do art. 93 da N.R.J., e do art. 10, § 5 da lei de 28 de Nov. de 1840, fonte d'aquelle artigo; mas do cit. decreto de 25 de Nov. de 1841. Da combinação d'estas diversas disposições se vê, que os subdelegados são tambem curadores natos dos orphãos, tendo a qualidade de bachareis formados; e quando não forem bachareis formados, ou, serido-os tenham impedimento em algum processo, pertence a nomeação de curador ao juiz de direito.

²⁴ Em algumas comarcas tem sido já augmentado o número dos escrivães e officiaes de diligencias por decretos e portarias especiaes. Em portaria de 30 d'Abril de 1842, se declarou, que o augmento de escrivães e officiaes de diligencias, que permite o art. 96, e só para os juizes de direito, e de fôrma alguma para os ordinarios.

Pelo art. 38 da lei de 16 de Julho de 1855, foi o Governo authorisado a supprimir nos julgados e comarcas os officios de escrivães e tabelliães, que forem vagando, quando exceder o número dos necessarios para o serviço; e a crear mais um officio de escrivão e tabellião, e de official de diligencias nos julgados, em que assim o exija a conveniencia do serviço público devidamente comprovada.

Para ser escrivão das comarcas do reino, e ilha de S. Miguel é necessario concurso, exame, e mais habilitações que exige o decreto de 20 de Setembro de 1849.

§ 55

Ao distribuidor e contador compete fazer a distribuição dos feitos, e de todo o principio do processo escripto, na fórma dos art. 494 — 500 da N. R. J., e art. 4 e 5 da Lei de 16 de Junho de 1858, e Decr. de 9 de Julho do mesmo anno, e contar os emolumentos, assignaturas de juizes, as custas do processo, salarios e caminhos conforme as tabellas legaes. N. R. J., art. 73 ²⁵.

§ 56

Os escrivães são competentes para escrever nos processos, e practicar os actos judiciaes, que a lei lhes incumbe ²⁶: exercem além d'isso as funções de tabelliães de notas. N. R. J., art. 98.

§ 57

Mas além dos escrivães, nas cidades ou villas cabeças de comarca são conservados: 1.º os tabelliães, que, tendo carta de serventia vitalicia, já existiam ao tempo do último despacho judicial anterior ao decreto de 29 de Novembro de 1836: 2.º aquelles, que foram despachados depois d'elle, em virtude da authorisação dada ao Governo no art. 24 do cit. decreto.

²⁵ Os contadores e distribuidores dos juizes são obrigados a ter os seus escriptorios abertos desde as nove horas da manhã até ao meio dia; e desde as duas horas até ás cinco da tarde. Portaria circular de 30 d'Abril de 1857.

²⁶ O art. 32 da lei de 16 de Julho de 1855, determina que as certidões e traslados de mappas, ou contas, sejam passados da mesma fórma, que estiverem no original, declarando-se sómente a final, por extenso o resultado geral das contas; excepto requerendo as partes, que o traslado ou certidão seja passada por extenso. A doutrina da nota (25) do § 55 é applicavel aos escrivães. Portarias circulares de 20 de Outubro e 4 de Novembro de 1842 e 30 de Abril de 1857.

Nas mesmas cidades ou villas, em que não houver d'estes tabelliães, ou o Governo não tiver usado d'aquela authorisação poderá o Governo usar d'ella, nomeando um tabellião separado do officio de escrivão, se a necessidade o exigir N. R. J., art. 98 e § un.

§ 58

Não é permittida a nomeação de serventuários dos escrivães e tabelliães: devem porém, estes ter nos seus cartorios pessoas, que na sua ausencia informem as partes de todos os termos dos processos; e essas têm fé para receber informações, documentos, e quaesquer requerimentos, pondo as notas necessarias para lembrança; mas não podem escrever nos autos, nem assistir as audiencias.²⁷

As nomeações d'estas pessoas carecem da approvação do competente juiz de direito; e serão apresentadas pelos nomeantes em audiencia, e assignarão com estes no protocollo o termo da nomeação, do qual se tirará por despacho do juiz certidão para lhes servir de titulo. Os escrivães respondem em tudo pelas faltas d'estes seus propostos. N. R. J., art. 99 e 100, §§ 1 e 2.

²⁷ Não obstante esta disposição, que não sabemos tenha sido alterada por lei posterior, observamos na prática serem admittidos estes propostos a escrever em todos os actos do processo orphanologico, em fazer autuações, lançar termos, e escrever muitos outros actos do processo; por fórma que, exceptuando a assistencia ás audiencias, inquerito de testemunhas, e poucos mais actos, quasi que exercem as funções dos antigos ajudantes: e esta prática, segundo nos informam; tem sido authorisada nas Relações: aonde algumas vezes a acta das sessões, que o § 12 do art. 75 da N. R. J. incumbem lavrar ao escrivão, tem sido escripta pelos, propostos.

A lei de 16 de julho de 1851 § 31 authorisa os propostos dos escrivães, sob a denominação de ajudantes, a escrever nos processos todos os termos, qua não involvem segredo de justiça, nem demandem a presença do juiz, ou assignatura das partes, sendo esses termos subscriptos pelos escrivães, que por elles ficam responsaveis. D'esta fórma ficou sancionada a prática já antes recebida, apesar de contraria ás disposições da N.R.J., como acima ponderámos.

E poderá o juiz no impedimento de um escrivão nomear um que faça as suas vezes, como permite a Ord. liv. 1. tit. 97, § 3? Entendemos que não, em vista dos art. 99 e 100 da N. R. J.; e porque a portaria de 20 do Outubro de 1842 manda que em tal caso sirvam os escrivães companheiros.

Ácerca da nomeação de serventuários e ajudantes, e suas attribuições, pela antiga legislação, veja-se Pereira e Sousa, not. 182.

SECÇÃO 6.^a

Dos juizes ordinarios.²⁸

§ 59

Em cada julgado, que não fôr cabeça de comarca, ha um juiz ordinario e dois substitutos ²⁹. São de eleição popular directa, e servem por dois annos.

A eleição é feita por listas de tres pessoas, ou de quatro, quando na lista é incluído o nome do jura da última eleição.

Apurada a eleição, o mais votado é o juiz ordinario, sem dependencia de confirmação do Governo, ou outra authoridade; e os dois immediatos são chamados pela sua ordem, a fim de substituirem aquelle na sua falta ou impedimento³⁰.

Quando, em resultado da eleição, apparecerem dois ou tres com igual número de votos, prefere o mais velho.

²⁸ Pela legislação antiga nos termos, de que se compunham as comarcas, havia juizes ordinarios, ou de fora; entre estes havia pouca differença quanto ás attribuições: o seu regimento era a Ord. a Ord. liv. 1, tit. 65; as alçadas eram diversas, como se vê da cit. Ord. §§ 6 e 7: além da jurisdicção civil, criminal e policial, exerciam tambem a orphanologica n'aquelles termos, em que não houvessem juizes dos orphãos, cit. Ord. § 3: os juizes ordinarios eram, como hoje, de eleição popular na fórmula da Ord. liv. 1, tit. 67; e a sua jurisdicção era annual; os juizes de fóra eram triennaes, e de nomeação régia.

²⁹ Vide nota (19) ao § 48.

³⁰ Os juizes ordinarios, na falta ou impedimento de seus substitutos são substituidos pelos do anno ou a annos antecedentes, segundo a ordem da votação e proximidade do tempo da sua eleição.

Na falta ou Impedimento *absoluto* de todos elles servirá pelo juiz ordinario o juiz de direito da comarca.

Se o impedimento de todos elles fôr parcial, poderão as partes louvar-se em um homem bom que lhes sirva de juiz; verificado isto, não terá logar a substituição por juiz de differente julgado.

Na hypothese do § 2, art 6, da lei de 18 de Julho de 1855, a causa ou execução, proseguirá ou será intentada no juizo da cabeça da comarca, se alguma das partes assim o requerer.

A substituição, que no caso de falta ou impedimento absoluto do juiz ordinario e seus substitutos tiver logar por juiz de differente julgado, durará sómente até que o juiz impedido possa ser substituido por algum dos seus substitutos d'este ou dos annos antecedentes. Cit. Lei art. 6, e §§ 1—3.

Devem prestar juramento perante o juiz de direito. N. R. J., art. 120 e 121, §§ 1 e 3.

§ 60

A eleição dos juizes ordinarios tem logar no mez de Novembro e nos dias designados pelo conselho de districto. N. R. J., art. 122, e Cod. Adm. art. 47, § un.

A eleição será feita pelo modo e com as formalidades prescriptas no Cod. Adm., art. 48 e 93, guardadas as disposições dos art. 120 e 121, §§ 1—3 da N. R. J., Vid. art. 350 do Cod. Adm.

§ 61

São habéis para votar n'estas eleições todos os cidadãos recenseados legalmente, e segundo as prescripções do Cod. Adm. art. 13-17. Decr. de 30 de Setembro de 1859, art. 6—9. São elegiveis para estes cargos — os que souberem lêr, escrever e contar; os que pagarem a quota de decima marcada nos art. 1 e 6 da carta de lei de 27 de Outubro de 1840. Exceptuam-se: 1.º os militares em effectivo serviço; 2.º os ecclesiasticos; 3.º os empregados na administração civil, fiscal ou judicial; 4.º os interdictos da administração dos seus bens ³¹. N. R. J., art. 122, e Ref. Jud. 1.ª parte, art. 38, § 1, e art. 40.

§ 62

Os juizes ordinarios durante o exercicio do seu emprego são exemptos de todo o encargo e serviço pessoal. Usam de vara azul e branca nos actos publicos, tendo de um lado as armas do reino, e do outro as armas da cidade ou villa. N. R. J., art. 124 e 127. Não vencem

³¹ A N. R. J. art. 122 manda, ácerca de eleitores e elegiveis, se observem as leis em vigor, e nao prescreve as condições necessarias para a elegibilidade d'estes cargos. O Cod. Adm. é igualmente omisso; o decreto de 29 de Novembro de 1836, art. 38, § 1 regulava esta materia, mas a carta de lei de 27 de Outubro de 1840 nos art. 1 e 6, e respectivos §§ marcou o censo para juizes ordinarios, de paz, e eleitos, graduando a quota conforme a maior ou menor população dos concelhos.

ordenado, e só os emolumentos constantes das tabellas legaes. N. R. J., art. 133.

§ 63

Os juizes ordinarios só podem escusar-se por causa legitima, pelo modo e fôrma prescripta no art. 123, §§ 1 e 2 da N. R. J. Lei de 18 de Julho de 1855, art. 6, § 2.

Podem ser suspensos pelo Governo, e processados segundo as leis.

Findos os dois annos, o Governo deve mandar syndicar d'elles por delegados dos procuradores régios ³². N. R. J., art. 125 e 126.

§ 64

A alçada dos juizes ordinarios é de 4\$000 réis em raiz, 6\$000 réis em moveis, tres dias de prisão, e 2\$000 réis em penas.

Compete-lhes:

1.º Conhecer e julgar, sem recurso, as causas civeis comprehendidas na sua alçada, e não exceptuadas da sua competencia.

2.º Julgar, com recurso, as que cabem na alçada do juiz de direito (§ 65).

3.º Preparar aquellas, que têm de ser julgadas pelos juizes de direito. N. R. J., art. 303.

4.º Conhecer dos recursos inter postos dos juizes eleitos nos casos marcados pelas leis. N. R. J., art. 302.

5.º Exercer as attribuições orphanologicas nos termos dos art. 387 e seguintes.

³² Esta providencia era para desejar que fôsse cumprida. Delegados habeis e austeros tinham muito que fazer em certos julgados. Cumprindo com os seus deveres, fariam grandes descobertas, e relevante serviço aos povos, e á boa administração da justiça.

6.º Fazer inventario e partilhas entre maiores nos termos do art. 299.

7.º Conhecer das execuções e incidentes dellas pelo modo determinado nas leis ³³.

8.º Exercer todas as mais attribuições especiaes, que as leis lhes incumbem. N. R. J., art. 118 n.ºs 1 e 2, 119, n.ºs 1-5 (Vid. §§ 43-345).

§ 65

Nas causas processadas perante os juizes ordinarios; que, excedendo a alçada d'estes, não excederem a dos juizes de direito, não haverá, além do recurso de appellação, senão agravo; no caso do processo, que poderá comprehender qualquer outra especie de agravo; no caso, porém, de incompetencia, ou excesso de jurisdição, o agravo será de petição. Lei de 16 de Julho de 1855, art. 10.

ARTIGO I

Dos subdelegados

§ 66

Em cada julgado serve um subdelegado. São nomeados pelo procurador régio sob proposta dos delegados (§ 21).

Os subdelegados, sendo bachareis formados³⁴, e tendo um anno de exercicio, são candidatos leaes á magistratura judicial: N. R. J., art. 128, § 1. Não têm ordenado, mas vencem os emolumentos leaes. N. R. J., art. 133.

³³ Excepto a decisão final dos artigos de preferencias, que é dá exclusiva attribuição do juiz de direito da comarca. N. R. J. 3. art. 647.

³⁴ Não se requer que scjain homens de lei. Decreto n.º 24 art. 9.

§ 67

Os subdelegados no exercício de suas funções são considerados como os próprios delegados; são ouvidos nos feitos, em que tiver interesse a Fazenda Pública; e observam o regimento dos delegados em tudo que lhes fôr applicavel. São curadores natos dos orphãos, tendo a qualidade de bachareis formados (§ 52, e not. 23). Servem de contadores e distribuidores (§ 55). N. R. J., art. 129 § 1, e 130.

ARTIGO II

Dos escrivães, tabeliães, e officiaes de diligencias.

§ 68

Em cada julgado há dois escrivães e dois officiaes de diligencias ³⁵.

Os escrivães são de serventia vitalicia e nomeação régia (§ 54). Decr. n.º 24, art. 28. Os officiaes de diligencias são nomeados pelos presidentes das Relações sôbre proposta dos juizes (§ 40).

§ 69

Os escrivães dos julgados, além das funções, que como taes lhes competem (§ 56 e nota 26), reúnem a qualidade de tabelliães de notas: mas, havendo n'elles tabelliães, que lenham carta de serventia vitalicia, serão conservados.

Os escrivães dos julgados podem ser suspensos pelos seus juizes, ou pelo juiz de direito, sendo primeiro ouvidos e salvo o recurso para a Relação. N. R. J., art. 131 e 132.

³⁵ Vide nota (24) ao § 54.

SECÇÃO 7.^a**Dos juizes paz.³⁶****§ 70**

Da reunião de diversas freguesias se formam os districtos dos juizes de paz³⁷: cada um d'estes toma o nome da freguezia mais populosa.

Os juizes de paz são d'eleição popular directa, e exercem as funções do seu cargo durante dois annos. Na falta ou impedimento de seus substitutos, devem observar-se as disposições do § 1 e 9 do art. 6.º da lei de 18 de julho de 1855.

Quanto ao limpo e modo, por que deve fazer-se a eleição; e ácerca das condições de elegibilidade, e motivos de excusa, suspensão e syndicancia, deve observar-se o exposto nos §§ 59—63, excepto quanto ao juramento, que é prestado nas mãos do presidente da assembleia eleitoral no acto da eleição, estando os eleitos presentes; e estando ausentes, é deferido pelo presidente da camara municipal respectiva. N. R. J., art. 134, 139 e 140, § un.

³⁶ A Ord. liv. 3, tit. 30, § 1, recommendava aos juizes, que no começo da demanda tentassem conciliar as partes; mas acrescentava — que isto era de honestidade, e não de necessidade. A Cart. Const. art. 128, decretou a necessidade do acto da conciliação; e no art. 129 manda crear juizes para este effeito. Estas disposições só foram desinvolvidas, e levadas a execução pelo decreto n.º 24 de 16 de Maio nos art. 40—54. Geralmente se accreditou, que esta instituição era nova entre nós, e imitada dos juizes de paz francezes, creados pela Assembleia Nacional em 16 de Agosto de 1790: mas devemos ás investigações do distincto advogado da Côrte o Sr. Abel Maria Jordão o esclarecimento d'esta parte historica das nossas instituições judiciarias; — em resultado das quaes é manifesto, que a criação d'estes juizes fôra já reclamada pelos povos ao Sr. D. João II nas Córtes convocadas em Elvas em 1481, e fechadas em Viana d'apar d'Alvito em 1482, — pedido, que não foi deferido. Mas em 25 de Janeiro de 1519 o Sr. D. Manuel creou estes juizes com a denominação de *avindores* ou *concertadores de demandas*, e lhes deu regimento. Vide *Annaes da Sociedade Juridica de Lisboa*, tom. 1, n.º 5, do mez de Agosto de 1835, e *Elem. do Proc. Civ.*, 2.^a parte, not. fin. da secç. 1.^a, pag. 480.

³⁷ Os districtos dos juizes de paz foram estabelecidos pelos, decretos de 15, 18, 20, 27, 28 e 30 de Outubro, e 2, 6, 8, 12, 15, 16, 19, 22 e 24 de Novembro de 1841.

§ 71

Os juizes de paz usam de facha azul com borlas de seda branca, e devem ter sôbre a porta da sua morada em fórmula visível = juiz de paz; do districto de... =

As suas funções são gratuitas, e são exemptos de todo encargo e serviço pessoal, N. R. J., art.; 124, 139 e 140, a excepção do jury. Lei de 21 de Julho de 1855, art. 2 e § unico.

§ 72

As attribuições dos juizes de paz são conciliar as partes em suas demandas, tanto civeis, como commerciaes, para o que devem empregar todos os meios prudentes e suasorios ³⁸. N.R.J., art 134 e 135, Cod. Com., art. 1032. (Vide § 115).

Tambem lhes compete tomar juramento aos arbitradores nas causas commerciaes no caso do art. 990 do Cod. Com.; —, pôr sêllos nos armazens, livros e escriptos dos fallidos, ou em execução de sentença, que declara a abertura de fallencia, art. 1186, — ou quando ha notoriedade pública de factos, que constituem a Quebra, e remelter o auto ao Tribunal do Commercio, art. 1159 e 1168; — assistir ao inventario, feito peto curador fiscal provisorio, quando se quebrarem os sêllos, art. 1170 ³⁹.

§ 73

Em cada districto de juiz de paz lia um escrivão nomeado pelo governo ⁴⁰.

³⁸ A conciliação é exigida nas causas commerciaes, processadas perante arbitros, nos termos expostos no § 115.

³⁹ Pelo decreto n.º 26 de 16 de Maio de 1832 lhe competiam as funções orphanologicas, que hoje pertencem aos juizes de direito e ordinarios, em cujo exercicio estiveram até a execução do art. 387 da Novissima Reforma Judiciaria.

⁴⁰ Estas nomeações são expedidas pala secretaria da justiça. Port. do Ministerio do Reino de 20 de Março de 1337. Pelo decreto n.º 24, art. 20, eram de nomeação dos juizes.

Compete-lhe fazer as citações para o juízo conciliatório, e n'elle escrever todos os termos e autos necessarios. (Vide § 78).

São também competentes fóra de Lisboa e Porto para o acto da approvação dos testamentos cumulativamente com os tabelliães. N. R. J., art. 141 e 142.

§ 74

Podem ser suspensos pelos seus juizes ou pelos de direito, sendo primeiro ouvidos, e com recurso para a Relação.

Vencem os emolumentos decretados nas respectivas tabellas. N. R. J., art. 143.

SECÇÃO 8.^a

Dos juizes eleitos ⁴¹

⁴¹ Estes juizes vieram substituir, com pequena differença de attribuições e alçada, os juizes pedaneos, ou de vintena, de que tracta a Ord. 1, tit. 65, §§ 73 e 74. O decreto n.º 24 conservou esta entidade judiciaria da antiga organização (art. 10, § 1) com a denominação de — juizes pedaneos, e com as attribuições marcadas no art. 27., e §§ respectivos.

A Ref. Jud. 1.^a parte, art. 6, (Decr. de 29 de Novembro de 1836) os collocou também na escala judiciaria, dando-lhe a denominação de — juizes eleitos, e nos art. 59—67 da 2.^a parte (Decr. de 13 de Janeiro de 1837) prescreveu a ordem do processo para as causas da sua competencia; e com igual titulo, e com as mesmas attribuições figuram elles na Nov. Ref. Jud. Hoje ha um juiz eleito em cada freguezia: pela legislação antiga havia um em cada povoação de vinte vizinhos, e d'ahi para cima. Não se devem, porém, estes confundir com os — juizes eleitos, creados pela lei de 30 de Abril de 1835, que tinham attribuições muito diversas, e equivaliam aos actuaes substitutos dos juizes de direito.

Os juizes, de que tractamos, eram na legislação romana denominados — *judices pedanei*. Os interpretes não estão de accôrdo sobre a etymologia da palavra, nem sobre a origem d'estes, juizes, e natureza de suas funcções. Bonjean *Traité des actionis*, § 112, diz: que o vocabulo — *pedaneus*, em sua opinião designa o último degrau d'aquella hierarchia, que começa pelo *illustris*, desce successivamente pelo *expectabilis* ao *clarissimus*, e acaba pelo *pedaneus*. Seja como fôr, é certo, que os juizes eleitos ou pedaneos da legislação antiga e moderna occupam o último degrau da escala da hierarchia judiciaria, e porisso podem, como entre os romanos, ser denominados *minores*.

§ 75

Em cada freguesia ha um juiz eleito; é de eleição popular directa; exercem jurisdição cada um na sua freguezia, e servem por dois annos ⁴².

É applicavel aos juizes eleitos a doutrina dos §§ 58 a 62, excepto: 1.º quanto ao juramento, que lhes é deferido pelo Juiz de direito, ou ordinario respectivo, N. R. J., art. 147; 2.º quanto ao censo para serem elegiveis, que é o marcado na Carta de Lei de 27 de Outubro de 1840, art. 1 e 5 ⁴³.

§ 76

Os juizes eleitos usam do mesmo distinctivo, que os juizes ordinarios; as suas funcções são gratuitas; e são exemptos de todo o encargo e serviço pessoal, excepto do jury, art. 2, e § un. da lei de 21 de Julbo de 1856 (§ 62). Podem ser suspensos pelo presidente da Relação respectiva (sendo primeiro ouvidos), e processados segundo a lei. N. R. J., art. 147, § un., e 148.

§ 77

A sua alçada é de 2\$500 réis em Lisboa e Porto, e 1\$250 réis nas mais terras do reino,

Compete-lhes julgar:

1.º As causas sôbre moveis comprehendidas na sua alçada ⁴⁴:

⁴² No impedimento do juiz eleito e seus substitutos, serve o juiz eleito, ou seu substituto do anno anterior. Nota 5 ao art. 148 da N. R. J.

*Hoje esta materia acha-se regulada no art. 6, § 1 e 3 da lei de 18 de Julho de 1855.

⁴³ A Ref. Jud. 2.ª parte. art. 39, § 1, exigia, para poder ser votado juiz eleito, o rendimento de 50\$000 réis nas cidades e villas notaveis; nas villas menos, notaveis e aldeias, 20\$000 réis. Vid. Decr. de 30 de Setembro de 1852.

⁴⁴ As que versam sôbre bens de raiz, por mais diminuto que seja o seu valor, não pertencem á sua jurisdição. Ord. 1. 1, tit. 65, §§ 8 e 73.

2.º As causas de danos causados por pessoas, ou gados pertencentes às pessoas moradoras na sua freguesia, em searas, vinhas, hortas, pomares, pastagens, e arvoredos situados dentro dos limites da sua jurisdição, uma vez que o dano não tenha sido causado por algum acto criminoso, em que haja lugar a justiça, nem exceda a sua alçada ⁴⁵:

3.º As causas sobre coimas e transgressões de posturas, ainda excedentes á sua alçada ⁴⁶. N. R. J., art. 144 e 145, n.º 1—3. (Vid. § 290):

4.º São também competentes para as execuções de tributos, impostos, collectas, ou multas em beneficio da Fazenda Nacional, que não excedam a sua alçada. N. R. J., art. 244 ⁴⁷.

5.º Para fazer citações com o seu escrivão nos logares ermos, aonde não seja facil encontrar testemunhas. N. R. J., art. 205, § 3.

§ 78

Cada juiz eleito tem um escrivão. Este é nomeado e juramentado pelo juiz, e serve pelo mesmo tempo.

Póde ser suspenso pelo juiz eleito, ou pelo juiz de direito da comarca, sendo primeiro ouvido, e com recurso para a Relação.

⁴⁵ Para que o juiz eleito conheça das causas de dano, é necessaria a competencia: 1.º quanto ao valor da causa: 2.º quanto á pessoa, que commetteu o dano, ou que é dono do gado, que o causou: 3.º quanto ao logar do quasi delicto. Não se dando a reunião d'estas circumstancias, o juiz eleito é incompetente. Mas quando o dano é causado pôr pessoa, ou gados de fora da freguesia; ou em searas, borlas, etc, fora da freguesia, a quem compete o conhecimento, e julgar o dano? Segundo a opinião emitida na *Gazeta dos Tribunaes* n.º 1075 pertence ao juiz ordinario, ainda que o valor não exceda á alçada do juiz eleito. Parece-nos duvidosa esta doutrina.

⁴⁶ Pelo decreto n.º 24, art. 27, § 2 só conheciam das comprehendidas na sua alçada, que era de 1\$200 réis. Em Lisboa e Porto o julgamento d'estas causas pertence aos juizes criminaes, Decr. de 3 de Nov. de 1852 (Diario de 12 de Nov.)

⁴⁷ Pelo decreto de 13 de Agosto de 1844 a cobrança dos tributos de lançamento e repartição ficou pertencendo aos administradores dos Concelhos; pelo que as attribuições dos juizes eleitos, conferidas pelo artigo 244, foram muito cerceadas; e estes serão hoje ainda competentes para as execuções das multas, que não excederem a sua alçada. Vide Sr. Freitas, *Man. dos Juizes Eleitos*, cap. 47 e 1.ª nota adicional.

Compete-lhe fazer as citações nas causas da competencia dos juizes eleitos, e para o juizo conciliatorio no impedimento do escrivão respectivo ⁴⁸, e as intimações aos jurados do dia e hora, em que devem comparecer na audiencia geral (§ 92), cumulativamente com os officiaes de diligencias, art. 8 da lei de 21 de Julho de 1855; — escrever nos processos da competencia do juiz eleito; — e fazer os autos de corpo de delicto.⁴⁹

Os escrivães do juiz eleito vencem os emolumentos marcados nas tabellas. N. R. J., art. 149, n.º 1, e 149, § 1—3.

SECÇÃO 9.^a

Dos arbitros⁵⁰

§ 79

Os arbitros são juizes extraordinarios nomeados pelos litigantes, ou voluntariamente, ou por preceito da lei, para conhecerem e decidirem as questões entre si. Consequentemente os arbitros são ou voluntarios, ou necessarios: aquelles são os que as partes elegem voluntariamente, *nullo jure cogente*; — estes, os que são nomeados pelas partes em virtude do preceito da lei ⁵¹. Cav. *Inst. Jur. Can.* parte 3.^a cap.

⁴⁸ Decr. n.º 24 art. 41.

⁴⁹ Na Gazeta dos Tribunaes n.º 521, se diz: que os escrivães do juiz eleito podem dar posses por mandado d'outro juiz.

⁵⁰ O uso de recorrer aos juizes arbitros é anterior á recepção do direito romano. O juizo dos ricos-homens e bons varões era o juizo arbitral, como attesta o Sr. Mello Freire 1. 1. tit. 2, § 21, nota. Recebido, porém, o direito canonico e romano nas escholas e no foro, de suas disposições foi coordenado o tit. 118 da Ord. Affonsina, e o 81 da Manuelina, e o tit. 16 da Philippina, 1. 3. A Carta Const. art. 127 decretou, que as causas civeis e criminaes civilmente intentadas pudessem ser decididas por arbitros nomeados pelas partes. O decreto n.º 24 confirmou esta regra, e nos art. 30 e 220 estabeleceu algumas providencias a este respeito. A R. J. 2.1 parte, art. 23, legislou no mesmo sentido, bem como a N. R. J. no art. 150. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 2934 a 2958.

⁵¹ Taes são os que intervêm nas causas de suspeição dos juizes de direito, N. R. J., art. 365; — nas causas commerciaes julgadas nos logares do reino, ou aonde não houver tribunaes de commercio. Cod. Com. art. 1032; — nas questões de sociedades commerciaes. Cod. Com. art. 749 e seguintes.

* Por decreto de 17 de Setembro de 1857 (Diario do Gov. n.º 233) e instrucções por elle approvadas tem logar a intervenção de arbitros necessarios nas questões entre a

14 *de arbitris*, § 1. Sr. Mello Freire, liv. 1, tit. 2 *de judiciis*, § 21. N. R. J., art. 42, n.º 3, e 150, § 1.

§ 80

Podem ser julgadas por arbitros todas as causas civeis, ou crimes civilmente intentadas sobre bens, ou direitos, em que as partes tenham livre administração ⁵², e em que não haja logar a intervenção do Ministerio Público, N. R. J., art. 150.

§ 81

Os arbitros são juizes de facto e de direito. A sua alçada é a dos juizes ordinarios (§ 64) para o effeito de regular a interposição dos recursos, quando as partes os não tiverem renunciado. N. R. J., art. 155.

associação do monte-pio geral da marinha, e os domnos, herdeiros ou cessionarios do penhores; sendo dois os arbitros — um escolhido pela junta administrativa — outro pela parte dessidente — e para desempate o juiz de paz de uma das freguesias de Lisboa, tirado á sorte d'entre todos, art. 19 e § un. da cit. Instrucç.

⁵² Pelo que não podem comprometter-se em arbitros — os menores, e interdictos da administração de seus bens por impedimento legal, — os procuradores, salvo tendo procuração especial, — os que não tem dominio pleno; pelo que o usufructuario, e o administrador de bens vinculados não podem decidir por arbitros questões, cuja decisão possa affectar a propriedade, em que tem dominio limitado. Vide Cav. *Inst. Jur. Can.*, parte 3.^a, cap. 14, § 3.

* Tem sido questionado, se o tutor, authorisado pelo conselho de familia, póde comprometter-se em arbitros nas questões relativas aos bens de seu pupillo. Alguns juriconsultos seguem a affirmativa, fundando-se principalmente na disposição do art. 403 da Ref. Jud., que dá ao conselho de familia a faculdade de authorisar o tutor para transigir, julgando, que, permittindo o citado artigo a transacção, não pode deixar de conceder o compromettimento em arbitros. Outros, porém, com razão, sustentam, que o poder de transigir não abrange o poder de comprometter-se, como dizem os art. 766 do Cod. Com.—1989 do Cod. Civ. Fr., Visto que as vantagens da transacção podem calcular-se; o que não succede a respeito da decisão dos arbitros. Accresce, que o art. 150 da Reforma, extrahido do art. 1003 do Cod. do Proc. Civ. Fr., só permite a decisão por arbitros nas questões sobre direitos, do que as partes têm a livre disposição, e em que não houver logar a intervenção do Ministerio Público. E como o tutor e o conselho de familia não podem ter a livre disposição de bens alheios, e nas causas de menores tem sempre logar a intervenção do Ministerio Público, é consequente, que não póde ser válido o compromisso em causas de menores. Assim foi decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça em accordo de 26 de Novembro de 1858. (D. do G, n.º 300 de 21 de Dezembro do mesmo anno).

Deve, porem, advertir-se que a nullidade do compromisso só póde ser allegada por parte dos menores, por ter sido estabelecida unicamente em seu favor. Ord. 1. 3, tit. 80, § 13. Cod. Civ. Fr. art. 1125. Rogron, nota ao art. 1003 do Cod. do Proc. Civ. Fr.

§ 82

Podem ser juizes arbitros todos os que tem a livre administração de seus bens, e que sabem lêr, escrever e contar, e não têm algum impedimento legal para serem juizes ⁵³. Tambem podem ser nomeados quaesquer juizes, ainda mesmo os da 2.^a instancia, renunciando n'este caso as partes a appellação. N. R. J., art. 152.

SECÇÃO 10.^a

Do jury ⁵⁴

§ 83

O jury pronuncia sôbre o facto nas causas civeis não exceptuadas da sua intervenção.

Não tem logar a intervenção do jury:

1.º Nas causas summarias, e nas fiscaes;

2.º Nas causas, ou artigos, em que as partes se acharem concordes no facto;

⁵³ Ex., o filho na causa do pae. A Nov. Ref. Jud. Não prescreve as condições necessarias para ser nomeado juiz arbitro; mas as que indicamos, são essenciaes: e como a lei lhes marca a alçada dos juizes ordinarios, entendemos, que, pelo menos, devem ter as principaes habilitações d'estes (§ 61). Vid. Cav. cit. § 3. O Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ., art. 2939, diz: — "*Podem ser arbitros todos os que podem ser mandatarios.*"

⁵⁴ A novidade quais importante, o traço mais caracteristico e saliente da novissima organização judiciaria é o estabelecimento do jury. A divisão das funções judiciarias entre os magistrados e os cidadãos, — a separação da avaliação do facto,— da applicação do direito tinha já sido estabelecida na Const. Polit. de 1822; bem como algumas outras bases para uma nova organização judiciaria; os successos politicos d'aquella epocha obstaram ao seu desinvolvimento e execução. A Cart. Const, nos art. 118 e 119, decretou a instituição do jury nas causas civeis e crimes. Esta intervenção activa dos cidadãos no julgamento dos processos dava á justiça um character eminentemente popular e liberal, em harmonia com o governo livre do Estado. O Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832 foi a primeira lei, que regulou o modo, por que o jury deveria funcçãoar.

3.º Nas causas, ou artigos, que se acharem provados por documentos, inspecção ocular, exames, ou vistorias reduzidas a escripto, ou por testemunhas tiradas por carta de inquirição;

4.º Em todas as causas, em que as partes, ou uma d'ellas, não consentir no julgamento por jurados, declarando-o antes de aberta a audiencia geral ⁵⁵. N.R.J., art. 304;

5.º Nos casos expressamente declarados na lei. N. R. J., art. 157, § 1, n.ºs 1—5.

6.º Nas causas que cabem na alçada do juiz de direito, ou sejam julgadas por elle ou pelo juiz ordinario (§ 318).

§ 84

Nas causas civeis o jury de sentença compõe-se de 12, ou 9 jurados: compõe-se de 9, quando a respectiva pauta constar de 36 nomes sómente; e de 12, quando constar de 48; ,e deve a pauta conter, 36 nomes, quando os judiados do circulo forem menos de 200; e 48, quando chegarem a 200, ou excederem este número.

Ao jury da sentença compete declarar, se está, ou não, provado o facto controvertido em juizo. N. R. J., art. 158 e 159.

§ 85

São jurados todos os cidadãos, que pela legislação em vigor na epocha do recenseamento forem habéis para votar na eleição dos

⁵⁵ Esta providencia annullou completamente a instituição do jury nas causas civeis: e parece fora de proposito calculada para este effeito, pois eram bem visiveis as suas consequencias. Depois que a lei deixou ao arbitrio de qualquer das partes o renunciar a intervenção dos jurados, apenas temos noticia de uma causa civil julgada por jurados em uma das comarcas do Porto; facto, que foi annunciado pelas folhas periodicas como grande novidade!

* A lei de 16 de Junho de 1855, art. 7, contém a seguinte disposição: — “A falta de declaração de renúncia do jury nas causas civeis, facultada pelo art. 304 da Reforma Judicial, só induzirá nullidade, sendo essa falta accusada antes da publicação do despacho, que assignar dia para julgamento da causa. ”

deputados da nação — souberem lêr, escrever e contar, e tiverem de renda liquida annual em Lisboa e Porto 400\$000 réis, e 200\$000 réis nas mais terras do reino e ilhas adjacentes; ou os graus e titulos litterarios pelos quaes se dispense toda a prova de censo.

Quando em alguma comarca não houver cento e vinte cidadãos habéis para jurados, que tenham renda liquida acima referida, preencher-se-ha esse número com os que tiverem de renda liquida a quantia immediata. Lei de 21 de Julho de 1855, art. 1, § un. e Instrucç. art. 1, § un.

Ha cidadãos, que, não obstante terem estas habilitações, podem ser jurados, taes são os mencionados no art. 2, n.ºs 1—23, e § un, da cit. lei ⁵⁶.

§ 86

O recenseamento dos jurados em cada concelho é feito no principio de cada anno, pelas com missões creadas pelo Decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1852, conjunctamente com o recenseamento dos eleitores e elegiveis para todos os cargos publicos, e seguem os mesmos tramites, decretados para este.

No livro do recenseamento geral dos eleitores e elegiveis, além das casas ordenados pela legislação em vigor adiante de cada nome, haverá mais uma, na qual se designará, se o cidadão recenseado eleitor, é tambem jurado, art. 4 e 5, e § 1 da cit. lei.

§ 87

As commissões de recenseamento são obrigadas a inscrever como jurados os, cidadãos, que tiverem a renda designada no § 85: e só

⁵⁶ A legislação última, que regulava este assumpto antes da lei de 21 de Julho de 1855 e Instrucç. de 30 de Outubro do mesmo anno, era a Nov. Ref. Jud, nos art. 162 e seguintes; que com tudo fica em vigor na parte, em que não fôr opposta ás prescripções d'esta lei. Instrucç. cit. art. 10. Ácerca da excepção de jurados além da Nov. Ref. Jud. regulavam as disposições da Portaria de 9 de Janeiro de 1851 e Decr. de 15 de Dezembro de 1852.

podem attender as excepções legaes sôbre requerimento dos interessados, em que provem com documentos os motivos de escusa, uma vez que estes motivos não sejam de notoriedade pública, ou conhecidos pelas dictas commissões.

É applicavel ao recenseamento de jurados a legislação sôbre reclamações, recursos e penas, respectiva aos eleitores e elegiveis, para os cargos publicos.

Os administradores de concelho em relação a este objecto exercem as funções dos magistrados do Ministerio Público, perante as commissões do recenseamento; e podem recorrer dos despachos d'estas, que exemptarem algum cidadão do encargo de jurado; igual direito compete a qualquer dos cidadãos inscriptos. Lei cit. § 2 do art. 5 e art. 6, § 2.

§ 88.

Concluido o recenseamento, e feitas todas as correcções, extrahe-se d'elle a lista geral dos jurados, e d'ella se remette cópia authentica ao juiz de direito da respectiva comarca, e em Lisboa e Porto aos juizes de direito criminaes.

Quando, porém, o circulo de jurados tiver mais de um concelho, as commissões d'aquelle, que não forem cabeça de circulo, enviarão á commissão d'esta a relação dos cidadãos recenseados como jurados; e d'estas diversas relações se formará então a lista geral, e a commissão enviará cópia authentica aos juizes acima declarados.

A lista geral do circulo dos jurados será éscripta em um livro nos termos, e com as declarações determinadas no § 3 do art. 2 das Instrucç. cit.

Os livros das listas geraes e as relações, que tiverem servido para a formação d'essas listas, serão guardados no archivo da Camara

Municipal da comarca do circulo de jurados. Lei de 21 de Julho de 1855, art. 7 e § 1, Instrucç. de 30 de Outubro do mesmo anno, art. 2, e respectivos §§.

§ 89

Da lista geral só extrahem, por meio de sorteamento, todas as pautas, que tiverem de servir nas assentadas do respectivo circulo de jurados, até que esteja formada nova lista geral em resultado da revisão do recenseamento.

O sorteamento terá logar nos primeiros domingos de Janeiro e Julho em sessão pública e solemne da commissão do recenseamento da cabeça de comarca, assistindo e fiscalizando o juiz de direito, e delegado; e se fará pela fôrma determinada no art. 3 e §§ respectivos das cit. Instrucç., e guardadas as prescrições do art. 7 e § un;.

§ 90

Quando na Comarca haja mais que um circulo de jurados, o sorteamento respectivo ao circulo, que não fôr da cabeça de comarca, se fará no domingo seguinte naquelle, em que tiver logar o sorteamento na cabeça da comarca; em sessão pública da commissão do recenseamento da cabeça d'esse segundo circulo, e com os mesmas solemnidades, e observadas as mesmas disposições mencionadas no § 89.

Se em algum circulo de jurados por qualquer motivo imprevisto não poder ter logar a formação das pautas em alguma das epochas determinadas na lei (§ 89), aquelle acto se praticará em una outro dos domingos proximos seguintes, que fôr designado pelo governador civil em conselho de districto. Cit. lei., art. 7, § 4, e Instrucç. art. 3 e 5, § un., e art. 8.

§ 91

Quando no caso previsto no § un. do art. 523 da Nov. Ref. Jud. o juiz de direito requisitar do presidente da comissão do recenseamento da cabeça do circulo os jurados precisos, proceder-se-ha ao sorteamento d'estes na fórma determinada no art. 5 e § un. das cit. Instrucç., em sessão pública e solemne, assistindo e fiscalizando o juiz de direito, que tiver feito a requisição, e o respectivo delegado; devendo, porém, o dia da sessão ser designado pelo referido presidente, com o praso apenas necessario para os avisos aos membros da comissão, e magistrados, cuja presença é exigida pela lei. Cit. Instrucç. art. 6.

§ 92

As pautas dos jurados são remetidas ao juiz de direito, e affixadas na porta da casa da audiencia.

O juiz de direito, ou ordinario, deve mandar notificar a cada um dos jurados da pauta o dia, hora e local, em que devem comparecer.

Estas notificações são feitas pelos escrivães dos juizes eleitos, ou pelos officiaes de diligencias, e, pelo menos, oito dias antes do dia designado, para a audiencia; e quando não poderem ser feitas na pessoa do jurado, o serão na de algum dos criados, familiares, domesticos ou vizinhos. N. R. J., art. 171, § 2, 172, § un., e 1038, §. un., art. 8 da lei de 28 de Julho de 1855.

§ 93

Todo o jurado tem obrigação de comparecer na audiencia, para que fôr notificado, pena de incorrer na mulcta de dez a vinte mil réis em Lisboa e Porto, e metade nas provindas ⁵⁷. Podem, porém, ser escusos

⁵⁷ O Codigo Penal, art. 189, § 1 e 2, impõe n'este caso a pena de prisão, e mulcta de um mez — e allegando escusa, que depois se conhecer ser falsa, a pena de prisão póde ser

de comparecer por motivo de molestia, ou por outro incidente imprevisto, observando-se a este respeito as disposições do art. 173, §§ 1—5.

Ao juiz de direito pertence a escusa do comparecimento por algum dos motivos referidos; porém a exclusão da lista dos jurados, por não terem as habilitações necessárias para tal encargo, pertence às comissões de recenseamento. Port. de 29 de Julho de 1844, art. 5, § 2 da lei de 21 de Julho citada.

§ 94

Quanto á formação das pautas em Lisboa e Porto, se observará o disposto no art. 561 da N. R. J., e art. 3, § 4 e 5 do regulamento de 30 de Outubro de 1855. E pelo que respeita á formação do jury em audiência geral, pertence essa materia aos actos do processo, e será tractada em logar opportuno.

elevada de um a seis mezes — e sendo falso o documento da escusa incorre na pena mais grave.

CAPITULO II

Dos juizes e tribnaaes que exercem jurisdicção commercial, sua organisação e competencia

§ 98

Exercem jurisdicção e attribuições commerciaes na fórmula das leis ¹:

1.º O Supremo Tribunal de Justiça.

2.º A Relação Commercial de Lisboa, e a do Loanda.

3.º Os tribunaes de 1.^a instancia commercial em Lisboa e Porto.; e nos districtos commerciaes do reino ².

4.º Os juizes arbitros nas comarcas do reino, que não forem sede de tribunaes commerciaes.

5.º Os juizes de paz.

SECÇÃO 1.^a

Do Supremo Tribunal de Justiça

§ 96

Ao Supremo Tribunal de Justiça (§ 3) compete conceder ou negar as revistas interpostas das sentenças proferidas pela Relação Commercial de Lisboa, e pela Relação de Loanda, art. 78 do Decreto de 30 de Dezembro de 1852 (D. do G. n.º 11 de 1853). Cod. Com. art. 1115 e 1116.

¹ Segundo a disposição do art. 1004 do Cod. Comm. Fazia parte da organização judiciaria commercial um supremo magistrado do commercio com as attribuições marcadas nos art. 1010 a 1014; mas este logar foi extincto pelo Decr. de 30 de Setembro de 1836.

² O continente do reino, e ilhas adjacentes foi dividido em districtos commerciaes; a cabeça de cada um d'estes districtos é a sede do tribunal de 1.^a instancia commercial. Decr. de 6 de Março de 1850, art. 1 e mappa respectivo.

§ 97

Este recurso tem logar nas causas commerciaes, quando, sendo interposto de sentença confirmatoria, o valor da causa exceder a 2:000\$000 réis; e sendo revogatoria, exceder a 1:000\$000 réis. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 10, § un.³

Tambem se póde interpor dos accordãos da Relação de Loanda, proferidos em causas commerciaes, cujo valor excede a 600\$000 réis fortes, art. 18 e 19 do citado decreto.

§ 98

Nas revistas das causas commerciaes observa-se a mesma ordem do processo, e de julgamento, que se acha estabelecida para as revistas nas causas civeis. Cit. lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 10.⁴

SECÇÃO 2.^a

Da Relação commercial de Lisboa

§ 99

O unico tribunal commercial de 2.^a instancia em todo o reino e suas dependencias, é a Relação Commercial de Lisboa.

Exceptua-se a Relação de Loanda, que, além das mais attribuições que lhe competem pela lei, exerce no seu districto a jurisdição, que, peloCodigo Commercial, compete á Relação de Lisboa. Decr. de 30 de Dezembro de 1852, art. 60. (Vid. § 101).

Compõe-se de um juiz presidente togado, de quatro juizes togados, de um secretario formado em direito, de um ou mais escrivães,

³ O art. 1115 do Cod. Comm. exigia quatro contos de réis nas sentenças confirmatorias, e dous contos nas revogatorias; mas esta alçada foi reduzida a metade pela cit. lei.

⁴ O art. 1116 do Cod. Comm. prescrevia algumas regras especiaes de julgamento nas revistas das sentenças commerciaes; mas a lei cit. no art. 10 subordinou o julgamento d'estas revistas ás disposições da lei geral, estabelecida para as causas civeis.

de um porteiro, serventes e officiaes de diligencias. N. R. J., art. 78, e Cod. Com. art. 1004 e 1005. Decr. de 30 de Setembro, art. 3—5, e 31 de Dezembro de 1836, art. 1, e § 1.

§ 100

O presidente e juizes do tribunal de commercio de 2.^a instancia, são de nomeação régia. Cod. Com. art. 1008.

§ 101

Compete á Relação Commercial: — 1.º conhecer por appellação de todas as causas que não couberem na alçada dos tribunaes de commercio de 1.^a instancia ⁵; — 2.º conceder moratorias; — 3.º deferir a reabilitação dos quebrados; — 4.º commetter aos tribunaes de commercio de 1.^a instancia, ou a outras quaesquer justiças, as averiguações e exames necessarios á decisão dos processos pendentes no tribunal; — 5.º conhecer das appellações sôbre causas de prezas, ou que tiverem origem em prezas feitas por embarcações de guerra, ou por armadores portuguezes ⁶; — 6.º sôbre causas de justificações e heranças ultramarinas. N. R. J., art. 78 e Cod. Com. art. 1015. Sr. Rosado, *Man. do Proc. Com.*, § 6.

§ 102

O secretario e escrivães são de nomeação régia sôbre proposta do presidente do tribunal respectivo.

O secretario deve ser bacharel formado em direito, e escolhido d'entre os advogados do tribunal: tem accesso ao lugar de presidente dos

⁵ São appellaveis as sentenças de 1.^a instancia commercial de Lisboa e Porto excedentes a 200\$000 réis; dos outros tribunaes do reino e ilhas são appellaveis as que excedem a 100\$000 réis, quando o tribunal consta de doze jurados; quando consta de seis a oito, basta que o valor da causa exceda a 60\$000 réis; e constando de quatro jurados são appellaveis as que excedem a 40\$000 réis. Decr. de 20 d'Abril de 1847 art. 2, e de 6 de Março de 1850, que alteram o art. 1113 do Cod. Com. Vid. § 106 e not. (a).

⁶ Vid. Decr. de 28 de Janeiro de 1834.

tribunaes de commercio de 1.^a instancia. Cod. Com. art. 1005, 1054 e 1055.

Os escrivães dos tribunaes de commercio, além das qualidades geraes requeridas para a sua habilitação, devem ter o curso das aulas do commercio de Lisboa, ou da Academia do Porto, com certidão de aprovação. Cod. Com. art. 1063.

As suas funções e obrigações são as marcadas nos art. 1064—1068 do Cod. Com.

§ 103.

O porteiro e serventes são de nomeação do presidente do respectivo tribunal. Cod. Com. art. 1069 e 1070.

O porteiro do tribunal de commercio é guarda da policia, da audiencia, e responsavel pelo aceio e limpeza da edificio e casa do tribunal. Cod. Com. art 1069.

SECÇÃO 3.^a

Dos tribunaes de commercio de 1.^a Instancia, de Lisboa e Porto, e nos districtos commerciaes do continente do reino e ilhas adjacentes.

§ 104

Em Lisboa e Porto, e nos julgados do reino, e ilhas adjacentes, que são sede dos districtos commerciaes, hs tribunaes de commercio de 1.^a instancia ⁷.

⁷ Pelo Cod. Com, só foram creados os tribunaes do commercio de 1.^a instancia em Lisboa e Porto; mas o art. 1007 do, mesmo Codigo indicava a criação de mais tribunaes de 1.^a instancia commercial, fazendo-a dependente de lei regulamentar; os decretos de 19 e 20 de Abril de 1817 deram a,este respeito algumas providencias, que só foram completadas e postas em execução pelo decr. de Março de 1850.

Todo o tribunal de commercio de 1.^a instancia é composto de um juiz presidente letrado, denominado juiz de direito de 1.^a instancia commercial; de não menos de quatro, nem mais de doze jurados commerciaes, e de tantos substitutos, quanto fôr a metade dos juizes jurados; de um secretario formado em direito; de um ou mais escrivães, de um porteiro, serventes e officiaes de diligencias necessarios. Cod. Com. art. 1006. (Vid. N. R. J., art. 103).

§ 105

Os juizes de direito e presidentes do tribunal commercial de 1.^a instancia em Lisboa e Porto, são de nomeação régia, e escolhidos e nomeados; exclusivamente d'entre os advogados do número d'esses tribunaes, tendo os mais requisitos legais para bem desempenharem o cargo de juiz. Cod. Com. art. 1008 e 1037.

Nos julgados do reino, e ilhas adjacentes, que são cabeça de comarca e sede de districto commercial, é presidente do tribunal o respectivo juiz de direito. Na cidade do Funchal é presidente do Tribunal do Commercio o juiz de direito da comarca oriental. Decr. de 19 de Abril de 1847, art. 20, § un.⁸

Na comarca de Loanda o juiz de direito da 2.^a vara é presidente do tribunal commercial de 1.^a instancia⁹; das sentenças

⁸ Aos Tribunaes de Commercio de 1.^a instancia do continente do reino e ilhas adjacentes fica competindo a jurisdição ordinaria e contenciosa nos julgados das suas sedes, e porisso conhecem de todas as questões commerciaes, que ahi forem intentadas, observando a ordem do processo estabelecida no Cod. Com., com appellação para a Relação Commercial de Lisboa, nas causas excedentes á sua alçada, 106. — Tambem conhecem das appellações das sentenças arbitraes proferidas nos julgados aonde não ha juizo commercial: — e são competentes para as matriculas: — registos commerciaes: — e para as fallencias e suas dependencias respectivas aos commerciantes de todo o districto commercial. Decr. de 19 de Abril de 1847, art. 4, e 20 de Abril do mesmo anno, art. 3, e de 6 de Março de 1850, art. 1 e 2.

⁹ O Decreto de 30 de Dezembro de 1852 art. 57 creou na cidade de Loanda um tribunal commercial de 1.^a instancia, composto de um juiz de direito de comarca, quatro jurados, dois substitutos, etc.

Por Decreto de 14 de Abril de 1858 as causas crimes e orphanologicas pertenciam ao juiz de direito da 1.^a vara da comarca; e as commerciaes e civeis ao da 2.^a vara; hoje

commerciaes, excedentes a sua alçada, ha appellação para a Relação de Loanda; nas outras comarcas do districto judicial d'esta (§ 11 not. 5) são decididas as causas commerciaes por arbitros de que ha appellação para o tribunal de 1.^a instancia de Loanda, e d'este para a Relação, art. 57—60 do Decreto de 30 de Dezembro de 1852 ¹⁰.

§ 106

Os tribunaes commerciaes de 1.^a instancia de Lisboa e Porto têm alçada definitiva-nas causas, que não excederem duzentos mil réis. Os tribunaes commerciaes, constituídos nas outras comarcas, têm alçada de cem mil réis, se forem compostos de doze jurados; de sessenta mil réis, sendo de seis, ou oito jurados; e de quarenta mil réis, sendo de quatro jurados. Decr. de 20 de Abril de 1847, art. 2, e 6 de Março de 1850 ¹¹; que alteraram o art. 4113 do Cod. Com. (Vid. nota (5) ao § 101).

§ 107

São jurudos commerciaes todos os negociantes matriculados, e não matriculados, da praça, aonde existe a tribunal; dos quaes é formada uma lista pelo secretario do tribunal.

pelo Decreto de 9 de Dezembro de 1859 compete ao juiz da 1.^a vara o conhecimento das causas civeis e orphanologicas; e ao da 3.^a vara as causas commerciaes e criminaes.

¹⁰ A doutrina exposta em relação aos recursos das sentenças dos arbitros commerciaes, nas comarcas do districto judicial de Loanda, não é excepcional; porque é principio geral que das decisões dos arbitros se pôde recorrer para o Tribunal Commercial do districto, e deste, quando excedem a sua alçada, para a Relação Commercial, não só em questão de sociedades, mas n'aquellas que são propostas perante arbitros nas terras aonde não ha tribunaes de commercio, como se vê do art. 750 combinado com o art. 1112 do Cod. Com.; e assim temos tres instancias pela legislação commercial em opposição com o art. 129 da Carta Constitucional, que só admite duas instancias. Estas e muitas outras contradicções e aberrações, que apparecem na legislação commercial, convencem da necessidade urgente da sua revisão e emenda. Vid. § 108 nota (13), 118 nota (18), e Sr. Rosado *Man. do Proc. Com.*, § 80—92.

¹¹ O jury dos tribunaes de commercio de 1.^a instancia constituídos de novo, será composto de doze jurados, e seis substitutos nos tribunaes do Funchal, Setubal, e Ponta Delgada: de oito jurados e quatro substitutos nos tribunaes de Coimbra, Figueira e Guimarães: — de seis jurados e tres substitutos nos tribunaes d'Angra, Barcellos, Lamego e Santarem: — e de quatro jurados e dois substitutos nos outros tribunaes. O jury será effeito segundo as disposições do Codigo Commercial. Decr. de 6 de Março, art. 2.

São electivos, o o seu serviço dura um anno. Cod. Com. art. 1041 e 1045.

São exemptos do todo o encargo e serviço pessoal. Lei de 8 de Novembro de 1841, art. 1: excepto do jury: Lei de 21 de Julho de 1055, art. 2, e § un.

A eleição só póde recair nos commerciantes, que tiverem as qualidades prescriptas no art. 1044, guardadas no processo da eleição as disposições dos art. 1045 a 1053, e Decr. de 6 de Março art. 2. (Vid. Sr. Rosado, *Man. cit.* § 17).

§ 108

Ao jury commercial compete, conjunctamente com o juiz presidente, julgar ás questões, que involverem facto, cuja verificação e determinação seja a base essencial para a devida applicação do direito. Cod. Com. art. 1029, 1030, 1078 e 1103.

Além d'estas attribuições, exercem os jurados commerciaes as seguintes:

1.^a São juizes commissarios das fallencias, art. 1042.

2.^a Compete-lhes, no impedimento por molestia temporaria do juiz presidente, nomear um dos advogados do número do tribunal para presidir e deferir nas audiencias de expediente. Cod. Com: art. 1076 e 1077.¹²

3.^a Marcar com o juiz presidente a dilação para prova, que tiver de fazer-se em logar distante do reino, ou no estrangeiro, art. 1080.

¹² Esta disposição tem logar nos tribunaes de 1.^a instancia commercial de Lisboa e Porto; porque, quanto aos estabelecidos na sede dos districtos commerciaes do reino e ilhas adjacentes, o impedimento e a falta do juiz presidente deve ser supprida segundo as regras prescriplas pela N. R. J., e Lei de 18 de Julho de 1855 (§ 46—49).

4.^a Nomear d'entre os jurados substitutos um para presidir aos exames, vistorias e louvações, que forem necessarios, e dar ao tribunal a sua informação, em separado, nos termos dos art. 1001—1003.

5.^a Declarar por sentença, com o presidente do tribunal, a abertura do processo de falência, nos termos dos art. 1129 e 1130 ¹³.

§ 109

Ao juiz de direito de 1.^a instancia commercial compete exclusivamente:

1.º Deferir e regularizar todos os actos preparatorios do processo commercial, para o que fará as audiencias de expediente. Cod. Com. art. 1073. e 1075 ¹⁴.

2.º Decidir o julgar as questões que são puramente de direito. Cod. Com. art. 1029 e 1030, e N. R. J., art. 103, §§ 1 e 2.

3.º Homologar o arbitramento dos juizes arbitros voluntarios, em que houver renuncia do recurso, interpondo o seu decreto judicial ¹⁵, art. 1109.

4.º Conhecer por appellação das cousas proferidas por arbitros commerciaes excedentes a 50\$000 réis. Vid. §§ 118 e 119, e nota (18).

5.º Conhecer nas causas sobre prezas ou provenientes de prezas feitas por navios de guerra, ou armadores, portuguezes. N. R. J.; art. 103. n.º a. (Vid. nota (8) ao § 105; e Sr. Rosado, Man. § 14 e nota a).

¹³ As attribuições do jury commercial é necessario que sejam definidas por um modo conveniente á recta administração da justiça: sua intervenção e decisão em questões de direito, e na sua applicação está em desarmonia com a natureza da instituição do jury; nem será fácil encontrar jurados com as habilitações, e instrucção sufficiente para decidirem com acerto e justiça as questões de direito. A ordem do processo commercial tambem carece de reforma, pois em alguns casos é tumultuaria.

¹⁴ Nos tribunaes de commercio de 1.^a instancia ha audiencia de expediente; e sessões ou assentadas do tribunal. Art. 1073—1075 e 1088.

¹⁵ Nas causas, em que intervêm arbitros necessarios, póde o Tribunal conhecer do merecimento do arbitramento, confirmando-o ou revogando-o. Art. 1112.

6.º Compete-lhe igualmente a policia e ordem do tribunal e suas assentadas, e audiencias. Cod. Com. art. 1038.

§ 110

Compete exclusivamente ao juiz de 1.^a instancia commercial de Lisboa, conhecer:

1.º Das justificações ultramarinas.

2.º Das causas sôbre heranças ultramarinas.

3.º Das causas, que os credores as heranças dos defunctos do ultramar intentarem para poderem receber a importancia das suas dívidas. N. R. J., art. 104, n.ºs 1, 2 e 3. Sr. Rosado, *Man.* § 16 e nota (a).

§ 111

É applicavel aos secretarios do tribunal de 1.^a instancia commercial o que se disse no § 102; as suas funcções e obrigações são as marcadas nos art. 1056—1061, e outros do Cod. Com. Sr. Rosado, *Man.* § 19.

Nos tribunaes commerciaes do continente do reino e ilhas adjacentes, servem de secretarios os respectivos delegados do procurador régio. Decreto de 19 de Abril de 1847, art. 2, e § un.¹⁶

§ 112

Quanto aos escrivães dos tribunaes commerciaes de 1.^a instancia, tem aqui applicação o que § 102. Sr. Rosado, *Man.* § 21.

Nos tribunaes commerciaes do reino, e ilhas adjacentes, servem de escrivães aquelles d'entre direito, que forem propostos por estes, e presidente da Relação Commercial. Decr. de 1847, art. 2, § un.

¹⁶ O Decreto de 16 de Fevereiro de 1852 determina, que, quando nos processos commerciaes haja a requerer pelos interesses da Fazenda, sirva de agente do Ministerio Público; em Lisboa, o delegado da 4.^a vara;—no Porto, o delegado da 3.^a vara; — nos outros juizos, se nomeie pelo juiz um advogado, e na sua falta pessoa idonea.

§ 113

No tribunal de commercio de 1.^a instancia de Lisboa ha um escrivão privativo para escrever nas causas e processos mencionados no § 110. Este escrivão exerce cumulativamente os officios de tabellião e fiscal da autenticidade dos documentos, e identidade das pessoas, e tem, por distribuição, a terça parte das causas commerciaes de 1.^a instancia. N. R. J., art. 104, § un.

§ 114

Pelo que respeita ao porteiro e mais empregados, veja-se o que fica exposto no § 103.

SECÇÃO 4.^a

Dos arbitros commerciaes nas comarcas e julgados do reino, e seus dominios, aonde não ha tribuanes de 1.^a instancia commercial.

§ 115

As causas commerciaes, nos logares do reino e sus dominios, aonde não ha tribunaes de commercio de 1.^a instancia; são decididas por arbitros, precedendo sempre a conciliação, como preliminar indispensavel n'estas causas.¹⁷ Cod. Com. art. 1032. N. R. J., art. 103, § un. e Decreto de 19 de Abril de 1847, art. 4. Sr. Rosado, Man. § 94.

§ 116

Quando as partes se não têm conciliafo, a que houver de propor a sua acção commercial, requer ao juiz de direito no julgado cabeça de comarca, ou ao juiz ordinario dos outros julgados, seja citada a outra parte para em audiencia se louvarem e nomearem arbitros

¹⁷ As causas commerciaes propostas perante os tribunnaes de 1.^a instancia commercial não carecem de conciliação. Port. De 7 de Março de 1834.

commerciaes; se a parte se recusa, é feita a nomeação pelo juiz. Cod. Com. art. 753, 766 e 1032.

§ 117

Feita a nomeação dos arbitros, são estes notificados, presta-se-lhes juramento, — e ficam sendo juizes competentes para deferir ao preparatorio do processo, e proferir o arbitramento final. Sr. Rosado, *Man.* § 95 e nota.

Os arbitros nas questões, que lhes são submettidas, devem observar a legislação commercial, applicando-a aos casos occorrentes; e o arbitramento deve ser motivado sem ostentação, com clareza e precisão. Cod. Com. art. 757 e 1035 (Vid. § 124)

§ 118

O arbitramento deve ser homologado pelo juiz de direito, ou ordinario, interpondo o seu decreto e authoridade judicial; e se o valor da causa exceder a 50\$000 réis, dará appellação para o tribunal de 1.^a instancia commercial mais vizinho¹⁸. Cod. Com. art. 750, 1033, 1109 e 1110. (Vid. art. 750 e Sr. Rosado, *Man.* § 96 e not.)

§ 119

O tribunal de instancia commercial no processo e julgamento da appellação observara a legislação, que regula o tribunal de commercio de 2.^a instancia. Cod. Com. Art. 1111.

¹⁸ A alçada dos tribunaes commerciaes, que se compõe de quatro jurados, é de 40\$000 réis; e porisso, n'esta hypothese, os arbitros têm maior alçada que o tribunal para quem d'elles se recorre. É portanto necessario harmonisar esta disposição com as precipções dos decretos de 20 de abril de 1847, e de 6 de Março de 1850, que alteraram as alçadas commerciaes (§ 106).

§ 120

Além dos arbitros necesarios, que têm logar nas causas, de que tractamos n'esta secção; e nas questões entre socios commerciaes na fórma dos art. 748 e 749; podem as questões commerciaes ser decididas por arbitros voluntarios, nomeados em compromisso pelas partes. Cod. Com. art. 1030, pr.

§ 121

O compromisso da nomeação e designação de arbitros póde ter logar por escriptura pública, ou particular: por acto judicial, ou extrajudicial. Cod. Com. art. 751 (§ 253).

§ 122

No compromisso deve marcar-se e tempo, dentro do qual os arbitros devem apresentar o seu arbitramento. Não concordando as partes a este respeito, ao juiz do tribunal, ou ao magistrado ordinario do logar, aonde não ha tribunal, compete regular esta dilação.—Os arbitros em caso de empate, nomeiam um terceiro para desempatar, a não ser nomeado no compromisso. Não se accordando, devolvesse a nomeação *ex officio* ao juiz do tribunal commercial ou ás justiças ordinarias, aonde não houver tribunal. Cod. Com. art. 752 e 756. (Vid. § 254.)

§ 128

No processo perante os arbitros, e decisão das questões commerciaes, devem estes observar a legislação commercial; e quando esta for omissa, guardar-se-ha a lei geral. Cod. Com. art. 1 e 1035 ¹⁹. Vid. Cod. Com. art. 748—760, 1030—1035, 1109 e 1112. N.R.J., art. 150—156, 225 e 234. Ord. liv. 3, tit. 16, e §§ respectivos. (§§ 253 e 258).

¹⁹ As disposições ácerca dos arbitros commerciaes estão dispersas em varios artigos do Codigo, e baralhadas por tal fórma as que dizem respeito aos arbitros necesarios e voluntarios, que é necessario todo o cuidado para que se não faça uma errada e indistincta applicação das suas provisões.

SECÇÃO 5.^a

Dos juizes de paz.

§ 124

Em negocios commerciaes competem aos juizes de paz as atribuições referidas no § 72. Sr. Rosado, *Man.* § 22.

CAPITULO III

Dos juizes, tribunaes e authoridades, que exercem jurisdicção e attribuições criminaes.

Os juizes, tribunaes e authoridades que exercem attribuições criminaes, vem referidas nos nossos. *Elementos do Processo Criminal* —Tit I. *Da organização judiciaria criminal* — desde o § 1 até 33.

Nota final ao Titulo I

DA ORGANISAÇÃO JUDICIARIA EM GERAL

A acção da justiça deve exercer-se sobre toda a superfície de um Estado: porisso o poder judiciario é distribuido por diversas authoridades estabelecidas para administrar justiça em uma dada extensão de territorio.

Creadas para applicar as leis, as authoridades judiciarias, para facilidade e regularidade d'esta applicação, são divididas, segundo a natureza dos negocios, em civis, criminaes e commerciaes.

O fim da sua instituição é decidir com justiça as diversas questões, que lhes forem sujeitas: para obter este fim, e evitar os riscos da parcialidade e do erro, se tem estabelecido entre as differentes authoridades e tribunaes uma hierarchia, segundo a qual as decisões proferidas em 1.^a instancia, pelo menos em negocios de maior interesse, possam ser reformadas por appellação na instancia superior; e que esta mesma tenha como regulador um Tribunal Supremo, instituido para assegurar a uniformidade da jurisprudencia, e a estricta execução das leis, cassando as decisões, que as violaram.

Em harmonia com estes principios é que foi delineada, a actual organização judiciaria; é eram tambem estas as bases, em que assentava a organização judiciaria anterior ao decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, salvas as differenças, que existem entre uma e outra, e que notaremos opportunamente.

No principio da monarchia poucas eram as leis, e raras as contendias particulares; porisso os nossos imperantes muitas vezes as julgaram por si mesmo. A historia nos menciona, entre outras, algumas causas julgadas pelo conde D. Henrique; e as questões entre o Bispo de

Coimbra e o Abbade de Lorvão, que foram decididas pela rainha D. Thereza.

Posteriormente, não podendo os nossos reis empregar-se em julgar as contendas dos particulares, delegaram este poder em magistrados; e os primeiros, que houve n'este reino, foram os *Alvazis*, que eram eleitos pelo povo d'entre os naturaes das terras, e segundo os seus foraes; e d'aqui provieram os juizes ordinarios de eleição popular. Ord. liv. 1, tit. 67. N'estes tempos não havia outros magistrados superiores; e de suas sentenças só se appellava para o conselho dos homens bons, na presença do Conde, Governador ou Tiuphado, e extraordinariamente para o rei; alli se decidiam as questões de plano, e *ex bono et aequo*, segunda as leis foraes, ou direito consuetudinario. Fr. Manuel da Rocha, *Portugal renascido*, cap. 7, n.º 134.

Esta ordem dos juizos, e modo de julgar se observou até D. Affonso II, que nas Cortes de Coimbra em 1211 estabeleceu leis geraes, e constituiu juizes nas cidades e villas mais consideraveis. Posteriormente foram creados *Pretores* ou *Corregedores*, um em cada provincia; e as appellações, que antes se interpunham para o conselho dos homens bons, eram decididas por estes magistrados, que saiam da ordem da nobreça até ao tempo de D. João II, que mandou fôsem nomeados d'entre os jurisconsultos.

Succederam-se depois os *Adelantados* e *Sóbre-Juizes*, que exerciam quasi as mesmas funcções e jurisdicção, que os correge-dores.

A ordem do processo começou a ser mais ampla e solemne, ao passo que as nossas leis se desviavam da antiga simplicidade. Os limites da monarchia iam-se alargando pelas conquistas; e augmentando-se a população, e variando com o andar dos tempos as necessidades e relações dos povos, é visto, que as poucas e singelas leis do principio da monarchia eram insufficientes para reger uma sociedade, que se ia

transformando pela extensão de suas relações-internas e externas, e pela variedade de seus habitos e costumes.

A legislação, portanto, não podia deixar de acompanhar o movimento da sociedade, e soffrer alterações nos seus diversos ramos; mas, além d'esta causa, a introdução do Direito Romano, e a consideração que começaram a gozar os jurisconsultos; especialmente no tempo de D. João I, contribuíram para estabelecer diversos juizes e tribunaes, e uma nova e mais complicada ordem do processo. A introdução do Direito Canonico tambem influiu n'este sentido; o successivamente se foram crearido Relações, tribunaes, e magistrados etpenciaes, civis, criminaes e militares dos orphãos; da Corôa, do patrimonio real, etc, até completar o quadro da organização judiciaria, que existia ao tempo da execução do decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, de que vamos a dar uma breve notícia.

ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA ANTERIOR À EXECUÇÃO DO DECRETO N.º 24 DE 16 DE MAIO DE 1882

DIVISÃO JUDICIAL DO REINO.

O reino era dividido em districtos judiciais, — em Comarcas, - — termos, — e vintenias.

Tribunaes

DESEMBARGO DO PAÇO

O primeiro tribunal do paiz era o Desembargo do Paço. No tempo de D. João I, alguns historiadores fazem menção dos desembargadores do Paço; havia dois para despacharem as causas com o rei.

D. João II, não podendo pelas suas doenças despachar por si só todos os negocios e causas, nomeou dois ministros para o ajudarem a

despachar, dando-lhes nome e regimento: porisso póde dizer-se que este tribunal foi instituido por D. João II.

Ha muitas e diversas leis de D. Manuel, D. João IH, e D. Sebastião, descrevendo as suas obrigações, e definindo a sua authoridade.

Este tribunal exercia n'estes tempos as funcções, que depois tiveram os secretarios de Estado: porisso não tinha presidente algum, porque era o proprio rei o presidente. D. Sebastião foi o primeiro., que lhe nomeou presidente D. João de Mello. Ultimamente Philippe II definiu as suas obrigações e authoridade na Ord. liv. 1, tit. 3, e depois em 1582 lhes deu novo regimento, que se acha no fim da Ord. liv. 1.

Competia a este tribunal conceder ou denegar revistas, — e dispensar as leis, para o que especialmente era authorisado pelo seu regimento, — e outras attribuições de graça. Vid. Ord, liv. 1, tit. 3, e o novo regimento.

A este tribunal corresponde em categoria na organização actual o Supremo Tribunal de Justiça; mas não são tão vastas as suas attribuições, se bem que exerce algumas d'ellas, taes como a concessão ou denegação das revistas.

Além do Desembargo do Paço e das Relações dos districtos judiciaes, havia alguns tribunaes, que, não obstante serem excentricos ao quadro regular da organização judiciaria, exerciam, além das funcções administrativas, a jurisdicção contenciosa. Taes eram os seguintes.

CONSELHO DA FAZENDA

Este tribunal datava de remota antiguidade; e não consta a epocha da sua instituição: foi reformado por Philippe II em 1591.

Competia-lhe a administração da Fazenda Real: no principio tinha sómente jurisdição voluntaria para arrecadar e administrar a Fazenda; e quando se suscitavam duvidas em negocios, que lhe eram relativos, estas eram resolvidas pela Casa da Supplicação. D. José I, pela lei de 22 de Dezembro de 1761 lhe concedeu jurisdição contenciosa, encarregando este tribunal de conhecer das duvidas e questões sôbre negocios da sua competencia. Foi unido ao real erário por carta de lei de 17 de Dezembro de 1790.

MEZA DA CONSCIENCIA E ORDENS

Foi creado este tribunal por D. João III, em 1532, com o titulo de Meza da Consciencia, e especialmente destinado para consultar e expedir os muitos e differentes negocios, que tocavam á obrigação da sua consciencia, e que não se podiam expedir pelos tribunaes de Justiça e Fazenda, que então havia; posteriormente lhe foram commettidos os negocios das ordens militares nos termos do Regimento de 1608, e foi denominado este tribunal — Meza da Consciencia e Ordens. Tambem lhe competia o conhecimento dos negocios tocantes á arrecadação das heranças dos defunctos e ausentes nas possessões ultramarinas — ao resgate dos captivos — aos hospitaes, gafarias, e albergarias que fôsem da real protecção — capellas dos reis, e testamentarias — mercearias de D. Affonso IV, e da rainha D. Beatriz, D. Cathariha, D. Leonor, infante D. Luiz, etc — a diversos recolhimentos, e collegios em Lisboa — capellas de D. Affonso IV, etc.

A respeito da instituição, historia, e attribuições da Meza da Consciencia e Ordens, veja-se a excellente e erudita memoria do Sr. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, apresentada em sessão de Cortes de 31 de Agosto de 1822, e que serviu de relatorio a um projecto para a extincção d'este tribunal, e foi publicada no Diario de Cortes, tom. 7 a pag. 307.

Este conselho foi instituído por D. João IV em 14 de Julho de 1642. Versavam as suas attribuições sobre a administração dos negócios ultramarinos, e arrecadação dos direitos das possessões e domínios do ultramar.

Só tinha jurisdição voluntaria; mas D. José I lhe concedeu jurisdição contenciosa em todos os negócios da sua competencia. Lei de 6 de Julho de 1763.

Este conselho foi restabelecido com nova organização pelo Decreto de 23 de Setembro de 1851, e lhes foi dado regimento, pelo Decreto de 22 de Dezembro de 1852.

MEZA CENSORIA.

O tribunal da Mesa Censoria foi instituído por D. José I em 9 de Abril de 1768. A sua jurisdição versava sobre matérias litterarias e scientificas. Competia-lhe declarar os livros, que por suas doutrinas deviam ser prohibidos; examinar aquelles, cuja publicação se pretendesse, concedendo; licença para serem impressos os que eram approvados: a Sr.^a D. Maria I, em 1787 ampliou muito a sua jurisdição dando-lhe a denominação de — Real Mesa da Commissão Geral sobre exame e censura de livros. — Foi abolida por carta de lei de 17 de Dezembro de 1794.

JUNCTA DO COMMERCIO

Foi creada a Juncta do Commercio em 30 de Setembro de 1755, por D. José I, que lhe deu estatutos em 16 de Dezembro de 1755.

Competia-lhe conhecer das cousas, respectivas ao commercio, especialmente das fallencias, exercendo n'estas causas as attribuições, que hoje pertencem aos tribunaes commerciaes: taes eram receber dos fallidos a declaração do seu estado, proceder á arrecadação dos seus haveres, publicar e qualificar a quebra, mandar, proceder á arrematação

dos bens do fallido, e ao pagamento dos credores conforme as prerrogativas dos seus titulos. Vid. Leis de 13 de Novembro de 1756, 1.º de Setembro de 1757, 12 de Março de 1760, e Silva Lisboa, *Principios de Dir. Merc.* tract. 7.

CONSELHO GERAL DO SANCTO OFFICIO

D. João III foi quem instituiu este tribunal em 1547 por bulla de Paulo III. As inquisições tinham já antes sido estabelecidas no reino,— a de Evora em 1530; — a de Lisboa em 1539; — a de Coimbra em 1541; — a de Gôa só o foi em 1560. Conhecia dos negocios pertencentes á fé; — como dos crimes de apostasia e heresia: tinha o poder de impôr penas e executal-as: o processo perante este tribunal era secreto, informe e arbitrario: não havia meios de defesa; e os suppostos criminosos, arrancados do seio das suas familias no meio das trevas, eram lançados nas masmorras da inquisição, sem d’elles haver mais notícia. Foi reformado pelo Marquez de Pombal no Regimento de 10 de Setembro de 1774. Posto que nos últimos tempos não nos apresentasse os horriveis espectaculos das fogueiras; e o espirito do século fizesse conter este tribunal na sua carreira devastadora e sanguinaria; ainda assim muitos homens illustres foram então experimentar os seus carceres, ou tiveram que expatriar-se: taes foram José Anastacio da Cunha, Francisco Manuel do Nascimento, Antonio Moraes e Silva, e outros.

A pretexto de crimes religiosos commetteram-se por este tribunal as maiores atrocidades; as páginas da sua historia são cheias de sangue e horrores. Não podemos esquecer uma illustre victima d’este nefando tribunal, — o sábio e virtuoso Antonio Homem, lente da Universidade de Coimbra, e a maior illustração do seu tempo. A sua independencia, saber e virtudes eram, incommodas a muitos dos seus collegas do Cabido da Sé de Coimbra, aonde tambem era conego: as intrigas e perseguição d’esta corporação o levaram aos carceres da inquisição, e ás fogueiras do Terreiro do Paço, aonde terminou seus dias

tão insigne varão. Esta instituição, repugnante á religião e á moral, foi uma das maiores calamidades, que pesaram sôbre o povo portuguez. A sua influencia malefica esterilizou todos os elementos de prosperidade pública, e de aperfeiçoamento moral dos povos: e por tal fórma se linha pronunciado a opinião contra este tribunal; que nas Cortes de 1820 foi abolido por aclamação. Lei de 5 de Abril de 1821. Vid. Sr. Bas. Alb. *Liç. de Dir. Crim.* tit. 2, § 11. Sr. Mell. Fr. *Inst. Jur. Crim.*, tit. 2, § 11 e nota.

JUNCTA DOS TRES ESTADOS

Foi creada em 18 de Janeiro de 1643; conhecia das causas sôbre contribuições para defesa do reino — das dúvidas sôbre a intelligencia do Regimento dos novos direitos — e tinha jurisdicção sôbre caudelarias, etc. Foi extincta por Alv. de 8 de Abril de 1813, passando a sua jurisdicção para o Conselho da Fazenda e da Guerra, nos objectos respectivos.

Havia, além dos tribunaes referidos, alguns outros com attribuições, pela maior parte, administrativas, o que se póde ver no *Repert.* de Fernandes Thomaz, verbis — *Juncta — Mesa — Tribunal.*

DISTRICTOS JUDICIAES

Relações

O continente do reino era, como hoje, dividido em dois districtos judiciaes; cada um d'estes districtos tinha uma Relação. A sua sede era em Lisboa e Porto.

CASA DA SUPPLICAÇÃO

A Relação de Lisboa era denominada Casa da Supplicação. Não se sabe a antiguidade d'este Senado: só consta de Duarte Nunes de Leão na *Chronica de D. João I*, que este rei mudara a dicta Relação de

Santarem para Lisboa. O mesmo rei lhe nomeou para regedor D. Fernando da Guerra.

Esta Relação constava de dez desembargadores agravistas para conhecerem das appellações e agravos; quinze desembargadores extravagantes; dois corregedores do crime da Côrte; dois do cível; chanceller; juiz da chancellaria; dois juizes da Corôa; procurador da Corôa; procurador da Fazenda; e promotor das justiças. Ord. liv. 1, tit. 5, pr.

Competia a este tribunal conhecer das appellações e agravos interpostos dos juizes do districto da sua Relação; d'alguns feitos que iam por agravo da Relação do Porto; e dos agravos ordinarios interpostos dos juizes de maior graduação, como o juiz da India e Mina, conservador da Universidade de Coimbra, etc. Ord. liv. 1, tit. 6 pr. e tit. 36. pr., Pereira e Sousa *Primeiras Linhas Civ.* nota 647.

Tambem lhe competia interpretar authenticamente as leis por meio de assentos. Ord. liv. 1, tit. 6, § 5, e Lei de 18 de Agosto de 1769, § 2 e 8. Era superior em categoria e attribuições ás outras Relações, como declara a cit. Lei de 18 de Agosto § 8.

RELAÇÃO DO PORTO

Este Senado foi erigido por Philippe II, ou antes mudado para o Porto; porque em Lisboa, além da Casa da Supplicação, havia a do cível, e esta foi transferida para o Porto a instancias dos povos do Minho e Tras-os-Montes, nas Cortes de Thomar em 1581. O mesmo rei lhe nomeou Pedro Guedes para governador, chamando-o assim para differença do regedor da Casa da Supplicação.

Este tribunal constava quasi do mesmo número de juizes que a Casa da Supplicação. Ord. liv. 1, tit. 35, § 3.

Competia-lhe conhecer das appellações, agravos e cartas testemunháveis dos juizes das comarcas de Tras-os-Monres, de entre e Douro e Minho, e da Beira, excepto a comarca de Castello-Branco, que pertencia ao districto judicial da Casa da Supplicação, Ord, liv. 1, tit. 37 pr. Das sentenças d'esta Relação excedentes á sua alçada, cabia o agravo ordinario para a Casa da Supplicação. Cit. Ord. § 1 e 2.

Esto tribunal, até á lei de 18 de Agosto de 1769, tomava assentos sôbre a interpretação das leis, na fórma da Ord. liv. 1, tit. 5, § 5; e estes eram lidos como interpretações authenticas. Aquella lei no § 8 declara que esta attribuição não competia ás Relações subalternas; e fez dependentes da confirmação da Casa da Supplicação os assentos, que estas tomassem. Vid. Sr. Correia Telles *Commentario* á tit. lei, § 8.

RELAÇÃO DE GÔA, BAHIA, RIO DE JANEIRO, MARANHÃO E PERNAMBUCO

Além das Relações de Lisboa e Porto havia nos dominios portuguezes a Relação de Gôa, que ainda existe, e foi estabelecida em 1588; e até á separação do Brazil, as da Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco.

A Relação da Bahia foi erigida em 3 de Março de 1609 por Philippe III, o qual lhe deu regimento. Este Senado foi decaindo pouco a pouco por falta de ministros e presidente, até que D. João IV tornou a instaurar-o, dando-lhe novo regimento em 12 de Setembro de 1652.

A Relação do Rio de Janeiro foi creada por D. José I em 13 de Outubro de 1751. Era regida pelas mesmas leis, que observavam as outras Relações. Foi elevada á dignidade de Casa da Supplicação pelo Alv. de 10 de Maio de 1808; mas por Decr. de 13 de Janeiro de 1822 art. 3 foi reduzida á categoria de Relação Provincial.

A Relação do Maranhão foi instituida em 1812, e deu-se-lhe regimento em 13 de Maio do mesmo anno. A Relação de Pernambuco foi

erigida pelo Alv. de 6 de Fevereiro de 1821; e sôbre estar e a do Maranhão deu algumas providencias a lei de 20 de Abril de 1822.

Comarcas

Os districtos judiciaes compunham-se de comarcas, e estas de termos, aos quaes na actual organização correspondem os julgados.

CORREGEDORES

A cada comarca presidia um corregedor: este era o principal magistrado da comarca; conhecia por agravo dos despachos dos juizes de fóra e ordinarios, e tinha muitas e diversas attribuições, que constam da Ord. liv. 1, tit. 58, e outras leis. Vid. nota á secção 5.^a *Dos juizes de direito das comarcas.*

PROVEDORES E CONTADORES DAS COMARCAS

Tambem havia em algumas comarcas um provedor e contador de Fazenda; e de ordinario o circulo de uma provedoria abrangia mais de uma comarca. Ex. a provedoria de Coimbra comprehendia esta comarca e a de Arganil.

Os provedores conheciam do cumprimento dos testamentos, e causas de orphãos; e tinham inspecção nas capellas, confrarias, hospitaes, albergarias, e outros estabelecimentos pios; e como contadores de Fazenda, conheciam dos negocios e questões pertencentes a esta, e tinham outras mais attribuições, que se podem ver na Ord. liv. 1, tit. 63, e leis extravagantes. A maior parte d'estas attribuições pertencem hoje ás autoridades administrativas.

JUIZES DE FÓRA

Nos termos cabeças das comarcas, havia pelo menos um juiz de fóra, que, accumulava as funções civeis, criminaes e orphanologicas, e se denominava — juiz de fóra do civil, crime e orphãos. — Mas algumas

vezes estas funcções se dividiam por outro magistrado, que recebia a denominação conforme a natureza das diversas attribuições, que estavam a seu cargo. Ex., em Coimbra havia um juiz de fóra do civil, e outro magistrado denominado — juiz do crime e orphãos, — porque exercia estas attribuições: em Evora havia um juiz de fóra do civil e crime, e outro magistrado, que exercia as funcções orphanologicas, e porisso se denominava — juiz dos orphãos. — As attribuições d'estes magistrados constam da Ord. liv. 1, tit. 65 e 88, e leis posteriores. Vid. Sr. Mell. Fr. *Inst. Jur. Civ. Lus.* liv. 1, tit. 2, § 11.

Termos

Os termos da antiga organização judiciaria correspondem aos julgados actuaes.

JUIZES DE FÓRA E ORDINARIOS

Nos termos havia juizes de fóra ou ordinarios; entre uns e outros dava-se pequena differença de attribuições: o seu regimento era a Ord. liv. 1, tit. 65; além da jurisdição civil, criminal e policial, exerciam tambem a orphanologica n'aquelles termos, em que não houvessem juizes dos orphãos, cit. Ord. § 3; e n'esta parte o seu regimento era a Ord. liv. 1, tit. 88. Os juizes ordinarios eram de eleição popular na fórmula da Ord. liv. 1, tit. 67, e exerciam as suas funcções por um anno. Os juizes de fóra eram triennaes, e de nomeação régia. Estes foram instituidos por D. Manuel, quando antes todos, eram ordinarios, e eleitos dos naturaes das terras. Vid. nota á secção 6.^a — *Dos juizes ordinarios.*

OUVIDORES

Tambem em algumas terras os juizes de fóra eram postos por *ouvidores*; e estes exerciam no logar da sua ouvidoria as funcções, que competiam aos corregedores das comarcas. Ord. liv. 1, tit. 59. Estes ouvidores de ordinario eram postos nos mestrados, e terras dos

donatarios, e conheciam, por agravo, dos despachos dos juizes das terras, que pertenciam á sua jurisdicção. Eram uma authoridade fóra do quadro regular da divisão e organização judiciaria; mas foram extinctos pela lei de 19 de Julho de 1790, declarada por outra de 7 de Janeiro de 1792.

CAMARAS MUNICIPAES

Em todos os termos, (que tambem se denominavam concelhos) havia uma Camara Municipal, como hoje ha em todos os concelhos (ou julgados). A estas pertencia o regimen economico do municipio; tinham inspecção sôbre a abertura, concerto e reparos dos caminhos, fontes, pontes, calçadas, etc. Era das suas attribuições fazer restituir ao concelho as possessões, caminhos, rocos e servidões, que andassem alheados. Ord. liv. 1, tit. 66, § 11 e 21. Competia-lhes fazer posturas para a economia, e bom governo interno da cidade, ou villa, que governavam, cit. Ord. § 28; e outras attribuições economicas e administrativas, constantes da cit. Ord. liv. 1, tit. 66; muitas das quaes ainda hoje lhes pertencem pelo Codigo Administrativo.

As camaras eram presididas pelo juiz de fóra, ou ordinario, e com estes exerciam algumas funcções judiciaes; pelo que julgavam os feitos das injurias verbaes, de furtos pequenos, e da almotaçaria. Ord. liv. 1, tit. 65, § 23 e 24, e tit. 66, § 5, e tit. 68, § 2.

Os vereadores eram electivos e annuaes na fórmula da Ord. liv. 1, tit. 67. Servia perante as camaras um procurador do concelho. Ord. liv. 1, tit. 69. Vid. Borges Carneiro. *Direito Civil de Portugal*, tom. 3, liv. 1, tit. 37.

ALMOTACÉS

Os almotacés eram eleitos annualmente em número de vinte e quatro, servindo dois cada mez. Ord. liv, 1, tit. 67, §§ 13. 14 e 15. Era

das suas attribuições o prover á limpeza da cidade, ou villa da sua jurisdição, Ord. liv. 1. tit. 68, § 18; — inspeccionar os pesos e medidas, mandando aferil-as nas epochas marcadas na cit. Ord. § 16; — taxar os preços do pescado, § 12; — inspeccionar a matança dos gados, e se os carnicheiros pesavam, bem a carne; — igualmente se as padeiras vendiam o pão com o peso marcado, — ou se usavam de pesos falsos, cit. Ord. § 5 e 10; e fiscalisavam a observancia das posturas, cit. Ord. pr. e § 11.

Além d'estas e outras attribuições, referidas na cit. Ord., julgavam as coimas summariamente, e as causas sôbre servidões urbanas, e os embargos de obra nova dentro das villas ou cidades da sua jurisdição, observando n'estas causas a ordem do processo marcada na lei. Ord. liv. 1, tit. 68, § 1 e 2, e 22—42. Grande parte das attribuições administrativas d'estes magistrados pertencem hoje aos administradores do concelho. Vid. Lobão. Acç. Sum. tom. 2. Dissert. 13, art. 5, § 45—59, Sôbre a origem, ministerio e jurisdição dos almotacés, veja-se o Sr. A. Herculano, *Hist. de Portugal*, tom. 4, liv. 3, parte 2.^a pag. 232 e seguintes.

Vintenas.

Em toda a aldeia, que distasse uma legua da cidade, ou villa, de cujo termo era, e que tivesse vinte, vizinhos e d'ahi para cima, havia um

JUIZ DE VINTENA OU PEDANEO

O juiz de vintena era electivo e annual; e decidia verbal e summarissimamente as questões sôbre movel de pouco valor. A sua alçada variava, segundo a menor ou maior população: — se a aldeia era de vinte vizinhos até cincoenta, a sua alçada era de cem réis; — sendo de cincoenta a cem vizinhos, conhecia das causas até ao valor de duzentos réis; — sendo de cem a cento e cincoenta vizinhos, a sua alçada era de

trezentos réis; — quando a população excedia a duzentos vizinhos, então conhecia d'estas causas até ao valor de quatrocentos réis.

Conheciam também, segundo as posturas dos concelhos, das coimas e damnos (não sendo por facto criminoso) entre os moradores da sua aldeia, e davam á execução as suas sentenças. Não conheciam de contendas sôbre bens de raiz. Prendiam os criminosos e malfeitores em flagrante, ou por mandado da authoridade competente. Estes juizes correspondem nas attribuições e jerarchia aos juizes eleitos da actual organização judiciaria. Vid. nota á secção 8.— *Dos juizes eleitos*.

Temos dado uma ideia abbreviada da divisão judicial anterior ao decreto n.º 24 de 16 de Maio, e dos tribunaes e authoridades, que exerciam attribuições judicarias nos districtos, — nas camarcas, — nos termos — e nas vintenas: mas além d'estas pertenciam também ao quadro da antiga organização judiciaria os

JUIZES ARBITROS

Estes eram eleitos por compromisso das partes para decidirem as suas questões na fórmula da Ord. liv. 3, tit. 16. Deviam observar a fórmula do processo estabelecido nas leis. Ord. liv. 3, tit. 17, pr. Como recebiam da lei o officio de julgar, ainda que não dessem á execução as suas sentenças, no que é conforme a actual legislação, eram, comtudo, considerados como juizes. Os arbitros, de que tracta a cit. Ord. liv. 3, tit. 16, são os arbitros voluntarios escolhidos livremente pelas partes. Esta entidade também faz parte do quadro actual da organização judiciaria. Vid. Sr. Mello Freire, liv. 1, tit. 2, § 21 *de judiciis*; — e o tit. d'estes *Elementos*, secção 9.^a *Dos arbitros*, — e nota inicial.

JUIZES DE PAZ

Nos últimos tempos não havia esta entidade judiciaria, e apenas a Ord. liv. 3, tit. 30, pr. recommendava como mero conselho, que

os juizes no principio das demandas tentassem conciliar as partes. — Mas em tempos remotos houve esta authoridade, instituida pelo Sr. D. Manuel sob a denominação de *avindores*, ou *concertadores de demandas*, a que foi dado regimento em 25 de Janeiro de 1519. — Em todas as cidades, villas, ou logares, havia um concertador de demandas: — nas villas ou logares servia este officio o juiz mais velho do anno antecedente; — e nas terras, aonde havia juiz de fóra, servia o vereador mais velho do anno anterior.—Tambem na Côrte. Casa da Supplicação e Casa do Civel havia officiaes especialmente nomeados para as funcções de concertador: — e levavam de assignatura o dobro do que levavam os concertadores das cidades e villas.

Eram objecto de conciliação todas as causas civeis ou crimes, em que não houvesse logar a Justiça; e este acto tinha logar ou a requerimento da parte, ou *ex officio*; porque os concertadores pelo seu regimento tinham obrigação de fazer todas as diligencias para compor e conciliar as partes, que soubessem andavam em demanda e discordia; e posto que fôsem requeridos para este acto por alguma das partes, não o diziam á outra parte, mas sim que procediam a esta diligencia, em virtude do seu officio. Se as partes convinham em composição, e o valor da contenda excedia a trinta mil réis, o concertador mandava chamar um tabellião, e era o concêrto reduzido a escriptura pública; se a quantia era menor de trinta mil réis, fazia-se um assignado com testemunhas. Nas questões sôbre bens de raiz, sendo os contendores casados, era necessario que os concertos fôsem outorgados pelas mulheres. Dos concertos, que se faziam, não excedentes a cinco mil réis, tinha o concertador pelo seu trabalho um tostão: a saber, de cada parte meio tostão; e de cinco mil réis para cima, recebia um tostão de cada parte.

Por esta breve notícia das attribuições dos *avindores* ou *concertadores de demandas*, se conhece que a elles correspondem os actuaes juizes de paz; e muitas das disposições do seu regimento se

acham na substancia reproduzidas na novissima legislação. Vid. secç. 7.^a
— *Dos juizes de paz* — nota inicial.

Ácêrca da origem e attribuições dos diversos magistrados e tribunaes, que constituíam a antiga organização judiciaria vejam-se as *Prelecções de Direito Patrio* pelo Sr. Ricardo Raymundo Nogueira, no anno lectivo de 1795 a 1796. Parte 3.^a, publicadas no Instituto de Coimbra, desde o n.º 18 do vol 7.º e continuadas no vol. 8.º

CONCLUSÃO

Temos dado uma ideia geral e abbreviada dos tribunaes e juizes, que constituíam a organização judiciaria anterior, ao Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832; além dos quaes ainda havia alguns magistrados e juizes privativos, que conheciam de algumas causas, que, ou tinham pela lei foro especial, ou diziam respeito a certas corporações e pessoas, que gozavam de privilegio de foro, e porisso não estavam sujeitas ao foro commum. Sr. Mell. Freir. *Inst. Jur. Cív. Lus.*, liv. 1, tit. 2, *de judiciis*, § 10.

Na Constituição de 1822 tinham sido lançadas as bases de uma nova organização judiciaria; e entre outras alterações, que se decretaram em relação ao systema antigo, a mais importante era a criação do jury, e consequentemente a divisão das funcções judicarias entre os magistrados e cidadãos, competindo a estes a avaliação do facto, e áquelles a appllicação do Direito; mas, tendo sido abolida aquella Constituição em 1823, ficou sem effeito a projectada reforma judiciaria, e continuou subsistindo a antiga ordem do processo.

Appareceu a Carta Constitucional de 1826; e ahi no tit. 6, cap. un. foram consignadas as bases de uma futura organização judiciaria em harmonia com os principios antes decretados na Constituição de 1822, avultando, entre outras providencias, a instituição do jury, e a criação dos juizes de paz: estas bases careciam de ser desinvolvidas em leis

regulamentares; e, ainda d'esta vez, os successos politicos d'aquella epocha obstaram á publicação e execução de uma reforma judiciaria, conforme aquellas bases.

Foi em 1832 que, pela vez primeira, no Decreto n.º 24 de 16 de Maio, publicado na ilha Terceira, appareceu a nova organização judiciaria, modelada pelas disposições da Carta Constitucional. Nas novas reformas então decretadas, além de se estabelecerem os meios practicos para que o jury e mais authoridades começassem a funcçionar, e se observasse a nova ordem do processo, separaram-se as funções judiciarias das administrativas (Decreto n.º 23 de 16 de Maio de 1832), que, pelo systema anterior se achavam confundidas, e exercidas simultaneamente: pelo que a divisão e separação entre o administrativo e judicial é tambem uma das novidades da actual reforma judiciaria.

O Decreto n.º 24 tem sido ampliado e alterado por leis posteriores, e especialmente pela anterior Reforma Judiciaria (Decretos de 29 de Novembro de 1836 e 13 de Janeiro de 1837), e pela Novissima Reforma Judiciaria (Decr. de 21 de Maio de 1841); mas, tendo estas posteriormente soffrido algumas modificações e alterações, principalmente pelas Leis de 16 de Junho, e 18 e 21 de Julho de 1855, e Decretos de 9 de Julho e 30 de Outubro do mesmo anno, vão ellas notadas nos logares competentes d'esta terceira edição da 1.^a parte dos nossos — *Elementos do Processo Civil* — ficando assim ao par do estado último da legislação.

TITULO II

Do processo em geral

CAPITULO I

Noções preliminares

§ 126

Processo é o complexo de regras e formalidades ¹, segundo as quaes se administra justiça em qualquer Estado. *Elem. do Proc. Crim.*, § 34, Per. e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 1 ².

§ 127

O processo em razão do seu fim é civil, ou criminal; em razão da sua causa efficiente e ecclesiastico ³, ou secular; em razão da sua forma é ordinario, summario, summarissimo, verbal, e executivo⁴. Pereira

¹ Sobre a distincção entre fórmula e formalidade veja-se o Sr. Peniz §§ 45—50. E sobre a diferença entre forma interna e externa dos actos juridicos o Sr. C. da Rocha § 95. Vid. Carré parte 3.^a, tit. 2, cap. 2, § 568 e Raymond Bordeaux liv. 3, cap. 1.

² Sob a denominação geral de processo se comprehendem todas as disposições, que pertencem á esphera das leis *judiciarias* ou *adjectivas*; e assim entendemos por codigo ou lei do *processo* a collecção d'aquellas; sciencia do processo o conhecimento das mesmas, e dos principios em que assentam. (Vid. Introd. n.ºs V, VI e X, e notas). Aqui, porém, considerâmos o processo no sentido e termos, em que se definiu no n.º IX e notas (17) e (18) da Introducção.

O processo toma-se em outras accepções, ex.; a propria contestação, por que se procede em juizo; e assim a define o Sr. Peniz, *Elem. de Práct. Form.* § 88, e Sr. Mell. Fr. *Inst. Jur. Civ. Lus.* lib. 4, tit. 7, § 2. Em sentido vulgar tambem se chama processo aos proprios autos e feitos, em que se escrevem os termos e autos respectivos a qualquer pleito. Vid. Lobão *Seg. Linh.* pag. 101. Sobre a etymologia do vocabulo — *processo* — vid. Carré, *Cours Élémentaire d'organisation judiciaire* 2.^a parte, liv. 1, tit. I, § 147. Rogron, *Introducc. ao Cod. de Proc. Civ. Fr.*, e Raymond Bordeaux cit. liv. 1, cap. 3.

³ Pela antiga legislação havia muitas causas processadas no foro ecclesiastico: — hoje o juizo ecclesiastico é só competente para as causas puramente espirituaes. N. R. J., art. 192. (§ 129).

⁴ Em razão da forma do processo as acções e causas judiciaes tambem se denominam ordinarias, summarias, summarissimas e executivas. Sr. Corr. Tell. *Acç.* § 15, e *Man. do Proc. Civ.* § 109. Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ. art. 2693 e 2698. Os antigos praxistas classificavam o processo em pleno, plenissimo, extraordinario, summario e summarissimo.— Os modernos em ordinario, summario, summarissimo, executivo e

e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 7, Sr. Peniz, §§ 88 e 90, Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 2.

§ 128

Processo civil é a fôrma segundo a qual se devem tractar em juízo as questões relativas ao patrimonio de cada um ⁵. Processo criminal é o complexo de fórmulas, que regulam a acção da justiça criminal⁶. Elem. do Proc. Crim. § 37, Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.*, nota 8 e *Prim. Linh. Crim.* § 1, Sr. Peniz, § 88.

§ 129

Processo ecclesiastico se diz a fôrma, segundo a qual devem ser tractadas no juízo ecclesiastico as causas da sua competencia⁷: e secular é a fôrma estabelecida pelas leis para regular em juízo as questões, que versam sôbre objectos profanos ⁸.

§ 130

Processo ordinario é aquelle, em que se guarda a ordem solemne das leis; os seus termos são mais amplos, e maiores as solemnidades. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 7 ⁹. N'este processo

verbal: " De todos usa a legislação patria nos casos por ella determinados " diz o Sr. Peniz, § 90; porisso adoptámos esta divisão comprehendendo o processo verbal no summarissimo. — Quando o juiz inverte ou pretere a ordem de qualquer processo classificada na lei, este processo se diz — tumultuado. Sr. Peniz, § cit. e Sr. Mello Freire, *Inst. Jur. Civ. Lus.*, liv. 4, tit. 7, § 14.

⁵ Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 3.

⁶ Vid. *Elem. do Proc. Crim.* §§ 37, 41 e 42.

⁷ Hoje não ha causas *mixti fori*; o foro ecclesiastico é só competente para as causas puramente espirituaes. Decr. n.º 24, art. 177. R. J., 2.ª parte, art. 7, e N. R. J., art. 192: laes são as causas, em que se disputa sôbre a validade ou nullidade dos sacramentos da Ordem ou Matrimonio, e Votos de profissão religiosa. Sr. Corr. Tell. *Man. do Proc. Civ.* § 53 (§ 190). A Portaria de 21 de Março de 1853 considerou como pertencentes ao foro ecclesiastico as causas do crimes ecclesiasticos para a imposição das penas canonicas.

⁸ O processo secular varia segundo a diversa natureza e valor das causas, que se ventilam em juízo; porisso vêm a receber diversas denominações (§§ 130—137).

⁹ A ordem do processo civil ordinario era prescripta na Ord. liv. 3, tit. 20: assim como a Ord. liv. 5, tit. 124 regulava o processo ordinario criminal, (Vid. *Elem. do Proc. Crim.* § 41, nota a). Este processo constara de libello articulado, contrariedade, réplica e tréplica.

ha libello articulado, contrariedade, réplica e tréplica. Correia Telles, *Acç.* § 15, nota 5 e *Man. do Proc. Civ.* § 75 e art. 262 e 263 da N. R. J.

§ 131

O processo ordinario tem logar em todas as causas excedentes a quatro mil réis em bens de raiz, e a seis mil réis em moveis ¹⁰, excepto aquellas, a que a lei marca um processo especial ¹¹. N. R. J., art. 253 e seguintes e 280.

Eram admittidas todas as excepções dilatorias, ou peremptorias; as dilações para prova eram mais longas, que as das causas summarias; havia razões finaes, e sentença final, que podia ser embargada, appellada, ou aggravada ordinariamente: eram tambem admittidos embargos aos despachos interlocutorios. Vid. Alberto Carlos de Menezes, *Práctica dos juizos divisorios*, cap. 1, § 2 e tabella annexa.

¹⁰ Alguns juriconsultos fundando-se principalmente nas disposições dos art. 253 e 570 da Ref. Jud. julgam que deve ser summaria a acção proposta perante o juiz de direito, quando o valor da causa não excede a sua alçada. Entendem, que a disposição do art. 253 da Ref., que torna summarias as causas, que excedem a alçada do juiz ordinario, e cabem na do juiz direito, sómente tem applicação ás demandas propostas perante o juiz ordinario. E como a Ref. Jud. torna summarias as causas, que cabem na alçada dos arbitros, do juiz eleito, e do juiz ordinario, que são juizes de menor consideração e confiança, tambem se deve considerar summaria a causa proposta perante o juiz de direito, cabendo na sua alçada. E sendo certo que, n'este caso, a sentença do juiz de direito tem a mesma fórma de execução, que a sentença proferida pelo juiz ordinario, não deve a acção ter processo differente.

Não adoptâmos esta opinião, não só porque o art. 246 da Ref. diz, que o valor da causa regula a fórma do processo; senão tambem porque o art. 327 da cit. Ref. ordena, que o juiz de direito nas causas, de que tomar conhecimento na cabeça de comarca, guarde a fórma do processo estabelecido no n.º 11 da mesma Ref. para o juiz ordinario, segundo o seu differente valor e natureza: d'onde se deduz, que nas causas excedentes a 4\$000 réis em bens de raiz, e 6\$000 réis em bens moveis, deve seguir o processo ordinario.

Nem obsta o art. 253 da Ref. nas palavras — julgados —, que não forem cabeças de comarca, — porque sómente querem indicar, que nos julgados cabeças de comarca não se procede em tudo polo modo estabelecido para as causas tractadas perante o juiz ordinario, como se vê dos art. 328-330 da Ref. a respeito dos recursos. Tambem não procede o argumento deduzido do art. 570 da Ref., porque tambem a execução da sentença proferida pelo juiz ordinario é regulada pelo mesmo processo da execução da sentença do juiz eleito, e apesar d'isso o processo da acção é differente: não póde pois argumentar-se do processo da execução para o processo da acção. Demais a qualidade de ser summario um processo não depende essencialmente de caber na alçada do juiz a causa, que se ventila, mas sim do seu valor e natureza, como se vê dos mencionados art. 246 e 327 da Ref. Jud. Vid. Gazeta dos Tribunaes, n.ºs 361 e 384.

¹¹ Taes são as causas de interdictos, attentados, soldadas e alimentos provisionaes, rendas de casas, pensões, tombos, demarcações, causas de Fazenda, etc. N. R. J., art. 281, 282 e 339. (Vid. § 135).

§ 132

As causas, a que a lei assigna processo ordinario, não podem ser tractadas summariamente, ainda convindo as partes. Silva á Ord. liv. 3, tit. 30 pr., Cordeiro, dub. 50, Sr. Peniz, § 170 e 171. Lobão, *Seg. Linh. Civ.* nota 8, e Silvestre Pinheiro, *Synops. do Cod. do Proc. Civ.*, n.º 181. Correia Telles, *Theoria da Interpr. das Leis*, §§ 119 e 120 ¹²; excepto as que forem julgadas por arbitros voluntarios; n'estas podem as partes no compromisso designar a ordem do processo. N. R. J., art. 226 ¹³. E devem as causas ser processadas ordinariamente, em quanto se não mostrar competir-lhes o processo summario ¹⁴. Lobão, *Acç. Sum.* § 4 e nota. Pereira e Sousa, not. 941, Ord. liv. 3, tit. 20, e N. R. J., art. 347 e 359.

§ 133

Processo summario é aquelle, em que se observa a ordem natural e substancial do processo, excluidas as solemnidades. Pereira e Sousa, Prim. Linh., nota 7 e §§ 479—481, Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 13 ¹⁵.

¹² Os A A. cit. seguem a opinião, — que as causas por sua natureza summarias podem transformar-se em ordinarias, convindo as partes; mas Lobão, *Acç. Summ.* § 4, nota *in fin.* abandona a opinião, que seguiu nas *Seg. Linh. Civ.* nota 8.^a Vid. Sr. Meirelles, *Rep. Jur.* n.º 513 e 2667, e Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2960.

¹³ Pela Ord. liv. 3, tit. 17 pr. e Decr. n.º 24 art. 30, os arbitros deviam seguir a ordem do processo, estabelecida pela lei; porém, foram alteradas estas disposições pela Ref. Jud. 2.^a parte, art. 34, e N. R. J. art. 226. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2944.

¹⁴ Da doutrina exposta no § vê-se que pela nossa jurisprudencia toda a causa em regra é ordinaria; e summaria por excepção; sendo assim o typo habitual de todos os processos o menos simples, e com mais fórmulas. Esta regra, bem como a classificação, adoptadas pelo Codigo do Processo Francez, de todas as causas, não obstante a sua immensa variedade, em ordinarias e surumarias, têm sido criticadas por escriptores nacionaes e estrangeiros, que entendem dever adoptar-se o partido inverso, tomando a excepção o lugar da regra, e esta o da excepção. Os reformadores do Codigo do Processo de Genebra excluíram a distincção de causas ordinarias e summarias; e adoptavam como regra a ordem do processo mais simples e abbreviada; e como excepção a mais ampla (art. 62 e 63 da lei do proc. de Genebra de 29 de Setembro de 1819). Vid. Belló, *Exposé des motifs du titre 4 de la loi sur la procédure civile de Geneve*; e Raymond Bordeaux cit. liv. 4, cap. 6.

¹⁵ O processo summario exige uma ordem mais abbreviada; e os seus termos são mais limitados, que o do processo ordinario. Pela legislação antiga não tinhamos ordenação ou lei, que marcasse a ordem d'este processo em geral, para as causas summarias. A Ord. liv. 3, tit. 25 a linha estabelecido no processo da assignação de dez dias, para as causas

N'este processo não ha libello articulado, nem réplica e tréplica; e n'isto se distingue principalmente do processo ordinario. N. R. J., art. 248—252. Sr. Penix, § 87, e Cav. parte 3.a, cap. 20, § 6 e Ord. liv. 3, tit. 48.

§ 134

O processo é summario, ou em attenção ao modico valor das causas, N. R. J., art. 246; ou á sua natureza especial ¹⁶. Em relação ao seu valor, são processadas summariamente nos termos dos art. 248—252 da N. R. J. as causas, que não excederem 4\$000 réis em bens de raiz, e 6\$000 réis em movel; salvo aquellas a que a lei assigna um processo especial. N. R. J., art. 280. (Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2722).

§ 135

São summarias pela sua natureza particular, e devem processar-se segundo a fôrma da legislação e praxe antiga, com as modificações da novissima legislação, as seguintes causas (N. R. J., art. 280):

fundadas em escriptura pública, ou alvarás com força de escriptura pública; e a Ord. liv. 3, tit. 48 para as acções de força nova. Mas a prática, em conformidade com o espirito da lei, fazia consistir o processo summario para as causas, que o não tinham especial, em não haver libello articulado; não terem logar as excepções, além das de suspeição e incompetencia, e serem todas as mais recebidas como contestação; não haver réplica, nem tréplica; serem as dilações de metade, do tempo; não haver alienações finaes, ainda que na maior parte dos juizos se admitliam, requerendo-o as partes; ena maior parte d'estas causas recebia-se a appellação no effeito devolutivo, e não no suspensivo. Eram summarias todas as causas civeis, que pela Ord. liv. 3, tit. 18 corriam em ferias ordinarias: es. gr., sôbre colhimento de fructos, alimentos futuros, ou provisionaes, posse em nome do ventre, publicação ou abertura de testamentos, forças novas, etc.: e além d'estas eram tambem summarias todas aquellas, que leis especiaes, ou uma prática constante, e fundada em analogia de Direito, consideravam como tacs; d'estas tractam Lobão, *Acç. Summ.* Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* tom. 4; e são referidas por Silv. Pinh. *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* desde o n.º 182—215. Vid. Lobão, *Acç. Summ.* § 6. Sr. Mell. Freir. *Inst. Jur. Civ. Lus.*, lib. 4, tit. 7, § 13, e Sr. Peniz, *Elem. de Práct. Form.* §§ 93—97 (§ 251 nota).

¹⁶ Lobão no *Tract. das Acç. Summ.* Prefacio e § 18 *in fin.* diz: que os processos devem ser summarios: 1.º pela urgencia pública; 2.º pelo favor da pessoa; 3.º pela celeridade, que exige a natureza da causa; 4.º pela sua parvidade e pouca entidade; e classifica as acções summarias em *preparatorias* das ordinarias,— *provisionaes* — *incidentes* dos processos,— e *acções summarias principaes*. Conforme esta classificação tractou este assumpto dos cap. 4—7.

1.º As de abolição de atravessadouros. Correia Telles, *Man.* § 465:

2.º As de abolição de vínculos insignificantes. N. R. J., art. 310. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.*, nota 983 ¹⁷. Lobão, Morgados, cap. 6. A. C. de Menezes, *Pract. dos juizos divisorios*, cap. 12, § 14:

3.º As de adjudicação de predios encravados, ou contíguos. N. R. J., art. 294, e Pereira e Sousa, nota 986. ¹⁸

4.º As de alimentos provisionaes. N. R. J., art. 281, e Pereira e Sousa, nota 932. Correia Telles, *Man.* § 483;

5.º As de attentados durante a lide. N. R. J., art. 281. Lobão, *Acç. Sum.* § 297;

6.º As de caução, *damni infecti*. N. R. J., art. 290. Pereira e Sousa, nota 293. Correia Telles, *Man.*, e Cod. Adm. art. 120, n.º 8. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 2714;

7.º As de contrabando e descaminho, N. R. J., art. 188 e 349. Elem. do Proc. Crim. § 375;

8.º As de curadoria dos bens do ausente, e do prodigo e demente. N. R. J., art. 309. Port. de 16 de Julho de 1810, e Pereira e Sousa, not. 1014, 1015 e 1017;

¹⁷ Quando estes vínculos têm encargos pios, será sempre ouvido o Ministerio Público e os Syndicos dos hospitaes da localidade. Decr. de 24 de Dezembro de 1823 art. 10. Vid. Lei de 26 de Julho de 1855.

¹⁸ Tambem é summaria a adjudicação de aqueducto ou agua nas hypotheses dos §§ 11—13 do Alv. de 27 de Novembro de 1804. Correia Telles, *Man.* § 476—478; e a adjudicação de arvores nos termos do § 11 da Lei de 9 de Julho de 1773. Correia Telles, *Acç.* § 121.

E haverá acção para fazer abater e arrancar as arvores, que não têm o intersticio legal? Segue a opinião affirmativa o Sr. Bernardo José de Carvalho, *Tractado sobre tombos*, § 25 contra Correia Telles, *Acç.* § 219 e nota. Tambem tem logar a adjudicação de alguma porção de terreno na acção *finium regundorum* no caso referido no citado Tract. sobre tombos, § 27 n.º 6.

9.º As de denúncias por falta de manifesto de décima e outros tributos. N. R. J., art. 190, e 355—357. Pereira e Sousa, nota 1004. Sr. Freitas, Manual do Herdeiro;

10.º As de despêjo de casas. N. R. J., art. 281. Pereira e Sousa, nota 654. Correia Telles, Man. § 526;

11.º As de despêjo de herdades do Alemtejo ¹⁹. N. R. J., art. 312. Pereira e Sousa, nota 1005, e Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 1712—1720;

12.º As de embargos á primeira (vid. *Preceito comminatorio*);

13.º As de embargo, ou nuuciação de nova obra. N. R. J., art. 290. Pereira e Sousa, nota 1019: Correia Telles. Man. § 592 e Vang, parte 4, cap. 16;

14.º As de embargo, ou arresto. N. R. J., art. 289, §§ 1—7. Pereira e Sousa, §§ 535—545 (vid. N. R. J., art. 283, § 1). Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2715 a 2719;

15.º As de força nova. N. R. J., art. 281. Pereira e Sousa, nota 948. Correia Telles, *Man.* § 562. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 2713;

16.º As de foros, censos e pensões vencidas nos últimos tres annos, porque, sendo de mais annos, devem ser pedidas por arção ordinaria. N. R. J., art. 283, §§ 1 a 3. Pereira e Sousa, nota 1083 e 1084;²⁰

¹⁹ Pereira e Sousa, nota 954, considerava ordinaria a acção de despêjo de predios rusticos, que não fôsem os do Alemtejo; mas em vista do art. 281 da N. R. J., que declara summarias as causas de despejo, e não faz distincção entre despejo de predios rusticos e urbanos não pôde adoptar-se a opinião de Pereira e Sousa; e assim foi decidido em Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Junho de 1859 (Gazeta dos Tribunaes n.º 2640). Vid. Correia Telles, *Form. de Libell.* § 46.

²⁰ Tem ordem de processo especial a cobrança de dívidas de foros, censos, pensões, e juros de capitães pertencentes a Fazenda Nacional. Lei de 4 de Junho de 1859, e Instrucç. de 27 de Setembro do mesmo anno. (Diário do Governo n.º 230 de 30 de Setembro).

17.º As de guarda e depósito extrajudicial. N. R. J., art. 301. Pereira, e Sousa, nota 950. Caminha *de libellis*, pag. 37, e Vang. parte 4, cap. 19, n.º 49;.

18.º As de habilitação para receber herança ultramarina. N. R. J., art. 361. Pereira e Sousa, nota 1011. Sr. Rosado, *Man.* § 15, nota;

19.º As de habilitação para succeder em bens da Corôa, ou para pedir merco de serviços. N. R. J., art. 360. Correia Telles, *Man.* § 588;

20.º As de habilitação de herdeiros em qualquer causa. N. R. J., art. 325. A. C. de Menezes, cit. cap. 2, § 19 e cap. 3, § 20. *Elem. do Proc. Civ.*, 2.ª parte, §§ 834 a 845.

21.º Os interdictos possessorios intentados dentro de anno e dia. N. R. J., art. 280. Lobão, *Tract. dos Interdictos*;

22.º As de inventarios e partilhas. N. R. J., art. 299 e 404, e Pereira e Sousa, nota. 1021. A. C. de Menezes, cit.;

23.º As de justificações avulsas. N. R. J., art. 300. Correia Telles, *Man.* § 586;

24.º As de pacto da venda do penhor. N. R. J., art. 293, e Pereira e Sousa, nota 1020;

25.º As de partilhas (vid. *Inventarios*);

26.º As de posse em nome do ventre. N. R. J., art. 293. e Pereira e Sousa, nota 1023;

27.º As de preceito comminatorio, ou embargos á primeira. N. R. J., art. 291, e Pereira e Sousa, nota 1024, Gomes, *Man. Pract.*, cap. 39, e A. C. de Menezes, cit. cap. 9, § 11;

28.º As de protestos. N. R. J., art. 301, e Pereira e Sousa, nota 1026;

29.º As de questão de domínio em coisa emprestada. N. R. J., art. 293, e Pereira e Sousa, nota 1027;

30.º As de reclamações. N. R. J., art. 301, e Pereira e Sousa, nota 1028;

31.º As de redução de encargos pios dos vínculos. N. R. J., art. 311, e Pereira e Sousa, nota 984 ²¹. Correia Telles, *Man.* § 459;

32.º As de redução de testamento nuncupativo, ou particular. N. R. J., art. 309. Pereira e Sousa, nota 1029. A. C. de Menezes, cit. cap. 2, § 22. Vang. parte 4, cap. 5, e Gouveia Pinto, *Tract. de Testam. e Succ.* cap. 6;

33.º As de reforma de autos. N. R. J., art. 283, e Pereira e Sousa, nota 1030;

34.º As de soldadas. N. R. J., art. 281, e Pereira e Sousa, nota 951;

35.º As de supprimento de consentimento paterno, N. R. J., art. 340. Pereira e Sousa, nota 1034. Lobão, *Acç. Sum.* tom. 2, Dissert. XIV, e Correia Telles, *Interpr. das Leis*, § 82.

36.º As de tomadias. Pereira e Sousa, nota 1036 (*vid. Contrabandos*);

37.º As de tombos e demarcações. N. R. J., art. 189 e 339, Pereira e Sousa, nota 1003. *Práctica dos Tombos* do desembargador Alberto Carlos de Menezes, e *Tractado theorico e práctico sôbre os Tombos* do desembargador Bernardo José de Carvalho. Correia Telles, § 620.

²¹ Tem aqui aplicação o que se disse nota (17) ao n.º 2.

Além d'estas, processam-se summariamente alguns incidentes tanto das causas principaes, como nas execuções, e todas as causas, que, por lei especial, ou por uma prática constante, fundada na analogia de direito, têm uma ordem diversa das ordinarias. Vid. Lobão, *Acç. Summ.* Pereira e Sousa, tomo 4, cap. 1 e 2, e Silvestre Pinheiro, *Synops. do Cod. do Proc. Civ.*, n.º 182—207.

§ 136

Processo summarissimo e verbal é aquelle, em que se procede sem estrepito, nem fórma alguma de juizo; e em que se julga de plano e pela verdade sabida. Sr. Peniz, *Elem. de Pract. Form.* § 98 e 99. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.*, n.º 208.

§ 137

O processo summarissimo tem logar nas causas de pequena quantia; e em algumas outras, em que a lei prescreve esta ordem de juizo.²²

São summarissiraas e verbaes: — 1.º as causas sôbre movel; — 2.º as de damnos causados em hortas, searas, ou pomares, não excedentes a 2\$500 réis em Lisboa; e Porto, e 1\$250 réis nas mais terras do reino; — 3.º as causas sôbre coimas e transgressões de posturas, ainda excedentes a esta alçada (§ 77).

É tambem summarissimo o processo:

²² A Ord. liv. 1, tit. 65, § 7, e liv. 3. tit. 30 pr. e § 1 estabelecia o processo summarissimo e verbal nas causas de quantias insignificantes. Se a causa fôsse sôbre movel, e não passando a quantia de 400 réis, ouviam os juizes as partes verbalmente, recebendo-lhes as suas provas sendo necessario, sem fazer processo algum, mas só tomando o escrivão assento no protocollo de como os juizes condemnavam ou absolviavam: passando o valor, da causa de 400 réis até 1\$000 réis, não se exigia do autor petição por escripto, mas o juiz mandava escrever tudo que as partes dissessem, concedendo dilação para prova, sendo necessario; e sem dar vista ás partes, proferia sentença, extrahindo-se mandado *de solvendo*, pelo qual se fazia a execução; estas quantias foram triplicadas pelo Alv. de 16 de Setembro de 1814. — O processo da legislação novissima nas causas de menor quantia é análogo a este. Vid. tit. 3, cap. 5 d'estes *Elementos*.

1.º Nas causas de juramento de alma, N. R. J., art. 284. Pereira e Sousa, §§ 492—499. Vid. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proç. Civ.*, n.ºs 208—215 Gomes, *Man. Pract.* cap. 16. Lobão, *Seg. Linh.* tom. 3, Tract. 9 a pag. 9;

2.º Nas de apanagios. N. R. J, art. 293. Pereira e Sousa, nota 989. Correia Telles, *Man.* § 486;

3.º Nas de arbitrio de bom varão. N. R. J., art. 293. Pereira e Sousa, nota 992;

4.º Nas de colheitas de fructos. N. R. J., art. 293. Pereira e Sousa, nota 1001. Correia Telles, *Man.* § 502;

5.º Nas de cousas achadas de evento, Pereira e Sousa, nota 1002. Sr. Castro Neto, nota 2 ao art. 293 da N. R. J.;

6.º Nas de encampação por esterilidade. N. R. J., art. 292, e Pereira e Sousa, nota 1009. Sr, Castro Neto nota ao art. 292 da cit. Ref.

§ 138

Processo executivo é aquelle, em que, sem preceder citação, nem audiencia do devedor, se começa logo pela penhora em seus bens²³. Tambem se-diz executivo aquelle processo que começa pela citação ao devedor para dentro de um certo prazo pagar, ou nomear bens á penhora. Sr. Peniz, Elem. de Pract. Form. § 115.

§ 139

São executivas:

²³ O processo executivo é excepcional; e como repugnante ao processo natural e social, só deve ser admittido nos casos, em que a lei muito expressamente o determina. Sr. Peniz cit. § 143. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, §§ 4 e 5, e tit. 23, § 3, e tit. 9, § 3. Correia Telles, *Interpr. das Leis*, § 76.

1.º As causas sobre alugueis, ou rendas de casas, ainda que excedam a tres annos. N. R. J., art. 282. Pereira e Sousa, Prim. Linh. Civ. §§ 529—534 ²⁴. Correia Telles, *Man.* § 484;

2.º As causas por dívidas do preço das aguas em Lisboa. Decr. de 22 de Dezembro de § 1852, art. 11 ²⁵;

3.º As de cobrança de tributos, impostos, ou contribuições legalmente lançados. N. R. J., art. 187, 244 e 667. Correia Telles, *Man.* § 550;

4.º As de mulctas e penas pecuniarias, comminadas por lei, ou preceito judicial em favor da Fazenda Nacional. N. R. J., art. 188. 295—297 e 672. Correia Telles, *Man.* § 553:

5.º As de dívidas dos recebedores e rendeiros fiscaes, e seus fiadores. N. R. J., art., 186, 187, 341, 347 e 657. Correia Telles, *Man.* § 552;

6.º As causas dos recebedores fiscaes contra os seus delegados, — dos rendeiros fiscaes contra os seus sublocados,— e dos que pagaram por outro uma dívida fiscal. N. R. J , art. 348. Correia Telles, *Man.* § 547;

7.º As de impostos das Camaras Municipaes. Cod. Adm. art. 160;

8.º As das congruas parochiaes. Carta de Lei de 20 de Julho de 1839, art. 12. Sr. Meirelles, *Rep. Jur.* n.º 1436;

²⁴ Pelo Direito e praxe antiga o meio executivo para a cobrança de rendas de casas era extensivo aos foros e censos. Pereira e Sousa, § 530. Hoje o processo nos fóros, censos e pensões não começa pela penhora, mas só pôde ter logar o arresto ou embargo nos termos do art. 283. §§ 1 e 2 da N. R. J. (§§ 135 n.º 16 nota 20).

²⁵ Pelo cit. Decreto são estas dívidas mandadas cobrar summaria e executivamente, e equiparadas para todos os effeitos ás dívidas pelas rendas de casas.

9.º As dívidas do Banco de Portugal provenientes de desconto e negociação de letras. Carta de Lei de 16 de Abril de 1850, art. 8 ²⁶;

10.º As dívidas dos celeiros communs contrahidas depois da publicação do Decreto de 14 de Outubro de 1852.²⁷ (Vid. Gazeta dos Tribunaes, n.º 2534);

11.º As dívidas constantes das contas doa legados pios não cumpridos ²⁸;

12.º Os emolumentos e honorarios dos juizes e advogados, os salarios dos procuradores, e custas dos escrivães e officiaes de justiça, havendo sentença, ou despacho, que as mande pagar, e sendo a conta feita nos autos. N. R. J., art. 76, § 4, e 614. Vid. Lobão, *Tract. do Proc. Exec.* Sr. Peniz; desde o § 114 até 157; Sr. Castro Neto. nota ao art. 614 da N. R. J. Correia Telles, Man. § 556.

²⁶ Devem ser processadas na forma dos art. 341—348 da N. R. J., excepto a pena de prisão decretada no fim do art. 341, que não tem logar por estas dívidas.

²⁷ Estas dívidas são cobradas summaria e executivamente da mesma forma que o são as da Fazenda Nacional, e o Ministerio Público intervém n'estas causas *ex officio*. Cit. Decr. de 14 de Outubro de 1852 (Diario do Governo de 16 de Novembro do dicto anno).

²⁸ Aos administradores dos concelhos compete, dar estas contas á execução, segundo o processo do Decr. de 13 de Agosto de 1844: no caso de contestação, devolve-se ao juiz de direito respectivo. Decr. de 5 de Novembro de 1851 art. 9. Decr. de 24 de Dezembro de 1852, e Lei de 26 de Julho de 1855.

CAPITULO II

Das pessoas que constituem o juizo.

§ 140

As pessoas, que constituem o juizo, são principaes, ou secundarias; aquellas, são o juiz, autor, réo, e escrivão¹; estas, o assessor, advogado, procurador defensor, excusador, assistente, oppoente e o interprete. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.*, §. 6. Sr. Mello Freire, *Inst. Jur. Civ. Lus.*, liv. 4, tit. 7, § 3, e tit. 8, § 1.

SECÇÃO 1.^a

Das pessoas principaes do juizo

§ 141

Juiz é a pessoa constituída por authoridade pública para administrar justiça. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.*, § 10. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 20².

¹ Pereira e Sousa, fundado na Ord. liv. 3, tit. 20 pr., que diz o serem em juizo necessarias tres pessoas, juiz, autor e réo, enumera entre as pessoas secundarias o escrivão; nós, porém, o mencionamos como principal, porque não conhecemos especie alguma de causa, ainda summarissima e verbal, em que não figure o escrivão; e tanto assim que a Ord. liv. 1, lit. 65, § 7 ordena, que nas causas não excedentes a 400 réis se não faça processo, mas sómente que o tabellião no protocolo faça assento de como os juizes condemnaram ou absolveram; ora, se em causas de tão minimo valor, e summarissimas intervêm o escrivão, é visto que deve intervir em todos os processos, e considerar-se pessoa principal do juizo, como official constituido pela lei, para escrever os actos do processo. Esta é tambem a opinião de Vanguerve, *Pract. Jud.* 1.^a parte., cap. 3, n.º 5—11.

A doutrina que deixamos expendida subsiste na presença da actual legislação, porque ainda nas causas de mais insignificante valor, summarissimas e verbaes, quo são hoje da competencia dos juizes eleitos, tem sempre logar a intervenção do escrivão; como-se vê nos §§ 280 e 289.

² O Sr. Mello Freire no logar citado define juiz — *quilibet competens magistratus, vel vir bonus publica auctoritate juris dicendi causa constitutus*. N'esta definição comprehende não só os juizes letrados, mas os ordinarios, os de vintena, e os arbitros; porém a definição dada no § tambem abrange as diversas especies de juizes conhecidos na actual organização judiciaria.

§ 142

As qualidades e habilitações, que a lei exige para ser juiz, variam segundo as suas diversas graduações. São geraes a todos: — 1.º o ser natural d'estes reinos; — 2.º exceder a idade de 25 annos. — Além d'estas habilitações, para ser conselheiro dó Supremo Tribunal de Justiça é necessario ser juiz de alguma das Relações. N. R. J., art. 33, § 2.— Para ser juiz das Relações é preciso ter sido juiz de 1.ª instancia civil, criminal, ou commercial. N. R. J., art. 33, 88, § 2, e 112. — Para ser nomeado, juiz de direito, exige-se o serviço de delegado por seis mezes; ou de subdelegado por um anno, senão Bacharel formado. N. R. J., art. 91, § un., e 128, § 1.³ É tambem candidato á magistratura judicial o administrador do concelho, sendo bacharel em direito, e tendo boas informações da Universidade. Lei de 29 de Maio de 1843, art. 3. (Vid. Cod. Adm. art. 240—242, e nota). — Para ser eleito juiz; ordinario, juiz de

³ Pelo Decr. de 31 de Agosto de 1723, para entrar na carreira da magistratura era preciso — ser bacharel formado em alguma das faculdades juridicas, de leis ou canones; — ter obtido boas informações pela Universidade de Coimbra, — ter prática do foro, por um ou dois annos; — e o acto de leitura pelo Desembargo do Paço. Pelo Decr. de 9 de Maio de 1821 foi extincto o acto de leitura, exigindo-se para servir os cargos de magistratura — o ser bacharel formado em algumas das faculdades juridicas, e ter alcançado boas informações pela Universidade. O Decr. de 30 de Setembro de 1823 restabeleceu o acto de leitura no tribunal do Desembargo do Paço, que continuou a ser habilitação indispensavel até á execução do Decr. n.º 24, que no art. 264 determinava, que, passados dois annos da sua publicação, só seriam despachados para os logares, de magistratura os bachareis da faculdade de Direito, que estivessem inscriptos no número dos aspirantes; e para esta inscripção se exigiam — boas informações — prática de dois annos perante as Relações — e maioria absoluta de votos dos membros do tribunal: posteriormente a Ref. Jud. 1.ª parte, art. 14, § 2 declarou candidatos legaes á magistratura os delegados com exercicio de seis mezes, e os subdelegados com exercicio de um anno. Esta mesma disposição para a N. R. J. (§§ 51 e 66); e finalmente o Decr. de 20 de Setembro de 1849 exige para o cargo de delegado, que os bachareis formados em Direito tenham boas informações, e dois annos de prática no foro ou no escriptorio de algum advogado.

Os logares de juizes de direito de 1.ª instancia, do reino e ilhas adjacentes, foram divididos em tres classes pela Lei de 25 de Julho de 1856 em desempenho do preceito do art. 1.º da Lei de 21 de Julho de 1855. Segundo as prescripções d'esta Lei, art. 7, os que forem despachados juizes de 1.ª instancia só poderão ser providos em logares de 3.ª classe; e as promoções da 3.ª para a 2.ª classe, d'esta para a 1.ª e dos d'esta classe para a 2.ª instancia serão feitas pelo modo determinado no art. 5, da Lei citada.

paz o juiz eleito são necessarias as habilitações, e o censo referido nos §§ 61, 70 e 75 ⁴.

§ 143

Autor se diz a pessoa, que reclama em juizo algum direito, ou pede o cumprimento de alguma obrigação. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.*, § 40. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 15.

§ 144

Podem demandar em juizo todos os que não são prohibidos. São prohibidos: — 1.º os desasizados, furiosos mentecaptos, os surdos-mudos, e pródigos julgados taes ⁵; — 2.º o menor sem assistencia de seu pae, tutor, ou Curador ⁶; — 3.º o filho-familias sem authoridade de seu pae ⁷; — 4.º a mulher sem authoridade de seu marido ⁸ — 5.º o marido

⁴ Para estes cargos não é necessaria habilitação literaria.

⁵ Podem ser autores, em nome d'estes, seus paes, tutores ou curadores, e deve dar-se-lhes um curador á lide. Ord. liv. 4, tit. 103. N. R. J. a n. 201 n.º 2, 719. e 804. Ord. liv. 3, tit. 41, § 9.

*A falta de curador á lide não é motivo para nullidade do processo, se a decisão for a favor do menor, como se deduz da Ord. liv. 3, tit. 80, § 3. E assim foi decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça em accordão de 27 de Junho de 1856. (Gazeta dos Tribunaes n.º 208).

⁶ Ord. liv. 3, tit. 41, § 8. Se o menor é pubere, deve junctar procuração. Ord. liv. 3, tit. 29, § 1, tit. 63, § 1, e N. R. J. art. 201, n.º 2. E deve nomear-se curador á lide. Ord. liv. 3, tit. 41, §§ 8 e 9, e N. R. J. art. 259, § único. O tutor carece de authorisação do conselho de familia, para intentar acção em nome do menor, ou transigir sôbre a já intentada. N. R. J. art. 403. Os menores emancipados por disposição da lei (N. R. J. art. 453), ou pelos paes, ou conselho de familia podem demandar em juizo, pois todos são considerados como maiores para este effeito. Ord. liv. 3, tit. 42, § 3. Quanto aos emancipados pelos paes ou conselho de familia, nos negocios, de que tractam os art. 458 e 459 da N. R. J., não gozam de todos os direitos da maioridade antes de completarem os 25 annos.

⁷ É opinião geral dos praxistas, que os filhos familias podem estar em juizo sem authorisação dos paes nos pleitos sôbre bens castrenses ou quasi castrenses e adventicios; e sôbre alimentos, sendo só necessaria a impetração de venia, como prescreve a Ord. liv. 3, tit. 9, § 1. Veja-se Synopse do Cod. do Proc. Civ. § 3. Pereira e Sousa, nota 97, e outros escriptores por este citados. Porém, a Ord. liv. 3. tit. 9, §§ 3 e 4 limita está doutrina ao caso em que o filho seja maior do 25 annos ou emancipado.

⁸ Pereira e Sousa, nota 98 e muitos praxistas por elle citados são de opinião, que a mulher casada póde estar em juizo sem authoridade do marido, nos casos de — divorcio por sevicias ou outras causas legais — caução do dote — ausencia do marido em logar remoto — ou quando a mulher é proposta pelo marido em alguma negociação ou trafico. Vid. *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* § 34. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 6; e Meirelles, *Repert.* n.º 2260.

sôbre bens de raiz sem outorga de sua mulher ⁹. Pereira e Sousa. *Prim. Linh. Civ.*, §§ 41 e 42¹⁰; — 6.º as Camaras Municipaes nos pleitos que versarem sôbre aquisição, ou alienação de propriedade, ou direitos immoveis pertencentes ao municipio, sem authorisação prévia do conselho de districto. Campos, *Cod. Adm.* art. 123, n.º 9 e nota; —7.º as juntas de parochia nos pleitos, que houverem de intentar, ou defender para interesse da parochia, sem authorisação legal do conselho de districto. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 2726—2729. *Cod. Adm.*, art. 517, n.º 5 e nota 5 (§ 215).

Ha porém um accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Maio de 1846, em que se decidiu, que, para a causa de divorcio era essencial o depósito da mulher, e licença do marido para intentar a acção ou supprimento do juiz.

Outro accordão da Relação de Lisboa de 13 de Outubro de 1842 (Gazeta dos Tribunaes n.º 403) decidiu que a mulher separada *in perpetuum* por sentença, pode estar em juizo sem authorisação do marido. Esta doutrina do accordão foi combatida pelo illustrado redactor da Gazeta no citado n.º 403, fundando-se na regra geral da Ord. liv. 3, tit. 47, que exige a authorisação do marido para estar em juizo, ou supprimento pelo juiz, tendo esta regra uma única excepção na Ord. liv. 4, tit. 66, qtre permite que a mulher possa, sem licença do marido, estar em juizo para revogar a doação feita pelo marido á concubina; excepção que na opinião do distincto redactor não pode ampliar-se á questão do divorcio, nem ás demandas propostas pela mulher, depois de separada perpetuamente por sentença.

Quanto aos casos de caução do dote, e ausencia do marido, em logar remoto, ha opiniões de que no primeiro caso é precisa a authorisação do marido, ou supprimento do juiz; e no segundo o supprimento do juiz; e isto pelas razões acima expostas, e por não haver lei, que n'estes casos dispense á licença de marido. Tambem quanto á mulher casada, que exerce o commercio ha razões para duvidar, se poderá estar em juizo sem licença do marido, ou supprimento judicial; taes são, que noCodigo Commercial não appareça disposição expressa a tal respeito, não obstante poder empenhar e hypothecar seus bens de raiz, sem authorisação do marido, para segurança das suas obrigações; e até os bens dotaes responderem pelas obrigações, que contrahiu em seu tráfico. *Cod. Comm.* art. 24—26; acerescendo, que o *Cod. Comm. Fr.* art. 5 e 7 concedendo á mulher commerciante amplos poderes para obrigar e hypothecar seus bens immoveis, todavia o *Cod. Civ. Fr.* no art. 215 não permite que a mulher commerciante esteja em juizo sem authorisação do marido. É certo, porém, que, concedidas ás mulheres commercianles peloCodigo Commercial authorisações tão importantes, como as referidas, sem licença do marido, temos por de menos momento a permissão de estar em juizo sem authority do marido.

⁹ Ord. liv. 3, tit. 47, porém se a mulher recusar dal-a sem justa causa, se prosegue na demanda. *Cit. Ord.* § 5 e tit. 63, § 4.

¹⁰ Pela Ord. liv. 3, tit. 9 pr. os juizes temporarios não podiam demandar sem licença do Desembargo do Paço.

§ 145

Réo é a pessoa, a quem em juízo se pede alguma coisa, ou a satisfação de alguma obrigação. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.*, § 47. Sr. Mello Freire, liv. 1, tit. 7, § 18.

§ 146

Podem ser demandados todos os que têm a livre administração de seus bens. Não o podem ser: — 1.º os furiosos, mentecaptos, surdos-mudos, os pródigos julgados como taes, e os menores ¹¹; — 2.º os filhos-familias ¹²; — 3.º a mulher casada sem authoridade de seu marido ¹³; — 4.º os juizes temporarios e magistrados administrativos ¹⁴; — 5.º as Camaras Municipaes e juntas de parochia

¹¹ Estes podem ser demandados nas pessoas de seus paes, tutores, ou curadores, e os menores puberes devem ser com elles citados, e junctar procuração. Ord. liv. 3, tit. 29, § 1, e tit. 59, § 15. N. R. J. art. 201, n.º 2, Vid. notas (5) e (6) ao § 144.

¹² Vid. nota (7) ao § 144.

¹³ Se o marido não quizer junctar procuração, póde junctal-a a mulher, e defender-se. Ord. liv. 3, tit. 47, § 4.

¹⁴ O Sr. Correia Telles no § 8 do *Man. do Proc. Civ.* diz: que os magistrados administrativos e juizes temporarios podem demandar e ser demandados sem previa licença d'outra alguma authoridade: mas esta doutrina não é exacta em toda a sua extensão; por quanto os magistrados e funcionarios administrativos não podem, sem licença do Governo, ser demandados civil ou criminalmente por factos relativos ás suas funcções. Cod. Adm. art. 357; — e a Port. de 5 de Fevereiro de 1844 declarou, quanto ás acções criminaes, que a licença só era necessaria para o processo de accusação, e não para o preparatorio. O Decr. de 11 de Junho de 1842 tornou extensiva a providencia do art. 357 do Cod. Adm, aos presidentes e vice-presidentes dos tribunaes superiores; — mas diz o Sr. Castro Neto, que este Decr. se acha revogado pelo Decr. manuscripto de 7 de Setembro de 1846. — Além das disposições referidas, o art. 1244 da N. R. J. determina: " que nenhum juiz poderá ser citado, nem demandado por perdas e danos, sem permissão do juiz ou tribunal, que ha de julgar a acção, salvo se esse por sentença passada em julgado houver deixado á parte direito salvo para ellas. " Vid. Sr. Castro Neto, nota 3.ª ao art. 9 da N. R. J. e nota ao art. 357 do Cod. Adm. Faremos aqui uma observação: — pela legislação antiga, Ord. liv. 3, tit. 9 pr. e Reg. do Des. do Paço, § 46, os magistrados temporarios, em regra, não podiam ser demandados sem licença do Desembargo do Paço; — porém, entre outros exceptuava-se o caso de terem delinquido no seu officio. Pereira e Sousa, not. 118. Pela legislação actual e o inverso; — então as partes podiam intentar livremente a sua acção contra os magistrados; — hoje oppõe-se estorvos e embaraços. Vid. Campos, Cod. Adm. art. 357 e nota.

O Decr. de 30 de Setembro de 1852 art. 149 determina não ser precisa authorisação do Governo para perseguir os empregados publicos, por crimes relativos ao exercicio do direito eleitoral.

Quanto aos presos, pela Ord. liv. 3, tit. 9, § 12, não podiam estes ser demandados sem licença régia obtida em provisão do Desembargo do Paço. Reg, § 88; excepto havendo começado a demanda antes da prisão. — Pela legislação actual podem ser demandados

sem authorisação do conselho de districto nos pleitos referidos nos n.ºs 6 e 7 do § antecedente.

§ 147

Escrivão é o official legitimamente constituido para organizar o processo, o escrever todos os actos do juizo. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 74.

Os escrivães das Relações; e os que servem perante os juizes de direito, ordinarios e de paz, são de nomeação régia: os, dos juizes eleitos são nomeados por estes (§§ 54, 68, 73 e 78).

§ 148

Para ser nomeado escrivão é necessario: — 1.º ser maior de 22 annos. Decreto de 20 de Setembro de 1849, art. 5, n.º 1 ¹⁵; — 2.º ser cidadão portuguez. Lobão, *Seg. Linh.* nota 10; — 3.º ter a livre administração de seus bens ¹⁶; — 4.º ter probidade e bom porte ¹⁷; — 5.º é necessario que entre elle, e algum dos escrivães e tabelliães do juizo se não dê a incompatibilidade por parentesco decretada na Ord. liv. 1, tit. 79, § 45; — 6.º além d'estas qualidades, para ser escrivão das comarcas do continente do reino, e ilha de S. Miguel, deve ser examinado em concurso, e ter as mais habilitações, que exige o Decreto de 20 de Setembro de 1849.

civilmente, devendo o mandado ou despacho para a citação ter o — visto — da autoridade, a cuja ordem estiver preso. N. R. J. art. 199.

¹⁵ Pela Ord. liv. 1, tit. 93 deviam ter 25 annos.

¹⁶ Os prodigos, declarados como taes, são inhabeis para estes empregos.

¹⁷ Não póde o infame ser escrivão. Ord. liv. 1, tit. 24; § 1. — Vid. Sr. Peniz, § 18, e art. 7 do cit. Decr. de 20 de Setembro de 1849.

SECÇÃO 2.^a

Das pessoas secundarias do juizo.

§ 149

Assessor é o jurisconsulto, que assiste ao juiz leigo para o aconselhar de direito, e instruir sôbre o modo de decidir as causas, Alv. de 28 de Janeiro de 1785.

O assessor é da escôlha do juiz leigo; — mas deve ser bacharel formado em direito, e pessoa de boa fama; deve assignar com o juiz todos os despachos e sentenças.¹⁸ Vid. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* §§ 52—56.

§ 150

O advogado é o jurisconsulto que aconselha e a as partes litigantes em juizo, admittido para esse fim por authoridade pública, Pereira e Sousa. *Prim. Linh. Civ.*, § 67 ¹⁹ (§ 152-154).

§ 151

O advogado participa da qualidade de procurador; mas existem differenens entre um e outro, sendo as principaes: — 1.º que o

¹⁸ Em vista das disposições da legislação antiga não era indispensavel a intervenção dos assessores para os despachos e sentenças proferidas pelos juizes ordinarios leigos; e porisso estas eram válidas sem a concurrencia do assessor. Sr. Mello Freire, *Inst. Jur. Civ. Lus.* liv. 4, tit. 21, § 3; pelo que não eram condemnados os juizes ordinarios em custas por culpa ou ignorancia, mas só por dolo, nos termos da Ord. liv. 1, tit. 65, § 9. Era porém prática constante o despacharem os juizes leigos com assessor, e assim o suppõe a Ord. cit. § 10. A novissima legislação não apresenta disposição alguma relativa aos assessores. A prática geral é consultarem os juizes leigos os advogados, que lhes formulam os seus despachos, e elles os lançam nos autos, sem serem assignados pelo assessor. Temos, porém, visto despachos na fôrma antiga assignados pelos juizes e seus assessores. Vid. Lobão, *Seg. Linh.* not. 122, 124 e 128. *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 548.

¹⁹ O Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 3, § 10, define o advogado — vir bonus, juris peritus, a litigantibus roga tus, ut voce, vel scripto causam suam judici exponat, probet, alqus ex arte defendat, ad hoc officium publica auctoritate admissus; e acerescenta, que esta definição é bastante conforme ás nossas leis: porem, a de Pereira e Sousa, que adoptámos no §, posto que menos especializada, abrange o definido.

advogado só instrue de direito, e não sollicita como este, que porisso é chamado sollicitador; — 2.º que para ser advogado é necessaria habilitação litteraria, e não assim para procurador: — 3.º que o advogado pôde ser compellido a acceitar o patrocínio de uma causa ²⁰, e não assim o procurador ²¹. Pereira e Sousa, nota 129. — Além d'estas ha outras differenças notadas por Stryck, vol. 1, disp. 15, cap. 1, n.º 7.

§ 152

O advogado deve: — 1.º ser bacharel formado em direito;— 2.º ter probidade, discrição e civilidade. Ord. liv. 1, tit. 48, § 1 e liv. 3, tit. 9, § 5. Pereira e Sousa, *Prim. Lin. Civ.* § 58; — 3.º para advogar nos juizos e tribunaes de Lisboa deve apresentar ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça as cartas de formatura, a fim de ser inscripto no livro respectivo. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 18 e § 1 ²². Nas sedes das Relações devem, ser apresentadas as cartas aos presidentes, N. R. J., art. 47, n.º 10: nas outras comarcas e julgados do reino, perante os juizes respectivos. Ord. liv. 1, tit. 48, § 3. Usam de toga e gorra de lã preta no exercicio de suas funcções em público. N. R. J., art. 47, n.º 10.

§ 153

Havendo falta de advogados em alguns julgados, no continente do reino, pode o presidente do Supremo Tribunal de Justiça conceder licença para advogar a individuos leigos, que tenham capacidade, e práctica do foro, fazendo-os examinar por um juiz de direito, nos termos prescriptos na Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 18

²⁰ Se os advogados recusarem acceitar a procuração d'alguma das partes por attenção á outra parte, poderá o juiz, a requerimento do constituinte, nomear algum d'elles, que acceitará sob pena de suspensão por seis meses, não provando escusa legitima. Correia Telles, Man. § 16. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 1410.

²¹ Póde porém ser nomeado defensor no caso do art. 1109 da N. R. J. (§ 167).

²² Pela Ord. liv. 1, tit. 48, § 1, para advogar na Casa da Supplicação era necessario exame prévio ou portaria do regador.

e Decreto de 17 de Fevereiro de 1888. Estes são denominados advogados provisionários²³.

§ 154

Os advogados são responsáveis às partes pelos danos, que lhes causarem por dolo, culpa, ou ignorância. Ord. liv. 1, tit. 48. §§ 7, 10 e 17.

Não lhes é lícito pactuar com o seu cliente por uma quota parte do objecto da demanda. Ord. liv. 1, tit. 48, § 11. Alv. do 1.º d'Agosto de 1774, e Sr. Mello Freire. liv. 4, tit. 3, § 10, n.º 10. Vid. Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ., art. 1417.

São obrigados a não desampararem a causa sem impedimento legitimamente provado perante o juiz, a quem deverão requerer se cite a parte para constituir novo procurador. Ord. liv. 1, tit. 48. §§ 8 e 9. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 1421.

§ 155

Qualquer advogado, que requerer contra Ordenação não revogada, alegando ser contrária ao direito commum, ou canonico, incorre nas penas da Ord. liv. 1, tit. 48, § 6.

Não lhe é lícito advogar, senão por uma das partes em uma mesma causa; e se depois que acceitou a procuração, aconselhar a parte contrária, pública ou secretamente, ou d'esta receber alguma coisa,

²³ Pela Ord. liv. 1, tit. 48, § 4 e Regimento do Dezembargo do Paço § 70 competia a este tribunal conceder provisão para advogar. Pelo Decr. n.º 24, art. 258 n.º 9; passou esta atribuição para os presidentes das Relações; e a mesma disposição apparece na Nov. Ref. Jud. art. 47 n.º 10; porém, hoje: pela Lei de 19 de Dezembro de 1843 § 18 pertence esta attribuição ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

* Pelo Decr. cit. de 17 de Fevereiro de 1858 se prescreveram novas regras para a concessão da licença para advogar; dando-se esta attribuição quanto aos julgados das ilhas da Madeira e Porto Sancto ao presidente da Relação de Lisboa; e nas ilhas dos Açores ao presidente da respectiva Relação (§ 6 e nota).

incorre nas penas de degredo, e perdimento do officio. Ord. cit. § 13 ²⁴. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 1419 e 1420.

§ 156

Devem os advogados haver dos seus constituintes informação escripta e assignada por elles ou por procurador *ad hoc*, assim sôbre o libello e contrariedade, como sôbre todos os artigos, que no feito houverem de fazer; e conforme com esta informação devem formular todos os artigos necessarios na causa: e não o fazendo assim, são responsaveis pelos damnos causados, e incorrem nas penas da cit. Ord. §§ 15 e 17.

A parte póde reclamar a confissão errada do advogado, estando o negocio *re integra*. N. R. J., art. 465.

§ 157

Os advogados, que requererem ou aconselharem contra as leis, ou direito expresso, incorrem nas penas decretadas contra os julgadores, que julgam contra direito. E os que fizerem petição de agravo frivola, contra a verdade dos autos, ou direito expresso, incorrem na mulcta de 6\$000 réis, e suspensão da advocacia, em quanto não mostrarem ter pago a mulcta. N. R. J., art. 751. Vid. Ord. liv. 1, tit. 5, § 4 e tit. 48, § 7, e art., 326 e 327 do Cod. Pen.

§ 158

Nos casos, em que a Novissima Reforma Judiciaria estabelece suspensão, ou mulcta contra os advogados ²⁵, não se lhes podem impôr outras penas. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 19.

²⁴ O Cod. Pen. art. 289 n.ºs 1, 2 e 3 decreta pena de suspensão temporaria, e mulcta de tres mezes até tres annos.

²⁵ Vid. N. R. J. art. 44, n.º 4; 285, § 2; 703; 721, § 4; 751 e 1107, § 4.

Se o advogado recusar fazer entrega dos autos, findo o prazo porque lhe foram continuados com vista se procederá contra elle pela fórma determinada no art. 35 e §§ respectivos da Lei de 16 de Junho de 1855; podendo impôr-se-lhe a pena de mulcta de cinco até cincoenta mil réis, e de suspensão de um até seis mezes.

Da sentença, que impozer estas penas, cabe o recurso de appellação, sendo proferida em 1.^a instancia, e o recurso de revista, quando as penas forem impostas pela Relação; e sendo pelo Supremo Tribunal de Justiça, têm logar os embargos ao accordão. Estes recursos têm logar, caiba, ou não a condemnação na alçada; mas nenhum se escreverá, se dentro do fatal, e antes da ma interposição, não forem os autos entregues no cartorio do escrivão. § 4 do cit. art. e lei ²⁶.

O advogado, que não acceilar a defesa do réo, para que -fôr officiosamente nomeado, ou faltar aos termos d'ella sem justo impedimento, incorrerá na mulcta de cinco até cincoenta mil réis, ficando pôr esta fórma revogado o § 4 do art. 1107 da Reforma Judicial na parte em que impõe a pena de suspensão. Lei de 18 de Julho de 1855, art. 21 (§ 167).

§ 159

Procurador, em geral, é a pessoa competentemente, authorisada para tractar quaesquer negocios. É geral, quando é incumbido de todos os negocios do constituinte; especial, quando só é encarregado de certos e determinados negocios. Tambem é judicial, ou extrajudicial conforme a natureza dos negocios, de que tem de tractar: nós fallamos aqui do judicial — ou sollicitador. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 1407—1410.

²⁶ Pela Lei de 19 de Dezembro de 1843 art. 20 no caso de suspensão cabia o recurso de appellação do juiz de 1.^a instancia, e o da revista da Relação, com effeito suspensivo; no caso de mulcta só tinham logar estes recursos, quando esta excedia a dez mil réis; e com effeito suspensivo, quando excedia a trinta mil réis.

Este artigo e seus respectivos §§ foram revogados pela Lei de 16 de Junho de 1855 art. 34 na parte respectiva ás mulctas impostas aos advogados; subsistindo porisso as disposições a respeito das mulctas impostas nas Relações aos juizes de 1.^a instancia.

§ 160

Procurador judicial é a pessoa, que sollicita a causa em juízo com procuração legítima de alguma das partes. Pereira e Sousa, Prim. Linh. Civ. §§ 63 e 68. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 3, § 1.

Para ser sollicitador é sufficiente saber lêr e escrever, e ter a idade de 25 annos. Ord. liv. 1, tit. 48, § 20 ²⁷. Mas os que têm de exercer este officio perante as Relações, devem ser examinados e approvados pelos presidentes, que lhes dão juramento, e os mandam inscrever no livro competente. Ord. liv. 1, tit. 55, pr. e § 3.

§ 161

Os procuradores têm assento dentro da teia dos tribunaes. N. R. J., art. 482. Exercem as funções de advogado e defensor no caso do art. 1109. Têm direito aos salarios do estylo do foro. Ord. liv. 1. tit. 92. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 3, § 11, e N. R. J., art. 614.

É applicavel aos procuradores a doutrina expendida nos §§ 154 e 155 ácerca dos advogados.

§ 162

Podem ser procuradores judiciaes e advogar todos aquelles, que não forem prohibidos. São porém prohibidos ²⁸:

1.º Os menores de 25 annos, excepto sendo bachareis em direito. Ord. liv. 1, tit. 48, § 20 ²⁹;

²⁷ O Decr. de 3 de Março de 1842 providenciou ácerca dos sollicitadores, exigindo algumas habilitações, e carta passada pelos presidentes das Relações respectivas; mas foi quasi inteiramente annullado pelo Decr. de 7 de Março de 1843, que limitou as suas providencias a Lisboa e Porto; e ainda com modificações. Vid. Sr. Castro Neto, nota 6 ao art. 214 da N. R. J.

²⁸ Vid. Sr. Seabra, art. 1411, e Cod. Pen. art. 57.

²⁹ Pelo Cod. Civ. Fr. art. 1190 podem os menores emancipados ser procuradores; mas o constituinte não tem acção contra estes, senão conforme as regras relativas ás obrigações dos menores.

2.º As mulheres, excepto se sollicitarem a sua causa, de seus maridos, ou de seus paes. Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 26, n.º 2, e Pereira e Sousa, nota 159 ³⁰;

3.º O tabellião, no lugar aonde é tabellião; e em outro lugar, com procuração por elle feita. Cit. Ord. § 23;

4.º O escrivão, e mais officiaes de justiça no seu julgado, salvo em causas suas, ou de pessoas, que com elles vivam. Cit. Ord. § 24; e não podem substabelecer as procurações, que tiverem, § 28 ³¹;

5.º Os que tiverem sido condemnados por falsidade, ou perdido o officio por erros, que n'elle fizessem. Cit. Ord. §§ 25 e 26;

6.º Os que tiverem recebido salario de alguma das partes para procurar seu feito, não podem ser procuradores da outra parte, excepto no caso declarado na cit. Ord. § 27. Vid. Sr. Ferrão, *Comment.* ao art. 289, n.º 2 do Cod. Pen.

7.º Ninguém póde ser procurador perante julgador: que, seja seu pae, irmão, ou cunhado. Cit. Ord. § 29 ³²;

8.º É prohibido aos delegados e subdelegados procurar nas causas, em que tem de intervir o Ministerio Público. N. R. J., art. 94.

³⁰ Vid. Pereira e Sousa, nota 138.

³¹ À excepção d'estes, todos os mais que são inhibidos de ser procuradores, podem substabelecer as procurações, se para isso tiverem poderes, antes de lhes ser posta a excepção de incapacidade. Cit. Ord. e §, e tit. 24, § 18.

Em Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 4 de Agosto de 1857 foi decidido, que os escrivães do juiz de paz e eleito podem ser procuradores em juizo contencioso ordinario, fundando-se, em que a prohibição da Ord. liv. 1, tit. 48, § 24 e restricta aos escrivães da audiencia, em que o feito corre. (Gazeta dos Tribunaes n.º 1593).

³² Pela Ord. liv. 1, tit. 48, § 22, e liv. 3, lit. 28 eram prohibidos de procurar ou advogar os fidalgos ou cavalleiros, excepto nas suas causas, de pessoas, que com elles viviam, e de seus caseiros ou feitores; — os clérigos e religiosos, excepto nas causas de seus paes ou irmãos, nas de suas Egrejas e nas de pessoas miseraveis. — Eram tambem prohibidas as pessoas poderosas pelos seus officios, como os julgadores das Relações, o védor da Fazenda, e qualquer official de justiça igual a este ou maior. A Lei de 19 de Dezembro de 1843 art. 18, § 3 determinou, que todas as pessoas mencionadas podessem advogar, tendo a habilitação necessaria, excepto os juizes em exercicio de suas funcções: ficaram porém em vigor as disposições dos §§ 20 e 23—29 do liv. 1, tit. 48, referidas no § supra.

§ 163

Podem fazer procuração todas as pessoas, que estão no pleno gozo de seus direitos, têm a livre administração de seus bens ³³, e podem demandar e ser demandados (§ 144 e 146); e afora estas, todas aquellas, a quem a lei o permite ³⁴. São prohibidos de fazer procuração; — o varão menor de 14 annos, e a femea menor de 12; — os pródigos declarados taes por sentença; — os surdos-mudos; — os furiosos e mentecaptos; — os desnaturatisados — e os condemnados nas penas referidas nos art. 53 e 54 do Cod. Pen. Vid. nota (32) a este §. Sr. Correia Telles, *Man. do Tab.* § 274.

§ 164

A procuração deve ser feita ou por tabellião em instrumento público, ou por termo *apud acta* escripto pelo escrivão e assignado pela parte. Ord. liv. 1, tit. 24, § 21 e Ord. liv. 3, tit. 29, pr. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 153, *in fin.*

A procuração deve conter o nome do constituinte, — do procurador, — a causa e negocio, para que é constituido, — os poderes, que lhe são dados, — a data do dia, mez e anno, — duas testemunhas ³⁵; e não sabendo, ou não podendo o constituinte escrever, deve assignar outra pessoa por elle. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 66, e *Man. do Tab.* § 273.

³³ Liv. 43, § 1. D. *de procurat.* Os condemnados a pena perpetua de trabalhos publicos, prisão ou degredo, perdem todos os direitos politicos, e bem assim a administração de seus bens; e nos negocios judiciaes são considerados como as pessoas que a lei declara incapazes de se regerem. — Estas penas sendo temporarias produzem os mesmos effeitos durante o cumprimento da pena. Cod. Pen. art. 53 e 54.

³⁴ Taes são os varões maiores de 14 annos, e as femeas maiores de 12 annos. Ord. liv. 3, tit. 29, § 1, e N. R. J. art. 201 n.º 2.

³⁵ Deve o outorgante declarar se é menor se emancipado, casado ou viuvo; e o official público que fizer procuração sem esta declaração incorra nas penas decretadas no art. 33 da Lei de 16 de Junho de 1855.

As procurações *apud acta*, sendo na presença do juiz, não precisam de testemunhas. Ord. liv. 1, tit. 29 pr.

§ 165

Podem fazer procuração por sua mão algumas pessoas qualificadas pela lei. Taes são: — 1.º os arcebispos, bispos, condes, e outros titulares maiores ³⁶; — 2.º os fidalgos, — cavaleiros,— doutores,— e ministros do desembargo d’El-Rei. Ord. liv. 3, tit. 29 e tit. 59, § 15: — 3.º Os negociantes matriculados. Lei de 3 de Agosto de 1770, e 29 de Novembro de 1775 ³⁷. Sr. Rosado, *Man.* a pag. 24.

Pelo uso do foro tem-se admittido fazerem procuração por sua mão aos bachareis, advogados, officiaes militares de patente, e ás mulheres e viúvas d’estes. Ord. liv. 2, tit. 59, § 15; — aos clerigos de ordens sacras, e minoristas, sendo beneficiados. *Man. do Tab.* § 275, Lobão, *Seg. Linh.* nota 153. Sr. Mcirelles, Repert. n.º 2670. J

§ 166

Havendo diversos *litis-consortes*, não é permittido a cada um nomear diverso procurador; nem a qualquer dos litigantes é concedido constituir muitos procuradores judiciaes sem que cada um d’elles tenha poderes *in solidum*. *Man. do Tab.* § 279, e *Man. Pract.* cap. 2, n.º 7. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 1415.

Nas causas crimes, havendo muitos co-réos, só se admittem dois advogados: e o mesmo se observa, sendo muitos os querelantes. N. R. J., art. 1035.

³⁶ As procurações d’estas pessoas podem ser feitas pelos seus secretarios, e por elles assignadas. Ord. liv. 3, tit. 53, § 18 *in fin.*

³⁷ Estes devem fazer e assignar as procurações, mas quando duas ou mais pessoas qualificadas fazem a procuração, escrevo-a uma, e todas a assignam. *Man. Pract.* cap. 2 n.º 11.

§ 167

Defensor é aquelle, que sem mandato do réo o vem defender a juizo; — tambem se chama ajudador. Ord. Liv. 1, tit. 92, § 10³⁸. Pela legislação actual só tem logar a sua intervenção nas causas crimes; e é nomeado pelo juiz, quando na audiencia de discussão não apparece o advogado nomeado, e póde sê-lo qualquer procurador, ou escrivão do juizo. No caso de julgamento por ausencia póde ser defensor o conjuge, ou qualquer parente até ao 4.º grau por direito canonico. *Elem. do Proc. Crim.* § 222, nota (b), §§ 349 e 350.

§ 168

Excusador é o que vem defender o réo a juizo por não comparecer. Intervinha tanto nas causas civeis, como crimes; mas devia trazer procuração, e n'isto differia do defensor; era portanto o excusador um procurador especial *ad hoc*. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 70. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 8, § 3. Hoje tem logar a sua intervenção nas causas crimes dos ausentes; e são admittidos como excusadores os conjuges, e parentes até ao 4.º grau: não precisam de procuração; mas devem allegar e provar justa causa de ausencia do réo. *Elem. do Proc. Crim.* §§ 348 e 370.

§ 169

Assistente é o que vem a juizo defender a sua propria causa junctamente com a alheia.— O assistente póde vir a juizo assim antes, como depois da sentença, e acceita a causa no estado, em que a acha. Ord. liv. 3, tit. 20, § 32. E admittido como assistente o que mostrar ter interesse na causa, e nos casos, que a lei determina: — tal é a questão sôbre morgados, em que é admittido o filho a auxiliar o pae; — o senhor

³⁸ O Sr. Mello Freire, *Inst. Jur. Civ. Lus.* liv. 4, tit. 3, § 11 in fin. e lit. 8, § 2, diz: que o defensor só era admittido nas causas crimes, em quanto o Direito Romano os permitiia tambem nas causas civeis. Pereira e Sousa, *Prim. Linh.* § 69 é de opinião, que podiam intervir nos processos civeis.

directo ao emphyteuta, o legatario na causa de nullidade de testamento; — o vendedor ao comprador; — e todos os que transferiram para outro alguma coisa por titulo oneroso. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 71, e Lobão, *Seg. Linh.* nota 173. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 8, § 4, e N. R. J., art. 324 e 721, § 2.

§ 170

Oppoente era o que intervinha na questão para excluir um ou outro litigante, ou ambos. — Fazia as vezes de autor, offerecendo artigos de opposição, que equivaliam a um libello. Apparecendo o oppoente em juizo antes das provas, eram os artigos de opposição tractados a par da causa principal: depois das provas se processavam em separado. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 72. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 8. § 5.

Pela novissima legislação não tem logar a opposição. O oppoente póde deduzir o seu direito por acção competente. N. R. J., art. 323. Decr. n.º 24, art. 79.

§ 171

Interprete é a pessoa nomeada pelo juiz para transmittir ao réo, ou testemunha, que não sabe a lingua vulgar, as perguntas, que lhe forem feitas, e as respostas por elles dadas. O interprete presta juramento de cumprir com fidelidade os seus deveres. Tambem se nomeia por interprete ao surdo-mudo a pessoa, que mais habilmente se entenda com elle. *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* § 158. Elem. do Proc. Crim. §§ 113, 163, e 187.

CAPITULO III

Da competencia¹

§ 172

Competencia é o direito, que pertence a um juiz, ou tribunal, de tomar conhecimento de algum negocio, e compellir o réo a responder perante elle². A incompetencia induz falta de jurisdição, e, consequentemente, nullidade dos actos judiciaes³. Ord. liv. 1, tit. 5, § 8 e liv. 3, tit. 78, pr. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.*, § 28. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 23, e *Elem. do Proc. Crim.* § 58.

¹ Vid. nota final a este cap. 3, e Raymond Bordeaux cit. liv. 2, cap. 3. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2692, 2701 e 2959—2962.

² A palavra competencia vem do vocabulo latino — *competere* — pertencer, convir; d'aqui provém o termo — *competentia*. Este vocabulo exprime em geral uma faculdade, um direito, ou attributo qualquer de pessoa ou de cousa. D'aqui nascem as phrases e locuções — parte competente para qualificar um individuo apto para estar em juizo, — juiz competente para designar um juiz com poder de decidir um negocio contencioso, ou expedir um acto de jurisdição não contenciosa,— edade competente para indicar aquella, em que se está apto para o exercicio de certos actos da vida civil, ou de certas funções publicas; — prazo competente para exprimir o lapso de tempo, que a lei fixa para preencher certas obrigações, ou apresentar-se em juizo, etc. Esta palavra é particularmente empregada na linguagem juridica, como um termo generico, que significa a porção de authoridade conferida a um empregado público, ou a um corpo de funcionarios, que exercem collectivamente attribuições da mesma natureza; n'este sentido se apresenta no § a definição de competencia.

³ Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 578 diz: — que por práctica do foro se remetem ao juizo competente os autos processados perante juiz incompetente, aonde, se não ha motivo para rescindir-os, por elles mesmos profere sentença o juiz competente. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 115 diz: — No processo, que passa do juiz declinado, só se reputam nullos os actos decisorios, mas não os probatorios. Entretanto, uma vez que a parte não consinta em que se tenham como validos, e os retifique por termo nos autos perante o juiz competente, devem ter-se todos como nullos, e reformar-se, porque a incompetencia é causa de nullidade insupprivel; e, verificada esta, todo o processo subsequente é nullo. Ord. liv. 3, tit. 63, § 5. e tit. 75 pr. Ref. Jud. 2.ª parte, art. 155, e N. R. J. art. 510 (§§, 473 e 474).

“ A incompetencia nos processos criminaes e nullidade insanavel; póde, porém, revalidar-se o processo no caso excepcional do § 1 do art. 13 da Lei de 18 de Julho de 1855. As questões sobre incompetencia excedem sempre a alçada do juiz. Ord. liv. 3, tit. 70, § 6. N. R. J. art. 329. Lei de 19 de Dezembro de 1843 art. 7; e Lei de 16 de Junho de 1855 art. 10. “

§ 173

A competencia ou é de direito *commum*, ou de direito particular e privilegiada.

A competencia de direito *commum* é geral, ou especial: geral quando se estende a todas as especies de causas; especial, quando é restricta á certas materias.

A competencia geral nasce do domicilio do réo; a especial provém do contracto, quasi contracto, connexão ou dependencia de causas, situação da cousa, prorrogação de jurisdicção, é diverso valor da cousa.

A competencia privilegiada, ou de direito particular, resulta de privilegio concedido ou em razão da causa, ou da pessoa, e isto ou por lei perpetua incorporada nas collecções de direito, ou por decreto e provisão temporaria, isto é, por comissão ⁴. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* §§ 32 e.33. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 32. N. R. J., art. 178, 179, 180, 191 e 246.

§ 174

Entre nós não tem logar a competencia do foro em razão da origem, como era pelo direito romano.

O cidadão romano podia ter duas patrias: — 1.º Roma, patria *commum* de todos os cidadãos; — 2.º a cidade municipal, em que gozava dos direitos de cidadão (*civis, municeps*);— e ainda a provincia, a que pertencia por nascimento. Em geral todo o cidadão, qualquer que fôsse o seu domicilio, podia ser citado perante os tribunaes de Roma, achando-se ahi. Havia porém certas pessoas, que tinham o privilegio de serem julgadas na sua patria particular, e o *jus revocandi domum*; e competia

⁴ Os juizes de comissão foram abolidos. Carta Const. art, 145, § 16. Borges Carneiro, *Dir. Civ.* liv. 1, tit. 4, § 50 n.º 14—17. *Elem. do Proc. Crim.* nota (b) ao § 58.

este privilegio áquelles, que eram considerados como cidadãos das cidades municipaes da Italia, e ainda das provinciaes, que tivessem alcançado o *jus italicum*. N'este sentido o foro de origem prevalecia ao foro commum; e o cidadão só podia ser citado perante as authoridades do seu municipio. Sr. Mello Freire, liv. 2, tit. 2, § 7 e liv. 4, tit. 7, § 24. Bonjean, *Traité des actions*, tom. 1, §§ 51 e 131.

§ 175

O foro do domicilio era pelo direito romano, e pelo patrio, commum, ou proprio. — Roma era considerada a patria commum, e podia qualquer cidadão ser citado perante os seus tribunaes (§ 174). Lisboa, como sede do reino, era considerada como domicilio commum, podendo todo o portuguez, que ahi fôsse encontrado, ser demandado perante o corregedor do cível da côrte; excepto: — 1.º tendo foro especial; — 2.º tendo ido á corte em serviço público; ou — 3.º para ser ouvido como testemunha; ou — 4.º para tractar de alguma causa; n'estes casos tinha o *jus revocandi domum*; isto é, de declinar para o juízo do seu foro. Ord. liv. 1, tit. 39, § 1 e liv. 3, tit. 3. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 25. Pereira e Sousa, nota 40.

Pela legislação actual não ha o foro do domicilio commum. R. J. 2.ª parte, art. 4, § 2⁵.

§ 176

A competencia geral resulta do domicilio proprio; e tem logar a regra — *Auctor scquilor forum rei*, L. 3.ª *Cod. de jurisdictione*. O foro do domicilio proprio é o competente para todas as acções reaes e pessoaes.

⁵ O Sr. Correia Telles, *Dig. Port.* tom. 2, art. 40 diz: — Lisboa reputa-se patria e domicilio commum de todos os Portuguezes. Todos podem ahi ser demandados, se ahi são encontrados: salvo se mostrarem, que foram obrigados a ir a esta capital por alguma authority, ou por negocio muito urgente. — Esta opinião, fundada nas Ord. cit. no §, não póde sustentar-se em vista do art. 40, § 2 da Ref. Jud. á parte, que diz: — Não se entende por domicilio aquelle logar, aonde qualquer concorre por divertimento ou negocio. — Pelo que e hoje opinião corrente, confirmada pela práctica, que não ha competencia de foro pelo domicilio commum.

Ord. liv. 3, tit. 11 pr. e §§ 5 e 6. N. R. J. art. 178. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 42 e 2704 e Cod. do Proc. Civ. Fr. art. 2.

§ 177

Domicilio proprio é o lugar, aonde qualquer tem o seu, principal estabelecimento, e habita com animo de residir; — *ubi quis larem, rerumque ac fortunarum suarum summam constituit*. L. 7.^a Cod. de incolis. Sr. Seabra. *Proj. do Cod. Civ.* art. 43. Póde ser voluntario, ou necessario: domicilio voluntario é aquelle cuja escolha depende da vontade da pessoa; necessario aquelle, que a necessidade obriga a habitar, ex. gr. o do militar, do empregado público, do degradado ⁶. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 40. Sr. Coelho da Rocha, *Inst. de Dir. Civ. Port.* § 66—68. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 43—56. (Vid. *Reflexões* ao tit. 7 da parte 1.^a liv. un. do Projecto do Cod. Civ. Port., pelo illustrado presidente da commissão do Codigo, o nosso distincto collega o Sr. Vicente Ferrer; e a Resposta do Sr. Seabra).

§ 178

Aquelle, que tem dois domicilios, e reside ora em um ora em outro, póde ser demandado no juizo do domicilio, em que fôr achado ao tempo da citação: verifica-se, pois, a competencia por prevenção. N. R. J., art. 180. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2706.

Os que não têm domicilio, chamam-se vagabundos, e podem ser demandados em qualquer lugar, em que forem encontrados. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 40. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 26. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2704.

⁶ Aqui falâmos do domicilio civil, e em relação á competencia do foro para o exercicio dos direitos civis; e não do domicilio politico, que se exige para o exercicio dos direitos politicos.

* Para se adquirir o domicilio não é preciso tempo certo de residencia, como é para adquirir a vizinhança, quando o individuo não é natural da terra, como determina a Ord. liv. 2, tit. 56; d'onde se deduz que são ideias distinctas as de residencia, domicilio e vizinhança. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2704, e Ord. cit.

§ 179

Havendo na mesma causa dois ou mais réos de diversas jurisdições, poderão ser demandados no juízo do domicílio de qualquer d'elles á escôlha do autor ⁷: n'este caso provém a competencia da continencia da causa. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 29. Se algum dos réos confessar a acção, ou transigir com o autor, ou este desistir da acção contra elle, e o litigio correr no domicílio d'esse réo, podem os outros co-réos declinar a causa para o juízo do domicílio de algum d'elles, em que todos concordarem; não se concordando, não terá logar a declinatoria. N. R. J. art. 179. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2705.

§ 180

O réo deve ser demandado perante o juiz do seu domicílio: esto é o principio geral em materia de competencia (§ 176). São consequencia d'este principio as regras mencionadas nos §§ 178 e 179. Mas estes principios e regras geraes de competencia, que acabamos de expor, recebem modificação e excepção de diversas circumstancias, em que se verifica a competencia especial do foro (§ 173), das quaes vamos a tractar. N. R. J., art. 191.

§ 181

Foro do contracto diz-se o logar, em que se celebra o contracto, ou em que alguém se obriga a responder. O foro do contracto é competente, quando alguém, renunciando ao seu foro, se obrigou a responder n'aquelle juízo; ou á pagar alguma dívida em certo e determinado logar ⁸. É necessario

⁷ Pela legislação antiga n'esta hypothese deviam ser demandados perante o juiz superior a todos. Sr. Mello Freire, *Inst. Jur. Civ. Lus.* liv. 4, tit. 7, § 29. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 40 *in fin.*; excepto: 1.º quando algum dos co-réos não estava sujeito á jurisdição d'esse juiz superior; 2.º quando tinha privilegio de foro. Lobão, *Seg. Linh. Civ.* nota 40.

⁸ Aquelle, que se obriga a pagar uma dívida em certo logar, poderá ser obrigado a responder perante o juiz d'esse logar não sendo ahi encontrado? O Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 27, Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 41, Lobão, *Seg. Linh.* *ibid*, Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 40, e outros jurisconsultos julgam precisa a circumstancia de

ser a pessoa obrigada encontrada no lugar do contracto para o effeito de ser ahi demandada; e nós nas anteriores edições d'estes nossos *Elementos* seguimos igual opinião, que, todavia, precisa ser esclarecida e rectificada.

As Ordd. liv. 3, tit. 6, § 2 e tit. 11, § 1 equiparam a hypothese de qualquer se obrigar a responder perante certo e determinado juiz, á de se obrigar a pagar em certo lugar; permitindo que possa ahi ser demandado, posto que n'esse lugar não seja encontrado; com tanto que aquellas clausulas, que importam a renuncia expressa e implicita do foro, constem de escriptura pública ou titulo com igual forza (nota (b) infra).

Não obstante estas disposições diz o Sr. Mello Freire, que ellas se devem entender, se o réo ahi for encontrado; *si reus ibi deprehendatur*; e que esta é a praxe deduzida do cap. 1, § *contrahentes 3 de for. compet. in 6.º*

Com effeito esta jurisprudencia tem sido seguida no foro, como attestam os authores acima mencionados; por fórma que a praxe prevaleceu á lei, e é doutrina corrente que em materia civil ainda aquelle, que por escriptura pública ou escripto de igual força se obrigou a pagar em certo e determinado lugar, só pôde ser demandado perante o juiz d'elle, se ahi fôr encontrado. Correia Telles, *Man.* § 40. Sr. Rosado, *Man.* § 30. E nós, fallando de *jure constituendo*, preferimos a doutrina da praxe á disposição da lei, por ser conforme ás regras, que regem a competencia e aos nossos principios sôbre esta materia, que são os do Sr. Mello Freire, e dos redactores do Dec. n.º 24 de 16 de Maio de 1832. Vid. nota final a este cap. da competencia.

A regra geral da competencia e a que provém do domicilio proprio, e portanto é perante o juiz d'esse domicilio, que o réo deve ser demandado: principio justo, e altamente moral, como diz De la Serna e Montalban, tit. 4, secç. 3.ª, § 2, n.º 1. Este principio pôde ser modificado ou alterado por vontade expressa ou tacita dos interessados.

Por effeito do contracto pôde ter lugar a prorrogção expressa da jurisdicção, e tambem tem lugar a tacita no caso, em que qualquer, tendo demandado perante juiz incompetente, não declina a sua jurisdicção. Ord. liv. 3, tit. 49, § 2.

Mas na hypothese em questão (abstrahindo da disposição das Ordd. citadas) não se dá o consentimento da parte, ainda o tacito, circumstancia aliás necessaria, porque o principio da prorrogção tem a sua fonte no consentimento das partes; e nós não admittimos a opinião, embora muito respeitável, d'aquelles, que entendem que a clausula, pela qual as partes fixam o lugar para a execução de um contracto, importa implicitamente a attribuição de jurisdicção ao magistrado d'esse lugar; pois são ideias muito diversas, e com diversos effeitos. Admittida esta doutrina, authorisava-se um meio capcioso de extorquir das partes a renuncia do importante direito de ser demandado no juizo do seu domicilio, sendo levadas a este resultado por effeito do êrro; pois que estas, attendendo ao sentido obvio e natural da condição a que se sujeitavam de pagar em *certo lugar*, mal podiam prever que esta importava a renuncia do seu foro. Ora a prorrogção da jurisdicção opera-se pelo consentimento expresso, ou tacito das partes, *com tanto que seja exempto do êrro*. Bonjean, cit. § 36, e a proposito diz Heineccius ad Pand. liv. 2, n.º 215, *modo judex incompetens per errorem non aditus sit*, e no caso em questão é patente e manifesto o êrro das partes.

Em materia commercial tem-se seguido a doutrina inversa da que fica enunciada em materia civil; pois que o lugar indicado para pagamento de uma lettra de cambio é considerado como domicilio escolhido para as acções que d'ellas resultarem. Sr. Rosado, *Man. do Proc. Comm.* § 30. Mas esta doutrina não tem fundamento na lei commercial; e está em opposição com os principios que regem a materia da competencia pelas razões já adduzidas em relação á competencia em materia civil. O codigo commercial art. 338 diz assim: " O acceite de uma lettra de cambio, a pagar em lugar diverso do da residencia do acceitante, indica o domicilio, aonde o pagamento deve ser effeituado, ou o protesto feito " e o art. 400 é conforme com esta disposição. Como, e com que fundamento se ampliam estas disposições, quando tão expressamente declaram para que effeito o lugar indicado para pagamento é considerado domicilio do acceitante? Se o illustre Redactor do Codigo Commercial (nosso saudoso amigo), quizéra comprehender a

porém que a renúncia do foro se faça em escriptura pública, ou em escripto com força de escriptura. Ord. liv. 3, tit. 6, § 2. Sr. Mello Freire, liv. 4. tit. 7, § 27⁹. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 48.

renúncia do foro na obrigação de pagar em determinado lugar, e adoptar o foro do contracto no sentido da L. 9.^a, § 4. D. *de judic.*, e do art. 420 do Código do Processo Francez, etc, outra e mais expressa seria a redacção d'aquelles artigos, por fórma que ficasse bem clara a derogação do principio geral da competencia do foro pelo domicilio do réo; pois não desconhecia elle a legislação estrangeira para que deixasse de consignar expressamente as suas provisões, se as quizesa adoptar.

Não é nosso intento examinar, se em materia commercial será justa e conveniente aquella doutrina; as nossas observações referem-se ao direito constituido; na presença do qual entendemos ser ella inadmissivel, illegal, e subversiva da ordem das jurisdições, e dos principios de competencia, estabelecidos no interesse da ordem publica, que só devem e podem ser alterados por excepções muito expressas e terminantes.

Vem a proposito mencionar a questão suscitada por alguns sobre se é necessario consentimento do juiz, além do dos litigantes, para prorogar a jurisdição. Carré, cit. n.º 75, sustenta que o consentimento das partes para prorogar a jurisdição do juiz não lhe impõe a obrigação de a exercer; e muitos outros authores são d'esta opinião, e sustentam, que é facultativo ao juiz conhecer ou não os negocios, que lhe são submettidos pela vontade das partes, mas que pertenciam a outros juizes. De la Sema e Montalban, liv. 1, tit. 4, secç. 2.^a § 26, opinam, que sendo a prorrogação da jurisdição um beneficio concedido pela lei ás partes, que litigam, basta só o seu consentimento, para que aquelle se verifique.

⁹ Em vista das disposições da legislação novissima que admite a prova de testemunhas para qualquer quantia, ou cousa, que se pessa, salvo se a escriptura for substancial do contracto (§ 438), opinam alguns, que a renúncia do foro póde hoje fazer-se por escripto particular, por quanto a Ord. cit. e a do tit. 59, pr. não exigem n'este caso a escriptura para substancia do contracto, mas sim para prova. Não adoptâmos esta opinião e entendemos que a disposição da Ordenação deve ser mantida e observada restrictamente, e sem ampliação. Aqui não se tracta da prova da obrigação principal, e do seu quantum; mas sim de uma clausula adjecta, que importando a renúncia de um valioso direito, a lei a subordinou á formalidade de uma escriptura, ou titulo de igual força para que podesse ter valor e effeito juridico; pois " a formalidade é a fórma aonde se moldam os actos da justiça, a marca que verifica o seu titulo e valor. "

A Ord. liv. 3, tit. 11, § 1, diz assim: " e poderá o juiz mandar citar fóra do seu territorio qualquer pessoa, que lhe fôr requerido, se lhe fôr mostrada *escriptura pública, em que tenha força de escriptura pública, por que elle se obrigue responder, ou pagar no lugar, onde elle é juiz.* " Aqui a escriptura pública, ou titulo equivalente, exige-se expressamente para mostrar a renúncia do foro, sem referencia á obrigação principal; e se, quanto a esta, a legislação novissima admitiu a prova por testemunhas, não se segue que por igual meio possa provar-se a renúncia do foro. E tanto assim que sendo já permittida pela antiga legislação a prova por testemunhas nos contractos de maior quantia, por meio de Provisão expedida pelo Desembargo do Paço (nota ao § 438), não se ampliava este incio de prova á renúncia de foro, quando estipulada no contracto. Acresce que pelo nosso direito a clausula da renúncia do foro é regida por disposições especiais e restrictas; e assim exige-se para ella mandato especial — não se permite a renúncia geral do foro — e ainda pela antiga legislação era prohibido a algumas pessoas o renunciar o seu foro. Lobão, *Seg. Linh.* (nota 39 e 41).

D'estas e outras providencias especiaes, em materia de competencia, se conclúe que pela letra e espirito da legislação patria só se admittem excepções ao principio geral da competencia; quando muito, expressas e terminantes, devendo sempre enteuder-se restrictamente.

Quando ha renúncia geral sem designação especial do juizo, só póde ser citado o réo aonde fôr encontrado, ou no seu domicilio. Cit. Ord. § 3. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2710.

Os arrematantes das rendas publicas podem ser demandados perante o juiz de direito da comarca, em que contractaram. N. R. J., art. 186.

Os chamados á autoria devem responder no juizo do réo por quem são chamados. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 162 e nota 354 (§ 369).

§ 182

A competencia do foro pelo quasi contracto resulta do lugar, em que se administram alguns bens, ou negocios; porisso o gestor dos negocios, procurador, feitor, tutor e curador são obrigados a responder perante o juiz do lugar da administração dos bens, em que o negocio foi tractado, ainda que tenha domicilio diverso. Ord. Liv. 3, tit. 11, § 2. Pereira e Sousa, nota 41. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § .27 *in fin*.

O juizo do domicilio do defuncto é competente para o inventario, e para conhecer das causas dos herdeiros relativas á herança, e das intentadas contra ella pelos credores, em quanto se conservar indivisa. Se o fallecido tivesse mais que um domicilio, é competente o juizo, que prevenir a jurisdição. N. R. J. art. 183 e 184 (§ 178).

Os recebedores fiscaes são demandados perante o juiz de direito da comarca, aonde existe o tribunal, ou repartição, em que devem dar contas da sua arrecadação. N. R. J. art. 186 ¹⁰.

Concluimos esta nota transcrevendo a doutrina de Berriat-Saint-Prix, cit. parte 1.^a secç. 1.^a, art. 5, n.º 1. Quando houver a menor dúvida, deve submeter-se o litigio antes ao juiz ordinario, que ao juiz de excepção, porque em materia de attribuição é necessario que o legislador se tenha expressado de uma maneira positiva. Em materia de jurisdição ha menos inconvenientes em ficar áquem dos limites da lei, do que passar ávante.

¹⁰ Pela antiga legislação o privilegio da Fazenda era amplissimo; pois, segundo a Ord. liv. 1, tit. 13, § 3; e Alv. de 20 de Maio de 1802 abrangia, quanto á competencia do foro,

§ 183

Tem lugar a competencia por connexão ou dependencia das causas, quando ellas são de tal sorte connexas e dependentes, que se não podem separar sem inconveniente, e porisso devem ser tractadas no mesmo juizo. Pereira e Sousa, nota 45. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 29. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 87. Ex. gr., o juizo das preferencias não póde deixar de ser o da arrematação, ou adjudicação dos bens. N. R. J. art. 641. Elem. do Proc. Civ. 2.^a parte, § 848.

O fiador, que pagou pelo principal devedor, póde executar este pela mesma sentença, independente de cessão, conciliação, ou nova demanda. N. R. J. art. 613, § 2.¹¹

O crédor, a quem se resalvou o direito pelo protesto de preferencias, deve propor a acção no mesmo juizo e processo, em que se protestar. N. R. J. art. 652, § 2. *Elem. do Proc. Civ.* 2.^a parte, § 851.

A execução por mulctas tem lugar perante o juiz da causa principal. N. R. J. art. 670.

Os embargos de terceiro são disputados perante o juiz da execução. N. R. J. art. 635 e seguintes.

todas as causas, em que a Fazenda fôsse interessada, ainda indirecta, ou incidentalmente.

Da disposição do art. 186, citado no § e 341, se vê que pela novissima legislação a Fazenda Pública tem juizo privativo, e ordem do processo especial para certas causas, quaes as dos recebedores e rendeiros, fiscaes e outras; e ainda n'aquellas, que o art. 359 manda processar ordinariamente, é juiz privativo o de direito da comarca (§ 188 n.ºs 4 e 6), e se regulam pelas providencias especiaes dos §§ 1 e 2.

As dívidas de foros e rendas, de que era credora a Fazenda Pública, como subrogada das extinctas ordens religiosas, se demandavam segundo os termos do art. 283 e respectivos §§. Sr. Castro Neto, nota ao § 2 do citado artigo. Hoje pela Lei de 4 de Junho do 1859; e Instrucç. de 27 de Setembro do mesmo anno tem ordem de processo especial a cobrança de dívidas de foros, censos, pensões, e juros de capitães pertencentes á Fazenda Pública (§ 36 n.º 16 nota).

¹¹ Vid. Lobão, *Diss.* 4, das publicadas em 1808 § 9. *Elem. do Proc. Civ.* 2.^a parte, § 637 n.º 4, nota (11).

O inventario por morte do conjuge sobrevivivo deve fazer-se no mesmo juízo, em que se fez o do primeiro falecido. Assento de 17 de Junho de 1651.

O processo do embargo ou arresto, que fôr feito por juiz, que o não seja da causa principal, deve ser remetido a este. N. R. J. art. 298, § 1.

§ 184

O foro da situação da coisa demandada é competente para as acções reaes contra o possuidor dos bens dentro de anno e dia; mas fica ao arbitrio do autor intentar a acção ou no juízo *rei sitae*, ou no do domicilio do réo. Passado anno e dia, o réo só póde ser demandado no foro do domicilio. Ord. liv. 3, tit. 5, § 12 e tit. 11, §§ 5 e 6. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 28. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 88. Bonjean, *Traité des actions*, § 135. Cod. do Proc. Civ. Fr., art. 3 e 23.

É tambem competente o foro *rei sitae*:

- 1.º Nas acções de expropriação;
- 2.º Nas de tombamenlo, ou demarcação;
- 3.º Nas de nunciação de nova obra, e caução damni infecti;
- 4.º Nas de arresto, ou embargo;
- 5.º Nas causas sôbre servidões;
- 6.º Nas de abolição de vinculos por falta de rendimento, ou redacção de seus encargos;
- 7.º Nas de despoêjo de herdades;

8.º Nas de curadoria dos bens dos ausentes. N. R. J. art. 181.¹²

§ 185

A competência do foro pela prorrogação da jurisdição provém ou da vontade das partes, ou do preceito da lei ¹³. Por consequência a prorrogação da jurisdição é voluntaria, ou necessaria; e a voluntaria é expressa ou tacita.

A prorrogação é voluntaria, quando os litigantes consentem e reconhecem a jurisdição de um juiz alias incompetente; — é expressa, quando qualquer, renunciando ao seu foro, consente em ser demandado perante certo e determinado juiz (§ 181); — é tacita, quando qualquer, sendo citado perante juiz incompetente, não declina a jurisdição ¹⁴. Sr. Seabra. *Proj.do Cod. Civ.* art. 2701.

A prorrogação necessaria é a que resulta do preceito da lei; e tem lugar, quando o réo offerece reconvenção ao autor, sendo o seu effeito obrigar o autor a responder no juízo, em que intentou a sua acção, embora seja domiciliado n'outro ¹⁵. N. R. J. art. 315, § 2. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 30. Pereira e Sousa, nota 45. Sr. Castro Neto, nota ao art. 315 da N. R. J.

¹² As acções de força nova podem ser intentadas no foro rei sitae dentro d'anno e dia? Alguns jurisconsultos entendem que não; porque a Ord. liv. 3, tit. 11, § 5 e 6 se refere á reivindicação; e não póde ser ampliada ás acções possessorias, porque o foro *rei sitae*, como excepcional, só póde ter lugar nos casos expressos na lei. Lobão, porém, no seu *Tractado dos Interdictos*, e outros Praxistas julgam, que, em vista da rubrica da mencionada Ord.; e da O rd. liv. 3, tit. 45, § 10 pudera os interditos possessorios ser intentados dentre anno e dia no foro *rei sitae*; o assim se tem julgado.

¹³ *Prorogata jurisdictio eti, quae voluntate partium, vel ex praecepto legis, extra terminos suos exercetur.* Hein. *ad Pandect.* liv. 2 n.º 252.

¹⁴ Ord. liv. 3, tit. 49, § 2. O simples comparecimento do réo em juízo incompetente não importa o reconhecimento da sua jurisdição, pois é necessario comparecer ahi para deduzir os motivos da declinatoria. Ulp. liv. 5, ff. *de judiciis*. Bonjean cit. § 134 (§ 208 e nota).

¹⁵ Ord. liv. 3, tit. 33, § 2. Vid. tit. 3 d'estes *Elementos*, cap. 1, secç. 7.^a *Da reconvenção*.

§ 186

A prorrogação só pôde ter lugar, quando o juiz, cuja jurisdição se proroga, fôr competente quanto a causa, pois nem toda a jurisdição se pôde prorogar¹⁶. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 30, nota. Pereira e Sousa, nota 45. Ord. liv. 3, tit. 33, § 5. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2701.

É improrogavel a jurisdição dos juizes arbitros. Ord. liv. 3, tit. 33, §§ 5 e 8; — a dos juizes commerciaes, Cod. Comm. art. 1034¹⁷; — a

¹⁶ Carré, *Cours Elém. d'organisat. judic.* §§ 75 e 87 sustentando esta doutrina, diz: " A razão é simples: a competencia em razão da materia é estabelecida nos interesses da ordem pública; a competencia em razão da pessoa, pelo contrário, é fundada em motivos puramente especiaes ás partes; e então tem lugar o principio: *Unicuique licet juri in fuvorem suum introducto renunciare*. A ordem pública, pois, não soffre, logo que o juiz escolhido pelas partes seja competente, quanto á materia. "

¹⁷ Cabe referir neste lugar a questão, — se a disposição da lei (Cod. Comm. art. 1034) quando diz que a jurisdição commercial é improrogavel, isto é, que os juizes e tribunaes de commercio não podem conhecer senão das causas commerciaes; estabelece igual incompetencia a respeito dos tribunaes civis, quanto ao conhecimento das questões commerciaes?

Em outros termos — se a incompetencia dos tribunaes civis para conhecer dos negocios commerciaes é absoluta, *ratione materiae*, como é a dos tribunaes de commercio para conhecer das materias civis; ou se é sómente relativa?

Alguns authores muito respeitaveis entendem, que os tribunaes ordinarios podem conservar o conhecimento dos negocios da competencia dos tribunaes excepçionaes; e que se lhe não pôde oppôr a incompetencia em razão da materia, visto *que elles têm jurisdição plena e justiça universal sôbre as pessoas, e sôbre as cousas*, segundo as expressões de Loyseau; e consequentemente, que a incompetencia dos tribunaes civis para conhecer, ex. gr., dos negocios commerciaes apenas será relativa; em quanto que a incompetencia dos tribunaes commerciaes para as materias civis será absoluta. E apoiados na plenitude da jurisdição consideram as materias adscriptas ás jurisdições especiaes, como pertencendo quanto ao essencial ás justiças ordinarias, argumentando, que os tribunaes civis julgando os negocios commerciaes nos districtos, aonde não ha tribunal de commercio, não poderiam ser incompetentes de uma maneira absoluta para uma espécie de negocios, que a mesma lei os authorisa a conhecer.

Em contrario outros combatem a theoria da plenitude da jurisdição, e dizem, que quando a lei geral tem, por motivos de ordem pública, estabelecido certas jurisdições para conhecer de determinadas contestações, ella tem tornado estes tribunaes únicos juizes das especies sujeitas á sua competencia, e distraido estas materias da jurisdição dos tribunaes ordinarios, que vem a ser então incompetentes. Que as jurisdições especiaes são limitadas sem duvida; mas nos limites, em que se exercem, ellas têm tambem a sua competencia exclusiva.

Quanto ao argumento deduzido do conhecimento dos negocios commerciaes, que a lei attribue aos tribunaes civis nos districtos, aonde não ha tribunal de commercio, dizem, que se a lei não tem estabelecido uma jurisdição á parte, aonde o movimento dos negocios commerciaes não é consideravel, isto não é motivo para que nos districtos em que essa jurisdição é estabelecida, deixe de considerar-se como sendo de ordem pública o emprego de formas simples e rapidas, que convém essencialmente á instrucção das causas commerciaes. Veja-se Carré, cit. n.º 76 e nota, e n.ºs 81—83. *Bonniér Elémens d'organisation judiciaire*, n.ºs 99 e 201.

dos juizes ecclesiasticos. cap. 8. X. *de arbitr.* Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 47¹⁸ (§ 187 in fin.)

§ 187

A competencia particular do foro tambem nasce do diíferente valor das causas, Ord. liv. 1, tit. 65, §§ 6 a 8 e 73: este regula a fórmula do processo, e a competencia do juiz, que as ha de julgar a final. N. R. J., art. 246. Em conformidade com estes principios os juizes eleitos julgam summarissimamente as causas de movel, e sôbre damno não excedente a

Esta questão tem passado dos dominios da theoria para o campo práctico; e ainda ha pouco no foro brasileiro foi ella debatida.

Na *Revolução de Setembro* n.º 5340 de 18 de Fevereiro do corrente anno de 1860 vem publicada e extraída do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro uma allegação juridica, de que damos aqui noticia, já pela importancia e interesse da materia, já porque fora tractada por um dos mais illustrados e eximios jurisconsultos d'aquelle Imperio, o Sr. José Thomaz Nabuco d'Araujo. Argumentando habilmente do principio — que a jurisdição commercial é restricta e improrogavel — concluo que a jurisdição civil não é restricta e improrogavel; e combate a conclusão inversa, que geralmente se tira d'aquelle principio. Em apoio d'esta opinião refere um aresto do tribunal de cassação, que dia — que a incompetencia dos tribunaes civis para conhecer das causas commerciaes não é absoluta ou *ratione materiae*, mas relativa; e consequentemente prorogavel a sua jurisdição pela renúncia expressa, ou tacita das partes. Em vista d'estes principios sustenta o illustre jurisconsulto, que não é o art. 9 do Regulamento de 1850 (corresponde ao art. 1034 do Cod. Comm. Port.) que deve regular a prorrogação dos tribunaes civis, mas a Ord. liv. 3, tit. 49, § 2, á vista do qual dá-se a prorrogação tacita desde que as partes deixam de allegar a excepção declinatoria fori; que era esta a especie dos autos.

Entre nós a incompetencia dos tribunaes civis para conhecer das causas commerciaes é considerada absoluta ou *ratione materiae*; salvo nos casos em que a lei lhes confere estas attribuições (§ 105). E esta é a jurisprudencia em vigor. (Vid. Accordãos do Supremo Tribunal de Justiça de 7 de Dezembro de 1848 e 12 de Fevereiro de 1849, na Gazeta dos Tribunaes n.º 1016 e 1037).

Comtudo as razões em contrario, e em favor da incompetencia relativa, não são de tão pouco momento, que não mereçam meditar-se e discutir-se.

Contra os tribunaes de excepção, e jurisdições especiaes se apresentam muitos e ponderosos argumentos; e Bentham, o mais estrenuo propugnador da competencia universal de cada tribunal, posto que exagere este principio até ás extremas consequencias, ha nelle muito de verdade, e temperado por sábias excepções pôde receber applicações prácticas, como diz Raymond Bordeaux, cit. liv. 2, cap. 3. Vid. Belime, *Philosophie du droit*, liv. 3, cap. 8, tit. 1, e Meiyer Esprit, *Origine et Progrés des institutions judiciaires*, tomo 6, que analysa os inconvenientes dos tribunaes especiaes do commercio, e Dupin, *Des magistrats d'autrefois et des magistrats à venir*, n.º 52, que censura e combate a multiplicidade d'estes.

¹⁸ Pela legislação antiga eram muitos os juizes, cuja jurisdição era improrogavel, como pôde vêr-se no Sr. Mello Freire cit. nota ao § 3.

*A jurisdição administrativa tambem é improrogavel. Cod. Adm. art. 279 e 284.

1\$250, nas freguezias do reino, e a 2\$500 em Lisboa e Porto. N. R. J. art. 145, n.ºs 1 e 2 (§ 77).

Os juizes ordinarios dos julgados, que não são cabeça de comarca, processam e julgam summariamente as causas não excedentes a 4\$000 réis em raiz, e 6\$000 réis em moveis; e, ordinariamente, com recurso para o juiz de direito, as causas superiores a estas quantias, mas não excedentes a 20\$000 réis em raiz, e 30\$000 réis em moveis. N. R. J. artt. 118, § 1, 248 e 253 (§ 64).

Os juizes de direito processam e julgam ordinariamente, com recurso para a Relação, as causas excedentes a 20\$000 réis em raiz, e 30\$000 réis em moveis. N. R. J., art. 82 e 83 ¹⁹(§ 41).

A jurisdição do juiz, que fôr incompetente pelo valor da causa, é improrogavel, arg. do art. 239 da N. R. J., e 315. De la Serna e Montalban, cit. liv. 1, tit. 4, secç. 3.^a, § 2, 2.^a edição.

§ 188

A competencia privilegiada resulta do privilegio concedido em razão da causa, ou da pessoa. N. R. J., art. 178, § un. (§ 173).

São causas privilegiadas e devem ser processadas, e julgadas pelo juiz de direito, ainda que os réos sejam domiciliados nos julgados da comarca, as seguintes;

1.º As de denúncias por falta de manifesto de decima, e outros tributos. N. R. J., art. 190 e 355;

2.º As de tombos e demarcações. N. R. J., art. 85, n.º 6, e 339;

¹⁹ Nos julgados, que são cabeça de comarca, as attribuições dos juizes ordinarios eram exercidas pelos juizes de direito. N. R. J. art. 118, § 2.

Os juizes ordinarios nos julgados, cabeça de comarca, foram extinctos pela Lei de 18 de Julho da 1855, e as suas attribuições são hoje exercidas pelo modo determinado do art. 1 e §§ respectivos da cit. Lei, e exposto nos §§ 48 e 49.

3.º As de supprimento de consentimento paterno. N. R. J , art. 85, n.º 7, e 340:

4.º As causas contra os recebedores e rendeiros fiscaes, — seus fiadores, — devedores de devedores fiscaes, — e herdeiros de todos elles. N. R. J., art. 341;

5.º As de contrabando e descaminho processadas civilmente. N. R. J. art. 189 e 349: Vid. *Elem. do Proc. Crim.* § 375 e 376, nota (c).

6.º Todas as mais causas, em que a Fazenda fôr autora, ou ré, e que, segundo a antiga legislação, eram processadas ordinariamente. N. R. J., art. 359 (§ 182, nota).

7.º As causas de preferencias. N. R. J., art. 647.

8.º As causas das misericordias. Decr. de 5 de Nov. de 1851, art. 14. Vid. art. 7 da Lei de 18 de Julho de 1855.

9.º Os artigos de fraude do executado. N, R. J., art. 623 ²⁰

§ 189

As causas commerciaes têm tambem juizo especial; e são da competencia exclusiva dos juizes commerciaes da 1.^a instancia em Lisboa e Porto, dos juizes de direito nos julgados que são cabeça de comarca e sede de districto commercial (§ 104—114 e 186). Nas mais terras do reino sao decididas por arbitros commerciaes na fórma exposta no § 115—123.

²⁰ A abolição de atravessadouros pertencerá exclusivamente ao juiz de direito da comarca? Correia Telles, *Man.* § 465 segue a opinião affirmativa: porém os RR. da Revista Juridica de Coimbra n.º 17 sustentam opinião contraria; para a qual propendemos. Em breve nos occuparemos d'esta questão na parte 3.^a d'estes *Elementos*, em que temos de tractar da ordem do processo na acção de abolição de atravessadouros, bem como d'outras acções summarias.

§ 190

O juízo ecclesiastico é o unico competente para o conhecimento das causas puramente espirituaes, e porisso pertence-lhe conhecer dos pleitos, em que se disputa sôbre a validade ou nullidade dos sacramentos da Ordem, ou Matrimonio ²¹, e dos votos de profissão religiosa. N. R. J., art. 192 (§ 129 e nota 7).

²¹ Em que juízo deverá tractar-se a causa de sevicias? O Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Cív.* § 54 diz que no juízo ecclesiastico: mas esta opinião oppõe-se a direito expresso. — O Decr. n.º 24, art. 177, diz: — “ Não haverá mais causas *mixti fori*, o juízo ecclesiastico é só competente para as causas meramente espirituaes. ” A Ref. Jud. 2.ª parte, art. 7, e a N. R. J. art. 192 legislou no mesmo sentido. E quem dirá que a causa de sevicias é puramente espiritual? As authoridades, a que se soccorre o Sr. Correia Telles, escreveram em conformidade com a antiga legislação; e muito antes do Decr. n.º 24; e a Port. de 17 de Dezembro de 1839 não authorisa a opinião, que com ella se pretende sustentar; pelo que entendemos, que o juiz secular é o competente para conhecer das causas de divorcio por se vicias. Vid. Sr. Coelho da Rocha, *Inst. de Dir. Cív. Port.* § 238 e nota.

* N'esta terceira edição dos nossos Elementos reproduzimos a nota supra tal qual fôra publicada nas anteriores edições.

A questão alli indicada sabre a competencia do juízo nos pleitos de divorcio por sevicias, e outras causas legitimas, ha muito, que se não tinha levantado no foro patrio; sendo doutrina corrente, que, em vista dá legislação novissima, o conhecimento das causas de separação é da competencia do foro secular, e não do ecclesiastico; e mesmo o Sr. Correia Telles nas *Addições á Doutrina dos Acções*, §§ 47 e 51 reconheceu ser esta actualmente a nossa jurisprudencia.

Aquella questão porém resurgiu agora com grande apparatus, assumindo muita importancia pela competencia e posição official dos disceptadores, e pela fórma desabrida e apaixonada, como viera á arena da discussão.

Fora apresentado o Projecto doCodigo Civil Portuguez pelo illustrado e insigne magistrado o Sr. Antonio Luiz de Seabra. O distincto jurisconsulto brasileiro o Sr. Augusto Teixeira de Freitas, que se acha encarregado de redigir o Projecto doCodigo Civil para o imperio do Brasil, publicou uma Apostilla, em que tractou de combater o systema doCodigo Civil Portuguez, e outros pontos de doutrina; e a pag. 138 a 140 diz, em relação á questão sujeita, o seguinte:

“ Se o artigo 1130 está d'accordo com as leis da igreja, recebidas no reino, mandando que o casamento entre catholicos só possa ser annullado no juízo ecclesiastico, e nos casos, que marcam aquellas leis; surgem nos artigos 1252 e seguintes disposições tão originaes, e tão heterodoxas, que por certo não parecem ter sido escriptas para um paiz, que tem uma religião do estado, e que vive no gremio da Igreja Catholica Apostolica Romana.

“ Quem disser que as causas matrimoniaes não pertencem ao juízo ecclesiastico — *anathema sit*. Tal é um dos Canones do Sagrado Concilio Tridentino, e de facto o de direito o juízo ecclesiastico em Portugal (e tambem no Brazil) tem até hoje estado na posse de conhecer de todas as causas de divorcio, ou seja para dissolução do matrimonio, ou seja para separação quanto ao thoro, e mutua cohabitação dos casados. O antigo Direito Portuguez, a Reforma Judiciaria de 1837 parte 2.ª, art. 7, e de 1841 art. 192 e 210 n.º 26, reiteradamente confirmou essa attribuição, ou boa, ou má, do juízo da igreja. O Projecto entretanto, como se taes antecedentes não existissem, corta affoutamente por essa não contestada jurisdição, e planta a semente de um schisma.

“ Nos artigos 1254 e 1255 eirge-se um juizo especial de conselho de familia para conhecer da separação pessoal dos conjuges, e para decidil-a com homologação do juiz de direito, e sem appellação, nem aggravo. Tudo quanto se concedeu á egreja foi apenas que fôsse ouvido o respectivo parochio. E que mais é preciso para suscitar com a Curia Apostolica as mais sérias difficuldades? Pelo lado da religião jurada, que maior brecha se lhe poderia fazer. ”

Ahi ficam transcriptas textualmente as censuras do Sr. Teixeira de Freitas para que possam ser avaliadas no fundo, e na fôrma; e foram ellas já rebatidas pelo Sr. Seabra, que prestes acudiu em sua defesa, publicando a NOVISSIMA APOSTILLA em resposta á do Sr. Freitas; ahi (a pag. 167—186) foi o assumpto em questão tractado magistralmente, como era de esperar do seu conhecido talento, e da variedade e extensão de seus conhecimentos. E seria de sobejo a erudita Apostilla do Sr. Seabra para esclarecer a questão, e pôr em evidencia a sem-razão e excesso da aggressão; mas, como nos cabe algum quinhão n'aquellas desmedidas censuras, e é invocada a authoridade do nosso humilde nome, o dever nos chama ao campo da discussão.

Seremos breves, porque assim o exigem as dimensões d'este escripto. Se necessario fôra, não recusariamos entrar em mais larga discussão.

A censura e argumentação assenta em uma base errada; pre-suppõe o illustre jurisconsulto brasileiro, que as causas de separação *quoad thorum et cohabitationem* pertencem ainda entre nós ao foro ecclesiastico; quando outra é a jurisprudencia.

Os artigos citados da Reforma Judiciaria de 1837 e Novissima Reforma de 1841; e já antes o Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, art. 177, dizem: — “ Não haverá mais causas *mixti fori*. ” O foro ecclesiastico é só *competente para as causas meramente espirituaes* — e ainda que na transicção do antigo para o novo systema se disputou sobre a competencia do foro, nas causas de separação; apparecendo uma ou outra opinião, aliás respeitavel, em favor da competencia do foro ecclesiastico, os Tribunaes decidiram pela competencia do foro civil, porque não sendo taes causas meramente espirituaes, as consideraram alheias da jurisdicção ecclesiastica, nos termos da legislação referida.

E em verdade as causas de divorcio não podem considerar-se como meramente espirituaes e ecclesiasticas; porque estas são as que por sua natureza pertencem ao conhecimento da egreja, independentes das leis civis; taes são as que versam sobre a validade eu invalidade dos sacramentos, profissão religiosa, e outras, *quae nihil temporalis annexum habent*, como se expressam os canonistas. Ora se as causas de separação versam sobre o facto profano da communhão de thoro e mesa, e deixam intacta a questão do vinculo espiritual, fica em evidencia, que nos termos da legislação citada o conhecimento das causas de separação é da competencia do foro secular, e não do ecclesiastico, sendo esta actualmente a doutrina corrente e sem contestação.

E assim essa jurisdicção, que o Sr. Teixeira de Freitas dá como não contestada á authoridade ecclesiastica, ha mais de um quarto de século passou aos magistrados e tiibunaes civis; sem que por este facto se perturbassem as consciencias, ou surgissem difficuldadcs com a curia romana tudo correu em boa paz sem scisma nem quebra da religião do Estado. Portanto o Projecto do fr. Seabra n'este ponto só apresenta innovação em quanto faz intervir n'estes processos a authoridade ecclesiastica (art. 1254), que pelo direito vigente não tem ahi intervenção; e por esta fôrma aproximando-se mais das ideias do illustre Redactor do Codigo Civil Brasileiro devia merecer-lhe encomios em lugar das acrimoniosas censuras, que lhe dirige.

Mas, quando a nossa jurisprudencia fora ainda a que vigorava antes do decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832; não causaria estranhosa, que o Projecto do Codigo Civil “ cortasse affoutamente por essa jurisdicção ” não essencial da egreja; e; que lhe adviêra por concessão ou tolerancia dos principes seculares; seria antes motivo para reparo, que não destituisse ao *imperio* as attribuições, que andassem alheadas, *dando a Cesar o que é de Cesar*; attribuições, que o illustre jurisconsulto brasileiro concede (embora por hypothese) não pertencerem á egreja.

Nos primeiros seculos a egreja não conhecia no seu foro senão das causas pertencentes á sua jurisdicção essencial, sendo porisso limitado ás cousas espirituaes;

porém no seculo nono se foi estendendo aos negocios temporaes; e cresceu muito a jurisdição adventicia da igreja sob varios pretextos sendo entre estes o — do peccado — do juramento adjecto ao contracto — do supprimento da negligencia dos juizes seculares — do sacramento, e causas annexas ao espiritual. E pela antiga disciplina todas as causas respectivas ao contracto do matrimonio, e d'ahi consequentes pertenciam á jurisdição dos magistrados civis; pertencendo ao conhecimento ecclesiastico tão sómente o sacramento, os impedimentos canonicos, a benção das nupcias, e outros ritos pelos quaes o matrimonio se contrahia *in domino*. Mas pelo lapso do tempo este direito soffreu alterações, porque o contracto se foi confundindo com o sacramento, e este, sendo accessorio, tomou o lugar do principal; e d'aqui procedeu, que muitas das causas respectivas ao matrimonio, que por sua natureza, e por conterem materia temporal, pertenciam ao foro civil passaram á jurisdição ecclesiastica. Mas estas attribuições, com que cresceu a jurisdição adventicia da igreja não têm outro fundamento e origem, que a vontade e tolerancia dos depositarios da authoridade pública; e esta concessão dos principes seculares não importa mais, que uma delegação do poder temporal, que póde ser revogada, pois os direitos da soberania são imprescriptiveis. (Est. da Un. liv. 2, tit. 8, cap. 2, § 29).

A doutrina hoje seguida em Portugal, quanto á competencia do foro secular nas cansas de separação, foi já consignada pela illustre Mello Freire no Codigo de Direito Público Nacional, de que fora encarregado em 1789. E no liv. 1, tit. 5, nota ao § 45 das Instituições de Direito Civil Portuguez aquelle insigne jurisconsulto extremou nas causas matrimoniaes o que era da competencia da igreja, e o que dos magistrados e tribunaes civis, estabelecendo em regra — que, tractando-se da validade do matrimonio, e por consequencia da dissolução do vinculo, a causa deve ser tratada no juizo ecclesiastico; porem se a disputa versar sôbre qualquer outro incidente do matrimonio, comprehendendo o divorcio, só o foro civil é competente e legitimo. Isto dizia e propunha aquelle genio luminoso, estando as leis antigas em pleno vigor; e em tempos já bem remotos. (Veja-se a excellente allegação juridica do distincto advogado de Lisboa o Sr. João de Deus Antunes Pinto na Gazeta dos Tribunaes n.º 50).

E esta doutrina tão antiga entre nós, e que fôra constantemente seguida em muitas nações catholicas, é agora taxada pelo distincte jurisconsulto brasileiro como original, e heterodoxa! Sendo para notar, que a Hespanha, aonde (como no Brasil) o foro ecclesiastico ainda está na posse de conhecer das causas de separação, os jurisconsultos mais illustrados e competentes opinam pela competencia de foro secular; e a tal respeito dizem De la Serna e Montalban, (liv. 1, tit. 4, secç. 3.^a, § 4, n.º 4) " com effeito, em regra geral, as materias ecclesiasticas estão fora da jurisdição da authoridade secular, que não póde attribuir-se sôbre ellas uma legitima competencia. E advirta-se, que dizemos de proposito em regra geral, porque cremos que algumas materias, que se consideram ecclesiasticas por nossas leis; e pelos canones, poderiam muito bem ser privadas d'esta qualificação e submettidas á jurisdição commum, por exemplo, os *pleitos de divorcio*. " E assim para estas causas vemos proposta a competencia do foro secular no art. 75 do Projecto do Codigo Civil Hespanhol; emquanto que no Brasil, só prevalecerem as ideias do illustre Redactor do Projecto do Codigo Civil, a legislação ficará n'este ponto estacionaria e singular.

Apartando-nos n'este ponto da opinião do illustre jurisconsulto brasileiro, não deixâmos de prestar homenagem aos seus talentos o illustração; e bom serviço fez elle ás letras juridicas com o seu escripto, que nos trouxe excellente e erudita — Novissima Apostilla — do Sr. Seabra; e provocou a controversia sôbre muitas e importantes questões de direito. Bem vindas sejam estas e outras publicações sôbre tão momentoso assumpto, qual o Projecto do Codigo Civil; e aqui damos emboras a seus illustres authores.

A apparição do Projecto do Codigo Civil marca uma epocha notavel na historia da Jurisprudencia patria, e tanto mais que veio excitar o gosto e interesse pelo estudo do Direito, sendo que hoje nas escholas e fora d'ellas se debatem e profundam com todo o fervor as questões que o apparecimento do Projecto do Codigo veio levantar: facto este, que com muito prazer aqui deixâmos registado.

§ 191

Hoje nas causas civeis ²² não ha privilegio algum pessoal de foro. O art. 178. § un. n.º 1 da N. R. J. só reconhecia o privilegio de foro aos estrangeiros, que tivessem juizes conservadores por tractados, e em quanto estes durassem; mas as Conservatorias foram abolidas pela Lei de 12 de Março de 1845 ²³.

§ 192

No concurso de diversos principios de competencia, e privilegios de foro, tinham logar as seguintes regras, algumas das quaes ainda podem hoje ter applicação;

1.^a O privilegiado não gozava de privilegio contra outro igual privilegiado; portanto, em egualdade de privilegios, prevalecia a competencia geral pelo domicilio do réo. Ord. liv. 3, tit. 5, § 8. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 34 e nota 33.

2.^a Quando os privilegios não eram eguaes, o mais forte preferia ao menos forte ²⁴. Pereira e Sousa, *Prim. Linh.* nota 83.

Qualquer que seja a sorte e futuro destino do Projecto do Codigo, é elle já um excedente livro de doutrina, que vae conquistando a opinião nas escholas e no foro; e que pela sua authoridade intrinseca assumirá o logar de lei do paiz nas questões omissas e opinativas. E a proposito seja-nos licito rematar esta nota transcrevendo as palavras do nosso illustre amigo e collega o Sr. Ferrer: — " O Projecto, ainda que peze a muita gente, lhe ha de abrir uma pagina brilhante na historia da legislação, e da Jurisprudencia nacional, e que por elle tem o Sr. Seabra bem merecido da patria. "

²² Nas causas crimes ainda ha muitas pessoas, que têm foro privilegiado. *Elem. do Proc. Crim.*, §§ 62 e 63.

²³ Pela Lei cit. de 12 de Março de 1845 se deram algumas providencias ácerca do destino e ulterior andamento dos processos pendentes nas Conservatorias; e se decretou que seriam julgados por um jury mixto os subditos das nações, aonde os portuguezes gozassem de igual privilegio; e per Decr. de 87 de Março do mesmo anno se declarou, que, como só em Inglaterra gozavam d'este favor os subditos portuguezes seriam julgados por um jury mixto os sobditos d'aquella nação, e se regulou o modo de apurar e formar a pauta dos jurados. Em 1847 o Governo inglez reclamou e obteve o restabelecimento temporario das Conservatorias em attenção ás circumstancias extraordinarias, em que se achava o paiz; mas acabaram em 1848, e subsiste actualmente a legislação, que deixámos apontada.

²⁴ O privilegio das nações alliadas preferia a todos os privilegios nacionaes, ou fôsem pessoas ou reaes. Assento de 15 de Fevereiro de 1791, e 17 de Março de 1792. Quanto

3.^a Entre os privilegios nacionaes o da causa preferia ao da pessoa. Lei de 23 de Outubro de 1604, § 20, e de 22 de Maio de 1733.

4.^a Os privilegios incorporados em direito preferiam aos posteriores de graça especial, salvo se aquelles eram expressamente derogados. Decreto de 13 de Janeiro de 1780.

5.^a O privilegio de causa ou de pessoa prevalecia ao geral do domicilio, ou *rei sitae*. Ord. liv. 3, tit. 11, § 6 e tit. 55, § 10.

6.^a A competencia geral do domicilio cede a especial *rei sitae*, do contracto, quasi contracto, etc. Ord. liv. 3, tit. 11. pr. e § 1—7. Vid. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7, § 31 *in fine*, e Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* notas 39, 47, 48, 82 *in fine*, e 83, n.º 6.

aos privilegios nacionaes de pessoas, uns eram superiores aos outros, o que póde vêr-se em Pereira e Sousa, nota 83.

Nota final ao Capítulo III

DA COMPETENCIA

Pela antiga legislação o foro privilegiado abrangia muitas causas o pessoas, como póde vêr-se em Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* §§ 32 e 33 e notas respectivas. Lobão, *Seg. Linh. Civ.*, e Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 7. § 31 e 32.

Tantas causas e tantas pessoas privilegiadas, como então havia, tornavam mui gravosa e incerta a administração da justiça; estando todos os cidadãos expostos a serem citados para responderem perante juizes muito distantes dos saus domicilios, e a terem porisso de abandonar suas casas e negocios; ou a legitima defesa de seus importantes direitos e interesses. O Sr. Mello Freire na excellente nata ao § 32 do liv. 4, tit. 7, faz sentir os efeitos perniciosos da multiplicidade dos privilegios de foro, e enuncia muito expressamente sua opinião que devia prescrever-se o foro privilegiado, especialmente o das pessoas, bem como o foro do contracto, *rei sitae*, e prorrogação de jurisdição; e estabelecer-se tão sómente a competencia do foro pelo domicilio do réo. *Verum hae Deo curae erunt*, dizia o illustre Mello Freire.

Os votos do Sr. Mello Freire, posto que partilhados pelos mais distinctos e illustrados jurisconsultos, encontravam os interesses e regalias de classes poderosas e influentes da sociedade, e a legislação sôbre competencia de foro continuou a reger com todos os seus inconvenientes até á execução do Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832.

A Constituição Politica de 1822, para garantir a segurança individual e a propriedade dos cidadãos, estabeleceu no art. 9 o principio de não haver foro privilegiado, senão o das causas, que por sua natureza especial pertenciam, a juizos particulares, abolindo os juizes de

commissão em causas civeis e crimes. Pela Carta de Lei de 11 de Julho de 1822, art. 1, foram extinctos todos os privilegios pessoas do foro, e os juizes privativos; exceptuando os fundados em Tractados, ou em Contractos da Fazenda Nacional, conquanto durassem uns e outros, art. 2. Os mesmos principios foram consignados na Carta Const. art. 145, §§ 15 e 16. As crises e convulsões politicas, por que n'aquella epocha passou este paiz, obstaram ao desinvolvimento, e execução das diversas previsões decretadas na Constituição de 1822; e Carta Const. de 1826. Vid. nota final ao tit. 1 d'estes Elementos sob a palavra — Conclusão —.

O Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832 foi a primeira lei, que desinvolveu e regulou os artigos constitucionaes sôbre competencia, lançados na Carta de 1826; e no tit. 5, art. 38 estabeleceu a regra geral da competencia pelo domicilio do réo, ou as causas fôsem de interesse público ou particular, sem attenção á qualidade das pessoas, mas sim á satisfação da justiça; exceptuando apenas d'esta regra geral: 1.º o foro *rei sitae* para as acções de força nova, e outras semelhantes; 2.º o dos estrangeiros, que tivessem juiz conservador por tractados; 3.º as causas criminaes, nas quaes estabeleceu o principio geral da competencia pelo lugar do delicto, ou aonde o réo fôsse preso exceptuando os estrangeiros, que tivessem juiz conservador,— e as pessoas, que gozassem do privilegio do foro criminal, e que eram referidas no art. 176 do mesmo Decreto. Vid. *Elem. da Proc. Crim.* § 59, 62 e 63.

Á vista da expressa determinação do art. 38 do Decr. n.º 24, parecia não tinha lugar a competencia especial do contracto, quasi contracto, da prorogação da jurisdicção e connexão de causas, mas em vista de outros artigos parecia reconhecer-se indirectamente algum dos principios da competencia especial: ex. gr., o caso de se não allegar a excepção de incompetencia ai fórma do art. 72, que induzia a prorogação tacita; o caso de preferencias, que pelo art. 162 deviam tractar-se no juizo da 1.^a penhora, o que imporia a competencia pela connexão de

causas; que também tinha lugar nos processos crimes nos casos dos art. 204 e 205.

Reconheceu-se porém a grande dificuldade, que resultava á arrecadação da Fazenda Nacional da estricte observancia da competencia geral, tão sómente pelo domicilio do réo; e porisso na Resolução de 10 de Junho de 1834 se determinou: 1.º que os juizes de direito fôsem competentes para todos os litigios da Fazenda Pública, que respeitassem ás suas comarcas, qualquer que fôsse o domicilio dos litigantes: 2.º que nas demandas por objectos, que respeitassem a mais de uma comarca, fôsse competente o juiz de direito, aonde houvesse sido celebrado o contracto, ou a questão tivesse tido origem.

Tambem o Decreto n.º 24 no art. 177 regulou a competencia da foro ecclesiastico, declarando que a este juizo só pertencia o conhecimento das causas meramente espirituaes.

Na fórma do art. 145, § 16 da Carta Const. se reconheceu pertencerem por sua natureza a juizos particulares as causas commerciaes: e pelo Codigo Commercial, art. 1029 se determinou, que fôsem da competencia e privativa jurisdicção dos tribunaes ordinarios do commercio, ou juizes commerciaes da 1.ª instancia todas as causas, que respeitarem a acto de commercio, ou nascerem de obrigação, que tenha legislação especial no Codigo.

Tal era o estado da legislação sôbre competencia do foro até á publicação do Decreto de 13 de Janeiro de 1837, que fez algumas modificações ás leis anteriores.

No art. 1 do mencionado Decreto se estabeleceu o principio geral da competencia pelo domicilio do réo, exceptuando d'esta competencia: 1.º as causas, a que por sua natureza especial fôr dado juiz particular (como as causas commerciaes): 2.º as dos estrangeiros, que têm juizes conservadores por tractados, enquanto estes durassem: 3.º as

causas, em que houver competencia especial em razão do contracto, quasi contracto, connexão de causas, situação da cousa; e da prorogação da jurisdição, conforme as disposições da antiga legislação do reino: 4.º as causas da Fazenda Nacional, e a de preferencias e embargos de terceiro. Cit. Decr. art. 1, § un., art. 2, 8, 280 a 287 e seg., e 427 e seg.

Tambem se reconheceu no art. 3 a competencia pela continencia da causa; e no art. 4 a competencia pela prevenção de jurisdição, que o Decreto n.º 24 no art. 38, § 2 tambem tinha reconhecido. E pelo art. 7 foi confirmada a regra de competencia do foro ecclesiastico, como a tinha decretado o Decreto n.º 24 no art. 177.

Vê-se pois que o Decr. de 13 de Janeiro de 1837 ampliou a legislação anterior ácerca da competencia do foro. Seguiu-se a actual N. R. J. (Decr. de 21 de Maio de 1841), que abraçou os principios sôbre competencia, consignados na Reforma anterior; e as regras e principios, que regulam esta materia actualmente, são os que temos exposto, e desenvolvido n'este cap. 3.

TITULO III

Dos actos e ordem do processo em 1.^a instancia até ao julgamento e sentença

CAPITULO I

Da citação, suas especies, requisitos, efeitos e circumducção¹

§ 193

Citação é o chamamento de alguma pessoa a juízo, feito por mandado do juiz a requerimento da parte interessada, ou oficialmente para algum acto judicial.

A notícia especial de um acto qualquer feito em juízo, ou despacho proferido em juízo, chama-se notificação. Pereira e Sousa, *Prim.*

¹ Toda a demanda começa por um acto, que tem por objecto levar o demandado á presença do juiz. Este acto, a que nós chamâmos citação, e exige o ministerio de um official público, entre os romanos se chamava *in jus vocatio*, e era um acto particular.

“ A *in jus vocatio* nos offerece uma pintura clara da simplicidade e rudesza dos antigos romanos. O autor, ou demandante intimava o seu adversario para o seguir *in jus*, isto é, á presença do magistrado; elle empregava para isto as expressões consagradas pelo uso, e que nos foram conservadas pelos classicos: *In jus veni, in jus sequere, in jus eamus, in jus te voco*. Se o réo recusava obedecer, podia ser conduzido á viva força (obtorto collo). Era prohibida á pessoa citada resistir (*manum sibi depellere*), bem como a seus amigos, ou parentes o tiral-o da mão do autor. Em caso de resistencia este tomava testemunhas — *antestatur*, tocando-lhe nos ouvidos (sede da memoria segundo as ideias dos antigos), e pronunciando estas palavras sacramentaes — *licet antestari*.

“ A par d’esta rudesza de formas, encontrâmos, comtudo, principios mais doces, que lhe temperavam o rigor. Assim o domicillio do cidadão é um asylo inviolavel; o autor não póde ir ahi procurar o réo para o citar *in jus*. *Plerique putaverunt nullum de domo sua in jus vacari licere, guia domus tutissimum cuique refugiam ac receptaculum sit, eumque, qui inde in jus vacaret, vim inferre videri*. Gaius, 1. 11, ff. de *in jut vocat*. Se o réo está doente, o autor deve fornecer-lhe os meios de transporte. Finalmente, o réo póde excusar-se de seguir o autor, dando um vindex, isto é, apresentando uma pessoa, que prometia tomar a defesa da parte citada, e apresentar-se em seu logar. Gaius, Comm. IV, § 46,. e 1. 22, § 1. ff. de *in jus vocat*. Bonjean, *Traité des actions*, tomo 1, § 138. “

O Sr. Mello Freire, liv. 4, lit. 9, § 1, diz: que este modo de citação por authoridade particular nunca fora recebido entre nós.

Linh. Civ. § 81, Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 1. Ref. Jud. 2.^a parte, art. 10².

§ 194

A primeira citação é tão necessaria e importante, que sem ella todo o processo é nullo, porque pertence á defesa natural. N. R. J., art. 194, Ord. liv. 3, tit. 63, § 5. e tit. 75 pr.³

Consequentemente não póde renunciar-se a primeira citação, nem vai a convenção, nem a sentença, que manda fazer a execução nos bens do devedor, sem audiencia, ou citação d'este. Ord. liv. 4, tit. 72: nem a clausula depositaria, isto é, de não ser ouvido o devedor sem dar penhores⁴. Lei de 31 de Maio de 1774; nem a clausula da citação na pessoa do distribuidor dos tabelliães. Cit. Lei; nem finalmente a de se dar por citado para se julgar a escriptura por sentença, posto que só declare

² O Sr. Castro Neto, nota 1, art. 194, diz: que citação é o chamamento para o principio de uma causa; notificação, o chamamento para essa causa proseguir; e intimação, a noticia de qualquer acto da causa; e para fazer esta distincção, funda-se na confrontação de diversos artigos da Nov. Ref. Jud. Segundo esta divisão só se denomina citação o chamamento em começo de causa; mas pelo art. 201 da Nov. Ref. Jud., a que recorre o Sr. Castro Neto, se considera como citação todo o chamamento para comparecimento pessoal: porisso, e porque nos mais artigos da Nov. Ref. não achámos muito explicita a divisão apresentada, adoptamos a que se acha estabelecida na Ref. Jud. anterior, que é conforme ás disposições da antiga legislação, e ás noções e prática do foro; sendo que os vocabulos, notificação e intimação são considerados como synonymos. N. R. J. art. 195. Vid. a tabella dos salarios judiciaes de 26 de Dezembro de 1848, tit. 2, cap. 3, art. 4, § 1, n.ºs 1, 2 e 6.

³ Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 2. Pereira e Sousa; § 81 e nota 191.

⁴ Excepto: 1.º nas causas de soldadas de marinheiros. Cod. Comm. art. 1496; 2.º nas de fretes; 3.º nas d'Apolices de seguros: 4.º nas de transacções. Lei de 31 de Maio de 1774.

Não sendo expressa na transacção a clausula depositaria, poderá qualquer dos transigentes ser ouvido em juizo sem effectivo depósito da quantia que recebera em virtude da transacção? Pereira e Sousa, nota 299. Correia Telles, *Man. do Tab.* § 185. Meirelles, Rep. Jur. Vb. transacção n.º 4142, seguem a opinião negativa. Lobão, *Seg. Linh.* nota 299, diz que o transigente só é obrigado a repor o que recebeu, se o adversario convém que a transacção reclamada fique sem effeito. Se, porém, este insiste na validade da transacção, não é o reclamante obrigado a depositar. Em vista do preambulo e disposições da lei citada se vê que em geral é reprovada a clausula depositaria expressa, sendo só promettida nos casos n'ella declarados, e não admite que ella se subentenda, e porisso entendemos que o reclamante póde ser ouvido sem depósito.

precisa a citação pessoal para a execução. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 3⁵.

§ 195

A citação faz-se — por simples despacho do juiz, — por mandado, — por carta precatoria, — por edictos⁶. N. R. J. art. 196, 197, 198 e 206, Ord. liv. 3, tit. 1, Pereira e Sousa, § 85.

⁵ Pereira e Sousa, Prim. Linh. Civ. nota 191, admite a clausula de se dar por citada a parte para a escriptura ser julgada por sentença; havendo porém citação para a execução: mas Lobão, *Seg. Linh.* nota 161 combate esta opinião com sólidas razões. E em verdade, como diz Lobão, que diferença vae da clausula da citação na pessoa do distribuidor, que a lei de 31 de Maio de 1774 declara nulla, á clausula de se dar por citado para se julgar a escriptura por sentença? É manifesto, que esta clausula por maioria de razão se comprehende na disposição da lei cit. N'esta parte abraçamos a opinião de Lobão.

⁶ Estes são os modos, por que se faz a citação. Pela antiga práctica do foro as pessoas nobres e qualificadas eram citadas por carta do escrivão, em que se referia o despacho do juiz, e a causa da citação, e não pelo official de diligencias. Silva Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 10 e 12. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 20, nota *in fin.* A Nov. Ref. Jud, é omissa a este respeito, mas não proscreeu esta práctica e direito consuetudinario; porisso entendemos, que as citações a pessoas qualificadas devem continuar a fazer-se por este modo.

* Apesar de que pela disposição da Novissima Reforma (art. 494, § 3) sejam competentes para as citações, antes da distribuição, os escrivães e officiaes de diligencias, esta, ainda que posterior, como lei geral não deroga a especial, que é a Ord. liv. 3, tit. 9, § 13. Temos porém a observar, que estas citações devem ser feitas não por carta, mas pessoalmente, como determina a Portaria do 1.º de Março de 1763 publicada na Gazeta dos Tribunaes n.º 577, de que não tínhamos noticia.

Posto que regularmente nenhuma citação podesse fazer-se por particular, nem por official sem mandado do juiz, comtudo linha sido estabelecido por usos antigos, confirmados na Ord. liv. 1, tit. 2, § 18, e tit. 4, § 11, que o regedor, o chancellor da Casa da Supplicação, o governador da Relação do Porto, o chancellor mór do Reino, o juiz da Chancellaria, e o corregedor do civei da Córte podiam conceder licença a um particular para fazer citação na presença d'uma testemunha. Esta citação segundo Pereira e Sousa, nota 200, e Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 20, nota, é a que na Ord. Aff. se chama — *per palha*, abreviatura de palavra; mas Lobão, *Seg. Linh. Civ.* nota 200, diz, que realmente se fazia a citação com uma palha, e pela fórmula, que refere Sancta Rosa de Viterbo no *Elucidario* na palavra — *Sigillar*, e no Supplemento na palavra — palha. Este modo de citar tinha caído em desuso. Vid. tomo 6 das Memorias da Academia Real das Sciencias, pag. 45 e 46.

Tambem havia outra especie de citação chamada por Carta da Camara, de que falla o Sr. Mello Freire, cit. § 21. Pereira e Sousa, nota 203. Por este modo é que se citavam os infantes, duques e marquezes, que estivessem dentro de cinco leguas da Córte. Estando na Córte, ou a citação fôsse para nova causa, ou para continuação da já começada, era feita pelo escrivão, excepto á rainha. Ord. liv. 5, tit. 1, § último, que em qualquer causa devia ser citada segundo as fórmulas, que referem os AA. mencionados pelo Sr. Mello Freire, cit. § 22. Vid. Borges Carneiro, *Dir. Civ. Port.* liv. 1, tit. 4, § 49, n.º 35—38.

§ 196

Quando a pessoa, que houver de ser citada, fôr moradora no julgado, districto, ou freguezia, a citação faz-se por simples despacho do respectivo juiz, proferido na petição do autor. N. R. J. art. 197 ⁷.

§ 197

Faz-se a citação por Mandado, quando ella é ordenada pelo juiz de direito dentro da sua comarca, mas para fóra do julgado da mesma.

Os Mandados devem ser cumpridos por qualquer dos escrivães do juizo, a quem forem apresentados, precedendo o — Visto — do respectivo juiz. N. R. J. art. 196 ⁸.

§ 198

Tem logar a citação por Carta Precatoria, quando é ordenada pelo juiz de direito para fóra da comarca; pelo juiz ordinario para fóra do julgado; pelo juiz de paz para fóra do seu districto; e pelo juiz eleito para fóra da sua freguesia. N. R. J. art. 198. Pereira e Sousa, nota 202 (§ 268 e 281)⁹

⁷ Este modo de citação tem logar, ou ella seja ordenada pelo juiz de direito, ou pelo ordinario, ou de paz, nas causas da competencia de cada um: quando é ordenada pelo juiz eleito faz-se por Mandado. N. R. J. art. 236, § un. Pela legislação antiga só tinha logar, quando o réo estava na cidade, ou villa, cabeça do termo, ou nos arrabaldes: estando fóra dos arrabaldes, mas no termo, a citação fazia-se por mandado. Sr. Silvestre Pinh. *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 4.

⁸ Vê-se que este modo de citação só pôde ter logar, sendo ordenado pelo juiz de direito no caso referido. E o mandado pôde ser cumprido pelos escrivães da comarca no caso do art. 3 da lei de 16 de Junho de 1855. A citação ordenada por juiz eleito tambem se faz por Mandado. Vid. nota (7) ao § anteced.

⁹ Tem, portanto, logar este modo de citação em todos os juizos. Pela legislação antiga, sendo o réo morador de fora do termo, a citação fazia-se por Precatoria. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Proc. do Cod. Civ.* n.º 5. A Portaria de 18 de Outubro de 1850. (*D. do Gov.* N.º 248 de 21 de Outubro do mesmo anno) em harmonia com o aviso do Ministerio das Justiças do Brazil do 1.º de Outubro de 1847 determina os requisitos, que devem ter as cartas precatorias dirigidas ás authoridades d'aquelle imperio; e o modo por que eguaes cartas expedidas do imperio do Brazil devem ser cumpridas em Portugal.

§ 199

As Cartas Precatorias são passadas em nome do rei, ou rainha reinante, assignadas pelo juiz, e selladas com o sello da comarca, ou julgado. R. J. 2.^a parte, art. 509, §§ 1 e 2, e N. R. J. art. 835.

Deve conter — o requerimento, em que se pede a citação, donde conste o nome do autor eréo, e aonde é morador; — a razão, por que o citado deve comparecer no juizo deprecante.¹⁰

Deve igualmente drclarar-se o prazo, drntro do qual deve comparecer no juizo deprecante por si, ou por procurador ¹¹, o qual lhe será assignado na audiencia, em que fôr accusada a citação, e não excederá a quinze dias ate dois mezes. N. R. J. art. 205, § 1, e Decr. n.º 24, art. 69.

O juiz deprecado deve cumprir as Precatorias: se o não fizer, compete d'elle agravo para o superior legítimo, Ord. liv. 1, tit. 58, § 29: e não póde conhecer dos embargos oppostos ás Precatorias, mas deve remettel-os ao juizo deprecante com citação da parte ¹². Pereira e Sousa, nota 202, Lobão, *Seg. Linh.* nota 202, Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 129.

§ 200

A citação por edictos tem logar: — 1.º quando são incertas as pessoas, que têm de ser chamadas a juizo; — 2.º quando são certas, mas

¹⁰ Nas precatorias deve o nome do juiz deprecado antepores ao do deprecante, excepto se aquelle lhe é inferior, e sujeito á soa jurisdição. Assento de 22 de Fevereiro de 1742.

¹¹ Ord. liv. 3, tit. 1, § 5.

¹² O Decreto n.º 24 no art. 69 diz: A carta precatoria nunca poderá ser embargada debaixo de pretexto algum, e o réo citado será obrigado a comparecer por si ou por seu procurador, no prazo que for marcado na mesma carta. É esta a disposição da legislação novissima, que temos n'esta materia, e tão terminante, que parece até excluir a admissão dos embargos no juizo deprecado. Vid. art. 269, § 2 da N. R. J. Cod. Pen. art. 304. Em accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de Dezembro de 1853 se decidiu, que o juiz deprecado não podia conhecer dos embargos ás precatorias, mas os devia remetler ao juiz deprecante conforme a Ord. liv. 3, tit. 87, § 4.

incerto o lugar da sua residencia; — 3.º quando é certo o lugar, mas perigoso; — 4.º na hypothese do § 1 do art. 574 da N. R. J. (§ 667) ¹³. Ord. liv. 3, tit. 69, § 2. N. R. J. art. 206. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 9.

§ 201

Aos edictos deve preceder a justificação de qualquer dos requisitos declarados no § antecedente, feita perante o juiz, que ha de ordenar a citação. Julgada a justificação por sentença, se mandará passar tres editaes, em que se assigna um prazo razoavel para o comparecimento, que; sendo para a primeira citação, não será menor de trinta dias ¹⁴. D'estes editaes um é affixado na praça pública; outro na porta da casa da audiencia; outro na última morada do ausente. Havendo periodicos na terra, faz-se annuncio em um d'elles.

Passado o termo assignado, e juncta aos autos a competente certidão da affixação dos editaes, e o periodico em que se tiver feito o annúncio, prosegue a causa com o curador ao ausente. N. R. J. art. 206 e 207. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 9. Pereira e Sousa, nota 203. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 4-5, 46 e 54.

§ 202

A citação só pode ser ordenada por juiz competente, isto é, aquelle, que tem jurisdicção a respeito do réo e da causa, que se propõe. Podem mandar proceder á citação nas causas da sua competencia os juizes de direito, ordinarios, de paz, e eleitos. N. R. J. art. 210, 213, 236, 248, § 1, e 254.

¹³ Não tem lugar esta citação nas causas de juramento de alma. N. R. J. art. 284, § 3. Pereira e Sousa, nota 203: nem nas conciliações. N. R. J. art. 211.

¹⁴ Nos processos crimes contra os ausentes o prazo assignado nos edictos nunca é menor de dois mezes. *Elem. do Proc. Crim.* § 342.

Se o juiz é manifestamente incompetente, póde desprezar-se a citação impunemente: mas em dúvida o réo deve comparecer a allegar a incompetencia. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 6, e Pereira e Sousa, nota 196.

§ 203

São competentes para fazerem as citações os escrivães; e officiaes de diligencias ¹⁵; mas estes só no impedimento dos escrivães ¹⁶. Se a citação tiver logar no campo, ou em êrmo, em que não é fácil encontrar testemunhas, será feita pelo juiz eleito com o seu escrivão, ficando ambos responsaveis pela veracidade d'ella, e identidade do citado. N. R. J. art. 195, § un., e 205, § 3 ¹⁷.

§ 204

A citação no principio de causa, e todas as que forem para comparecimento pessoal, devem ser, feitas na pessoa do chamado a

¹⁵ Os juizes de paz e eleitos não têm officiaes de diligencias; e porisso as citações só são feitas pelos escrivães respectivos.

* Os escrivães dos juizes de direito não podiam pessoalmente fazer diligencia alguma fora dos julgados, cabeça de comarca, a não ser a de acompanharem os seus juizes nas audiencias geraes, correições, exames, e vistorias para lavrarem n'estes actos os termos necessarios, Sr. Castro Neto, nota ao art. 196 da N. R. J. Mas o art. 3 da Lei de 16 de Junho de 1855 permite que as citações, e mais diligencias da competencia dos escrivães e officiaes de diligencias, a que tenha de proceder-se fora do cartorio, ou da audiencia, em julgado differente da cabeça de comarca, tendo deixado de ser levadas a effeito por espaço de mais de cinco dias pelos empregados incumbidos das ditas diligencias, possam, a requerimento da parte, ser feitas pelos escrivães e officiaes de diligencias d'ante o juiz de direito da comarca, especialmente para esse effeito authorisados pelo dito juiz.

¹⁶ Excepto quando as citações demandam promptidão, e são ordenadas em requerimento, que não exige distribuição previa, porque então as partes podem recorrer aos escrivães, ou officiaes de diligencias, que mais promptos acharem. N. R. J. art. 494, § 8. Mas as citações e mais diligencias, que respeitarem a pleitos pendentes, são da competencia privativa do escrivão, a quem tiver sido distribuido, art. 558. Vid. Tabella dos Emolumentos de 26 de Dezembro de 1848, tit. 3, cap. 3, art. 6, n.º 14, e Revista Juridica de Coimbra, n.º 43, pag. 348.

¹⁷ Pela antiga legislação eram officiaes competentes para fazer citações os escrivães e tabelliães do judicial,— os porteiros, excepto: 1.º ás pessoas nobres; 2.º nas acções de juramento de alma; 3.º em execução nas causas, que excedessem a mil réis. Os juizes de vintena podiam fazer citações por mandado do juiz de fora ou ordinario; mas para terem fé fora do seu territorio, era necessario, que a citação fôsse reduzida a escripto por tabellião, ou escrivão da Camara. Os alcaides, meirinhos, quadrilheiros e homens da vara não tinham fé pública, e serviam só para manter a authoridade do juiz. Pereira e Sousa, nota 196 Sr. Mello Freire, liv. 4. tit. 9. § 21. Silvestre Pinheiro, *Synopse do C.od. do Proc Civ.* n.ºs 9, 10 e 11.

juízo. Póde porém fazer-se na pessoa o procurador: — 1.º quando o réo está ausente da comarca, e a procuração for sufficiente para o acto, para que se requer a citação, e não tiver clausula, de reserva; — 2.º no caso de reconvenção, tendo o procurador intentado a acção, ainda que a procuração contenha clausula de reserva de nova citação. N. R. J. art. 201, § 1 ¹⁸.

§ 205

Tambem se requer a citação pessoal nos seguintes casos: — 1.º no de circumducção. N. R. J. art. 255, § un.: — 2.º mudança e addicção de libello. N. R. J. art. 256, Ord. liv. 3, tit. 20, §§ 7 e 8; — 3.º para a inquirição! de testemunhas ¹⁹; — 4.º remessa da Carta de inquirição. N. R. J. art. 269, § 2, e 1119; — 5.º inquirição *ad perpetuam rei memoriam*. N. R. J. art. 270; — 6.º para artigos de habilitação. N. R. J. art. 325 e 11 da Lei de 16 de Junho de 1855; — 7.º para extrahir traslados. N. R. J. art. 757; — 8.º para a execução de sentença. N. R. J. art. 574 e § 2: — 9.º para a liquidação de sentença. N. R. J. art. 575, Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 378; — 10.º para a louvação em avaliadores. N. R. J. art. 597; — 11.º depoimento da parte. N. R. J. art. 466 (§ 409); — 12.º para juramento de alma. N. R. J. art. 284, e Sr. Castro Neto, nota a este artigo.

§ 206

Quando o réo se não encontra, ou se esconde com o fim de evitar a citação, intima-se a mulher ou algum parente, domestico, amigo,

¹⁸ Isto porém tem logar, quando o author está ausente da comarca; porque, estando presente, deve ser citado pessoalmente, como se deprehe de do art. referido, e do art. 19, § 1 da 2.ª parte da Ref. Jud. e da Ord. liv. 3, tit. 2; e é esta a praxe. Se o procurador jurar, que não tem informações para responder á reconvenção, deve conceder-se-lhe prazo razoavel para as haver do constituinte. Cit. Ord. liv. 3, tit. 2 (§ 379—385).

¹⁹ Tambem é necessaria a citação pessoal para ver jurar testemunhas e não basta a do procurador, quando a parte está presente ao tempo da prova. Ord. liv. 3, tit. 1, § 13. E assim foi decidido em accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de Janeiro de 1841. Mas, estando ausente, póde ser citado o procurador. N. R. J. art. 272 e 512.

ou vizinho, para que anunciem ao réo a citação no dia seguinte, assignando-lhe hora certa; e de tudo se passa certidão.

A pessoa intimada tem obrigação de estar presente á hora marcada para receber a citação, quando o réo não compareça: e deve assignar a certidão da diligencia com duas testemunhos, sendo-lhe entregue a contra-fé. Tem tambem logar este modo de citação, quando o réo, tendo casa certa de residencia, só a habita de noite. N. R. J. art. 202, § un. Sr. Mello Freire, cit. § 8. Pereira e Sousa, nota 220, n.º 1. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 14.

§ 207

A citação deve conter o nome do autor, — do réo,— o motivo, por que é citado, — dia e hora, em que deve comparecer,— se pessoalmente, ou por procurador.

A citação deve fazer-se na presença de duas testemunhas, que assignarão a certidão: mas se o citado assignar a certidão, e o official reconhecer a sua identidade, não são precisos as duas testemunhas.

A contra-fé, que o official ha de dar á parte citada, deve conter: — a cópia da petição, — despacho do juiz, logar, dia e hora, em que a citação deve ser accusada, com os nomes, pioradas e occupaões das testemunhas, que forem presentes á citação.

No caso de primeira citação o dia é o da segunda audiencia posterior á citação; excepto na acção de juramento de alma. N. R. J. art. 205, §§, 1 e 2, e 284, § 1. Sr, Mello Freire, cit. § 5. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* § 3. Pereira e Sousa, §§ 83 e 84.

§ 208

A citação, em que faltarem as solemnidades referidas, é nulla, e porisso não deve ser admittida em juizo, e se o fôr, todo o processo

subsequente é nullo. Mas o comparecimento do citado supprime os defeitos da forma ²⁰. N. R. J. art. 208, e vid. o art. 60, § 7 do Regimento de 27 de Fevereiro de 1850.

§ 209

As notificações devem fazer-se com as mesmas solemnidades das citações; e se passará contra-fé ²¹ á parte, querendo-a. As notificações para seguimento dos termos do processo, intimações de sentenças, e remessas de autos podem fazer-se na pessoa do procurador. N. R. J. art. 201, §§ 4 e 209.

§ 210

Toda a citação deve ser feita de dia desde o nascimento até ao occaso do sol, pena de nullidade; não o pôde ser em dia sanctificado, ainda consentindo as partes, salvo para evitar prescrição, ou damno irreparavel. N. R. J. art. 204, § un. Ord. liv. 3, tit. 1, § 16 e 17, e tit. 18 pr. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 19.

É tambem nulla a citação feita em férias divinas, bem como nas repentinas e extraordinarias, que são equiparadas áquellas. Em férias humanas pôde ter logar, consentindo as partes. Ord. liv. 3, tit. 1, § 17, e tit. 18, §§ 1 e 2. Pereira e Sousa, nota 222 (§ 250).

Quando o termo da citação finda em dia feriado, deve o citado comparecer no primeiro dia não feriado, que se seguir. Ord. liv. 3, tit. 13,

²⁰ Mas se o comparecimento fôr para allegar o defeito da citação, ficará este sanado pelo acto do comparecimento? Pereira e Sousa, § 94 e nota 223 diz, que ficam sanados os defeitos da citação pelo comparecimento voluntario. A Gazeta dos Tribunaes n.º 361 segue esta opinião, porque a lei não distingue os motivos do comparecimento; porém nota, que a Relação de Lisboa julgou o contrario; e é nossa opinião, que julgou bem.

* Em accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de Novembro de 1839 se decidiu que o comparecimento do citado não pôde supprir a falta da 1.ª citação. E o accordão da Relação do Porto de 23 de Abril de 1845 declarou, que a disposição do art. 208 da Reforma só pôde ser applicavel no caso em que o citado compareça, e não argúa os defeitos da citação. Vid. Ord. liv. 3, tit. 9, § 2 (§ 185).

²¹ A contra-fé deve ser passada em papel sellado de 40 réis. Port. do Min., da Justiça de 21 de Dezembro de 1837.

§ 1, e Lei de 16 de Junho de 1855, art. 30. Sr. Mello Freire, cit. § 19. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 16 e 17.

§ 211

A pessoa, que tem de ser citada, deve para esse fim primeiro ser procurada em sua casa, depois do que pode ser citada em qualquer lugar, em que se encontre. N. R. J. art. 202; salvo nos seguintes logares e ocasiões: 1.º o funcionario público não póde ser citado no exercicio do seu emprego dentro do respectivo tribunal, audiencia, ou estação pública; 2.º o clérigo, em quanto celebrar o officio divino; 3.º qualquer outra pessoa, em quanto está na egreja, ouvindo o officio divino ²²; 4.º ninguém póde ser citado no dia do fallecimento e funeral de pae, mãe, filho, ou filha, avós, ou irmãos, nem nos oito dias seguintes, vivendo na mesma casa; 5.º no dia das vodas, e nos oito dias seguintes ²³. N. R. J. art. 200, Ord. liv. 3, tit. 9, §§ 7, 8 e 9. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 18 e 21. Sr. Mello Freire, cit. § 16.

§ 212

Se alguma pessoa fôr citada estando doente, se lhe concedem nove dias contados do dia da audiencia, em que se accusar a citação, para ir, ou mandar procurador a juizo, verificando-se a gravidade da molestia; e se esta se prolongar, poderá o juiz conceder outros nove dias ²⁴. N. R. J. art. 200, § un. Pereira e Sousa, nota 214. Sr. Mello Freire, cit. § 16, n.º 8. Ao procurador podem conceder-se cinco dias por doente, findos os quaes, a parte póde requerer se cite a outra parte para constituir novo procurador. Ord. liv. 3, tit. 26, § 13. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 22.

²² Mas póde ser citado, estando na egreja passeando, ou conversando. Ord. liv. 3. tit, 9, § 7.

²³ A. Nov. Ref. Jud. no art. 200 é omissa a este respeito; mas não revogou a Ord. cit. § 8, que assim o ordena. Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 139.

²⁴ Quanto á citação para o juizo conciliatorio, estando o réo enfermo, devem observar-se as disposições especiaes dos art. 215 e 216 da Nov. Ref. Jud. (§ 273).

§ 213

Os embaixadores, enviados, encarregados de negocios, e consules de potencias estrangeiras não podem ser citados durante o tempo da embaixada, e exercicio de suas commissões, e dentro dos dez dias depois da audiencia geral de despedida, salvo: 1.º se fôr citado por contracto, que fez na Côrte depois de embaixador; 2.º só fôr para perpetuar a acção; 3.º no caso de reconvenção. Ord. liv. 3, tit. 3. Se outros providencias forem estipuladas em tractados devem essas observar-se. N. R. J. art. 199, § un. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 23 e 24.

§ 214

Podem ser citados todos os que têm a livre administração de seus bens e estão no pleno gozo de seus direitos; aquelles, porém, que se não acham n'estas circumstancias pela sua menoridade, ou por outro impedimento, são citados nas pessoas de seus representantes; porisso os varões menores de 14 annos, e as fêmeas menores de 12 annos (impuberes), os desasisados, os Surdos-mudos, e prodigos julgados taes, são citados na pessoa de seus paes, tutores, ou curadores. Mas os varões maiores de 14 annos, e as femeas maiores de 12 (puberes), porém menores de 25 annos, são citados conjunctamcnte com seus paes, tutores, ou curadores. N. R. J. art. 201, § 2. Pereira e Sousa, §§ 88 e 89, n.º 8. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 16, n.º 1 e 2. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 31, 32 e 37 (§ 146).

§ 215

Os corpos collectivos são citados nas pessoas de seus chefes, syndicos, ou fiscaes, ou quem suas veres fizer. N. R. J. art. 201, § 3. Cod.

Adm. art. 131, n.º 10 ²⁵. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2728 e 2729 (§ 144 e 145).

Os magistrados administrativos, e juizes temporarios podem ser citados sem previa licença de alguma outra authoridade, salvo: 1.º quando forem demandados civil ou criminalmente por factos relativos ás suas funcções; 2.º nas acções de perdas e damnos. Cod. Adm. art. 357 N. R. J. art. 1244 (§ 146, nota 14) ²⁶.

§ 216

Devem ser citados com vénia as pessoas, a quem se deve reverencia; taes são os pães, ascendentes, sogro, ou sogra, padrasto, ou madrasta, de qualquer litigante. Ord. liv. 3, tit. 9, § 2, Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 30 ²⁷.

²⁵ Pela legislação antiga as camaras não podiam ser citadas sem provisão do Desembargo do Paço. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 29. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 17 n.º 1.

²⁶ Tem aqui applicação o que dissemos na nota (14) ao § 146, aonde se demonstrou que a disposição do art. 199 da N. R. J. " que qualquer pessoa de qualquer estado, sexo ou condição, nacional ou estrangeira, póde ser citada sem prévia licença de alguma outra authoridade " tem limitações, e que a doutrina do Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 8, fundada n'aquelle artigo, não é exacta em toda a sua extensão. Pelo que respeita á legislação antiga n'esta materia, veja-se o Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 17.

²⁷ Pela cit. Ord. § 1, fazendo-se sem vénia do magistrado a citação de alguma das pessoas mencionadas, tinha logar a absolvição da instancia, e a pena de cincoenta cruzados. O Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 18; e Pereira e Sousa, nota 219 dizem que esta legislação, fundando-se nas leis romanas ácerca da antiga *in jus vocatio*, que se fazia por authoridade propria, e *per vim*, devia ser banida. Vid. nota inicial a este capitulo.

A Nov. Ref. Jud. é omissa a este respeito; mas ainda no foro têm logar as citações com vénia, no que não ha inconveniente: porque para isto não é necessario novo requerimento, ou licença especial; pois no mesmo requerimento, em que se requer a citação, basta no — Pede — dizer: = P. se cite com vénia =; e mandando o juiz fazer a citação, fica subentendida a vénia. Lobão, *Seg. Linh.* nota 219., Mas, entendemos que hoje não póde ter logar a absolvição da instancia, e a pena da Ord., quando appareça em juizo alguma citação sem este requisito; não obstante ser outra a opinião do Sr. Correia Telles, como parece á vista da doutrina do § 140 do *Man. do Proc. Civ.*

* Lobão (*Seg. Linh.* nota 219) fatiando da citação com venia, que Pereira e Sousa considera derivada da antiga *in jus vocatio* dos Romanos, diz: — " É innegavel, que a reverencia é devida aos paes por Direito Divino, Natural, das Gentes, e Romano. Talvez que a nossa Ordenação, por esta razão, adoptasse o Direito Romano n'esta parte. " — E a reverencia e respeito, que são devidos aos pães, e a conveniencia da concordia nas familias têm sido tomadas em consideração em alguns Codigos, e fundamentado várias providencias especiaes. Pela Lei do processo do Genebra de 8 de Novembro de 1819 o

§ 217

São efeitos da citação: 1.º obrigar o citado ao comparecimento. Ord. liv. 3, tit. 15; 2.º fazer a coisa litigiosa. Ord. liv. 4, tit. 10; 3.º interromper a prescrição. Ord. liv. 4, tit. 79, § 1 (§ 396, nota 69)²⁸; 4.º começar a instancia, e induzir a litispendencia. N. R. J. art, 235, § un. pr. " *feita a citação, fica a instancia começada* "; 5.º prevenir a jurisdição. N. R. J. art. 180, Ord. liv. 1, tit. 62, § 4 (§ 179). Vid. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 4, e Pereira e Sousa, § 93. Sr. Peniz, *Elem. de Pract. Form.* § 181.

§ 218

Diz-se circumducta a citação; quando se torna inutil pela deserção do foro.

A citação fica circumducta: 1.º quando, vindo o réo a juízo na audiência, para que fôra citado, não comparece o autor; ou quando não comparecem ambos. N. R. J. art. 255, § un. n.º 1 e 3. e 256. § un. Sr, Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2744; 2.º se o autor offerece libello inepto, ou não o offerece, quando devia. Ord. liv. 3, tit. 20, §§ 16 e 18, e N. R. J. art. 256, § un. (§ 324); 3.º quando se não junctaram os documentos, em que se funda o libello. N. R. J. art. 257. Ord. liv. 3, tit. 20. § 22; 4.º quando o autor não junctou procuração da mulher em questões de bens de raiz, ou não fez citar a do adversario. Ord, liv. 3, tit. 47, § 2; 5.º tambem fica circumducta a citação, e de nenhum efeito todo o

preliminar da conciliação é puramente facultativo, mas no tit. 1, art. 5. decreta a seguinte excepção: — " Nenhuma demanda entre esposos, ou entre ascendentes e descendentes será formada perante algum Tribunal, sem authorisação do presidente, que só a concederá, depois de ter procurado conciliar as partes. " — E Bellót (Exposição dos motivos da referida Lei do processo) diz: — " Esta disposição, que nos forneço a Lei romana (liv. 4, Digg. *de in jus vocando*) a respeito dos ascendentes era recommendada pela necessidade de prevenir, e acabar na origem processos, cuja publicidade sempre produz escândalo, porque supõem esquecimento de deveres sagrados. "

Em nossa opinião, esta providencia, fundada no interesse dos costumes e das familias, deveria ser adoptada entre nós.

²⁸ Vid. § 278 nota. Sr. Coelho da Rocha, § 458. Cod. Civ. Fr. art. 2246 e 2247. Silva á Ord. liv. 3, tit. 51 pr. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2732.

processado subsequente á citação, quando no caso de revelia do autor o réo pedir a absolvição da instancia. N. R. J. art. 266 ²⁹. Pereira e Sousa, § 97. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9, § 23. Sr. Peniz, cit. § 182. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2747, § un.

§ 219

Os efeitos da circumducção da citação são a absolvição da instancia pela primeira e segunda vez; pela terceira, a absolvição da instancia e da acção. N. R. J. art. 256, § un. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2746; — a condemnação do autor nas custas e não ser mais ouvido sem as pagar. Ord. liv. 3, tit. 14, § 3. — E no caso de revelia do autor póde o réo em qualquer estado do feito, mas antes, da conclusão final, requerer a absolvição da instancia, ou proseguir a causa á revelia do autor. N. R. J. art. 266, e Ord. liv. 3, tit. 14, § 1. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2747, § un.

SECÇÃO ÚNICA

Da instancia

§ 220

Instancia diz-se o espaço de tempo, dentro do qual se tracta e termina a causa com decisão final. Pereira e Sousa, § 103 ³⁰. A instancia começa pela citação. N. R. J. art. 255, § un. pr., e acaba, ou se suspende por diversas causas.

²⁹ Pela legislação antiga tinha logar a circumducção da citação e absolvição da instancia pela falta de juramento geral de calúmnia, que o autor era obrigado a prestar no principio da causa. Ord. liv. 3, tit. 43. Pela legislação vigente não existe o juramento geral da calúmnia, mas sim o especial em certos casos (§ 425). Tambem se verificava a circumducção da citação pela falta de fiança ás custas. Ord. liv. 3, tit. 20, § 6 e Assento de 14 de Junho de 1788; e o Sr. Correia Telles no § 149 e 560 do *Man. do Proc. Civ.* ainda enumera esta falta entre os casos, pelos quaes a citação fica circumducta; mas, como o acto da fiança ás custas não faz parte do processo actual, não lem logar a absolvição da instancia por tal causa. Vid. Gazeta dos Tribunaes n°s 319, 325, 371 e 381.

³⁰ A appelação e execução são novas instancias. Pereira e Sousa, nota 248, Ord. liv. 3, tit. 97.

§ 221

Acaba a instancia; 1.º pela não comparencia do autor e réo na audiência para que este tiver sido citado; 2.º pela absolvição em razão da não comparencia do autor; 3.º pela nullidade, e mais casos marcados em direito ³¹. N. R. J. art. 255, § un. n.ºs 1 e 3; 4.º quando se julga procedente a excepção de incompetencia, e se manda propor a acção perante o juiz competente. N. R. J. art. 238, § 2; 5.º quando se verifica que o valor da causa excede a alçada do juiz, e se manda instaurar o processo segundo o valor arbitrado. N. R. J. art. 248, § 5. Pereira e Sousa, § 104, n.º 3. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2753—2760.

§ 222

A instancia suspende-se: 1.º pela morte de algum dos litigantes; 2.º pela cessão do direito da causa, salvo se n'ella houver clausula de procuração em causa propria; 3.º quando o feito estiver parado por mais de seis mezes no cartorio do escrivão ³². N. R. J. art.

³¹ Os mais casos marcados em direito são, além dos referidos nos n.ºs 4 e 5 d'este §, os mencionados no § 218, n.º 1—5.

³² Pelas Ordd. liv. 1, tit. 84, § 28 e liv. 3, tit. 1, § 15, o lapso de seis mezes sem se fallar ao feito, e o de um anno depois da concluso na mão do escrivão, suspendia a instancia. Pela opinião dos nossos praxistas não se suspendia a instancia por este lapso: 1.º sendo em execução; 2.º estando na mão do advogado; 3.º concluso na mão do juiz. O Decr. n.º 24; art. 81, § 1. n.º 5, diz: “ *quando o feito estiver parado mais de seis mezes*; ” a Ref. Jud. 2.ª parte, art. 76, § un. n.º 5 acrescenta: “ *não estando concluso*; ” a incluía assim a hypothese de estar parado por mais de seis mezes ou no cartorio do escrivão, ou em poder do advogado, e por este modo tinha evitado os inconvenientes de progredir uma causa, por tanto tempo suspensa, sem a citação da parte; em quanto, estando concluso o feito ao juiz, a parte, como diz Moraes de execut. liv. 6, cap. 1, nada tem que allegar, mas só esperar se profira a sentença, que tem de lhe ser intimada. Ord. liv. 3, tit. 70; e porisso não ha o risco de se proseguir na cansa furtivamente, o que se verificava estando na mão do advogado, ou do escrivão. A N. R. J. diz: “ *quando o feito estiver parado por mais de seis mezes no cartorio do escrivão*. ” Temos que advertir: 1.º que esta determinação é generica, e não distingue entre o feito em 1.ª instancia, e na instancia de execução; e porisso parece-nos menos sustentavel a opinião de que a suspensão da instancia pelo lapso de um semestre não tem logar na execução, e que porisso não é necessaria nova citação para ella proseguir.: 2.º que as palavras “ *no cartorio do escrivão*, ” que o art. 255, § un. n.º 5 substituiu ás da anterior reforma “ *não estando concluso*, ” vem levantar a questão, se a instancia se suspende pelo lapso de um semestre, estando o feito na mão do advogado; e prevalecendo a opinião negativa, em favor da qual ministra bons fundamentos a Nov. Ref. Jud., dá-se o inconveniente de proseguir a causa furtivamente, ao que tinha obstado a redacção do art. 76, § un. n.ºs 5

255, § un, n.ºs 2, 4 e 5. Pereira e Sousa, §§ 104, n.ºs 1, 2 e 4. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc.* n.ºs 48 e 49.

§ 223

Perempta ou acabada a instancia, não fica perimido e extinto o direito e acção dos litigantes, Lobão, *Seg. Linh. Civ.* nota 228. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2757; excepto no caso do art. 256, § un. em que, absolvido o réo pela terceira vez da instancia, é também absolvido da acção (§ 219). Nos casos, em que se perime ou acaba a instancia (§ 221), póde ella instaurar-se, propondo-se de novo a acção em juízo, como se nunca tivera existido ³³, porque a instauração da instancia é um juízo novo e diverso. Não assim, quando só tem havido suspensão da instancia (§ 222), porque então a instancia continua, e prosegue o feito no mesmo estado, em que se achava, ex. gr., no caso do lapso do semestre pela nova citação. Ord. liv. 1, tit. 84, § 28, e liv. 3, tit. 1, § 15: no caso de morte pela habilitação. Ord. liv. 3, tit. 27, § 2: bem como no caso de cessão do direito da coisa; salvo se n'ella houver clausula de procuração em causa propria, porque n'esse caso poderá o cessionario continuar o processo sem habilitação. N. R. J. art. 255, § un. n.º 4. Nos casos pois de suspensão da instancia, ella continua no mesmo estado, em que se achava, tanto no caso do lapso do semestre, como no de habilitação de herdeiros, ou cessionarios: “ *passará a instancia do feito a seus herdeiros no ponto e estado, em que fôr achado ao tempo de seu fallecimento.* ” Ord. liv. 3, tit. 82, pr. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* §§ 105, 106 e 107. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. Proc. Civ.* n.ºs 46 e 50.

da 2.^a parte da Ref. Jud., que é, em nosso entender, preferivel á da actual Ref. Jud. Vid. Caminha, *Tractado da forma dos libellos*, a pag. 136 n.º 22, (edição de Coimbra de 1824).

³³ Perempta instantia, perinde est, ac si lis nunquam mola fuisset. Portug. de donat. liv. 3, cap. 38.

CAPITULO II

Das audiencias

§ 224

Audiencia, segundo a define Pereira e Sousa, nota 969, é o lugar, em que os juizes ouvem as partes por si, ou seus advogados, ou procuradores. N'esta accepção se toma em algumas disposições da lei, especialmente na Ord. liv. 3, tit. 19, — que é o Regimento das audiencias; — assim no § 1, quando diz: “ *ouvirá os presos, que estiverem na audiencia.* ” Aqui toma-se a palavra audiencia pelo local, e no sentido, em que a define Pereira e Sousa. Tem porém ainda outra accepção, e vem a ser — o acto official e solemne, em que os juizes ouvem as partes, despacham os seus requerimentos, e expedem os negocios forenses segundo a lei; — e n'este sentido se toma na Ord. cit. pr. em que, fatiando dos juizes, diz: “ *nos dias, em que houverem de fazer audiencia, tenham ordenado hora certa na qual a hajam de começar e fazer.* ” Em-prega-se pois este termo ora em uma, ora em outra das accepções referidas.

§ 225

As audiencias são ordinarias, geraes, e de julgamento. N. R. J. art. 551.

As audiencias ordinarias são destinadas para todo o expediente e preparatorio dos juizes de 1.^a instancia, e para conhecimento e decisão das acções, que ca benigna alçada do juiz ordinario. N. R. J. art. 479—493, e Ord. liv. 3, tit. 19.

As audiencias geraes são destinadas para discutir e julgar as causas, em que houver intervenção do jury. N. R. J. art. 506 e seguintes.

As audiências de julgamento são destinadas para a discussão e decisão final das causas, que o juiz conhece por si só, sem intervenção de jurados. N. R. J. art. 551. Vid. art. 272—278 e 330, §§ 1 e 2.

§ 226

As audiências ordinárias nos julgados do reino podem converter-se em audiências de julgamento, e n'ellas decidirem-se as causas, que o juiz de direito julga por si só, sem intervenção do jury; bem como nas audiências geraes, que também se podem converter em audiências de julgamentos. N. R. J. art. 479, 501, 506 e 551, § 2¹ (§ 230).

§ 227

Em Lisboa e Porto, quanto ao serviço das audiências e aos negocios forenses, que em cada uma d'ellas têm de ser tractados, devem observar-se as disposições especiaes dos artt. 551 e seguintes; sendo que pelo § 1 do cit. art. podem as audiências geraes converter-se em audiências de julgamento na falta de causas para serem decididas com intervenção do jury.

§ 228

As audiências ordinárias duram todo o anno, excepto o tempo de férias divinas e extraordinárias, e as do mez de Setembro, que é todo feriado ². N. R. J. artt. 479, § un. e 852.

¹ Por muito tempo se agitou a questão — se as causas, em que não havia intervenção dos jurados, podiam ser decididas em audiência ordinária. Os artt. 479 e 501 da N. R. J. assim o determinam expressamente; mas estão em opposição os artt. 306 e 330, § 1. o art. 306 diz: — que quer da declaração das partes resulte a intervenção dos jurados, ou não, devem as partes junctar no cartorio do escrivão o rol das testemunhas, até ao dia em que no julgado se annunciar a abertura da audiência geral. — O art. 330, faltando das causas, que excedem a alçada do juiz de direito, diz no § 1: — quando n'estas causas houver a inquirir testemunhas moradoras no julgado, e n'ellas não intervierem jurados, julgal-as-hão estes juizes em audiência geral. — Não obstante estes artigos encontrados, tem prevalecido a disposição dos artt. 479, 501 e 506. Vid. Port. de 14 de Fevereiro de 1843.

² As férias de Setembro substituíram as denominadas das colheitas, que, pela legislação antiga, duravam dois mezes.

Ha duas audiencias por semana, nas segundas e quintas feiras; e quando algum d'estes dias fôr feriado, no dia immediato ³. N. R. J. art. 245 e 326.

Podem porém as audiencias ter logar em dias diversos d'estes, se ha costume em contrário; ou o juiz, em attenção a comraodidade dos povos, tiver designado outros, o que fará annunciar por editaes com a competente antecipação. N. R. J. art. 484, § un.⁴

As audiencias ordinarias começam ás dez horas da manhã desde Outubro até Março; e ás nove horas desde Abril até Septembro. N. R. J. art. 485.

§ 229

As audiencias geraes têm logar nos mezes ou épocas, que forem marcadas pelo Governo. N. R. J. art. 507 e 551, § 2. As épocas, em que actualmente têm logar as audiencias geraes nas comarcas do reino, vêm designadas em uma tabella, que faz parte da Nov. Ref. Jud.

O juiz de direito começa a audiencia geral na cabeça da comarca, e depois a vae fazer aos julgados cabeças d'outros circulos de jurados. N. R. J. art. 507, § 1.

§ 230

Nos julgados do reino nao ha audiencias especiaes de julgamento; e porisso as causas, que n'ellas se devem decidir, são julgadas nas audiencias ordinarias, ou geraes (§ 226).

³ Sendo feriados os dias de segunda e terça feira poderá ser feita a audiencia na quarta feira? Na Gazeta dos Tribunaes n.º 2481 é seguida a opinião negativa, attendendo-se á etymologia do vocabulo immediato, empregada nos artigos citados da N. R. J e aos grandes inconvenientes, que se dariam, se em dois dias consecutivos se fizesse audiencia.

⁴ A Port. de 5 de Septembro de 1842 desaprovou, que alguns juizes ordinarios e de direito se arrogassem a auctoridade de alterarem os dias marcados nos artt. 245 e 326 da N. R. J.; mas o art. 484, § un. lhes concede esse poder nos casos ahi indicados.

Em Lisboa e Porto ha audiencias especialmente destinadas para o julgamento das causas, em que nao ha intervenção de jurados; e estas podem ter logar todos os mezes. N. R. J. art. 551, § 2.

§ 231

As audiencias são feitas em casas ⁵ para isso destinadas. O recinto, em que se constituir o tribunal, deve ser separado por uma teia, ou gradaria, do local destinado para os espectadores. N. R. J. art 480 e 481.

Têm assento no recinto do tribunal os escrivães do juizo, o distribuidor, os advogados, as partes, os sollicitadores, as testemunhas, os jurados, e todas as pessoas, que forem judicialmente chamadas. Tambem são presentes no tribunal os officiaes de diligencias, que alli servem de porteiros e continuos. N. R. J. artt. 480, 482 e 487.

§ 232

O principio da audiencia é annunciado em voz alta por um official de diligencias á porta do edificio, em que ella se fizer. N. R. J. art. 483.

Aberta a audiencia, começam os trabalhos pela publicação das sentenças, e despachos feitos pelo juiz. N. R. J. art. 483.

§ 233

Em seguimento o juiz ouvira as partes com affabilidade e urbanidade, deferindo primeiro aos requerimentos dos presos, ou affiançados, e das mulheres, estando presentes; e depois os advogados e procuradores pela ordem da antiguidade. Ord. liv. 3, tit. 19, §§ 4, 5 e 14, e art. 504 da N. R. J.

⁵ As despesas do local destinado ao serviço dos Tribunaes de Justiça estão a cargo das Camaras Municipaes. Cod. Adm. art. 133 n.º 9.

§ 234

Segue-se a accusação das citações, e acções, sendo os citados ou demandados apregoados 1.^a e 2.^a vez pelo official de diligencias.

Se o réo comparece por si, ou por seu procurador, e confessa o pedido, é condemnado de *preceito*. — Se confessa parte, e nega outra parte, e o autor acceita a confissão, é condemnado de *preceito* na parte confessada, e prosegue a acção pela restante, e se assignam ao réo as audiencias da lei. — Se a parte não acceita a confissão parcial, prosegue a causa pelo todo.

Se o autor não comparece, o réo citado, apresentando a contra-fé, póde requerer a absolvição da instancia ⁶.

Quando, depois de instaurada a acção, não comparece alguma das partes, assignam-se á revelia as audiencias da lei; e terminadas estas, não apparecendo a parte, póde a parte contraria requerer o lançamento, e proseguir-se no feito á revelia ⁷.

Sendo mais que um os réos na mesma acção, e não podendo o autor apresentar a citação de todos na mesma audiencia, vão-se accusando as citações, á proporção que se fizerem; e na audiencia, em que fôr accusada a última citação, se haverá a acção por installada, sendo intimados pelo escrivão os réos esperados, os seus procuradores para ficarem scientes da audiencia, em que têm de apresentar a sua defesa.

De todos estes despachos da audiencia se tomam notas em um livro para isso destinado, que se denomina — *protocollo*, numerado e rubricado pelo juiz; e isto pela forma prescripta nos artt. 490, §§ 1—5, e 491 da N. R. J.

⁶ N. R. J. art. 256, § un. (§ 218 n.º 1).

⁷ Quando a revelia é do autor, poderá o réo em qualquer estado do feito, uma vez que seja antes de ir concluso para a sentença, requerer a absolvição da instancia. N. R. J. art. 266.

§ 235

Tambem se fazem na audiencia quaesquer outras apresentações de requerimentos e articulados; e se mandam tomar os termos de recursos, protestos, nomeações, e quaesquer outros, que legalmente forem requeridos pelas partes. N. R. J. art. 492.

§ 236

Se na audiencia se fizerem alguns requerimentos complicados, o juiz póde mandal-os escrever, e fazer tudo concluso para deferir. Ord. liv. 3, tit. 20, § 24.

No fim da audiencia o juiz assigna sempre o protocollo de cada um dos escrivães. N. R. J. art. 493.

§ 237

Depois de acabado o expediente ordinario, tem logar a distribuição dos feitos e acções, de que vamos tractar na secção 1.^a d'este cap. N. R. J. art. 494, § 1.

§ 238

Concluida a distribuição, tem logar o julgamento de qualquer acção, em que não intervenha o jury: e findo o julgamento, o juiz manda apregoar pelo official de diligencias, que se acha acabada a audiencia.

Se até ao momento de se fechar a audiencia fôr apresentado articulado, ou papel judicial, que n'essa audiencia se devia ter apresentação seja de litigante, que devendo comparecer mais cedo por si ou por seu procuradorm se constituiu em desobediencia, ou omissão, por que então não será admittido. N. R. J. art. 501 a 503, § un.

§ 239

Em tudo o que diz respeito ao serviço e ordem dos trabalhos da audiência se observará a Ord. liv. 3, tit. 19, n'aquillo, em que se não oppozer ás disposições especiaes da Nov. Ref. Jud.

SECÇÃO 1.^a

Da distribuição

§ 240

A distribuição é um acto judicial, pelo qual, fazendo-se uma repartição regular e legal dos requerimentos e papeis, que se apresentam em juizo, pelos escrivães respectivos, se declara, qual é o competente para escrever em cada um d'elles.⁸

§ 241

A distribuição é um acto tão importante do processo, que a sua omissão induz nullidade pela falta de competencia legal do funcionario público. Alv. de 3 de Abril de 1609, e 23 de Abril de 1723 ⁹. Sr. Peniz, *Elem. de Pract. Form.* § 178.

⁸ Esta declaração consta da cota, que o distribuidor deve escrever no alto da petição ou acção, pela forma seguinte: — A F... (o nome do escrivão a quem é feita a distribuição). Audiencia de... (assignatura do juiz e distribuidor). N. R. J. art. 496, § 1. Decr. De 9 de Julho de 1855, art. 4. § 5.

⁹ Esta não é applicavel aos tabelliães de notas, que podem lavrar quaesquer escripturas independentemente de distibuição; e as partes podem livremente escolher qualquer tabellião. Res. De 15 de Fevereiro de 1759. A Lei de 16 de Junho de 1855, art. 36, exige, porém, que os tabelliães remetam ao distribuidor uma relação mensal das escripturas, que lavrarem, nos termos e para os effeitos declarados n'este artigo e §§ respectivos.

* Os Alvarás citados revogaram a Ord. liv. 1, tit. 79, § 21. Hoje ainda subsiste a disposição d'elles a respeito dos processos civis, quanto á nullidade do processado, mas não a respeito dos criminaes, como se vê do art. 890 da N. R. e *Elem. do Proc. Crim.* § 96 n.º 1.

§ 242.

E objecto de distribuição todo o principio de processo escripto, qualquer que seja a sua natureza e fim ¹⁰.

Não exigem distribuição prévia os requerimento para citações, posses, arrestos, ou embargos, penhoras em começo de acção, ou qualquer diligencia, que demande promptidão. N'estas é livre as partes recorrer aos escrivães, ou officiaes de diligencias, que mais promptos acharem; mas tem de ser distribuidos, quando venham a entrar em discussão contenciosa.

Os requerimentos e diligencias respectivas a pleito corrente são para tudo dependencia do mesmo. N. R. J. art. 494, §§ 2, 3 e 4 (§ 203, notas 15 e 16).

§ 243

A distribuição nos julgados, cabeça de comarca, é feita, pelo distribuidor, e nos outros julgados pelo subdelegado (§§ 55 e 67), excepto nos casos do § 246: este acto tem togar em audiencia depois do expediente ordinario, e é presidido pelo juiz com assistencia de um dos escrivães do juizo. N. R. J. art. 494

§ 244

Para a distribuição ha um protocollo preparado á custa do distribuidor, e numerado e rubricado pelo juiz, no qual estarão os officios dos escrivães respectivos numerados pela fórmula seguinte: n.º 1.º, 2.º, ou 3.º, sendo auditorio de juiz ordinario; n.º 1º, 2.º e 3.º, ou mais sendo de juiz de direito; sem que todavia se entenda resultar d'esta numeração

¹⁰ Não é admittido á distribuição requerimento algum, que importe principio de acção ou de processo, sem que seja assignado pelo proprio requerente, ou seu bastante procurador, passando-se logo procuração em fórmula legal; e reconhecida a assignatura d'um ou outro por tabellião, quando não seja conhecida em juizo. Decr. de 9 de Julho de 1855, art. 3.

preferencia, ou outra alguma prerrogativa.¹¹ N. R. J. art. 494, e Decr. de 9 de Julho de 1850, art. 2. § un.

§ 245

O distribuidor fará uma divisão dos papeis, e requerimentos, que se apresentarem em audiencia, nas doze classes referidas no art. 495, § 1, n.ºs 1—12, e procederá á distribuição conforme a disposição dos artt. 495, §§ 2—8, e 496, § 1, e art. 4 da Lei de 16 de Junho de 1855, e do Decreto de 9 de Julho de 1855, art. 4, e §§ respectivos.

Ao mesmo tempo que a distribuição se fizer, o escrivão assistente fará uma relação dos papeis distribuidos, a qual, depois de concluida a distribuição, e de assignada por elle, será lida e publicada pelo official de diligencias, e depois affixada na casa da audiencia no lugar, em que se affixam os mais papeis. N. R. J. art. 496, § 2.

A distribuição deve ser registada no livro competente pela fórma prescripta nos artt. 497, §§ 1 e 2, e 498, § un. e art. 4, § 17 do cit. Decr. Vid. art. 5, e § un. da Lei de 16 de Junho de 1855.

§ 246

Os inventarios de menores, ou de pessoas a elles equiparadas em direito, são distribuidos pelo respectivo juiz por escala entre os seus escrivães; e o despacho da distribuição deve ser registado pelo distribuidor. N. R. J. art. 499, e § un.

A distribuição dos processos crimes compete exclusivamente ao juiz respectivo, independente do registo do distribuidor. *Elem. do Proc. Crim.* § 96, n.º 1.

¹¹ Nos julgados, que não são cabeça de comarca, em regra, ha dois escrivães (§ 68). Nas cabeças de comarca ha, pelo menos, tres escrivães, mas póde haver mais (§ 54 e nota). Ler de 16 de Junho de 1855, art. 38.

As execuções mencionadas nas classes 5.^a, 6.^a e 7.^a de § 1 do art. 498 entendem-se as fundadas em auto de conciliação, ou sentença proferida em diverso juízo, que se distribuem depois da citação para pagar em dez dias; porque as execuções por sentença proferida no mesmo juízo são sempre carregadas ao escrivão da acção. N. R. J. art. 495, § 6. Vid. Decr. cit. art. 4, § 13.

§ 247

Em Lisboa e Porto ha um distribuidor especial (§ 39), e ha distribuição, pelos juizes (§ 34, n.º 1). A distribuição feita pelos officios dos escrivães dá certeza da vara e do contador. N. R. J, art. 557, § un.

O methodo para a distribuição é em geral o determinado para as comarcas do reino; ha porém diversas especialidades, decretadas nos artt. 557 e seguintes da N. R. J. e art. 4, §§ 9 e 12, e art. 7 do Decreto de 9 de Julho de 1855.

SECÇÃO 2.^a

Das ferias

§ 248

Ferías são os dias de suspensão dos negocios forenses. As ferias são divinas ou humanas; e estas são ou ordinarias, ou extraordinarias e repentinas. — As ferias divinas são as que se estabeleceram para honra da divindade; e as humanas para utilidade dos homens. As ordinarias são as que têm logar todos os annos, chamadas de colheitas, e vindimas (§ 228); e as extraordinarias, ou repentinas são as que a lei determina por algum successo feliz, ou lucto, ou calamidade

pública ¹². Pereira e Sousa, §§ 188 e 189, Sr. Mello Freire, liv. 1. tit. 14, § 4. Ord. liv. 3, tit. 18, pr. e §§ 1 e 2, Sr. Peniz, § 173.

§ 249

São ferias divinas as que decorrem da vespera de Natal até dia de Reis,— e desde Domingo de Ramos até ao de Paschoela, e são consideradas como taes as dos tres dias do carnaval; são tambem feriados todos os dias sanctificados pela egreja. As ferias repentinas ou extraordinarias são equiparadas ás divinas; e n'esta classe são considerados para os effeitos juridicos os dias de grande galla declarados por Decreto: taes são actualmente os dias 1 de Janeiro, 4 e 29 de Abril, 31 de Julho, 16 de Septembro, e 29 de Outubro. Decr. de 9 de Novembro de 1844.

As ferias humanas ordinarias são as do mez de Septembro, que substituiram as ferias de colheitas, que pela Ord. liv. 3, tit. 18, § 1 eram de dois mezes a arbitrio dos juizes em attenção ás circumstancias especiaes das terras. Nas Relações havia ferias em Septembro e Outubro. N. R. J. art. 851 e 852.

§ 250

Os actos judiciais feitos em ferias divinas ou extraordinarias e repentinas, e dia sanctificados, são nullos. Ord. liv. 3, tit. 18 pr. Exceptuam-se: 1.º os actos de jurisdicção voluntaria como os testamentos, contractos, e as posses ¹³. Pereira e Sousa nota 404; e Lobão nas *Seg. Linh.* ibidem: 2.º a citação, que tem por fim interromper a prescripção, ou evitar algum damno irreparavel. N. R. J. art. 204, § un.

¹² O Sr. Peniz chama á interrupção e cessação dos procedimentos forenses *Justicio*, que o Sr. Mello Freire, liv. 1, tit. 2, nota ao § 25 define pela seguinte forma: — *Justitium Juris quasi interstitio quaedam est et cessatio, ut nihil his diebus jure agi possit.* — Divide-o em voluntario, necessario e abusivo. No voluntario comprehende as ferias divinas, repentinas e humanas. O necessario comprehende as calamidades publicas. O abusivo é a obstinação dos magistrados, que recusam administrar justiça; e, segundo esta divisão, tracta da materia respectiva ás ferias forenses nos §§ 174—177.

¹³ A respeito da posse segue opinião contrária Meirelles, *Rep. Jur.* v. b. *posse*.

Ord. liv. 3, tit. 1, § 17: 3.º o auto de corpo, de delicio, que é válido feito de noite, e em dia sanctificado; e para a sua formação não ha ferias, ainda divinas. *Elem. do Proc. Crim.* § 73: 4.º os interrogatorios, que se devem fazer aos criminosos dentro das primeiras quarenta e oito horas, em que entrarem na prisão; porque este acto póde practicar-se ainda em ferias divinas, comtanto que não seja dia sanctificado. Lei de 12 de Março de 1845, art. 3, § un.: 5.º as arrematações perante os juizes eleitos, que têm sempre logar aos domingos. N. R. J. art. 243, § 2; e perante os juizes ordinarios e de direito, fóra de Lisboa e Porto, que podem fazer-se em domingos e dias sanctificados. N. R. J. art. 600, § 2: 6.º nas petições de agravo podem os presidentes das Relações em ferias, ainda divinas, pôr-lhes a nota de apresentação; bem assim os juizes de direito podem escrever o mandado compulsorio. N. R. J. art. 675, §§ 3, 4 e 750. Vid. Pereira e Sousa, § 190. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 14, § 4: 7.º embargo de obra nova, que póde fazer-se ainda em dias sanctificados, e depois do sol poslo pelo perigo da demora. Pereira e Sousa, nota 1019.

§ 251

Em ferias humanas, que são as do mez de Setembro só podem practicar-se tres especies de actos judiciaes: — os do processo preparatorio crime. Lei de 18 de Julho de 1855, art. 10, § 6; — os que tiverem por fim evitar a prescripção ou damno irreparavel; — e os de jurisdição voluntaria. Cod. Comm. art. 1074. Assim foi declarado por Portaria de 14 de Outubro de 1837 com o fundamento de que a Ref. Jud. não estabelece differença alguma entre as ferias de Setembro e as do Natal e Paschoa ¹⁴. Vid. Pereira e Sousa, § 191.

¹⁴ Pela cit. Port. as ferias humanas de Setembro foram quasi equiparadas ás divinas, e porisso não podem, durante ellas, practicar-se todos os actos, nem conhecer-se das acções, que, segundo a Ord. liv. 3, tit. 18, eram permittidos em ferias humanas. Vid. Sr. Peniz, §§ 174 e 176. Uma outra Port. de 14 de Outubro de 1837 declarou, que não havia ferias no juizo orphanologico, porque as não estabelecia o Decr. de 18 de Maio de 1832, o qual n'esta parte não fora modificado pela Lei de 28 de Novembro de 1840. Tambem

CAPITULO III

Do processo perante os arbitros

§ 252

Vimos o que eram juizes arbitros, quaes as suas especies, quem o podia ser, e quaes as causas, de que podiam conhecer (§§ 79—82). Agora vamos a tractar mais particularmente da ordem do processo nas causas, que são submettidas ao juizo dos arbitros voluntarios, isto é, os nomeados livremente pelas partes; e primeiro que tudo diremos, qual o modo legal, por que se faz a nomeação.

§ 253

A nomeação dos arbitros faz-se por um compromisso; e este póde ser: 1.º por escriptura pública; 2.º por termo nos autos; 3.º por escripto particular, assignado pelos compromittentes, e por duas testemunhas: o compromisso deve conter o nome dos arbitros, e o objecto do litigio, pena de nullidade. N. R. J. art. 158. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2938—2939.

Podem as partes escolher um ou mais arbitros, mas em número impar, para haver desempate: não sendo assim, o compromisso é nullo. N. R. J. art. 150, § 2.

Pódem, além d'isto, declarar no compromisso, qual o juiz que fica authorisado para deferir ao preparatorio da causa, — designar a ordem do processo, que ha de observar-se; — e authorisar os arbitros para decidirem *ex bono et aequo*, renunciando as partes a appellação. Carta Const. art. 127. N. R. J. artt. 126, 228 e 229; — e podem ahi declarar, qual o escrivão do juiz, que escolhem para escrever no processo. N. R. J. art. 154.

por Port. de 6 de Setembro de 1839 se determinou, que os escrivães deviam ter abertos os seus cartorios, e que não possam sair das suas residencias sem licença.

§ 254

É nullo o compromisso: 1.º quando não é feito com as formalidades prescriptas no art. 153: 2.º quando, sendo dois os arbitros nomeados, não se nomeou um terceiro certo para o caso de desempate ¹, art. 150, § 2: 3.º se durante o processo, fallecer algum dos arbitros, ou compromittentes. N'este caso devem os interessados formar novo compromisso, ou propor a sua acção perante as justiças ordinarias ². N. R. J. art. 156 e 234, e Ord. liv. 3, tit. 16, § 4.

§ 255

Feito o compromisso por algum dos modos referidos no § 253, qualquer dos compromittentes póde requerer ao juiz do logar, em que tiver sido celebrado, que mande notificar o arbitro ou os arbitros para prestarem juramento, a fim de conhecerem da causa. N. R. J. art. 225.

¹ A Ord. liv. 3, tit. 16, § 8 permittia a nomeação de dois arbitros; mas divergindo estes no seu parecer, não valia o compromisso: para evitar estes inconvenientes, se decretou a obrigação de nomear um terceiro para desempate, pena de nullidade, que o Sr. Correia Telles, *Addic. ás Acç.* § 314, diz ser pena bem grave para um descuido as mais das vezes innocente; mas a pena póde evitar-se, cumprindo-se a disposição da lei; e com ella se evita a nullidade do compromisso, quando os dois arbitros eram de parecer opposto (§ 122). (Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2952).

Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 79 diz: — " No caso de dois arbitros discordarem, e o terceiro do desempate discordar de ambos, o compromisso fica sem effeito. " Mas, se a discordia for sôbre a quantia da condemnação, v. g., um condemnando em cinco, outro em dez, outro em quinze, entende-se terem todos concordado na menor somma. Liv. 27, § 3, *D. de recept. qui arbitr. recept.*, Silva á Ord. liv. 3, tit. 16, *ad rubr.* n.º 23.

Não parece exacta esta opinião, porque o terceiro arbitro foi escolhido para desempatar nos termos do art. 150, § 2 da N. R.; e porisso tem obrigação de se conformar com o voto d'um dos outros arbitros, como explicitamente declara o art. 1018 do Cod. do Proc. Civ. Fr., cujas disposições a Ref. adoptou em grande parte, e especialmente no objecto de que se tracta. Encontramos disposição analoga a respeito dos arbitradores na Ord. liv. 3, tit. 17, §§ 2 e 4. Entendemos ser esta a disposição das nossas leis. A moderna lei de Proc. Civ. Hespanhol de 5 de Outubro de 1855, art. 808, determina, que os pontos em que o terceiro arbitro não convier com algum dos outros, se sujeitem á decisão do juiz de 1.ª instancia, competente para os decidir. No Projecto do Cod. Civ. Port. art. 2954 foi adoptada opinião differente, porque declara, que n'esta hypothese o juiz, que deveria executar o compromisso, convocará as partes para nomearem nova arbitros. Vid. La Sema, *Motivos da lei de Proc. Civ. Hespanhol* de 5 de Outubro de 1855, 1.ª parte, tit. 15.

² Mas se o compromisso der poderes de julgar a cada um *in solidum*, e o fallecimento de algum dos arbitros tiver logar antes de começarem a conhecer da causa? Deve observar-se a disposição da Ord. liv. 3, tit. 16, § 6, que não annulla o compromisso, e authorisa o julgamento pelo arbitro restante? Ou deve observar-se a disposição generica e absoluta dos artt. 156 e 334 da N. R. J.? O Sr. Correia Telles segue a Ord., *Man. do Proc. Civ.* § 79 2.ª parte.

§ 256

Os despachos preparatorios devem ser assignados pelo arbitro, que no compromisso foi authorisado para deferir ao preparatorio da causa. Nao havendo arbitro para isso authorisado, devem os despachos ser assignados por todos. N. R. J. art. 228. A ordem do processo deve ser a designada no compromisso ³: quando o não tiver sido, observar-se-ha a determinada na lei conforme o valor da causa, escrevendo-se o depoimento das testemunhas, quando a causa exceder a alçada do juiz ordinario, que é também a dos arbitros. N. R. J. art. 226 (§ 81).

§ 257

A authority dos arbitros é limitada ao julgamento da questão mencionada no compromisso ⁴: pelo que não podem conhecer de qualquer outra questão incidente; ex. gr., a da falsidade de documento, arguida por alguma das partes ⁵; n'este caso remettem-se os autos ao juiz respectivo para decidir este incidente, e finda a questão, voltam os autos aos arbitros para continuarem no conhecimento da causa principal. N. R. J. art. 227.

§ 258

Os arbitros no julgamento da causa devem observar as leis e direito do reino. Podem porém julgar *ex bono et aequo*: 1.º se forem para isso authorisados no compromisso: 2.º se os compromittentes houverem renunciado a appellação. N. R. J. art. 229.

³ O art. 226 da N. R. J. e o art. 34 da Ref. Jud. 2.ª parte alteraram a Ord. do liv. 3, tit. 17 pr., e Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832, art. 30, que nas causas perante os arbitros mandavam observar a forma do processo estabelecida na lei.

⁴ A jurisdição dos árbitros é improrogavel, § 186.

⁵ Vid. Cod. do Proc. Civ. Fr. art. 1015, e Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ. Port. art. 2949.

§ 259

Como os arbitros não têm jurisdição coactiva, e o seu officio termina, logo que proferem o seu julgado, porisso não são competentes para a execução; e proferida a sentença, se remettem os autos ao juiz do logar para interpor a sua authoridade e decreto judicial, depois do que se extrahe a sentença, que é por este assignada, e dada á execução. N. R. J. art. 230. Vid. §§ 617, nota (5), 625 e 630, nota (1) da 2.^a parte d'estes Elementos.

§ 260

Das sentenças dos arbitros, proferidas em 1.^a instancia, compete o recurso de appellação; excepto: 1.^o quando os compromittentes tiverem renunciado o recurso; 2.^o quando o valor da causa não exceder a alçada do Juiz ordinario.

Das sentenças dos arbitros, proferidas em causas appelladas para as Relações, ou n'ellas pendentes, cabe o recurso de revista, salvo se as partes houverem renunciado o recurso ⁶. N. R. J. art. 155, 232 e 233.

§ 261

Nas causas julgadas por arbitros não ha multa, salvo no caso de se interpor o recurso da appellação e então os juizes dd 2.^a instancia devem condemnar na multa proporcional. N. R. J. art. 231.

§ 268

Póde recorrer-se ao juizo dos arbitros ainda depois de proferida a sentença da 1.^a instancia; — e ainda mesmo achando-se já interposta a appellação, ou estando a causa já pendente na 2.^a instancia. N. R. J. art. 151.

⁶ Pelo § 54 do Regim. do Desembargo do Paço era preciso provisão para se renunciar a appellação ou agravo das sentenças dos arbitros: hoje póde fazer-se esta renúncia no compromisso (§ 253).

CAPITULO IV

Da conciliação ¹

§ 263

Nenhuma causa começará em juízo contencioso, sem que o seu objecto tenha sido previamente submettido ao juízo da conciliação, ou seja por mandado do juiz de paz, ou por voluntario comparecimento das partes. Cart. Const. art. 128 e 129, Decreto n.º 24, art. 40, Ref. Jud. 2.^a parte, art. 43, N. R. J. art. 210, Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2730.

§ 264

São exceptuadas da conciliação:

1.º As causas, em que fôr immediatamente interessada a Fazenda Nacional ²;

2.º As causas crimes criminalmente intentadas ³;

¹ Vid. §§ 70—74 d'estes Elementos, em que fallámos dos juizes de Paz, sua origem, nomeação e attribuições: bem como a nota ao tit. 1, a pagina 66, verbo — *Juizes de Paz*; e § 640 e nota, da 2.^a parte dos mesmos Elementos.

² Parece que são só do immediato interesse da Fazenda Nacional as que intenta o Ministerio Público; e com effeito nas intentadas contra os recebedores e rendeiros fiscaes não tem logar a conciliação. R. J. 2.^a parte, art. 427, § un.; e N. R. J. art. 341.

Mas as causas movidas pelos rendeiros contra os devedores fiscaes são exemptas da conciliação? Os artigos citados não resolvem a questão, antes o termo — immediatamente— parece incluir festas causas no preceito geral da conciliação; por outro lado, os rendeiros representam na renda a Fazenda Pública; e o art. 348 concede a estes os mesmos privilegios, que á Fazenda Pública; e poderá considerar-se como privilegio e vantagem a exempção d'estas causas do juízo conciliatorio; mas contra esta razão argumenta-se, que não é por privilegio, que as causas intentadas contra os rendeiros e recebedores fiscaes são exemptas da conciliação, mas porque os representantes da Fazenda Pública, que as propõem em juízo, não podem transigir, enquanto que os rendeiros podem conciliar-se com os devedores fiscaes, e fazer qualquer transacção e composição amigavel. Não sendo pois estas causas *expressamente* exceptuadas da conciliação; e não havendo nos rendeiros incapacidade physica ou moral para transigir, temos hoje por mais segura a opinião, de que estas causas não são dispensadas do preliminar da conciliação, e assim rectificamos a opinião enunciada nas anteriores edições.

³ Esta disposição alterou o Decr. n.º 24 de 16 de Maio, art. 40, que exigia a conciliação nas accusações dos crimes particulares.

3.º As causas, em que forem partes corporações administrativas ou estabelecimentos publicos;

4.º As causas, em que forem partes menores, ou outras pessoas, que estiverem debaixo de tutela, ou curatela ⁴;

5.º As que versam sôbre questões de estado de pessoas;

6.º As causas processadas perante arbitros voluntarios ⁵;

7.º As causas de perdas e dam nos contra os juizes; e membros do Ministerio Público;

8.º As acções do juramento de alma;

9.º As causas executivas por alugueis de casas;

10.º As acções de despejo de casas;

11.º As de despejo de herdades;

12.º As causas de attentado;

13.º As de alimentos provisionaes;

14.º As causas executivas pelos emolumentos dos juizes, honorarios de advogados, e salarios de procuradores, escrivães, e mais officiaes de justiça;

15.º As de abolição de vinculos por falta do rendimento legal;

16.º As de reducção de encargos em bens vinculados;

⁴ A Port. de 7 de Março de 1834 exceptuava o caso do § 13 do Decr. n.º 26 de 18 de Maio de 1832, isto é, quando o tutor estava authorisado pelo conselho de familia.

⁵ Nas causas commerciaes perante os arbitros necessarios, nos julgados do reino em que não ha juizes commerciaes é precisa a conciliação. *Cod. Comm.* n.º 1032. Nas processadas nos Tribunaes Commercias não é necessaria a conciliação. Vid. § 115 e nota (17).

17.º As causas sôbre movel, que não excederem o valor de seis mil réis;

18.º As de execução por quantias, que não excederem seis mil réis (vid. nota (7) n.º 9);

19.º As de execução de auto de conciliação;

20.º As de execução, que o fiador promover contra o seu affiançado para haver o que por elle pagou;

21.º As causas sôbre preferencia;

22.º As de curadoria aos bens dos ausentes;

23.º As de supprimento de consentimento paterno (nota (7) n.º 6);

24.º As de reclamações, protestos, denunciações, intimações, sejam ou não comminatorias, sequestros, depósitos, e todos os mais actos preparatorios do processo, ou que servirem a impedir a prescrição⁽⁶⁾;

25.º Os casos de apanagio, — arbitrio de bom varão, — colheitas, — pacto da venda do penhor, — posse em nome do ventre, — questão de dominio em cousa emprestada, — e todos os mais, em que tem logar o officio do juiz;

26.º As causas de divorcio;

27.º As incidentes dos processos;

⁶ Taes se consideravam: — o embargo de obra nova em que só tinha logar a conciliação depois de feito o embargo, para offerecer artigos de nunciação; — a encampação por esterilidade de; — e a reducção de testamento nuncupativo ou particular; mas por accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 2 de Junho de 1854 se decidia ser necessaria a conciliação n'estas causas (Gazeta n.º 1879). Vid. *Gazeta dos Tribunaes* n.º 318 e 347. (Vid. nota (7) seguinte).

28.º As causas, em que houver mais de dois réos, moradores em differentes districtos de juizes de paz (§ 266);

29.º Aquellas, que exigem celeridade por terem por objecto evitar um damno, que realisado seria irreparavel (n.º 24 e nota);

30.º E em geral as acções, em que alguns interessados tiverem incapacidade physica, ou legal para transigir; e aquellas, cujo pedido não póde ser objecto de transacção, ou que forem especialmente exceptuadas pela lei. N. R. J. art. 210, § un.⁷

⁷ A Lei de 16 de Junho de 1855, art. 1, ampliou as excepções referidas no §; e em virtude da sua disposição são igualmente exemptas do preliminar da conciliação es seguintes causas:

1.º as acções, em que algum dos réos esteja fóra do continente do reino, da provincia ultramarina, ou da ilha em que a acção tiver de ser intentada, ou houver de continuar; sendo esta excepção limitada ao dito réo;

2.º as causas summarias, propriamente ditas; e as executivas por foros, de que tractam os artt. 281 e 283, § 1 da Ref. Jud.

3.º as de embargo de obra nova;

4.º as de redução de testamento;

5.º as de reforma de autos;

6.º as de supprimento e consentimento de qualquer pessoa, que o recuse injustamente;

7.º as que houverem de continuar, com os chamados á autoria, sendo a excepção limitada a estes;

8.º as reconvenções;

9.º as execuções e seus incidentes.

Da disposição do n.º 1 do citado artigo deduz-se: 1.º que ella se refere ao caso, em que é certo e sabido o logar da residencia do réo: porque para o caso de ausencia em parte incerta tinhamos a providencia do art. 211 da Nov. Ref. Jud. (§ 268); —2.º que comparecendo o réo em todo o estado da causa deve ser chamado á conciliação; porque assim o determina o cit. art. 211 da N. R. J. quanto aos ausentes em parte incerta; e não ha razão para que se não observe quanto a estes; — 3.º que sendo a causa intentada tão sómente contra um réo, embora se verifiquem as circumstancias referidas, não é dispensado o preliminar da conciliação, e deve ser citado por precatoria para o juizo conciliatorio (§ 268); pois a disposição d'aquelle artigo tem sómente logar, quando são dois ou mais os réos contra quem se intenta a acção.

Quanto á disposição do n.º 2 temos a advertir, que para sua intelligencia é preciso ter presente o art. 281 da N. R. J.; que ennumera exemplificativamente algumas das causas, summarias propriamente ditas; e a doutrina de Pereira e Sousa no tomo 4, desde o § 478, em que refere e tracta das causas summarias propriamente ditas; e das assim impropriamente chamadas. Segundo aquella disposição as causas summarias impropriamente ditas, devem ser submettidas ao preliminar da conciliação, a não serem exceptuadas expressamente por alguma outra lei. Mas, pelo art. 210, § un. são todas, ou quasi todas exceptuadas da conciliação, como se póde vêr dos seus diversos numeros: ex. gr. as acções d'alma, alugueis de casas (n.ºs 8 e 9) e as innumeradas que pertencem ao officio do juiz, que são exceptuadas pelo n.º 25; e muitas outras, que seria longo referir.

§ 265

A ommissão da conciliação nas causas não exceptuadas é nullidade insanavel, se o réo protestar por ella na impugnação do pedido, ou antes de findos os articulados.

Sendo o protesto feito depois d'esses actos, a nullidade é supprível em qualquer estado da causa, suspenso o seu andamento; e tanto n'esta, como na anterior hypothese, os juizes condemnarão o autor nas custas do processo em dôbro.

Se antes ou depois do protesto sobrevier circumstancia, que dada no começo da causa seria esta exempta da conciliação, o processo não será annullado, nem a falta supprida; e sómente pagará o autor as custas do processo em dobro ⁸. Lei.de 16 de Junho de 1855, art. 1, §§ 1 e 2.

Temos tambem a observar, que as causas por foros, de que tracta o art. 283, e § 1 da N. R. J. são pela citada lei (art. 1 n.º 2) impropriamente chamadas executivas (§ 135 n.º 16, e § 139 n.º 1 e nota 24).

A respeito de embargo de nova obra, e redução de testamento nuncupativo vid. nota (6) supra. Nas de nova obra tinha logar a conciliação depois do embargo (Correia Telles, *Form. de Libel.* § 54); hoje é dispensada, bem como nas de redução de testamento nuncupativo. As de reforma de autos tambem tinha logar a conciliação (Correia Telles, *Form.* § 122); se bem que todas estas pertencendo ao officio do juiz (Pereira e Sousa, § 504) poderiam julgar-se comprehendidas na excepção do n.º 25 do § un. do art. 210 da N. R. J. —As de supprimento de consentimento de qualquer pessoa, que o recuse injustamente tem logar: ex. gr., nos casos dos n.ºs 3, 4 e 5 do § 144, e n.ºs 2 e 3 do § 146; e da recusa do senhorio para alienação do prazo, quando não queira optar. Esta disposição ampliou a outros casos a providencia do n.º 25 do § un. do art. 210 da N. R. J., que exemptava da conciliação as causas de supprimento de consentimento paterno, que tambem poderia julgar-se comprehendido na disposição do n.º 25 pelas razões acima dadas. Acerca dos chamados á authoria e das reconvenções, é disposição nova; bem como quanto ás execuções; pois só eram exemptas da conciliação as causas de execução por quantia, que não excedesse a seis mil réis; e as de execução de auto de conciliação; e as de execução promovida pelo fiador contra o seu affiançado para haver o que por elle pagou (n.ºs 18, 19 e 20). A respeito dos incidentes do processo de execução poderiam comprehender-se na disposição do n.º 27. (Veja-se a 2.ª parte d'estes Elementos, § 640 e nota).

⁸ Pela disposição do art. 128 da Carta Constitucional nenhum processo se deve começar no juizo contencioso, sem que previamente se tenha intentado o meio de reconciliação. As disposições do art. 40 do Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832: a Reforma Judiciaria, 2.ª parte, art. 43; e Novissima Reforma Judiciaria, art. 10, são conformes com o preceito da Carta Constitucional; acerescendo a disposição do art. 44 da Ref. Jud., e 211 da Nov. Ref. Jud. que declaram nullidade insanavel a ommissão da conciliação nas causas não

§ 266

É competente para a conciliação o juízo de paz do domicílio do réo: e tendo dois domicílios, é competente o juízo de paz de qualquer d'elles. N. R. J. art. 177.

Sendo porém dois os co-réos em uma causa, e cada um de diverso juízo de paz, deve o autor chamar á conciliação cada um no seu juízo ⁹.

Quando os co-réos são tres ou mais, cada um de diverso juízo de paz, não é necessaria a conciliação. N. R. J. art. 210, § un. n.º 28 ¹⁰.

§ 267

Na falta do juiz de paz proprietario são competentes os seus substitutos; na falta d'estes é competente o juiz do biennio anterior; e na sua falta os seus substitutos ¹¹. Sr. Castro Neto, nota 5 ao art. 134 da N. R. J.

exceptuadas. Algumas opiniões se tinham levantado contra a conciliação; e o Sr. Correia Telles (*Man.* § 117 nota a) taxava de cruel esta disposição do art. 211 da N. R. J.; e propunha a seguinte substituição: — “ A omissão da conciliação, accusada pelo réo, antes de contrariar, dá lugar á absolvição da instancia; e sem se effectuar, não poderá ser instaurada. ” Os redactores da Lei de 16 de Junho de 1855 aproveitaram e desinvolveram esta doutrina, como se vê das disposições da lei expendidas no §. E assim quasi que acabaram com o preliminar da conciliação. A nossa opinião sobre este assumpto póde vêr-se na nota ao § 640 da 2.^a parte d'estes Elementos.

⁹ O Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 32, diz que n'este caso tambem póde o autor escolher um dos juizes de pai para a conciliação de ambos, sendo citado o de fora por precatoria; e funda esta opinião no argumento do art. 179 da N. R. J. Mas esta disposição é para as citações no juízo contencioso, que é diverso do conciliatorio: porisso este arbitrio é arriscado; e o mais seguro e legal é citar a cada um perante o juiz de paz do seu domicílio.

¹⁰ Mas, se, sendo tres os co-réos, dois forem de um juízo de paz, e outro de diverso, terá logar a disposição do artigo? Parece-me que não, porque exige-se, que sejam moradores em differentes districtos de juizes de paz, para que não tenha logar a conciliação. A lei parece querer só exemptar da conciliação as causas, em que tivesse de haver conciliação em tres ou mais juizes.

¹¹ Na falta ou impedimento absoluto dos juizes de paz e substitutos do anno ou annos anteriores servirá o juiz de paz do districto mais proximo; e no caso de igual proximidade será tirado á sorte perante o juiz do julgado respectivo. Se o impedimento dos ditos juizes for *parcial* poderio as partes louvar-só perante o proprio juiz impedido em um homem bom, que lhes sirva de juiz; e verificado isto, não terá logar a

Os juizes de paz não podem ser dados de suspeitos, porque não são julgadores. Port. de 11 de Julho de 1843. Correia Telles, *Man.* § 60¹².

§ 268

A citação para o juizo conciliatório faz-se por simples despacho do juiz de paz, em que assigna dia e hora para a conciliação, a respeito das pessoas, que são domiciliadas no territorio da sua jurisdição. N. R. J. art. 177, 197 e 213. Estando porém em districto diverso, faz-se a citação por precatoria. N. R. J. art. 198, e Port. de 14 de Abril de 1835, e 28 de Abril de 1840.

No juizo conciliatorio não ha citação por edictos; por que estando o réo ausente em parte incerta, só é chamado a conciliação, quando comparece por si, ou por seu procurador em todo o estado da causa. N. R. J. art. 211.

§ 269

As citações para a conciliação são feitas pelo escrivão do juiz de paz (§ 73), e no seu impedimento pelo escrivão do juiz eleito. Decr. n.º 24, art. 41.

O escrivão deve dar á pessoa citada uma certidão, que contenha todas as circumstancias do memorial. Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832, art. 42, § 1.

substituição por juiz de differente districto. A substituição no caso de falta ou impedimento *absoluto* por juiz de differente districto durará sómente até que o juiz impedido possa ser substituido por algum dos seus respectivos substitutos d'esse anno ou dos annos antecedentes. Lei de 18 de Julho de 1855, art. 6, e § 1 e 3 (§ 70).

¹² Será nulla a conciliação presidida por um juiz de paz não ajuramentado? Parece que não, no caso d'elle exercer sem contradicção as suas funcções com boa fé de todos; porque o erro commum não deve prejudicar. Lei 3.^a *Dig. de officio Praetorum*. Mas em contrario a Ord. liv. 1, tit. 2, § 15 dá por nullo o que for feito por juiz não ajuramentado; e o faz responsavel por perdas e damnos, que causar ás partes. (Vid. *Gaz. dos Trib.* n.º 361; e Correia Telles, *Addic.* § 132 n.º 5.)

§ 270

A citação para o juízo de conciliação póde fazer-se na pessoa do proprio réo, ou de sua mulher ¹³, familiares, ou vizinhos: quanto ao

¹³ Na Gazeta dos Tribunaes n.º 1819 se encontra uma consulta dirigida ao seu illustre redactor, em que se pretende sustentar que o Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1732, art. 42, e o Directorio de 3 de Outubro de 1833, que é a lei regulamentar dos juizes de paz, não pude hoje vigorar ácerca de fórmula das citações, para o juízo conciliatorio; porque a Ref. Jud. de 13 de Janeiro de 1837; e a Nov. Ref. Jud. vigente estabelece em geral o modo, como devem ser feitas as citações, sem distinguir as que são feitas para o juízo contencioso das feitas para o juízo de paz. Por esta razão, é alli combatida a doutrina d'este §, que assenta n'aquellas leis especiaes, por não termos em vista no modelo da citação para o juízo de paz as disposições da Nov. Ref. Jud., especialmente nos art. 202 e 208, que o illustrado consulente entende deverem observar-se nas citações para aquelle juízo, porque dá como revogada por estas a determinação do art. 42 do Decreto n.º 24, e a fórmula do Decr. de 3 de Outubro de 1833 n'ella fundada.

Agradecendo ao illustre consulente a muita consideração, em que tem as nossas opiniões e as benevolas expressões que nos dirige, aproveitâmos esta occasião para sustentar e declarar a doutrina em questão, satisfazendo assim aos seus votos.

É um principio de hermeneutica juridica que as leis especiaes, isto é, particulares a uma materia, devem ser applicadas com preferencia a uma lei geral, ainda posterior, quando aquella não tem sido formalmente derogada. *In toto jure generi per speciem derogatur, et illud polissimum habetur quod ad speciem directum est* (L. 80, *Dig. de regulis juris*). Ora sendo o Directorio de 3 de Outubro de 1833 a lei especial e regulamentar dos juizes de conciliação, deve esta reger os actos d'aquelle juízo com exclusão de qualquer outra lei ou que a não derogue formal e especialmente.

E por este fundamento o distincto redactor da Gazeta acha sustentavel a nossa opinião, declarando não ousaria julgar como nulla uma citação para o juízo de paz, feita segundo a fórmula do Directorio; se bem que propende para a opinião de consulente, por entender que as disposições da Reforma Judicial se referem tanto ás citações para o juízo contencioso, como para o conciliatorio. Nós, porém, temos diversa opinião; porque do complexo das disposições do tit. 7, cap. un. — *Da citação* — se depreheende, que alli se tracta de regular o modo e fórma das citações, tão sómente para o juízo contencioso; e tanto mais que não é este o assento próprio da materia, mas sim o tit. 8, cap. un. — *Da conciliação* — onde devem procurar-se as alterações e modificações feitas á legislação especial e regulamentar que rege os actos do juízo e processo da conciliação. Ahí se encontram as alterações referidas no § 264 n.º 2, nota (3), e § 273 nota (16); e ainda a do art. 217 notada pelo consulente, que manda entregar a copia do auto de conciliação ao réo (se a pedir), emquanto que pelo citado Directorio na — *Observação á formula do auto de conciliação*, se mandava entregar em todo o caso. E mais se confirma a nossa opinião, quando se observa, que em hypothese perfeitamente identica a Reforma Judicial no citado cap. 7, art. 200, § un. legisla para o juízo contencioso, por fórma diversa da que determina para o juízo conciliatorio no tit. 8, art. 215. Não existindo pois revogação expressa e formal do art. 42 do Decreto n.º 24, e Directorio de 3 de Outubro, considerâmos em pleno vigor esta legislação, e como validos e legaes todos os actos practicados conforme as suas disposições (§ 266, nota 9). Apresentada pois em juízo uma citação feita nos termos da legislação cilada, defenderiamos conscienciosamente a sua validade, tendo por menos conformes aos principios e regras de direito, quaesquer decisões em contrario. E por taes razões na questão sujeita sustentâmos ainda a doutrina, que expendemos nas anteriores edições.

Mas, como a prática e estylo de julgar vão tomando outro rumo, e prevalecendo sobre os principios, será útil cautela que as citações para o juízo conciliatorio se façam pela

tempo, lugar e solemnidades, com que devem fazer-se as citações para este juízo, devem observar-se as regras prescriptas em direito. Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832, art. 42.

§ 271

O comparecimento das partes n'este juízo póde ser ou voluntario; ou por mandado do juiz. N. R. J. art. 210. Para ter logar o comparecimento por mandado do juiz, é necessario que a parte, que pretende chamar outro á conciliação, lhe faça uma petição, na qual se declare — o nome do réo,— o objecto da conciliação ¹⁴,— e, sendo casado, e a causa de natureza tal, que n'ella devam intervir marido e mulher, será declarado na petição o nome de ambos.

A petição deve — ser datada, e assignada pelo proprio, em cujo nome é feito; ou por alguém a seu rogo, quando não possa ou não saiba escrever.

O juiz marca no seu despacho o dia e hora, em que ha de ter logar a conciliação, não sendo antes de dois, nem depois de cinco dias d'aquelle, em que lhe fôr apresentada a petição ¹⁵. N. R. J. art. 212 e 213, e Decr. n.º 24, art. 40, § 1. Vid. art. 5 do Cod. do Proc. Civ. Francez.

§ 272

As partes podem comparecer no juízo da conciliação por si, ou por seu procurador; e n'este caso a procuração deve: 1.º ter os requisitos

fórma ordenada para as do juízo contencioso; assim o aconselhariamos como advogado; mas como professor cumpre-nos sustentar a doutrina e principios de direito.

¹⁴ No memorial em que se requer a citação para o juízo conciliatorio devem declarar-se todos os fundamentos da acção.

Em differentes accordãos do Supremo Tribunal de Justiça se tem annullado processos por falta d'aquelles requisitos (Gazeta dos Tribunaes n.º 1987 e 2285).

¹⁵ A Nov. Ref. Jud. no art. 213 não marca o prazo, que o juiz deve assignar para a conciliação; mas o art. 40, § 1 do Decr. n.º 24 estabelece a regra mencionada no §; e no cit. art. 40, § 9 determina, que o escrivão do juiz de paz faça a citação, pelo menos, dois dias antes d'aquelle, para que o réo é citado: e como o silencio da Nov. Ref. Jud. não importa a revogação d'aquellas disposições, entendemos, que a regra mencionada deve observar-se.

leaes, que se exigem nas procurações (§§ 164 e 165); 2.º conter os poderes especiaes para transigir; 3.º não ser dada com poderes restrictos para não-conciliação. Não sendo a procuração conforme ás indicações referidas, não se procede á conciliação; e toma-se nota de revelia, se a procuração é do réo; ou de circumducção, se é do autor. N. R. J. art. 214, §§ 1 e 2, e Decr. n.º 24, art. 43.

§ 273

Quando o réo não comparece por molestia, para que a certidão seja attendivel, é necessario que n'ella se atteste a impossibilidade absoluta de assignar a procuração; e n'este caso o juiz mandará lavrar termo de apresentação, marcando n'elle o espaço de nove dias contados de momento a momento, no último dos quaes, que deve ser declarado no termo, terá logar necessariamente a conciliação, ou revelia, conforme o réo se apresentar, ou não, sem dependencia de nova citação¹⁶. N. R. J. art. 215.

A certidão deve ser passada por facultativo; mas não o havendo no logar da residencia do réo, basta attestação do parocho, assignada tambem pelo juiz eleito. N. R. J. art. 216.

§ 274

Comparecendo as partes por si, ou por seus procuradores, no dia e hora designada, o juiz de paz deve por todos os meios prudentes e suasorios procurar conciliar as partes; se o obtém, manda lavrar auto no livro respectivo, especificando com clareza os termos da conciliação.

¹⁶ Esta providencia do art. 218 obviou aos inconvenientes do art. 48 do Decr. n.º 24, que n'este caso mandava — que o réo ficasse esperado, até poder comparecer, devendo ser novamente citado; por esta fórma era fácil a um réo deixar de comparecer no juizo conciliatorio com o pretexto de doente, e obstar a que se verificasse a conciliação ou revelia; e tinha o autor de cançar-se com diligencias e despesas, sem poder intentar a sua acção em juizo contencioso.

Esto auto é assignado pelas partes, ou seus procuradores por duas testemunhas, pelo juiz e escrivão: e o juiz fará transcrever no memorial do autor uma certidão do auto, que deve ser assignada pelo juiz e escrivão; e dar-se-ha cópia d'elle ao réo, se a pedir. N. R. J. art. 217, Decr. n.º 24, art. 43, §§ 1 e 2.

Quando o juiz de paz não pôde obter, senão uma conciliação parcial, fará lavrar auto com declaração dos objectos, sobre que se realizou a conciliação, e com todas as formalidades mencionadas, transcrevendo-se igualmente no memorial do autor.

Não podendo porém realizar-se a conciliação, nem total, nem parcial, lavra-se auto com essa declaração, que se transcreve por certidão na petição, ou memorial do autor, que é assignada pelo juiz e escrivão¹⁷. N. R. J. art. 220, e Decr. n.º 24, art. 46 e 47.

§ 275

A questão, sobre que houver conciliação total, não pôde ser instaurada em juizo; e quando alguma das partes se recusa a cumpril-a, será dada á execução pelo juiz competente á vista do auto assignado pelo juiz de paz, que tem força de sentença e execução aparelhada¹⁸. N. R. J. art. 219, Decr. n.º 24, art. 45.

¹⁷ Os diversos autos do juizo de paz devem ser feitos segundo as fórmulas approvadas no Decr. de 21 de Outubro de 1833.

¹⁸ É porém necessario que a conciliação seja, valida e legal — não seja fundada em erro, ou falsa causa — dolo, lesão enormissima ou enorme.

No caso de nullidade, ou falsidade de citação, pôde ser rescindido o auto de conciliação por embargos á execução: ou por acção ordinaria nos casos do § 512 (2.ª parte d'estes Elementos, § 777, e nota a pag. 98, 99 e 100).

Quando se funda em erro, ou falsa causa tem logar a acção ordinaria de rescisão. (Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 4 de Novembro de 1853: Gazeta dos Tribunaes n.º 1776).

Tambem tem logar a acção de rescisão nos casos de dolo, lesão enormissima ou enorme. (Gazeta dos Tribunaes n.º 1726).

Se a conciliação versar sobre transacção posterior á lei de 21 de Fevereiro de 1838, e de que se deve ao Estado direitos de transmissão de propriedade, uma vez que não teve inserido o documento de pagamento d'esses direitos, não tem validade ou juizo. Lei de 12 de Outubro de 1844 art. 11. (Sr. Castro Neto, nota 3 ao art. 219 da Nov. Ref. Jud.).

Quando a conciliação é parcial, os pontos, ou factos em que as partes concordarem, não podem ser mais objecto de disputa, nem carecem de ser submettidos ao jury. Decr. n.º 24, art. 46 e 48.

Não se tendo realizado a conciliação nem no todo, nem em parte, póde o autor com a certidão de não-conciliação intentar a sua acção em juizo competente ¹⁹, N. R. J. art. 248, § 1, n.º 24, art, 46.

§ 276

Tem logar a circumducção da citação no juizo de paz; 1.º quando o autor não comparece no dia e hora, que foi assignada para a conciliação. N. R. J. art. 221; — 2.º quando *a)* a procuração do autor não vem em fórmula legal, ou *b)* não contém poderes especiaes para transigir, ou *c)* contem poderes restrictos para a não-conciliação. N. R. J. art. 214. §§ 1 e 2.

Os seus effeitos são tornar-se inutil a citação; e ser necessaria nova citação para repetir: o chamamento do réo ao juizo conciliatorio; e se a citação ficar circumducta pela terceira vez, o réo póde pedir certidão, e requerer absolvição da acção no juizo, em que fôr demandado. N. R. J. art. 221.

§ 277

Tem logar a nota de revelia: 1.º quando o réo não comparece no dia e hora, que o juiz lhe assignar para a conciliação. Decr. n.º 24, art. 48, N. R. J. art. 222; — 2.º quando na. procuração se verificam-as circumstancias referidas no § antecedente n.º 2 *a)* *b)* *c)*; — 3.º quando, tendo o réo mandado certidão de molestia, ella não contém a declaração de impossibilidade absoluta de assignar a procuração. N. R. J. art. 215.

¹⁹ A Nov. Ref. Jud. não marca o prazo dentro do qual a acção deve ser intentada no juizo contencioso; e porisso póde intentar-se em qualquer tempo. Vid. Gazeta dos Tribunaes n.º 1629; e Rogron, nota ao art. 57 do Cod. do Proc. Civ. Fr.

Os efeitos da revelia são: — que o autor com a certidão, contendo a nota de revelia, póde intentar a sua acção em juízo contencioso, N. R. J. art. 248, § 1, Decreto n.º 24, art. 48: — que o réo revel ²⁰, sendo a final condenado, paga uma multa em tresdôbro, mas não excedente a 500\$000 réis ²¹. N. R. J. art. 222.

§ 278

Um dos efeitos da citação para o juízo de paz é o interromper a prescrição, Ord. liv. 4, tit. 79, § 1, N. R. J. art. 201, § un.; — e contarem-se os juros ao devedor moroso no caso da Ord. liv. 4, tit. 50, § 1 ²². Vid. Sr. Coelho da Rocha, *Inst. de Dir. Civ. Port.* §§ 127 e 128, nota (g), e 458.

²⁰ Para o effeito da condemnação na multa só se considera revel aquelle, que não comparece em juízo no dia e hora, que lhe foi assignada; porque então presume-se haver desprezo do preceito judicial, ou da obrigação, que lhe incumbe, de comparecer em juízo; o que constitue a revelia. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* § 95. Mas aquelle, que mandou procurador a juízo, ou certidão de molestia, ainda que a lei, por faltarem na procuração e certidão, alguns requisitos legais, mande tomar nota de revelia, é só para o effeito de poder o autor intentar a sua acção em juízo contencioso mas não para se lhe impor a multa como revel; porque não existe a revelia: “e revel verdadeiro... é aquelle, que nem por si, nem por teu procurador, appareceu em juízo.” Ord. liv. 3, tit. 79, § 3. É pois manifesto, que a disposição do art. 222 da Nov. Ref. Jud. só comprehende o verdadeiro revel, isto é, aquelle, que não compareceu em juízo por si, ou por procurador, nem apresentou motivo, que o excuse do não-comparecimento, accrescendo ás razões expostas, — que esta disposição sendo penal, não deve ampliar-se, antes restringir-se.

²¹ Esta disposição é deduzida do art. 49 do Decr. n.º 24, que foi omitida na Ref. Jud. anterior, e com razão; pois é uma disposição dura, e não tem fundamento razoavel; mas os redactores da Nov. Ref. Jud. a fizeram resurgir no art. 222: que todavia só deve applicar-se no caso referido na nota antecedente.

²² O Sr. Correia Telles no *Man. do Proa Civ.* § 126, diz: “A citação para o juízo de conciliação é sufficiente para interromper a prescrição; e para contar juros; ou rendimentos ao devedor moroso, se com a nota da não-conciliação ou revelia o autor intentar a sua acção no juízo contencioso dentro d’um mez: e continua na nota — *Desideratur.* — Cod. do Proc. Civ. Fr. art. 57. Este artigo, sendo o de mais prestimo nas conciliações, esqueceu aos redactores da Novissima Reforma. “Apresenta pois o Sr. Correia Telles no § 126 uma doutrina como *de jure constituendo*; porém nós escrevemos quasi a mesma doutrina, como fundada em Direito expresso e constituido. Um dos effeitos da citação é o interromper a prescrição. Ord. liv. 4, tit. 79, § 1; e ainda que esta Ord. diga respeito á citação para o juízo contencioso, porque então não havia juízo de conciliação; falla comtudo da primeira citação para o juízo: e como pela nova ordem do processo nas causas, em que se exige a conciliação, a primeira citação é a do juízo conciliatorio, e sem este preliminar não póde intentar-se a acção em juízo contencioso; é manifesto, que aquella disposição é applicavel á citação para o juízo conciliatorio. Acresce, que o art. 204, § un. da Nov. Ref. Jud. permite a citação em dia sanctificado para *interromper a prescrição*, e não distingue, se é citação para o juízo conciliatorio, se

CAPITULO V

Dos processos summarissimos perante os juizes eleitos.¹

§ 279

Já vimos o que são juizes eleitos, sua cathegoria na ordem judiciaria, e as suas attribuições e alçada (§§ 75 a 78): agora vamos a ver a ordem do processo nas causas da sua competencia, principiando pelas causas de damno.

SECÇÃO 1.^a

Do processo nas causas de damno, e sôbre moveis on dinheiro.

§ 280

Toda a pessoa, que soffrer damno não excedente á alçada do juiz eleito em searas, hortos, pomares, etc, (§ 77, n.º 2) ², faz uma

para o contencioso; portanto, a primeira citação, ou seja para o juizo de conciliação, nas causas em que se exige este preliminar, ou seja para o juizo contencioso, nas causas exceptuadas da conciliação, produz o effeito de interromper a prescrição.

Quanto ao outro effeito, — a contagem dos juros ao devedor moroso, — se o mutuo é civil, regulam as disposições da Ord. liv. 4, tit. 50, § 1: — se ha prazo marcado para a entrega, o devedor fica constituido em mera, quando a não faça no prazo convencionado; — e se não ha convenção de tempo para a entrega da coisa emprestada, fica o devedor constituido em móra, logo que o credor a pedir: e se o pedido fôr feito pelo chamamento a juizo conciliatorio, é manifesto, que esta citação produz o effeito de se contarem os juros; e n'esta hypothese dizemos,—que a citação para o juizo de paz produz o effeito de se contarem os juros ao devedor moroso no caso da Ord. cit. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 804, 814, 823 e 1595; e as *Observações* a este artigo pelo illustrado vogal da comissão revisora do Codigo, e nosso distincto collega o Sr. Joaquim José Paes da Silva, a pag. 35 e 36; e resposta do Sr. Seabra, a pag. 71 e 72.

Quando o mutuo é mercantil a contagem dos juros regula-se pelas disposições do Codigo Commercial (artt. 270, 287, 289 e 462).—Âcerca do outro effeito, que menciona o Sr. Correia Telles — de se contarem os rendimentos, — deve a este respeito observasse o Direito tigente, a saber: — se o possuidor é de boa fé, só restitue os rendimentos desde a litis-contestação; se é de má fé, é obrigado a restituil-os desde a posse. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 6, § 10. Pereira e Sousa, § 180, e nota 386. E a respeito da restituição dos fructos na acção de petição da herança, vid. Correia Telles, *Acc.* § 122 e seguintes.

¹ Vid. tit. 1, cap. 1, secç. 8.^a d'estes Elementos.

² Veja-se ácerca da competencia dos juizes eleitos nas causas de danos o que fica exposto na nota (45) ao n.º 2 do § 77. E, em relação á questão ahi suscitada, temos a dizer; que é nossa opinião, que n'aquella hypothese é juiz competente o da situação da

exposição verbal ao juiz, em que declare a sua qualidade, estimação, ou valor; e a pessoa, de quem, ou de cujo gado o recebeu, nomeando logo duas testemunhas para prova. Esta exposição é lançada pelo escrivão respectivo no livro competente em fôrma de auto, e o juiz eleito manda citar a pessoa, ou dono do gado, para comparecer com a sua defesa no dia e hora, que lhe designar, com tanto que não haja intervallo de mais de tres, nem de menos de dois dias. N. R. J. art. 235 e 236. Decr. n.º 24, art. 27, e Ord. liv. 1, tit. 65, § 73.

§ 281

As citações são feitas por mandado assignado pelo juiz, sendo os réos domiciliados na sua freguezia; e sendo de diversa freguezia, são feitas por carta precatória. O official competente para fazer as citações é o escrivão do juiz eleito, que n'ellas deve observar as solemnidades e requisitos legais (§§ 196 e nota (7), 203 nota (15), e 206 a 208). N. R. J. art. 198 e 236, § un.

§ 282

Se o damno tiver deixado vestigios, poderá o juiz eleito antes da sua decisão ir com as partes e testemunhas inspeccionar o lugar, aonde tiver sido feito, para maior esclarecimento da verdade. N. R. J. art. 237, § 2.

§ 283

No dia designado para o julgamento, presentes as partes, lê-se o auto (§ 280), é ouvido o réo com a sua defesa, e podem inquirir-se

cousa, que soffreu o damno; porque, quando esta tem deixado vestigios, é o juiz eleito authorisado, antes da sua decisão, a ir inspeccionar com as partes e testemunhas o lugar aonde tiver sido feito (§ 282), e nenhum juiz póde entrar com a sua jurisdição em territorio alheio. Além de que, para que podesse adoptar-se a doutrina do illustre redactor da Gazeta dos Tribunaes era mister que os juizes ordinarios e de direito tivessem jurisdição cumulativa com os eleitos, o que não admittimos pelas razões expostas na nota (5) ao § 286.

até tres testemunhas por cada parte, depois do que o juiz decide verbalmente condemnando, ou absolvendo conforme as provas.

De tudo se fórma um auto, em que se declara resumidamente o objecto pedido, o nome da pessoa, que o pede, e a quem se pede, e a decisão da juiz. Este auto é assignado pelo juiz, escrivão, e duas testemunhas. N. R. J. art. 287, § 1, Decr. n.º 24, art. 27.

§ 284

Não comparecendo o réo, mas estando presente o autor, póde o juiz julgar a causa á revelia, condemnando, ou absolvendo conforme as provas ³.

Se, pelo contrario, não comparece o autor, mas sim o réo, póde este requerer a absolvição da instancia, e que o autor seja condemnado nas custas. Arg. do art. 266 da N. R. J. (§ 219).

Se alguma das partes na audiencia de julgamento declarar lhe falta alguma testemunha, e que não póde prescindir do seu depoimento, assigna-se novo dia para julgamento. Arg. do art. 272. Vid. Sr. Correia Telles, *Man. da Proc. Civ.* § 154, Sr. Freitas, *Man. dos juizes eleitos*, modelos n.º 18 e 19, e obs. 4.

§ 285

N'estas causas só ha o recurso de incompetencia e excesso de jurisdição ⁴. Apresentada esta excepção, o juiz, antes de decidir sôbre a questão principal, a manda reduzir a escripto, e os depoimentos das

³ N'este caso deve no auto declarar-se, que o réo foi citado pelo escrivão, e copiar-se a certidão da citação. Correia Telles, *Man.* § 155.

⁴ Não é licito pedir sómente certa parte de uma dívida, para fazer que a causa caiba na alçada do juiz eleito. Arg. da Ord. liv. 3, tit. 59, § 24. Sr. Castro Neto, nota ao art. 235 da N. R. J. Verificando-se esta hypothese, ou a de pedir sómente os juros, e não o capital, como diz Correia Telles, *Man.* § 115, póde com este fundamento apresentar-se a excepção de incompetencia e excesso de jurisdição. Vid. *Acç.* § 319, nota 4.

testemunhas (havendo-as), e passa a julgar-a procedente, ou improcedente.

No primeiro caso suspende o conhecimento da causa, e a manda propor perante o juiz competente, e d'esta decisão compete ao autor o recurso de agravo de instrumento para o juiz de direito, que deve ser interposto em tres dias; e para a apresentação o juiz só póde marcar dez dias, seguindo em tudo o mais os termos prescriptos no art. 674 da N. R. J.

Quando se julgar improcedente a excepção, cabe o mesmo recurso; mas, tomado o termo do agravo, o juiz julga a questão principal immediatamente. A sentença porém não se dá á execução; salvo se, passados quinze dias, o agravante não apresenta no juizo *a quo* recibo da entrega do instrumento no juizo superior, e n'este caso a sentença se executará independentemente de fiança. N. R. J. art. 238, §§ 1—5.

§ 286

Quando estas causas excederem a alçada dos juizes eleitos, o seu conhecimento pertencerá aos juizes ordinarios, ou juizes de direito, segundo o seu valor; e a fôrma do seu processo será tambem, conforme o seu valor, a que se acha estabelecida pela lei para as causas, que pertencem a estes juizes. N. R. J. art. 239 ⁵.

⁵ O Sr. Correia Telles na nota ao § 152 do *Man.* entra em dúvida, se os juizes ordinarios e de direito têm jurisdição cumulativa com os juizes eleitos nas causas da alçada d'estes. — Propende para a negativa, com o fundamento de que aquelles juizes não devem com estas causas distrahir-se das obrigações mais importantes dos seus cargos; e observa — que se a mente dos redactores da Nov. Ref. Jud. foi que elles tivessem jurisdição cumulativa em taes causas, deveriam explicar-se melhor, ou, pelo, menos, determinar que as julgassem verbalmente, e como determina a Ord. liv. 3, tit. 30, § 1. — Mas, em vista do art. 299, combinado com os artt. 145, 146, 187 e 667, § 4 da N. R. J.; é evidente em nossa opinião, que a jurisdição não é cumulativa; e que aos juizes eleitos compete exclusivamente julgar estas causas; o que mais se corrobora pelo art. 245, que diz: “ *o valor das causas regula a fôrma do processo, e a competência do juiz, que as ha de julgar a final.* ” Porém quando não houvesse disposições tão terminantes, resolvia-se esta questão pelos principios geraes sôbre competência. Ora os juizes de direito e ordinarios só poderiam conhecer d'estas causas pelo principio geral da competência do

§ 287

As causas sôbre moveis ou dinheiro, não excedentes a alçada do juiz eleito, são processadas pela mesma fórma, que as causas de damno; e porisso é-lhes applicavel o que fica exposto nos §§ 280—286. N. R. J. art. 240.

§ 288

Os juizes eleitos devem fazer duas, audiencias por semana, em sua casa, participando á camara mupicipal do concelho os dias, que escolherem, e bem assim a hora, para conhecimento da mesma camara; e para conhecimento do público farão affixar editaes. Port. de 19 de Abril de 1837.

§ 289

Os juizes eleitos podem ser dados de suspeitos; e devem ser-lhes applicaveis as disposições da Port. do Min. da Just. de. 17 de Julho de 1844, e Ord. liv. 3, tit. 21, § 19 e tit. 24, § 1. Sr. Freitas, *Man. dos juizes* eleitos nota 4 adicional. Sr. Castro Neto, nota ao art. 235 da N. R. J.

SECÇÃO 2.

Do processo sôbre coimas e transgressões de posturas municipaes

§ 290

Os juizes eleitos conhecem das causas sôbre coimas e transgressões de posturas, ainda excedentes á sua alçada (§ 77, n.º 3) ⁶;

domicilio; e os juizes eleitos conhecem d'ellas não só por este principio, mas pelo especial do valor da causa (§ 187); e como, na concurrencia de diversos principios de competencia, a especial prefere á geral (§ 192 n.º 6); fica evidente, que só aos juizes eleitos compete conhecer d'estas causas com exclusão dos juizes de direito e ordinarios (§ 181, nota 8).

⁶ Em Lisboa e Porto conhecem d'estas causas os juizes criminaes. Decr. de 3 de Novembro de 1852. E pelo art. 4 do citado Decreto foi o Governo authorisado a fazer extensivas as suas disposições aos municipios, em que se mostrasse serem convenientes; e assim muitas Camaras pediram, e o Governo concedeu, que o conhecimento das causas sôbre coimas pertencesse aos juizes de policia correccional dos respectivos municipios. Pela Carta de Lei de 23 de Julho de 1855, art. 1 e 3 se ordenou, que as disposições d'aquelle Decreto sôbre processo e julgamento das causas sôbre

e n'estas causas a ordem do processo é a mesma, que a decretada para as causas sôbre damno, e sôbre moveis, ou dinheiro, salvas as especialidades, que passâmos a expor nos §§ seguintes. N. R. J. art. 241.

§ 291

A coima, ou transgressão de postura pôdeser accusada pelo administrador do concelho, pelo escrivão do juiz eleito, por quasquer zeladores para isso nomeados pelas camaras ⁷, e pelas partes offendidas. N. R. J. art. 241, § 1. Ord. liv. 1, tit. 66, § 27, e Port. de 13 de Janeiro de 1838 e 12 de Agosto de 1839.

§ 292

A accusação da coima, ou transgressão de postura é reduzida a auto da fôrma exposta no § 280, e este é assignado pela parte accusadora e uma testemunha.

Quando a coima ou transgressão tiver uma pena excedente á alçada do juiz eleito, o auto de julgamento deverá conter o depoimento exacto das testemunhas, excepto se as partes renunciaram expressamente aos recursos. N. R. J art. 241, §§ 1 e 3.

§ 293

Das sentenças proferidas n'estas causas, quando excedentes á alçada dos juizes eleitos, cabe o recurso da appelação para o juiz ordinario, quando não exceder a sua alçada; — para o juiz de direito,

coimas e transgressões de posturas, poderiam ser applicadas, ou a todas, ou sómente a algumas das parochias, que pertencessem ao mesmo concelho. Finalmente a Lei de 18 de Abril de 1859 authorisou o Governo a fazer reverter para os juizes eleitos o conhecimento e decisão das sobrerdictas cansas em todas as parochias dos municipios; e n'estas termos já foi ordenada esta reversão no municipio de Villa Real, pelo Decreto de 5 de Setembro de 1859. Vid. Resoluções do Conselho de Estado pelo Sr. J. Silvestre Ribeiro, tom. 2, pag. 111 e seguintes.

⁷ Se o producto das coimas andar por arrematação, os proprios arrematantes podem ser os Zeladores. Portarias de 25 de Agosto de 1838, e de 7 de Setembro de 1848. Vid. Sr. J. Silvestre Ribeiro, cit. 5, 138.

quando exceder a alçada do juiz ordinario, ams não a d'aquelle; — e quando exceder a alçada do juiz de direito para os tribunaes de policia correccional ⁸; — e nas comarcas, sédes de Relações, para estas.

Em Lisboa e Porto estas apelações são interpostas para os magistrados de policia correccional ⁹; e quando excedem a sua alçada, para as Relações. N. R. J. art. 241, § 4.¹⁰

§ 294

A appelação deve ser interposta no prazo de tres dias, por termo no livro, sem necessidade de despacho do juiz eleito; mas não se toma, sem que o apelante apresente conhecimento do depósito da qualtia julgada. O escrivão fará dentro em tres dias o traslado dos autos, lamçados no livro, e o entregará ao recorrente, que devrá apresental-o no juizo superior dentro em dez dias contados d'aquelle, em que o traslado lhe fôr entregue: a parte vencedora, havendo-a, deve ser intimada da entrega do traslado ao vencido.

O effeito da appelação é suspensivo, salvo se a parte não apresentar no juizo recurrido dentro em quinze dias recibo da entrega da appelação no juizo superior. N. R. J. art. 241, §§ 4, 7 e 8.

§ 295

N'estas causas tem logar a excepção de incompetencias e excesso de jurisdicção; e dos despachos proferidos sôbre ella tem logar o

⁸ Vid. § 32 d'estes Elementos.

⁹ Estes magistrados são hoje denominados juizes de direito de 1.^a instancia criminal. N. R. J. Art. 1, § 1. *Elem. do Proc. Crim.* § 20 nota (a): as apelações n'estas causas, ainda que não excedam a alçada do juiz ordinario, são interpostas para os juizes de direito criminaes em Lisboa e Porto, porque ahi não ha juizes ordinarios. N. R. J. art. 2: e para as Relações, quando excedem a alçada dos juizes de direito criminaes, porque não ha ahi Tribunaes de Policia Correccional. N. R. J. artt. 1 e 241, § 4. Estas causas em Lisboa e Porto são hoje de attribuição exclusiva dos juizes criminaes. Decr. de 3 de Dezembro de 1852.

¹⁰ Não ha embargos ás sentenças sôbre causas de coimas e transgressões de posturas, quando cabem na alçada de juiz eleito. Alv. de 13 de Novembro de 1610. Carta Reg. de Janeiro de 1647. Prov. de 27 de Abril de 1740; e art. 145 n.º 3, combinado com o art. 241, §§ 3, 4 e 9 da Nov. Ref. Jud. Vid. Fernandes Thomaz, *Repert.*; e Meirelles, *Repert. Jurid.*, vb. *coimas* (§ 285).

agravo de instrumento: e a este respeito é aqui applicavel o que fica exposto no § 285.

De quaesquer outros despachos interlocutórios cabe o agravo no auto do processo para os juizes, ou tribunaes competentes para a appellação, nos ternos do § 293. Este recurso é interposto no acto, em que os despachos forem proferidos, estando as partes presentes; e não o estando, dentro em vinte o quatro horas, porém antes da sentença definitiva, N. R. J. art. 241, § 9.

§ 296

Os livros para se lançarem os julgamentos serão numerados e rubricados pelos juizes, e fornecidos pelos escrivães, e por elles archivados depois de findos. E devem ser sellados co, o sêllo de vinte réis. N. R. J. art. 242, e Lei de 20 de Julho de 1843.

SECÇÃO 3.^a

Das execuções perante os juizes eleitos

Proferida a sentença, ou passada em julgado, quando d'ella caiba recurso, o escrivão passa mandado executivo, em que vae incerta a sentença coudemnatoria: é citado o réo para pagar em vinte e quatro horas, ou ver-se penhorar.

Não pagando n'este prazo, procede o escrivão á penhora em tantos bens moveis, quantos lhe pareçam suficientes para pagamento.

N'estas execuções não ha avaliação de bens, nem pregões; mas o escrivão toma por lembrança os lanços, e se arrematam a quem mais der.

A arrematação faz-se aos domingos, ao sair da missa, no adro da egreja, ou caplla do lugar do condemnado, precedendo annúncio affixado na porta da egreja, ou cappella.

Não havendo lançador, avaliam-se os bens, e adjudicam-se ao exequente com o abatimento da quarta parte. Das arrematações e adjudicações faz-se auto assignado pelo escrivão, e duas testemunhas presentes a toda a execução. N. R. J. art. 243, §§ 1—4. Vid. Sr. Castro Neto, nota ao art. 187 da N. R. J.

§ 298

As execuções por tributos, impostos, collectas, ou mulctas em beneficio da Fazenda Nacional são feitas pela fórma referida, servindo de sentença, passada em julgado, os conhecimentos authenticos, extraídos dos livros fiscaes.

O juiz eleito deve em trinta dias mandar ao delegado, ou subdelegado o conhecimento da entrega nos cofres publicos da quantia exequenda, ou de penhora, pena de responsabilidade, e execução contra elle.

Apresentando os devedores certidão legal de recurso pendente, interposto das authoridades administrativas, suspende-se a execução por trinta dias, se a importancia fôr logo depositada nos cofres da respectiva Recebedoria. Porém se, findos os trinta dias, os recurrentes não apresentarem melhoramento, se haverá a execução por finda, ficando-lhes direito salvo para receberem as mulctas, ou serem indemnizados no futuro lançamento, se obtiverem provimento. N. R. J. artt. 187, 244, §§ 1 e 2, e 667, § 5.

Não ha embargos, senão contra a fórma da execução, e de conta e paga. A illegalidade e injustiça do lançamento só póde ser emendado no Thesouro, ouvido o procurador da Fazenda, como determina o Decr. de 9 de Janeiro de 1837, art. 18, § 1¹¹.

¹¹ Pelo Decr. de 13 de Agosto de 1844 os tributos de lançamento e repartição são mandados cobrar pelos administradores dos concelhos; porisso as attribuições dos juizes eleitos, que lhes conferia o art. 244, §§ 1 o 2 da N. R. J. estão hoje muito reduzidas: mas como ainda perante elles póde ter logar a execução por mulctas não excedentes á

CAPITULO VI

Do processo summario, que tem logar nas causas que não excedem a alçada do juiz ordinario

§ 299

A alçada do juiz ordinario nas causas civeis é de 4\$000 réis em bens de raiz, e de 6\$000 réis em bens moveis¹. N. R. J. art. 118. n.º 1. O processo n'estas causas é summario, ou ellas sejam tractadas perante o juiz de direito, ou perante o ordinario (§ 64 e nota (4); ao § 285)

§ 300

A ordem do processo n'estas causas é a seguinte: — O autor faz uma petição ao juiz ordinario, ou de direito para a citação do réo, deduzindo por — *Itens* — o seu pedido, fundamento e valor: nomeando no fim da petição as testemunhas, que produz para prova, com declaração das suas moradas e occupações; e deve tambem na petição — declarar o valor da causa, sem o que não se póde tomar d'ella conhecimento em juizo; e nas acções, em que o pedido não fôr de quantia determinada, basta a declaração geral de que não excede a alçada do juiz ordinario; — deve tambem junctar á petição a certidão do auto de não-conciliação, ou revelia, nos casos, em que a lei exige a conciliação²; — e na conclusão do requerimento pede que, justificada a acção, seja o réo condemnado no

sua alçada, porisso ainda tractamos aqui deste processo. Vid. nota (46) ao § 77 n.º 3. Quanto ás formulas e práctica dos processos nas causas da competencia dos juizes eleitos, veja-se o *Manual dos juizes eleitos* do Sr. Freitas, que nada deixa a desejar.

¹ Pelo Decr. n.º 21, art. 25 a alçada dos juizes ordinarios era de 12\$000 réis em raiz, e 94\$000 réis em moveis: e pela Ref. Jud. 2.ª parte. art. 69 era de 10\$000 réis em raiz, e 20\$000 réis em moveis.

² As causas sobre movel, que não excedem a seis mil réis, de que aqui tractâmos, são exceptuadas da conciliação. N. R. J. art. 210, § 1 n.º 17; póde pois ter logar a necessidade da conciliação nas causas sobre raiz, que não são exemptas d'este preliminar, qualquer que seja o seu valor. A Lei de 16 de junho de 1855, art. 1, exemptando da conciliação as causas summarias propriamente ditas, não comprehende as summarias pelo seu valor, e que têm por objecto bens de raiz.

pedido, custas e multa legal. N. R. J. artt. 248, §§ 1—3, 327 e 828. (Vid. Sr. Castro Neto, nota ao art. 250, § 1; e § 522 d'estes Elementos).

§ 301

Com despacho do juiz procede-se á citação do réo, que deve effectuar-se pelos modos e com as formalidades referidas n'este tit. III, cap. I. *Da citação*: entregando-se no acto da citação, ao réo a contra-fé, contendo o requerimento, e mais requisitos legais; e esta serve de duplicado, para na audiencia competente podêr, com conhecimento de causa, apresentar a sua contestação verbal, ou escripta. N. R. J. art. 248, § 7.

§ 302

Feita a citação, o autor na 1.^a audiencia seguinte vae fazer distribuir a acção, e na immediata é accusada a citação, e apregoado o réo primeira e segunda vez; e, ou compareça, ou não, se ha o réo por citado, e o juiz lha assigna uma audiencia para apresentar a sua defesa verbal, ou escripta, acompanhada do rol das testemunhas, seus nomes, moradas e occupaões: N. R. J. artt. 248, § 8, 490, § 3, e 491,

§ 303

Quando o réo não concordar no valor da causa, declarado pelo autor, deve na audiencia, para que fôr citado, fazer a impugnação; e logo se louvará com o autor em um, ou tres louvados, que avaliem a causa, servindo o terceiro para o caso de empate. Os louvados poderão, se estiverem presentes, dar immediatamente o seu laudo; e se não estiverem presentes, ou o não derem, o darão até á primeira, ou segunda audiencia seguinte. N. R. J. art. 248, § 4.

§ 304

Se por este laudo se verificar, que o valor da causa cabe na alçada do juiz, progredir-se-ha n'ella, condemnado o réo nas custas d'este

incidente: se porém se verificar, que a excede, é o autor condenado em todas as custas, e o processo instaurado segundo o valor arbitrado. N. R. J. art. 248, § 5 (§ 221, n.º 5).

§ 305

Quando o réo na audiência, para que foi citado, não comparece por si, ou por seu procurador, a impugnar o valor dado pelo autor, entender-se-ha, que n'elle concorda, e a causa seguirá seus termos por este valor, sem que mais possa ser impugnado.

Sendo impugnado pelo réo o valor da causa, e havendo de proceder-se á sua avaliação na fórmula exposta no § 303; a audiência para a apresentação da sua defesa será a primeira, depois de verificado, que cabe na alçada do juiz. N. R. J. art. 248, §§ 6 e 9.

§ 306

Além d'este incidente da impugnação do valor da causa, que póde ter lugar n'estes processos, e sem a resolução do qual, a causa não progride; podem também ter lugar as excepções de incompetencia, ou suspeição, que devem ser apresentadas pelo réo na primeira audiência, para que fôr citado: e em quanto estas não forem decididos, não prosegue a causa principal. N. R. J. art. 317 e 318. A ordem do processo, que deve observar-se as excepções, vae tractada na secção 3.^a *Das excepções*, artigo 1 e 2 do tit. VII. *Do processo civil ordinario*.

§ 307

Apresentada pelo réo na audiência competente a sua defesa verbal, ou escripta, o juiz n'esse mesmo acto designará o dia para inquirição de testemunhas; e de tudo se manda lavrar termo, que assigna com as partes, ou seus procuradores. N. R. J. art. 448, § 8.

Não comparecendo o réo, prosegue o feito á revelia, e se assigna dia para inquirição de testemunhas na fôrma referida, argum. dos artt. 266 e 490, § 4³.

§ 308

Na audiência designada para o julgamento, presentes as partes, ou seus procuradores, ou á revelia da que faltar, o juiz fará recolher as testemunhas a uma sala para isso destinada, da qual sairão, á proporção que forem chamadas para jurar.

A inquirição começa pelas testemunhas do autor, e juiz lhes defere juramento, em que promettam dizer a verdade. As perguntas são feitas pela parte, que as produzir, ou seu procurador, e na sua falta, pelo juiz; mas este póde, em todo o caso, fazer as perguntas, que julgar convenientes.

As testemunhas do autor são perguntadas pelos — *Itens* — da acção, e as do réo sôbre a materia da defesa; não podem ser perguntadas mais de cinco a cada facto.

Os seus depoimentos serão escriptos por extenso, salvo renunciando as partes o recurso de embargos no auto do julgamento antes de começar a inquirição (§ 529).

Havendo contradictas, as testemunhas por prova d'estas são inquiridas no fim do depoimento das testemunhas contradictadas (§ 446).

Finda a inquirição, podem as partes por si, ou por seus procuradores fazer as suas allegações oraes; e acabadas ellas, o juiz profere logo a sua sentença, ou declara a audiência, em que ha de

³ N'este caso deve ser notificado ao réo o dia da audiência de julgamento, para poder contradictar testemunhas e allegar sua defesa final. Correia Telles, *Man.* § 166.

proferil-a e publical-a, com tanto que não exceda a segunda. Á sentença será sempre escripta e publicada pelo proprio juiz ⁴.

O escrivão lavrará um auto, em que se declare terem-se observado todas as formalidades legais, pena de nullidade. N. R. J. artt. 248, § 10, 249, § 2, 250, §§ 1 e 2 ⁵.

§ 309

Se no dia designado para julgamento nenhuma das partes comparece, o juiz assignará novo dia com citação das partes a requerimento d'alguma d'ellas. N. R. J. art. 249, § 1. Se comparece o autor, mas não o réo, julga-se a causa a revelia. Porém se comparece o réo, e falta o autor, póde a causa julgar-se á revelia do autor, ou pedir o réo a absolvição da instancia. N. R. J. art. 249 e 266 (§ 219).

§ 310

Finda a inquirição, se alguma das partes requerer, ou o juiz julgar conveniente se proceda a exame e vistoria, suspendesse o julgamento; e depois do exame e vistoria, o juiz designa nova audiencia

⁴ A Nov. Ref. Jud. no art. 240, § 1 diz, que a sentença do juiz ordinario, nas causas de que se tracta, deve ser escripta, e publicada pelo proprio juiz; d no art. 277. § un. determina, que, nas excedentes á sua alçada, a sentença seja fundamentada. Entendemos que esta disposição deve tambem applicar-se ás sentenças sobre causas não excedentes á sua alçada; porque só em vista dos motivos da sentença póde apreciar-se a sua justiça, e conhecer-se a parte a que deve ou não oppor-se embargos. Acresce que a Ord. liv. 3, tit. 66, § 7 manda, que as sentenças definitivas declarem especificadamente as razões, em que se funda. A Nov. Ref. Jud. no art. 281, § 2 exige este requisito nas sentenças sobre as causas summarias propriamente ditas: e no art. 1174, quanto ás sentenças crimes sob pena de multa, e nullidade. A sentença deve ser, não só escripta, mas assignada pelo juiz; é expresso no citado art. 1174; e na Ord. liv. 1, tit. 79, § 5; e datada segundo o preceito geral do art. 845 da Nov. Ref. Da combinação de todos estes artigos devemos concluir, que toda a sentença deve ser escripta, assignada, datada e publicada pelo juiz; e além d'isto fundamentada. Esta doutrina achase já consignada no art. 2968 do *Proj. do Cod. Civ.* (§ 507).

⁵ Este auto deve ser assignado pelo juiz e escrivão *a simili* do art. 547: e rubricado em todas as folhas pelo juiz. Sr. Castro Neto, nota ao art. 250, § 2.

para a discussão oral, e julgamento definitivo (§ 466) ⁶. N. R. J. artt. 249, § 4, e 250.

§ 311

Das sentenças definitivas proferidas n'estas causas o recurso de embargos, fundados em direito, ou provadas por documentos. Os embargos terão a fórmula do processo referida no tit. IV. *Dos recursos da sentença*, cap. unico, secção 1.^a *Dos embargos á sentença* (§ 529).

Dos despachos interlocutorios não ha recurso algum, salvo dos que julgarem provada, ou não provada a excepção de incompetencia, dos quaes cabe agravo de petição para o juiz de direito da comarca na conformidade do art. 675. N. R. J. artt. 251, § un, e 252, e Lei de 11 de Junho de 1849, art. 3, § 3.

§ 312

N'estas causas, ainda que não haja testemunhas que inquirir, ou porque a causa seja puramente de direito, ou as partes estejam concordes no facto, ou as provas constem de documentos, deve sempre o juiz assignar dia de julgamento, para que as partes discutam ahi o seu direito, querendo: e n'ellas se observam as mais solemnizdes, que ficam referidas nas causas, em que ha inquirição de testemunhas. N. R. J. artt. 276, 277 e 478.

§ 313

Nos julgados, cabeça de comarca, compete aos juizes de direito julgar estas causas; e devem observar a ordem do processo mencionada n'este capitulo, N. R. J. art. 327; salvas, quanto aos recursos, as alterações decretadas nos artt. 327 e 328 da N. R. J.

⁶ Depois da inquirição das testemunhas é prática pedir-se vista do processo, e se costuma conceder por cinco dias a cada um dos advogados.

CAPITULO VII

Do processo civil ordinario

§ 314

O processo ordinario consta de libello, contrariedade, réplica e tréplica (§ 130); e tem logar em todas as causas, que excedera a alçada do juiz ordinario, excepto aquellas, a que a lei marca um processo especial (§ 131): taes são as referidas nos §§ 135, 137 e 139.

§ 315

Se estas causas são processadas nos julgados não cabeça de comarca, e cabem na alçada do juiz de direito (§ 41), os juizes ordinarios são competentes para as preparar e julgar com recurso para o juiz de direito. Se excedem a alçada do juiz de direito, são só competentes para as preparar (§ 64, n.ºs 2 e 3). N. R. J. art. 118, §§ 1 e 2.

Ha porém causas, de que os juizes ordinarios conhecem e julgam, qualquer que seja o seu valor. Taes são: os inventarios de maiores, — justificações avulsas, — reclamações,— protestos, etc. N. R. J. artt. 298, 300 e 301.

§ 316

Porém, se estas causas são processadas nos julgados, cabeça de comarca, o juiz de direito é competente para as preparar e julgar todas, guardando a ordem do processo estabelecida nas leis, segundo o seu differente valor e natureza (§ 43). N. R. J. art. 327. E além d'estas ha algumas causas, que elles preparam e julgam exclusivamente, ainda que os réos sejam domiciliados nos outros julgados da comarca: taes são as referidas no § 188.

§ 317

Nas causas processadas perante os juizes ordinarios, que excedendo a alçada d'estes, não excederem as dos juizes de direito, não haverá além do recurso de appellação, senão agravo no auto do processo, que poderá comprehender a materia de qualquer outra especie de agravo; no caso porém de incompetencia, ou excesso de jurisdicção, o agravo será de petição. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 10 ¹.

Dos despachos e sentenças proferidas pelos juizes de direito nas causas não excedentes á sua alçada, não cabe recurso algum, excepto o de embargos ás sentenças definitivas, ou despachos interlocutorios com força de sentença definitiva. Do despacho, porém, que julgar provada, ou não provada a excepção de incompetencia, tem logar o agravo de petição, ou instrumento ².

Porém dos despachos proferidos nas causas excedentes á sua alçada têm logar os agravos no auto do processo, petição, eu instrumento, qual no caso couber. N. R. J. artt. 328, 329 e 678. (Vid. §§ 571 e seguintes).

§ 318

Não tem logar a intervenção do jury nas causas civeis mencionadas no § 83; e além d'estas são decididas sem jurados as que cabem na alçada do juiz de direito, ou ellas sejam julgadas pelo juiz de direito, ou pelo juiz de direito. N. R. J. artt. 25, 3, 271, 272 e 329.

¹ Dos despachos interlocutorios proferidos pelos juizes ordinarios nas causas excedentes á sua alçada, ou como preparadores, ou como julgadores tinha logar o recurso d'agravo de petição, ou no auto do processo, qual no caso coubesse. Nov. Ref. Jud. artt. 279 e 281, § 7, e 314.

² O despacho proferido sobre a excepção de incompetencia não póde ser reformado por meio de embargos; porque excedendo estas questões toda a alçada, e competindo o recurso de embargos sómente, contra as decisões que cabem na alçada do juiz de 1.^a instancia; é claro que só por meio de agravo para o tribunal superior póde ser reformado. N. R. J. artt. 329 e 385. Assim foi julgado em Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 21 de Agosto de 1856. (Gazeta dos Tribunaes n.º 2209).

SECÇÃO 1.^a

Da proposição da acção

§ 319

Toda a acção excedente a 4\$000 réis em raiz, e 6\$000 réis em moveis é proposta em juizo por uma petição, que o autor faz ao juiz ordinario, ou de direito, expondo o objecto e valor da causa, e declarando o nome do réo, ou réos, contra quem a quer intentar, pedindo em conclusão, que o réo, ou réos, sejam citados para na segunda audiencia posterior á citação verem offerecer o libello. A esta petição junta-se a certidão de não-conciliação, ou revelia, quando a causa não é das exceptuadas da conciliação. N. R. J. art. 253 e 254. Vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2730—2733.

§ 320

Quando o pedido não for de quantia determinada, bastará declarar, que o seu valor excede a alçada do juiz ordinario, e excede, ou não, a do juiz de direito ³.

Se o réo se não conformar com a declaração do valor dada pelo autor, assim o declara no fim da contrariedade; o autor póde responder-lhe no fim da réplica, e o réo no fim da tréplica; e se, findos os articulados, as partes não tiverem ainda concordado, é o valor arbitrado por louvados na fôrma do § 303. N'este caso a louvação se fará na audiencia, em que se offerecer o último articulado, ou na seguinte, quando alguma das partes não estiver presente, ou seu procurador. Quando o réo no fim da contrariedade

³ A declaração e fixação do valor da causa é indispensavel para marcar a ordem do processo, e a competencia do juiz, que a ha de julgar a final. N. R. J. art. 246.

Quando o petitorio for de quantia determinada não é precisa a avaliação. N. R. J. art. 543.

não impugnar o valor dado pelo autor, por elle se regulará a alçada do juizo. N. R. J. art. 254, §§ 1, 2 e 3⁴.

§ 321

Despachado o requerimento, procede-se á citação, que se effectuará pelos modos e com as solemnidades referidas no § 195—216. Na primeira audiencia posterior á citação distribue-se a petição, e na segunda se accusa a citação, e se offerece o libello. N. R. J. art. 254.

§ 322

Feita a citação, fica a instancia começada (§ 220), que acaba, ou se suspende nos casos mencionados nos §§ 221 e 222; e se instaura pelos modos expostos no § 223.

SECÇÃO 2.^a

Do libello

§ 323

Libello é a exposição escripta e articulada dos factos ⁵, dos quaes resulta ao autor o direito de exigir, o que pretende, concluindo por pedir a condemnação do réo. Sr. Correia Telles, *Acç.* §§ 16 e 17, Pereira e Sousa, § 108, Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 10, § 1.

§ 324

O libello deve conter — os nomes do autor e do réo, — a narração do facto, — a exposição do direito, ou causa de pedir, — e a conclusão ou petitorio do autor, em que o réo deve ser condemnado. O libello, que não fôr formulado com estes requisitos, é inepto, e não póde

⁴ E n'este caso não póde o juiz, depois de sentenciar a causa, mandar avalial-a de novo. Assim o resolveu o Supremo Tribunal de Justiça em accordão de 11 de Março de 1856. (Gazeta dos Tribunaes n.º 2144).

⁵ N. R. J. art. 256.

ser recebido. Pereira e Sousa, § 100 e nota 265. N. R. J. art. 256. Sr. Mello Freire, cit. § 2. Sr. Correia Telles, *Form. do Libel.* §§ 1—11 ⁶.

§ 325

Quando o autor ou réo é herdeiro ou cessionario, devem no libello deduzir-se essas circumstancias, a fim de que se mostre em juizo o direito de um, e a obrigação do outro. *Elem. do Proc. Civ.* 2.^a parte, cap. 6, secç. 5, nota final a pag. 124, Sr. Correia Telles, *Man.* § 182. Nas acções reaes, quando se pede um predio certo e determinado, deve no libello declarar-se o nome, a localidade, e as confrontações. Ord. liv. 3, tit. 53, pr.

Nas acções universaes e geraes, como quando se demanda uma herança, um vinculo ⁷, ou um prazo, não é necessario individuar cada um dos predios, que elles comprehendem. Ord. liv. 3, tit. 66, § 3. Assento de 5 de Abril de 1770. Sr. Peniz, § 186. *Elem. do Proc. Civ.* 2.^a parte, § 659.

Nas acções pessoaes é preciso declarar a qualidade quantidade e número das cousas, que forem objecto da acção. Ord. liv. 3, tit. 20, § 5.

⁶ Os requisitos e partes de um libello se exprimem nos seguintes versículos:

Quis, quid, coram quo, quo jure petatur, et a quo,

Recte compositus, quisque libellus habet.

Gmeineri, Inst. Jur. Eccl. tom. 2, § 543. Schol.

Sôbre as clausulas salutareis do libello, vid. Pereira e Sousa, nota 263. Correia Telles, *Form. de libel.* § 11. Sr. Peniz, §§ 33, 34 e 47; e Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 10, § 8.

⁷ Na Revista Juridica de Coimbra n.º 9, é sustentada a opinião, que na acção de reivindicção de morgado, é preciso declarar no libello todas as propriedades, que constituem o vinculo, sem que possa reservar-se para a execução a liquidação das propriedades, de que elle consta. Funda-se o illustrado author das reflexões juridicas, nas Leis de 3 de Agosto de 1770, art. 4; e de 23 de Maio de 1775, § 3; e na opinião de Correia Telles, *Man. do Tab.* § 179, e *Accç.* § 78 e 81. Não partilhâmos esta opinião, mas temos por conveniente e regular, que o libello seja acompanhado de uma relação de bens do vinculo, de que haja conhecimento, reservando-se para a execução a verificação da quantidade e qualidade dos outros bens pertencentes ao vinculo. E cumpre advertir que o Sr. Correia Telles no *Man.* § 187, que é posterior ás obras acima citadas, apresenta doutrina em contrario, e conforme a que expendemos no §, com a qual tambem é concorde Lobão, *Tract. de Morgados*, cap. 13, § 25.

§ 326

Nas acções, em que o principal petitorio são fructos, rendimentos, ou interesse, deve declarar-se no libello a quantia certa d'esses fructos e rendimentos. Ord. liv. 3, tit. 20, § 5. Quando porém os fructos e rendimentos se pedem accessoriamente, póde reservar-se para a execução a sua liquidação. Ord. liv. 3, tit. 66, § 2. Vid. Pereira e Sousa, nota 258.

§ 327

Em regra o petitorio do libello deve ser certo; mas ha casos, em que póde ser alternativo, como — na acção hypothecaria, em que por direito se póde pedir, que o réo entregue a coisa hypothecada, ou pague a dívida. Ord. liv. 4, tit. 3, pr.; — na acção de lesão, em que se pede ou a rescisão de venda, ou o pagamento do excesso do preço. Ord. liv. 4, tit. 13, § 1; — finalmente quando a obrigação fôr alternativa ⁸, ou quando uma acção é subrogada em lugar de outra, ou quando é duvidoso, qual das acções é competente. Pereira e Sousa, nota 264. Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 188.

§ 328

Na 2.^a audiencia posterior á citação, é esta accusada pelo autor, ou seu procurador, fazendo-se apregoar o réo primeira e segunda vez; e offerecido o libello em duplicado. O juiz o recebe nos termos da lei, e ha o réo por citado, assignando-lhe em sua presença, ou á revelia tres audiencias para o contrariar. Estando presente o réo, ou seu procurador, recebe o duplicado, aliás fica em poder do escrivão. N. R. J. art. 259.

⁸ Sendo a escôlha do devedor. Lei 75, § 8. *Dig. de verb. obligat.* Silva á Ord. liv. 3, tit. 20, § 5, n.º 33.

§ 329

O libello deve ir instruido com todos os documentos, em que se fundar, ou de que fizer menção; e se o não fôr, não poderão ser admittidos durante o curso da causa; e o réo póde requerer absolvição da instancia ⁹.

Não comparecendo o autor na audiencia, para que fez citar o réo, ou não offerecendo o libello, póde o réo requerer absolvição da instancia; e pela terceira vez, da acção. N. R. J. artt. 256, § un., e 257 (§ 218, n.ºs 1, 2 e 3).

§ 330

Se os factos articulados pelo autor em seu libello houverem de ser provados por testemunhas, que sejam moradoras fóra do julgado ¹⁰, deve ser logo apresentado o rol d'ellas com os seus nomes, moradas, officios ou occupaões ¹¹. N. R. J. art. 268.

⁹ O Assento 5.º de 23 de Novembro de 1779, declarou, que a Ord. liv. 3, tit. 20, § 22, mandando offerecer a escriptura junctamente com o libello, devia entender-se, de modo que possa ser apresentada, emquanto o julgador não tem determinado a absolvição da instancia, em consequencia da falta arguida pelo réo. Alguns jurisconsultos entendem, que ainda está em vigor o citado Assento, mas esta opinião é insustentavel na presença do art. 257 da Nov. Ref. Jud. (Correia Telles, *Fom. de Libel.* § 8. *Gazeta dos Tribunaes* n.º 2327).

¹⁰ As testemunhas moradoras fora do julgado devem ser inquiridas por carta precatoria, nos termos do art. 269, § 1—7 da N. R. J.

¹¹ Sendo as testemunhas do julgado, quando se deve apresentar o rol d'ellas? O art. 268 da Nov. Ref. Jud. determina que o rol das testemunhas se apresente junctamente com os articulados, que com ellas pretendem provar-se: mas o art. 306 diz, que póde juntar-se aos autos no cartorio até ao dia, em que se annunciar a abertura da audiencia geral. O Sr. Correia Telles, *Form. de libel.* § 9 diz, que estes artigos costumam a conciliar, e que é boa cautela, logo no fim do libello (ou de qualquer outro articulado) apresentar o rol das testemunhas. Outros, porém, fundados no art. 306, são de parecer que póde apresentar-se até ao dia, em que se annunciar a abertura de audiencia geral; ou até se fazerem conclusos os autos para se assignar dia de julgamento, com que tambem parece conformasse o proprio Sr. Correia Telles, *Man.* § 213. E é esta a opinião mais geralmente seguida no foro. Se examinarmos com attenção os citados artigos, e a sua collocação podem combinar-se as suas disposições. O art. 268 acha-se collocado no cap. 3, tit. 11 da Nov. Ref. Jud.; que tracta das causas que os juizes ordinarios julgam fora da sua alçada, mas que não excedem a alçada do juiz de direito; é portanto, a respeito d'estas que deve ser entendido este artigo. O art. 306 deve entender-se das causas, que

§ 331.

Não podem cumular-se no libello pedidos fundados em causas diversas. Decr. n.º 24, art. 62, § 1. N. R. J. art. 256 ¹².

§ 332

Depois de offerecido o libello, póde ser addido, isto é, emendado ou acrescentado sem mudança substancial da acção; deve porém preceder licença do juiz, e dar-se vista ao réo do duplicado, assignando-lhe um prazo conveniente para responder. Ord. liv. 1, tit. 48, § 14, e liv. 3, tit. 1, § 7, e tit. 20, §§ 7 e 8 ¹³.

Não estando o réo no julgado, deve ser citado para responder. Ord. liv. 3, tit. 20, § 8 (§ 205, n.º 2).

§ 333

Quando a addição do libello mudar a substancia da acção, o autor deve desistir da acção, pagar as custas, e fazer citar o réo para vêr

excedem a alçada do juiz de direito, que são as de que tracta o cap. 7, em que se acha collocado o citado artigo.

¹² *Aliter* o Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 6, § 24. Sr. Correia Telles, *Acç.* § 458; e *Man. do Proc. Civ.* § 189. A doutrina do Sr. Mello Freire é conforme á legislação antiga; mas o Sr. Correia Telles apesar da disposição expressa do Decr. n.º 24, ainda pretendeu no *Man. do Proc.* sustentar a sua opinião contraria, com o fundamento de que aquelle artigo fora revogado pela N. R. J. art. 256; porém tal revogação nem tacitamente se depreheende d'aquella disposição, e o mesmo sabio author posteriormente modificou um pouco a sua opinião no *Form. do Libel. Prenoç.* § 7.

* Em Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 20 de Maio de 1853 (Gaz. dos Trib. n.º 1734) se consigna a doutrina de não ser admissivel a acumulação de acções de especies e caracteres diferentes; porém a praxe ainda reage contra a lei.

Sobre a acumulação da acção criminal e civil vid. *Elem. do Proc. Crim.* §§ 44—51.

¹³ O Sr. Castro Neto nota ao art. 259 da N. R. J. fundado nas Ordenações citadas diz que a legislação antiga permittia, que o autor podesse addir o libello, durante as taes audiencias, que tinha para contrariar, e que o art. 260 da N. R. J. permite que a contrariedade possa ser addida.

O Accordão citado na nota (12) ao § 331 decidiu, que na réplica póde emendar-se e declarar-se o libello.

offerecer a acção com libello novo ¹⁴. Ord. liv. 3, tit. 1, § 7. N. R. J. art. 256 ¹⁵.

SECÇÃO 3.^a

Das excepções

§ 334

" Excepção diz-se em geral a defesa do réo para illidir o pedido do autor. Ha differença entre simples *contrariedade* e *excepção*. Se o réo illide a petição do autor, allegando cousa, com que directamente quer concluir a sua falsidade ou inconcludencia, chama-se *contrariedade*. Porém se allega factos, que, não destruindo a acção, comtudo, se se provarem, eximem do cumprimento da obrigação, ou ao menos perimem a instancia, chama-se excepção, como a de pagamento, a de incompetencia. " Sr. Rocha, *Inst de Dir. Civ. Port.* § 172. Pereira e Sousa, § 121. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 13, § 1. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2734 e 2735.

§ 335

As excepções são dilatorias, ou peremptorias. Ord. liv. 3, tit. 49 e 50. N. R. J. art. 316 ¹⁶. Dizem-se excepções dilatorias as que têm por

¹⁴ O Sr. Correia Telles, *Theoria da Interpr. das Leis*, § 116 diz, que o autor póde desistir da demanda, mas não com prejuizo do réo; v. gr., se este houver formado reconvenção, ou já tiver dado sua prova, etc. Correia Telles, *Acç. Introd.* n.º 5 (§ 396 nota 65).

* O Projecto doCodigo Civil, art. 2749 permittia a desistencia pura e simples em todo o estado da causa; e condicional, convindo a parte; e nos artt. 2750—2752 se estabelecem outras providencias relativas a este objecto. Aquelle artigo foi reformado, sendo supprimida a distincção de desistencia pura, ou condicional. E no art. 2750 se declara, que a desistencia da acção intentada, não importa a desistencia do direito, em que a acção se funda, nem inibe o desistente de intentar outra acção sôbre o mesmo objecto, salvo se as provas tiverem sido produzidas. Vejam-se as Observações do illustre vogal da comissão revisora doCodigo, o Sr. J. J. Paes da Silva a pag. 57; e Resposta do illustrado redactor doCodigo, o Sr. Seabra a pag. 112 e 113.

¹⁵ A Nov. Ref. Jud. determina no art. 256, quanto á addição do libello, que se observem as regras prescriptas em Direito: estas são as que apresentámos nos §§ 332 e 333, em conformidade com as leis; e doutrina de Pereira e Sousa, notas 266 e 267. Sr. Mello Freire, liv 4, tit. 10, § 4. Sr. Correia Telles no *Man. do Proc. Civ.* §§ 190 e 191.

fim demorar a acção, e não extingui-la ¹⁷; e peremptorias aquellas, que tendem a extinguir a acção em todo, ou em parte ¹⁸. Pereira e Sousa, §§ 122, 123 e 124. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 13, §§ 2, 3 e 4. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* §§ 63—71.

§ 336

As unicas excepções, que pela legislação actual têm processo especial e suspendem o andamento da causa principal são as de suspeição e incompetencia.

Estas devem ser offerecidas na 1.^a audiencia, para que fôr citado o réo, salvo se no progresso da causa sobrevier a alguma das partes motivo de suspeição.

As outras excepções dilatorias ou peremptorias devem ser offerecidas junctamente com a contrariedade em artigos separados, começando por ellas a defesa ¹⁹. N. R. J. artt. 316, 317 e 321. Sr. Seabra,

¹⁶ Esta é a divisão geral das excepções. N. R. J. art. 316; e n'ella se comprehendem muitas divisões e subdivisões, que fazem os nossos praxistas, e que podem ver-se em Pereira e Sousa, nota 281, nos §§ 122—129, e que se referem nas notas (17) e (18). O Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 13, §§ 2, 3 e 4 as divide em dilatorias, peremptorias, anomalias, perpetuas, temporaes, reaes, pessoaes e prejudiciaes. Vid. Sr. Peniz, §§ 200—209.

¹⁷ Estas dividem-se em tres classes: —1.^a das que se oppõem á legitimidade das partes litigantes, ou de seus procuradores; 2.^o das oppostas á jurisdição do magistrado; — 3.^a das que se oppõem ao mesmo processo. Pertencem á 1.^a classe as excepções de excommunhão, — falta de impetração de venia (§ 216), — falta de tutor, ou curador, — de espolio, — de falso e illegitimo procurador.

Á 2.^a classe pertencem as excepções de suspeição, — de incompetencia, ou declinatoria *fori*, — da prevenção ou litispendencia.

Á 3.^a classe pertencem as excepções — *inepti libelli*, — da moratoria, — do compromisso, — do pacto de não pedir a dívida antes de certo tempo, — da falta de implemento do contracto, — da excussão. Pereira e Sousa, §§ 125—128.

¹⁸ As excepções peremptorias dividem-se em duas classes: 1.^a das que perimem a acção *ipso jure*; 2.^a das que só a excluem por certas e justas causas.

Pertencem á 1.^a classe as excepções *rei judicatae*, — da transacção — do juramento, — da solução, — e da prescrição.

A 2.^a classe pertencem as excepções — do indebito, — do dolo, — do medo; — *non numeratae pecuniae*, — *non numeratae dolis*, — do senatusconsulto Macedoniano, — e do senatusconsulto Velleiano. Pereira e Sousa, § 129, vid. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2737.

¹⁹ Pela legislação antiga nas causas ordinarias as excepções dilatorias e peremptorias eram propostas antes de receber a contrariedade; e sendo recebidas, eram tractadas

Proj. do Cod. Civ. art. 2741. Lei do Processo Civil Hespanhol de 5 de Outubro de 1856, art. 254.

ARTIGO I

Das excepções de suspeição

§ 337

Quando o réo tem que oppôr as excepções de suspeição e a de incompetencia, ou declinatoria *fori*, deve primeiro propor a de suspeição²⁰. Ord. liv. 3, tit. 21, § 2, e tit. 49, § 1. Pereira e Sousa, § 127, e nota 289. Correia Telles, *Man.* § 193.

§ 338

O processo da excepção de suspeição póde ser um preparatorio da acção, que tem de propôr-se em juízo; ou um incidente do processo da causa principal. Quando é posta ao juiz pelo autor, deve-o ser, antes de propor a sua acção, e então é um preparatorio; e quando é offerecida pelo réo, tem logar na 1.^a audiencia, para que fôr citado, excepto quando sobrevem de novo (§ 353), e n'este caso é um incidente

ordinariamente por contrariedade, réplica e tréplica. A legislação novissima fez n'esta parte do processo uma alteração importante e conveniente, como se vê da doutrina do §. Em verdade, uma discussão ordinaria nas excepções protelava o processo indefinidamente com grave detrimento das partes, e da boa administração da justiça; mas como a novissima legislação manda que as excepções dilatorias e peremptorias (salvo as de suspeição e incompetencia) sejam offerecidas junctamente com a contrariedade; é não só conveniente, mas necessario, saber quaes estas eram pela antiga legislação, para que a sua materia, se deduza em artigos separados, como prescreve o art. 316 da N. R. J.; porisso no § 335 nota (17) c (18) apresentámos a resenha d'ellas. Vid. § 133, nota (15).

²⁰ O Sr. Mello Freire, liv. 4. tit. 13, § 5 *in fin.* segue 2 que a excepção declinatoria *fori* deve ser deduzida primeiro que a de suspeição, e funda-se para isto na Ord. liv. 3, tit. 49, § 2; mas confrontando esta disposição com a das Ordd. cit. se vê que a opinião de Pereira e Sousa é preferivel á do Sr. Mello Freire, e mais conforme a direito. Accrcsce que a excepção de suspeição priva immediatamente o juiz do conhecimento da causa principal, e da de suspeição quando a declinatoria não priva o juiz do conhecimento d'esta excepção; e se o juiz é suspeito para a causa principal, tambem o deve ser para a declinatoria; pelo que a excepção de suspeição deve primeiro ser proposta em juízo. Vid. Sr. Meirelles, *Rep. Jur.* n.º 920, nota.

da causa principal; porém a ordem do processo tanto em um, como em outro caso, é a mesma. N. R. J. artt. 318, 319, 364 e 366.

§ 339

O juiz ou escrivão de uma causa podem ser recusados de suspeitos ²¹:

1.º Se tiver interesse na causa. Ord. liv. 3, tit. 24, pr.

2.º Se fôr consanguíneo de uma dos litigantes até ao 4.º grau por Direito Canonico, ou cunhado. Cit. Ord. pr.

3.º Se fôr inimigo do recusante, ou amigo da outra parte, e d'ella tiver recebido dadivas. Guerr. *de recusat.* liv. 4, cap. 2 e 3 (²²).

Além d'estas causas póde ser recusado de suspeito o juiz:

4.º Se tiver procurado ou advogado na causa por uma das partes, ou dado por escripto o seu voto. Silva á Ord. liv. 3, tit. 21, § 5, n.º 5, e § 13, n.º 2.

5.º Se na causa em questão tiver proferida contra a parte algum despacho opposto ás Ordd. e Leis do reino. Ord. liv. 1, tit. 5, § 4.

6.º Se foi testemunha na causa, salvo se jurou que nada sabia. Ord. liv. 3, tit, 21, § 13 ²³.

²¹ Os magistrados da Ministerio Público poderão dar-sé e ser dados de suspeitos? A Provisão de 18 de Maio de 1799 declarou que não podia oppôr-se suspeição ao procurador geral da Corôa. Sr. Castro Neto, nota ao art. 759 da N. R. J. é de opinião que podem dar-se de suspeitos em alguns casos; e pondera que esta materia precisa de ser regulada, tanto mais que os escrivães, que não são julgadores, nem têm nos processos a influencia do Ministerio Público, podem ser declarados suspeitos. Vid. Peculio do procurador régio, vb. — *suspeição*.

²² Para proceder a suspeição dos escrivães, bastam causas mais leves, que as dos juizes. Silva á Ord. liv. 3, tit. 23, § 4. Sr. Meirelles, *Rep. Jur.* n.º 3071, nota.

²³ Se o juiz suspeito acabar o exercicio das suas funcções, e o feito ainda estiver no juiz, a quem passou o conhecimento, da causa pela suspeição, deverá este continuar a conhecer da causa, ou passará para o juiz, que entra de novo?

7.º Se alguma das partes fôr subalterno do juiz. Ord. liv. 3, tit. 24. pr.

8.º No caso dos artt. 792 e 1248 da Nov. Ref. Jud. e quando mesmo se não tenha opposto a suspeição ao juiz, verificada a hypothese d'aquelles artigos, as sentenças proferidas pelo juiz são nullas *ipso jure*²⁴. Vid. Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ. art. 2961—2967.

§ 340.

A suspeição não póde ser geral para todas as causas, mas só em causa determinada, Ord. liv. 3, tit. 21, § 3: e não póde ser admittida, depois da parte ter consentido d'elle ainda que tacitamente, excepto se a suspeição sobreveio de novo. Cit. Ord. pr. N. R. J. artt. 321 e 369.

§ 341

Na execução de sentença não tem logar a recusação do juiz por suspeito, Ord. liv. 3, tit. 21, § 28. Pereira e Sousa, nota 289; salvo se houver liquidação. Silva á cit. Ord. § 29, n.º 11²⁵. Pereira e Sousa, nota 875, e § 648 d'estes Elementos, 2.ª parte.

Meirelles, *Rep. Jur.* n.º 3063, nota, djz que deve continuar no juiz, em que se acha, porque aonde começaram as causas ahi devem findar; porém em contrário dizem outros que, cessando o impedimento do juiz, não póde o substituto continuar a conhecer da causa, pois o seu conhecimento pertence ao juiz que entra do novo; e que a regra — *ubi acceptum est semel judicium, ibi et finem accipere debet*, se refere, não á pessoa do juiz, mas sim ao juízo ou tribunal em que a causa foi instaurada.

Mas em favor da opinião de Meirelles ha a razão de utilidade e conveniencia, em que a causa seja julgada pelo juiz, que d'ella tem já conhecimento por ter sido instaurada e preparada por elle. Carré, parte 1.ª, secção 1.ª, art. 5, n.º 4.

E seria ainda hoje esta a nossa opinião, se a Lei de 18 de Junho de 1855, nos artt. 2 e 4, § 5, e 6, § 3, não consignasse o principio de que a jurisdição do juiz substituto acaba, logo que cessa o impedimento do juiz substituido. E porisso temos agora por mais segura a opinião de que o conhecimento da causa deve passar para o juiz, que entra de novo (§ 59, nota 29).

²⁴ A disposição do art. 792 é a seguinte: " Desde que for admittida, até que definitivamente seja decidida a acção (de perdas e danos), o juiz não poderá julgar causa alguma do seu autor, ou de algum seu descendente, ascendente, ou collateral até ao 2.º grau por Direito Civil, sob pena de nullidade das sentenças, que proferir ", e o art. 1248 concorda com esta disposição.

²⁵ Em vista do art. 6, § 2 da Lei de 18 de Julho de 1855, poderá ter logar a suspeição nas execuções? Parece-nos, que não sendo da mente do legislador estabelecer uma

Não póde ser dado de suspeito o juiz no processo crime preparatorio. Alv. de 26 de Abril de 1752, e Portarias de 1752, e Portarias de 14 de Fevereiro de 1838, e 8 de Março de 1839.

Tambem não, póde oppôr se suspeição ao juiz de paz, § 267. Meirelles, *Rep. Jur.* —vb *suspeito*.²⁶

§ 342

Se o juiz ordinario fôr suspeito ao autor, ou ao réo, o autor, antes de propor a sua acção, e o réo na audiencia, para que fôr citado, lhe exporão verbalmente os motivos da suspeição. Correia Telles, *Form. de Libel.* § 188 e nota.

Se o juiz a confessa, o escrivão toma nota no protocollo, e a causa é decidida pelo segundo em votos; se a não confessa, o escrivão toma nota no protocollo, e avisa o segundo em votos para na seguinte audiencia toma; conhecimento da suspeição; e ouvindo as partes, decidir verbalmente e sem recurso, se procede, ou não, a suspeição.

A decisão proferida sôbre a suspeição será lançada no protocollo. Se esta se julga procedente, fica juiz da causa o terceiro em votos; na falta d'êste será a causa decidida pelo juiz do anno anterior, ou por qualquer dos seus immediatos, seguindo-se a ordem da votação. N. R. J. art. 318, §§ 1—3 ²⁷.

providencia nova sôbre suspeições, se referiu no logar citado ao caso da liquidação, em que segundo o direito e praxe antiga podem os juizes ser dados de suspeitos.

²⁶ O juiz n'um inventario poderá ser dado de suspeito? Na Gazeta dos Tribunaes, n.º 1932 é sustentada a opinião affirmativa, em vista das Ordd. liv. 3, tit. 25, § 21 e seguintes, e liv. 4, tit. 96, § 26. Pereira e Sousa, nota 289, e Meirelles, *Rep. Jur.* v.b,—suspeição, dizem, que o juiz deve tomar *adjunto* na fôrma da Ord. liv. 4, tit. 96, § 25; mas como esta providencia não póde ter logar na actual organização judiciaria, entendemos que a excepção de suspeição deve ser admittida, e julgada conforme a lei.

²⁷ No caso, em que o juiz ordinario, e seus dois substitutos se tenham declarado suspeitos ou impedidos, ou tenham confessado suspeição, ou impedimento, seja em causa civil, ou execução pendentes, ou para intentar, excedendo estas a alçada do juiz de direito, a causa ou execução proseguirá, ou será intentada no juizo do julgado, cabeça

Se se julga improcedente, o juiz recusado é o competente para conhecer da causa. N. R. J. art. 265, § 2²⁸.

§ 343

Se o juiz de direito, que houver de julgar a final a causa, em que é preparador o juiz ordinario, fôr suspeito ao autor, ou réo; o autor antes de a propor, e o réo na primeira audiência, em que se houver de offerecer o libello, exporão verbalmente os motivos da suspeição, e reduzidos a escripto, o juiz ordinario remetterá o processo, com citação da parte, ao juiz de direito. N. R. J. art. 319, Correia Telles, Form. § 108.

§ 344

Apresentados os artigos de suspeição ao juiz de direito são estes distribuidos em audiência, e logo autuados pelo escrivão, vão conclusos ao juiz. Se este confessa a suspeição, lavra-se o competente termo, e o processo é reenviado, com citação da parte, ao juiz ordinario, para continuar no preparo da causa, sendo a final julgada pelo substituto do juiz de direito²⁹. N. R. J. artt. 219, § un., 364 e 367. Se não confessa, procede-se na fórmula referida no § 346.

§ 345

Quando a suspeição é posta imediatamente ao juiz de direito, por ser o instructor e julgador da causa, procede-se pela fórmula

de comarca, se alguma das partes assim o requerer. Lei de 18 de Julho de 1855, art. 6, § 2.

²⁸ N'este artigo não se fez distincção entre julgar procedente, ou não procedente; e provada, ou não provada a suspeição; confundem-se uma e outra cousa; a boa ordem pedia que primeiro fôsse julgado, se a materia da suspeição era, ou não, procedente, isto é, se as causas allegadas eram taes segundo o direito, que provadas, o juiz se tornava suspeito á parte: seguindo-se depois a prova, e decisão final, como determina o art. 760 nas suspeições oppostas aos juizes das Relações. Vid. Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 61, nota.

²⁹ Como as causas, que os juizes ordinarios dos julgados preparam, são as excedentes á alçada do juiz de direito, N. R. J. art. 303, é claro que confessada, ou julgada procedente a suspeição do juiz de direito n'estas causas, o juiz competente para as julgar a final é o substituto respectivo nos termos do art. 364.

dicta no § 343. E se o juiz confessa a suspeição, lavfa-se o competente termo, e a causa passa aos seus substitutos, segundo a ordem da nomeação para a prepararem e julgarem; e na falta ou impedimento de todos passa aos substitutos do anno ou annos antecedentes pela mesma ordem; mas estes sómente em quanto durar o impedimento dos substitutos actuaes.

Quando nenhum dos referidos substitutos possa despachar no feito; as partes se louvarão em um homem bom, que lhes sirva de juiz: se não se accordarem será seu juiz o da comarca mais vizinha, Lei de 18 de Julho de 1855, art. 2 e § un.³⁰; e n'esta última hypothese o processo não muda de distribuição, nem de juizo; prossegue com o mesmo escrivão e delegado da comarca, em que foi instaurado. Portaria de 26 de Março de 1860.

§ 346

Se o juiz de direito não confessar logo a suspeição; na mesma audiencia se louvará em um, ou tres arbitros, servindo o 3.º para o caso de empate, e o escrivão lhe continuara os autos com vista por vinte e quatro horas continuas para responder; findas ellas, os receberá com resposta, ou sem ella, e os fará conclusos aos arbitros³¹, os quaes julgarão a suspeição sem recurso algum. O juiz, que recusar a entrega dos artigos, entende-se confessar a suspeição, e o escrivão passará d'isso certidão ao autor sob pena de suspensão.

Se a suspeição é julgada procedente, no preparo e julgamento da causa se observa o exposto no § 345; sendo porém julgada improcedente, o juiz recusado é o competente para conhecer da causa, e

³⁰ Pela N. R. J. art. 364, a causa passava ao juiz ordinario da cabeça de comarca para a preparar e julgar, se coubesse na sua alçada; e excedendo-a, era por elle preparada, mas julgada pelo substituto do juiz de direito. Porém os juizes ordinarios dos julgados, cabeça de comarca, foram extintos pela Lei de 18 de Julho de 1855, art. 1 (§ 48, nota a).

³¹ Os arbitros devem primeiro prestar juramento.

o recusante será condenado pelos arbitros em uma multa de cinco até vinte mil réis. N. R. J. artt. 365, §§ 1 e 2, e 366 ³².

§ 347

Quando a suspeição é oposta a algum juiz da Relação, deverá ser deduzida na sessão, em que o feito fôr distribuído, salvo se sobrevier de novo.

Para ser admittida a suspeição, é necessario — que seja deduzida em requerimento por — *Itens*, — dirigido ao presidente da Relação, — e que se junctem logo os documentos, que a comprovem, ou se declarem as testemunhas, que houverem de jurar.

O presidente apresentará o requerimento em mesa, e retirando-se logo o juiz, ou juizes dados de suspeitos, aquelle, a quem toca por distribuição, com os dois seguintes, decidem, se a suspeição, sendo provada, procede. Declarando-se que não procede, manda-se continuar o feito com os mesmos juizes; no caso contrário manda-se que o recusado ou recusados respondam até a primeira sessão; e se, passada esta, não responderem, ou confessarem a suspeição, será logo julgada provada e o feito entrará em nova distribuição, se o recusado é relator; se o não era, toma-se nota para o recusado não votar na causa.

Negando o recusado a suspeição; as partes se louvarão em um juiz da Relação para a julgar; mas não concordando em um só, cada uma das partes nomeia seu juiz, e o presidente faz tirar é sorte um terceiro para o caso de empate.

³² Ainda n'estes artigos apparece a confusão entre julgar procedente, ou julgar provada a suspeição; parece-nos regular e adoptavel a práctica, que ensina o Sr. Correia Telles no § 64 do *Man. do Proc. Civ.* deduzida a *simili* do art. 760; — e n'esta conformidade devem os arbitros declarar primeiro, se a materia da suspeição é procedente, e no caso affirmativo devem ouvir verbal e summariamente o recusante, e a prova, que quizer dar, julgando a final provada, ou não provada a suspeição.

O processo da suspeição deve terminar em dez dias: as testemunhas, havendo-as, serão inquiridas na Relação; e durante este processo, fica parado o feito principal. N. R. J. artt. 759, 760 e 761.

§ 348

Ao Supremo Tribunal de Justiça compete conhecer das suspeições oppostas á maioria dos juizes de qualquer Relação; ou ao presidente d'ella na qualidade de juiz; e designar a Relação, que ha de julgar a causa, quando a suspeição fôr procedente; excepto quando fôr posta ao presidente da Relação de Ponta Delgada, ou Gôa na qualidade de juiz, porque d'ella conhece a respectiva Relação ena sessão plena. 1.º Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 11, e § un.

§ 349

Quando houver de oppôr-se suspeição aos conselheiros, ou secretario do Supremo Tribunal de Justiça, deve ter logar no acto, da distribuição; excepto se sobreveio de novo.

A ordem do processo nas suspeições aos conselheiros é a referida no § 347; e a mesma se observará no que fôr applicavel, em quanto a suspeição opposta ao secretario.

Procedendo a suspeição posta a algum conselheiro entrará o feito em nova distribuição.

E procedendo a que foi opposta ao secretario, escreverá por elle o official da secretaria, e na sua falta ou impedimento um dos amanuenses. N. R. J. art. 800, e §§ 1 e 2.

§ 350

Nas Relações dos Açores e Gôa, quando forem suspeitos tantos juizes, que não haja número legal de não suspeitos, que possam

julgar, passa a causa para a Relação de Lisboa, para ahi ser julgada. N. R. J. art. 46, *Elem. do Proc. Crim.* § 15.

§ 351

As suspeições aos escrivães dos juizes ordinarios, ou de direito são opostas verbalmente em audiencia no acto da distribuição, ou seguidamente a ella. Se o escrivão recusado confessar a suspeição, será a causa immediatamente distribuida a outro: se a não confessar, será nomeado outro escrivão para escrever na causa durante o processo da suspeição. Se todos os escrivães forem suspeitos, louvam-se as partes em quem haja de escrever, e o nomeado tomará juramento da mão do juiz. N. R. J. artt. 320 e 368, e § 2.

§ 352

A suspeição posta ao escrivão do juiz ordinario escreve-se no protocollo; e é chamado o juiz immediato em votos: para a julgar verbalmente. N. R. J. artt. 318, § 1, e 320.

Sendo a suspeição oposta ao escrivão do juiz de direito, deve o recusante deduzir artigos até a primeira audiencia seguinte. Não sendo os artigos apresentados na dicta audiencia, o escrivão fica competente para escrever no processo. Porém se forem apresentados, devem as partes louvar-se em arbitros; seguindo-se os mais termos do processo marcados no art. 365 na parte, que thê fôr applicavel. N. R. J. art. 368, § 1 ³³.

Quando, no progresso da causa sobrevem a alguma das partes motivo de suspeição contra os juizes ou escrivães, ou sejam da 1.^a, ou da 2.^a instancia, e ainda do Supremo Tribunal de Justiça, póde logo oppô-la, jurando que lhe sobreveio de novo. N. R. J. artt. 321, 369, 762 e 800.

³³ O Sr. Castro Neto, nota 6 ao art. 759, observa que a N. R. J. não tracta das suspeições postas aos escrivães da Relação, e que parece, que quando se dêr esta hypothese, deve proceder-se á imitação do que dispõem os artt. 320, 368 e 801, § 2.

§ 354

A qualquer juiz, ou escrivão é permittido dar-se de suspeito, declarando-o assim com juramento dentro em tres dias, depois do feito lhe ser apresentado. Ord. liv. 3, tit. 21, § 18. E ainda passados tres dias a podem fazer, mas têm de pagar as custas do retardamento em dobro. Cit. Ord.

ARTIGO II

Da excepção de incompetencia, ou declinatoria *fori*

§ 355

A excepção de incompetencia deve ser apresentada, pelo réo na 1.^a audiencia, para que fôr citado, verbalmente, ou por escripto ³⁴: ou ella seja opposta ao juiz ordinario como julgador, ou como preparador; ou seja opposta ao juiz de direito, que tem a julgar da causa a final ³⁵. N. R. J, art. 317, § un.

§ 356

Se a excepção é opposta ao juiz ordinario, este a deve decidir na mesma audiencia, ou na seguinte, tomada a decisão por termo nos autos. Sendo opposta ao juiz de direito, que ha de julgar a causa a final, o juiz ordinario a manda lançar no auto ou termo da audiencia, e assignar pelo réo, ou seu advogado, quando tenha sido apresentada verbalmente, e a remette immediatamente, com citação das partes, ao juiz de direito. N. R. J. art. 317, pr. e § un.

³⁴ Quando o réo tem que oppôr a excepção de suspeição a incompetencia, deve primeiro offerecer a de suspeição, § 337.

³⁵ A N. R. J. não falla da declinatoria, quando é opposta ao juiz de direito directa e immediatamente nas causas, que elle prepara e julga; comtudo as suas disposições tambem têm applicação n'esta hypothese.

§ 357

" Para a decisão d'esta excepção o juiz deve ouvir verbalmente o autor; e se o réo excipiente carecer de dar prova de testemunhas, como se allegar que o seu domicilio é fóra da jurisdição do juiz, deverá inquiril-as, e formar um processo verbal deste incidente em um auto de audiencia de modo, que a sua decisão possa ser justa. " Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 195 ³⁶.

§ 358

Das decisões e despachos proferidos pelos juizes ordinarios tem logar o agravo de petição para o juiz de direito da comarca; e dos proferidos pelos juizes de direito compete o agravo de petição ou de instrumento ³⁷ para a Relação; e das decisões da Relação cabe o recurso de revelia.

Estes recursos têm logar, ainda que a causa caiba na alçada do juiz. N. R. J. art. 317, e Lei de 19 de Dezembro de 1843, art 1 ³⁸.

³⁶ Esta é a prática, que ensina o Sr. Correia Telles, e que tem sido adoptada no foro; e assim se tem de alguma forma supprido a deficiência das provisões da N. R. J., que no julgamento d'estas excepções prescrevem uma ordem do processo summarissima, e quasi tumultuaria, como diz o Sr. Correia Telles.

³⁷ Em quanto pende a excepção declinatoria, suspende-se todo o conhecimento da causa. Assento 1 de 23 de Março de 1786, Pereira e Sousa, nota 290. E tanto que, se o juiz desprezar a declinatoria, e se agravar de instrumento, suspende-se o conhecimento da causa até á decisão da Relação, Pereira e Sousa, nota 652; não obstante não ser o agravo de instrumento suspensivo senão causativamente, e em quanto se prepara o instrumento de agravo.

³⁸ Esta mesma forma de processo, referida nos §§ 356 e 357, se observa, quando a excepção de incompetencia é opposta directamente ao juiz de direito nas causas, que elle prepara e julga; não obstante a N. R. J. não faltar expressamente d'esta hypothese.

SECÇÃO 4.^a

Da autoria

§ 359

Autoria é o acto judicial, pelo qual o réo demandado chama a juízo aquelle, de quem houve a cousa demandada, para que a defenda. Pereira e Sousa, § 158 ³⁹.

§ 360

Tem pois logar a autoria todas as vezes que o réo é demandado por uma cousa, que recebeu de outro, o qual lhe é responsavel pela evicção d'ella. Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 494. Cod. Com. art. 479. ⁴⁰

§ 361

Quando o réo tiver de chamar alguém á autoria, deverá declarar-o na audiencia ⁴¹, para que fôr citado, ou depois de decididas as

³⁹ A faculdade de chamar á outoria só compete ao réo em vista do art. 322 da N. R. J. e Ord. liv. 3, tit. 44 e 45. Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 11 de Março de 1856 (Gazeta dos Tribunaes, n.º 2144).

⁴⁰ A evicção terá logar, quando o réo é demandado por uma cousa obtida por titulo gratuito? Pereira e Sousa, art. 349, e Meirelles, *Rep. Jur.* vb. — *evicção*, e outros jurisconsultos, entendem que a Ord. o permite no liv. 3, tit. 45, §§ 2 e 4. O Sr. Coelho da Rocha, *Inst. de Dir. Civ.* § 743 opina, que só tem logar nas aquisições por titulo oneroso. Adoptâmos esta opinião por mais conforme ao que dispõe a cit. Ord. liv. 3, tit. 45, § 11, que exemplificando os titulos, pelos quaes deve ser alcançado o objecto, porque possa verificar-se a evicção, menciona a compra e troca, e diz em seguida — *ou por qualquer semelhante titulo*, d'onde se deduz, que não pode preceder, tendo o objecto havido por titulo gratuito, que é muito differente dos titulos onerosos de compra e troca. E não sendo este ponto bem explicito na Ord. deve ser interpretado pelo direito, romano, que na lei 18, § 3, Dig. *de donat.* não concede a evicção contra o doador, nem seria razoavel, que a liberalidade fôsse damnosa áquelle, que passou uma concessão gratuita. Esta doutrina foi consignada pelo Sr. Seabra no *Proj. do Cod. Civ.* art. 1102.

⁴¹ Esta audiencia é sempre a segunda posterior á citação. Sobre este ponto veja-se o Sr. Correia Telles, *Man.* § 499, cuja doutrina é mais razoavel, porém não parece conforme á disposição da lei.

excepções de incompetencia e suspeição ⁴²; e o juiz lhe assignará termo para o citar para ella que não exceda o prazo de quinze dias ⁴³, durante o qual se suspenderá o curso da causa. N. R. J. art. 322.

§ 362

Se o chamado á autoria fôr morador em diverso julgado e comarca, deve ser citado por precatoria, e o juiz lhe assignará para o seu comparecimento o prazo de quinze dias até dois mezes conforme a distancia ⁴⁴(§ 199). Mas estando fóra do reino, prosegue a causa seus termos; e quando appareça, a recebe no estado, em que se acha, sendo-lhe licito allegar de novo o que lhe convier. Ord. liv. 3, tit. 45, pr.

§ 363

Aquelle, que fôr chamado á autoria pelo réo, póde chamar outro, de quem houve a cousa, e assim successivamente, até chegar ao, primeiro vendedor. E o juiz concederá a cada um d'estes novo prazo para fazer o chamamento da pessoa, que elles indicam. Ord. liv. 3, tit. 44, § 1, e tit. 45, § 1, e Pereira e Sousa, § 166.

⁴² Tractamos n'esta secção da autoria em seguida ás excepções, e antes da contrariedade, por ser esta a ordem natural das materias em vista das disposições da N. R. J. como se vê do cit. art. 322.

⁴³ O prazo de quinze dias, que a N. R. concede para a citação do chamado á autoria, e demasiado curto; porque muitas vezes não cabe no possível verificar n'este prazo uma citação, estando o citado em julgado distante, e na extremidade do reino; pelo que diz, com razão, o Sr. Correia Telles na nota (a) ao § 206 do *Man. do Proc. Civ.*, que era mais bem concebida a Ord. liv. 3, tit. 45, pr., que deixava ao arbitrio do juiz assignar o tempo conveniente conforme a distancia dos logares. O mesmo Sr. Correia Telles, para obviar aos inconvenientes d'esta disposição, no § 495 diz, que se o chamado á autoria for de diverso julgado, deve-se expedir precatoria citatoria, e então o juiz deve assignar prazo razoavel conforme a distancia, e na fórma do art. 205, § 1 da N. R. J. (§ 198). Portanto o prazo dê 15 dias deve entender-se, quando a citação tiver de fazer-se dentro do mesmo julgado, ou comarca. Vid. Correia Telles. *Form. de libel.* § 110, nota, e Meirelles, *Rep.* vb. — *autoria*.

⁴⁴ Adoptamos esta doutrina pelas razoes expostas na nota (38) ao § antecedente; e mesmo porque a disposição do art. 322 só se deve entender dos chamados á autoria, sendo moradores no mesmo julgado; pois quanto aos moradores em diverso julgado, que têm de ser citados por precatoria, devem a seu respeito observar-se as disposições geraes da lei em casos identicos, e estas são as do art. 205, § 1 da N. R. J. e Decr. n.º 24, art. 69.

§ 364

Se o chamado á autoria comparece, e declara que toma a defesa da causa, o juiz manda lavrar termo d'essa declaração, que será assignado por elle, e pelo chamado á autoria, e com este prosegue a causa, N. R. J. art. 322, § 1, sem que seja precisa conciliação. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 1, n.º 7.

§ 365

Se o chamado á autoria não comparece, ou comparecendo se recusar a defender a causa, o juiz manda lavrar termo d'essa declaração ou nota de revelia, o assigna-se ao réo prazo para contrariar, N. R. J. art. 322, § 2. N'este caso o réo é obrigado a defender a causa, e a segui-la fiel e verdadeiramente até á instancia superior; e decaindo, tem direito a haver d'aquelle, de que a cousa demandada, todas as perdas e interesses. Ord. liv. 3, tit. 45, § 3, e Pereira e Sousa, § 164.

§ 366

A autoria tem logar em todas as acções sôbre cousa movel, ou de raiz; e nos crimes civilmente intentadas. Ord. liv. 3, tit. 44, pr. e tit. 45, § 2. Pereira e Sousa, § 159, e nota 350 (§ 360, nota).

§ 367

Compete chamar outrem a autoria áquelles, que possuem em seu nome proprio; ex. gr., ao proprietario, ao usufructuario, e ao emphyteuta.

O inquilino, rendeiro, feitor, ou procurador possuem, em nome alheio; e porisso, sendo citados, não devem contrariar o libello, mas declarar por termo, em nome de quem possuem ⁴⁵; e se o autor quizer proseguir a causa, deve citar o verdadeiro possuidor no foro do seu

⁴⁵ A este acto chama Lobão nomeação á autoria. *Seg. Linh.* nota 349, n.º 3.

domicilio, ou no foro *rei sitae*, se possuir ha menos de anno e dia. Ord. liv. 3, tit. 45, § 10. Pereira e Sousa, nota 351.

Se o réo não declara o possuidor, em cujo nomo possui, e contraria o libello, é condemnado nas perdas e danos, que da demanda resultarem ao autor. Lobão, *Seg. Linh. Civ.* nota 351. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2725.

§ 368

Podem ser chamados á autoria todos aquelles, de quem se houve a cousa demandada, ou seus herdeiros; sendo muitas as pessoas, de quem o réo houve a cousa, não basta a citação de uma só, é necessario que todas ellas sejam citadas. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 585. Pereira e Sousa, § 161, e notas 352 e 353. Lobão, *Seg. Linh. Civ. ibidem* ⁴⁶.

§ 369

O chamado á autoria deve responder no juizo do réo, por quem foi chamado: excepto sendo este rendeiro, feitor, ou procurador. Ord. liv. 3, tit. 45, § 10 (§ 367). Pereira e Sousa, § 162. Sr. Peniz, § 197. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 580.

§ 370

Quando qualquer é demandado solidariamente, e ha mais pessoas responsaveis, requer ao juiz lhe conceda um prazo para os chamar á demanda; taes são — os casos dos artt. 346 e 658 da N. R. J.;

⁴⁶ Já vimos o modo, como deviam ser citados os chamados á autoria; § 362. Mas quanto aos ausentes em parte incerta? " Este caso é omisso na Ord. diz Lobão cit. n.º 2; e parece que pela Ord. liv. 3, tit. 1, § 8, devia haver aqui citação edictal; porém o Direito Romano não a exige. " E conclue contra a opinião de Solan, cog. 36, que diz — que a sentença final prejudica a este ausente, não citado por edictos; porque não ha differença entre este caso e o figurado na Ord. liv. 3, tit. 5, pr., que deve ser applicada aos ausentes em parte incerta.

— o do fiador e principal pagador, que póde chamar a demanda o devedor, se não tiver sido pelo credor; e outros analogos.⁴⁷

§ 371

São effeitos da autoria: 1.º ter o réo acção contra aquelle, de quem houve a cousa demandada ⁴⁸. Ord. liv. 3, tit. 45, § 3; 2.º poder o réo, chamado á autoria, usar da reconvenção contra o autor, quando toma a defesa da causa (§ 364). Pereira e Sousa, nota 362; 3.º fazer-se a causa commum ao réo e ao chamado á autoria. Pereira e Sousa, § 168.

SECÇÃO 5.^a

Da contrariedade

§ 372

Contrariedade (não sendo por negação) é a refutação do libello, feita por artigos, na qual se conclue a absolvição do réo em todo ou em parte. Pereira e Sousa, § 140 ⁴⁹. Vid. Sr. Peniz, § 188 e seguintes.

⁴⁷ Ha differença entre chamar á autoria, e á demanda. Lobão, *Seg. Linh.* nota 349, n.º 2, divide a autoria ou enunciação em necessaria e voluntaria; e segundo esta divisão o chamamento á demanda, de que fallámos n'este §, importa a autoria voluntaria. O Sr. Peniz, § 194, a divide em formal e simples; a formal é a autoria propriamente dicta; e a simples é o chamamento á demanda.

⁴⁸ Tem sido disputado, se terá legar a evicção contra aquelle, que não foi chamado á autoria. Lobão, *Tract. dos Prazos*, § 1286, e *Suppl. ás Seg. Lin.* Diss. 1.^a, § 9 diz, que sim, e que esta é a nossa antiga práctica. No Cod. Civ. Fr. art. 1640, e nos da Austria e Prussia é seguida, no contracto de compra e venda, a mesma opinião, sendo sómente aliviado o vendedor, provando que o comprador não allegou na causa os meios sufficientes de defeza, que tinha e devia allegar. Em vista, porém, da Ord. liv. 3, tit. 45, § 3, do Cod. Com. art. 479, e das Leis 8 e 9, *Cod. de evict.*, é preferivel a opinião contrária, a qual adoptou o *Proj. do Cod. Civ.* no art 1107. Vid. Sr. Rocha, *Inst. de Dir. Civ.*, § 813 e nota.

⁴⁹ A contrariedade é affirmativa, ou negativa. Affirmativa, quando o réo não nega a verdade do facto proposto no libello, mas nega a responsabilidade. Negativa, quando nega a verdade do facto peduzido no libello em todo, ou em parte.

Tambem se divide em geral, e especial, a geral, quando o réo geralmente nega a intenção do autor. Especial, quando o réo responde a cada um dos artigos do libello. Pereira e Sousa, §§ 141 e 142.

§ 373

A contrariedade póde ser por negação; e então não ha refutação do libello por artigos e verifica-se a negativa geral: n'este caso não ha réplica nem tréplica, e acabam as allegações articuladas da causa. Pereira e Sousa, nota 332, e N. R. J, art. 262 ⁵⁰.

§ 374

Quando porém a contrariedade não é por negação, a sua materia deve ser deduzida por artigos, em que se refute a materia de facto e de direito, em que se fundar o libello. Se ha excepções peremptorias, ou dilatorias, são deduzidas na contrariedade em artigos separados, começando por elles a defesa⁵¹ (§ 336). N. R. J. art. 316.

No fim da contrariedade deve o réo impugnar o valor da causa dado pelo autor, se n'elle não concorda: aliás, por elle se regula a competencia do juiz, e a fórma do processo. N. R. J. artt. 246, 248, § 6, e 264, § 2 (§ 230).

Se o réo tiver que intentar acção contra o autor, assim o declara na sua contrariedade. N. R. J. art. 315, § 1. Vid. secção 6.^a da *Reconvenção*.

⁵⁰ Como a réplica é a refutação articulada da contrariedade, sendo esta por negação não ha como refutar, e porisso seguem-se oa termos da causa ordenados pela lei depois de findos os articulados.

Quando porém a negativa se resolve em affirmativa; ou é coarctada a certo tempo e lugar, então na fórma da Ord. liv. 3, tit. 53, § 10, e liv. 5, tit. 124, § 1, pode provar-se, e deve porisso ser articulada, isto é, deduzida por artigos.

⁵¹ Sendo a contrariedade por negação poderá a materia das excepções expor-sé nas reflexões juridicas, sendo consistente: em factos, que se provam por documentos, ou fundada em direito?

Alguns jurisconsultos entendem que todas as excepções, afora as de suspeição, e declinatoria *fori*, devem, ser apontadas na contrariedade em vista do art. 316 da Nov. Ref. Jud. Como a materia de direito; e os factos provados por documentos podem allegar-se a todo o tempo, e até em embargos ás sentença, como se vê dos artigos 274, § 2. 251, 281, § 3, e 721, § 1 da N. R. J. temos a opinião contrária, por mais conforme ao espirito da lei. Vid. Gazeta dos Tribunaes n.º 1476.

§ 375

A contrariedade deve ser assignada pelo réo ou por seu procurador, e offerecida em duplicado dentro do prazo das tres audiencias, que lhe foram assignadas; na audiencia, em que fôr apresentada é o autor apregoado primeira e segunda vez para receber o duplicado, e se lhe assignam duos audiencias para replicar. N. R. J. artt. 259 e 260.

Não sendo offerecida a contrariedade no prazo marcado, o feito prosegue á revelia. N. R. J. art. 266 ⁵².

§ 376

A contrariedade deve ser acompanhada dos documentos, em que se funda, ou que se menciona, pena de não serem mais recebidos. N. R. J. art. 260.

Quando o réo fundar a sua defesa, ou algum ponto d'ella em titulo, que seja necessario mandar vir de fora, assim o deve declarar na contrariedade em uma nota ao artigo, ou artigos respectivos, pedindo prazo para a sua apresentação. O juiz, deferindo-lhe juramento de calúnia, póde conceder-lhe um prazo não excedente a quatro mezes.

⁵² Poderá ser offerecida a contrariedade depois de passadas as tres audiencias, antes que verifique o lançamento? Em alguns juizos costuma admittir-se a contrariedade, bem como a réplica e tréplica, até que a parte seja lançada do articulado. Julgam que o negocio está *re integra* antes de se effectuar o lançamento, e que até então é licito purgar a mora. Como, porém, os termos marcados na lei para a apresentação dos articulados são peremptorios, como se depreheende da Ord. liv. 3, tit. 20, § 19, e dos artt. 263, 266, 490, § 4, e 1113 da Nov. Ref. Jud., entendemos, que, passadas as tres audiencias, já não póde ser offerecida a contrariedade, embora o lançamento deixasse de ser effectuado na 3.^a audiencia. Vid. Gazeta dos Tribunaes n.ºs 1755 e 2086.

Havendo legítimo impedimento poderá receber-se a contrariedade fora do prazo legal pelo beneficio da restituição? A Ord. Liv. 3, tit. 20, §§ 19 e 44 o permite ainda depois do lançamento, e ha opiniões de que deve observar-se esta disposição, não obstante a doutrina do art. 266 da N. R. J.; principalmente porque o art. 683 diz, que nos casos em que por direito tenha logar o beneficio da restituição, o Tribunal para que se recorreu fôra do termo legal, conhecerá d'elle summariamenle, ouvida a parte. Outros porém entendem, que a disposição generica da cit. Ord. a respeito do beneficio de restituição em termos do processo, foi restringida pelo art. 683 da N. R. J. aos prazos dos recursos. (Vid. nota ao § 380).

Se o réo pedir este prazo maliciosamente, e decair da demanda, ou por não apresentar o título, ou por elle não fazer a bem de sua, justiça, será condemnado em multa dobrada. N. R. J. art. 261.

A contrariedade póde ser declarada e addida conforme direito. N. R. J. art. 260 (§§ 332, 333, e notas).

§ 377

Se no libello, contrariedade ou réplica se junctarem alguns documentos, o escrivão no dia immediato continuará os autos ao advogado da parte contrária, para este poder examinar os documentos, e em vista d'elles fazer o competente articulado; e cobral-os-ha, logo que passar a audiencia, em que este articulado deve ser offerecido; e não os entregando, se passará mandado de cobrança contra o advogado, N. R. J. art. 264; observando-se os termos prescriptos no art. 35 da Lei de 16 de Junho de 1855 (§ 158).

§ 378

Se algum, ou alguns dos factos deduzidos na contrariedade houverem de ser provados por testemunhas, que sejam moradoras fóra do julgado, deve o réo offerecer com a contrariedade o rol das testemunhas com a declaração de seus nomes, moradas, officios, e occupaões; e nenhuma das partes poderá produzir mais de oito testemunhas a cada um dos factos, que deduzir ⁵³. N. R. J. art. 268, e § 1. Quanto ás testemunhas do julgado. Vid. § 330, e notas (10) e (11).

⁵³ O rol de testemunhas poderá ser addicionado, nomeando-se outras até ao número legal, e intimando-se os seus nomes, moradas e misteres á parte? Alguns fundando-se no art. 268. § 2 da N. R. J. dizem, que não, porque este artigo só permite a substituição no caso de ausencia, morte, ou impossibilidade da testemunha. Outros seguem a affirmativa; porque, se a parte estava em tempo de as nomear todas, não ha razão para que lhe seja inhibido addicionar as já nomeadas. Esta é a praxe, que está em harmonia com a disposição do art. 1115, a respeito do processo criminal, e com o fim do processo, que é achar a verdade do facto, e realizar o direito. Vid. Gazeta dos Trib. n.ºs 2673 e 2695.

SECÇÃO 6.^a

Da reconvenção

§ 379

A reconvenção é a acção proposta pelo réo contra o autor perante o mesmo juízo, em que é demandado. Pereira e Sousa, § 135.

§ 380

O réo, que tem de intentar a acção contra o autor, deve declarar-o na contrariedade, e propor a acção dentro em 15 dias ⁵⁴, contados do offerecimento d'aquella contrariedade; requerendo no fim do libello d esta acção com certidão da causa, em que fôr demandado, que uma e outra sejam julgadas no mesmo dia. N. R. J. art. 315, § 1.

§ 381

A reconvenção tem lugar em todas as causas reaes, ou pessoaes; excepto 1.º nas causas de appellação; 2.º nos crimes criminalmente intentados; 3.º nas de depósito, ou guarda; 4.º nas de força; 5.º nas executivas; 6.º nas tractadas perante arbitros

Se alguma das testemunhas dadas em rol se ausentar para logar certo, deverá ser substituída nos termos do art. 268, § 2 da N. R.; ou deverá ser citada por carta precatoria? Na Gazeta dos Tribunaes n.º 2456 se sustenta, que deve ser citada por carta precatoria, nos termos do art. 269 da N. R.; e que o citado art. 268, § 2 se deve entender a respeito dos que se ausentam para parte incerta; mesmo porque em materia de provas devem estas antes ampliar-se do que restringir-se.

⁵⁴ Antes da Lei de 16 de Junho de 1855, que no art. 1, n.º 8, declarou exemptas da conciliação as — *reconvenções*; foi questão muito debatida no foro, se n'ellas era preciso este preliminar (Gazeta dos Tribunaes, n.º 1779). E como as decisões dos tribunaes eram pela afirmativa, e o prazo de 15 dias para propor a acção não era sufficiente, quando tinha de haver conciliação prévia, entendeu-se, que aquelle prazo só deveria ser assignado peto juiz, depois da apresentação da conciliação, pelas razões, que podem vêr-se na nota a este § 380, que vem na 3.ª edição d'estes Elementos. Hoje, como não ha o preliminar da conciliação nas reconvenções, cessou esta dúvida.

* Em Accordão da Relação de Lisboa de 6 de Novembro de 1843 se decidiu, que havendo legítimo impedimento podia o libello offerecer-se passados os quinze dias; e declarou que a reconvenção devia correr perante o mesmo, juiz e escrivão da causa principal. (Gazeta dos Tribunaes n.º 332).

compromissários⁵⁵. Pereira e Sousa, § 137. Ord. liv. 3, tit. 33, §§ 4 e 5, e N. R. J. art. 315.

§ 382

É além d'isto necessario, para ter logar a reconvenção, que o juiz, perante quem é proposta a acção, tenha jurisdição para julgar a reconvenção; porque a prorrogação legal, que se opera na reconvenção, só se verifica, quando a jurisdição do juiz é prorogavel; e a incompetencia só diz respeito á pessoa; porque sendo a incompetencia em razão da causa, é a jurisdição improrogavel; e não tem logar a reconvenção (§§ 185, 186 e 187). Pereira e Sousa, nota 338. N. R. J. art. 316.

§ 383

Podem recolher todas as pessoas habéis para proporem em juizo as suas acções. Não póde porém reconvir o réo, que declina o foro; e o autor, a quem o réo recontem, não póde reconvir outra vez o réo.

Podem ser reconvidos todos os autores, excepto se estes vêm a juizo em nome alheio, como o tutor; e não assim o procurador, quando este tem intentado a acção. N. R. J. art. 201, § 1. Tambem não póde o autor ser reconvido pelo réo chamado a autoria, excepto se toma a si a defesa da causa. Ord. liv. 3, tit. 45, § 70. Pereira e Sousa, nota 316. Vid. § 371, n.º 3.

§ 381

A reconvenção deve ser proposta no mesmo juizo, em que o réo é demandado. Ord. liv. 3, tit. 33, § 3, e N. R. J. art. 315, § 2.

Em regra a citação para a reconvenção deve ser pessoal: mas póde ser na pessoa do prorurador, tendo este intentado a acção, ainda que

⁵⁵ Vid. §§ 79 e 186.

na procuração haja a clausula de reserva. N. R. J. art. 201, § 1⁵⁶ (§ 204. n.º 2). Vid. Pereira e Sousa, § 135, e notas 220, n.º 3, 315 e 328 *in fin*.

§ 385.

O autor reconvido pelo réo não póde declinar do juiz, nem dallo de suspeito, Ord. liv. 3, tit. 33, § 3; salvo se sobrevier nova causa de suspeição. Ord. liv. 3, tit, 21, pr. Vid. § 336.

SECÇÃO 7.^a

Da réplica

§ 386

Réplica é a allegação articulada do autor, em que se refuta a contrariedade do réo. Pereira e Sousa, § 146.

A réplica só tem logar nas causas ordinarias: póde fazer-se por negação absoluta; mas sendo articulada, e contendo alguma exposição de facto ou de direito, deve ser em duplicado: e no fim d'ella póde o autor responder ás observações do réo ácerca do valor da causa. N. R. J. artt. 253, § 2 e 263.

§ 387

A réplica deve ser offerecida dentro das duas audiencias, que lhe foram assignadas; e o réo é apregoado, e se lhe assignara duas audiencias para treplicar, e recebe o duplicado estando presente. Se o autor não a apresenta, é lançado, e seguem-se os termos do processo á revelia: e póde o réo antes da conclusão requerer absolvição da instancia⁵⁷. N. R. J. artt. 263, 266 e 490, n.º 4.

⁵⁶ Alguns entendem que o art. 201, § 1 da N. R. J. deve ser interpretado a respeito do procurador geral; e não a respeito do simples advogado, ou procurador da demanda.

⁵⁷ O simples lançamento da réplica, não desamparando depois o autor o feito, é fundamento sufficiente para absolver o réo da instancia? Alguns sustentam a affirmativa,

SECÇÃO 8.^a

Da réplica

§ 388

Tréplica é a alegação articulada do réo em refutação da réplica: esta póde fazer-se por negação, e então não tem logar a deducção por artigos. No fim da tréplica deve o réo responder ao allegado pelo autor na réplica ácerca do valor da causa, quando não estão concordes. Pereira e Sousa, § 151. N. R. J. art. 254, § 2.

§ 389

A tréplica deve ser offerecida dentro das duas audiencias, que lhe foram assignadas: e se o réo a não offerece n'este prazo, é lançado, e proseguem os termos da causa á revelia. N. R. J. artt. 263 e 266.

§ 390

Quando oo fim dos articulados as partes não estão concordes no valor da causa, procede-se a louvação, que deve ter logar na audiencia, em que se offerece o último articulado; ou na seguinte, não estando alguma das partes presentes, ou seus procuradores (§ 320). A louvação se faz pela fôrma, e com os effeitos referidos nos §§ 303 e 304. N. R. J. artt. 248, §§ 4 e 5, e 254, § 2.

e se fundam nos artt. 266 e 490, § 4 da N. R. J. Mas na Gaz. dos Trib. n.º 1755 se mostra, que não tendo havido a absolvição da instancia, e só o lançamento, quando o autor não offerecer a réplica, não póde pois ter logar aquella, comparecendo o réo em juizo por si, ou por seu procurador, deixando assim de haver a revelia, por cujo motivo se permite a absolvição da instancia. Nem o art. 490, § 4, contradiz a disposição do art. 266 da N. R. J., por que póde o feito correr a revelia, emquanto o réo não requer a absolvição da instancia. Portanto, logo que o autor apparece cessa a revelia, e não póde haver absolvição da instancia.

SECÇÃO 9.^a**Da litis-contestação****§ 391**

A litis-contestação é a legitima contradicção, feita entre as partes litigantes, pela qual o juiz começa a conhecer da questão perante elle proposta ⁵⁸. Pereira e Sousa, §§ 177 e 178.

⁵⁸ Boehmero define a litis-contestação — *rei ad libellum actoris responsio*; e o Sr. Mello Freire diz: *Est legitima judicii suscepti utrimque facta declaratio ac professio*. A palavra contestari significava o declarar e confessar alguma cousa na presença do juiz; — e dizia-se propriamente estar a lide contestada, quando, instaurado e recebido o juizo, se dizia,—*Testes estote*.— Era esta a antiga contestação dos romanos. Hoje, como se vê da definição referida no § 391, a litis-contestação significa a conveniente resposta do réo á acção proposta pelo autor; e não ha a invocação solemne de testemunhas, nem a contestação no sentido do direito romano.

A importancia e efeitos da litis-contestação entre os romanos variaram segundo as diversas formas do processo.

Nos tempos primitivos a litis-contestação era uma invocação solemne de testemunhas no processo formulario era a obtenção da fórmula. Como provavelmente o magistrado redigia por escripto a fórmula da acção, e entregava aos litigantes uma cópia authentica, era inutil provar por testemunhas o debate, que perante elle tivera logar; porque os elementos e encerramento d'este debate eram provados pela fórmula.

Portanto as expressões — *litis-contestatio*, *litem contestari* — não designavam a invocação solemne de testemunhas, mas só a época precisamente correspondente áquella, em que no precedente processo tinha logar esta invocação. Até mesmo seria possível, que o uso de chamar as testemunhas tivesse passado, posto que inutilmente, para o processo formulario.

No processo novo a *litis-contestação* não era outra cousa mais, que a exposição contradictoria e summaria do negocio, que se apresentava ao juiz no começo do debate. Á maneira da fórmula, que ella substituía, esta exposição tinha por fim fixar as questões de facto e de direito, que o juiz tinha de resolver.

A Ord. liv. 3, tit. 63, pr. exigia a litis-contestação como solemnidade necessaria no processo: d'aqui procede, como diz o Sr. Mello Freire no liv. 4, tit. 11, nota ao § 4, a origem da litis-contestação ficta, de que falla a Ord. liv. 3, tit. 20, § 5, e tit. 51, para que, faltando a verdadeira, o juizo se não tornasse inutil. Mas observa o Sr. Mello Freire, que necessidade ha de recorrer a estas ficções? O juizo exige por sua natureza a resposta e contradicção do réo, e não a contestação, a qual no sentido, em que se toma no foro, não pertence á sua essencia como se vê da cit. Ord. " Que o silencio, e a contumacia do réo em não responder se tenha por contestação, e que a causa progrida, isto o aconselha a recta razão, e a dignidade e autoridade dos juizes. "Temos dado estas noções, para podermos definir o que importa na actualidade a litis-contestação, e fixar a época, em que ella se verifica no processo para os efeitos legaes, e remover as duvidas, a que dá logar a Ord. liv. 3, tit. 20, § 5 (vid. art. 1072 do Cod. Com.).

§ 392

A litis-contestação é ou ficta, ou real e verdadeira ⁵⁹. Ficta é a que se presume feita, logo que se propõe a acção; e se verifica, quando o juiz, offerecido o libello, ha a demanda por contestada na fórmula da Ord. liv. 3, tit. 20, § 5 ⁶⁰. Também se diz ficta a contestação, que se forma pela contumacia do réo. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 11, § 4. Pereira e Sousa, § 179. Sr. Peniz, § 189.

§ 393

A litis-contestação verdadeira é a que se forma depois do autor ter apresentado a sua intenção em juízo, e o réo a sua defesa; e como n'aquella se comprehende o libello e a réplica, e n'esta a contrariedade, e a tréplica, só então se forma o estado da questão, e se pôde dizer a causa verdadeiramente contestada. Pereira e Sousa, § 179, e nota 380. Sr. Peniz, § 189 (vid. nota (61) ao § 394).

§ 394

Pelo que todos os effeitos, que a lei attribue á litis-contestação, se entendem da verdadeira, e não da ficta ⁶¹; ex. gr., a condemnação do possuidor de boa fé na restituição dos fructos segundo os termos da Ord. liv. 3, tit. 66, § 1, só se conta desde a litis-contestação

⁵⁹ Pereira e Sousa na nota 378 divide a litis-contestação em solemne, e menos solemne, pura, e eventual. E o Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 11, § 3, a divide em affirmativa, negativa, geral, e especial; divisão esta que mais pôde applicar-se á contrariedade. Para o nosso fim basta conhecermos a divisão exposta n'este §.

⁶⁰ A litis-contestação ficta foi introduzida para solemnizar o juízo, e evitar as supersticiosas formalidades do processo civil romano, que havendo cessado no foro moderno, pôde dizer-se que hoje não opera effeito algum, pois a lide não se considera verdadeiramente contestada para produzir os seus effeitos juridicos. Pereira e Sousa, nota 379. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 11, nota ao § 4. Moraes, de execut. liv. 6, cap. 1, n.º 56.

⁶¹ Isto é d'aquella, que se presume feita pelo recebimento do libello (§ 392); mas não da ficta pela contumacia do réo, que verificada nos termos do § 395 produz os effeitos da verdadeira litis-contestação.

verdadeira ⁶². A faculdade de purgar a mora, que a Ord. liv. 4, tit. 39, § 2, concede ao *emphyleuta* do prazo ecclesiastico, pagando as pensões antes da lide contestada na acção ido commisso, não se perde pela contestação ficta, mas pela verdadeira. Eguamente a Ord. liv. 3, tit. 36, pr., que livra da pena, que ella impõe aos que pedem mais, do que se lhe deve, uma vez que desistam do pedido antes da lide contestada, se deve entender da litis-contestação verdadeira, e até esse tempo podem valer-se do beneficio da Ord. Moraes, *de execut.* liv. 6, cap. 8, n.º 56. Vid. Phaebo, Dec. 74. Reinoso, obs. 62, n.º 15 e seguintes.

⁶² O Sr. Mello Freire, *Inst. Jur. Civ. Lus.* liv. 4, tit. 11, § 4, nota diz, que a litis-contestação ficta produz quasi os mesmos efeitos da verdadeira, devendo considerar-se o réo em má fé, e obrigado á restituição dos fructos, desde a apresentação do libello. Correia Telles, *Acc.* § 289, n.º 4; e *Form. de Lib.* §117 segue a mesma opinião.

O Sr. Seabra no Projecto do Codigo Civil, artt. 586, § un. E 2731 e 2732 adoptou esta doutrina.

O illustrado vogal da commissão revisora do Codigo, o Sr. Joaquim José Paes da Silva nas *Observações sôbre o Projecto do Codigo*, a pag. 23, fallando da disposição do citado § un. do art. 586, sustenta a doutrina enunciada n'este §, que é a da jurisprudencia actual; a saber: que a boa fé sómente cessa, e começa a má fé, desde a contestação da lide, a verdadeira, e não ficta, verificando-se a verdadeira só na tréplica, e a ficta no offerecimento do libello (§§ 392 e 393). O Sr. Seabra na *Resposta ás Observações* do Sr. Dr. Paes, desde pag. 44—53, pretende sustentar a doutrina consignada no Projecto do Codigo por mais razoavel e conforme ás disposições da Ord. Apesar da muito habil e erudita argumentação do nosso particular amigo o illustre redactor do Projecto do Codigo Civil, e da muita consideração em que temos as suas opiniões, não podemos segui-lo neste ponto, nem abandonar a doutrina, que expendemos no §. Pelo que fica exposto nos §§ 391—393 e notas respectivas é manifesta a razão da disposição da Ord. liv. 3, tit. 20, § 5; e que, emquanto esta manda — que, offerecido o libello, por brevidade haverá o juiz a demanda por contestada — não importa attribuir a esta litis-contestação ficta os efeitos juridicos da contestação real e verdadeira, que só tem logar depois de formado o estado da questão (§ 393). E não póde sustentar-se que o offerecimento do libello seja sufficiente para o réo formar uma ideia exacta do objecto da demanda; e porisso não é razoável consideral-o, desde então em má fé. Pelo que os efeitos, que a lei attribue á litis-contestação, se entendem da real e verdadeira, ou da ficta, que se opera pela contumacia e revelia do réo (§ 395), e é esta a praxe e jurisprudencia actual.

No regimen da antiga lei do processo seria porventura conveniente e necessario adoptar a doutrina do Projecto do Codigo Civil, attento o grande número de excepções dilatorias e peremptorias, que, sendo processadas ordinariamente, e com suspensão do andamento da causa principal, podiam espaçar indefinidamente a contestação da lide. Mas, pela lei actual do processo, em que só as excepções de suspeição, e declinatoria *fori*, tem processo especial, e suspendem o andamento da causa principal (§ 336 e nota (19); não achâmos razão bastante ponderosa para que se altere a jurisprudencia em vigor.)

§ 395

Póde porém a litis-constentação ficta produzir os efeitos de verdadeira; mas só aquella que se opera pela contumacia, e revelia do réo (§ 392): e esta só se verifica depois que terminado o prazo, que foi assignado ao réo, para responder á acção, elle não comparece, é lançado, e prossegue o feito á revelia nos termos dos artt. 266 e 490, § 4. É pois no termo do lançamento do réo, que data a revelia, e se póde produzir os efeitos da litis-constestação verdadeira, Moraes, *de execut*, cit. Liv. 6, cap. 1, nº 55. Pereira e Sousa, nota 381.

§ 396

São efeitos da verdsdeira litis constestação⁶³: 1.º perpetuar a acção temporaria⁶⁴; 2.º produzir um quasi contracto⁶⁵; 3.º fazer a causa litigiosa⁶⁶; 4.º excluir todas as excepções⁶⁷; 5.º induzir má fé ao possuidor

⁶³ Ou da ficta pela contumacia nos termos do § 395.

⁶⁴ Ord. liv. 3, tit. 4, pr. *in fin.* tit. 9, pr., e tit. 18 § 12. A acção, ainda que de sua natureza seja temporaria, perpetua-se pela litis-contestação até quarenta annos, ainda que a causa esrivesse em silencio por mais de trinta e nove annos. Lobão, *Seg. Linh.* nota 381 até 388, n.º 3. Cod. Com. Art. 998. Em accordão da Relação do Porto de 2 de Março de 1855, foi decidido, que não era possivel fazer reviver processos parados ha mais de trinta annos. Este accordão foi revogado por outro do Supremo Tribunal de Justiça, que declarou, que *nenhuma lei patria authorisa a excepção da prescripção contra as acções depois de perpetuadas pelaa contestação da lide!!*(Gazeta dos Tribunaes, n.º 2421.)

⁶⁵ Por este quasi contracto entendia-se, que os litigantes se obrigavam reciprocamente a ouvir a sentença, e que depois da lide contestada não podia o autor desistir da demanda sem consentimento do réo. Pereira e Sousa, nota 383. E Lobão, *Seg. Linh.* pag. 341, n.ºs 4 e 5, diz — que esta doutrina é um romanismo, que se deve declinar, quando seja possivel; bem como é uma subtileza do direito romano o fazer-se o procurador sonhor da lide (que é outro effeito, que o Sr. Mello Freire, cit. § 8, n.º 4, attribue á litis-contestação); e que a Ord. liv. 3, tit. 26, seguia com êrro o romanismo. — Um accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de Abril de 1847 (Diario n.º 98), julgou que depois da litis-contestação não era licita a desistencia; e com effeito, sendo com protesto de intentar nova acção, não é ella permittida, mas sim sendo absoulta; e assim se devem enterder as disposições do art. 538 e 831 da Nov. Ref. Sr. Meirelles, *Rep. Jur.* n.º 2056, vid. nota (14) ao § 333, e accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 25 de Junho de 1859 (Gazeta dos Tribunaes, n.º 2659.)

⁶⁶ Isto tem logar no caso especial da Ord. liv. 4, tit. 10, § 2. Nas outras accções a causa fica litigiosa pela citação, § 217, n.º 2.

⁶⁷ Pela legislação actual são excluidas as excepções ainda antes da litis-contestação, porisso que as de suspeição e de incompetencia devem ser offerecidas na 1.ª audiencia, para que o réo fôr citado; e todas as outras são deduzidas na contrariedade em artigos separados (§ 336).

da coisa demandada⁶⁸; 6.º interromper a prescrição.⁶⁹ Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 11. § 8. Pereira e Sousa. § 180. Sr. Peniz, § 190.⁷⁰

SECÇÃO 10.^a

Das provas judiciais em geral⁷¹

§ 397

A prova é um acto judicial, que certifica o juiz dos factos duvidosos, ou controvertidos em juízo pelas partes. Pereira e Sousa, § 192. Cod. Com. art. 939. Ou, como a define o Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 16, § 1, *est actus judicialis, quo litigantes judici de facto controverso, vel de re dubia fidem in iudicio faciunt*. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2761.

§ 398

A prova divide-se, em razão do lugar, em judicial, e extrajudicial: em razão do efeito em plena, e semiplena; em razão da causa, em artificial, e inartificial ⁷².

⁶⁸ Em consequência d'este efeito o possuidor de boa fé é condemnado nos fructos vencidos depois da litis-constestação, § 394, e nota (62). Vid. Lobão, *Seg. Linh.* Nota 368, n.ºs 8-13.

⁶⁹ Os praxistas faziam distincção entre prescrição de trinta annos, e de menos tempo; e n'estas, para que a prescrição fôsse interrompida entendiam ser necessaria a litis-constestação; e n'aquellas bastava a citação; e Pereira e Sousa, nota 387, é um dos que seguem esta opinião. Mas a Ord. liv. 4, tit. 79, § 1, estabelece o principio de que a citação interrompe a prescrição, sem fazer distincção entre acções perpetuas, ou temporarias; e o art. 204, § un. da N. R. J. é conforme com esta doutrina. Lobão, *Seg. Linh.* Nota 387, n.ºs 14-16, rejeita aquella distincção dos pracistas, e sustenta que a citação é sufficiente para interromper a prescrição, qualquer que seja a natureza da acção, e o termo legal para a sua prescrição. Adoptâmos esta opinião, por conforme á legislação antiga e moderna. Vid. §§ 217, n.º 3, e 278 d'estes Elementos.

⁷⁰ Outro efeito da contestação da lide é tornar transmissiveis para os herdeiros as acções penaes, em que se pretende a imposição de alguma pena civil. Assento de 30 de Julho de 1780. Correia Telles, *Acç.* § 9.

⁷¹ Vid. Sr. Mello Freire, *Inst. Jur. Civ. Lus.* liv. 4. tit. 16, §§ 1—5. Sr. Coelho da Rocha, *Inst. de Dir. Civ. Port.* §§ 173—175. Sr. Peniz. *Elem. de Pract. Form.* § 225 e seguintes. Dig. Port. liv. 1, n.ºs 915—921. Pereira e Sousa. §§ 192—202. Lobão, *Seg. Linh.* ibidem. Bentham, *das provas judicarias*, tom. 1, liv. 1, cap. 4 e 6.

Prova judicial é a que se faz em juízo, e extrajudicial fóra do juízo. Diz-se prova plena a que se faz por taes meios, que bastam para certificar o facto, que se controverte; e semiplena, a que produz alguma fé, mas não tanta, que sem outro auxilio se alcance a certeza do facto.

Artificial é aquella, pela qual a verdade de um facto duvidoso se deduz por um justo raciocinio de factos certos e conhecidos; inartificial aquella, que directamente demonstra a verdade do facto controverso; tal é a que resulta da confissão, juramento, instrumentos, testemunhas, etc. Pereira e Sousa, § 193, e notas 408—410, e Lobão, *Seg. Linh.* ibidem, Sr. Mello Freire, cit. § 3.

§ 399

A prova deve ser clara, concludente, e, como diz o Cod. Com. srt. 940, univoca, e não equivocaca. E para ser legitima deve ser feita por algum dos meios admittidos pela lei. Pereira e Sousa, § 194. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2776.

§ 400

Aquelle, que reclama em juízo um direito, ou que affirma um facto em seu apoio, deve proval-o. O autor deve provar a sua intenção, e o réo os factos, que allega para sua defesa: excepto quando tem por si a presumpção *juris*; porque então o onus da prova recae sôbre a outra parte. Cod. Com. art 938. Sr. Peniz, § 221. Sr. Mello Freire, cit. § 4. Dig. Port. n.ºs 915 e 916. Pereira e Sousa, §§ 195 e 196. Vid. § 456. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2762.

⁷² Tambem dividem a prova, em razão da fôrma, em vocal, literal, e muda. Prova vocal se diz a que resulta dos depoimentos das testemunhas, juramento ou confissão das partes; literal, a que resulta dos instrumentos; muda, a que se deduz das presumpções. Pereira e Sousa, § 193, nota 411, e Lobão, ibidem, censura e reprova esta divisão.

§ 401

Toda a questão tendente á decisão da causa consistente em facto, e não em direito, é objecto da prova. O direito allega-se, mas não se prova, porque é certo, e deveres sabido do juiz; excepto se é singular, municipal, ou consuetudinario, constante de foraes, ou provisões, que não existem nas colecções de direito. Ord. liv. 3, tit. 53, §§ 7, 8 e 9. Sr. Coelho da Rocha, § 173. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2763 e 2764.

§ 402

O fim da prova é certificar o juiz do facto, que se controverte em juizo entre as partes litigantes; e o juiz deve julgar pelo que constar nos autos, ainda que seja contra o que elle sabe como particular; se o autor prova a sua intenção, deve condemnar o réo; e não a provando, deve absolvel-o.⁷³ Ord. liv. 3, tit. 66, pr. e § 1, Cod. Com. art. 941. Pereira e Sousa, §§ 199 e 200. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2763 e 2764.

§ 403

Os meios, por que se faz a prova, são ordinarios, ou extraordinarios. Faz-se *ordinariamente*: 1.º por confissão; 2.º por juramento; 3.º por documentos; 4.º por testemunhas; 5.º por presumpções; e *extraordinariamente*: 6.º por arbitramento ou exames; 7.º por vistorias. N. R. J. art. 461. Cod. Com. art. 942. Sr. Mello Freire, cit.

⁷³ A certeza, que o juiz alcança pela prova, póde ser legal, ou moral. A certeza, que a Ord. liv. , tit. 66, pr. exigia era a legal; pois diz ella: " julgar segundo a consciencia só é permitido ao principe; " portanto o juiz devia julgar *secundum alegatta et probata*: é verdade que na avaliação e gradação das provas algum arbitrario tinha o juiz; mas mas este devia ser regulado pelas leis, e principios da razão e do Direito; e assim, sempre que havia prova plena segundo diteito, tinha o juiz de julgar por ella; se poré era semiplena, tinha de recorrer ao juramento suppletorio nos casos, em que a lei permittia, etc. Sr. Rocha, cit. § 174. Iobão, nota 412, n.ºs 1-8. Na actual organização judiciaria e ordem do processo devemos distinguir: — se o juiz julga por si spo sem intervenção de jurados, a certezam que deve procurar nas provas, e pela qual deve julgar, é a legal; se na causa intervêm jurados, estes, para julgarem do facto, só carecem da certeza moral, pois que julgam segundo os dictames da consciencia e íntima convicção. N. R. J. art. 524.

§ 1. Sr. Peniz, § 222. Sr. Coelho da Rocha, § 175. Pereira e Sousa, § 202. Dig. Port. nº 921. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2767.⁷⁴

ARTIGO I

Da confissão da parte⁷⁵

Confissão é o acto, pelo qual uma das partes afirma aquillo, que a outra allega. É o meio principal da prova; havendo esta, fica dispensada qualquer outra.⁷⁶

§ 405

É expressa a confissão, quando se faz expressamente por palavras, ou por escripto; — tacita, quando por justa consequencia se deduz de outro facto da mesma parte, — ficta, quando a parte se recusa a depor aos artigos, sendo; para isso intimada judicialmente com a comminação de confessa, e esta julgada por sentença. — Judicial é a que se faz em juizo e perante juiz competente; extrajudicial a que é feita fora do juizo, ou perante juiz incompetente. — Confissão simples é a que se faz sem coarctada; — e qualificada a que se faz, acrescentando alguma qualidade. Sr. Mello Freire, cit. §§ 2, 3 e 4. Sr. Coelho da Rocha, §§ 176—178. Pereira e Sousa, notas 427, 428 e 429. Dig. Port. n.ºs 934 e 936. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2767 e 2770.

⁷⁴ O cit. art. 2767 aos meios de prova referidos no § acrescenta o — *caso julgado*, mas este sendo uma presumpção *juris et de jure*, é antes uma disposição da lei, do que especie de prova, § 486.

⁷⁵ Vid. Pereira e Sousa, §§ 203-211. Lobão. *Seg. Linh. Ibidem*. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 20. Dig. Port. liv.1 nºs 932-936. Sr. Peniz, § 223. Sr. Coelho da Rocha, §§ 176-178. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 222-227. Cod. Com. artt. 971-975.

⁷⁶ Esta é a regra geral, que soffre excepções, quando a lei tem estabelecido outro e diverso meio de prova (Proj. do Cod. Civ. artt. 2766 e 2798). Assim não é sufficiente a confissão nos casos em que a escriptura pública é da substancia do contracto — quando e feita por quem não póde transigir, nem tem a livre administração de seu bens (Pereira e Sousa, nota 205), ou em que a confissão da parte não póde ser tomada em consideração (nota (84) ao § 416). Tambem não é sufficiente a confissão da parte para se julgar a habilitação passiva (Elem. do Proc. Civ. 2.^a parte, § 840); nem no caso do art. 901 da N. R. J.; (Elem. do Proc. Crim. § 71).

§ 406

A confissão deve ser feita por pessoa habil, e com as solemnidades legais; — espontanea, clara, e certa; — sobre o objecto principal da questão; — sobre facto, e não sobre direito; excepto se é singular, ou municipal. Pereira e Sousa, §§ 205—207. Sr. Mello Freire, cit. § 2. Sr. Coelho da Rocha, § 176. Cod. Com. art. 972. Sr. Seabra. *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2772, n.ºs 1 e 2, e 2774 (§ 410, e nota (79) ao § 412).

§ 407

A confissão judicial faz-se: 1.º em acto de perguntas perante o juiz de direito, ordinario, ou de paz, Dig. Port. n.º 923, Sr. Coelho do Rocha, § 177: 2.º por termo nos autos: 3.º em artigos assignados pelo advogado, não sendo reclamada pela parte, estando o negocio *re integra*, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2774, § un.: 4.º por depoimento da parte. Dig. Port. n.º 923, *in fin.* N. R. J. artt. 465, 466, 490 e 538. Pereira e Sousa, § 209. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2771.

§ 408

O depoimento da parte deve ser tirado antes do dia assignado para a discussão final da causa ⁷⁷; aquelle, que o requerer, póde assistir, e valer-se, ou não, d'elle como documento. N. R. J. art. 466, (nota (80) ao § 412).

⁷⁷ Nas causas preparadas em juizos ordinarios, e que têm de ser julgadas pelos juizes de direito; perante quem deve ser tirado o depoimento da parte? Pertencendo este acto ao preparatorio do processo, e não sendo o depoimento mais que um documento, deve ser tirado perante o juiz ordinario; assim o decidiu um accordão da Relação do Porto de 21 de Outubro de 1852 (Gazeta dos Tribunaes n.º 1818).

Poderá a parte ser obrigada a depor depois de assignado dia para a inquirição das testemunhas? O Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 215 fundado na disposição do art. 466 da N. R. J. segue a affirmativa; que adoptamos não obstante haver opiniões ponderosas em contrario. Vid. Pereira e Sousa, nota 443.

§ 409

A parte, que pretende o depoimento do seu adversario, faz um requerimento ao juiz, em que pede, se cite para comparecer na 1.^a audiencia depois da citação, e ahi lhe ser assignado dia e hora para depôr, com a comminação de ser havido por confesso, se não vier. O juiz manda que, jurando de calumnia, se cite a parte. Ord. liv. 3, tit. 53, § 13. Pereira e Sousa, nota 443. Lobão, *ibidem*. Dig. Port. n.º 934. É accusada a citação na 1.^a audiencia; e comparecendo o réo, ou á sua revelia, se lhe assigna o dia e hora, em que ha de vir depor. Se comparece, o juiz lhe defere juramento; e a parte ou seu procurador e na falta d'elles o juiz, o inquire sôbre os artigos. No caso de revelia lavra-se termo, e se fazem os autos conclusos para julgar os artigos por-confessados, em pena de contumacia⁷⁸. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* § un. do art. 2772.

§ 410

A parte é obrigada a depor, sendo para isso citada por despacho do juiz; mas é necessario: — que seja pessoa habil para estar em juizo; — que seja a propria parte, e não um terceiro; — além d'isto é necessario, que a materia dos artigos seja de facto, e não de direito; excepto se fôr direito singular, municipal, e não escripto; — que os artigos sejam pertencentes ao feito; — não sejam contradictorios, — criminosos, — nem torpes: finalmente devem observar-se a este respeito as disposições da Ord. liv. 3, tit. 53, que é o assento d'esta: materia. Pereira e Sousa, nota 443. Lobão, *ibidem*. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 224 e 225. Dig. Port. n.ºs 930 e 934. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2772 (§ 406).

⁷⁸ A práctica d'este incidente, que deixamos indicada n'este §, é um pouco diversa da que ensina e Sr. Correia Telles no § 247 do Man. do Proc. Civ.; porém está em uso nos auditorios, de que temos conhecimento, é parece-nos regular.

* Pereira e Sousa, nota 443 diz, que depois d'esta sentença interlocutoria segue a causa seus termos até á definitiva; porque contra a confissão ficta se admite ainda prova em contrario. Silva á Ord. liv. 3, tit. 53, § 13, e Barbosa á mesma Ord. seguem esta opinião. Vid. 1. 12, Dig. *de non numerata pecunia*. Rogron, nota ao art. 330 do Cod. do Proc. Civ. Fr. (Gazeta dos Tribunaes n.º 2117).

§ 411

Quando a parte, que tem de depôr, não póde comparecer em juízo pelo seu estado physico, toma-se-lhe o depoimento na sua propria casa. Tambem, se póde requerer o depoimento da parte *ad perpetuam rei memoriam* nos casos, e pela fórma que é permittido o depoimento das testemunhas. Pereira e Sousa, nota 143.

§ 412

A confissão judicial feita por depoimento da parte, ou por qualquer dos outros, meios legais (§ 407), faz prova plena contra o confitente ⁷⁹, e depois de aceita péla parte ⁸⁰, tem força de coisa julgada, de sorte que a sentença dada contra ella é nulla. Ord. liv. 3, tit. 53, § 9. Cod. Com. art. 934. Sómente prejudica ao confidente, ou a seus herdeiros, e não a terceiro. Suppre os defeitos do processo, e infringe todas as outras provas. Pereira e Sousa, §§ 210 e 211. Sr. Coelho da Rocha. § 177, n.º 2, Sr. Peniz, § 123, *in fin.* Sr. Mello Freire, cit. § 2, pt; Dig. Port. n.º 932. N. R. J. artt. 219, 220, 491, § 1, e 538.

§ 413

A confissão extrajudicial diz-se a que é feita fóra de juízo em conversa, em carta missiva, ou em escripto feito para outro fim. Sómente faz meia prova ⁸¹, sendo provada por testemunhas fidedignas, Ord. liv. 3, tit. 52, pr.: porém esta regra não liga os jurados; porisso, se as

⁷⁹ Excepto: 1.º se a confissão fôr sobre facto, cujo reconhecimento, ou investigação é prohibido pela lei, ou declarada insufficiente; 2.º se importar a perda de direitos, a que o confitente não possa renunciar, ou sobre os quaes não possa transigir. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2773. E póde ser revogada por erro de facto. E sendo feita por advogado, ou procurador, póde ser retractada. Cit. *Proj.* art. 2774 (§ 407, n.º 3)

⁸⁰ Mas não poderá a parte, que d'ella se queira aproveitar, aceitar o favoravel, e rejeitar o que lhe possa ser prejudicial; porque a confissão é indivisivel; excepto compreendendo factos, cuja falsidade se ache alias demonstrada. *Proj. do Cod. Civ.* art. 2777. Vid. Raymond Bordeaux pag. 361.

⁸¹ Porém no caso de dívida procedente de se ter vendido pão, vinho, ou carne; sendo, pedida passado um anno, e não excedendo a 1\$000 réis, é prova suficiente a confissão extrajudicial. Ord. liv. 4, tit. 18. Pereira e Sousa, nota 440.

testemunhas depozerem de modo, que os convença de todos os requisitos da confissão, será prova suficiente. Dissemos — em escripto feito para outro fim, segundo diz o Dig. Port. n.º 928; porque, quando o escripto é relativo ao objecto, faz prova plena contra o confitente, sendo: 1.º de pessoa, cujos escriptos têm força de escriptura pública, Pereira e Sousa, nota 439; 2º sendo reconhecido pela parte, ou legalmente havido como reconhecido. N. R. J. art. 462. Mas n'este caso pertence às provas por instrumento. Sr. Coelho da Rocha, § 178. Vid. Pereira e Sousa, § 208. Sr. Mello Freire, cit. § 3. Ord. liv. 3, tit. 52, pr. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2775 e 2776.

ARTIGO II

Do juramento como prova judicial ⁸²

§ 414

Juramento é o acto, pelo qual se toma a Deus por testemunha da verdade, que se assevera. O juramento deve ser: 1.º conforme á religião de quem o presta; 2.º dado por quem tenha uso de razão; 3.º livre e sem coacção; 4.º e que a pessoa, por quem é prestado, tenha conhecimento do facto, e por isso lhe seja pessoal. Ord. liv. 3, tit. 59, § 1. Pereira e Sousa, §§ 234 e 238. Sr. Coelho da Rocha, § 179. N. R. J. artt, 461 e 465. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2900.

§ 415

O juramento é voluntario, ou necessario: — aquelle é o que uma das partes defere, ou refere á outra; — este é o que o juiz defere á parte em ajuda da prova; ou para se determinar o valor e objecto em questão. — O juramento voluntario se subdivide em judicial, e

⁸² Vid. Pereira e Sousa, §§ 234—247. Lobão, *Seg. Lin.* ibid. Sr. Mello Freire, liv. 1, tit. 19. Dig. Port. n.ºs 937 a 963. Sr. Peniz, § 227. Sr. Coelho da Rocha, §§ 179—183. Silvestre Pinheiro; *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 291 a 304.

extrajudicial: e o necessario em suppletorio, e *in litem*. Pereira e Sousa, §§ 235, 236 e 237. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2901 e 2902.

§ 416

O juramento voluntario, ou judicial decisorio é aquelle, que é dado pelo juiz a uma das aprtes a requerimento da outra; ou por uma parte a outra em juizo com auctoridade do juiz: — e diz-se volutario, porque se defere ou refere por vontade das partes.⁸³

Tem lugar em todas as causas ⁸⁴, e em qualquer estado d'ellas, uma vez que a parte o requeira, e verse sôbre o facto pessoal á parte, que ha de jurar. A parte, que recusa dar o juramento deferido, ou referido, reputa-se vencida, e dá-se por confessa. Pereira e Sousa, nota 209. O juramento decisorio tem lugar principalmente na acção de juramento de alma.⁸⁵ Sr. Rocha, § 180. Dig. Port. n.ºs 937-945. Pereira e Sousa, § 240, e nota 969. Sr. Seabra. *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2902 a 2906.

§ 417

O juramento decisorio tem força de transacção, e coisa julgada; e produz a presumpção *juris et de jure*, pelo que o facto, sôbre que recaíu o juramento, tem-se por tão certo, que não se admite prova em contrário, nem a querelar de falso juramento, ainda que appareçam

⁸³ Vid. Pereira e Sousa, § 492. Sr. Rocha, § 131. Sr. Peniz, §§ 158-164. N. R. J. art. 284, e §§ respectivos.

⁸⁴ Excepto: 1.º quando a escriptura é da substancia do contracto, arg. da Ord. Liv. 4, tit. 19, § 2; 2.º nas causas em que as partes não podem transigir; ou com que a confissão da aprte não póde ser tomada em consideração. Cod. Com. art. 977, e Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2773, n.ºs 1 e 2.

⁸⁵ " Diz-se *deferir*, quando uma das partes impõe á outra a prestação do juramento, declarando estar pelo que ella jurar; e o *referir*, quando esta, a quem elle foi deferido em logar de o prestar, declara comprometter-se no juramento da que o deferiu. " Sr. Coelho da Rocha, nota ao §. 180.

documentos, que provem a falsidade d'elle.⁸⁶ prova contra o que deferiu, ou referiu, e contra seus herdeiros; mas não contra terceiros.

O juramento deferido ao devedor livra tambem os seus fiadores; e prestado ao fiador sôbre a dívida, aproveita ao devedor principal⁸⁷; bem como sendo deferido a um dos com-devedores. Ord. liv. 3, tit. 52, § 3. Cod. Com. art. 981. Sr. Coelho da Rocha, § 180. Sr. Mello Freire, cit. § 2. Dig. Port. n.ºs 946-951. Pereira e Sousa, §§ 241 e 242. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. civ.* artt. 2907-2914.

§ 418

Juramento suppletorio, ou necessario é aquelle, que o juiz defere á parte para supprir a falta da prova.⁸⁸ O juiz pôde deferir este juramento ao autor em supplemento da prova da sua acção, ou ao réo em supplemento da prova da sua excepção, quando um ou outro tiver feito meia prova. Ord. liv. 3, tit. 52, pr. Pelo que, não provando o autor a sua intenção ao menos semiplenamente, deve o réo ser absolvido. Pereira e Sousa, § 243. Sr. Coelho da Rocha, § 182. Sr. Mello Freire, cit. §§ 3 e 4. N. R. J. art. 477. Cod. Com. art. 983. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2902 e 2915. N. R. J. art. 477.

⁸⁶ Pelo Cod. Pen. art. 243, § un. O que jura falso no juramento decisorio, incorre na pena da perde de direitos políticos, mas a querela e a acusão só compete ao Ministério Público.

* O Projecto do Codigo Civil, art. 2907 e § un. diz o seguinte: — Depois de prestado o juramento deferido ou referido, não poderá a outra parte ser admittida á prova de falsidade. Mas se a falsidade do juramento for verificada por acção criminal, terá o lesado direito a perdas e damnos. Vid. Raymond Bordeaux a pag. 361-363, e Rogron, nota ao art. 1363 do Cod. Civ. Fr.

⁸⁷ Se o fiador só jurar, que não affiançou o devedor, este não fica livre. L. 28, § 2, e 1, 42, § 1. Dig. de *jurejurando*.

⁸⁸ O juramento suppletorio poderá ser dado por officio do juiz? Pereira e Sousa, nota 515, Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 9. § 3, Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 286, seguem a affirmativa. Pôde porém duvidar-se d'esta opinião em vista dos termos, — *sendo requerido*, que emprega a Ord. liv. 3, tit. 52 pr.

§ 419

Diz-se feita prova semiplena — quando uma testemunha maior de toda a excepção depozar completamente sôbre o facto controvertido: — havendo confissão extrajudicial: — finalmente verificando-se algum dos outros casos, em que a prova segundo direito é considerada semiplena. Ord. liv. 3, tit. 52, pr. Sr. Mello Freire, cit. § 3. Dig. Port. n.º 953. Pereira e Sousa, nota 515 ⁸⁹.

§ 420

Para se deferir o juramento suppletorio, é necessario, além da prova semiplena: 1.º que o valor da causa não seja grande, o que fica ao arbitrio do juiz conforme as fortunas dos litigantes ⁹⁰; 2.º que a parte tenha razão de saber o facto, sôbre que deve depor; 3.º e que esta não seja pessoa torpe e vil. Ord. liv. 3, tit. 52, pr. e §§ 1 e 2, Sr. Coelho da Rocha, § 182. Dig. Port. n.º 954 e 956. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2916, n.ºs 1 a 4, e § un. ⁹¹

⁸⁹ A. Ord. e os Autores citados n'este § têm como prova semiplena a que resulta de escripto particular justificado por comparação de letras, ou por outro modo legal; mas a N. R. J. art. 462 diz, que o escripto particular havido como reconhecido tem a mesma fé, que a escriptura pública; portanto, faz prova plena; e porisso entendemos que a disposição da Ord. liv. 3, tit. 52 pr. foi modificada pelo artigo da Nov. Ref. Jud. Vid. § 432. O Sr. Mello Freire cit. § 3 diz, que duas testemunhas, ainda que sujeitas a alguma excepção, fazem prova semiplena; mas d'outra opinião é Pereira e Sousa, nota 515.

⁹⁰ O Proj. do Cod. Civ. art. 2915 n.º 4, e § un. diz, que pôde ter logar o juramento suppletorio — se o valor quantitativo não exceder a 50\$000 réis, excepto se a obrigação resultar de delicto, culpa ou dolo. Mas n'este último caso poderá o julgador reduzir o arbitrio, se parecer excessivo, ouvidas as partes.

⁹¹ Pelo Codice Civil Francez art. 1368, e Projecto do Codice Civil Portuguez art. 2916, o juramento suppletorio, deferido pelo julgador a uma das partes, não pôde por ella ser deferido a outra. Vid. Pereira e Sousa, nota 498.

§ 421

“ Em colisão de provas, se o autor tiver provado semiplenamente a acção, e o réo a excepção, e ambos forem idoneos para o juramento, deve ser absoluto o réo. ” Dig. Port. n.º 967 ⁹².

§ 422

A sentença proferida em virtude do juramento suppletorio póde ser revogada, se depois apparecer escriptura pública, por que se mostre o juramento não ser verdadeiro ⁹³. Ord. liv. 3, tit. 52, § 3. Dig. Port. n.º 958. Pereira e Sousa, § 244.

§ 433

O juramento *in litem* tem logar: — quando o autor tem provado o petitorio de restituição de uma coisa, mas é incerto o seu valor, e não ha outro meio de o liquidar ⁹⁴. — ou quando o réo não quer restituir a coisa pedida, ou deixou de a possuir com dolo.

Se o autor pretende só o verdadeiro valor da coisa pedida, o juiz, antes de deferir-lhe o juramento, deve com conselho de pessoas peritas taxar o valor, para que o autor não possa jurar além da taxa.

Se além do valor real da coisa o autor pretender o valor de affeição ⁹⁵, jurará sôbre elle; mas o juiz póde modificar o preço da affeição ainda depois de jurado, se parecer exorbitante.

⁹² O Sr. Mello Freire, cit. § 3 in fin. diz, que n'este caso deve deferir-se o juramento ao réo de preferencia ao autor, porque a causa d'aquelle é mais favoravel, segundo o Direito.

⁹³ No juramento suppletorio o que jura falso incorre na pena de perda de direitos politicos; mas a querela e accusação só póde ser requerida pelo Ministerio Público. Cod. Pen. art. 243.

⁹⁴ Este juramento é subsidiario, e só a elle se deve recorrer, quando não é possivel por outras provas liquidar o valor da coisa demandada. Sr. Coelho da Rocha, § 182. Pereira e Sousa, nota 518. Cod. Com. art. 986.

⁹⁵ “ As cousas fungiveis, e outras, que se podem supprir com outras semelhantes, não são susceptiveis de affeição. ” Dig. Port. n.º 963.

O efeito do juramento *in litem*, é ser o réo condenado no preço estimado pelo autor não excedendo a taxa judicial. Ord. liv. 3, tit. 86, § 16. Pereira e Sousa, §§ 245, 246, e nota 518. Dig. Port. artt. 959, 961 e 963. N. R. J. art. 477. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 301. Sr. Mello Freire, cit. § 6. Correia Telles, Acç. §§ 185, nota 5. 244, nota 2, 255, nota 3. Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ. art. 2915, n.º 4 e § un.

§ 424

É analogo ao juramento *in litem*, e considerado como tal segundo direito, o juramento zenoniano ⁹⁶. Defere-se este juramento ao roubado, ou forçado ⁹⁷ sôbre as cousas, que lhe foram tomadas, para estimar a quantidade e valor d'ellas. A sentença proferida em virtude d'este juramento é irrevogável, ainda que depois se ache escriptura, por que se mostre o juramento não ser verdadeiro; e isto em odio ao roubador e ladrão, pelo furto e roubo, que fez, da coisa alheia. Ord. liv. 3, tit. 52, § 5. Dig. Port. n.º 960. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 301. Sr. Mello Freire, cit. § 7. N. R. J. artt. 177 e 909.

§ 425

Além das diversas especies de juramento, de que temos tractado, ha tambem o juramento de calúmnia, que pertence antes ás fórmulas do juizo, do que aos modos de prova. O juramento de calúmnia é aquelle, pelo qual se promette litigar de boa fé, e abster-se de toda a tergiversação e fraude. Ord. liv. 3, tit. 48.

Pela antiga legislação havia juramento de calúmnia geral, e especial. O geral dizia respeito a toda a causa, e prestava-se no principio

⁹⁶ Este juramento é chamado zenoniano do nome do seu author, o imperador Zenon, que o estabeleceu no anno 472; e d'elle se tracta na Lei 9 Cod. *unde vi*, d'onde foi transferido para o cap. fin. X. *di his, quae vi, metusve causa*, e para a Ord. liv. 3, tit. 52, § 5. Pereira e Sousa, nota 518.

⁹⁷ Nos corpos de delicto por crimes de furto, ou roubo é necessario este juramento, que o art. 909 da N. R. J. manda deferir ao roubado, ou a quaesquer outras pessoas, que possam fazer esta declaração. Elem. do Proc. Crim. § 78.

da demanda; e o especial respeitava a certo e determinado acto, e prestava-se nos casos, em que a lei o exigia. Pela novíssima legislação não ha juramento de calúpnia geral; mas só o especial, que tem logar nos casos dos artt. 261, 636 e 874 da Nov. Ref. Jud.; e n'aquelles, em que a lei o exigir expressamente ⁹⁸. Sr. Mello Freire, cit. § 8. *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 302—304. Pereira e Sousa, § 247, e nota 251.

ARTIGO III

Da prova judicial por instrumentos ⁹⁹

§ 426

Instrumento em geral se diz qualquer escripto apresentado pelas partes em juizo para prova do que allegam. Divide-se em público, e particular; em original, e traslado. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 18, § 1. Pereira e Sousa, §§ 212 e 213. Meirelles, *Rep. Jur. vb. instrumento*. Sr. Seabra. *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2791 e 2792. N. R. J. art. 461.

§ 427

Diz-se instrumento público o que tem fé e auctoridade pública, e é feito por official público com as solemnidades legaes; particular, aquelle, em que não intervem official público.

Chama-se instrumento original aquelle, que é immediatamente tirado do protocollo, ou livro de notas; e traslado, a cópia d'esse original. Sr. Mello Freire, cit. § 2. Pereira e Sousa, notas 450 e 451. Sr. Coelho da Rocha §§ 187, 189 e 192. Cod. Com. art. 943. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2793 e 2801.

⁹⁸ Vid. §§ 218, nota (29) e 409. Correia Telles, *Acç.* § 235, nota, e Gaz. dos Trib. n.º 2608.

⁹⁹ Sobre esta materia vid. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 18. Pereira e Sousa, *Prim. Linh Civ.* §§ 212—222. Lobão, *Seg. Linh. ibidem*. Sr. Coelho da Rocha, *Inst. de Dir. Civ. Port.* §§ 186—192. Dig. Port. liv. 1, n.ºs 984 —1030. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 228—267. Sr. Peniz, *Elem. de Pract. Form.* §§ 225 e 226, e Bentham, *das provas judicarias*, liv. 4, cap. 1 e 2.

§ 428

São requisitos dos instrumentos, ou escripturas publicas:— que sejam feitas por tabellião no livro das notas — dentro do districto marcado para o seu officio — com declaração do dia, mez e anno, logar e casa, aonde é celebrado. — Devem conter o reconhecimento das partes; ou, se o tabellião as não conhece, porta por fé, serem reconhecidas pelas testemunhas assignadas no instrumento; — a exposição do negocio com todas as condições e clausulas convencionadas, não sendo das reprovadas por direito ¹⁰⁰; — devem ser lidas ¹⁰¹, antes de assignadas, perante as partes e testemunhas, — copiada a procuração ¹⁰², se a houve; devem conter a ressalva de entrelinhas e emendas; — ser assignadas pelo mesmo tabellião, pelas partes, e por duas testemunhas ao menos; ou, se alguma das partes não pôde assignar ¹⁰³ serão assignadas por uma outra testemunha a seu rogo ¹⁰⁴. Sr. Coelho da Rocha. § 188. Sr. Mello Freire, cit. §§ 3 e 4. Pereira e Sousa, § 214. Sr. Correia Telles, *Man. do Tab.* cap. 1, §§ 4 e 5. Proj. do Cod. Civ. art. 2886.

§ 429

O traslado de qualquer instrumento, para ser authenticico, deve ser copiado do original por official de fé pública, e concertado em presença da parte obrigada, ou na falta d'ella por outro official público ¹⁰⁵. Dig. Port. liv. 1, n.º 991. Sr. Coelho da Rocha, § 192.

¹⁰⁰ Quaes as clausulas reprovadas por direito, pôde vêr-se no *Man. do Tab.* cap. 1, §§ 7 e 8.

¹⁰¹ Em accordão da Relação de Lisboa de 31 de Janeiro de 1850 se decidiu que a falta de leitura é motivo para nullidade da escriptura em vista da Ord. liv. 1, tit. 78, §§ 4 e 5, e liv. 4. tit. 19, § 1 (Gazeta dos Tribunaes, n.º 1194). Alguns jurisconsultos entendem, que a leitura se presume pelo facto da assignatura do tabellião, e que a sua falta não é sufficiente para annullar a escriptura, porque a lei não impõe a pena de nullidade por esta causa.

¹⁰² Correia Telles, *Man. do Tab.* § 5, e nota (a). Ord. liv. 3, tit. 60, pr.

¹⁰³ Sobre a assignatura de cruz, vid. Correia Telles, *Man. do Tab.* §§ 251 e 252, Gouveia Pinto, *Testamentos*, cap. 45.

¹⁰⁴ Ord. liv. 5, tit. 78, § 3.

¹⁰⁵ É conforme com a doutrina d'este § o accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Agosto de 1852 que julgou, que para o traslado se reputar solemne é preciso, que

§ 430

São instrumentos publicos não só as escripturas publicas, mas — os autos lavrados pelos escrivães; — os termos judiciaes, sentenças, ou certidões d'ellas extraidas, e devidamente concertadas. — As certidões extraidas dos livros das alfandegas, e outras estações fiscaes; — dos livros dos baptismos, casamentos e obitos; — e dos livros dos archivos publicos — são tambem instrumentos publicos; — e bem assim os alvarás e cartas régias. Sr. Coelho da Rocha, cit, § 188. Dig. Port. cit. n.ºs 984 — 987. Sr. Mello Freire, cit. §§ 3, 4 e 5. Pereira e Sousa, § 215. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2794.

§ 431

Os instrumentos publicos fazem prova plena, sendo solemnes e authenticos; podem porém admittir prova em contrário ¹⁰⁶. Em regra, os instrumentos sómente fazem prova entre as pessoas, que n'elles figuraram, e seus successores, mas não entre terceiros e unicamente na parte dispositiva, não na enunciativa, excepto se têm relação directa com a disposição. As causas, cuja prova consta de instrumentos publicos, são julgadas sem intervenção do jury. Pereira e Sousa, §§ 216 e 217. Sr. Coelho da Rocha, cit. §§ 186 e 187. Dig. Port. cit. n.ºs 984 e 987. Sr. Correia Telles, *Acç.* nota 1 aos §§ 78 e 84. N. R. J. artt. 308 e 478. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2795—2798 e 2808.

seja extraído na presença das partes, como determina expressamente a Ord. liv. 1, tit. 78, § 19, e tit. 80, § 15; e quando não fôsses presentes, que fôsse concertado com outro tabellião. (Gazeta dos Tribunaes. n.º 1576). Vid. Ord. liv. 1, tit. 79; §§ 6 e 28, e tit. 24, § 30, e liv. 3, tit. 60, pr.

O Projecto do Código Civil no art. 2669 dizia o seguinte: — os traslados e certidões extraidas, na devida forma, dos documentos authenticos originaes, têm a mesma força probatoria que os proprios originaes.— O Sr. J. J. Paes da Silva, vogal da comissão revisora nas suas eruditas — *Observações sobre o Projecto do Código* a pag. 58 mostrou a conveniencia e necessidade de se acrescentar — havendo citação da parte para conferencia da certidão, ou traslado com os originaes — e o Sr. Seabra na Resposta ás Observações a pag. 114 conveio na addição referida.

¹⁰⁶ O Sr. Coelho da Rocha § 187 diz, que estes instrumentos na falta de solemnidades legaes podem valer como escriptos particulares, se forem assignados pelas partes; e cita o art. 1318 do Cod. Civ. Fr. Vid. *Proj. do Cod. Civ.* art. 2798.

§ 432

O instrumento ou escripto particular, reconhecido pela parte, contra quem é offerecido, ou legalmente havido como reconhecido (§ 434), tem a mesma fé, que a escriptura pública ¹⁰⁷. N. R. J. art. 462. Cod. Com. art. 943. Sr. Peniz, cit. § 226. Sr. Mello Freire, cit. § 7. Sr. Coelho da Rocha, §§ 189—191. Vid. § 413. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2802—2804.

§ 433

Diz-se reconhecido pela parte o escripto particular: 1.º quando ella reconhece não só a sua assignatura, mas a obrigação, se ella foi escripta por outrem. Ord. liv. 3, tit. 25, § 9; — 2.º pela sua producção em juizo, salvo havendo protesto de approvar só certos artigos ¹⁰⁸; — 3.º pelo reconhecimento ficto por effeito da contumacia¹⁰⁹. Sr. Coelho da Rocha, cit. § 189. Pereira e Sousa, nota 470, 1.ª parte. Dig. Port. cit. n.º 1012. *Proj. do Cod. Civ.* art. 2802.

§ 434

O escripto particular póde ser havido como reconhecido legalmente pela comparação das letras; o que póde ter lugar — pelo juramento das testemunhas que viram fazer o instrumento na sua presença; pelo juramento das que o não viram fazer, mas têm bom conhecimento da letra de quem o escreveu; — pela declaração dos peritos a respeito da similhaça da letra ou assignatura comparada com documentos e assignaturas verdadeiras da parte. — Mas deve ser citada a

¹⁰⁷ Um escripto particular não prova contra o devedor, que o escreveu e assignou, quando este sempre esteve de posse do escripto. Pothier, Tr. des oblig. n.º 749. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2811.

¹⁰⁸ Meirelles, *Rep. Jur.* vb. *instrumento*, n.º 1795 segue opinião contrária á de Pereira e Sousa, nota 470, e d'outros escriptores, que, são conformes com a doutrina exposta no §.

¹⁰⁹ Se o devedor é pessoalmente citado para reconhecer a sua letra e obrigação, e lhe é comminada a pena de se haver como reconhecida, não comparecendo em juizo, é julgada a pena por sentença, e este reconhecimento ficto, equival ao verdadeiro. Não se póde comminar esta pena ao devedor; citado por edictos. Dig. Port. n.ºs 1013 e 1014.

parte para assistir ao exame, e requerer o que lhe convier, e observarem-se as formalidades, que ensina Pereira e Sousa, nota 470. Sr. Coelho da Rocha, § 189, n.º 3. Dig. Port. cit. n.ºs 1015 a 1019. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ. artt.* 2805 e 2808.

§ 435

Os instrumentos publicos, ou particulares devem ser produzidos para prova, ou junctamente com os articulados; ou a final, mas antes de constituido o jury. Aquelles documentos, em que o libello, contrariedade, réplica e tréplica se fundarem, e de que fizerem menção, devem logo ser junctos aos respectivos articulados, pena de não serem mais admittidos em juizo. Porém os que não forem d'esta natureza, podem junctar-se a final. N. R. J. artt. 257, 270, 274, § 2, e 537. Ord. liv. 3, tit. 20, § 22. Pereira e Sousa, § 219. Sr. Mello Freire, cit. § 9 (§§ 329 e 376).

§ 436

Os instrumentos apresentados em juizo podem ser arguidos de falsos, ou suspeitos em todo, ou em parte; tanto pelos vicios internos, como pelos externos. Pereira e Sousa, § 221. Sr. Mello Freire, cit. § 12. Ord. liv. 3, tit. 60. Dig. Port. n.ºs 1007—1011.

Sendo arguidos de falsos, suspendesse o conhecimento da causa principal, até se decidir este incidente, N. R. J. art. 274, § 2 *in fin.*; e procede-se pela fórmula, que ensina o Sr. Correia Telles, *Form. dos Libel.* § 121, e Man. do Proc. Civ. §§ 558 e 559. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2880 e 2881.

§ 437

Os instrumentos, que se tiverem perdido, podem ser reformados. Se são autos publicos, procede-se á sua reforma pelo modo

prescripto pela N. R. J. artt. 285—289, e como ensina o Sr. Correia Telles no *Man. do Proc. Civ.* §§ 613—617, e Form. dos Libel. § 122 ¹¹⁰.

Sendo porém outros documentos, de que não podem obter-se de novo traslados authenticos ¹¹¹, então procedesse á sua reforma pelo modo seguinte: — Deve a parte allegar a perda dos documentos, e qual o seu theor, com citação da parte. Provando por homens discretos e entendidos claramente, qual o theor do instrumento, e como foi notado e perdido, esta prova tem tanta fé, como se o dito instrumento fôsse offerecido. Em caso que se prove ser o instrumento dotado e perdido, se as testemunhas assim qualificadas não disserem claramente o theor do contracto conteúdo n'elle, tal prova não aproveitará ao requerente, salvo provando elle, que no tempo, em que o dito instrumento havia de ser offerecido, foi perdido por causa e culpa da parte contrária. E sendo a prova por pessoas, que não tenham as qualificações das acima mencionadas, estas só fazem meia prova. N. R. J. art. 285, § 6. Ord. liv. 3, tit. 68, § 6. Pereira e Sousa, § 222. Sr. Mello Freire, cit. § 11. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2799.

ARTIGO IV

Da prova judicial por testemunhas ¹¹²

§ 438

E admittida o prova de testemunhas para qualquer quantia, ou cousa, que se pessa, salvo se a escriptura fôr substancial do contracto. N.

¹¹⁰ Quando forem subtraídos ou furtados, algum processo, documento ou escripto tem logar o procedimento e penas estabelecidas no art. 424, e §§ respectivos do Código Penal.

¹¹¹ Pelo Alvará de 27 de Abril de 1647 póde extrair-se da nota do tabellião um segundo traslado sem necessidade da provisão, que exigia a Ord. liv. 3, tit. 60, pr.; jurando as partes que não sabem das primeiras escripturas, e havendo despacho do juiz. Vid. Lobão, *Seg. Linh.* nota 452, n.º 6. Sr. Coelho da Rocha, § 182.

¹¹² Sobre a prova judicial por testemunhas, vid. Sr. Mello Freire, liv. 1, tit. 17. Pereira e Sousa, §§ 223—232. Lobão, *Seg. Linh. ibidem.* Dig. Port. liv. 1, n.ºs 984—988. Sr. Coelho da Rocha, §§ 183—185. Sr. Peniz, §§ 232—238. Ord. liv. 3, tit. 56, e Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 268—286.

R. J. art. 463. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2798 e 2879—2881. A escriptura é substancial do contracto:

1.º Na emphyteuse ecclesiastica. Ord. liv. 4, tit. 19, pr.;

2.º Na doação, que houver de ser insinuada. Cit. Ord.;

3.º N'aquelles contractos, em que as partes prometteram fazer escriptura pública. Cit. Ord. § 1;

4.º Na hypolbeca. Lei de 20 de Junho de 1774, §| 33;

5.º Nos esponsaes. Lei de 6 de Outubro de 1784, § 1;

6.º Nos contractos de compra e venda excedentes a cincoenta mil réis. Lei de 9 de Junho de 1849 ¹¹³.

¹¹³ A Ord. liv. 3, tit. 59 exigia a prova por escriptura pública nos contractos excedentes a 4\$000 réis em bens de raiz, e a 60\$000 réis em moveis, ou dinheiro. O Alv. de 16 de Setembro de 1814 § 2 triplicou estas quantias; e por tanto era exigida a escriptura pública desde esta época nos contractos excedentes a 12\$009 réis em raiz, e 180\$000 réis em moveis, ou dinheiro. Porém o Desembargo do Paço pelo seu Regimento § 76, concedia provisões para fazer a prova de direito commum, isto é, por testemunhas; e posto que aquelle § limitava aquella concessão para as causas não excedentes a 200\$000 réis, eram ellas ultimamente concedidas em toda e qualquer quantia pelo novo Regimento de 25 de Julho de 1713. Vid. Sr. Mello Freire, liv. 1, tit. 8, §§ 6—8.

Era este o estado da legislação ao tempo da publicação do Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832, que no art. 84 decretou a admissão da prova testemunhavel em todas as questões; qualquer que fôsse a sua natureza e valor. A Ref. Jud. 2.ª parte, art. 116 estabeleceu a mesma doutrina acrescentando as palavras: — salvo se a escriptura fôr substancial do contracto.— Igual disposição foi repetida no art. 463 da N. R. J. Ultimamente á Lei de 9 de Junho de 1849, que é uma lei de Fazenda, decretou a necessidade da escriptura pública, com pagamento de siza, nos contractos de compra e venda de bens de raiz excedentes a 50\$000 réis. É esta uma disposição avulsa, cujo pensamento foi a melhor cobrança do tributo da siza; mas devia depender da solução da questão geral, e mais transcendente, — se a escriptura pública deve ser exigida como substancial para a prova nos contractos de maior quantia? — A nossa opinião é affirmativa, e entendemos ser conveniente uma providencia n'este sentido, para evitar o prevenir demandas, e garantir a estabilidade da propriedade. — Uma escriptura pública é prova provada; attesta em todos os tempos o theor das convenções, e conserva fielmente a substancia d'ellas: e contractos ás vezes importantes; e de que depende a fortuna de familias, não ficam sujeitos á contingencia da prova testemunhal. As provas literaes são as que Bentham chama preconstituídas, isto é, estabelecidas pelas leis para prova permanente dos direitos; e segundo sua opinião são ellas muito convenientes para prova dos direitos sobre immoveis, ou de obrigações resultantes de contractos mais importantes. É conforme a estes principios a legislação franceza, como se vê do Codice Civil, artt. 1341—1348.

7.º Nas vendas, trocas, doações, hypothecas, ou subemphyteuticações de bens foreiros á Fazenda Nacional. Decr. de 26 de Novembro de 1836, artt. 3 e 4; e Port. de 21 de Junho de 1837. Vid. Correia Telles, *Man. do Tab.* § 2, e *Acç.* § 347.

§ 439

Testemunhas são as pessoas, que vêm chamadas a juízo para declararem o que sabem sôbre os factos contestados entre as partes.

Tambem entendemos ser de justiça e conveniencia pública restabelecer para as causas, fundadas em escriptura pública o nosso processo de assignação de dez dias (1).

(1) O Sr. Seabra na sua obra: — *A propriedade philosophia de direito para servir de introdução ao commentario sôbre a lei dos foraes*, vol. 1, parte 1.^a, cap. 8, nota 5 ao § 5, pag. 269, não obstante reconhecer a maior segurança da prova por escripto pronuncia-se pela doutrina do art. 84 do Decreto n.º 34 de 16 de Maio de 1832, não admittindo as excepções da Ref. Jud. art. 116, reproduzidas na N. R. J. art. 463 principalmente por não se ter acautelado as injustiças e espoliações, que podem ter logar pelo extravio das escripturas, e entende ser melhor que a lei deixe aos interessados o cuidado de prover, como melhor lhes pareça, á segurança das suas convenções. Por muito respeitavel, que é, a opinião d'este nosso amigo, e distincto jurisconsulto não podemos abraçar-a: é incontestavel a segurança, e vantagem da prova documental, e a conveniencia de celebrar as convenções de maior importancia por escriptura pública: a sociedade interessa que a legislação dirija os cidadãos nos seus contractos e transacções premunindo-os contra os riscos, que podem correr suas fortunas, e a sorte de suas familias pela imprevidencia, incuria, ou boa fé. Além da facilidade com que no foro patrio se prosttuem os testemunhos falsos, como já reconheceu a Ord. liv. 1, tit. 86, § 5, a respeito das testemunhas d'entre Douro e Minho, facto que podia notar ácerca de todo o reino, como observa, e com razão, o Sr. Peniz na nota (p) ao § 239; é ainda contingente e precaria a prova testemunhavel nas convenções mais complicadas, e celebradas em épocas mais remotas; já porque tenham fallecido, ou ausentado-se as testemunhas, que podiam attestar o seu theor e condições; já porque a memoria é fallivel, e por muito provas e verdadeiras que sejam as testemunhas sueccderá, que não possam conscienciosamente depor ácerca de todas as circumstancias, e especialidades das convenções, conservando apenas ideias a respeito da substancia d'ellas. E será conveniente deixar á liberdade dos interessados a segurança das suas convenções?

Reconhecemos que a perda e extravio das escripturas pode ter logar por muitos accidentes, como o incêndio, as inundações, as guerras, etc., e que a legislação n'estes, casos deve prescrever os meios de os reformar, ou substituir a sua prova; e a lei patria não foi tão imprevidente que na Ord. liv. 3, tit. 60, § 6 não estabelecesse algumas regras a tal respeito (vid. § 437 d'estes Elementos). Nos codigos estrangeiros, em que é admittido o principio da necessidade da escriptura pública nos contractos de maior importancia, se estabelecem regras e meios de prova para o caso da perda e extravio das escripturas. Cod. Civ. Fr. artt. 1341—1348. As regras da Ord.— são por ventura imperfeitas ou incompletas, e seria para desejar que a Ref. Jud. tendo sujeitado á prova por escriptura alguns contractos, aperfeiçoasse aquellas regras; mas esta omissão não destrua a conveniencia do principio que defendemos. Vid. *Tractado Academico forense de procedimentos judiciaes* por D. Pedro Gomes de la Serna, e D. Jnan Manuel Montalban, liv. 2, tit. 8, secção 5.^a § 2, n.º 54. Raymond Bordeaux. liv. 3, cap. 3 a pag. 359, cap. 22, e Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2879 a 2881 Vid. nota final á secção 10, e respectivos artigos sôbre provas judiciaes.

Podem ser testemunhas todas as pessoas, que não são expressamente proibidas. Ord. liv. 3, tit. 56, pr. Pereira e Sousa, § 223. Sr. Coelho da Rocha, § 183. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2882.

§ 440

São proibidos por incapacidade natural: 1.º os furiosos, excepto nos intervallos lucidos; 2.º os mentecaptos e desasistados; 3.º os cegos e surdos, em quanto ás cousas, que elles não poderem entender, senão pelos sentidos, que lhes faltam; 4.º os impuberes, mas podem ser perguntados sem juramento. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2883 e 2884, e § un.

Não podem ser testemunhas pela disposição da lei: 1.º os escravos ¹¹⁴; 2.º os presos, excepto *a)* se antes da prisão foram nomeados para testemunhas; *b)* sendo presos por feito civil, ou crime leve; *c)* a respeito dos casos e malefícios feitos na cadeia; 3.º os filhos nas causas de pães, e estes nas dos filhos, ainda illegitimos; e esta disposição se estende a toda a ordem de descendentes e ascendentes; 4.º o marido na causa da mulher, e vice versa; 5.º o irmão na causa do irmão; 6.º os inimigos capitães nas causas dos inimigos; 7.º o condemnado á perda dos direitos politicos. Art. 59 do Cod. Pen.; 8.º os advogados, professores, medicos, cirurgiões e parteiras a respeito dos segredos obtidos em virtude da sua profissão. Arg. do art. 903 da N. R. J. Sr. Coelho da Rocha, § 184. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 17, § 2. Pereira e Sousa, § 124, e nota 477. Dig. Port. n.º 975, Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2885, e § un.

Nas causas crimes não podem ser testemunhas as pessoas mencionadas no § 104 dos Elementos do Processo Criminal.

¹¹⁴ Esta disposição poderá ainda ter logar em algumas das nossas possessões de Africa e Asia.

§ 441

Ha porém algumas pessoas, que, posto que não sejam proibidas de jurar, são com tudo defeituosas; e o seu depoimento é suspeito; e porisso podem ser contradictadas pelas partes; e ao arbitrio do juiz, ou jurados fica o determinar o grau de credibilidade, que merecem as testemunhas contradictadas.

São suspeitos por falta de boa fama: 1.º os condemnados por crime de falsidade; 2.º os infames; taes são *a)* as meretrizes; *b)* os malfeitores; *c)* os ébrios por habito; *d)* os fallidos de má fé: *e)* os jogadores por officio.

São suspeitos de parcialidade: 1.º os socios, e os interessados no vencimento da causa; 2.º os parentes até ao 4.º grau, contado segundo o direito canonico, em que se comprehendem os affins; 3.º os amigos intimou; 4.º os domesticos e os criados; 5.º os inimigos, parentes, e intimos amigos d'elles.

Finalmente são suspeitos de suborno: 1.º os que recebem dinheiro para irem jurar; 2.º aquelles, com quem, depois de nomeados para testemunhas, fallou a parte, ou outrem por ella, só e occultamente; 3.º aquelles, a quem a parte perante outrem rogou, que dissessem, ou occultassem alguma cousa; N. R. J. art 528. Sr. Mello Freire, cit. §§ 2 e 3. Sr. Coelho da Rocha, § 185. Dig. Port. n.º 977—981. Pereira e Sousa, §§ 225 e 226, e notas 480, 481 e 482. Lobão, *Seg. Linh. ibidem*. Sr. Seabra *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2887 e 2889.

§ 442

As testemunhas devem ser juradas conforme o rito da sua religião ¹¹⁵,— e contestes; —devem dar razão sufficiente do facto, que a

¹¹⁵ O Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2830 diz — ou debaixo de palavra de honra, se á testemunha fôr prohibido jurar pela sua crença, ou religião.

(firmam, e das suas circumstancias, — e declarar seus nomes, profissão, estado, idade e morada; e as relações de parentesco, ou de familia, em que se acham com as partes, ao que se chamam coslumes. Pereira e Sousa. § 228. Sr. Coelho da Rocha, § 183. Sr. Mello Freire, cit. § 6. Dig. Port. §§ 969 e 972. N. R. J. artt. 464 e 527. Cod. Com. art. 963.

§ 443

A pessoa nomeada para testemunha tem obrigação de comparecer em juízo, podendo a isso ser compellida pelo juiz, e conduzida debaixo de custodia, e ser mulctada. Cod. Pen. art. 189, e §§ 1—3. E tem direito a uma indemnização de trezentos réis. Sr. Mello Freire, cit. § 5. N. R. J. artt. 249, § 3, e 534, § 4. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2886.

§ 444

As partes podem produzir até tres testemunhas nas causas da competencia dos juizes eleitos. N. R. J. art. 237. Nas causas, que cabem na alçada do juiz ordinario, é permittido produzir até cinco testemunhas a cada um dos factos, que deduzirem. N. R. J. art. 248, § 10. Porém nas causas, que excedem a alçada do juiz ordinario, excedam, ou não, a alçada do juiz de direito, podem produzir a cada um dos factos até oito testemunhas. N. R. J. artt. 268, § 1, e 534, § 5.

§ 445

As testemunhas devem ser inquiridas perante o juiz pelas partes, ou seus procuradores ¹¹⁶; e na falta d'estes pelo juiz ¹¹⁷: é licito á parte fazer observações e instancias ás testemunhas produzidas pela parte adversa. São primeiro inquiridas as testemunhas do autor, e depois

¹¹⁶ O contrário estabelecia quanto aos procuradores o Assento de 7 de Julho de 1714; e é determinado no art. 276 do Cod. do Proc. Civ. Fr.

¹¹⁷ As testemunhas nas causas civeis poderão ser inquiridas todos os dias da semana, em audiencia pública, quando o juiz julgar conveniente para andamento das causas, ou lhe fôr requerido por alguma das partes. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 6.

as do réo pela ordem, em que estiverem no rol: aquelles são perguntadas pela materia da acção, e estas sôbre a defesa.

Quando as causas excedam a alçada do juiz, que as ha de julgar, escrevem-se por extenso os depoimentos das testemunhas; excepto: 1.º quando as partes renunciavam ao recurso: 2.º nas causas julgadas em audiencia geral com intervenção do jury; em que se não escrevem nem por theor, nem por extracto; mas é permittido ás partes e jurados fazer ás testemunhas as perguntas, que julgarem necessarias, e tomarem notas dos seus depoimentos. N. R. J. artt. 237, 241, § 3, 249, § 2, 269, § 3, 527, 529 e 532. Vid. Pereira e Sousa, §§ 230 e 231. Sr. Mello Freire, cit. §§ 6, 7 e 8. Sr. Peniz, § 233.

§ 446

As testemunhas podem ser contradictadas pelas partes, allegando algum dos defeitos referidos no § 441, e que fazem suspeitos os seus depoimentos. As testemunhas, para prova das contradictas, são inquiridas no fim do depoimento das testemunhas a que sao oppostas as contradictas ¹¹⁸: e quando tiverem sido inquiridas por Carta Precatoria, podem ser contradictadas no acto, em que a carta d'inquirição fôr lida em audiencia. As contradictas e depoimentos das testemunhas, produzidas para sua prova, serão escriptos por extenso nos casos, em que tambem o são os depoimentos das testemunhas (§ antecedente). N. R. J. artt. 269, § 3, 273, §§ 1—3, e 528. Vid, Pereira e Sousa. § 232. Dig. Port. n.ºs 977—980 e 982, Sr. Peniz, § 235. Ord. liv. 3, tit. 58. Sr. Mello Freire, cit. § 9.

§ 447

Devem ser mostrados ás testemunhas quando estas, ou as partes o requererem, os documentos produzidos por uma e outra parte;

¹¹⁸ Segundo a Ord. liv. 3, tit. 58, § 2 eram oppostas as contradictas ás testemunhas antes que se soubesse do depoimento. O mesmo estabelece o Cod. do Proc. Civ. Fr. art. 270. Vid. Sr. Castro Neto, nota ao art. 628 da N. R. J.

bem como o juiz *ex officio*, a requerimento das partes, ou a requisição de qualquer dos jurados, procederá á acareação das testemunhas entre si, ou com as partes; ou á das partes umas com as outras. Decr. n.º 24, art. 103. Ref. Jud. 2.^a parte, artt. 175 e 176? N. R. J. artt. 530 e 531.

§ 448

Regularmente duas testemunhas maiores de toda a excepção fazem prova plena ácerca dos factos controvertidos em juízo. Ord. liv. 1, tit. 62, § 21 ¹¹⁹; excepto: 1.º nos casos, em que a lei exige maior número de testemunhas, como nos testamentos, e outros contractos e negocios. Ord. liv. 4, tit. 80, e tit. 102, § 3; 2.º nos contractos, em que se requer escriptura pública para prova (§ 438). Porém uma só testemunha faz prova plena: 1.º quando é contra-producente; 2.º se depõe de facto proprio, concorrendo algumas conjecturas, e sendo a causa civil e modica; 3.º nos casos, em que a lei só exige uma testemunha ¹²⁰; 4.º nas causas, que pertencem ao oífficio da testemunha, .como pessoa pública. Pereira e Sousa, § 227 e nota 483. Sr. Mello Freire, cit. § 10. Dig. Port. n.º 967. Cod. Com. art. 961. Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ. artt. 2891—2894.

§ 449

As testemunhas moradoras fora do julgado só podem ser inquiridas por carta precatoria dirigida ao juiz do julgado, aonde estiverem e houverem de ser inquiridas.¹²¹

¹¹⁹ Quando os factos são julgados por jurados, estas regras ácerca das provas servem só aos advogados para tirarem argumento, e moverem a convicção dos jurados, a quem pertence apreciar a força probante das testemunhas; e que para julgar só carecem da certeza moral, e não da legal. N. R. J. art. 528, e § 402, nota (73).

* Sendo a prova testemunhavel de uma outra parte de igual força, prevalecerá a condição do réo. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2894.

¹²⁰ Taes são os casos especiaes das Ordd. liv. 1, tit. 21, § 6. tit. 24, § 17, tit. 66, § 27, tit. 68, § 13, e liv. 3, tit. 55, § 10, liv. 4, tit. 18, e liv. 5. tit. 87, § 1, e tit. 117, § 10. Sr. Seabra. *Proj. do Cod. Civ.* art. 2891. (Vid. nota (81) ao § 413).

¹²¹ Em accordão da Relação de Lisboa, que consta da Gazeta dos Tribunaes n.º 788, se decidiu, que as testemunhas moradoras nos julgados fóra da cabeça da comarca podem

O juiz, quando mandar passar carta precatoria, marca logo o prazo dentro do qual se ha de juntar aos autos com os respectivos depoimentos. O prazo não póde exceder a dois mezes dentro do reino; sendo para fora, observa-se o disposto na Ord. liv. 3, tit. 54.

A carta precatoria deve conter simplesmente os artigos, a que as testemunhas houverem de depor e os nomes d'estas, seus officios e moradas. A parte contraria é sempre citada para a remessa. N. R. J. art. 269, §§ 1 e 2 (§ 199).

§ 450

Os juizes deprecados devem cumprir immediatameote as cartas de inquirição, sem lhes opporem embaraço algum.

As testemunhas devem ser perguntadas em audiencia; a parte contrária póde oppôr-lhes contradictas, e fazer-lhes as perguntas, que julgar convenientes. As páginas dos depoimentos devem ser rubricadas pelo juiz, escrivão, respectiva testemunha, se souber escrever, e pelo advogado, ou procurador da parte contrária, estando presente. N. R. J, art. 269, §§ 2, 3 e 4. Vid. Sr. Peniz, § 234.

§ 451

A carta de inquirição com os originaes depoimentos, e contradictas, se as tiver havido, será entregue a parte; ficando sómente traslado dos depoimentos, contradictas e sua prova no juizo deprecado: e aquella será junta pela parte aos autos no cartorio do escrivão dentro do prazo, flue para isso lhe tiver sido marcado. N. R. J. art. 269, §§ 5 e 6.

em causas civeis ser compellidas a ir jurar á cabeça da comarca. O illustrado redactor da Gazeta combate esta decisão, e com justo motivo, porque a disposição do art. 269 e §§ 1 e 2, está em opposição com a doutrina do accordão. É porém certo que no foro tem prevalecido aquella doutrina. Tambem tem sido práctica não serem inquiridas por carta precatoria do juiz ordinario as testemunhas da cabeça da comarca, mas serem inquiridas pelo juiz de direito, quando a causa lhe vae para julgamento. Vid. gr. Castro Neto, nota 5 ao art. 269 da N. R. J.

§ 452

A inquirição das testemunhas — *ad perpetuam rei memoriam* — póde ter logar nos termos da Ord. liv. 3, tit. 55, §§ 7—10. É permittido ao autor requerer esta inquirição antes, ou depois de ter intentado a acção, quando as testemunhas são de provecta idade, enfermas, ou valetudinarias, ou proximas a ausentar-se para fora do reino ¹²².

O réo póde requerer a inquirição — *ad perpetuam rei memoriam* — quando receia ser demandado, e ainda que as testemunhas, que pretende inquirir, não sejam enfermas, velhas, nem se queiram ausentar. Ord. liv. 3, tit. 55, §§ 7 e 8. Sr. Peniz, § 237.

§ 453

A parte, que pretender esta inquirição, requer ao juiz para que se assigne o dia, em que as testemunhas hão de ser inquiridas em audiencia; ou em casa, não podendo ellas comparecer; senda a parte citada previamente; é porém dispensada esta citação, quando a parte está ausente do logar, e o juiz e escrivão conhecem a testemunha, nos termos da Ord. liv. 3, tit. 55, §§ 9 e 10. N. R. J. art. 270. Sr. Peniz, nota ao § 237.

§ 454

Na inquirição — *ad perpetuam rei memoriam*, se observará na parte, que lhe fôr applicavel, o que fica exposto nos §§ 450 e 451. N. R. J. art. 270, §§ 1 e 2.

¹²² Sendo antes da proposição da acção, aonde deve ser requerida a inquirição, no juizo da causa principal; ou no da residencia das testemunhas? Parece deve ser aonde residem as testemunhas; pois os artt. 269 e 372, § 2 referem-se ao caso de se ter já proposto a acção; e então é ao juiz da causa que pertence proceder ao inquerito das testemunhas se forem moradoras no seu julgado, ou mandar expedir carta precatoria para as de fora do julgado.

A Ord. liv. 3, tit. 55, § 7 não marca, a idade em que a testemunha se póde considerar velha para o effeito de ser, inquirida *ad perpetuum*. Silva a esta Ord. diz, que fica ao arbitrio do juiz, excepto se as testemunhas tiverem 70 annos: porque então, segundo Heineccio ás Pandectas, parte 1.^a, § 130, a idade de 70 annos se reputa velhice.

ARTIGO V

Das presumpções¹²³

§ 455

“ Presumpção é a legitima consequencia que a lei, ou o juiz tira de um facto conhecido para a verdade de outro desconhecido.” Sr. Coelho da Rocha, § 193. Dig. Port. n.º 1031. Pereira e Sousa, § 248. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2896.

§ 456

As presumpções são legaes, ou de direito; — e simples, ou de homem. — Presumpção de direito é a que a lei manda ter por verdade, em quanto se não mostra o contrário; taes são: 1.º a presumpção do casamento ser por carta de metade: 2.º, que estão pagas as rendas antecedentes, havendo recibos das posteriores: 3.º, que a dívida se acha paga, *a)* quando o credor entregou o titulo ao devedor, *b)* e quando o titulo se acha rasgado; 4.º, na acção negatoria a presumpção de que o predio é livre. Sr. Mello Freire, liv. 4. tit. 6, § 17. Borges Carneiro, tom. 4, § 74, n.º 26, e § 82, n.º 13. Dig. Port., tom. 3, n.º 476.

Tambem se dividem as presumpções de direito em presumpções *juris*; — e presumpções *juris et de jure*: estas, são as em que se não admitte prova em contrário, e porisso são antes disposições da lei, do que especie de prova; tal é a que resulta da cousa julgada; e a que nasce do juramento judicial ou decisorio. Pereira e Sousa, § 249, e nota 523. Sr. Coelho da Rocha, §§ 193 e 194. Sr. Mello Freire, cit. §7. Sr. Peniz, § 228.

¹²³ Vid. Pereira e Sousa, §§ 248—254. Lobão, *Seg. Linh. ibidem*. Dig. Port. n.ºs 1031—1042. Sr. Coelho da Rocha, §§ 193—195. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 16, §§ 6—11. Sr. Peniz, §§ 228—231.

§ 457

As presumpções de direito subdividem-se em geraes e especiaes; e estas em violentas e leves. Presumpções geraes são as que se deduzem de factos geraes; e especiaes, as que provêm de factos circunstanciados. São presumpções violentas as que formam o summo grau de probabilidade; e leves as que formam menor grau de probabilidade. Em collisão de presumpções, a presumpção especial prevalece á geral: e entre as especiaes, as violentas prevalecem ás que o não são. Concorrendo sómente presumpções simples, tem então logar o prudente arbitrio do juiz. Pereira e Sousa, nota 523, e §§ 253 e 254. Dig. Port. n.ºs 1038 e 1039. Sr. Peniz, § 231.

§ 458

Presumpção simples, ou de homem é aquella, que por si só não faz prova alguma, e só ajuda e confirma a que resulta d'outra parte, ex. gr., o que mente em parte, presume-se mentir em todo. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 16, § 7. Sr. Coelho da Rocha, § 193. Pereira e Sousa, nota 524. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2899.

§ 159

As presumpções *juris et de jure* não admittem prova em contrário. As presumpções *juris*, ou legaes, produzem o effeito de dispensar da prova a parte, em favor de quem ellas militam; e o juiz decide por eitos, em quanto não são elididas por prova contrária. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2897 e 2898.

As presumpções simples, ou de homem não eximem aquelle, que as tem em seu favor, do onus da prova, nem este se transfere para a parte contrária. Dependendo prudente arbitrio do juiz o avaliar a importancia d'estas presumpções, devendo excluir as que não forem graves, precisas, e concordantes com a natureza do facto presumido.

Pereira e Sousa, §§ 252 e 254. Sr. Coelho da Rocha, §§ 194 e 195. Sr. Mello Freire, cit. § 10. Sr. Peniz, §§ 228—230. Dig. Port. n.ºs 1032. 1035 e 1042. Sr. Seabra, Proj. do Cod. Civ. art. 2899.

ARTIGO VI

Dos arbitramentos ou exames ¹²⁴

§ 460

Os arbitramentos, ou exames, e as vistorias são meios extraordinarios de prova, que só têm logar, quando as provas ordinarias não bastam para esclarecer o juiz; e quando para a decisão da causa é necessario determinar a existencia, qualidade, ou circumstancias de alguma cousa permanente e visivel, ou pelo exame e parecer dos peritos, ou pela inspecção ocular. Pereira e Sousa, § 202, e nota 534. Sr. Coelho da Rocha, § 196. Cod. Com. art. 989. Sr. Peniz, § 224.

Procede-se a estes meios de prova, ou por determinação do juiz *ex officio*, ou a requerimento da parte; mas nunca depois de propostos os quesitos ao jury. N. R. J. art. 467. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2778 a 2779.

§ 461

“ Chama-se arbitramento a estimação, exame, ou parecer dado por louvados, ou peritos sobre o facto, de que depende a decisão da causa. ” Sr. Coelho da Rocha, § 195. Pereira e Sousa, § 255. Tem logar— quando se tracta da avaliação de terras, ou trabalhos rusticos; — exames

¹²⁴ A N. R. J. artt. 461, 467 e seguintes, tracta conjunctamente dos exames e vistorias, sem fazer distincção alguma entre estes meios extraordinarios de prova; quando alguma diversidade ha entre exames ou arbitramento, e vistorias; sendo estas, como diz Lobão, as averiguações, a que os juizes assistem, relativas a bens de raiz; e ás outras averiguações se chamam exames. Seguindo pois a ordem adoptada por Pereira e Sousa, e pelo Sr. Coelho da Rocha, tractamos n'este artigo primeiro dos exames ou arbitramentos; e depois tractaremos das vistorias. Vid. Pereira e Sousa, *Prim. Linh.* §§ 255—258. Lobão, *Seg. Linh.* notas 534—537.

de contas — e reconhecimento de letras ¹²⁵. Pereira e Sousa, nota 534. Sr. Coelho da Rocha, § 196.

§ 462

A nomeação dos louvados, ou peritos ¹²⁶ tem lugar na audiência assignada pelo juiz; cada uma das partes nomeia tres; d'elles escolhe um a outra parte, e dos restantes escolhe o juiz um para desempate ¹²⁷. O terceiro louvado deve precisamente conformor-se no seu laudo com um dos dois antecedentes. Ord. liv. 3, tit. 17, § 2. Pereira e Sousa, nota 536. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2781—2783.

§ 463

Aos exames e arbitramentos deve preceder o preparo para o juiz, escrivão e peritos na conformidade das tabellas leaes. Este preparo é pago pela parte que o requereu, ou pelo que interessa no andamento da causa ¹²⁸. N. R. J. art. 476. Pereira e Sousa, nota 538.

§ 464

Feita a nomeação dos peritos, ou Louvados, o juiz lhes defere juramento, e as partes, ou o juiz, lhes indicam os pontos controversos, que elles têm que examinar, de modo que possam dar os seus laudos com

¹²⁵ Quando em resultado do exame se declara por falso, ou falsificado em parte essencial algum documento, a parte prejudicada póde proceder criminalmente; e se suspende o conhecimento da causa. N. R. J. art. 537, § 2, e Correia Telles, *Man.* § 238.

¹²⁶ Não podem ser louvados os inhabeis para administrar seus bens, ou condemnados por crime do roubo, furto, falsidade ou bancarrota fraudulenta. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.*, art. 2782. E podem ser recusados pelos motivos de suspeição, que podem oppôr-se ás testemunhas (§§ 439—441); e ainda os nomeados pelas partes, se depois da nomeação acerescer, motivo justificado. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2782, 2784—2786.

¹²⁷ Se as partes se recusarem á nomeação de louvados, será feita a nomeação pelo juiz. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2785.

¹²⁸ Lobão, *Suppl. ás Seg. Linh.* § 40, é de opinião, que, sendo o exame ou vistoria determinada pelo juiz *ex officio*, devem as despesas ser pagas por ambos os litigantes; e d'este parecer é o Sr. Peniz, § 24, nota (f). Tambem o cit. Lobão, § 42, diz, — que na vistoria requerida por uma das partes, se outra se louva, comparece, e requer sua justiça, deve pagar metade. Mas a práctica do foro é conforme a doutrina expendida no §; e esta se seguiu geralmente em todos os tempos. *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 310.

individação e clareza. As partes podem assistir aos exames e arbitramentos por si, ou por seus procuradores, mas não podem estar presentes á votação dos louvados.

O parecer dos louvados será reduzido a escripto por um d'elles, ou pelo escrivão na presença do juiz; e o competente auto é assignado pelo juiz, escrivão e louvados, e se junta ao processo para servir de documento. N. R. J. artt. 469 e 470, § un.¹²⁹

§ 465

O arbitramento não tem o effeito de sentença, mas só de prova subsidiaria; e o juiz não é obrigado a seguir precisamente o parecer dos louvados, mas deve dar-lhe a fé, que as circumstancias, conhecimentos e exposição dos louvados lhe merecer. Pereira e Sousa, §2 58, e nota 517. Sr. Coelho da Rocha, § 196 in fin. Ord. liv. 3, tit. 17, §§ 4, 5 e 6. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art.

ARTIGO VII

Das vistorias¹³⁰

§ 466

A vistoria é o acto judicial, pelo qual o juiz se certifica do facto controvertido em juizo por meio da inspecção ocular. É uma prova subsidiaria e extraordinaria, que só tem logar na falta d'outras. Pereira e Sousa, § 259, e nota 518. Sr. Coelho da Rocha, § 197. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2778.

¹²⁹ O arbitramento e vistoria póde repetir-se, se a primeira não tiver sido feita regularmente. Ord. liv. 3, tit. 17, §§ 3 e 5; e Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* art. 2780. Vid. Sr. Castro Netto, nota ao art. 467 da N. R. J.

¹³⁰ Vid. Pereira e Sousa, Prim. Lin. §§ 259-263. Lobão, Supplem. ás Seg. Lin. Tract. 44 das vistorias.

§ 467

Póde a vistora ser ordenada pelo juiz *ex officio*, ou a requerimento da parte, mas antes de propostos os quesitos ao jury, N.R.J. art. 467.¹³¹

§ 468

A vistoria tem lugar: 1.º nas questões a respeito de limites: 2.º na nunciação de nova obra: 3.º nas causas de servidões rusticas e urbanas: 4.º nas questões d'aguas: 5.º na liquidação de bemfeitorias: 6.º nas questões *de damno infecto*: 7.º finalmente em todos os casos analogos, que não podem bem avaliar-se e determinar-se, senão pela inspecção ocular. N.R.J. art. 290. Pereira e Sousa nota 538. Lobão, *Suppl. ás Seg. Linh. Tract. das Vistorias*.

§ 469

Quando na decisão da causa intervierem jurados, e a vistorua tiver por fim a averiguação de circumnstancias locaes, que não possam ser devidamente apreciadas sem a inspecção do terreno, ou localidades, as partes se louvarão em quatro jurados do quartel, que procedam ás necessarias averiguações, e estes ficam sendo membros do jury da causa.

Os jurados nomeados procedam á vistoria com o escrivão, com as partes, e informadores; esta se reduz a auto, sem intervenção do juiz; n'elle se declara o local, dia e hora da vistoria, nome de jurados, que foram presentes (sem fazer menção alguma do seu voto), das partes, e dos informadores, se os houve; e o auto é por todos assignado.

¹³¹ Nas causas, em que não intervem o jury, póde o juiz officiosamente procerder á vistoria, mesmo depois das provas, estando o feito concluso? O art. 467 da N. R. J. é especial para as causas, em que intervem o jury; e não achâmos motivo e fundamento juridico para que o juiz seja inhibido de empregar este meio de prova para conhecimento da verdade. É conforme a decisão do Supremo Tribunal de Justiça em Accordão de 14 de Junho de 1850, fundada nos artt. 237, § 2, 249, § 4; 310, § 2; 467 e 722 da N. R. J. (Gaz. Dos Trib. n.º 1224).

Os jurados, que assistiram á vistoria, no dia em que se julgar a causa, fazem aos outros jurados, que com elles forem n'ella juizes, um relatorio com todas as declarações e informações necessarias para elles poderem melhor entender as provas, que forem produzidas. N. R. J. artt. 471-474.

Nota final á Secção X e aos artigos 1-7 da mesma Secção

DAS PROVAS JUDICIAES EM GERAL

A materia das provas é um objecto de muita importancia e transcendencia; e a sua theoria em geral, diz Raymond Bordeaux, é um dos mais vastos assumptos, que podem abrir-se diante do espirito humano.

Toda a demanda suppõe um ponto de direito, e um ponto de facto, o ponto de direito, em regra, não é objecta de prova (§ 401); mas sim o ponto de facto, quando as partes não estão accordes n'elle. Portanto, todo o facto duvidoso, incerto e controvertido é necessario que seja provado nos debates judiciaes; e o primeiro dever e necessidade do juiz é verificar a verdade ou falsidade do facto, em que se funda a acção e defesa, por algum dos meios de prova, que a lei e circumstancias lhe permittirem. Será, pois, recorrendo umas vezes á confissão, ou juramento das partes; outras, ao depoimento das testemunhas, documentos, vistorias e exames, que o juiz chegará ao conhecimento da verdade. " E debaixo d'esta relação a prova é o meio da indagação da verdade do facto no ponto de vista juridico. "

Mas este assumpto pertencerá á esphera das leis do processo?

Bonniér (*Traité des preuves*) entende, que o logar natural das provas é noCodigo do Processo, salvo os casos especiaes, em que as regras sôbre a prova são o complemento necessario das regras de *fundo*, o que se verifica em materia de filiação no systema da legislação franceza. E Raymond Bordeaux, diz: — O direito tendo uma existencia independente da sua prova; a materia das provas pertence á cathegoria das leis *adjectivas*. Entretanto, o legislador francez tem collocado o que determina sôbre provas noCodigo Civil, que é a colleccão das leis *substantivas*. Mas

isto não é effeito de um systema bem combinado, mas de uma imitação do Pothier e Domat, que tractando especialmente das obrigações, tinham accessoriamente examinado como ellas se verificavam. Emquanto ao mais, no Codigo Civil só se consideram as provas *in abstracto*, tendo-se reservado para o Codigo do Processo, o que diz respeito á sua producção e emprego nos litigios. E concluo por observar que não só os artigos sôbre provas estão divididos pelo Codigo Civil e Codigo do Processo, mas que ainda estes dois Codigos reunidos não comprehendem uma theoria completa da prova.

As nossas collecções de Direito, e das leis do processo não apresentam systema algum regular sôbre provas, e as providencias sôbre esta materia estão dispersas por umas e outras. E os nossos escriptores ora nos seus tractados de *Direito Civil*, ora nos do *Processo* se occuparam indistinctamente d'este assumpto, taes são, entre outros os Srs. Coelho da Rocha nas *Instituições de Direito Civil*; Correia Telles no *Digesto Portuguez*; Pereira e Sousa nas *Primeiras Linhas sôbre o Processo Civil*; Srs. Peniz nos *Elementos de Práctica Formularia*; e Mello Freire nas *Instit. Jur. Civ. Lus.* liv. 4. tit. 16—20.

E pela nossa parte temos a ponderar, que, sendo a lei do processo o complemento da lei civil, e tendo estas íntima e estreita ligação entre, si, não podem deixar de se encontrar reciprocamente nas suas respectivas espheras: e que, não obstante algumas disposições sôbre provas terem logar proprio e forçado no Codigo Civil, este assumpto pertence, em regra, ás leis adjectivas; e entendemos, porisso, ser regular e até conveniente, que n'este nosso escripto abrangessemos não só as regras e principios, que regem a prova em geral, e nas suas diversas especies; mas o que diz respeito ao tempo, logar e modo do seu emprego e producção nos litigios.

Não permitttem os limites d'este escripto tractar amplamente da classificação, character, e valor relativo das diversas especies de prova;

cabe ás prelecções oraes dar-lhe maior desinvolvimento. Fallaremos apenas da prova litteral e testemunhal, de que já nos occupámos na nota (112) ao § 438, indicando os principios e regras, que n'este assumpto nos apresenta o Projecto do Codigo Civil.

Estas especies de prova comprehendem-se na classificação e distincção feita por Bentham em provas *preconstituídas*, e provas *casuaes*. A prova litteral é a principal e a melhor das provas *preconstituídas*. " É uma especie de monumento para no futuro fazer fé de um facto, ou de uma convenção; é um testemunho historico e invariavel para fazer fé do passado ", quando a sua data é fixada de uma maneira indubitavel. A prova testemunhal, a primeira das provas *casuaes*, é menos digna de confiança, porque se não póde contar com a intelligencia, memoria e veracidade das testemunhas.

Ninguém contesta a superioridade das provas *preconstituídas*. Controverte-se, porém, se o uso d'estas provas deve ser facultativo, ou imposto ás partes. A legislação franceza seguiu este último systema, e, segundo Raymond Bordeaux, ella marchou na via do progresso, e deu um bom exemplo aos povos, entre os quaes a prova testemunhal tem conservado todo o seu dominio. Para nós é fóra de dúvida, que o legislador tem direito de circumscrever a extensão das provas, e determinar o seu uso e preferencia. Com effeito, a prova *preconstituída* se distingue entre todas pela sua permanencia e segurança; e, como observa Bentham, a sua maior vantagem não é de terminar os processos, é de prevenil-os, porque ella tem para assim dizer uma *força antilitigiosa*.

O systema da nossa antiga e moderna legislação, bem como as nossas ideias sôbre este assumpto ficam expendidas na nota (112) ao § 438. O Sr. Seabra no Projecto do Codigo Civil apresenta algumas innovações, e melhoramentos, cortando muitas dúvidas, e resolvendo diversas questões, que o estado da legislação actual torna frequentes no foro.

Das disposições dos artt. 780, 2776, 2798 e 2879 se vê que a prova por testemunhas é admittida em regra; e que a validade dos contractos não depende em regra de formalidade alguma externa: mas n'aquelles em que a lei exige alguma formalidade, ex. gr., a escriptura pública, torna-se esta essencial, e a sua prova não póde ser supprida por testemunhas, nem por outro algum meio. Assim é essencial a escriptura pública nas convenções dos esposos antes do casamento relativamente a seus bens, art. 1140. — Na estipulação de fiança, caução, ou hypotheca especial para segurança do dote, art. 1183. — Na sociedade universal de todos os bens presentes e futuros, art. 1295. Na doação de bens de raiz é essencial a escriptura pública, ou escripto particular authenticado; e para os effeitos em relação a terceiro é preciso que seja registrada, art. 1521. É tambem essencial a escriptura pública, na venda de coisa immobiliaria excedendo a 50\$000 réis; sendo o preço inferior a esta quantia, póde ser feita por escripto particular com assignatura do vendedor, ou de outrem a seu rogo, não sabendo escrever, e duas testemunhas que escrevam o seu nome por inteiro, art. 1669. No escambo ou troca, art. 1673. Na convenção de juros ou interesses é essencial a escriptura pública, ou escripto particular authenticado, art. 1734. Tambem é essencial a escriptura pública no contracto de renda, ou censo consignativo, mas para produzir effeito em relação a terceiro, emquanto ao predio onerado, é necessario que seja registrada, art. 1748. Nos emprasamentos tambem é essencial a escriptura pública, art. 1752. E nas partilhas de bens immobiliarios é essencial a escriptura pública, ou auto judicial, art. 2357.

Das disposições acima referidas e outras vê-se quaes são as formalidades externas, que o Projecto doCodigo exige em diversos contractos; formalidades que nos termos do art. 780 são essenciaes para a sua validade; e assim desaparece a distincção da escriptura para prova do contracto, e para a sua essencia, que existe pela legislação vigente, e que é origem de muitas controversias no foro. Nas mesmas disposições se acham resolvidas algumas questões ainda muito controvertidas; que,

podendo ter uma solução diversa, na presença da actual legislação, tivemos por conveniente na conclusão d'esta nota dar conta d'ellas com a nossa opinião e razões pró e contra; e são as seguintes:

Tem sido disputado, se nos contractos de compra e venda e troca de bens de raiz, cujo valor excede a 50\$000 réis, deve intervir, como substancial, a escriptura pública, ou se é exigida apenas para a sua prova na Lei de 9 de Julho de 1849, art. 10. É importante esta questão, porque se reputarmos a escriptura pública, exigida sómente para prova, confessando a existencia do contracto um dos pactuantes, póde ser compellido pelo outro a fazer escriptura; e quando negue, póde ser obrigado a jurar sôbre o objecto d'elle: o que não pode verificar-se, se a escriptura for considerada substancial dos contractos referidos, como se deduz da Ord. liv. 4, tit, 19, § 2.

Antes de entrar na questão devemos ainda observar, que a Lei diz — que os mencionados contractos só podem fazer prova em juizo por escriptura pública — quando se fora bem redigida e explicita teria evitado a questão referida, e o pretexto para contrariar o pensamento da lei, que em nossa opinião exige a escriptura pública, como substancial.

Alguns jurisconsultos entendem, que a lei apenas exigiu para prova d'aquelles contractos a escriptura pública, porque só fallou da sua prova, e de nenhuma das suas palavras se deduz, que tomasse essencial a escriptura. E confrontando a redacção da Lei de 9 de Julho de 1819, art. 10, com a da Ord. liv. 3, tit. 59, onde se tracta da escriptura para prova, dos contractas com a Ord. liv. 4, tit. 19, em que se tracta da escriptura necessaria para a sua substancia, dizem — que o estylo d'aquella lei é muito semelhante ao da Ord. liv. 3, tit. 59. Accrescentam ainda, que se consegue por este modo o fim da lei, que foi a melhor cobrança do tributo da siza; e que não era preciso para esse effeito exigir-se a escriptura como substancial. Assim foi resolvido na Relação do Porto, em Accordão de 22 de Março de 1853, publicado na Rev. Jur. de Coimbra, n.º 97.

Outros jurisconsultos, porta, julgam, que, vigorando no tempo em que a lei se fez o art. 463 da N. R. J., que só torna precisa a escriptura, quando é substancial dos contractos, e a dispensa nos casos em que era necessaria para prova, segundo a legislação antiga, não é de suppor, que o legislador quisesse fazer reviver a distincção de escriptura, para prova, e escriptura para substancia dos contractos. O legislador, determinando no art. 10 da citada lei, que só por escriptura possam ser provados os contractos de compra e venda, e troca de bens de raiz de valor excedente a 50\$000 réis, rejeita a prova por escripto particular; o que mais se corrobora com a disposição do § unico do mesmo artigo, em que só a admite n'aquelles contractos, se o seu preço é inferior a 50\$000 réis, pagando-se a siza dentro de 60 dias. D'aqui se deduz, que os contractos mencionados, sendo de valor superior a 50\$000 réis, não podem ser provados e.m juizo por testemunhas, nem mesmo pela confissão da parte, ou por escripto particular, ainda que seja reconhecido pela parte, e seja feito por algumas daquellas pessoas, cujos escriptos têm a força de escripturas publicas. Ora se a lei exigisse a escriptura para prova, certamente daria ao escripto particular, reconhecido pela parte, a força de escriptura pública, nos termos do art. 462 da N. R. J., principalmente-se fosse d'alguuma das pessoas mencionadas na Ord. liv. 3, tit. 59, § 15. E tambem n'esse caso admittiria, que a parte fôsse obrigada a fazer escriptura, se confessasse o contracto, como permrttia a Ord. liv. 4, tit. 19, § 2; mas tal confissão, em vista da lei, nenhuma prova póde fazer em juizo. A nullidade do contracto por falta de escriptura foi estabelecida por interesse público, e porisso embora a parte confesse, o contracto é ineficaz. Além disto, para conseguir a melhor cobrança do tributo da siza, é mais adequado o meio de considerar essencial a escriptura, para validade de taes contractos, do que ser apenas necessaria para a sua prova. É, pois, nossa opinião, que a escriptura pública é elemento essencial dos contractos de compra e venda, e troca de bens de raiz, cujo preço excede a 50\$000 réis: n'esta conformidade são redigidos os artt.

1669 e 1673 do Proj. do Cod. Civ. Vid. Gaz. dos Trib. n.ºs 1860, 2000, 2093, 2484, 2511 e 2578.

A escriptura pública será substancial para as partilhas extrajudiciaes?

Em Accordão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de Novembro de 1855, publicado na Gaz. dos Trib. n.º 2094, foi decidido, que para taes actos era substancial a escriptura pública, ou homologação da mesma força e authenticidade, fundando-se na Ord. liv. 4, tit. 96, § 18. Parece-nos, porém, que a Ord. tornou a escriptura necessaria para prova das partilhas extrajudiciaes, mas não substancial das mesmas. O facto de declarar a citada Ord. que só depois de assignada a partilha em escriptura pública, ou em autos publicos, é irrevogavel, não prova, que a escriptura seja substancial de taes partilhas, porque o mesmo se póde verificar, suppondo-se exigida a escriptura para prova d'ellas. Demais para comprehendermos o pensamento do legislador devemos confrontar a Ord. liv. 4, tit 96, § 18, com a Ord. liv. 3, tit. 59, pr. aonde se diz — que nas divisões e partições de heranças, excedentes ao valor n'ella indicado, é necessaria para prova a escriptura pública. Sendo pois exigida la escriptura para prova das partilhas extrajudiciaes na Ordenação do Reino, não póde hoje reputar-se essencial para a sua validade em vista do art. 463 da N. R. J. como se tem entendido na práctica. Veja-se o art. 2357 do Proj. do Cod. Civ.

Para a validade dos pactos antenupciaes será essencial a escriptura pública?

O Sr. Coelho da Rocha, *Inst. Dir. Civ.* nota ao § 256, pretende sustentar a affirmativa, por ser esta a práctica, fundada na Resolução de 21 de Julho de 1536, e por serem estes pactos ordinariamente celebrados com o sponsalicio, para o qual a Lei de 6 de Outubro de 1784 torna indispensavel a escriptura pública. Mas a Ord.,

exigindo em geral a escriptura publica, para prova dos contractos, excedentes a certa somma, dispensou d'essa prova os dotes, convenções, e promettimentos, feitos nos casamentos, como se vê dos §§ 11 e 21 da Ord. liv. 3, tit. 59. E se a Ord. não torna precisa a escriptura, para prova de taes pactos, como poderemos hoje suppol-a exigida para a sua substancia? Nem obsta a práctica, porque esta não póde prevalecer contra a lei. Entendemos, pois, que para os pactos antenupciaes, que não forem celebrados conjunctamente com o esponsalicio, não é precisa a escriptura pública. Veja-se o art. 1140 do Proj. do Cod. Civ.

SECÇÃO 11.^a

Da conclusão

§ 470

A conclusão é o acto, pelo qual a causa se sujeita ao conhecimento do juiz. Pereira e Sousa, § 254.

O escrivão deve fazer os autos conclusos ao juiz, findos que sejam os articulados, e junctos, pelas partes, os rões dos testemunhas do julgado. O juiz, examinando o processo, e vendo que não ha cartas de inquirição requeridas, nem requerimento para exame, ou vistoria; se a elle pertence o julgamento ¹³², assigna dia de audiencia para inquirição das testemunhas do julgado, se algumas têm sido dadas em rol, e para julgamento da causa. Porém se o juiz é ordinario, e a causa exceder a alçada do juiz de direito, declara o processo preparado para ser remettido ao juiz de direito, a quem pertence depois assignar o dia de audiencia de julgamento. N. R. J. artt. 269, § 1, 271 e 306.

§ 471

Havendo nos autos requerimentos para cartas de inquirição, exames, ou vistorias, o juiz os defere; e apresentada a carta de inquirição, ou findo o termo para ella assignado; e feitos os exames e vistorias, a que se tenha mandado proceder, o juiz marcará dia de audiencia para julgamento da causa, ou declara o processo preparado para ser remettido ao juiz de direito no caso do § antecedente, 2.^a parte. N. R. J. artt. 261 e 306, § un.

¹³² Nas causas, que não excedem alçada do juiz de direito, processadas perante os juizes ordinarios, são estes competentes para o julgamento; porém, nas excedentes a alçada do juiz de direito são só preparadores, § 315.

§ 472

Antes do dia assignado para a discussão final da causa, póde alguma das partes requerer depoimento da parte contrária, o que terá logar pela fórma exposta nos §§ 408—411. N. R. J. art. 466.

Depois de assignado o dia do julgamento, podem as partes requerer exames, ou vistorias, a que se procederá pelo modo referido nos §§ 460—469. N. R. J. art. 487.

Tambem póde ter logar a substituição de testemunhas, se as dadas em rol se ausentaram, morreram, ou se impossibilitaram; com tanto que a substituição seja intimada á parte, pelo menos, cinco dias antes do dia do julgamento. N. R. J. art. 268, § 2. Vid. nota ao § 378.

§ 473

Nas causas, em que não-ha intervenção de jurados (§ 318), ou sejam julgadas pelos juizes de direito ou Ordinarios, devem estes, antes de designar o dia da audiencia de julgamento, examinar, se ha erros e nullidades no processo, supprindo as que forem suppriveis, ou declarando nullo o processado da nullidade em diante ¹³³, se elle fôr insupprivel, e condemnando nas custas quem tiver dado causa á nullidade.

Nas causas, em que ha intervenção de jurados, ou tenham sido preparadas pelos juizes de direito, ou pelos ordinarios; o juiz de direito conhece dos erros do processo, quando os autos lhe são apresentados pelos escrivães para declarar o processo instruido para a audiencia geral, e formar-se a respectiva tabella.

¹³³ Póde julgar-se o processo nullo, salvo os documentos. Assim, o julgou a Relação de Lisboa, em Accordão de 30 de Outubro de 1852 (Gazeta dos Tribunaes n.º 1724). Veja-se o Accordão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de Outubro de 1853 (Diario do Governo n.º 302); e nota (3) ao § 171 d'estes Elementos.

Do despacho, que julga, ou não, suprime os erros do processo, cabe agravo no auto do processo ¹³⁴. N. R. J. artt. 509, 510, 511 e 841.

§ 474

Os erros e irregularidades do processo são de tres classes: — uns, que podem suprir-se em todas as instancias, e que não annullam o processo, ainda que supridos não sejam; — outros, que devem ser supridos antes da sentença, aliás annullam o processo; — outros finalmente, que nunca podem suprir-se.

À primeira classe pertencem: — a falta da litiscontestação; — da publicação da sentença; — do juramento de calúmia ¹³⁵; — da publicação dos juramentos das testemunhas ¹³⁶; — da assignação dos termos para apresentar articulados; — ou finalmente outras omissões de igual, ou menor importancia. Ord. liv. 3, tit. 63, pr.

À segunda classe pertencem: — a falta da procuração do mulher nas causas sôbre bens de raiz; — de procuração sufficiente e legal; — da procuração dos menores de vinte e cinco annos, e maiores de quatorze, sendo varões, e de doze, sendo fêmeas, quando autores; — e a falta de citação d'estes, ou de seu curador, sendo réos. — Estes erros serão supridos pelo modo prescripto na Ord. cit. §§ 1—4. N. R. J. artt. 510 e 847.

¹³⁴ O despacho, que declara insuprivel a nullidade, e nullo todo o processado subsequente a ella, é um despacho de transcendencia, que põe termo, ao processo; e porisso o recurso devia ser de appellação. Vid. § 539, nota (9).

Da Gazeta dos Tribunaes n.º 1755 se vê ser a opinião do seu illustrado Redactor, que o agravo do auto do processo tem logar sómente quando o despacho interlocutorio é de natureza tal, que não põe fim ao processo.

¹³⁵ Nos casos em que este juramento é ainda exigido pela legislação novissima, § 425.

¹³⁶ E será supprivel a falta de juramento da testemunha nas causas civeis? Ha opiniões pela affirmativa. Nas causas crimes o juramento é uma solemnidade essencial; e a sua falta produz utilidade insanavel. N. R. J. artt. 944 e 1050; e Lei da 18 de Julho de 1855, art. 13, n.º 8; doutrina, que razoavelmente se póde applicar ao juramento nas causas civeis.

Pertencem á terceira classe: — a falta da primeira citação; — a citação nulla; — a procuração falsa; — a omissão da conciliação nas causas, que d'ella não são exceptuadas ¹³⁷. Ord. cit. § 5. N. R. J. artt. 194, 208 e 211: e além d'estes erros são insuppriveis todos os que a lei sujeita a pena de nullidade, ou quando se verificam as circumstancias expressas no art. 841 da N. R. J. Vid. Cod. Com. art. 1072, e Correia Telles, *Man. do Proc.* § 292.

SECÇÃO 12.^a

Do Julgamento sem intervenção do jury

§ 475

As causas, em que não ha intervenção de jurados (§ 318), são decididas nos julgados do reino nas audiencias ordinarias, ou geraes: e em Lisboa e Porto nas audiencias especiaes de julgamento, ou nas audiencias geraes (§§ 225—227 e 230).

§ 476

Nas causas paramente de direito; e em que não houverem do inquirir-se testemunhas, ou porque as partes estejam concordes no facto, ou porque as provas constem de documentos, cartas de inquirição, e *ad perpetuam rei memoriam*; tanto o juiz ordinario, sendo julgador, como o de direito antes de assignar dia de audiencia de julgamento, deve mandar continuar os autos aos advogados das partes por dez dias, para pôrem o — Visto —, e se prepararem para o debate. Satisfeita esta diligencia, vão os autos conclusos, e o juiz assigna dia de audiencia para julgamento. N. R. J. artt. 276, 308, § un., e 331.

Na audiencia designada para o julgamento da carta, tendo as partes advogados, que queiram oralmente arrazoar, o juiz ouvirá primeiro

¹³⁷ Segundo a disposição do art. 2 da Lei de 16 de Junho de 1855, a omissão da conciliação é supprivel em alguns casos, e nos termos que ficam expendidos no § 265.

o do autor, e depois o do réo, os quaes podem offerecer as reflexões de direito por escripto, que serão junctas ao processo por appenso. Os advogados das partes podem com permissão do juiz, orar segunda vez na mesma audiencia.

O escrivão lavra termo de como a causa foi discutida em audiencia pública; e o juiz póde, findos os arrazoados, proferir logo a sua sentença, ou declarar a audiencia, em que ha de proferil-a, não passando da segunda posterior á discussão. R. J. 2.^a parte, art. 107, §§ 1 e 2.¹³⁸

§ 478

Quando na audiencia do julgamento tem de inquirir-se testemunhas, procede-se pela fórma seguinte: o juiz ¹³⁹, annunciada a discussão, manda apregoar as partes; e não comparecendo nenhuma d'ellas por si óu por seu procurador, fica addiada a discussão para outra audiencia; e para que se assigne novo dia, é necessario requerimento de alguma das partes com citação da outra.

Se comparecem ambas as partes, mas falta alguma testemunha, e a parte declara não pôde prescindir do seu depoimento, o juiz addia a inquirição e discussão para a audiencia seguinte, mandando passar mandado de custodia contra a testemunha; e n'essa audiencia terá logar necessariamente a discussão e decisão da causa, salvo se a outra parte convier em que se addie ¹⁴⁰. N. R. J. art. 272, e § 1.

¹³⁸ A doutrina d'este §, extrahida do art. cit. da R. J. escapou aos Redactores da Nov. Ref. Jud. como bem notou o Sr. Correia Telles, *Man. do proc. Civ.* nota ao. § 242; e porisso é necessario preencher esla omissão pela fórma exposta. A N. R. J. contém disposições análogas ácerca das causas, que cabem na alçada do juiz ordinario, art. 250; e das que cabem na alçada do juiz de direito, em que têm de inquirir-se testemunhas, art. 277; e nas em que intervem o jury, art. 546; porém, nada decretou quanto á audiencia de julgamento nas causas, em que não têm de inquirir-se testemunhas.

¹³⁹ O juiz, a que se refere a N. R. J. não só é o ordinário nas causas, que não excedem a alçada do juiz de direito, e que são decididas nos julgados fora da cabeça da comarca; mas tambem o juiz de direito.

¹⁴⁰ A testemunha, que faltar, póde ser-lhe recebido o depoimento, se a inquirição se não concluir em um dia, uma vez que se appresente antes d'ella concluida. N. R. J. art. 272, § 2.

Comparecendo o autor com as suas testemunhas, e faltando o réo, procede-se ao julgamento á revelia; e comparecendo o réo com as suas, e faltando o autor, pode o réo requerer ou a absolvição da instancia, ou que se julgue, a causa á revelia do autor (§ 219, 2.^a parte).¹⁴¹

§ 479

Estando presentes as testemunhas, ou prescindindo as partes das que lhes faltarem, são aquellas recolhidas a uma sala para isso destinada, da qual sairão á proporção que forem chamadas para jurar. N. R. J. art. 249.

Segue-se a leitura dos articulados, documentos, depoimentos das testemunhas inquiridas *ad perpetuam rei memoriam*, e por carta precatoria; e n'esta ocasião pôde a parte contrária oppôr a estas as contradictas, que tiver, se as não tiver ainda contradictado (§ 450).

As contradictas e depoimentos das testemunhas produzidas para sua prova, serão escriptos, salvo se as partes tiverem renunciado ao recurso. Findo o processo das contradictas, passa-se ao inquerito das testemunhas do julgado.

As testemunhas são chamadas por sua ordem: em primeiro logar as do autor; depois as do réo; e o juiz lhes defere juramento, e se procede como se disse no § 308.

¹⁴¹ Isto parece entender-se só no caso, em que falta o autor, ou réo, mas estando presentes todas as suas: testemunhas; porque diz a N. R. J. no art. 272: " Faltando alguma (testemunha), e não estando presente a parte, a favor de quem for, nem o seu advogado, ou Procurador, addiará a inquirição e discussão da causa para a audiência seguinte, e mandará passar mandado de custódia contra essa testemunha. " Portanto, parece que se não pôde então requerer o julgamento á revelia, pois a lei manda ao juiz, que addie a inquirição e discussão da causa; porém, estando presentes as testemunhas da parte, que falta, como se verifica a hypothese do art. 272, não ha dúvida, em que a causa se julgue á revelia da parte: mas, não comparecendo alguma das testemunhas da parte não presente, entendemos, que o julgamento á revelia só pôde ter logar na audiência seguinte, verificando-se a ausencia do réo, ou autor, porque a lei manda que n'esse dia será necessariamente discutida e decidida a causa.

Podem oppor-se contradictas ás testemunhas; e escrevem-se por extenso tanto os depoimentos das testemunhas da causa, como das contradictas, rubricando-se as páginas na fórma do § 4 do art. 269 da N. R. J.; salvo se as partes tiverem renunciado o recurso ¹⁴².

Se a inquirição se não poder acabar em uma audiencia, e ficar para outra, lacrar-se-hão no fim d'ella os depoimentos, que tiverem, sido tirados. N. R. J. art. 273, §§ 1-6.

§ 480

Concluida a inquirição, e em acto continuado, se os depoimentos, das testemunhas não têm sido escriptos, os advogados farão as suas alienações oraes ¹⁴³; e no fim d'ellas podem offerecer ao juiz as suas reflexões juridicas por escripto, que serão junctas á acta do julgamento. N. R. J. art. 274.

Se os depoimentos forem escriptos por extenso, terão logar n'essa audiencia, ou na seguinte, as allegações oraes, sendo possivel; quando porém o não seja em razão da multiplicidade de testemunhas, extensão dos depoimentos, e complicação da causa, o juiz mandara continuar os autos com vista por dez dias improrogaveis aos advogados das partes para se prepararem para o debate na audiencia, que for designada. N. R. J. artt. 275. e 330, § 2.

Quando o inquerito das testemunhas tiver logar nos julgados, que não forem cabeça de comarca, e não poderem seguir-se immediata mente as allegações oraes; continuam-se os autos com visto aos advogados para arrazoarem por escripto. Findo este prazo, e cobrados os autos, se n'estes julgados já tiver acabado a audiencia geral, o juiz os

¹⁴² Esta disposição tem logar, quando as causas não excedem a alçada do juiz de direito, e são julgadas pelos juizes ordinarios; porque, quando excedem a alçada do juiz de direito, escrevem-se por extenso os depoimentos, ainda que as partes renunciem o recurso. N. R. J. art. 330, § 1.

¹⁴³ A Ord. liv. 3, tit. 20, § 40 não permittia, em regra, razoar por palavra. Vid. Sr. Peniz, § 241 e nota, e 242.

remettera á cabeça da comarca para ahi ser proferida a sentença ¹⁴⁴. N. R. J. art. 330, § 2.

§ 481

Os advogados poderão, antes de começar as suas orações, juntar quaesquer documentos ¹⁴⁵, não sendo da natureza d'aquelles, que devem juntar-se aos articulados (§ 406). O advogado da parte contrária póde pedir, e o juiz conceder-lhe até tres dias para os examinar, sobreestando-se no conhecimento da causa. Se os quizer arguir de falsos, suspendesse o conhecimento da causa até á decisão d'este incidente (§ 407). N. R. J. art. 374, § 2.

§ 482

O escrivão lavra termo de como as testemunhas foram inquiridas, e a causa discutida em audiencia; e findos os arrazoados o juiz póde logo n'esse acto proferir a sua sentença, ou declarar a audiencia, em que houver de proferida, a qual não excederá á segunda. A sentença será sempre fundamentada, escripta, datada e publicada pelo proprio juiz. N. R. J. art. 277, § un. Vid. nota (4) ao § 308.

§ 483

Proferida e publicada a sentença, ou intimadas as partes, que não estiverem presentes na audiencia, em que for publicada, podem as partes recorrer d'ella.

Se a sentença tem sido proferida pelo juiz ordinario, cabe o recurso de appellação para o juiz de direito.

¹⁴⁴ Esta disposição verifica-se na hypothese de irem os juizes de direito fazer audiencias geraes aos julgados; o que hoje não tem logar ordinariamente.

¹⁴⁵ Havendo jurados na causa, a appresentação dos documentos tem logar antes de constituido o juri. N. R. J. art. 537.

Tendo sido proferida a sentença pelo juiz de direito, se o valor da causa não exceder a sua alçada, póde ser embargada com embargos fundados em direito, ou constantes de documentos; se a excede, cabe o recurso da appellação para a Relação.

Dos despachos interlocutorios proferidos pelos juizes ordinarios nas causas excedentes á sua alçada, cabe o recurso de agravo no auto do processo, que poderá comprehender a materia de qualquer outra especie de agravo; no caso porém de incompetencia ou excesso de jurisdição, o agravo será de petição; sendo proferidos pelo juiz de direito, tambem têm logar os agravos no auto do processo, de petição ou de instrumento qual no caso couber. Vid. § 317 e notas.

Na interposição e seguimento d'estes recursos se observará o que vae exposto no Tit. IV. *Dos recursos das sentenças*. N. R. J. artt. 278, § un., 279, § un., 328 e 681.

SECÇÃO 13.^a

Do Julgamento com intervenção de jurados

§ 484

O julgamento das causas, em que intervêm os jurados, é sómente feito pelo juiz de direito em audiencia geral nas épochas. marcadas pelo Governo (§§ 225 e 229).

Annunciado o dia da audiencia geral, os escrivães são obrigados a apresentar ao juiz as causas preparadas; este examina-as; e achando alguma, em que não lenha logar a intervenção dos jurados, assim o declara por despacho, do qual as partes podem agravar no auto do processo.

Deve tambem examinar, se o processo contém alguns erros ou nullidades, e deve proceder como se disse nos §§ 473 e 474. N. R. J. artt. 509 e 510.

§ 485

Terminado este exame, fórma-se uma tabella das causas, que hão de ser submettidas ao jury com declaração do dia, em que cada uma ha de ser discutida, — devendo ter primeiro logar as crimes, — depois as civeis, — e finalmente as que o juiz houver de julgar por si só.

A tabella é affixada na porta da sala da audiencia; e o primeiro dia marcado na tabella é o da abertura da audiencia geral. N. R. J. artt. 511—514. Elem. do Proc. Crim. 235 e 236.

ARTIGO I

Da formação da jury

§ 486

Antes de se constituir o jury, as partes, ou seus procuradores, devem declarar, se estão presentes todas as suas testemunhas, ou se prescindem das que faltarem: faltando alguma, e não estando a parte, que a nomeou, ou declarando ser-lhe necessario o seu depoimento, addia-se a discussão para o dia seguinte; no qual, ou appareça ou não, a testemunha, terá necessariamente logar o julgamento da cousa, salvo se a parte contrária convier no addiamento. N. R. J. art. 534, §§ 1-3.

Tambem n'esta occasião, antes de se constituir o jury, é que os advogados das partes podem junctar os documentos, de que tracta o art. 537 da N. R. J.

§ 487

Fórma-se o jury, contando o escrivão os bilhetes com os nomes dos jurados constantes da pauta.

A pauta dos jurados consta de 48 ou 36 nomes. Se a pauta é de 48, o jury compõe-se de 12 jurados; se é de 36, compõe-se de 9 jurados (§§ 84—94).

Depois de contados, são os bilhetes lançados na urna, e d'ella extraídos por um menor de dez annos. Á proporção que se forem extraíndo os bilhetes, as partes podem recusar sem causa até 12 jurados, quando a pauta constar de 48; e até 9 jurados, quando a pauta constar de 36. Se os autores, ou réos, são muitos, ou intervém o Ministerio Público, as recusações são reguladas pela fórmula prescripta nos artt. 519, §§ 2—4, 520 e 521.

Nas causas, em que tiver havido vistoria, a que tenham assistido 4 jurados (§ 469), só é sorteado o número de jurados necesarios para com os dictos quatro perfazer o jury. N. R. J. artt. 513—519, e § 1.

§ 488

Faltando algum jurado, o juiz manda tomar nota para a imposição da multa; e sendo necessario, póde fazer supprir a falta por alguns dos circumstantes, que tenham os qualidades requeridas para ser jurado. E se nem assim se poder perfazer o jury, o juiz faz intimar o presidente da municipalidade para lhe fornecer os jurados precisos. N. R. J. art. 523, e § un.

§ 489

Os jurados não recusados pela ordem, por que forem saindo, se assentarão dentro da teia no lugar, que lhes é destinado; e logo que houver 12 ou 9 jurados, não recusados, fica o jury constituido, e o juiz lhe deferirá o juramento constante da fórmula expressa no art. 534, e pelo modo ahi determinado. N. R. J. art. 522.

ARTIGO II

Da discussão da causa perante o jury

§ 490

Deferido o juramento aos jurados, principia a discussão da causa, e o juiz manda lêr pelo escrivão os articulados de uma e outra parte, provas a elles dadas, e rões das testemunhas, que têm de inquirir-se. Terminada esta leitura, o juiz manda recolher as testemunhas a uma sala, para isso destinada, da qual não poderão sair, senão a proporção que forem chamadas; e serão tomadas as providencias para que não conversem sôbre o objecto da questão, pena de mulcta de vinte mil réis. N. R. J. artt. 525 e 526, § un.

§ 491

Segue-se a inquirição das testemunhas, principiando pelas do autor, passando depois ás do réo pela ordem do rol. Havendo cartas de inquirição nos autos, serão lidas no acto, em que principiar a inquirição das testemunhas produzidas pelas partes, que tiverem requerido taes cartas; e n'essa occasião póde a parte contrária oppôr qualquer contradicta, se o não tiver feito no juizo deprecado (§ 479). O juiz defere juramento ás testemunhas, e as pergunta até ao costume; e o advogado da parte, que as produz, e na sua falta o juiz, as pergunta sôbre cada um dos artigos de facto, que lhes serão lidos, podendo fazer-lhes as mais perguntas convenientes para a averiguação da verdade.

Ao juiz, a cada um dos jurados, e á parte contrária é permittido fazer-lhes as perguntas, que julgarem necessarias, com tanto que não sejam cavillosas, nem offensivas. N. R. J. artt. 527—529.

§ 492

Mostrar-se-hão às testemunhas, quando estas, ou as partes o requererem, os documentos produzidos por uma e outra parte. E o juiz *ex officio*, a requerimento das partes, ou sobre requisição dos jurados, póde acarear umas testemunhas com outras, com as partes, e as partes umas com outras. N. R. J. artt. 530 e 531 (§ 447).

§ 493

No fim do depoimento de cada testemunha poderá a parte contrária pôr as contradictas, que, segundo a lei, servirem para diminuir, ou tirar o credito a seus depoimentos, e as provará *in continenti*. N. R. J. art. 528 (§§ 446 e 479).

§ 404

Se alguma testemunha fôr achada em perjúrio, o que será decidido pela maioria absoluta dos votos dos jurados, o juiz *ex officio*, ou a requerimento do Ministerio Público, ou de alguma das partes, mandará pelo escrivão formar d'isso um auto, em que faça menção das palavras da testemunha, e mais circumstancias occorrentes, e dos nomes, moradas e misteres de tres expectadores pelo menos. Este auto será assignado pelo juiz, jurados, e pelos tres expectadores, e servirá de corpo de delicto para o processo criminal. A testemunha é posta em custodia, e o auto remettido ao Ministerio Público para intentar a queréla.

No caso de empate não terá logar o auto: a testemunha será mandada sair da audiencia, e o seu depoimento annullado. N. R. J. artt. 535, § un., e 1267, Vid. Cod. Pen. artt. 238—242.

§ 495

Concluida a inquirição das testemunhas do autor, segue-se a do réo, que terá logar pela fórma, que se disse no § 491. A nenhuma das

partes é lícito produzir mais de oito testemunhas a cada facto. Os seus depoimentos não se escrevem nem por teor, nem por extracto: mas o juiz, jurados, advogados e as partes podem tomar as notas, que lhes pareçam convenientes. N. R. J. art 532 e 534, § 5. Vid. § 445.

§ 496

Terminada a inquirição das testemunhas de uma e outra parte, seguem-se as allegações ornes dos advogados, dando-se primeiro a palavra ao do autor, e depois ao do réo. Se estes tiverem que juntar alguns documentos, o devem ter feito antes de constituido o jury. N. R. J. artt. 636 e 537 (§ 435).

§ 497

O autor poderá, á vista das provas do réo, desistir da demanda; e este confessar o pedido a vista das do autor: ficando assim exemptos da mulcta. N. R. J. artt. 538 e 831 (§ 396, nota 63).

ARTIGO III

Do quesito ao jury

§ 498

Findas as allegações, o juiz resumirá a questão, fazendo um relatorio simples e claro dos differentes factos allegados pelo autor e réo nos seus articulados, comparando-os imparcialmente com as principaes provando uma e outra parte, e reduzindo-as a uma, ou mais conclusões determinadas.

O juiz separará os pontos de facto, tanto da intenção, do autor, como da defesa do réo, que não se acharem provados por documentos, inspecção ocular, ou confissão da parte, e sôbre elles proporá ao jury o quesito, ou quesitos necessarios. Em seguida aos

quesitos sobre o objecto da causa, proporá o juiz um quesito sobre o seu valor. N. R. J. art. 539, §§ 1 e 2.

Os jurados n'esta avaliação observarão as regras prescriptas no art. 543, e §§ 1—3.

§ 499

Os quesitos são dictados pelo juiz em voz alta, e escriptos pelo escrivão em uma folha de papel separada, eom intervallo entre um e outro para o jury dar a cada um a sua resposta.

Os quesitos, depois de escriptos, são lidos pelo juiz em voz alta; e então os advogados podem requerer para que se proponham mais quesitos, ou para que se alterem os propostos, por não estarem conformes ao estado da questão. Se o juiz lhes não deferir, d'isso se faz menção no auto da audiencia, junctando-se o quesito escripto, e assignado pelo advogado, que o requereu, ou a alteração, que tiver proposto; e se poderá aggravar no auto do processo. N. R. J. art. 539, §§ 3 e 4.

§ 500

Os quesitos com o processo são entregues pelo escrivão ao presidente do jury; e então se retirarão os jurados para a sala destinada para as suas conferencias, a fim de deliberarem. O presidente do jury é o primeiro sorteado; mas com consentimento d'este podem os jurados nomear outro por maioria absoluta. Serão tomadas as providencias para nenhum dos jurados communicar com pessoa alguma. Se carecerem de algum esclarecimento, o presidente, ou qualquer outro jurado, póde voltar á audiencia para o haver do juiz de direito. Do esclarecimento pedido, e resposta, que o juiz lhe dér, se fará menção no auto da audiencia. N. R. J. art. 539, §§ 5, 6 e 7.

ARTIGO IV

Da decisão do jury

§ 501

A decisão dos jurados sobre os pontos de facto, que lhes forem propostos nos quesitos, vencem-se por dois terços de votos. O presidente do jury escreve as respostas aos quesitos, logo que haja vencimento, devendo ser assignados no fim por todos os jurados, sem nenhum declarar, que foi de voto em contrário. Voltam todos á audiência, e o presidente lê em voz alta a sua decisão. Havendo borrões, emendas, ou entrelinhas, deve o presidente resalval-as por extenso. N. R. J. art. 542 e § 1.

§ 502

Quando o juiz achar que as respostas do jury não estão em harmonia com os quesitos, ou estão obscuras e confusas, manda por despacho, immediato ás assignaturas dos jurados, que elles as dêem devidamente, e de novo assignem.

Porém se as respostas do jury forem regulares e completas, porém evidentemente iniquas e injustas, então o juiz *ex officio* anullará a discussão do feito, e as declarações do jury, ordenando para o dia seguinte nova discussão da causa perante outro jury, em que não entrará nenhum dos primeiros jurados. Ante o novo jury se repetirá a inquirição de testemunhas, e todos os mais actos; e segundo a declaração d'elle, ainda que conforme com a primeira, será obrigado a proferir sentença.

Não póde ter logar este procedimento, quando a declaração do 1.º jury fôr por unanimidade; e nem o Ministerio Público, nem alguma das partes o poderá requerer, mas tão sómente será ordenado pelo juiz *ex officio*. N. R. J. art. 542, §§ 2 e 3. *Elem. do Proc. Crim.* § 266.

§ 503

Na mesma folha, em que o jury tiver dado a sua declaração, e immediatamente a ella, lavra o escrivão o termo de conclusão, entregando o feito ao juiz com o auto da audiencia, que deve ser lavrado pela fórma declarada no § seguinte. N. R. J. art. 545.

§ 504

Em todo o processo, sob pena de nullidade, haverá um auto de audiencia; no qual se mencionarão todas as formalidades prescriptas na lei para a formação do jury, discussão da causa, e sua decisão. Além d'isto serão lançados n'este auto todos os requerimentos verbaes feitos em audiencia, assim pelo Ministerio Público, como por cada uma das partes, e egualmente os seus deferimentos. Este auto será assignado pelo juiz, pelo escrivão, bem como pelas partes, que tiverem requerido verbalmente ou aggravado.

O auto não pôde ser impresso, e o escrivão, que o não fizer, pagará uma mulcta de dez até cem mil réis, e será suspenso de um até seis mezes.

Reputam-se omittidas todas as solemnidades não expressas no auto da audiencia, nem se admite prova em contrário. N. R. J. art. 547, §§ 1 e 2.

§ 505

O juiz poderá logo proferir a sentença, ou declarar o dia, em que a ha de publicar, uma vez que este não seja além do oitavo depois de finda a audiencia geral, pena de responsabilidade e suspensão. N. R. J. art. 546, § 2.

CAPITULO VIII

Da sentença e coisa julgada

§ 506

Sentença é a decisão, feita pelo juiz competente, da questão, que se controverte em juízo entre as partes litigantes, ou de seus incidentes. Pereira e Sousa, § 278, e Sr. Peniz, § 244 ¹.

§ 507

A sentença definitiva deve ser concebida em termos concisos, claros e intelligíveis ², conter a exposição substancial do pedido, defesa, provas, os nomes dos litigantes, e a menção explícita do artigo da lei, em que se funda a decisão, e na sua falta o *estyl*o, uso, ou jurisprudencia, que se tomou por fundamento do julgado ³; além d'isto deve ser escripta, datada e publicada pelo proprio juiz ⁴. Pereira e Sousa, § 280, e nota 563 a 565. Ord. liv. 3, tit. 66, pr. e § 7. Cod. Com. art. 1103. N. R. J. artt. 277, § un., 281, § 2, 845, 1174 e 1175, Elem. do Proc. Crim. § 273, e nota (a). Vid. N. R. J. artt. 237, § 1, e 250, § 1, e Proj. do Cod. Civ. art. 2968.

¹ A sentença divide-se em definitiva, interlocutoria, e mixta. Definitiva é aquella, que decide a questão principal da causa. Interlocutoria aquella, pela qual somente se decide algum artigo incidente, ou emergente do processo. Mixta é a que prejudica a questão principal, ou contém damno irreparavel, e porisso se diz que tem força de definitiva. Taes são a sentença, — que absolve o réo da instancia, — que julga o autor parte illegitima, e o excludo do juizo, a que julga a appellação deserta, — etc. Pereira e Sousa, notas 561 e 562. Sr. Mello Fr. I. 4, tit. 21, § 1. Vid. nota (9) ao § 539.

² A sentença sobre causa excedente á alçada do juiz, sendo obscura ou ambigua póde ser declarada nos termos do art. 8 da Lei de 16 de Junho de 1855.

³ A sentença deve ser fundamentada (nota (4) ao § 308); excepto nas causas de supprimento de consentimento paterno, ou de seus tutores ou curadores, para os matrimonios dos filhos familias e menores. Lei de 6 de Outubro de 1784, § 5. Vid. Sr. Castro Neto, nota ao art. 340 da N. R. J.

⁴ As sentenças, que recaem sobre a confissão da parte, não são verdadeiras sentenças; mas condemnações de preceito, para a execução das quaes se passam mandados *de solvendo*, e porisso não carecem dos requisitos, que se exigem nas sentenças definitivas proferidas nas questões controvertidas entre as partes. N. R. J. art. 490. Ord. liv. 3, tit. 66, § 9. Sr. Mello Freire, cit. § 12.

§ 508

Além d'estes requisitos geraes deve a sentença ser dada conforme ao pedido no libello ⁵: — não póde julgar mais que o pedido, quanto ao principal, mas sim quanto ás custas, aos rendimentos, e interesses accrescidos depois da contestação da lide ⁶; ainda que não fôsses pedidos. Ord. liv. 3, tit. 66, § 1. Póde o juiz condemnar nas cousas, que virtual ou tacitamente se comprehendem no petitorio, — como a caução *de non turbando* na acção confessoria e negatoria, — a restituição do penhor na acção do mutuo, — as perdas e danos na acção de força, — e na acção de contas, a condemnação do autor na quantia, em que, prestadas ellas, se achar devedor. Pereira e Sousa, nota 565. Sr. Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 270.

§ 509

A sentença deve tambem ser proferida sôbre quantia e coisa certa; salvo, podendo certificar-se pelos autos do processo; ou liquidar-se na execução: como nas acções de petição de herança, partilhas, dote, tutelas, e nas accessões, fructos e interesses ⁷. Ord. liv. 3, tit. 66, §§ 2 e 3. Pereira e Sousa, nota 564. Não deve a sentença ser condicional, excepto se logo fôsse preenchida a condição como se o juiz condemnar o réo no que o autor jurar suppletoriamente. Ord. cit. § 4 (§ 418). Igualmente não deve a sentença ser alternativa: excepto *a)* quando a qualidade da acção assim o exigir; — tal é a hypothecaria, e de lesão (§ 327) —: ou *b)* quando ao réo competir o direito da escolha. Pereira e Sousa, nota 564 *in fin.*

⁵ Vid. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 25, §§ 4 e 6. Proj. do Cod. Civ. art. 2968.

⁶ Vid. §§ 393 e 394, e notas respectivas.

⁷ Vid. 2.^a parte d'estes Elementos, §§ 643 e 659.

§ 510

A sentença passa a ser coisa julgada, e produz todos os efeitos juridicos: — *a)* quando, cabendo na alçada do juiz, não ha d'ella recurso; *b)* quando, cabendo o recurso, as partes não o interporam no prazo legal; *c)* e finalmente quando, tendo sido interposto o recurso, foi julgado deserto ⁸, ou confirmada a sentença nas instancias superiores. Sr. Mello Freire, cit. § 14, pr. Pereira e Sousa, nota 571⁹.

§ 511

Os efeitos da sentença, que passa em julgado, são — fazer direito entre as partes. Ord. liv. 3, tit. 81; — ser irretractavel. Ord. liv. 3, tit. 66, § 6; — ser lida por verdade; — produzir hypothese legal nos bens do condemnado. Ord. liv. 3, tit. 84, § 14; — terminar o officio do juiz.— Pereira e Sousa, § 281. Sr. Mello Freire, cit. § 14. Sr. Seabra, *Proj. do Cod. Civ.* artt. 2875, 2878 e 2969, e Raymond-Bordeaux, liv. 3, cap. 5.

§ 512

A sentença nulla não passa em julgado; e porisso não produz os efeitos referidos no § antecedente ¹⁰.

⁸ Vid. § 557.

⁹ Quando o recurso tem só o effeito devolutivo, póde a sentença executar-se; mas não é ainda coisa julgada, porque está dependente da resolução da instancia superior.

¹⁰ Este principio, expresso na Ord. liv. 3, tit. 75 pr., é conforme á legislação romana (nota (6) ao § 617 da 2.^a parte d'estes Elementos). Mas tendo o Decreto de 19 de Maio de 1832, e Lei de 19 de Dezembro de 1843 restringido e tornado taxativos os casos de nullidade e rescisão de sentença, segue-se que a sentença de que não ha recurso, embora seja illegal, não póde invalidar-se, quando se não verifiquem alguns dos casos, em que é permittida a acção de nullidade e rescissão; consequentemente póde haver sentença nulla, e todavia passar em julgado. O Sr. Correia Telles, nas *Addições ás Acções*, § 131 n.º 4, adoptou a doutrina de uma memoria do muito habil e distincto advogado de Lisboa o Sr. Mendonça, estampada na Gazeta dos Tribunaes n.º 315, em que mostrou que a disposição do Decr. e Lei citados, não póde ter applicação ás causas, em que pela sua menor importancia não cabe o recurso d'appellação ou revista, porque não póde imputar-se culpa ao vencido, por não ter usado d'aquelles recursos; nem ha razão para lhe denegar o remedio da Ord. liv. 3, tit. 75. E diz o Sr. Correia Telles: “ de se não adoptar esta doutrina pelo decurso dos annos, havemos de ver sentenças de juizes incompetentes, ou dadas contra a expressa determinação das leis, ou contra a prova dos autos, valerem como moeda de boa lei. ” Esta doutrina, porem, não é tida por muito

Tem lugar a acção de nullidade e rescisão de sentença nos casos de peita, suborno; peculato e concussão dos juizes, ou jurados, Decr. de 19 de Maio de 1832 art. 5 e além d'estes tem lugar:

1.º Quando se tiver julgado por um ou mais documentos, que depois se provar eram falsos, e cuja falsidade não tenha sido allegada na causa, em que se tiver proferido a sentença rescindenda (Lobão Exec. § 219).

2.º Quando sobrevier um, ou mais documentos novos, que destruam a prova, que serviu para o julgamento anterior, sem que sejam coadjuvados por prova testemunhal, e que a parte interessada não podesse ter ao tempo, em que se proferiu a sentença rescindenda (Lobão Exec. § 217).

3.º Quando a parte condemnada, sem ter comparecido em juizo, provar falta ou nullidade da citação nas causas, cujas sentenças se executam sem prévia citação do executado ¹¹ (não competindo porém esta acção, mas só o meio de embargos á sentença prescripto no art. 617 da N. R. J. se tiver havido citação para a execução).¹²

4.º Quando o executado provar falta, ou nullidade de citação para a execução finda á sua revelia, a fim de se annullar a mesma execução ¹³. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 17.

segura na opinião do illustrado redactor da Gazeta dos Tribunaes, porque a disposição d'aquellas leis, é geral e extensiva a todas as sentenças (Veja-se o n.º 1798 da citada Gazeta). É porém certo, que a legislação vigente n'este assumpto é defficiente e carece de reforma, pois ha casos de equal e ainda maior consideração do que os apontados n'ella, em que deve conceder-se a acção de nullidade.

¹¹ Taes são as de restituição de posse, formal de partilhas; § 763 da 2.ª parte d'estes Elementos.

¹² Deve pois n'este caso allegar-se a nullidade da sentença por embargos á execução, pela fórma exposta no § 777 e seguintes da 2.ª parte d'estes Elementos.

¹³ Pela Ord liv. 3, tit. 75 eram mais amplos os casos, em que tinha lugar a acção de nullidade contra a sentença; mas hoje esta acção está limitada aos casos mencionados n'este §. Porém, sendo a nullidade allegada por meio de recurso interposto em tempo das sentenças proferidas, podem estas ser annulladas, quando se provarem não só as nullidades da sentença, mas as do processo, em que for proferida, conforme a Ord. liv. 3, tit. 75, e mais leis do reino; pelo que muitos casos de nullidade, que não são

5:º No caso do art. 284, § 5 do Cod. Pen.

SECÇÃO 1.^a

Das custas ¹⁴

admittidos como fundamento para acção de nullidade, são attendidos nos recursos interpostos das sentenças. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 1, §§ 1 e 2.

Os autos de conciliação podem ser rescindidos e invalidados, ou por meio de acção, nos casos referidos no § 512; ou por meio d'embargos á execução, nos casos e pela forma exposta no § 777 e seguintes da 2.^a parte d'estes Elementos (§ 215, nota (18), e nota final á secç. 1.^a do cap. 6 da 2.^a parte d'estes Elementos, a pag. 553).

Além dos casos referidos os autos de conciliação podem ser rescindidos pelas mesmas causas, porque em geral o podem ser os contractos?

Alguns jurisconsultos pertendem sustentar, que as conciliações lendo a força de sentenças com execução aparelhada nos termos do art. 289 da N. R. J. só podem ser rescindidas e annulladas por algum dos casos, pelos quaes podem ser invalidadas as sentenças proferidas em juizo contencioso. Outros, porém, seguem diversa opinião; porque as conciliações só têm a força de sentenças, para o effeito de não serem instauradas em juizo contencioso as questões por ellas terminadas validamente, e para o effeito da execução. E porque do art. 219 não se deduz que as conciliações sejam em tudo egualadas ás sentenças proferidas em juizo contencioso, que passaram em julgado. Accrescendo que o Decreto de 19 de Maio de 1832, e Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 17, quando restringiram os casos de nullidade, e rescissão de sentenças, unicamente se referiram ás sentenças obtidas em juizo contencioso — que não seria razoável, que uma conciliação feita por erro, dolo, medo, ou lesão enormissima, nulla em sua origem, tivesse perante a lei o valor de uma sentença proferida em juizo contencioso, passada em julgado, que foi precedida da discussão das partes, e de exame do facto, ou do direito; — finalmente, que a força obrigatoria das conciliações resulta do accôrdo das partes, e porisso devem ser annulladas e rescindidas, quando faltar algum dos elementos essenciaes, para a validade dos contractos, em que se fundam. Esta opinião vae triumphando no foro e nos Tribunaes; e n'este sentido se decidiu em Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 4 de Novembro de 1853 (Gaz. dos Trib. n.º 1776). E é conforme a opinião da associação dos advogados de Lisboa, como consta, da Gazeta dos Tribunaes n.º 1726. E nós, que propendemos para a latitude dos recursos, e acreditâmos, que muitas conciliações dolosas e fraudulentas se têm verificado, abusando-se d'esta meio facultado pela lei, porisso e pelos fundamentos juridicos, em que se funda esta opinião, de bom grado nos associamos a ella.

¹⁴ O Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, art. 268, § 1 tinha reduzido as custas aos emolumentos dos escrivães dos diversos juizes, e dos officiaes de diligencias, e mandou contal-os segundo o Regulamento de 10 de Dezembro de 1752, e mais duas terças partes. A Reforma Judiciaria anterior restituiu os emolumentos e assignaturas dos juizes na forma especificada nas tabellas, que faziam parte da mesma Reforma. A Novissima Reforma Judiciaria legislou no mesmo sentido; e hoje as custas comprehendem não só os emolumentos dos escrivães e officiaes de diligencias, mas as assignaturas e emolumentos dos juizes, que devem ser contados conforme as tabellas vigentes.

* Em sessão de 29 de Fevereiro do corrente anno apresentou o ministro da justiça uma proposta de lei, que no art. 168 diz: — Ficam extinctos os emolumentos directamente recebidos pelos juizes e agentes do Ministerio Público. E no § 1.º do mesmo art. diz — continuarão porém os mesmos emolumentos a ser cobrados para o Estado pela forma declarada na presente lei. Em compensação propõe o augmento do ordenados aos juizes e agentes do Ministwrio Público nos artt. 173—179.

§ 513

“ Custas são as despesas feitas na expedição da causa, e que, tendo uma taxa legal, são contadas para serem pagas á parte vencedora pela vencida.” Dividem-se em judiciais e pessoais. — Chamam-se judiciais, ou do processo, as que respeitam a causa; — e pessoais, as que respeitam a pessoa em relação ao dano sofrido ¹⁵. Porém quando o juiz condena nas custas dos autos, entendem-se só as do processo ou judiciais. Ord. liv. 3, tit. 67, pr. Pereira e Sousa, §§ 284 e 285.

§ 514

A sentença final deve sempre condenar nas custas a parte, que decair excepto sendo a Fazenda Nacional, o Ministerio Público, e os presos notoriamente pobres, ou quaesquer pessoas, ou corporações, a quem a lei expressamente exemptar do seu pagamento. N. R. J. art. 614. Ord. liv. 3, tit. 66, pr. e § 3. N. R. J. tit. 1. *Disposições geraes*, art. 1 e tabella dos Emol. de 26 de Dezembro de 1848. tit. 11, art. 7. Pereira e Sousa, § 286. Se o réo decaiu em parte do que foi demandado, e foi absoluto em parte, devem o autor e réo ser condemnados nas custas proporcionalmente. Ord. cit. § 2.

Quanto á condemnação das custas criminaes, vid. Elem. do Proc. Crim. § 273 e nota (b).

§ 515

Em regra a condemnação da parte vencida é nas custas singelas; mas póde ser condemnada no dôbro, ou tresdôbro, se ao juiz parecer, que elle tractou a demanda com malicia, o que depende do arbitrio do juiz: tambem esta condemnação tem logar nos casos

¹⁵ A Ord. liv. 1, tit. 91, § 2 e seguintes, especifica o modo de contar as castas pessoais, mas esta especie de custas ha muito caiu em desuso. Pereira e Sousa, nota 586.

expressamente declarados em direito: tal é o do art. 622 da N. R. J. Ord. liv. 3. tit. 67. § 1.

No caso do § un. do art. 17 da lei de 19 de Dezembro de 1843, e dos §§ 1 e 2 do art. 2 da lei de 16 de Junho de 1855 tem logar a condemnação das custas em dôbro ¹⁶.

§ 516

Os juizes de direito de 1.^a instancia podem ser condemnado nas custas pelas Relações nos casos e pela fórmula decretada nas leis. N. R. J. art. 44, § 3. Taes são: 1.º quando continua a conhecer da causa, depois de lhe ser oposta suspeição. Ord. liv. 3, tit. 21, § 4: 2.º quando recebe a appellação, cabendo a causa na sua alçada. Ord. liv. 1, tit. 6, § 20; 3.º quando procede nos feitos sem procuração legitima das partes. Ord. liv. 3, tit. 20. § 10 e tit. 47, § 2: 4.º quando não recebe a appellação, que devera receber, interposta da sentença definitiva. Ord. liv. 3, tit. 70, § 7: 5.º quando não supprime os erros do processo. Ord. liv. 3, tit. 62, § 2. Esta condemnação por estes casos não comprehende os juizes ordinarios, excepto quando houver dolo. Ord. liv. 1, tit. 65, § 9. Não podem os juizes ser condemnados em custas sem o parecer do presidente da Relação, excepto se o feito fôr despachado por tenções. Ord. liv. 1, tit. 63, § 9 ¹⁷.

§ 517

As custas de qualquer acto devem ser pagas por quem o requerer. Ord. liv. 3, tit. 52, pr. Quando porém o acto é ordenado pelo

¹⁶ Em uma proposta de lei do ministro das justiças apresentada na sessão da Camara dos srs. deputados de 29 de Fevereiro do corrente anno se propõe no art. 166 a extincção das castas duplicadas, ou triplicadas.

¹⁷ Borges Carneiro, *Dir. Civ. Port., Introducc.* parte 2.^a, § 10, n.º 28, diz —que não tem logar a condemnação officiosa das custas a juizes, senão em caso de dolo, salvo quando uma lei pátria impõe pena; — que se o juiz leigo accidentalmente fôr letrado, não perde a contemplação da Ord. liv. 1, tit. 65, § 9, que exige dolo para a condemnação; porque esta, como penal, não deve estender-se; — que na sentença da condemnação costuma inserir-se a clausula, que *dentro de trinta dias poderá allegar embargos a não pagar as dictas custas*; salvo se a justiça é evidente, pois então não é admittido a isso.

juiz *ex officio*, faz o preparo para a despesa d'elle a parte, que interessa no adiantamento da causa. Pereira e Sousa, nota 589¹⁸ (§ 463).

§ 518

Quando muitos co-réos *debendi* são simplesmente condemnados nas custas, devem-se entender condemnados em eguaes partes, e são responsaveis só pela sua quota, pois as custas não são solidarias; mas se um as pagar, tem direito a haver dos litis-consortes a sua quota. Pereira e Sousa, nota 587, e Lobão. *Seg. Linh. ibidem*, n.º 9.

§ 519

Da sentença definitiva, que não condenaria nas custas o vencido, ou o condemna em menos, do que deve, compete a appellação, ainda que a causa caiba na alçada ¹⁹. Pereira e Sousa, nota 587, e Lobão, *Seg. Linh. ibidem*, n.º 12. Aliter Meirelles, *Rep. Jur.* n.º 116, nota 2.

SECÇÃO 2.^a

Da mulcta ²⁰

§ 520

A mulcta é uma pena pecuniaria e fiscal; é uma especie de tributo lançado sôbre o litigante, que em juizo contencioso decair da acção²¹. A mulcta vem a ser a quantia de cinco por cento do valor da cousa demandada conforme o vencido. Não excedera porém a quantia de

¹⁸ Lobão, *ibidem*, sustenta que as despesas para qualquer aclo ordenado pelo juiz *ex officio* devem ser feitas por ambas as partes: mas a prática é em contrário.

¹⁹ Excedendo a causa a alçada do juiz, póde este reformar a sentença quanto a custas e mulcta nos termos de art. 8 da lei de 16 de Junho de 1855.

²⁰ Vid. Sr. Mello Freire, liv. 4. tit. 22, §§ 22 e 23.

²¹ Da disposição do art. 828 da N. R. J. se deduz que não póde haver condemnação de mulcta, quando o processo se annulle, porque nenhum dos litigantes ficou vencido; pois tem a instaurar-se de novo o processo; ha opiniões que tambem não tem logar, quando o réo é absolvido, mas então deve impor-se a mulcta ao autor, porque esta é imposta ao litigante que decair na acção, sem distincção de autor ou réo; e assim o determina a legislação referida na nota (23) ao § 522; vid. Gazeta dos Tribunaes, n.º 700, 1247 e 1440.

quinhentos mil réis. N. R. J. art. 828: excepto nas acções de nullidade e rescisão de sentença, em que a parte vencida é sempre condemnada na multa em dôbro, não podendo com tudo exceder a um conto de réis. Lei de 19 de Dezembro de 1848, art. 17, § un.²²

§ 521

O juiz deve, além das custas, condemnar o vencido expressamente na multa nos casos determinados na lei: não o fazendo assim, a sentença será intimada ao Ministerio Público, que deve oficialmente appellar. N. R. J. artt. 828 e 832.

²² A legislação sobre multas, quando não seja inteiramente derogada, merece grandes reformas. O fundamento d'esta pena deve ser a má fé do litigante; porém nem sempre do facto da condemnação se póde deduzir ou presumir a má fé, ou a injustiça da pretensão. O vencimento ou a perda de uma causa depende ás vezes de bem pouco: quantas vezes a omissão de uma formalidade, ou diligencia judicial; ou o não ter sido satisfeita no prazo legal, fazem perder uma causa fundada na mais evidente e clara justiça? Quantos pontos de direito ha opinativos, que nem a lei, nem a prática de julgar têm fixado? Qual é o juiz versado no foro, que não tenha lavrado uma ou mais sentenças, convencido da razão do litigante, contra quem o rigor das formulas o obriga á condemnação? —Tem razão, mas falta-lhe a justiça, é um rifão, que se verifica muitas vezes, e que explica como uma parte, tendo justa causa de litigar, é excluída da sua acção pelo rigor do direito e das formulas. N'estas circumstancias é uma injustiça cruel agravar ainda a sorte do vencido, impondo-lhe uma multa. Esta pena torna-se ainda mais escandalosa, e revoltante, quando o que possui a coisa por venda, ou escambo, para não perder o direito de evicção, tem de sustentar a causa, que o chamado á autoria não quiz seguir. Ord. liv. 3, tit. 45, § 3 (vid. § 365 d'estes Elementos). N'esta hypothese se o réo decair, está sujeito á multa pela disposição generica do art. 828 da N. R. J. pois não se acha comprehendido nas excepções do § un.; ficando por esta fórma collocado entre Sylla e Carybides.

Por estas considerações já em 1822 foi reformada pelas cortes geraes a legislação das dizimas, como póde vêr-se na Carta de Lei de 12 de Novembro de 1822, artt. 96 e 97; e é para desejar que taes disposições sejam adoptadas por lei. É pois uma necessidade, que a legislação seja emendada n'esta parte, ou que, pelo menos, fique ao arbitrio do juiz avaliar a má fé e malícia do litigante, para lhe impor, ou não, a pena da multa. Já este era o sentimento do nosso Pereira e Sousa, *Prim. Linh.*, nota 1065; e o é de muitos illustres escriptores, entre os quaes citaremos Bonjean, *Traité des actions*, tom. 2, § 409. Os limites da nossa missão não permitem dar a este assumpto o desinvolvimento, que merece; e porisso apenas apresentámos estas ligeiras reflexões.

* O nosso illustre amigo, e collega nas legislaturas de 1853 a 1857, o Sr. Alberto Antonio de Moraes Carvalho, apresentou em uma das sessões da legislatura de 1853 um projecto de lei para a extincção das multas, e o actual ministro das justiças na sessão de 29 de Fevereiro do corrente anno em uma das luas propostas de lei nos artt. 164 e 165 propõe equal extincção.

§ 522

A multa tem lugar em todas as acções ordinarias, summarias, civeis, ou crimes civilmente intentadas, em favor da Fazenda Nacional ²³, excepto no caso, em que nao exceda a cinco mil réis, porque é então applicada para as despesas do julgado: e, paga pelo vencedor, se lhe lança em regra de custas para com estas a haver do vencido ²⁴. N. R. J. artt. 669, 828 e 838.

§ 523

São exemptos de pagar a multa; 1.º os que forem condemnados de preceito. N. R. J. artt. 490 e 831: 2.º o autor, que desistir, ou o réo, que confessar na 1.ª instancia, antes de haver sentença; porém sendo na 2.ª instancia, só são relevados de metade da multa. N. R. J. artt. 538 e 831: 3.º os orphãos, menores, viúvas e pessoas miseraveis, salvo defendendo-se com dolo. Alv. de 8 de Maio de 1745: 4.º o exequente, que ficou vencido em embargos de terceiro. N. R. J. art. 639, § 2; 5.º o condemnado por sentença de arbitros, salvo no caso de se interpôr o recurso de appellação; porque então os juizes de 2.ª instancia condemnarão na multa proporcional, N. R. J. art. 231: 6.º os que apenas têm bens para satisfação do vencedor. Regimento da

²³ A multa na antiga legislação era denominada dizima; vinha a ser a decima parte do valor da demanda: e pelo Regimento da Chancellaria de 1589 era imposta a dizima nas sentenças condemnatorias sobre propriedade, ou dinheiro; nas sentenças de restituição de posse, e questões de usufructo pagava-se a quarentena; e nas de arrendamento e despejo, a vintena. As leis de 18 de Fevereiro de 1658 e 8 de Maio de 1745 mandavam impor esta pena á parte condemnada, fôsse autor, ou réo: porém esta legislação não foi observada, e o autor nunca pagava dizima, ainda que vencido fôsse. Acerca da legislação das dizimas vid. Pereira e Sousa, nota 585 *in fin.* e 1065, e Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 22, §§ 22 e 23.

²⁴ Esta excepção dia respeito ás causas referidas no art. 828 da N. R. J. e declaradas no principio d'este §; porisso não tem lugar nas multas de embargos de terceiro, e agravo de instrumento civil, que são expressamente applicadas para a Fazenda Nacional, como se vê dos artt. 639, § 1, e 744 §2 da N. R. J. Vid. Sr. Castro Neto, nota ao art. 838, e Port. de 3 de Março de 1855.

E a proposito temos a observar, que pelo art. 17 da Lei de 16 de Junho de 1855 foi declarado, que a multa, em que incorre o embargante de terceiro nos termos do art. 639, § 1 da N. R. J. será em relação ao valor porque procede a execução, quando este seja inferior ao dos bens, sobre que versarem os embargos (§ 816 da 2.ª parte d'estes Elementos).

Chancellaria de 1589, § 16. Ord. liv. 1, tit. 20, § 3, e N. R. J. art. 670. § un. Vid. N. R. J. art. 328, § un. e Pereira e Sousa, §§ 623 e 625 ²⁵.

§ 524

Em regra a multa é a quantia de cinco por cento do valor da coisa demandada (§ 520): excepto, 1.º quando o réo revel no juízo de paz é condenado no contencioso, porque então paga a multa em trespêso. N. R. J. art. 222 (§ 277, e nota 20): 2.º quando o réo na contrariedade tem maliciosamente pedido prazo para mandar vir documentos de fora, porque n'este caso a multa é dobrada. N. R. J. art. 261 (§ 276): 3.º quando o autor ou réo oppozer suspeição ao juiz de Direito, e esta não fôr julgada provada, porque deve ser condenado na multa de cinco até vinte mil réis. N. R. J. art. 366 (§ 346): 4.º quando não fôr provido o agravo de instrumento cível, o agravante é condenado em uma multa de cinco até cinquenta mil réis. N. R. J. art. 744, § 2: 5.º no caso do § un. art. 17 da Lei de 19 de Dezembro de 1843 (§ 615): 6.º no caso do art. 622 da N. R. J. em que a multa pôde ser de um até cinco por cento do valor embargado. Vid. art. 1120 do Cod. Com.

§ 525

A execução da multa prescreve por cinco annos contados do registro d'ella ²⁶, N. R. J. art. 671; e as execuções para a sua cobrança têm logar pela fórma determinada nos artt. 668—671.

²⁵ A multa não tem logar contra um prodigo ou seu curador sobre a questão de prodigalidade, em que se não demanda coisa alguma determinada, e só se implora o officio do juiz. Assim foi decidido em accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 24 de Novembro de 1854 (Gaz. dos Trib. n.º 1941).

Serão exemptas das multas as causas de sevicias? Na Gazeta dos Tribunaes n.º 186 é tractada esta questão no sentido affirmativo com o fundamento de que o art. 828, § un. da N. R. J. exempta das multas as causas que pela antiga legislação eram dispensadas da dizima, taes eram as processadas no juizo ecclesiastico; e sendo as causas de sevicias processadas então no foro ecclesiastico são, pela citada disposição, exemplas da dizima. E que seria absurdo condemnar em multa aquelle, que, se não transige, é por que a lei lh'o não permite.

²⁶ Em accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 23 de Novembro de 1855 (Gaz. dos Trib. n.º 2094) se decidiu, que a prescrição de cinco annos só tem logar, quando se pão

TITULO IV

Dos recursos

CAPITULO UNICO

Dos recursos ordinarios e extraordinarios

§ 526

Os recursos são os meios de direito, tendentes á reforma das sentenças, ou á reparação e emenda dos actos abusivos praticados pelas authoridades. Pereira e Sousa, § 289.

§ 527

Os recursos são ordinarios, ou extraordinarios. Os ordinarios são os estabelecidos pelas leis para obter a emenda das sentenças definitivas, ou despachos interlocutorios, proferidos pelos juizes em processo regular. Os extraordinarios são os que a lei concede para obter a reparação dos gravames e abusos commettidos pelas authoridades, e em que não cabe recurso ordinario. Pereira e Sousa, § 289.

§ 528

São recursos ordinarios para obter a emenda das sentenças definitivas, ou interlocutorias com força de definitivas: 1.º os embargos; 2.º as appellações; 3.º a revista. E para alcançar a reforma dos despachos

intenta a acção dentro d'elles; e não por estar parado o processo por esse tempo. Não nos conformámos com esta decisão, porque o art. 671 marca a prescrição desde o registo da mulcta, e não faz distracção alguma; e aonde a lei não distingue, não podemos nós distinguir; e, se a prescrição se interrompe pela proposição da acção, devemos por outro lado attender a que a mulcta é uma pena, e em materia penal só se admite a interpretação favoravel, e as penas não se ampliam, mas restringem-se. São estes os principios, que regem este assumpto, e que dominam a legislação vigente, como se vê do art. 70, e § un. do Codice Penal e art. 17 da lei de 16 de Junho de 1855 (nota (24) ao § 522). Vid. §§ 277, nota (20), e 516 nota (17)

interlocutorios são: 1.º o agravo no auto do processo: 2.º o agravo de petição: 3.º o agravo de instrumento.

São recursos extraordinarios: 1.º o recurso á corôa; 2.º a queixa dos conflictos de jurisdicção: 3.º a queixa immediata ao Governo.

SECÇÃO 1.^a

Dos embargos á sentença

§ 529

“ Os embargos são uma allegação articulada, feita perante o mesmo juiz, que deu a sentença, para o fim da sua reforma. “ Pereira e Sousa, § 291 ¹.

§ 530

O recurso de embargos cabe de todas as sentenças definitivas, ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas em causas, que não excedam a alçada do juiz. Porém os embargos devem ser consistentes em direito, ou comprovados por documentos. Das sentenças, que excedem a alçada do juiz, que as proferiu, cabe o recorto de appellação. N. R. J. artt. 678 e 681.

§ 531

A parte, que pretender embargar a sentença deve pedir vista d'ella, e apresentar os embargos dentro em cinco dias ², contados da sua

¹ Pela legislação antiga o recurso de embargos era amplissimo, e applicavel a toda e qualquer sentença, como se vê do Alv. de 6 de Dezembro de 1813: se eram recebidos, processavam-se summariamente, e o seu effeito era suspensivo. A latitude, que a lei e a prática do foro tinha dado a este recurso, era um grande obstaculo á expedição dos processos forenses, e á prompta decisão dos litigios. O Decr. n.º 24 de 16 de Maio de 1832, querendo obviar a estes inconvenientes, caiu no extremo opposto, acabando com este recurso, que deixou de existir até á N. R. J. (Decr. de 21 de Maio de 1841), pela qual foi restabelecido o recurso de embargos á sentença, mas limitado e circumscripto na fôrma dos artt. 678—680, e 726—729 da N. R. J. Vid. Pereira e Sousa, §§ 291—298, e Lobão, *Seg. Linh. ibidem*. Vid. Carré, cit. n.º 64, e nota final a esta secção.

publicação, estando presente, ou seu procurador; ou da intimação, estando ausente. Não os apresentando n'aquelle prazo, a sentença passa em julgado³. O escrivão, que por culpa ou omissão deixar de continuar immediatamente os autos á parte, que tiver pedido vista, será suspenso, e responsavel por perdas e damnos. N. R. J. art. 678, § 1 (§ 535 nota 5).

§ 532

Apresentados os embargos no cartorio, o escrivão faz os autos conclusos; e o juiz manda dar vista por cinco dias a cada uma das partes, primeiro ao embargado para impugnar os embargos, e depois ao embargante para os sustentar. Junctando-se porém novos documentos aos embargos, o prazo para a impugnação e sustentação d'elles, será de dez dias. Findos estes prazos, o escrivão cobra os autos officiosamente nos termos do art. 35 da Lei de 16 de Junho de 1855, e os faz conclusos para serem deffinitivamente sentenciados. N. R. J. art. 678, § 2.

§ 533

Se o embargado na sua impugnação junctar documentos, serão concedidos ao embargante dez dias para a sustentação: e se n'esta se junctarem documentos, irá de novo o feito ao embargado por igual prazo. N. R. J. art. 678, § 3.

² O dia em que for assignado o termo, e o dia, em que terminar, sendo feriado, não se contam no termo. Ord. liv. 3, tit. 13, e Lei de 16 de Junho de 1855, art. 30.

³ Como estes termos são peremptorios e fataes, e se contam de momento a momento, devem os escrivães declarar não só o dia, mas a hora, em que os embargos são apresentados em seu cartorio, ainda que seja de noite; e esta é a prática em Lisboa.

* Devemos advertir, que na doutrina do § guardámos a redacção da lei, mas pôde dar logar á que se entenda, que a parte é obrigada a levar os autos ao cartorio do escrivão com os embargos. Porém combinados os §§ 1 e 2 do art. 672 da N. R. J. com os artt. 13 e 26 da Lei de 28 de Novembro de 1840, que são a sua fonte proxima é fora de duvida, que o escrivão os deve cobrar officiosamente; por fórma, que se os cobrar passado algum ou alguns dias depois de findo o praso de cinco dias, e os embargos estiverem nos autos, não se podem considerar apresentados fora do praso, porque a omissão do escrivão não se pôde imputar á parte; mas se os cobrar apenas findo o termo, e se não acharem os embargos nos autos, a sentença passa em julgado. Vid. Gaz. dos Trib. n.º 586, e Pereira e Sousa, nota 595.

§ 534

Se ambas as partes tiverem pedido vista para os embargos, será concedida pela ordem dos requerimentos, contando-se o prazo dos cinco dias ao segundo embargante desde que findou o do primeiro, e assim successivamente, havendo mais embargantes. E, quando se manda dar vista ao primeiro embargante para sustentar os seus embargos, n'esse mesmo prazo impugnará os da parte contrária; e assim os de mais embargantes. N. R. J. art, 726, pr. e § 2⁴.

§ 535

Aos accordãos definitivos das Relações nas appellações civeis julgadas por tenções tambem se podem oppôr embargos na fôrma exposta, dentro em cinco dias contados da publicação, ou intimação⁵. N. R. J. artt. 676, 726 e 727. A ordem do processo é a que fica referida, com as seguintes especialidades: — 1.^a se uma parte embarga, e outra interpõe o recurso da revista, os termos para esta só começarão a correr depois da decisão definitiva dos embargos: — 2.^o os juizes, que fizeram vencimento no accordão embargado, são os que devem votar por tenções sôbre os embargos sendo os autos conclusos ao juiz, cujo voto foi o primeiro no vencimento do accordão embargado; este os levará á conferencia; e parecendo a maioria, que póde logo tomar conhecimento d'elles, sem necessidade de tenções, assim o farão: — 3.^a se a materia dos embargos contiver alguma das nullidades especificadas no art. 736 pr.

⁴ Esta disposição, posto que relativa aos embargos aos accordãos das Relações, tem applicação ao processo dos embargos ás sentenças de 1.^a instancia.

⁵ O art. 726 manda apresentar os embargos dentro de cinco dias contados da publicação, ou intimação do accordão; mas não declara que, findo esse prazo, a sentença passa em julgado, como expressamente determina o art. 678, quando se tracta dos embargos oppostos ás sentenças da 1.^a instancia: o porque a disposição do art. 726 não fôsse tão explicita, entendeu-se, pôr algum tempo, que bastava pedir a vista dentro dos cinco dias, embora os embargos fôsem apresentados depois, e era esta a praxe antiga. Mas o Supremo Tribunal de Justiça decidiu o contrário na causa de Lino Silveira e Comp.^a, contra o conde de Farrobo por accordão de 17 de Maio de 1844, isto é, que deviam em todo o caso os embargos ser apresentados dentro em cinco dias, e que estes corriam da intimação, e não da vista. *Summum jus, summa injuria*. Vid. Gazeta dos Tribunaes n.ºs 248, 408, 586 e 657, e nota (b) ao § 531.

da N. R. J.; e esta fôr julgada procedente, a decisão se não publicara, e declarado nullo o accordão embargado se prosegue no feito pela fôrma que prescrevem os §§ 2—5 do art. 25 da Lei de 16 de Junho de 1855:— 4.^a sendo despresadas as nullidades referidas nos citados §§, poderão os juizes conhecer de qualquer outra materia contida nos embargos, tencionando sôbre esta, ou decidindo-a logo em conferencia, segundo accordarem entre si, § 6 do art. 25 da citada lei. E o juiz que fizer vencimento lançará o accordão. N. R. J. artt. 726, § 3, e 727, §§ 1 e 2 combinados com os artt. 23—25 e respectivos §§ da Lei de 16 de Junho de 1855.

§ 536

Se ás Relações forem remettidos embargos oppostos á execução, de que o juiz executor pela qualidade da causa não possa conhecer, serão distribuidos livremente, como se fôsem appellações. N. R. J. art. 680.

§ 537

Em caso nenhum são admittidos embargos, que careçam de prova de testemunhas, nem segundos embargos oppostos pela mesma parte. N. R. J. art. 678, § 3, *in fin.*⁶

⁶ Pela expressão — *segundos embargos oppostos pela mesma parte* — se conhece, que, obtendo o embargante a reforma de sentença, pôde a parte contrária embargar tambem esta última decisão. Sr. Castro Neto, nota aos cit. §§ do art. 678 da N. R. J.

Em regra pela antiga legislação tambem se não admittiam segundos embargos, salvo sendo de suspeição, — restituição, e declaração. Pereira e Sousa, § 295.

* Hoje pela Lei de 16 de Junho de 1855, art. 8 a sentença obscura, ou ambigua pôde ser declarada a requerimento da parte por meio de petição e pela fôrma ahi prescripta; e pôde ser reformada quanto a mulcta e custas, mas não em outros pontos.

Porém esta providencia só tem logar quanto ás sentenças excedentes a alçada do juiz, quando em nossa opinião devia comprehender tambem as sentenças dentro da alçada, em que se permittem os embargos (§ 530); pois não achâmos razão ponderosa para que se conceda este recurso nas sentenças que podem ainda por meio de appellação ser declaradas e emendadas; e se denegue para aquellas, em que já não ha recurso, Vid. Carré n.º 64 e nota final a esta secção.

Nota final á Secção I

DOS EMBARGOS Á SENTENÇA

Proferidas as sentenças, seguir-se-ha tractar sómente da sua execução, se filas assentassem sempre sôbre a verdade e a justiça, e se a infalibilidade podesse ser um attributo do juiz.

Dada pois uma decisão errada ou injusta é necessario franquear ás partes os recursos para obter a sua emenda, e reparar as suas consequencias. Mas estes recursos, que se concedem á parte lesada, serão apresentados perante o juiz, que proferiu a primeira decisão? Ou perante um tribunal superior?

A este respeito, diz o illustre Bellot — o êrro commettido no julgamento, se provém da falta de titulos decisivos, ou da falsidade de documentos produzidos, ou da má fé dos litigantes, todas estas circumstancias são estranhas ao juiz — se, quando muito, é o effeito de uma simples distracção da parte do juiz, tal como a omissão de um ponto da questão, isto não compromette nem a dignidade do seu ministerio, nem a opinião da sua integridade. N'estas circumstancias póde sem inconveniente, e mesmo com alguma vantagem confiar-se-lhe o cuidado de o rectificar. Instruido já do negocio, poderá mesmo e mais promptamente, que qualquer outro, apreciar o merito do recurso.

Mas se o recurso se funda em um êrro, ou uma injustiça, proveniente da ignorancia do juiz, da sua parcialidade, ou mesmo da obscuridade da lei, só um tribunal superior póde offerecer protecção segura.

E conforme a estes principios este insigne professor, e principal redactor da lei do processo de Genebra regulou no tit. 22 os casos, em que a rectificação das sentenças pertenceria ao juiz que as

proferiu; e no tit. 23 aquellas em que o recurso seria apresentado a um tribunal superior. E quanto ás vias de recurso perante o mesmo juiz ou tribunal, elle as dividiu, e denominou de — *interpretação e revisão*.

A via de *interpretação* tem logar quando a disposição d'uma sentença contiver um vicio de redacção, ou quando os termos, em que é concebida, offerecem algum sentido equivoco, ou ambiguo. Art. 281.

Este recurso offerece duas vantagens; uma de evitar, que as partes, illudindo-se sôbre o verdadeiro sentido da sentença, não se desencaminhem na execução; outra a de prevenir as appellações, que têm a sua origem sómente na obscuridade da sentença.

A *revisão* tem logar — quando são contradictorias as disposições da sentença — quando julga sôbre cousas não demandadas — quando excede o pedido — quando não comprehende todo o objecto controvertido. E em outros e muito variados casos, que constam dos artt. 281—286 da mencionada lei do processo de Genebra. E este recurso tem logar tanto na primeira, como na última instancia.

Vê-se pois que o recurso de *interpretação* é identico ao de embargos de *declaração* da nossa antiga legislação (Pereira e Sousa, § 295), restabelecido pelo art. 8 da Lei de 16 de Junho de 1855 quanto ás sentenças proferidas em causas excedentes a alçada do juiz, que as proferiu; quando dévia abranger tambem as que cabem na alçada do juiz (nota ao § 537); mesmo porque, quanto a estas, admittido o recurso de *interpretação*, ou *declaração*, se verifica uma das duas vantagens apontadas por Bellot, que é evitar, que as partes, enganando-se sôbre o verdadeiro sentido da sentença, não desvairem na execução.

O recurso de *revisão* é análogo ao nosso recurso de embargos á sentença, como se vê da disposição do art. 281, e respectivos numeros da citada lei do processo confrontada com o art. 736 da N. R. J. (§ 535);

mas é mais amplo, e abrange maior número de casos, que a nossa actual legislação.

Na nota ao § 529 expozemos as vicissitudes e alterações por que tem passado a legislação pátria n'este assumpto. Sem approvar a latitude, que a lei antiga e a prática do foro tinha dado a este recurso; entendemos, que as actuaes disposições da lei são ainda restrictas, e que bem podiam ampliar-se a mais alguns casos; e que muito ha a aproveitar da excellente lei do processo de Genebra, quando se queira melhorar esta parte da nossa legislação. E é principalmente em materia de processo que mais se carece da revisão e alteração da lei; que não na organização judiciaria, em que são arriscadas as innovações, *maxime*, quando modeladas por legislação estranha e pouco acreditada.

SECÇÃO 2.^a**Da appelação ⁷****§ 538**

Appelação é o recurso da sentença definitiva, ou interlocutoria com força de definitiva proferida pelo juiz inferior, interposto pela parte vencida para o superior legítimo.

A appelação é judicial, ou extrajudicial. Appelação judicial é a que se interpõe dos actos judiciais; e extrajudicial, dos actos praticados fora do juízo ⁸. Pereira e Sousa, §§ 299 e 300.

§ 539

A appelação compete das sentenças definitivas, e interlocutorias com força de definitiva, ou que contenham damno irreparável ⁹, excedentes á alçada do juiz, que as proferiu¹⁰. Ord. liv. 3, tit. 69, pr. e § 1, e art. 684 da N. R. J.

⁷ Vid. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 23, §§ 1—21.

⁸ Aqui tractâmos da appelação judicial; a extrajudicial é mais uma imploração do officio do juiz, do que appelação; porisso não tem os prazos peremptorios e fataes para a sua interposição, excepto ácerca das partilhas extrajudiciaes, em que é necessario appellar dentro de dez dias. Ord. liv. 3, tit. 78, § 2. Os casos, em que tem logar a appelação extrajudicial, podem vêr-se em Pereira e Sousa, nota 606.

⁹ Têm força de definitiva as sentenças, que põem fim á causa taes são — a sentença, que julga a citação nulla. Ord. liv. 3, tit. 65, § 1; — a que julga não dever alguém ser citado. Cit. Ord. e tit. 84, § 4; — a que absolve o réo da acção, e de toda a causa. Ord. liv. 3, tit. 20, § 16; — a que julga que o autor não é parte legitima. Barbosa á Ord. liv. 3, tit. 60, pr. n.º 3.

Contêm damno irreparável as sentenças interlocutorias, — que decretam á prisão; — que privam alguém do officio público, — que mandam citar alguém para comparecer fora do seu domicilio em logar não seguro, etc. Pereira e Sousa, *Prim. Linh.* nota 608.

* Da sentença que absolve o réo da instancia por falta de soleranidade na ordem do juizo que recurso caberá? O de appelação, ou de agravo?

A sentença, que absolve o réo da instancia põe fim ao juizo e processo, como diz a Ord. liv. 3, tit. 65, § 1, e n'este caso entendem alguns jurisconsultos que é competente a appelação nos termos da Ord. liv. 3, tit. 69 pr. § 1, e do art. 681 da N. R. J.

Outros porém, como Pereira e Sousa, nota 608, e Gouveia Pinto, *Tractado das appellações e agravos*, parte 1.^a cap. 6, sustentam opinião contrária fundando-se na Ord. liv. 3. tit. 14 pr. e tit. 30, § 18. E esta opinião nos parece mais conforme aos principios de direito, porque a disposição d'estas Ordd. constitue uma excepção á regra

Interpõe-se a appellação — ou 1.º em audiência por um termo nos autos, assignado pela parte ou por seu procurador; — ou 2.º fora da audiência, precedendo despacho do juiz; sendo então o termo assignado pela parte ou por seu procurador, e por duas testemunhas com a declaração dos nomes, moradas e mistéres.

O prazo para interposição da appellação é o de dez dias continuos e improrogaveis, contados da publicação da sentença, estando as partes presentes ou os seus procuradores: e da intimação, não estando presentes ¹¹. N. R. J. art. 681, e §§ 1—4.

§ 540

Se o litigante, prejudicado pela sentença, fallecer no decendio, antes de interposta a appellação, não correrá este, senão da intimação da sentença aos herdeiros habilitados na causa. N. R. J. art. 681, § 4.

§ 541

Interposta a appellação, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz ¹², que por seu despacho recebe, ou denega a appellação; e se a recebe, no mesmo despacho declara, se em ambos os effeitos, se no

geral estabelecida pela Ord. liv. 3, tit. 69 pr. § 1, e depois confirmada pelo art. 681 da N. R. J.; a qual como lei geral posterior não revogou a especial anterior, que deve prevalecer áquella, e assim foi julgado na Relação do Porto em accordão de 17 de Dezembro de 1852 (Gaz. dos Trib. n.º 1755).

¹⁰ Excepto nos casos apontados na Ord. liv. 3, tit. 70, § 6, Lei de 16 de Junho de 1855, art. 35, § 4, e nos §§ 519 e 521 d'estes Elementos, em que tem logar a appellação, embora o valor da causa não exceda a alçada do juiz. Vid. § 358.

¹¹ Hoje não ha dispensa de lapso de tempo para appellar. N. R. J. art. 681, § 5. Pelo Regimento do Desembargo do Paço, § 91 se concedia, havendo legitima causa, provisão de lapso de tempo para poder appellar fora do decendio. Vid. nota final.

No decendio não se conta o dia da publicação ou intimação, nem o último, sendo feriado. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 30.

¹² Se a sentença foi proferida pelo juiz de direito, em audiência geral e ainda estiver no julgado ao tempo do recebimento da appellação, os autos devem-lhe ser conclusos para este fim; fóra d'este caso o juiz ordinario é competente para receber, ou denegar a appellação. Tanto em um, como em outro caso o traslado devo ser tirado pelo escrivão do juiz ordinario, a quem o feito tiver sido distribuido. N. R. J. art. 681, § 2. Vid. artt. 278, § un. e 507, § 2.

devolutivo; assigna o prazo para o traslado, e faz a attempação ¹³, isto é, marca o prazo para a apresentação da appellação na instancia superior.

O prazo para o traslado dos autos será de dez até quarenta dias; e para a apresentação da appellação será assignado conforme as distancias: no reino não poderá ser menor de quinze dias, nem maior de sessenta: nas ilhas dos Açores, e provincias ultramarinas fica ao arbitrio do juiz, regulado pela distancia do logar, e qualidade do tempo. N. R. J. art. 681, §§ 14, 18 e 20. Pereira e Sousa, notas 629 e 636.

§ 542

No grau de appellação sobem os proprios autos, ficando o traslado na instancia inferior. Não ha porém traslado de autos: 1.º quando a Relação estiver na mesma cidade, em que se proferiu a sentença ¹⁴: 2.º quando a appellação é interposta do juiz ordinario para o de direito. Em ambos os casos os escrivães deixarão sempre na sua integra a cópia do rosto dos autos, da autuação, da sentença, e dos quesitos ao jury, e suas respostas, se as houver. N. R. J. art. 681, § 17.

§ 543

O despacho do recebimento, ou denegação da appellação é intimado ás partes, ou seus procuradores, não estando presentes no acto da sua publicação. N. R. J. art. 681, § 16.

Do despacho, que recebe a appellação, compete o agravo no auto do processo; bem como do que a recebe em effeitos, que lhe não

¹³ Attempação é a assignação do prazo dentro do qual se ha de apresentar a appellação na superior instancia; Pereira e Sousa, nota 636. As Ordd. do reino, e a N. R. J. empregam este termo n'aquelle sentido.

¹⁴ Salvo tendo a appellação sido recebida no effeito devolutivo sómente; e devendo proseguir no traslado os termos da execução ou da causa. Ainda n'este caso se não tirará traslado concordando as partes, em que se não prosiga antes da decisão do recurso; ou quando o executado metter em depósito a importancia da execução. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 18.

competem; e dos despachos, que a denegam tem logar o agravo de petição, ou instrumento, qual no caso couber. N. R. J. artt. 674 e 718, § 1.

§ 544

Prompto o traslado, o escrivão, a instancia do appellante, remette o feito original pelo seguro do correio, fechado, cosido e lacrado, com direcção externa ao guarda mór da Relação. A cópia do recibo da entrega fica juncta ao traslado, e o original é entregue á parte, ou ao seu procurador.

Estando a Relação na mesma cidade, o escrivão leva os autos á Relação na primeira sessão, logo que passarem os dez dias do despacho do recebimento da appellação. N. R. J. art. 681, §§ 24 e 25.

“ Se a appellação é interposta do juiz eleito para o juiz ordinario ” ou de direito, ou para o tribunal da policia correccional; ou é interposta do juiz ordinario para o juiz de direito, os autos entregara-se ao recorrente para os entregar no juizo superior. N. R. J. art. 241, § 6. Man. do Proc. Civ. § 308.

§ 545

Interposta a appellação, se o valor do pedido é incerto, ou quando as partes não têm concordado, deve o juiz, antes de a receber, mandar avaliar a causa por louvados escolhidos pelas partes ¹⁵. O fim d'esta avaliação é saber, se a causa cabe na alçada; porque não cabendo, não é recebida a appellação: — e tambem para regular as assignaturas dos juizes na instancia superior. Vid. art. 543 da N. R. J.

¹⁵ Se a causa, que subir á Relação, carecer de avaliação, os juizes mandarão proceder a ella, sem que o processo volte a 1.^a instancia. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 21.

§ 546

Para esta avaliação contempla-se o pedido; e não a condenação, nem as custas singelas. Ord. liv. 3, tit. 7, § 6. Nos casos porém, em que o vencido é condenado em custas em dôbro, ou em tresdôbro, acrescentam-se estas ao pedido. Assento de 2 de Janeiro de 1615. Pereira e Sousa, nota 634. Os fructos e rendimentos computam-se junctamente com o capital. Além d'estas regras devem na avaliação das causas observar-se as disposições da N. R. J. art. 543, §§ 1 e 2, e mais leis anteriores. Pereira e Sousa, nota 634.

Não precisam de ser avaliadas, porque se reputam excederem a toda a alçada, — as causas, em que se julga contra a liberdade; — as que versam sôbre regalias, direitos, jurisdições e privilegios; — e as que tractam do fundamento da obrigação de prestações periodicas. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 603 a 606. Pereira e Sousa, §§ 314 e 315, e nota 634 e 694.

§ 547

A appellação tem geralmente os dois effeitos, devolutiva, e suspensivo; e consequentemente devolve o conhecimento da causa ao juiz superior:— e suspende a execução da sentença, de modo que todo o acto exercido pelo juiz recorrido durante a appellação, é attentado, que deve ser revogado pelos juizes superiores. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.º 654. Pereira e Sousa, nota 632. N. R. J. art. 681, § 6.

§ 548

Tem porém a appellação unicamente o effeito devolutivo, e não o suspensivo, nas seguintes causas: 1.º nas sentenças de condenação, que se fundarem em escripturas publicas, ou particulares com força de escriptura pública, quando proferidas contra as proprias pessoas, que assignaram as escripturas: 2.º nas sentenças de despejo:

3.º nas sentenças proferidas pelos juizes de direito nas causas possessórias sôbre força nova excedentes á sua alçada ¹⁶, nas de guarda, ou depósito, soldadas, jornaes, e colhimento de fructos: 4.º nas sentenças, que ordenarem demolições, ou reparações urgentes, e de cuja inexecução se siga damno irreparavel: 5.º nas sentenças proferidas nas execuções contra o proprio executado: 6.º nas sentenças proferidas nas partilhas ¹⁷, e mais casos especialmente marcados nas leis ¹⁸.

A sentença, que manda prestar alimentos futuros, nao tendo sido arbitrados os provisionaes ¹⁹, é exequivel, nao obstante a appellação, em metade da quantia julgada. N. R. J. art. 681, §§ 7 e 8. Pereira e Sousa, nota 633. Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 655—660.

¹⁶ Sendo proferidas pelo juiz ordinario têm ambos os efeitos. N. R. J. art. 281, § 5.

¹⁷ O art. 413 da N. R. J. concedia agravo de petição ou instrumento do despacho, que dá fôrma á partilha; mas foi revogada esta disposição pelo § 3 do art. 29 da lei de 16 de Junho de 1855; que só permite a appellação da sentença, que julga a partilha, com os efeitos declarados no § 4 do art. 299 e 413 da N. R. J. Citada lei e artigo, § 4.

¹⁸ Taes são os mencionados na N. R. J. artt. 335, 336, 344, 354, § 5, 413, 580, § 3. 628. § 2, 640, § 1, e 665, § un.

¹⁹ Que recurso deve interpôr-se da sentença, que arbitra os alimentos provisionaes? Correia Telles, *Man. do Proc. Civ.* § 483 diz que é competente o agravo de petição, ou de instrumento. Não adoptamos esta opinião, porque a sentença que arbitra os alimentos provisionaes é definitiva, e d'estas cabe o recurso de appellação (§ 539).

Sendo competente a appellação, deverá ser recebida em ambos os efeitos, ou só no devolutivo?

Se a appellação fôr interposta da sentença proferida pelo juiz ordinario é indubitavel, que tem ambos os efeitos. N. R. J. art. 281, § 5. Mas não é a lei tão clara, quando a sentença é proferida pelo juiz de direito. O art. 681 da N. R. J. no § 6, diz que a appellação é sempre suspensiva, salvas as excepções expressamente estabelecidas; e nos §§ 7 e 8 menciona algumas d'ssas excepções, e se refere a outras especialmente marcadas nas leis. D'aqui deduzem alguns juriconsultos que a appellação deve ser recebida em ambos os efeitos, porque não ha lei alguma, que exceptue as causas de alimentos provisionaes. Outros porém seguem opinião contrária, fondando-se no § 7, n.º 4 do art. 681, que manda receber sómente no efeito devolutivo as appellações de sentenças, de cuja inexecução se siga damno irreparavel; e no § 8 do mesmo artigo, que manda executar as sentenças, que julgarem a prestação de alimentos futuros em metade da quantia julgada, não tendo sido arbitrados os provisionaes. E tambem invocam em favor da sua opinião a pradica anterior ao Decr. de 16 de Maio de 1832, que o art. 281 da N. R. J. manda seguir nos acções summarias propriamente dictas, entre as quaes menciona as de alimentos provisionaes.

Temos esta opinião por mais conforme ao espirito da lei; porque se a sentença sôbre alimentos futuros, não sendo arbitrados os provisionaes, se executa em metade da quantia julgada, não obstante a appellação, não ha razão sufficiente para que deixe de se executar a sentença que arbitra os alimentos provisionaes, que são indispensaveis para a sustentação do autor durante a demanda, e para as despesas d'esta. Vid. Sr. Coelho da Rocha, § 332, e Gaz. dos Trib. n.º 445; 1689, 1691, 1718 e 1748.

§ 549

Quando á appellação não suspender a execução, não será entregue ao exequente a coisa pedida, ou o producto da arrematação, sem prestar fiança, peia qual se obrigue o fiador a tornar ao executado, se este obtiver provimento, a quantia, ou coisa recebida; e sendo de raiz, os fructos, e a reparar os damnos liquidados, sem o principal devedor ser mais ouvido, e sem outra figura e ordem do juizo. Não é necessaria fiança na execução de sentença de alimentos futuros, força nova, e na de partilhas. N. R. J. art. 681, §§ 9 e 10. Vid. art. 13 da Lei de 16 de Junho de 1855, e parte 2.^a d'estes Elementos, §§ 789, 871 e 882.

§ 550

Quando a appellação é suspensiva, se o appellante condemnado dissipa os fructos e rendas, é licito requerer sequestro nos fructos e rendas ²⁰. Se a appellação ainda não tiver subido á instancia superior, o juiz da 1.^a instancia é competente para ordenar este procedimento. Estando já na instancia superior, os juizes d'ella podem ordenar o sequestro. Ord. liv. 3, tit. 73, § 2.

§ 551

Quando os juizes da appellação acharem que o appellado é aggravado, o desagrarão, posto que não tenha appellado. N. R. J. artt. 681, § 12, e 739.

§ 552

Podem appellar todos aquelles, que se julgarem aggravados ou directa, ou indirectamente; e porisso podem appellar: — o legatario, da sentença proferida contra o herdeiro escripto, e que annulla o testamento; — o fiador, da sentença proferida contra o devedor; — o fiador do

²⁰ A respeito dos casos, em que póde ter logar o sequestro, vid. Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 1092.

vendedor, da sentença contra o comprador; — finalmente qualquer terceiro prejudicado. N. R. J. art. 681, § 11. Ord. liv. 3, tit. 81. Pereira e Sousa. §§ 305 e 306.

O procurador judicial também pôde e deve appellar. Ord. liv. 3, tit. 27 pr.²¹

Se a sentença contiver diversos capitulos de condenação e absolvição, poderão appellar d'aquelles, que quizerem, devendo no termo da sua interposição declarar expressa e explicitamente, de quaes appellam. N. R. J. cit. art. 681, e § 11.

§ 553

Havendo litis-consortes, e sendo individua a causa demandada, a appellação de um aproveitará a todos, que expressamente não consentirem na sentença.

Não pôde porém appellar o que consentiu na sentença, expressa, ou tacitamente, obrando algum acto, que mostre aprovação; como o que pede dilação para pagar. Ord. liv. 3, tit. 30, §§ 1 e 2,— o que confessou judicialmente, — o que transigiu sobre o julgado. N. R. J. art. 681, § 13. Pereira e Sousa, § 307, n.ºs 3, 4 e 5.

Tambem não pôde appellar o verdadeiro revel: tal se entende aquelle, que nunca compareceu em juizo por si ou por seu procurador antes da sentença, ou comparecendo declarou, que nao queria appellar. Ord. liv. 3. tit. 69, § 4, e tit. 79, § 3. Pereira e Sousa, nota 621 (§ 277, nota 20).

²¹ Lobão, *Seg. Linh.* nota 616, n.º 4, dia o seguinte: " Não fala a Ord., L. 3, tit. 81, no procurador para poder appellar, como terceiro prejudicado. A razão não poda ser hoje, porque *factus est dominus litis* ex 1. 4, ff. *de appellat.*, porque era uma chimera dos Romanos. A genuina é, porque, não appellando *ex officio*, a Ord. liv. 3, tit. 27 o condemna no interesse da parte, deixando de appellar; e appellando, vae evitar o seu certo e comminado prejuizo. "

§ 554

Os juizes ordinarios ou de direito, apenas lhes forem conclusas algumas appellações, devem primeiro decidir algum agravo no auto do processo, se o houver. Decidido este incidente, mandam dar vista ás partes por cinco dias; e findo este termo, cobram-se-os autos, e com as allegações, ou sem ellas, se fazem conclusos; e os juizes, o mais tardar, na segunda audiencia depois da conclusão, publicarão a sua sentença, confirmando ou revogando o julgado em todo ou em parte, e até mesmo não tomando conhecimento do recurso, quando para isso tiverem legítimo fundamento. N. R. J. artt. 302, 385 e 386.

§ 555

A sentença deve sempre ser escripta e fundamentada; e podem oppôr-se-lhe embargos fundados em direito ou provados por documentos. N. R. J. art. 385, §§ 1 e 2.

§ 556

Acabado o termo assignado pelo juiz, sem o appellante sollicitar a remessa dos autos, ou sem se apresentarem na Relação, a sentença passa em julgado; e o juiz da 1.^a instancia a fará extrahir dos proprios autos, ou do traslado, e a mandará executar, constando-lhe por certidão do guarda mór da Relação, que os autos expedidos do juizo não entraram na distribuição até ao primeiro dia de Relação, depois de findo o termo assignado. N. R. J. art, 681, § 27.

§ 557

Se porém os autos de appellação chegaram a ser apresentados na Relação; mas passados trinta dias depois da distribuição, o appellante os não tiver preparado, poderá a appellação julgar-se deserta e não seguida por accordão em conferencia, em que haja tres votos conformes, precedendo para isto citação da parte, na fórmula da Ord. liv. 3,

tit. 68, § 6, e tit. 70, § 3²². Julgada deserta a appellação, para o que será feito o preparo pelo appellado, extrahe-se sentença, que se dará a execução, sem baixarem os proprios autos á 1.^a instancia, excepto nas causas de execução, em que são remettidos os proprios autos. Esta disposição não é applicavel ás causas de Fazenda, em que o Ministerio Público é appeliante, nem ás causas crimes. N. R. J. art. 738, §§ 1 e 2. Vid. Pereira e Sousa, §§ 311 e 316, e nota 630.

§ 558

Nas appellações, em que houver condemnação de mulcta, passados trinta dias depois de apresentadas nas Relações, sem serem preparadas, o procurador régio independentemente de preparo, requer se julgue deserta a appellação para o effeito da mulcta; precedendo porém edital de trinta dias a citar o appellante. Decr. de 24 de Abril de 1847.

§ 559

Apresentados os autos de appellação na Relação, e distribuidos na forma prescripta nos artt. 692—697 e respectivos §§²³, segue-se depois até á sua decisão final a ordem do processo marcada nos artt. 718—740.

²² O art. 738 da Nov. Ref. Jud. não fala na citação do appellante para se julgar a appellação deserta e não seguida, como determinam as Ordd. cilt.; mas um Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 18 de Abril de 1845 declarou ser necessaria a citação da parte, para se julgar deserta, na forma das Ordenações. No mesmo sentido ha outro Accordão de 5 de Junho de 1847. Vid. Gaz. dos Tribunaes n.º 557 e 849.

* Hoje deve ter logar a citação da parte ou de seu procurador, se o tiver, que responderá em vinte e quatro horas; não tendo procurador se faz annuncio no Diario do Governo para dentro em trinta dias vir a parte preparar a appellação; fora de Lisboa este annúncio deverá ser feito em qualquer periodico da cidade, que for sede da Relação; ou por editos, não o havendo. A deserção será julgada a requerimento do recorrido, preparando este para esse effeito. Lei de 16 de Junho de 1855 art. 19 e § un.

²³ A Lei de 16 de Junho de 1855 art. 20 declarou os casos, em que tem logar segunda distribuição; e revogou o § 1 do art. 697 da Nov. Ref. Jud.

Nota final á Secção II

DA APPELLAÇÃO

A appellação pertence á ordem dos recursos interpostos para os tribunaes superiores a fim de repararem as consequencias do êrro ou da parcialidade da sentença recorrida.

Este recurso suppõe a existencia de dois graus de jurisdicção, e importa uma das graves questões de doutrina especulativa, que constituem a theoria da organização judiciaria, a saber — se o direito de appellação deve ser mantido — e como consequencia desta — se devem haver dois ou mais graus de jurisdicção.

A suppressão dos dois graus de jurisdicção tem sido apresentada por alguns escriptores como um dos melhoramentos que o tempo deverá trazer á ordem judiciaria. Emquanto outros defendem a instituição dá appellação, como necessaria e indispensavel para prevenir e reprimir decisões erroneas ou injustas; e consequentemente sustentam a necessidade e conveniencia dos dois graus de jurisdicção.

Entre os sectarios da primeira opinião figura o illustrado Berenger ^a; que tractou esta questão muito habilmente e á luz da sciencia; confessando, comtudo, que no estado actual dos costumes, a necessidade dos dois graus, de jurisdicção e a faculdade da appellação, são doutrinas, que da parte dos povos modernos podem ser consideradas como artigos de fé social; e conclue que á sciencia compete esclarecer esta questão, e que a sua solução deve ser obra do tempo.

Aos argumentos adduzidos por Berenger em favor da suppressão dos dois graus de jurisdicção, e contra o direito de appellação,

^a Relatorio sôbre as estatísticas civis do ministerio da justiça publicado nas memorias da academia das sciencias moraes e politicas, tom. 1, 2.^a serie, pag. 472.

responde o insigne Raymoud Bordeaux^b pronunciando-se pela conservação da faculdade da appellação, que elle entende dever subsistir por longo tempo, como uma das necessidades e das garantias da justiça.

A appellação, posto que muito antiga na sua origem ^c, só appareceu nas legislações em uma epocha já avançado da civilisação. Em Roma foi estabelecida no tempo de Adriano. Em França o século XIII a viu organizar, como um meio de moderar os combates judiciarios, e como um processo pacifico offerecido ao litigante descontente.^d

Entre nós foi desconhecida a appellação nos primeiros tempos da Monarchia; mas no reinado de Affonso 3.º já havia um tribunal de appellação ^e. E este recurso teve maior desinvolvimento depois da introdução do Direito Romano e Canonico.^f

A appellação no principio da sua instituição tinha um character de ultrage e offensa ao juiz; era uma provocação, um desafio, que se lhes fazia; d'aqui proveio a prática d'alguns Cantões da Suissa, e de que apparecem vestígios nos antigos costumes da França, que exigia para a validade da appellação, que ella tivesse logar immediatamente, *stante pede*, de viva voz, na presença do juiz, no momento mesmo, em que proferia a sua sentença^g. Mas com o andar dos tempos perdeu esse character irrespeitoso; o juiz deixou de ser parte na appellação, e a faculdade de appellar foi regulada por fórmula que, para os magistrados, se considerou como um incentivo para fazer a melhor justiça; o para a parte vencida uma satisfação justa e conveniente.

Foi pois consignado em todas as legislações o direito de appellação, e o principio de diversos graus de jurisdição; sendo mais

^b Philosophie de la procédure civile, liv. 1, cap. 25 e 26.

^c Pereira e Sousa, *Prim. Linh. Civ.* nota 605.

^d Montesquieu, *Esprit des lois*, liv. 28, cap. 27—33.

^e Ord. Aff. liv. 3, lit. 73, §§ 2 e 3.

^f Pereira e Sousa, cit. nota 605.

^g Bellot, *Exposé des motifs de la loi de la procédure civile de Genève*, tit. 23, e Montesquieu cit. cap. 30.

geralmente recebida a instituição dos dois graus. Assim entre nós pela antiga organização judiciaria haviam duas instancias ; mas, por excepção, dava-se ainda terceira para as sentenças proferidas pela Relação do Porto, nas causas excedentes á sua alçada, de que cabia agravo ordinario para a Casa da Supplicação pela Ord. liv. 1, tit. 37, § 1 e 2 ^h. Pela Novissima Legislação, em conformidade do disposto no art. 125 da Carta Constitucional, temos dois graus de jurisdição; mas pela confusão e falta de unidade na legislação commercial, apparecem algumas hypotheses em que nas causas commerciaes tem logar uma terceira instancia ⁱ; verificando-se assim uma aberração dos principios em que assenta, a nossa organização judiciaria.

Não obstante o assentimento geral das legislações ao principio dos dois graus de jurisdição, e direito de appellação; não tem deixado de ser contestada a sua utilidade por alguns escriptores distinctos, se bem que defendida por outros, entre os quaes se conta o illustre Bentham^j como o mais intrépido propugnador do direito de appellação.

E temos a advertir, que é sob o dominio das ideias democraticas, que se têm combatido com mais ardor estes principios, e reclamado a supressão do tribunal de appellação, por constituir uma aristocracia judiciaria, e representar uma superioridade hierarchica, repugnante ás ideias *egalitarias*.

A Assembleia Nacional de França decretou em 31 de Março de 1790, que antes de regular a organização do poder judicial, seriam discutidas, e resolvidas certas questões, entre as quaes figurava a seguinte — Haverão muitos graus de jurisdição, ou o uso da appellação será abolido? Na revolução de Fevereiro de 1848 foram dirigidos muitos ataques contra o direito de appellação, mais em nome das ideias democraticas, do que da sciencia, reclamando-se a sua immediata

^h Vid. nota final ao tit. 1 d'estes Elem. a pag. 82 e 83.

ⁱ Vid. § 105, nota (9) d'estes Elementos.

^j Bentham, de l'organisation judiciaire, cap. 26.

supressão, como um dos progressos, que preparados pela revolução de 1789 deviam ser effectuados pela de 1848.

E não admira, que vogassem então estas doutrinas, porque é uma verdade histórica, que o espirito e fórma do governo se manifesta e influo na organização judiciaria.¹

Apezar d'estas tendencias e tentativas, o principio dos dois graus de jurisdicção, e do direito de appellação têm-se mantido na ordem judiciaria das nações.

Mas a faculdade de appellar será permittida a todos os litigantes, e em todas as causas, qualquer que seja a sua natureza e valor? É esta uma questão, que o Direito Canonico resolveu afirmativamente ^m; e Bentham, seguindo esta doutrina, diz: — “ desde que ha possibilidade de êrro, ou de injustiça em cada causa, é necessario deixar a cada causa nm meio de emenda “. E na verdade este principio põe a apreciação do direito ao ponto de vista da justiça absoluta, e não do interesse material.

Porém, a doutrina adoptada nas legislações tem sido diversa.

“ É uma das disposições geralmente recebida na ordem judiciaria dos povos modernos, a que divide, segundo a sua importancia, ou dificuldade supposta, as causas sujeitas aos tribunaes inferiores em duas especies — causas, que julgam em última instancia — e causas de que conhecem em 1.^a instancia. “

Esta distincção com que a práctica constante e universal nos tem familiarisado tem contra si ponderosas objecções.

¹ Vid. Introdução, § VIII, nota (15) d'estes Elementos.

^m Cap. 12, X, *de appellat.* Cavall. *Inst. jur. Can.* parte 3.^a, cap. 23, §§ 24—26, e Van-Espen, parte 3.^a, tit. 10, cap. 1, n.º 12.

A necessidade de emendar o erro ou injustiça de uma primeira decisão, motivo porque foi introduzida a appellação, verifica-se indistinctamente em todas as causas.

Não ha uma só que possa ser exempta do erro ou injustiça.

Sem dúvida quanto mais importante e difficil é uma causa, maior é o perigo de uma decisão erronea. Mas, observa Bellot, aonde existe algum character exterior, pelo qual se possa d'antemão reconhecer o grau de importancia, ou difficuldade de uma causa?

O valor pecuniario, de que se parte algumas vezes, não é uma base solida. Uma questão sôbre quantia, ex. gr., de trinta mil réis, que constitua toda a fortuna de um litigante pobre, é para este de muito maior importancia, do que para um litigante rico a de um valor centúplo, que apenas represente a sua renda annual. E aqui não se tracta de uma importancia absoluta, puramente ideal; mas da importancia relativa, a única real, que se determina pelos cabedaes das partes.

Quanto á difficuldade, é tambem um erro medil-a pelo valor da causa. A obscuridade, e ambiguidade da lei, complicação de factos, contradicção de provas, etc, são difficuldades, que apparecem tanto nas causas de pouca monta, como nas de maior importancia.

Não obstante porém a exactidão e força das observações expendidas; é certo que a faculdade ampla e indistincta da appellação tem o inconveniente de alimentar o espirito de chicana, perpetuar os processos, e arruinar os litigantes.

As despesas de uma demanda absorvem, e muitas vezes excedem o valor da causa, e entendeu-se porisso que o subtrahir a estas os litigantes, privando-os do direito de appellação, poderia ainda reputar-se um beneficio.

Foi pois por esta consideração, e como remedio a um mal maior, que se estabeleceu o poder de julgar em última instancia certas classes de causas, marcando a alçada dos diversos juizes e tribunaes, isto é, a quantia dentro da qual podem julgar sem recurso ⁿ. Porém as legislações, por excepção a esta regra, admittiram a appellação em algumas causas, que cabem na alçada do juiz.^o

Sôbre o momentoso assumpto em questão apropriaremos a ideia e a palavra de um distincto escriptor, que diz assim — “ Nós cremos na legitimidade do direito de appellação, e somos partidistas da sua conservação. Mas, pronunciando-nos pela sua manutenção, devemos procurar os meios de tornar mais raro o exercicio d’este direito sem o restringir por obstaculos contrários á liberdade dos litigantes. ”

N’este intuito entendemos que a legislação, que regula o exercicio do direito de appellação, carece de ser melhorada; e que seria de muita conveniencia adoptar, quanto aos prazos para a interposição d’este recurso, as providencias dos artt. 443 e 449 do Cod. do Proc. Civ. Fr. e art. 308 da Lei do Proc. de Genébra.

Os prazos para interposição dos recursos nem devem ser longos, nem extremamente breves. A legislação deve evitar estes dois excessos.

O primeiro prolonga indefinidamente a incerteza dos litigantes; os processos não têm fim, e se transmittem de geração em geração, como uma herança.

O segundo expõe a surpresas, descuidos, e injustiças irreparaveis.

ⁿ Pereira e Sousa, notas 634 e 694, Lobão, *Seg. Linh, Civ.* tomo 2.º cap. 28, secç. 3, art. 2, n.º 26.

^{o o} Cod. do Proc. Civ. Fr. artt. 453 e 454. Lei do Proc. de Genébra, art. 304. E quanto á legislação patria vid. nota (9) ao § 539 d’estes Elementos.

Quasi todas as legislações têm caído em um, ou outro d'estes extremos. Entre aquellas, que têm admittido um termo muito breve, figura o direito romano, que para interpor a appellação só concedia dez dias desde a publicação ou notificação da sentença (Novell, 23, cap. 1); disposição adoptada pela antiga legislação patria.

Era porém permittido, entre nós, appellar fora do decendio por via de restituição; ou por Provisão, concedida pelo Desembargo do Paço em virtude do seu Regimento § 91, que dispensava no lapso de tempo em attenção a alguma causa legitima.

A legislação novissima conforma-se com as disposições da legislação antiga. É porém de advertir que hoje não tem logar a concessão de Provisões de lapso de tempo (§ 539, nota (10) d'estes Elementos); porém pela disposição do art. 683 da N. R. J. póde o tribunal, para que se recorre, tomar conhecimento de quaesquer recursos fora de tempo nos casos, em que se prove legítimo impedimento, ou em que segundo direito tenha logar o beneficio da restituição.

O direito romano foi tambem seguido por outras nações, como se vê das antigas constituições sardas, e dos edictos de Genébra.

A antiga legislação de França apresenta o exemplo do excesso opposto. Antes da ordenança de 1667 o prazo para a appellação era de trinta annos; e por está foi reduzida a dez annos. A assembleia constituinte na Lei de 24 de Agosto de 1790 sôbre a organização judiciaria, soube guardar-se dos extremos, concedendo o prazo de tres mezes para interpor a appellação contados da intimação da sentença. Os redactores do Cod. do Proc. Civ. Fr. tinham proposto duplicar este prazo, mas foi conservado pela disposição do art. 443: bem como foi adoptada no art. 449 outra disposição da Lei de 24 de Agosto, que prohibe a interposição da appellação na primeira semana da pronunciarão da sentença. Estas providencias foram adoptadas na lei do processo de

Genébra, art. 308. E o seu illustrado redactor, o insigne professor Bellot, defende estas providencias como salutaes, e diz, que ellas têm em seu favor a experiencia; e que se este prazo é bastante longo para prevenir as surpresas, e aquietar os litigantes; não o é para produzir uma incerteza prejudicial — que este espaço dado á reflexão tem prevenido muitas appellações, que os litigantes condemnados teriam interposto no primeiro movimento de precipitação e impeto, e que uma vez empenhados na lucta teriam seguido por amor proprio.

Por estas considerações, e porque a nossa legislação seguiu um dos excessos, que cumpre evitar n'esta materia, é fácil convencer da necessidade e conveniencia da sua reforma n'esta parte.

Muito longe nos podia levar o discurso sôbre este vastissimo assumpto, mas é força concluir; e terminâmos indicando áquelles, que quizerem profundar esta materia, além dos authores citados, Boncenne, *Théorie de la procédure civile*, Introd. cap. 15. Rapport de M. Portalis, *mémoires de l'acad. des sciences morales, et politiques*, tom. 3, pag. 483, e Fritot *Science du publiciste*, pag. 188 e seguintes.

SECÇÃO 3.^a**Da revista ²⁴****§ 560**

A revista é um recurso ordinario de justiça, que compete das sentenças definitivas, ou interlocutorias com força de definitiva²⁵, proferidas em segunda instancia, quando o valor da causa excede a seiscentos mil réis; excepto nas causas commerciaes (§ 97). Tem tambem logar das sentenças de 1.^a instancia nos casos referidos nos §§ 199, 267 e 287 dos Elem. do Proc. Crim. N. R. J. art. 682. Cod. Com. art. 1115, Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 10.

§ 561

O Supremo Tribunal de Justiça conhece, em recurso de revista, da nullidade do processo, e da nullidade de sentença.

É nullo o processo, em que houver preterição de algum acto essencial, ou de fórmula para elle estabelecida por lei, com pena de nullidade.

É nulla a sentença, que julgar directamente o contrário do que dispõe qualquer lei do reino, ou d'ella fizer applicação manifestamente errada, eu que tiver algum defeito substancial, ou de que resulte nullidade

²⁴ A Revista era pela antiga legislação um recurso extraordinario, que se interpunha das sentenças de maior alçada. — Era de graça especial, e de graça especialissima.— Aquella era a que se impetrava do Desembargo do Paço, guardada uma certa fórmula e certos requisitos; e esta a que se impetrava directamente do principe, e não estava sujeita a formulas algumas. A Revista de graça especial era concedida; sendo interposta de sentenças excedentes a 1:050\$000 réis em raiz, e 1:200\$000 réis em moveis. Alv. de 16 de Setembro de 1814, que triplicou as alçadas da Lei de 26 de Junho de 1696; — e nos casos de nullidade manifesta, e injustiça notoria. Devia além d'isto ser interposta dentro em dez dias, e apresentada a petição dentro de dois meses no tribunal respectivo. Vid. Pereira e Sousa, §§ 352—382, e Silvestre Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 754—774. Hoje a revista é um recurso ordinario e de justiça, cuja concessão compete ao Supremo Tribunal de Justiça (§§ 5 e 96).

²⁵ Quando se verifique damno irreparavel, tambem se pôde interpor o recurso de revista, excedendo a causa a alçada das Relações. Assim foi decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça em accordão de 5 de Maio de 1851 (Gazeta dos Tribunaes n.º 1375).

na conformidade da Ord. liv, 3, tit. 75, e mais leis do reino. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 1, §§ 1 e 2 ²⁶.

§ 568

A revista interpõe-se no mesmo prazo, e pela mesma forma, que a appellação (§ 539). Porém no caso de incompetencia tem logar a revista sem attenção ao valor da causa, nem ao lapso do decendio; com tanto que a sentença, de que se recorre, não esteja inteiramente executada. Lei de 19 de Dezembro de 1843, art. 7. Sendo a revista da sentença da 1.^a instancia, o juiz, que a proferiu, é o competente para deferir ao expediente do recurso: na 2.^a instancia é o juiz relator. 2.^a Lei de 19 de Dezembro de 1843, artt. 1 e 2.

§ 569

Interposta a revista o escrivão faz logo os autos conclusos ao juiz, e este assignará o prazo para o traslado e apresentação d'ella no Supremo Tribunal de Justiça. Este despacho é intimado á parte, ou seus procuradores; e o escrivão continua os autos com vista por quinze dias ao advogado do recorrente para minutar e depois por igual prazo ao do recorrido. A remessa dos autos é feita ao secretario do Supremo Tribunal de Justiça. N. R. J. art. 682, §§ 1 e 2.

Do despacho ou accordão, que impede a interposição do recurso, ou o denega depois de interposto, cabe agravo de petição ou instrumento para o Supremo Tribunal de Justiça. Se o juiz ou tribunal

²⁶ A apreciação das provas é da exclusiva competencia dos juizes de 1.^a e 2.^a instancia que julgam de facto e direito (nas causas em que não intervem o jury), O Supremo Tribunal de Justiça conhece unicamente da nullidade do processo, e da nullidade da sentença; e não lhe cumpre verificar, se as provas foram, ou não, devidamente apreciadas pelas Relações, porque não é 3.^a instancia. Mas apezar de lhe não competir a apreciação do valor intrinseco das provas, não lhe é vedado julgar da admissão ou rejeição d'ellas nos termos da lei; porque, examinando o valor extrinseco das provas, não julga do facto, e só applica o direito. Vid. *Observações* do Sr. Simas sobre o Opusculo do Sr. Mello e Carvalho intitulado — Revista; e La Serna, *Motivos da lei do processo civil hespanhol* de 5 de Outubro de 1855, 1.^a parte; tit. 21.

obsta a que se escreva, tem logar a carta testemunhavel. Lei de 19 de Dezembro de 1843, artt. 1, 2 e 4. Vid. § 576.

§ 564

A execução da sentença não se suspende pela interposição da revista; mas poderá o executado requerer a fiança nos termos dos §§ 9 e 10 do art. 681 (§ 549). Concedida porém a revista, poderá o executado requerer no juízo da execução a suspensão d'esta no estado, em que se achar, apresentando a competente certidão do accordão, N. R. J. art. 682, § 3.

§ 565

Apresentada e distribuida a revista no Supremo Tribunal de Justiça, segue-se até á sua decisão a ordem do processo estabelecida nos artt. 802—816 da N. R. J., Lei de 19 de Dezembro de 1843, artt. 9, 12, §§ 1 e 2 e 15. § 1 (§ 98).

§ 566

Vencida a revista, o Supremo Tribunal de Justiça manda de novo julgar a causa ou pela mesma Relação, se n'ella houver número duplicado de juizes para que a causa seja julgada por diversos dos que o foram da sentença annullada, e assim o entender conveniente; ou por outra Relação ²⁷.

Se a sentença nulla tiver sido proferida em 1.^a instancia, será a causa remettida a diverso juízo; porém se se julgar que houve incompetencia, será o causa remettida ao juízo competente. Lei de 19 de Dezembro de 1843, artt. 2 e 3, § un. e art. 8.

²⁷ O art. 3 da lei cit. alterou a disposição do § un. do art. 815 da N. R. J., que mandava que o feito fôsse sempre remettido a diversa Relação.

§ 567

Aos accórdãos sôbre revistas crimes podem oppôr-se embargos de declaração nos termos do art. 717 da N. R. J. no que lhe fôr applicavel.

Nas revistas de causas civeis, além dos embargos de declaração, têm logar os embargos, quando se tem julgado com falsa causa sôbre a nullidade do processo nos termos dos artt. 726—729 da N. R. J. na parte que lhes fôr applicavel (§§ 535 e 536). Cit. Lei artt. 13 e 14.

§ 568

O julgamento nas Relações em consequencia de concessão de revista, terá nas causas civeis cinco votos²⁸ conformes proferidos por tenções, e poderão oppôr-se-lhe embargos; e nas causas criminaes terá septe votos²⁹ conformes. Cit. Lei art. 4.

§ 569

Da sentença proferida nos Relações no caso do § antecedente poderá haver segunda revista.

Se a sentença tiver diversos fundamentos, do que a antecedente, terá a natureza de 1.^a revista para todos os effeitos.

Se tiver os mesmos fundamentos, por que foi concedida; ou se tiver diversos conjunctamente com os mesmos, será decidida pelo Supremo Tribunal de Justiça em secções reunidas; e sendo novamente concedida, a Relação, a que for remettida a causa, se conformará com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça sôbre o ponto de direito julgado

²⁸ O que só tem logar no caso de concessão de revista para revisão do julgado, como decidiu o Supremo Tribunal de Justiça em accordão de 16 de Novembro de 1855 (Gaz. dos Trib. n.º 2093).

²⁹ Hoje tem só cinco votos. Lei de 18 do Julho de 1855, art. 17, que revogou o cit. art. 4 da Lei de 19 de Dezembro de 1843.

por este tribunal, applicando o direito ao facto, segundo este anteriormente estiver julgado. Cit. Lei art 5, §§ 1-3.

§ 570

A revista poderá julgar-se deserta e não seguida por accordão em conferencia, se o recorrente não tiver preparado dentro em trinta dias, depois de apresentado o recurso no Supremo Tribunal. Este julgamento terá logar a requerimento do recorrido, que deve para esse fim preparar, ouvindo-se porem o recorrente por seu procurador, se o tiver na causa, perante o tribunal por vinte e quatro horas. Cit. Lei art. 15.

SECÇÃO 4.^a

Dos aggravos³⁰

§ 571

O aggravo é o recurso, que se interpõe da sentença interlocutoria proferida pelo juiz inferior para o superior legítimo.

O aggravo se divide em aggravo no auto processo, — aggravo de petição, — e aggravo de instrumento. Pereira e Sousa, §§ 325 e 327. N. R. J. artt. 673, 674 e 675.

³⁰ Pela antiga legislação, além dos aggravos de petição ou instrumento, e no auto do processo, que cabiam dos despachos interlocutorios; havia tambem o aggravo ordinario, que se interpunha das sentenças definitivas, ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas por magistrados de maior graduação; e era este recurso, e não o de appellação, que se interpunha das sentenças das Relações subalternas para a Casa da Supplicação; — dos corregedores do cível da Côrte, e da cidade de Lisboa; — do juiz da India e Minas; — dos conservadores dos estrangeiros; — e do conservador da Universidade de Coimbra, do qual se recorria para o Tribunal da Supplicação, e não para a Relação do districto, que era a do Porto. O aggravo ordinario era na substancia o mesmo, que a appellação; havia, porém, entre um e outro recurso algumas differenças não essenciaes, que podem vêr-se em Pereira e Sousa, §§ 344—351.

O Decreto n. 24 de 16 de Maio de 1832 reduziu os recursos das sentenças definitivas appellação e revista; e os das sentenças interlocutorias ao do aggravo no auto do processo. A Reforma Judiciaria anterior (Decr. de 29 de Novembro de 1836, e 13 de Janeiro de 1837) restabeleceu o aggravo de instrumento; e a Novissima Reforma Judiciaria (Decr. de 21 de Maio de 1841) tambem restabeleceu o de petição para as sentenças interlocutorias, e o de embargos para as sentenças definitivas. Finalmente a Lei de 11 de Julho de 1849 fez impotantes alterações sôbre a materia de aggravos.

§ 572

O agravo no auto do processo cabe de todos os despachos interlocutorios ácerca de ordenar o processo³¹, e que não são proferidos em execuções: bem como de todos os despachos proferidos em autos de Inventario³², em que forem interessados orphãos, menores, ausentes, ou outras pessoas por direito incapazes de reger, ou administrar seus bens, e em que não estiver julgada a partilha³³. N. R. J. art. 673, e Lei de 11 de Julho de 1849, art. 8. Pereira e Sousa, § 340.

§ 573

O agravo de petição eu instrumento compete de todos os despachos, em que alguma lei fô offendida, e que não versarem ácerca de ordenar o processo; — dos que não receberem a appellação; — e de todos os proferidos nas execuções, dos quaes se não poder appellar³⁴. — Se o agravo é interposto do juiz ordinario para o de direito da comarca, ou d'este para a Relação, se ella tiver a sua sede na mesma comarca, chama-se agravo de petição; não se verificando estas circumstancias, chama-se agravo de instrumento³⁵. N. R. J. artt. 674 e 675. Pereira e Sousa, §§ 329, 333 e 342.

³¹ Não compete o agravo no auto do processo das decisões relativas ir exames de falsidade, as quaes não pertencem á ordem do processo, mas sim ás provas segundo o art. 461 da N. R. Assim tem sido julgado pelo Supremo Tribunal de Justiça, (Gazeta dos Tribunaes n.ºs 1269 e 1375).

³² Dos despachos que versarem sobre a competencia do juizo para a feitura de inventario não compete o agravo no auto do processo. Assim o julgou o Supremo Tribunal de Justiça em accordão de 7 de Abril de 1851 (Gaz. dos Trib. n.º 1375).

³³ Exceptuam-se os agravos interpostos nos casos dos artt. 394, 402, 403, 438, 439, 446, 447, 454, 456 e 457 da Nov. Ref. Jud. que continuam a ser de petição ou instrumento. Lei de 11 de Julho de 1849, art. 8, § un.

* Pelo § 3 do art. 29 da Lei de 16 de Junho de 1855 não se concede vista nem recurso algum do despacho da determinação da partilha nem dos actos, que se devem seguir nos termos dos §§ 1 e 2 do cit. art. até ser a partilha julgada a final por sentença, de que cabe appellação. E assim foi revogado n'esta parte o art. 413 da N. R. J.; que concedia agravo de petição, ou instrumento.

³⁴ Vid. §§ 864 e seguintes, e 873 e seguintes dos Elem. do Proc. Civ. 2.ª parte.

³⁵ Os agravos de petição, e de instrumento nada differem na essencia; têm logar nos mesmos casos; e o prazo para a sua interposição é sempre o mesmo: a diversidade é unicamente quanto á ordem do processo. Vid. Pereira e Sousa, nota 654.

§ 574

Estes recursos só têm logar dos despachos interlocutorios nas causas excedentes á alçada do juiz, que os proferir; excepto dos despachos proferidos sobre excepção de incompetencia, em que tem logar o agravo de petição ou instrumento, qualquer que seja o valor da causa. N. R. J. artt. 238, 281, § 6, 329 e 684.

ARTIGO I

Do agravo no auto do processo

§ 575

O agravo no auto do processo (§ 572) interpõe-se em audiencia, ou fora d'ella no cartorio do escrivão, sem dependencia de despacho, dentro em cinco dias contados da publicação, ou da intimação á parte, ou seu procurador, se não estavam presentes á publicação. A sua interposição faz-se por termo nos autos, assignado pelo agravante, ou seu procurador declarando-se os fundamentos e razões principaes do agravo. N. R. J. art. 673, §§ 1 e 2.

D'este agravo só se toma conhecimento; na instancia superior, quando ahi subirem os autos por agravo de petição, ou por appellação. N. R. J. artt. 306 e 718, § 1.

§ 576

Se o juiz impedir, que se escreva o agravo no auto do processo, a parte póde protestar, em audiencia na presença de duas testemunhas, e o escrivão lhe passara certidão do protesto assignado por duas testemunhas presenciaes. Esta certidão, a que se chama carta

testemunhavel³⁶, se junta aos autos na instancia superior; e os juizes em vista d'ella conhecem do agravo, como se fôra interposto nos autos. Se o escrivão recusar entregar a certidão do protesto, a parte irá protestar na presença de duas testemunhas, que observassem a recusa, perante qualquer tabellião; o protesto será lançado na nota, em que se deve fazer menção da recusa do escrivão, e será assignado pela parte e pelas testemunhas. Uma cópia d'este protesto faz as vezes da certidão do escrivão.

O escrivão, que se negar a passar a certidão, será privado do officio, com inhabilidade para qualquer outro. N. R. J. art. 673, §§ 4—6. 2.^a lei de 19 de Dezembro do 1843, art. 4. Correia Telles, *Form. de Libel.* § 107.

ARTIGO II

Do agravo de petição

§ 577

O agravo de petição é o recurso interposto da sentença interlocutoria, que não tem força de definitiva; tem lugar, quando se agravar do juiz ordinario para o juiz de direito ³⁷; ou do juiz de direito para a Relação, quando a sede d'esta é na mesma comarca ³⁸. N. R. J. art 675. Pereira e Sousa, § 329. *Form. de Libel.* § 106. Vid. § 573.

³⁶ O que era carta testemunhavel pela legislação antiga, e a diferença entre esta e o instrumento de agravo, pôde vêr-se em Pereira e Sousa, nota 651, e Ord. liv. 1, tit. 80, §§ 9, 11 e 14.

³⁷ Hoje pela disposição do art. 10 da Lei de 16 de Junho de 1855 nas causas processadas perante os juizes ordinarios, que excedendo a sua alçada, não excedam a do juiz de direito, além do recurso de appellação, só é permittido o agravo no auto do processo, que poderá comprehender a materia de qualquer outra especie de agravo. Fica porém subsistindo o agravo de petição no caso de incompetencia, ou excesso de jurisdicção, e dos despachos proferidos nas causas excedentes á alçada do juiz de direito.

³⁸ Pela antiga legislação tinha lugar, quando o superior legítimo, para quem se recorria, existia no mesmo lugar, ou no seu termo, ou dentro de cinco leguas. Ord. liv. 1, tit. 6, § 6, tit. 7, § 16, e tit. 13, § 25.

§ 578

Este agravo é interposto no cartório do escrivão por termo nos autos, precedendo despacho do juiz, dentro em cinco dias contados da publicação do despacho ³⁹, independentemente de intimação, estando as partes em juízo por si, ou por seus procuradores. Lei de 11 de Julho de 1849, art. 1.⁴⁰

§ 579

Interposto o agravo, o escrivão deve imediatamente continuar os autos com vista ao advogado da agravante para formar a petição. Na petição deve declarar-se a lei, principio de direito, ou praxe offendida, pena de não ser recebida pelo juiz. Feita ella e assignada com o nome inteiro do advogado⁴¹, apresenta-se ao juiz de direito, ou ao guarda-mór da Relação, que a leva a mesa, e o presidente a dá a despachar aos juizes presentes, e o accordão compulsorio é assignado por elle e dois juizes. N. R. J. artt. 675, § 2, 747 e 748, e Lei de 11 de Julho de 1849, art. 1, § 2.

Este accordão, ou despacho compulsorio do juiz de direito é apresentado ao escrivão, que o junta aos autos, e os faz conclusos ao juiz recorrido, para em vinte e quatro horas sustentar o seu despacho, ou reparar o agravo. Findas ellas, o escrivão cobra os autos com resposta, ou sem ella, e remette-os immediatamente ao juízo superior. N. R. J. art. 675, § 2.

A petição do agravo com o accordão, ou despacho compulsorio, com os autos e com a resposta do juiz recorrido, ou sem ella, será apresentada no juízo superior dentro de dez dias contados da

³⁹ O dia da publicação não se conta no termo, nem o derradeiro, sendo feriado. Ord. liv. 3, tit. 13. Lei de 16 de Junho de 1855, art. 30.

⁴⁰ O art. cit. alterou consideravelmente a disposição dos artt. 674, § 1, 675, § 1, quanto ao prazo, e ao modo da interposição d'este recurso.

⁴¹ Vid. Assento de 24 de Março de 1672, e Fernandes Thomaz, *Repert.* vb. Advogado.

interposição do mesmo agravo. N. R. J. art. 675, § 1. Lei de 11 de Julho de 1849, art. 1, § 1.

§ 580

Se dentro dos dez dias contados da interposição do agravo não houver sessão na Relação, por serem ferias, ou por qualquer outro motivo, a petição é levada no presidente da Relação para lhe pôr o — dia de apresentação —. Com este dia é apresentada na 1.^a sessão immediata aos dias feriados, para se lhe lançar o accordão compulsorio; e apresentado este ao escrivão, faz os autos conclusos ao juiz, para responder em vinte e quatro horas; e findo este prazo, os cobrará e remetterá á Relação, de maneira que n'ella sejam apresentados na 1.^a sessão, que houver, depois de terminado este prazo. N. R. J. art. 675, § 3.

§ 581

Quando o agravo fôr interposto para o juiz de direito, e se não poder apresentar perante elle no decendio seguinte, por serem ferias; escreverá elle mesmo durante ellas o seu despacho compulsorio: e apresentado no juizo inferior no primeiro dia depois de ferias, juncta-se aos autos, e o escrivão os faz conclusos ao juiz recorrido para responder em vinte e quatro horas, findas as quaes, os deve cobrar, e apresentar ao juiz de direito dentro em outras vinte e quatro horas, e, o mais tardar, em quarenta e oito horas. N. R. J. art. 675, § 4,

§ 582

Os agravos de petição serão decididos na mesma sessão, em que se apresentarem. Para este fim serão distribuidos pelo presidente, como lhe forem apresentados, sem os lêr ou examinar, a cada um dos juizes presentes na sessão, e pela ordem em que se acharem collocados. Todos os accordãos serão publicados no fim d'ella pelo juiz mais moderno.

Serão adjunctos do juiz, a quem o agravo fôr distribuido, os immediatos, que forem necessarios pela ordem, em que estiverem collocados na secção. Lei de 11 de Julho de 1849, art. 3, § 1.

§ 583

Quando algum agravo fôr complicado, e o relator se não julgue habilitado para o decidir, ouvido o parecer do presidente e adjunctos, se lavrará accordão d'esta decisão, fazendo-se n'elle menção d'aquelle parecer, que será assignado pelo presidente, relator e adjunctos. Porém o relator deve apresental-o impreterivelmente na primeira conferencia da sua respectiva secção, a fim de ser julgado. Lei cit. art. 3, § 2.

§ 584

Os agravos de petição, que se interpozerem para os juizes de direito, serão decididos por estes no prazo de tres dias, pena de responsabilidade por danos e prejuizos, salvo se justificarem legítima causa de escusa. Cit. Lei, art. 3, § 3 ⁴².

§ 585

São competentes para fazer conclusos ás Relações os autos de agravo de petição: os escrivães de 1.^a instancia de Lisboa, Porto, e Ponta-Delgada. Devem por tanto fazel-os apresentar na respectiva sessão, e recebê-los no fim d'ella, lavrando nos autos o termo de publicação. Cit. Lei, art. 4.

§ 586

O juiz poderá mandar escrever em apartado, e sem suspensão do progresso da causa, o agravo de petição, que se interpozer de qualquer despacho, — quando entenda, que sómente é competente o

⁴² A Lei cit. de 11 de Julho de 1849, art. 3, §§ 1, 2 e 3 alterou as disposições dos artt. 335 e 749, §§ 1 e 2 da N. R. J.

agravo no auto do processo, — ou que o interposto tende a retardar o andamento da causa.

N'estes agravos, que se mandarem escrever em separado, é dispensado o accordão, ou despacho compulsorio. Feita a petição do agravo, para o que o escrivão facilitará os autos no seu cartorio ás partes, ou a seus procuradores, a fim de tirarem os apontamentos necessarios; e apresentada que seja ao escrivão, este fará os autos conclusos ao juiz recorrido, para no prazo de vinte e quatro horas sustentar o seu despacho, ou reparar o agravo. Findo este prazo, cobral-os-ha com resposta, ou sem ella, e os remetterá ao juizo superior. Lei cit. artt. 2 e 6, § 1.

§ 587

O advogado, que assignar petição de agravo contrária a direito expresso, frivola, ou tendente a retardar o andamento do feito, incorre na multa de seis mil réis, e suspensão, em quanto os não mostrar pagos por conhecimento em fórmula, que se junctará aos autos; e estes se fazem conclusos á Relação, para mandar levantar a suspensão. N. R. J. art. 751. Vid. Ord. liv. 1, tit. 48, § 7 (§ 157).

§ 588

Nas execuções os agravos de petição são tomados em separado, e no seu processo se observam as disposições da cit. Lei art. 6, §§ 1—4, que alteraram as disposições da N. R. J. artt. 629, §§ 4—7, e 630, § un.⁴³

§ 589

Nos agravos, de que conhece o juiz de direito, se o valor da causa exceder a sua alçada, e a decisão fôr contra o agravante, não ha d'ella recurso algum; mas se fôr contra o agravado, cabe ainda o recurso de agravo de instrumento para a Relação. N. R. J. art. 385, § 3.

⁴³ Vid. 2.^a parte d'estes Elementos, §§ 873—882.

ARTIGO III

Do agravo de instrumento

§ 590

Agravo de instrumento é o recurso da sentença interlocutória interposto do juiz inferior para a superior legítimo, que não reside no mesmo lugar, extrahindo-se dos autos o que póde justificar o agravo. Pereira e Sousa, § 133.

§ 591

Este agravo compete dos despachos e sentenças referidas no § 573; e é interposto no prazo e pelo modo exposto no § 578. Na petição do agravo deve declarar-se a lei, principio de direito, Ou praxe offendida, sem o que o juiz não deve mandar lavrar termo de agravo. Cit. Lei, art, 1, § 2.

§ 592

Tomado o termo de agravo o escrivão continúa vista por seis horas a cada uma das partes, ou seus procuradores, para apontarem as peças do processo, que hão de ser trasladadas no instrumento⁴⁴. O escrivão com a petição, e termo do agravo, com o despacho de que se agravou, e com as peças apontadas, fórma um processo separado, do qual continua vista ao agravante por vinte e quatro horas para minutar; e por igual prazo ao agravado para contra-minutar⁴⁵; e ao juiz para sustentar o seu despacho, ou reparar o agravo. As minutas são assignadas com o nome inteiro do advogado, que tiver procuração nos autos, havendo-o no auditorio, pena de não se tomar conhecimento do agravo na instancia superior. O juiz no fim da sua resposta, quando não

⁴⁴ O agravo de instrumento é suspensivo causativamente, em quanto se trasladam as peças do processo apontadas pelas partes. Vid. N. R. J. art. 412.

⁴⁵ O agravante e agravado podem deixar de minutar e contra-minutar na instancia inferior; podendo fazel-o na instancia superior, para o que se lhe concedem cinco dias. N. R. J. art. 744.

reparar o agravo, assigna um prazo ao agravante até trinta dias para apresentar o instrumento de agravo na instancia superior, sendo-lhe para isso entregue ⁴⁶. N. R. J. art. 674, §§ 2-5.

§ 593

Os agravos de instrumento serão distribuidos na Relação na primeira sessão immediata á sua apresentação; e logo se fazem conclusos ao juiz relator, que mandará dar vista ás partes por cinco dias, se não tiverem minutado na instancia inferior; e satisfeito isto, se inscrevem na tabella, e na sessão competente são propostos por cinco juizes, e julgados em conferencia por tres votos conformes. N. R. J. artt. 692, § un. e 693, § 2, n.º 4, e 744.

§ 594

Dando-se provimento no agravo, extrahe-se sentença, e apresentada esta na instancia inferior, reforma-se o despacho, de que se aggravou, repondo-se as cousas no antigo estado. Se porém não fôr dado provimento, é o agravante condemnado em uma mulcta de cinco até cincoenta mil réis para a Fazenda Nacional, e não é mais ouvido na causa, em quanto não apresentar certidão de pagamento. Pereira e Sousa, § 336, e N. R. J. art. 744, § 2.

§ 595

Não se toma conhecimento do agravo, — quando é interposto, ou apresentado fóra do prazo legal,— ou quando a minuta não é assignada por advogado, havendo-o no auditorio. N. R. J. art. 744, § 1. Porém allegando-se e provando-se legítimo impedimento, ex. gr., doença repentina, interceptação de correios, guerra, etc,— ou nos casos, em que segundo direito tenha lugar o beneficio da restituição, ex. gr., quando os

⁴⁶ A lei não marca o prazo, que deve ser assignado ao escrivão para o traslado das peças do processo, como nas appellações; mas o juiz póde fixal-o, sendo-lhe requerido. Vid. *Elem. do Proc. Crim.* § 286, nota (b).

recorrentes são menores, ou pessoas equiparadas aos menores, como furiosos, mentecaptos, surdos-mudos, interdictos, estabelecimentos pios, etc, pode o tribunal conhecer d'estes motivos summariamente,— ouvida a parte, e decidir, se toma, ou não conhecimento do recurso. N. R. J. art. 683. Sr. Coelho da Rocha, *Inst. de Dir. Civ. Port.* 392, nota.

§ 596

Se o juiz obstar a que se escreva o agravo de instrumento, a parte protestará na audiência na presença de duas testemunhas; e o escrivão lhe passará carta testemunhavel, copiando n'ella as peças do processo, que a parte lhe apontar verbalmente na audiência, ou no cartorio do escrivão, no espaço de vinte e quatro horas seguintes. N. R. J. art. 674, § 7. Vid. § 576, e Form. de Libel. § 107.

§ 597

O agravo de instrumento, passados trinta dias depois de distribuido, sem o recorrente o ter preparado, poderá ser julgado deserto e não seguido, nos termos estabelecidos para as appellações no § 1 do art. 738 da N. R. J. e Ord. liv. 3, tit. 68, § 3 (§ 557). Lei de 11 de Julho de 1849, art. 1, § 3.⁴⁷

SECÇÃO 5.^a

Dos recursos á Corôa⁴⁸

⁴⁷ A deserção é julgada a requerimento do recorrido, preparando este para esse effeito, com citação do procurador do recorrente, tendo-o, para responder em vinte e quatro horas; ou precedendo annúncio no Diário do Governo, não havendo procurador nos autos, para a parte vir preparar dentro de trinta dias; fóra de Lisboa este annúncio poderá ser feito em qualquer outro periodico da cidade, que for sede da Relação, ou por editos, não o havendo. Lei de 16 de junho de 1855, art. 19, e §. un., que declarou o § 1 do art. 738 da N. R. J. e o § 3, art. 1, da Lei de 11 de Julho de 1849.

⁴⁸ Sobre a historia, uso e processo dos recursos á corôa vid. Borges Carneiro, *Dir. Civ. de Port.* liv. 1, tit. 7, §§ 69 a 73. Pereira e Sousa, § 237, e nota 664; e Silva Pinheiro, *Synopse do Cod. do Proc. Civ.* n.ºs 744—763. Mello Freire, liv. 4, tit. 22, § 29.

§ 598

O recurso á Corôa é uma especie de agravo, que se interpõe da violencia e excesso de jurisdicção e incompetencia commettidos pelas authoridades ecclesiasticas.

Quando os recursos são interpostos do vigario da vara, é competente para d'elles conhecer o juiz de direito. Sendo porém interpostos dos arcebispos, bispos e vigarios geraes, e das Relações ecclesiasticas, compete á Relação conhecer d'elles. N. R. J. artt. 42, n.º 4, 85, n.º 4, 370 e 742. Vid. Pereira e Sousa, nota 664, pr. Ord. liv. 1, tit. 9, § 12, e tit. 12, § 5; e liv. 2, tit. 1, § 14.

§ 599

A parte queixosa faz uma petição ao juiz de direito, ou á Relação, em que declara a qualidade e razão do gravame, junctando-lhe os documentos justificativos do recurso. Distribuida a petição, o juiz de direito, ou o relator manda entregar á authoridade ecclesiastica uma cópia d'ella, e dos documentos, e a fará intimar no acto da entrega, para que no prazo de cinco dias responda a queixa, e remetta com a resposta os autos ao juizo.⁴⁹

Passado este prazo, serão junctos á petição do recurso e á certidão da intimação a resposta da authoridade ecclesiastica, havendo-a, e os autos por ella remettidos⁵⁰; e dá-se vista por tres dias ao Ministerio

⁴⁹ Nos recursos á Corôa, de que conhece o juiz de Direito, a intimação é feita por qualquer escrivão do juizo na presença de duas testemunhas; e no caso da authoridade ecclesiastica se esconder, faz-se na pessoa de algum dos seus familiares, ou vizinhos, affixando-se na porta do domicilio da authoridade intimada uma fé da intimação. N. R. J. art. 372, § 1.

Quando porém as Relações conhecem d'estes recursos, a intimação é feita pelo juiz de direito do domicilio da authoridade ecclesiastica, que deve ultimar esta diligencia, o mais tardar, dentro em vinte dias, procedendo nos termos do art. 742, § 1.

⁵⁰ Dos autos, que se remetem para os juizos e tribunaes civis, não fica traslado no juizo ecclesiastico. N. R. J. art. 372, § 2; e Assento de 22 de Maio de 1783.

Público para responder, e o juiz de direito, ou a Relação decide o recurso, como entender de justiça⁵¹. N. R. J. artt. 371 —373 e 742, §§ 1—5.

§ 600

Se a authoridade ecclesiastica recusar remetter os autos, e a decisão do recurso depender absolutamente do exame d’elles, se procederá contra ella ás temporalidades, declarando-se fora da protecção da lei. N. R. J. artt. 374, 376 e 742, § 2.

Egualmente se procederá ás temporalidades contra a authoridade ecclesiastica, quando ella recusa cumprir a sentença do recurso, depois de passar em julgado, e findos os dez dias da intimação. N. R. J. artt. 375, 376 e 742, § 4.

§ 601

As temporalidades consistem em — sequestrar á authoridade ecclesiastica desobediente as suas rendas, ou patrimoniaes, ou ecclesiasticas, e os moveis, que se acharem fóra de sua casa; — em se lhe embargarem as cavalgaduras, excepto quando n’ellas fôr a cavallo a dicta authoridade; — em notificar os criados para que a não sirvam sob pena de prisão e desobediencia. A authoridade civil póde empregar as temporalidades simultanea, ou suecessivamente, segundo as circumstancias; e se a authoridade ecclesiastica persistir na desobediencia, póde ser expulsa do reino, e desnaturalizada. CC. RR. de 4 de maio de 1611, 21 de Junho de 1617, 28 de Julho de 1620, 25 de Julho de 1625, e 9 de Setembro de 1626. Decreto de 16 de Dezembro de 1675, e Alvarás de 18 de Setembro de 1801, § 3. Decreto de 17 de Maio de 1821, e de 6 de Março de 1824. Vid. Borges Carneiro, *Dir. Civ. de*

⁵¹ Os recursos á Corôa são julgados em conferencia de cinco juizes, vencendo-se a decisão por tres votos conformes. N. R. J. art. 741.

Portug. liv. 1, tit. 7, § 72, n.ºs 33—38. Cod. Pen. art. 138, n.º 1 ⁵². Sousa Sampaio, parte 2.^a tit. 5, cap. 6, § 100 e seguintes.

SECÇÃO 6.^a

Da queixa dos conflictos de jurisdição

§ 602

Dá-se conflicto de jurisdição, quando duas authoridades reclamam, como proprio da sua jurisdição, o conhecimento de qualquer questão; ou quando ambas se declaram incompetentes para d'ella conhecerem. No primeiro caso ha conflicto positivo; no segundo verifica-se o conflicto negativo. N. R. J. art. 377. Decr. de 16 de Julho de 1845, art. 105, §§ 1 e 2. Man. do Proc. Civ. § 503.

§ 603

Os juizes de direito conhecem e julgam dos conflictos tanto positivos, como negativos entre os juizes ordinarios, eleitos, ou de paz da mesma comarca. N. R. J. art. 85, n.º 5, e 377: se estes juizes forem de diversas comarcas, ambas pertencentes á mesma Relação, esta será competente para conhecer dos conflictos; se porém as comarcas forem pertencentes a diversas Relações, conhecerá o Supremo Tribunal de Justiça. R. J. 2.^a parte, art. 345 e N. R. J. art. 20, n.º 8.

§ 604

As queixas sôbre conflictos são julgadas pela maneira seguinte.

O Ministerio Público, ou as partes aggravadas com os conflictos farão um requerimento em que especifiquem os actos do conflicto, junctando todos os documentos, que lhes servirem de prova.

⁵² Os Srs. Levy e Ferrão, nos Commentarios a este artigo, entendem, que o Codigo Penal substituiu por multas as temporalidades.

Se o juiz, ouvido o Ministério Público, se julgar suficientemente informado, poderá logo decidir o conflito. Quando porém se não achar informado, ordena se passe ordem de intimação, em que deve ir copiado o requerimento e os documentos da queixa, e assignado um prazo aos juizes para responderem. A remessa, e cumprimento d'estas ordens incumbe aos agentes do Ministério Público nos termos do art. 382 da N. R. J. Findo este prazo, com resposta, ou certidão da falta d'ella, e ouvido o Ministério Público, o juiz decide o conflito. N. R. J. artt. 378—381 e 384.

§ 605

As autoridades judiciais, logo que forem intimadas para responder ao conflito positivo, devem sobrestar no andamento do feito, salvo nos actos do processo preparatorio crime, que serão continuados até á pronúncia *inclusive*.

Da sentença sobre conflito tem logar o recurso da appellação sem se attender ao valor da causa. Ord. liv. 3, tit. 70, § 6. N. R. J. artt. 383 e 384.

§ 606

As Relações compete julgar os conflictos levantados entre os juizes de direito, ou entre um juiz de direito e qualquer outro juiz de inferior graduação, mas todos pertencentes ao seu districto judicial. A ordem do processo no julgamento d'estes conflictos é a estabelecida nos art. 743, §§ 1—8. N. R. J. art. 43, n.º 4, e R. J. 2.ª parte, artt. 346 e 347.

Da decisão dos conflictos julgados pelas Relações compete recurso para o Supremo Tribunal de Justiça. Nov. Ref. Jud. art. 743, § 9.

§ 607

Ao Supremo Tribunal de Justiça compete conhecer dos conflictos entre as Relações, e entre as autoridades judiciais de

districtos de diversas Relações⁵³. A ordem do processo é a prescripta no art. 743 e respectivos §§. N. R. J. artt. 20, n.º 8, 817 e 818, §§ 1 e 2.

SECÇÃO 7.^a

Da queixa immediata ao Governo

§ 608

A queixa immediata ao principe era um recurso extraordinario, livre, e patente a todos os cidadãos. Lei de 18 de Agosto de 1769, § 2. Não era sujeito a formalidades algumas, dependia só do real arbitrio ⁵⁴. Pereira e Sousa, nota 591. Borges Carneiro, cit. liv. 1, tit. 7, § 73, n.º 1. Sr. Mello Freire, liv. 4, tit. 23, § 29.

§ 609

Hoje é um dos direitos politicos de todo o cidadão o apresentar por escripto ao poder legislativo e ao executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infracção da constituição, requerendo perante a competente authoridade a effectiva responsabilidade dos infractores. Cart. Const. art. 145, § 28. Conf. Const. Pol. de 1822, artt. 15 e 16, e Const. Pol. de 1838, art. 15.

§ 610

Geralmente o direito de petição não está subordinado a formalidades algumas, mas quando no exercicio d'este direito se dirigem

⁵³ Pelo art. 819 da N. R. J. o Supremo tribunal de Justiça conhecia dos conflictos de jurisdicção entre as authoridades judiciaes e administrativas; mas pela Lei de 3 de Maio de 1845 art. 13, n.º 2 pertence esta attribuição ao Conselho de Estado, observando-se a ordem do processo, estabelecida no Decreto de 16 de Julho do mesmo anno; e Regulamento de 9 de Janeiro de 1850, art. 106 e seguintes. Vid. § 5.

⁵⁴ Regularmente o principe n'esta especie de recurso extraordinario mandava consultar o Tribunal respectivo, ou informar algum ministro, ouvida a parte. Umas vezes decidia o principe por si mesmo, e a decisão baixava por Decreto ou Aviso; outras vezes resolvia a Consulta de Tribunal competente, e se expedia Provisão, declarando-se ser especial Resolução do principe. Pereira e Sousa, notas 591 e 758.

queixas ao Governo contra os juizes de direito ⁵⁵, poderá o rei suspendel-os, precedendo audiencia d'elles, e ouvido o conselho d'Estado. Os papeis, concernentes a taes queixas, serão remettidos á Relação do respectivo districto, para proceder na fôrma da lei. Cart. Const. art. 121.

A suspensão terá logar por decreto real. N. R. J. art. 784.

§ 611

Tendo o juiz sido suspenso pelo Governo na fôrma da constituição, logo que ao tribunal chegarem os papeis respectivos, serão distribuidos pelo presidente. O juiz relator, tanto que lhe forem conclusos os papeis, os levará ao tribunal, o qual, reunidas as secções, de que se compozer, em sessão particular, sendo primeiro ouvido o Ministerio Público, decidirá, se na suspensão se guardou a fôrma estabelecida na lei⁵⁶.

Se o tribunal julga negativamente, declara sem effeito a suspensão, manda entrar o juiz no exercicio de suas funcções, e aquelle processo não progride mais; mas a parte póde de novo queixar-se.

Se porém o tribunal entender, que se guardou a fôrma estabelecida na lei, rectifica a suspensão, e procede-se á accusação na fôrma do art. 771 e seguintes da N. R. J. segundo está determinado nos artt. 781—783, 785 e 786.⁵⁷

⁵⁵ Os juizes ordinarios podem tambem ser suspensos pelo Governo e mandados processar na fôrma das leis. N. R. J. art. 125 (§ 63).

⁵⁶ Pela Port. do Min. da Just. de 31 de Janeiro de 1840 se declarou, que as suspensões dos agentes do Ministerio Público, decretadas pelo Governo, não dependem de ser rectificadas pelo poder judicial.

⁵⁷ Quando os juizes, por actos practicados no exercicio de suas funcções tenham manifestado, que a sua continuação na effectividade do serviço póde causar grande transtorno á boa administração da justiça, podem ser aposentados, nos termos e com os effeitos declarados na Lei de 21 de Julho de 1855.

FÓRMULAS

Fórmula de procuração judicial feita por tabellião

Saibam quantos esto público instrumento de procuração bastante virem, que, sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de... aos... dias do mez de... do dicto anno n'esta cidade de... (villa ou lugar), compareceram no meu escriptorio N... (aqui se declara o nome, ou nomes, dos constituintes)¹ reconhecido de mim tabellião e das testemunhas d'este instrumento; que ao diante vão nomeadas e assignadas, perante mim e ellas foi dicto, que fazia seu bastante procurador a N... a quem *in solidum* dá podêr, quanto em direito se requer para que em nome d'elle outorgante como se presente fôsse, possa em qualquer tribunal d'este reino defender e requerer toda a sua justiça em todas as suas causas movidas e por mover, tanto civeis, como crimes, em que fôr autor ou réo, comparecendo ou chamando a quem convier, a qualquer juizo de paz, acceitando, ou propondo as precisas conciliações, com as clausulas e condições, que lhe forem uteis, transigindo, ou deixando de o fazer, de que assignará os precisos autos; e não se conciliando, recorrer então aos meios judiciaes, fazendo citar, penhorar, offerecer acções, libellos, artigos, embargos, excepções, contrariar, dar provas, pôr contradictas e suspeições, dar testemunhas, contradictar as das partes, jurar na sua alma todo o licito juramento, e de calúmnia, decisório e suppletorio; e deixal-o na alma das partes, parecendo-lhe; assignar os termos e autos necessarios, e de rectificação de qualquer processado; protestos, contra protestos e requerimentos; appellar, agravar, embargar, e tudo seguir até á superior instancia; e esta substabelecer, e d'ella usar; assignar termos de confissões, negações, louvações e desistencias, tirar sentenças, e fazel-as dar á sua

¹ Deve o outorgante declarar, se o menor ou emancipado; casado ou viuvo (§ 164 e nota 35).

execução, requerer prisões, sequestros e arrematações, adjudicações, lançar nos bens dos devedores na falta de lançador, e d'elles tomar posse, requerer precatorias, assignar de como as recebe, vir com embargos de terceiro senhor e possuidor, e jural-os, variar de acções, e intentar outras de novo, ajunctar documentos, e recebê-los, reservando a nova citação. E tudo o que assim fôr feito pelo dicto seu procurador, ou por seus substabelecidos, promette haver por firme e valioso por sua pessoa e bens; e assignou comigo tabellião, e com as testemunhas d'este instrumento N... e N... depois d'este lhes ser lido por mim N...

Logar do signal público

O Tabellião — N.

Outorgante — N.

Testemunha — N.

Testemunha — N.

—

Fórmula de uma procuração judicial feita pelo escrivão apud acta

Procuração ao doutor N...

Aos... dias do mez de... de mil oitocentos... annos n'esta cidade, villa ou logar de... e meu escriptorio appareceu presente N... e sua mulher N... e por elle foi dicto, que na causa em que litiga com N... constituia seu procurador, com os poderes de substabelecer, ao doutor N... para que em seu nome possa requerer, allegar e defender n'esta causa, todo o seu direito e justiça; appellar, aggravar, embargar; prestar em sua alma todo o licito juramento, decisorio, suppletorio e de calúmnia; assignar quaesquer autos e termos, ainda os de confissão, negação, louvação e desistencia; apresentar testemunhas, e contradictar as adversas; e assignou aqui, sendo-lhe lida por mim, de que foram

testemunhas presentes N... e N... E eu escrivão, que o subscrevi e assignei.

N. — Escrivão.

N. — Outorgante.

N.—Testemunha.

N. — Testemunha.

Fórmula de certidão de citação ao réo em pessoa

Dou fé eu N... (escrivão ou official de diligencias), que n'esta cidade de... (villa ou logar) rua ou sitio de... citei em sua propria pessoa para todo o conteúdo da petição retro a N... de... a fim de comparecer na audiencia do dia... ás... horas, de que ficou sciente o lhe dei contra-fé do theor da petição e d'esta certidão.

Foram a tudo testemunhas presentes N... e N..., que comigo assignaram. Cidade, villa ou logar de... aos de... annos.

N. — Testemunha.

N. — Testemunha.

N. — Escrivão, ou official de diligencias.

Obs. Se o réo escrever e fôr conhecido do escrivão, fará a citação sem testemunhas, e depois de declarar, que deu contra-fé ao réo dirá: — E o réo assignou comigo por eu reconhecer a sua identidade; — e se concluirá assim a certidão com a assignatura do réo e do escrivão. Se porém occorrerem as circumstancias referidas no § 206 pelas quaes não possa ser citado o réo, em sua residencia aonde deve ser procurado, se lhe assignará hora certa, e se fará isto pela seguinte fórma:

Fórmula de certidão de assignação de hora certa ao réo na pessoa da mulher, familiar, vizinho, ou amigo

Dou fé, que n'esta cidade, villa, ou logar de... freguezia de... ou sitio de... residencia de N... na rua de... pelo dicto N... não comparecer, e me constar (aqui declara as informações que teve)² assignei a este na pessoa de N... (seu familiar ou vizinho) o dia de amanhã ás... horas para em sua residencia se dar por citado para o conteúdo n'esta petição com a pena da lei, devendo comparecer na falta do réo. Foram testemunhas presentes N... de... e N... de..., que assignaram comigo (e com a pessoa, que receber a citação, se souber escrever), Cidade, villa ou logar de... aos... de... de... annos.

N. — Pessoa que fica com hora certa.

N. — Testemunha.

N. — Testemunha.

N.— Escrivão.

Obs. A pessoa, que ficar com hora certa, tem obrigação de esperar pela hora assignada do dia seguinte para receber a citação na falta do réo, e esta pessoa deve ser familiar ou vizinho. (Vid. art. 202, § un. da N. R. J. e § 206 d'estes Elementos).

Fórmula de certidão de confirmação de citação na pessoa do réo, quando apparece na hora assignada

Dou fé, que n'esta cidade, villa ou logar, ou freguezia de... e rua de... no sitio de... moradas de N... de... (o réo) aonde eu escrivão vim

² Este modo de citação só tem logar quando se verifiquem as duas circumstancias — de se não encontrar o réo na sua residencia— e constar que se esconde para evitar a citação. Tambem tem logar, quando o réo tendo casa certa de residencia, só a habita de noite. N. R. J. art. 202.

á hora assignada na certidão anterior, ahi compareceu perante mim o dicto réo N... e o citei para o conteúdo na petição retro (no mais como fica dicto nas certidões retro).

Fórmula da certidão de confirmação de citação na pessoa da mulher, familiar, ou vizinho quando o réo não apparece na hora assignada

Dou fé, que n'esta cidade, villa, freguezia ou lugar de... rua e sitio de... moradas da residencia de N... (o réo), aonde eu escrivão vim á hora assignada na certidão anterior, e passada esta por não comparecer o mesmo N. o citei na pessoa de N... para o conteúdo na petição retro, a quem dei contra-fé. Foram testemunhas N... de... e N... de... que com o citado assignaram comigo (no mais como fica dicto).

Obs. Acontecendo que se não possa fazer a citação, se passará d'isso certidão, assignada por duas testemunhas, etc.

Havendo necessidade de fazer-se citação por carta precatoria em consequencia de ter saido o réo para fora da comarca, e aonde se demora algum tempo, seguir-se-ha o modelo ou fórmula a pag. 430.

Ao réo citado se deverá dar contra-fé, em que deve ir transcripto o teor da petição, e a certidão da citação, pondo no alto do papel — Contra-fé — e no fim da cópia se diz: — Está conforme. Cidade, villa ou lugar de... Freguezia de... aos... de... de... annos.

O Escrivão — N.

Fórmula do mandado para a citação ordenada pelo juiz de direito, quando tem de se fazer em algum julgado da comarca na fôrma do art. 196.

Juizo de direito da cidade (villa)
de...

Mandado para citação, passado
pelo juizo de direito da cidade
(viila) e comarca de... a
requerimento de N...

Para ser citado N... de... do logar
ou villa de...

Dirigido

Ao meu juiz ordinario do julgado
da viila de... para o cumprir e
fazer executar.

Na sua fôrma.

O doutor N... juiz de direito em esta cidade (villa), e comarca
de... por Sua Majestade Fidelissima o Senhor ou Senhora D. (aqui o nome
do rei ou rainha), que Deus guarde, etc.

Pelo presente. Faço saber: em como por este mesmo juizo de
direito da cidade (villa) e comarca de... perante mim e pelo cartorio do
competente escrivão N... pendem uns autos de acção de... em que é
author N... de... natural de... dos quaes se mostra requerer o au-thor, que
fôsse citado o réo N... de... natural de..., cuja petição o seu theor é o
seguinte (aqui se transcreve o theor da petição e despacho) segundo o
que assim se continha e declarava no mencionado despacho pela fôrma,
que fica dicto, em virtude do qual me foi pedido e requerido pelo author
lhe mandasse passar e dar o presente Mandado, e sendo por mim visto
seu requerimento, e achando-o conforme ao direito e justiça, lh'o mandei

dar e passar, e porisso mando a qualquer official de justiça da minha jurisdição e comarca, que, sendo-lhe este apresentado, por mim assignado e subscripto pelo competente escrivão, o cumpra e guarde, e faça cumprir e guardar pela fôrma, que no mesmo se contém: e, depois de posto o competente visto pelo juiz respectivo, cite o supplicado N... de... (aqui se declara a audiencia em que elle deve comparecer, ou o fim para que é citado) tudo na fôrma da petição retro transcripta, que lhe será lida no acto da citação; declarando-lhe que as audiencias se fazem nas casas do Tribunal de Justiça (aqui se declara o edificio, em que se fazem as audiencias) em todas as segundas e quintas feiras de cada semana pelas... horas da manhã, não sendo estes dias santos ou feriados, porque, sendo-o, se fazem nos dias immediatos e seguintes á mesma hora: e sendo caso que o dicto supplicado se não encontre, ou esconda, ou ausente só com o fim de em sua propria pessoa não haver de ser citado, em tal caso o será até mesmo com hora certa, se tanto se julgar preciso, na pessoa de algum seu parente, familiar de sua casa, ou vizinho d'elle mais chegado, a quem será declarada toda a fôrma da citação, e de todo o modo e fôrma porque assim citado fôr, se passará a competente certidão para constar, e se seguirem depois os mais devidos termos de acção de... o que tudo isto assim se cumprirá muito inteiramente como n'este se contém e declara, e conforme no mesmo vae determinado, etc. Dado e passado em esta cidade (villa) de... aos... dias do mez de... do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil... E eu N... o subscrevi.

(Rubrica do juiz).

—

Fórmula da contra-fé da citação, que deve ser entregue ao réo

Diz F... (transcreve-se a petição, que vem no Mandado, e o despacho) em virtude do que citei o supplicado F... para na segunda

audiencia, oito dias depois da citação, que ha de ser a do dia... ás... horas da manhã no Tribunal de Justiça do juizo de direito, da comarca de... comparecer para vêr-se accusar, e offerecer contra si o libello, e assignarem-se-lhe as audiencias da lei para dentro d'ellas contestar ou confessar a acção, que lhe move F..., e lhe declarei que as audiencias do supradicto tribunal se faziam ás segundas e quintas feiras pelas... horas da manhã de todas as semanas; e quando estes sejam dias santos ou feriados, então se fazem nos dias immediatos, de que ficou sciente e lhe dei contra-fé por mim assignada. Cidade, villa, ou lugar de... aos... de... annos.

N... — (Escrivão, ou official de diligencias).

Obs. Estas citações podem ser feitas pelos escrivães e officiaes de diligencias das comarcas na hypothese do art. 3 da lei de 16 de Junho de 1856 (§§ 197 e nota, e 203, nota 15).

Fórmula de termo de publicação de qualquer despacho ou sentença, etc.

Aos... dias do mez de... de... annos n'esta cidade, ou villa de... no Tribunal de Justiça, em pública audiencia, que fazia o doutor N... juiz de direito d'esta comarca, por elle foi publicado o despacho ou sentença retro, de que fiz este termo.

Escrivão — N...

Fórmula de notificação, ou intimação de qualquer despacho ou sentença

Certifico, que intimei os doutores N... advogado do autor, e N... advogado do réo o (despacho ou sentença retro), do que ficaram scientes e comigo assignaram.

N... Advogado.

N... Advogado.

N... Escrivão.

Fórmula do compromisso por escripto particular

Pelo presente, por um de nós feito e por ambos assignado; confessamos nós F... e F... e nossas mulheres F... e F... (sendo casados) do lugar de..., julgado de ... termo-nos compromettido nos Srs. F... e F..., e no Sr. F... para o caso de empate ³, a fim de que na qualidade de juizes arbitros, por nós livre e espontaneamente escolhidos, possam decidir uma questão que entre nós temos sôbre ⁴...; e escolhemos para escrever n'esta causa a F... escrivão d'este julgado ⁵; e authorisâmos o arbitro, o Sr. F..., para deferir ao preparatorio da mesma ⁶. E será a fôrma do processo a seguinte⁷... E sendo-lhes os autos conclusos decidirão este pleito *ex bono et aequo*: e a sentença que proferirem terá força e validade de sentença passada em julgado, para o que renunciâmos a todo o recurso ⁸. E n'estes termos damos por firme e valioso este nosso compromisso para todos os effeitos legaes. Foram testemunhas presentes

³ As partes podem escolher um ou mais arbitros, mas sempre em número impar, para haver desempate, pena de nullidade do compromisso. N. R. J. art. 150, § 2. Regularmente escolhem-se tres árbitros; esta é a prática geral.

⁴ Aqui se declara o objecto do litigio; e esta declamação, bem como do nome dos arbitros, é essencial no compromisso. N. R. J. art. 153.

⁵ As partes podem escolher um dos escrivães do juizo para escrever no processo; mas devem declarar-o no compromisso. N. R. J. art. 154.

⁶ Se no compromisso se não declara, qual o arbitro, que fica authorisado para deferir ao preparatorio da causa, os despachos devem ser assignados por todos os arbitros, pena de nullidade. N. R. J. art. 228.

⁷ As partes podem designar a ordem de processo, que há de observar-se. Não a declarando, tem logar a Ordem do processo marcado na lei do reino, conforme o valor da causa. N. R. J. art. 226; e para este effeito, e para regular a interposição dos recursos, deve declarar-se no compromisso o valor da mesma.

⁸ Os arbitros podem julgar *ex bono et aequo*; sendo para isso authorisados; e renunciando as partes os recursos, N. R. J. artt. 229. Porém, quando não são para isso authorisados, devem julgar segundo as leis, e direito do reino; e então no compromisso se dirá — decidirão este pleito conforme as leis é direito do reino, é de sua sentença poderão as partes recorrer por exceder a causa a alçada dos juizes arbitros —. A alçada dos arbitros é a dos juizes ordinarios (§§ 64, 81 e 260 d'estes Elementos).

F... e F... que este também assignara⁹ N...¹⁰ aos... do mez de... do anno de...

F. }
F. } assignatura dos compromittentes.

Testemunhas — F... e F...

FÓRMULAS RESPECTIVAS AO JUIZO DE PAZ

Fórmula de certidão de citação, que o escrivão deve, lançar no memorial

Notifiquei a N... (ou a sua mulher N..., familiar N..., ou vizinho N..., por não achar o próprio réo) para todo o conteúdo n'este memorial, que lhe li, e do qual lhe dei cópia; sendo testemunhas N... e N..., que assignam com o citado, e eu N... escrivão do juizo de paz da freguezia de... que fiz esta citação aos... do mez de... do anno de...¹¹.

N. — Citado.

N. — Testemunha.

N. — Testemunha.

N. — Escrivão.

⁹ O compromisso pôde fazer-se por — escriptura pública — por termo nos autos — e por escripto particular — em qualquer. D'stes casos deve ser assignado por duas testemunhas. N. R. J. art. 153.

A fórmula, que aqui apresentâmos, é a do compromisso feito por escripto particular; mas, a excepção do preambulo e conclusão, que são diversos, quando feito por escriptura, ou por termo; podem n'estes seguir-se as forças d'esta fórmula.

¹⁰ Aqui deve declarar-se a cidade, villa, ou lugar, em que se fax o compromisso.

¹¹ Vid. nota ao § 270.

Obs. D'esta citação deve o escrivão dar em papel avulso uma cópia á pessoa, ou pessoas, que citar, incluindo cópia do memorial, e do despacho do juiz de paz, a que se chama contra-fé.

Fórmula da contra-fé de citação, que o escrivão deve dar ao citado

Começa pela cópia do memorial, e despacho do juiz de paz, e finaliza com a cópia da certidão da citação, incluindo as assignaturas.

E assignada a contra-fé pelo escrivão, a entrega ao citado, e ao mesmo tempo ao autor o seu memorial.

Fórmula do auto de conciliação

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... do mez de... na freguezia de... da cidade de... (villa ou lugar) perante o juiz de paz da dicta freguezia, N..., appareceram N... e N... (ou seus procuradores bastantes) para se conciliarem sôbre o objecto do seguinte memorial (transcreve-se a memorial, despacho e certidão da citação): e ouvindo o referido juiz de paz ambas estas partes, e procurando conciliar-as, sem empregar meio algum violento ou caviloso, conseguiu, que se concilhassem nos termos seguintes (escrever-se-hão as condições, e fórma da transacção, conforme as partes se ajustarem. E da mesma sorte quando se conciliarem em parte da demanda, e em parte não). E sujeitando-se cada um ás clausulas referidas, e por elles estipuladas, se obrigaram reciprocamente a cumpril-as; sendo testemunhas N... e N... E depois de lido este auto o assignaram, com o referido juiz de paz, e testemunhas, e eu N... escrivão, que o escrevi.

(Appellido do juiz de paz).

N.—Autor.

N. —Réo.

N. — Testemunha.

N. —Testemunha.

N. — Escrivão.

Obs. Logo no mesmo acto, o escrivão transcreve aquelle auto de conciliação, no memorial do autor a quem o entrega. E extrahe uma outra cópia do mesmo auto, em papel avulso, que entrega ao réo (se a pedir, art. 217 da N. R. J.)

Fórmula da cópia do auto de conciliação, que se deve passar do livro do registo para o memorial do autor

Anno do Nascimento, etc. (cópia fiel até ás palavras — para se conciliarem sôbre o objecto — e substituindo ás palavras — e do seguinte memorial; estas — d'este memorial— sem transcrever o memorial, porque se escreve no proprio; continua nas palavras — e ouvindo o referido juiz de paz — até ao fim, incluindo na cópia as assignaturas, e depois d'ellas fechará a cópia d'esta fórmula): — E para de tudo constar, mandou o dicto juiz de paz passar a presente do livro do registo das conciliações a fl..., que ha de assignar, e eu N... escrivão, que a escrevi.

N. — Juiz de paz.

N. — Escrivão.

Fórmula da cópia do auto de conciliação, que se deve passar do livro do registo, em papel avulso, ao réo

Anno do Nascimento, etc. (cópia fiel de todo o auto, incluindo as assignaturas, e depois d'estas, fechará a cópia pela fórmula seguinte): — E para de tudo constar mandou o dicto juiz de paz passar a presente do livro das conciliações a fl... — que ha de assignar, e eu N... escrevão que a escrevi.

N. — Juiz de paz.

N. — Escrivão.

Fórmula do auto de não conciliação

Aos... do mez de... do anno de ... na freguesia de ... da cidade de... (villa ou lugar) perante o juiz de paz da dicta freguezia, N..., compareceram N... e N... (ou seus procuradores bastantes) para se conciliarem sôbre o objecto do seguinte memorial; (transcreve-se o memorial com o despacho, e certidão da citação). E procurando o dicto juiz de paz conciliar estas partes, empregando todos os modos possiveis, que a prudencia e a equidade lhe suggeriram, para as levar á concórdia, não pôde absolutamente conciliar-as; de que mandou fazer esta nota, que assigna com as mesmas partes, e N... e N.... testemunhas presentes a este acto, e eu N... escrevão que a escrevi.

(Appellido do juiz de paz).

N.— Autor.

N. — Réo.

N. — Testemunha.

N. — Testemunha.

N. —Escrivão.

Obs. Lançada esta nota no livro do registo, o escrivão passa certidão d'ella no memorial do autor, e lhe entrega.

Fórmula da Certidão de não conciliação, que o escrivão deve dar ao autor

Aos... do mez de... do anno de... (copia-se a nota tal qual se acha no livro do registo, até ás palavras — seguinte memorial, que devem substituir-se assim — d'este memorial, e continuando até ás palavras — testemunhas presentes a este acto — seguirá assim) de que se fez a competente nota a fol. — do livro do registo das conciliações e mandou o mesmo juiz de paz passar esta certidão, que assigna comigo N... escrivão que a escrevi.

N. — Juiz de paz.

N. — Escrivão.

*Fórmula da nota da revelia do réo*¹²

Aos... do mez de... do anno de... na freguezia de ...da cidade de... (villa ou logar) perante o juiz de paz na dicta freguezia, N... compareceu N... o qual lhe apresentou o seguinte memorial (transcreve-se o memorial com o despacho, e certidão da citação). E sendo passada a hora do dia, designada no referido memorial, sem apparecer o réo, nem mandar procurador bastante, ou certidão de molestia grave, requerendo o autor que o réo fôsse havido como revel, o referido juiz de paz assim o julgou; e mandou que, tomando-se nota da revelia do réo, d'esta se desse

¹² Vid. nota (20) ao § 277 d'estes Elementos.

certidão no próprio memorial do autor; o assignou com o mesmo autor, e N... e N. testemunhas presentes a este acto, e eu N... escrevão que a escrevi.

(Appellido do juiz de paz).

N. — Autor.

N. — Testemunha.

N. — Testemunha.

N. — Escrivão.

Fórmula da certidão da revelia do réo, que o escrevão deve passar no memorial do autor

Aos... do mez de... do anno de... (copia-se a nota de revelia, que se lançou no livro do registo, até ás palavras— seguinte memorial, que devem subslituir-se assim — d'es te memorial, e continua nas palavras:) — e sendo passada a hora, até ás palavras — testemunhas presentes a este acto, seguirá assim — de que se fez a competente nota a fl...— do livro de registo das conciliações, e mandou o mesmo juiz de paz passar esta certidão, que assigna comigo N., escrevão que a escrevi.

N. — Juiz de paz.

N. — Escrivão.

*Fórmula de nota de não comparencia do réo por molestia grave*¹³

Aos... do mez de ... do anno de... na freguezia de ...da cidade de... (villa ou logar) perante o juiz de paz da dicta freguezia, N..., compareceu N..., o qual lhe apresentou o seguinte memorial (transcreve-se o memorial, despacho e certidão da citação). E logo appareceu N..., que apresentou certidão de se achar o réo com molestia grave, que não só o impede de comparecer d'este dia em juizo, para que fora citado pelo referido memorial; mas até de poder assignar procuração; e então elle juiz lhe assignou nove dias contados de momento a momento, no último dos quaes, que é o dia... terá logar necessariamente a conciliação ou revelia sem nova citação do réo; e para constar mandou lavrar este termo que assigna com o autor, e apresentante da certidão de molestia, e N... e N..., testemunhas presentes a este acto, e eu N... escrivão que a escrevi.

(Appellido do juiz de paz).

N.—Autor.

N.—Apresentante.

N.—Testemunha.

N.—Testemunha.

N.—Escrivão.

Obs. Esta nota deve ser paga pelo réo, ou quem por elle apresenta a certidão de molestia. — E requerendo o autor, ou o apresentante da certidão de molestia, que se lhe dê certidão d'aquella nota, deve-se passar ao autor no seu proprio memorial, e ao apresentante em papel avulso, e cada um paga ao escrivão a certidão que requer.

¹³ Vid. § 273 e nota (16) d'estes Elementos.

Fórmula da certidão de não comparencia do réo, por molestia grave, para o autor, requerendo-a

Aos... do mez de... do anno de... da freguesia de ... (copia-se no memorial do autor a nota que se lançou no livro do registo até és palavras — seguinte memorial, que devem substiluir-se assim — d'este memorial, e continuando nas palavras — e logo appareceu N..., até as palavras — testemunhas presentes a este acto, seguirá assim) de que se fez a competente nota a foi.— do livro do registo das conciliações, d'onde se passou esta certidão a requerimento do autor, que há de assignar com o mesmo juiz de paz, e eu N... escrivão que o escrevi.

N. — Juiz de paz.

N. — Autor.

N. — Escrivão.

—

Fórmula da certidão de não comparencia do réo, por molestia grave, para o apresentante, requerendo-a

Aos... do mez de... do anno de... (copia-se em papel avulso a nota, que se lançou no livro do registo até ás palavras — e testemunhas presentes a este acto e seguirá assim) do que se fez a competente nota a fl... — do livro do registo das conciliações, d'onde se passou esta certidão a requerimento do apresentante da certidão de molestia do réo, que ha de assignar com o mesmo juiz, e eu N... escrivão que a escrevi.

N.—Juiz de paz.

N. —Apresentante.

N.—Testemunha.

N. — Testemunha.

N. — Escrivão.

Obs. Tanto as procurações como as certidões de molestia, devem ficar nos respectivos juízos de paz, e serem guardadas pelos escrivães para serem depositadas no archivo das audiencias do juiz ordinario respectivo (ou de direito) quando se findar o livro do registo, a que dizem relação os referidos documentos.

Fórmula da nota de citação circumducta e absolvição da instancia

Aos... do mez de... do anno de... na freguezia de ... da cidade de... (villa ou logar) perante o juiz de paz da dicta freguezia N..., compareceu N..., a quem N..., havia feito citar para se conciliarem sôbre o objecto do seguinte memorial, transcripto na contra-fé da citação (copiasse a contra-fé). E, sendo passada a hora do dia designado no referido memorial, sem apparecer o autor ou seu procurador bastante, requereu o réo, que a citação feita por aquelle memorial ficasse circumducta, e elle réo absolvido d'esta instancia; e assim o julgou o dicto juiz de paz, condemnando o autor nas custas, de que mandou fazer esta nota, e se desse certidão d'ella ao réo, querendo-a, para conservação do direito. E assignou com o réo, e testemunhas N... e N..., e eu N... escrivão que a escrevi.

(Appellido do juiz de paz).

N. — Réo.

N. — Testemunha.

N. — Testemunha.

N. — Escrivão.

*Fórmula da certidão da citação ctrcumducta, e absolvição da instancia;
que se passará na contra-fé da citação do réo, requerendo-a este.*

Aos... do mez de... do anno de... (copia-se a nota do livro do registo na contra-fé, até ás palavras — para se conciliarem sôbre o objecto, e continua — do memorial transcripto n'esta contra-fé da citação do réo, e continuando nas palavras — e sendo passada a hora, até ás palavras — testemunhas N. e N. seguirá assim) de que se tomou nota a fl... do livro do registo das conciliações, d'onde se passou esta certidão, pela requerer o réo, que ha de assignar com o mesmo juiz de paz, e eu N... escrivão que a escrevi.

N. — Juiz de paz.

N. — Réo.

N. — Escrivão.

Obs. Tornando o autor a citar o réo para se conciliarem sôbre o mesmo objecto da citação que ficou circumducta, não é ouvido, requerendo-o réo, sem pagar as custas em que foi condemnado pela absolvição da instancia, observando-se n'este caso a Ord. liv. 3, tit. 14, § 8.

FÓRMULAS RESPECTIVAS AO JUIZO CONTENCIOSO

Fórmula de carta precatoria para citação

Juizo de direito da comarca de...

Para ser citado N... para o que ao
diante vae declarado.

Carta precatotia e citatoria
passada n'este juizo de direito da
comarca de... a requerimento de
N...

Dirigida

Ao meu juiz de direito ou
ordinario da cidade ou villa de...
para a cumprir e fazer executar.

Na sua fórma

Dom Pedro Quinto por Graça de Deus e pela Carta
Constitucional da Monarchia, rei de Portugal, Algarves e seus dominios,
etc.

A todas as justiças em geral, e com especialidade ás do
julgado de... Faço saber: que no juizo de direito d'esta comarca de...
pendem, pelo cartorio do escrivão que esta ha de subscrever, uns autos
de... (aqui se declara a natureza da acção) ordenados e processados entre
partes, em que é autor N... e réo N..., nos quaes se vê a petição da acção,
que é do theor seguinte (aqui se transcreve a petição e o despacho). E é o
que se contém no dicto despacho assim proferido em os mencionados
autos, em virtude do qual se passou e extrahiu dos mesmos a presente
carta precatoria citatoria, pela qual mando a vós meu juiz ordinario do
julgado de... (ou de direito) a quem esta vae dirigida, que sendo-vos ella
apresentada, indo assignada pelo meu sobredicto ministro, sellada com o
sêllo de valha sem sêllo ex causa, indo tambem por elle assignado, a
cumpraes e guardeis, e fareis inteiramente cumprir e guardar como n'ella
se contém e declara; e em seu cumprimento, e fórma, e por virtude da
mesma, logo que vos fôr apresentada lhe poreis o vosso — cumpra-se —
da lei e estylo, e mandareis que o escrivão, a quem ella tocar, ou a
qualquer outro official de justiça competente e da vossa jurisdição, cite o
supplicado N... para vim fallar aos termos da acção de... que lhe move o
autor N..., e bem assim para na segunda audiencia d'este juizo, depois de

citado, ver offerecer o libello na mesma causa sob pena de revelia. Declarando-se-lhe no acto da citação, que as audiencias costumam fazer-se na casa do tribunal d'esta comarca, situado na rua de..., em as segundas e quintas feiras de todas as semanas por... horas da manhã, não sendo dias sanctos ou feriados, pois que sendo, então costumam fazer-se no dia immediato; e escondendo-se ou ausentando-se para não ser citado em sua propria pessoa o fareis com hora certa na fórma da lei, passando-se, no fim d'esta, certidão em fórma legal, a qual fareis logo remetter a este juizo sem demora para bem do interessado, para ser accusada e offerecida na competente audiencia (aqui se delcara a audiencia em que deve fazer-se o offerecimento do libello) a fim de ser contestada ou confessada a acção, etc. Cumpri-o assim, por que o Rei Fidelissimo; que Deus guarde, assim o mandou pelo doutor... juiz de direito da comarca de... por quem esta vae assignada e sellada, e subscriptada pelo competente escrivão N... um dos do juizo deprecante pelo mesmo Augusto Senhor. Dada e passada na cidade ou villa de... aos... de... de... annos. Eu N... a subscrevi.

Juiz (nome inteiro).

Ao sêllo 100 réis.

V. S. S. Ex C.

(Appellido do juiz).

Concertada por mim escrivão

(N...)

—

Fórmula da carta de edictos

Carta de edictos com dilação de trinta dias, passada por este juízo de direito da comarca de... a requerimento do autor N... para ser citado N... ausente em parte incerta, residente que era na cidade villa, ou logar de... como adiante se declara.

Na fôrma d'ella.

O doutor N... juiz. de direito da comarca de... por Sua Majestade Fidelissima (o rei ou rainha reinante) que Deus guarde, etc.

Aos que esta minha carta de edictos, com a dilação de trinta dias, virem ou d'ella notícia tiverem: Faço saber em como pelo juízo de direito n'esta cidade e comarca de... e peio cartorio do competente escrivão, que esta fez passar e subscreveu, pendem uns autos ordenados e processados entre partes, autor N... e réo N... ausente em parte incerta, em cujos autos se contém a petição, que é do theor seguinte (aqui se transcreve a petição e despacho, etc.) segundo o que assim se continha e declarava, e era escripto em o dito meu despacho, proferido n'esta petição, e por virtude do qual foi a mesma distribuida ao escrivão que esta subscreveu e fez passar N... Em consequencia do que, tendo pelo autor justificada pelo depoimento de testemunhas por elle produzidas, a ausencia e incerteza da residencia do réo N... foram preparados os ditos autos com a espórtula competente e se fizeram conclusos; os quaes sendo por mim juiz vistos, lidos e examinados, n'elles dei a sentença, da qual o seu verdadeiro theor é o seguinte; (transcreve-se aqui a sentença que julga justificada a ausencia) a qual sendo por mim publicada na competente audiencia d'este juízo, e mandada cumprir e guardar pela fôrma que n'ella se contém e declara, a requerimento do dito autor, se passou a presente, pela qual mando a qualquer official de justiça da

minha jurisdição, que, sendo-lhe apresentada, indo ella por mim assignada e sellada com o sêllo de Valha sem sêllo *ex Causa* a cumpra e guarde, e a faça inteiramente cumprir como n'ella se contém e declara, e por virtude d'ella a publique, e affixe as do seu theor nos logares publicos e do costume, aonde outras semelhantes se publicara e affixam; e por ella chame e cite o dito réo N... morador que foi na cidade, villa, ou lugar de... e agora ausente, para que elle no peremptorio termo de trinta dias compareça para vêr, findos elles, assignar a audiencia de... de..., na qual se ha de offerecer contra si o libello de... e fallar a todos os seus termos na fôrma da petição retro com a pena de revelia, e findo o dito termo o hei por citado, chamado e requerido para todo o sobredito exposto, do que se passará a competente certidão em fôrma legal, e se junctara aos autos, o que tudo assim se cumprirá. Dada e passada na cidade, ou villa de... aos... de... annos. E eu N... que a subscrevi e assignei.

(Assignatura do juiz).

Ao sello 100 réis.

V. S. S. ExC.

(Rubrica do juiz)

*Fórmula de accusação de citação e assignação de uma audiencia para
defesa do réo*

N'esta requereu o doutor N... havido o réo debaixo de pregão, que lhe ficasse assignada uma audiencia para contestar a acção deduzida na petição.

Aos... dias do mez de... de... annos n'esta cidade ou villa de... e pública audiencia ordinaria, que fazia o doutor N... juiz do direito, ou ordinario, d'esta comarca, ou julgado e ahi sendo presente o doutor N... como procurador de N... do logar de..., por elle foi dito a elle juiz, que trazia citado a esta audiencia N... do logar de... para fallar a presente acção de itens, a qual offerecia, e requeria que, apregoado o réo, fôsse este havido por citado, e se lhe assignasse uma audiencia para contestar a acção, pena de lançamento e revelia.

Ouvido por elle juiz seu requerimento, houve o réo por citado, e a acção por installada, e lhe assignou a primeira audiencia para apresentar a sua contestação e de tudo se fez este termo por fé e nota de audiencia tomada no protocollo d'ellas, em que elle juiz assignou. Eu N... que o escrevi e assignei.

Fórmula do termo de offerecimento da contestação

N'esta o doutor N... como procurador do réo offereceu a contestação á acção.

Aos... dias do mez de... de... annos n'esta cidade, ou villa de... e pública audiencia, que fazia o doutor N... juiz de direito, ou ordinario, d'esta comarca, ou julgado, ahi pelo doutor N... como procurador do réo N... foi apresentada a contestação a acção, que lhe move o autor N..., e requereu a elle juiz, que mandasse apregoar o autor pelo official de audiencia, e que não apparecendo nem outrem por elle, a sua revelia houvesse a dita contestação por offerecida, e a recebesse na fórma da lei.

Ouvido por elle juiz o seu requerimento, e informado dos termos dos autos, mandou pelo official de diligencias apregoar o autor primeira e segunda vez, e logo debaixo do segundo pregão deu sua fé, dizendo, que elle não estava presente em juizo, nem outrem por elle, pelo

que á sua revelia elle juiz houve a dita contestação por offerecida e recebida, e assignou a terceira audiencia para a inquirição das testemunhas, do que se fez este termo por fé e em nota de audiencia tomada no protocollo d'ellas, e em que elle juiz assignou. E eu N..., que a escrevi e assignei.

Fórmula do auto de audiencia de discussão

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta cidade, ou villa de... e pública audiencia ordinaria, que fazia o doutor N... juiz de direito, ou ordinario, d'esta comarca, ou julgado; ahi feitos e concluidos os requerimentos d'esta audiencia, feita e publicada a distribuição, ordenou elle juiz ao official, que em audiencia estava lançando os pregões, que publicasse debaixo de pregão a abertura de audiencia de discussão, o que feito, e sendo apregoadas as partes n'este processo, a saber: — como autor N... do lugar de... e como réo N... do lugar de..., compareceram por parte do autor o doutor N... E logo elle juiz perguntou aos ditos advogados se tinham as suas testemunhas, e certificado de que se achavam presentes. — Li eu escrivão as peças do processo nos termos da lei, e sendo chamadas as testemunhas, foram recolhidas á sala, que lhes é destinada, e sendo aqui chamadas a uma e uma, em primeiro lugar as do autor, e depois as do réo, compareceram, e foram inquiridas pelo modo seguinte:

TESTEMUNHAS DO AUTOR

N... solteiro, filho de N... officio de... do lugar de ... e morador na rua de... testemunha n'este acto jurada aos Sanctos Evangelhos, que prometteu dizer a verdade, e de sua idade disse ter... annos, e do costume nada, e sendo perguntado pelo conteúdo nos itens da acção de... disse ao primeiro (aqui se transcreve o que a testemunha diz a todos os itens).

E mais não disse, e sendo-lhe lido seu juramento assignou e rubricou com elle juiz, e comigo; e rubricou tambem o advogado doutor N... N... que o escrevi e assignei.

(Rubrica do juiz).

Testemunha — N.

Escrivão — N.

Obs. Assim se vão escrevendo os depoimentos das testemunhas do autor e do réo até ao fim, e depois se encerrará o auto da maneira seguinte:

Findo o inquérito d'estas testemunhas, e feitas as allegações oraes (havendo-as), disse o doutor N... a elle juiz, que requeria que os autos lhe fôsem conclusos para julgar a presente causa. O que ouvido por elle juiz, lhe deferiu e houve a sessão por acabada. E fiz este auto, que depois do ser por mim lido, foi assignado por elle juiz com os ditos advogados. E eu N... que o escrevi e assignei.

Juiz — N.

Advogado — N.

Dito — N.

Escrivão — N.

Fórmula do termo de conclusão

Conclusão

E logo os fiz conclusos a elle juiz com este termo. E eu N... que o escrevi e assignei.

Fórmula do termo de accusação da citação, e offerecimento do libello com assignação das tres audiencias para contrariar

N'esta havido o réo N.... offerecido e recebido o libello, e assignadas, debaixo de pregão, as tres audiencias para a contrariedade, e se mandou.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta cidade, ou villa de... e casas do Tribunal de Justiça, em pública audiencia que fazia o doutor N... juiz de direito, ou ordinario, ahi pelo doutor N... advogado do autor N... foi dito o elle juiz, que a instancias do mesmo autor trazia citado o réo N... do lugar de... para fallar a um libello civil, que excede em valor a alçada d'este juizo pelas causas e fundamentos, que no mesmo melhor expõe, e a todos os seus termos até final, com pena de revelia; e que assim lhe requeria mandasse apregoar o dito réo, e que sendo-o, e não apparecendo em juizo, nem outrem por elle á sua revelia, o houvesse por citado para o fim exposto, e por offerecido o libello em juizo, que apresentava em duplicado, e competentemente instruido, e o recebesse na fórma da lei, e a sua mesma revelia lhe assignasse, e houvesse por assignado o termo de tres audiencias para a contrariedade.

Ouvido por elle juiz seu requerimento, informado dos termos dos autos, e da citação feita ao dito réo, o mandou apregoar pelo official de diligencias da audiencia, que apregoando-o primeira e segunda vez, logo debaixo do segundo pregão deu sua fé, dizendo, que elle não estava presente em juizo, nem outrem por elle, pelo que á sua revelia elle juiz houve o réo por citado para o fim exposto, e por offerecido em juizo o dito libello, que recebeu na fórma da lei, e á sua mesma revelia lhe assignou o termo de tres audiencias para a contrariedade na fórma requerida, de que

se fez este termo por fé, e nota de audiencia tomada no protocollo d'ellas, em que elle juiz assignou.

Fórmula do termo do offerecimento da contrariedade

N'esta offerecida e recebida a contrariedade pelo réo N... contra o autor N... é assignadas debaixo de pregão duas audiencias para a réplica.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta cidade, ou villa de... e casa do Tribunal de Justiça d'ella em pública audiencia, que fazia o doutor N... juiz de direito, ou ordinario, d'esta comarca, ahi pelo doutor N... advogado do réo N... foi dito a elle juiz que trazia a contrariedade ao libello, que contra elle tinha intentado o autor N.... e que assim lhe requeria que a recebesse, e o mandasse apregoar, e que sendo-o, e não apparecendo em juizo, nem outrem por elle a houvesse por offerecida em duplicado, que apresentava competentemente instruida, e a recebesse na fórma da lei, e lhe assignasse o termo de duas audiencias para a réplica.

O que ouvido por elle juiz, e informado dos termos, em que os autos se achavam, o mandou apregoar pelo official de diligencias da audiencia, que apregoando-o primeira e segunda vez logo debaixo do segundo pregão deu sua fé, dizendo, que elle não estava presente em juizo nem outrem por elle, pelo que elle juiz houve por offerecida a contrariedade, que o recebeu na fórma da lei, e lhe assignou, e houve por assignado o termo de duas audiencias para a réplica na fórma requerida, de que se fez este termo por fé, e nota de audiencia tomada no protocollo d'ellas, em que elle juiz assignou.

Obs. Os termos de offerecimento de réplica e tréplica seguem a mesma fôrma do termo da contrariedade. E quando o réo ou seu procurador é presente ao offerecimento do libello se lhe entrega o duplicado, e se declara no termo; e o mesmo se observará quando se offerecer a réplica, se não fôr por negação. Tambem ao autor se entrega o duplicado da contrariedade, não sendo por negação, se estiver presente ou seu procurador.

Fôrma do termo de assignação do dia de audiencia para inquirição de testemunhas

N'esta o doutor N..., requereu só assignasse dia para inquirição de testemunhas e se assignou a segunda audiencia.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta cidade ou villa de... e casas do Tribunal de Justiça d'ella, em pública audiencia, que fazia o doutor N... juiz de direito ou (ordinario) d'esta comarca ou (julgado) de... e ahi o doutor N... advogado do autor N..., requereu que se assignasse dia para o inquerito de testemunhas n'esta causa.

Ouvido pelo juiz seu requerimento, informado dos termos dos autos, assignou para a requerida inquirição a segunda audiencia próxima, que ha de ter logar no dia...; e se fez este termo por fé e nota de audiencia no protocollo d'ellas, em que elle juiz assignou.

Fôrma da intimação do dia da audiencia da inquirição das testemunhas

Intimei ao doutor N... advogado do réo N... que estava assignada para inquirição de testemunhas a segunda audiencia que ha de

ter logar no dia...; e comigo assignou. Cidade, ou villa de... tantos de..., de...

Advogado — N.

Escrivão—N.

Fórmula do auto de inquirição de testemunhas

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de... aos... dia do mez de... do dito anno, n'esta cidade, ou villa de... e pública audiencia ordinaria que fazia o doutor N... juiz de direito (ou ordinario) d'esta comarca, ahi feitos e concluidos os requerimentos d'esta audiencia, feita e publicada a distribuição, ordenou elle juiz ao official que em audiencia estava lançando os pregões, que publicasse debaixo de pregão a audiencia de discussão e julgamento; o que feito, e sendo apregoadas as partes n'este processo, compareceram presentes por parte do autor o doutor N..., e por parte do réo o doutor N.... advogados n'este processo. É logo elle juiz perguntou ao advogado do autor, e ao do réo se tinham presentes as suas testemunhas, ao que elles responderam que sim: houve pois elle juiz a discussão por começada, e seguidamente li eu escrivão as peças do processo nos termos da lei, e sendo chamadas as testemunhas foram recolhidas á sala que lhes é destinada, e affastada da discussão, d'onde sendo aqui chamadas a uma á uma foram inquiridas pelo modo seguinte.

Obs. Aqui se segue a mesma fórma de inquirição que fica escripta para as acções por item a pag. 436, seguindo-se o encerramento d'este auto da fórma que se segue.

Concluido o inquerito das testemunhas, requereram os advogados do autor e réo que os autos fôsem — ao Visto — pelos dias da lei. E de que tudo fiz este auto que li e foi assignado por elle juiz que

mandou dar vista a cada um dos advogados na fôrma requerida; os quaes comigo abaixo assignaram. E eu N..., o escrevi, e assignei.

Juiz—N.

Advogado — N.

Doutor —N.

Escrivão — N.

Fôrma do termo de vista

TERMO DE VISTA

E logo continuei com vista estes autos ao doutor N... advogado do autor, pelo termo de dez dias.

Vista ao doutor N...

Obs. Depois de findo o termo dos dez dias, e entregues aos autos pelos advogados, se lançará o seguinte termo de entrega.

Data

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta cidade, ou villa de... e meu cartorio, por parte do doutor N..., me foram dados estes autos, e se fez este termo.

O escrivão — N.

Obs. Quando os autos forem com vista ao advogado do réo, lançar-se-ha o mesmo termo de vista e de entrega.

Fórmula do termo de audiencia em que se requer dia para discussão e julgamento

N'esta o doutor N... advogado do autor requereu o dia para discussão e julgamento, e se assignou a primeira audiencia.

Aos... dias do mez de... do anno de... n'esta cidade, ou villa de... e pública audiencia que fazia o doutor N... juiz de direito d'esta comarca, ahi o doutor N... advogado do autor N... requereu a elle juiz que assignasse dia para discussão e julgamento d'esta causa.

Ouvido por elle juiz seu requerimento, e informado dos termos d'estes autos, assignou para a requerida discussão e julgamento a primeira audiencia próxima seguiste; e se fez este termo por fé, e nota da audiencia tomada no protocollo d'ellas, em que elle juiz assignou. E eu N... que o escrevi, e assignei.

Obs. Depois d'este auto deve lançar-se o termo de intimação que se deve fazer ao advogado do réo do dia que está designado para a discussão e julgamento, seguindo intimação retro.

Fórmula do auto de audiencia de discussão e julgamento

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil... aos... dias do mez de... do dito anno, n'esta cidade, ou villa de... e pública audiencia ordinaria que fazia o doutor N... juiz de direito (ou ordinario) d'esta comarca (ou julgado) ahi feitos e concluidos os requerimentos d'esta audiencia, feita e publicada a distribuição, ordenou elle juiz ao official, que em audiencia estava lançando os pregões, que publicasse debaixo de pregão a abertura de audiencia de discussão e julgamento, o que feito, e sendo apregoadas as partes n'este processo, compareceram por parte do autor o doutor N..., e por parte do réo o doutor N...; e logo elle juiz houve a discussão por aberta, e deu a palavra ao advogado do autor, o qual orou por parte de seu constituinte, e por parte do réo

egualmente orou o doutor N..., os quaes ambos junctaram, e offereceram por escripto suas reflexões juridicas para serem junctas aos autos. E assim concluidas as allegações oraes por parte do autor, e réo, houve elle juiz a sessão por acabada, mandou fazer os autos conclusos, e declarou que na segunda audiencia publicaria a sentença. E fiz este auto que li na presença dos mesmos, e elle juiz assignou com elles, e comigo escrivão N..., que o escrevi e assignei.

Juiz—N.

Advogado — N.

Advogado —N.

Escrivão—N.

Obs. Segue-se o termo de conclusão que retro fica escripto a pag. 437.

Lei de 19 de Dezembro de 1843

DONA MARIA, por Graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Cortes Geraes decretaram, e Nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1. O Supremo Tribunal de Justiça conhece, em recurso de revista, de nullidade do processo e de nullidade de sentença.

§ 1. É nullo o processo, em que houver preterição de algum acto essencial, ou de fórmula para elle estabelecida por lei com pena de nullidade.

§ 2. É nulla a sentença que julgar directamente o contrario do que dispõe qualquer lei do reino, ou d'ella fazer applicação manifestamente errada, ou que tiver algum defeito substancial, ou de que resulte nullidade na conformidade da Ordenação, livro 3, titulo 75, e mais leis do reino.

Art. 2. O Supremo Tribunal de Justiça julga definitivamente sôbre termos e formalidades do processo; e, no caso de o declarar nullo, manda proceder á sua reforma no mesmo ou em diverso juizo, segundo julgar conveniente.

Art. 3. O Supremo Tribunal de Justiça julga a nullidade da sentença, e manda julgar de novo a causa, ou pela mesma Relação, se n'ella houve número duplicado de juizes para que a causa possa ser julgada por diversos dos que o foram da sentença annullada, e assim o entender conveniente, ou por outra Relação.

§ unico. Quando a sentença annullada tiver sido proferida em primeira instancia, será a causa remettida a diverso juizo.

Art. 4. O julgamento nas Relações, em consequencia de concessão de revista, terá nas causas civeis cinco votos conformes proferidos por tenções, e admiltirá embargos, e nas causas criminaes terá sete votos conformes.¹

Art. 5. Da sentença proferida nas Relações em julgamento, de que tracta o artigo antecedente, poderá haver segunda revista.

§ 1. Se tiver diversos fundamentos do que a antecedente, terá a natureza de primeira revista para todos os effeitos.

§ 2. Se tiver os mesmos fundamentos por que já foi concedida, será pelo Supremo Tribunal de Justiça decidida, em secções reunidas; e sendo novamente concedida, a Relação a que for remettida a causa, se conformará com a decisão do Supremo Tribunal de Justiça sôbre o ponto de direito julgado por este Tribunal, applicando o direito ao Tacto, segundo este anteriormente estiver julgado.

¹ O art. 17 da Lei de 18 de Julho de 1853 exige só cinco votos nas causas criminaes, revogando n'esta parte este art. 4.

§ 3. Se tiver diversos e os mesmos fundamentos conjunctamente, lerá logar o disposto no paragrapho antecedente.

Art. 6. O Supremo Tribunal de Justiça tomará conhecimento das nullidades do processo e da sentença, ainda que não apontadas na minuta, e mesmo na falta d'esta.

Art. 7. De todas as sentenças proferidas em segunda instancia, ou seja no foro ordinario, ou no especial, excepto no militar, terá logar o recurso de revista por incompetencia, sem attenção ao valor da causa, nem ao lapso do decendio, e n'este caso sómente quando a sentença não estiver inteiramente executada.

Art. 8. Quando o Supremo Tribunal de Justiça julgar que houve incompetencia, annullará o processo e o julgado, e mandará remetter a causa a quem competir o seu conhecimento e decisão.

Art. 9. Quando haja a decidir em conferencia quaesquer negocios ou processos, o Conselheiro relator o participará ao Tribunal com anticipação, ao menos de duas sessões, a fim de que se façam os annuncios competentes, e as partes interessadas possam requerer e allegar o que lhes for conveniente.

Art. 10. Nas revistas das causas commerciaes se observará a mesma fórma de processo e de julgamento das revistas das causas civeis.

§ unico. Fica reduzida a metade a alçada marcada no artigo 1115 do Codigo Commercial.

Art. 11. O Supremo Tribunal de Justiça conhecerá sôbre suspeição posta á maioria dos juizes de qualquer Relação, ou ao presidente d'ella, na qualidade de juiz; e designará a Relação que ha de julgar a causa, quando a suspeição for procedente.

§ unico. Quando porém a suspeição for posta aos presidentes das Relações de Ponta Delgada e de Goa, na qualidade de juizes, conhecerá e decidirá a respectiva Relação em sessão plena.

Art. 12. Ficam extinctas as allegações oraes em grau de revista perante o Supremo Tribunal de Justiça nas causas civeis: poderão com tudo as partes interessadas dizer por escripto sôbre o recurso, tenham ou não inferiormente minutado, para o que o Conselheiro relator lhes mandará dar vista do processo, e a cada parte por dez dias sómente, antes dos *vistos* dos Conselheiros relator e adjunctos.

§ 1. Se houverem dous ou mais recorrentes diversos, dirão todos no mesmo prazo, O mesmo se praticará, havendo dous ou mais recorridos diversos.

§ 2. O disposto n'este artigo cessa no caso de que tracta o artigo nono, em que não ha vistos dos Conselheiros adjunctos, devendo porisso ter logar as allegações oraes, e não as escriptas.

Art. 13. Nas revistas das causas criminaes admittem-se embargos de declaração, segundo a disposição do artigo 717 da Novissima Reforma Judiciaria, no que for applicavel.

Art. 14. Nas revistas de quaesquer causas civeis são tambem admissiveis embargos de declaração, nos termos do artigo antecedente. E quando se tenha julgado com falsa causa sôbre nullidade do processo, terão logar embargos nos termos dos artigos 726 até 729 inclusive da Novissima Reforma Judicial, no que forem applicaveis, e o seu julgamento se tomará em conferencia.

Art. 15. Nos recursos de revista preparará o recorrente com triplicada assignatura da taxada actualmente para as appellações; e quando não prepare até trinta dias depois de appresentada a causa no Supremo Tribunal de Justiça, poderá julgar-se deserta e não seguida a

revista por Accordão em conferencia, e a requerimento do recorrido, que preparará para o julgamento da deserção, ouvindo-se porém o recorrente por seu procurador, se o tiver, na causa, perante o Tribunal, por vinte e quatro horas.

§ 1. Não haverá preparo nas causas da Fazenda Pública, em que o Ministerio Público for recorrente: nem nas causas criminaes, em que intervier sómente o mesmo Ministerio, ou presos notoriamente pobres ou qualificados como taes.

§ 2. As quantias procedentes de preparos para as revistas serão escripturadas, entrarão em cofre, e se dividirão mensalmente pelos juizes Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça.

§ 3. O Conselheiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça levará de assignatura de sentença, carta ou ordem que sei expedir pelo Tribunal, o triplo do taxado actualmente para os presidentes das Relações.

§ 4. O disposto n'este artigo terá applicação nas causas de revistas pendentes no Supremo Tribunal de Justiça, que não estiverem em tabella para dia; e nas mais não se designará dia sem precedencia de preparo.

Art. 16. Pertencem á secretaria do Supremo Tribunal de Justiça os mesmos emolumentos designados por Lei para os guardamóres das Relações, ou como taes ou como archivistas em todos os actos correspondentes; ou para os escrivães das mesmas Relações nos termos e mais actos, que não competindo ordinariamente, aos guardamóres, mas sim aos referidos escrivães tiverem applicação no Supremo Tribunal de Justiça.

§ 1. A contagem dos emolumentos perante o Supremo Tribunal de Justiça é encarregada ao empregado archivista d'este, que

vencerá por aquella para a secretaria os mesmos emolumentos dos contadores das Relações na parte applicavel.

§ 2. Os emolumentos de que tracta este artigo e o paragrapho primeiro serão escripturados, entrarão em cofre, e se dividirão mensalmente em tres partes eguaes, das quaes pertencerá uma ao secretario, outra ao official e porteiro, subdividindo-se por elles na proporção de seus ordenados, e outra aos mais empregados respectivos, subdividindo-se por elles na proporção de seus ordenados.

§ 3. O meirinho e o escrivão do meirinho levarão de salarios o mesmo e mais uma terça parte do que pertence aos officiaes de diligencias das Relações no que fôr applicavel, e não entram na subdivisão de que tracta o paragrapho antecedente.

Art. 17. A acção de nullidade e rescisão da sentença terá logar, além dos casos especificados no artigo quinto do Decreto de dezanove de Maio de mil oitocentos trinta e dois: *primò* — quando se tiver julgado por um ou mais documentos, que depois se provar serem falsos, e cuja falsidade não tenha sido allegada na causa, em que se tiver proferido a sentença rescindenda: *secundo* — quando sobrevier um ou mais documentos novos que destruam a prova, que serviu para o julgamento anterior, sem que sejam coadjuvados por prova testemunhal, e que a parte interessada não podesse ter ao tempo em que se proferia a sentença rescindenda: *tertio* — quando a parte condemnada, sem ter comparecido em juizo, provar falta ou nullidade de citação nas causas, cujas sentenças se executam sem dependencia de prévia citação do executado, não competindo porém esta acção, e só o meio prescripto no artigo 617 da Novissima Reforma Judicial, se tiver havido citação para a execução: *quarto* — quando o executado provar falta ou nullidade de citação para a execução finda á sua revelia, a fim de se annullar a mesma execução.

§ unico. O que intentar esta acção, e d'ella decair, será sempre condemnado no dôbro das cristas e da mulcta. Esta porém nunca excederá a um conto de réis.

Art. 18. Fies competindo ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça: *primò* — mandar inscrever em um livro para isso destinado os bachareis formados em direito, que pretenderem advogar perante este tribunal, e perante as Relações civil e commercial, e juizos de primeira instancia de Lisboa, apresentando-lhe para esse fim as cartas de formatura, ou diplomas que provem a sua habilitação para o exercicio d'esta profissão: *secundo* — conceder no continente do reino licença para advogar aos que não forem legalmente habilitados, para isso, quando houver precisão, e fazendo-os examinar por um juiz de direito.

§ 1. O presidente do Supremo Tribunal de Justiça, á proporção que perante elle se inscrever algum bacharel formado ou conceder a quem não tiver essa qualidade licença para advogar, communicará immediatamente aos presidentes das respectivas Relações, e estes aos juizes de direito de primeira instancia da competencia d'ellas, essa inscripção ou licença.

§ 2. As Relações e juizes de primeira instancia não poderão deixar de admittir a advogar o que para isso tiver assim obtido licença ou inscripção.

§ 3. A nenhuma das pessoas mencionadas na Ordenação; livro 1, titulo 48, paragrapho 22 — e livro 3, titulo 28, excepto os juizes em exercicio de suas funções, é prohibido advogar, tendo a habilitação necessaria; e fica por este modo declarada a legislação existente.

Art. 19. Nos casos, em que a Novissima Reforma Judicial, estabelece suspensão ou mulcta contra os advogados, não se lhes podem impor outras penas.

Art. 20. Das ditas suspensões aos advogados, e de todas as mulctas excedentes a 10\$000 réis, impostas nas Relações aos juizes de primeira instancia, e aos advogados, haverá recurso de revista, que terá o efeito suspensivo, quando fór interposto de sentença que condemnar em suspensão, ou em mulcta excedente a 40\$000 réis. Se a suspensão ou mulcta porém fór imposta por juiz de primeira instancia, o recurso será de appellação com o mesmo effecto, e do accordão sôbre ella caberá revista.

§ 1. O processo destas revistas será o que se acha estabelecido para a interposição e seguimento das outras revistas; n'ellas porém o Supremo Tribunal de Justiça, achando válido o processado, julgará logo definitivamente, confirmando, ou modificando a condenação, ou absolvendo d'ella inteiramente.

§ 2. Nenhum advogado poderá ser condemnado por auto lavrado certidão passada por algum escrivão ou official de diligencias, não tendo a assignatura do mesmo advogado, ou quando este se recuse a assignar, a de duas testemunhas presenciaes da diligencia, de que o mesmo auto ou certidão tractar, ficando por este modo declarada a legislação existente.

§ 3. As sobreditas suspensões não terão logar sem preceder audiencia do advogado, que terá para isso vista por vinte e quatro horas; e quando for mulctado por auto ou certidão quo não tenha os requisitos do paragrapho antecedente, poderá recorrer, ainda que a mulcta não exceda a sobredicta quantia de dez mil réis.²

Art. 21. Fica por este modo declarado, alterado e revogado o Decreto de dezenove de Maio de mil oitocentos trinta e dois, e mais legislação respectiva, que todavia continua em seu vigor em tudo o que não fór contrário á presente Lei.

² Revogado o art. 20 e seus §§ na parte respectiva a mulctas impostas aos advogados pelo art. 34 da Lei de 16 de Junho do 1855. Veja-se o art. 21 da Lei de 18 de Julho de 1855.

Mandâmos por tanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém, O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades aos dezenove de Dezembro de mil oitocentos quarenta e tres. = A RAINHA, com rubrica e guarda. — *José Antonio Maria de Sousa Azevedo.*

Lei de 19 de Dezembro de 1843

DONA MARIA, por Graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que as Côrtes Geraes decretaram, e Nós queremos a Lei seguinte:

Artigo 1. O recurso de revista, interposto de despachos e sentenças dadas na primeira instancia, será recebido; ou denegado pelo juiz que as proferir. Do despacho porém que impedir a interposição do recurso, ou o denegar depois de escripto, compete agravo de instrumento para o Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 2. O recurso de revista, interposto de despachos e sentenças proferidas na segunda instancia, será escripto e recebido por despacho do juiz relator; não poderá com tudo ser impedido, ou denegado na interposição, ou no seguimento, senão por accordão dos juizes, que foram vencedores nos despachos e sentenças recorridas. D'este accordão porém compete agravo de instrumento para o Supremo Tribunal de Justiça.

§ unico. Quando a séde do juizo: de que se recorrer, fôr a mesma do Supremo Tribunal de Justiça, o agravo, de que tracta este e o precedente artigo, será de petição.

Art. 3. São a estes agravos applicaveis as disposições da Novissima Reforma Judicial de vinte e um de Maio de mil oitocentos

quarenta e Um, artigo 674, paragraphos primeiro até sexto inclusive, e artigo 675, paragraphos primeiro até terceiro inclusive. Não haverá porém minuta é contraminuta das partes interessadas, nem resposta dos juizes recorridos, quando os agravos se interpozerem de accordãos das Relações.

Art. 4. Quando os juizes, tanto na primeira como na segunda instancia, obstarem a que se escrevam os agravos, poderão as partes interessadas usar de cartas testemunhaveis, protestando por ellas na audiencia do juizo de primeira instancia, ou no cartorio do respectivo escrivão da Relação, na presença de duas testemunhas. Na expedição d'estas cartas se seguirão os mais termos prescriptos na Novissima Reforma Judicial, artigo 674, paragrapho setimo.

Art. 5. Os agravos, e cartas testemunhaveis, de que tractam os artigos antecedentes, formarão classes distinctas para a distribuição no Supremo Tribunal de Justiça, serão julgados em cada uma das sessões d'elle pelo mesmo modo, e termos, que o forem nas Relações os recursos de igual natureza, e ficam sujeitos ás mesmas mulctas que prescreve a Novissima Reforma Judicial, artigo 744, paragrapho 2, e artigo 751.

Art. 6. Pertence pelo julgamento d'estes agravos, e cartas testemunhaveis, aos conselheiros relatores no Supremo Tribunal de Justiça, o triplo dos emolumentos estabelecidos por Lei para eguaes recursos nas Relações.

Art. 7. Se no Supremo Tribunal de Justiça tiverem provimento estes recursos, os de revistas serão para elle expedidos do juizo, ou da Relação, de que interposto com precedencia dos termos regulares.

Art. 8. De accordãos do Supremo Tribunal de Justiça sôbre agravos de instrumento, e cartas testemunhaveis, se passarão ás partes interessadas cartas de sentença, que não poderão conter senão o rosto do processo, o despacho, ou accordão recorrido, o termo do recurso, e o

accordão da sua decisão. Por taes cartas de sentença perceberá a secretaria a raza fixada por Lei para os escrivães das Relações.

Art. 9. Os agravos, e cartas testemunhaveis sôbre o impedimento ou denegação do recurso de revista, assim em processo civil, como criminal, têm os mesmos effeitos na execução dos despachos e sentenças, que a interposição das revistas. O Ministerio Público, quando intervier, promoverá officiosamente a decisão d'aquelles recursos em materia criminal, ainda quando não seja o recorrente.

§ unico. No caso previsto na Novissima Reforma Judicial, artigo 1163, o agravo do despacho, que não admittiu ou denegou o recurso de revista, e a carta testemunhavel sôbre denegação do agravo, suspenderão a soltura do accusado, tão sómente quando se houver protestado por certa e determinada nullidade, antes da declaração do jury, e requerido o recurso de revista immediatamente á publicação do despacho que decretar a soltura.

Art. 10. As partes interessadas, a que antes da presente Lei houver sido impedido na interposição, ou denegado depois de escripto, o recurso de revista, tendo porém protestado por elle dentro de dez dias immediatos á publicação do respectivo despacho ou sentença, poderão usar dos recursos aqui estabelecidos no prazo de vinte dias depois da publicação d'esta Lei.

Art. 11. Fica revogada toda a Legislação em contrário.

Mandâmos por tanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades aos dezenove dias do mez de Dezembro de mil oitocentos quarenta e tres. = A RAINHA, com rubrica e guarda = *José Antonio Maria de Sousa Azevedo*.

Decreto de 6 de Março de 1850.

Sendo-Me presentes as informações a que Mandei proceder sôbre a consulta, em que o conselheiro presidente da Relação commercial, para inteiro cumprimento do artigo mil e sete do Codigo do Commercio, do segundo Decreto de dezoito de Septembro do mil oitocentos trinta e tres (Chronica número cincoenta e oito), e do Decreto de dezenove d'Abril de mil oitocentos quarenta e sete (Diario número setenta e seis), confirmado pela Carta de Lei de dezenove d'Agosto de mil oitocentos quarenta e oito (Diario número cento e noventa e sete), Me propôs a divisão territorial dos districtos de cada um dos tribunaes de commercio de primeira instancia, que se devem estabelecer, com o jury respectivo, assim no continente do reino, como nas ilhas adjacentes: Hei por bem, Tendo ouvido a Sessão Administrativa do Conselho de Estado, Decretar o seguinte:

Artigo 1. Os tribunaes de commercio de primeira instancia, mandados estabelecer e organizar pelos citados decretos, ficam constituídos em sua conformidade nos julgados que, sendo cabeças de comarca, vão designados como sedes dos ditos tribunaes, e cabeças de seus districtos, no incluso mappa, que faz parte d'este Decreto, e baixa assignado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça; a fim de que a jurisdição ordinaria e contenciosa de cada um d'esses tribunaes seja exercida sómente nos julgados de suas sedes; e de que se fixe nos districtos commerciaes annexos a competencia dos mesmos tribunaes com respeito ao conhecimento das appellações das sentenças arbitraes proferidas nos julgados, onde não ha juizo commercial, e com relação a matriculas, registos e fallencias, nos termos do artigo d'aquelle Decreto de dezenove d'Abril de mil oitocentos quarenta e sete.

§ unico. O tribunal de commercio de primeira instancia, constituido na cidade do Funchal, de que ha de ser presidente o juiz de

direito da comarca oriental, como está determinado, exercerá jurisdição ordinaria e contenciosa nos dois julgados, que são cabeças das comarcas oriental e occidental; e será também o unico competente no districto commercial annexo para as appellações das sentenças arbitraes, e para os actos de jurisdição voluntaria.

Art. 2. O jury dos tribunaes de commercio de primeira instancia constituidos pelo presente Decreto, que deve ser eleito segundo o Codigo Commercial, será composto de doce jurados e seis substitutos nos tribunaes do Funchal, Setubal, e Ponta Delgada; de oito jurados e quatro substitutos nos tribunaes de Coimbra, Figueira e Guimarães; de seis jurados e tres substitutos nos tribunaes de Angra, Barcellos, Lamego e Santarém; e de quatro jurados e dois substitutos nos outros tribunaes; a fim de que as alçadas de cada um delles sejam, conforme o jury estabelecido, as determinadas no Decreto de vinte de Abril de mil oitocentos quarenta e sete (Diario número noventa e oito), confirmado, igualmente pela referida Carta de Lei de dezenove de Agosto de mil oitocentos quarenta e oito.

§ unico. Os tribunaes de commercio de primeira instancia de Lisboa e do Porto continuarão a regular-se, quanto ao número de jurados, ordem de serviço, e substituição d'elles; e, quanto ás alçadas, pelo artigo terceiro do dito Decreto de dezenove de Abril de mil oitocentos quarenta e sete, e pelo artigo primeiro do Decreto de vinte do mesmo mez e anno.

O Par do Reino, Conselheiro de Estado Extraordinario, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades em seis de Março de mil oitocentos e cincoenta. — RAINHA— *Felix Pereira de Magalhães*.

—

Mappa dos tribunaes commerciaes de primeira instancia do continente e ilhas adjacentes, e dos seus respectivos districtos

—

Julgados que ficam sendo sedes dos tribunaes commerciaes, e cabeças de seus districtos; e julgados que formam os districtos commerciaes, comprehendidos os que são cabeças dos mesmos districtos.

AGUEDA — Agueda, Anadia, Angeja, Arouca, Bemposta, Castello de Paiva, Estarreja, Feira, Fermedo, S. Lourenço do Bairro, Macieira de Cambra, Mira, Oliveira de Azemeis, Oliveira do Bairro, Ovar, Páos, Pereira Juzã, Sever, Sousa, Vouga.

ANGRA DO HEROISMO — Angra do Heroismo (Ilha Terceira), Horta (Ilha do Fayal), Villa da Calheta (Ilha de S. Jorge), Villa de S. Cruz (Ilha das Flores), Villa de S. Cruz (Ilha Graciosa), Villa das Lages (Ilha do Pico), Villa da Magdalena (Ilha do Pico), Villa Nova do Topo (Ilha de S. Jorge), Villa da Praia da Victoria (Ilha Terceira), Villa de S. Roque (Ilha do Pico), Villa das Vellas (Ilha de S. Jorge).

AVEIRO — Aveiro, Eixo, Ilhavo, Vagos.

BARCELLOS — Barcellos, Espozende.

BEJA — Aljustrel, Almodovar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira, Mertola, Messejana, Moura, Odemira, Ourique, Serpa, Vidigueira, Villa de Frades, Villa Nova de Milfontes.

BRAGA — Aboim de Nobrega, Amares, Arcos de Vai de Vez, Barca, Braga, S. João de Rei, Santa Martha do Bouro, Penella, Pico de Regalados, Povia de Lanhoso, Prado, Soajo, Terras do Bouro, Vieira, Villa Chã.

BRAGANÇA — Alfandega da Fé, Bragança, Carrazedo de Ancilões, Chacim, Cortiços, Freixo de Espada á Cinta, Izeda, Lamas de Orelhão, Miranda, Mirandella, Mogadouro, Moncorvo, Outeiro, Santalha, Torre de D. Chama, Villa Flor, Villarinho da Castanheira, Vimioso, Vinhaes.

CASTELLO BRANCO — Alpedrinha, Castello Branco, Certa, Covilhã, Fundão, Idanha a Nova, Monsanto, Oleiros, Penamacôr, Proença a Nova, Salvaterra do Extremo, Sarzedas, Sobreira Formosa, Sortelha, S. Vicente da Beira, Villa de Rei. Villa Velha de Rodão.

COIMBRA — Álvares, Alvalazere, Ançã, Anciã, Santo André de Poiares, Arganil, Avó, Cadima, Cantanhede, Chão do Couce, Coimbra, Coja, Condeixa a Nova, Fajão, Farinha Podre, Figueiró dos Vinhos, Góes, Lavos, Lourical Louzã, Maçãs de D. Maria, Mealhada, Midões, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa, Pedrogão Grande, Pena Cova, Penella, Pombal, Rabaçal, Semide, Soure, Taboa, Tentugal, Santo Varão, Verride.

ELVAS — Alegrete, Alpalhão; Alter do Chão, Arronches, Aviz, Cabeço de Vide, Campo Maior, Castello de Vide, Crato, Elvas, Fronteira. Gavião, Marvão, Monforte, Niza, Ponte de Soure, Portalegre, Souzel, Veiros.

EVORA — Alandroal, Arrayolos, Borba, Estremoz, Evora, Monte-Mor o Novo, Moura, Monção, Portel, Redondo, Reguengos de Monsarás, Viana, Villa Viçosa, Vimieiro.

FARO — Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Tavira, Villa do Bispo, Villa Nova de Portimão, Villa Real de Santo Antonio.

FIGUEIRA DA FOZ — Figueira da Foz, Maiorca, Monte-Mor o Velho.

FUNCHAL (SÉ E S. PEDRO) — Santa Anna, Calheta, Santa Cruz, S. Fedro, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Sé'S. Vicente.

GUIMARÃES — Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto Fafe, Guimarães, Villa Nova de Famalicão.

S. JOÃO DA PESQUEIRA — Aguiar da Beira; Almeida, Almendra, Alverca, Barcos, Belmonte, Castello Mendo, Cêa, Celorico da Beira, S. Cosmado, Ervedal, Figueira de Castello Rodrigo, Fomos de Algodres, Freixo de Numão, Gouvêa, Guarda, Jarmello, S. João da Pesqueira, Linhares, Loriga, Manteigas, Marialva, Meda, Penalva d'Alva, Penedono, Pinhel, Sabugal; Sandomil, Tabuaço, Trancoso, Travões, Valhelhas, Villa Nova de Foscôa, Villar Maior.

LAMEGO — Aregos, Armamar, Ferreiros de Tendaes, Lamego, S. Martinho de Mouros, Rezende, Sanfins, Sinfães, Tarouca.

LISBOA — Alcobaça, Alcochete, Alcoentre, Aldeia Gallega da Merceana, Aldeia Gallega do Riba-Tejo, Alenquer, Alhandra, Alhos Vedros, Almada, Alverca, Arruda, Azambuja, Azucira, Barreiro; Bellas, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascaes, Cezimbiá, Cintra, Collares, Enxara dos Cavalleiros, Ericeira, Lisboa (éeseu termo); Lourinhã, Mafra, S. Martinho do Porto, Moita, Obidos, Oeiras, Pederneira, Peniche, Ribaldeira, Seixal, Sobral, de Monte Agraço, Torres Vedras, Villa Franca de Xira.

PONTA DELGADA — Ponta Delgada, Rincha Grande, Villa de Agua de Pau, Villa da Alagôa, Villa das Capellas, Villa Franca do Campo, Villa do Nordeste e Villa da Povoação (Ilha de S. Miguel), Villa do Porto (Ilha de Santa Maria).

PORTO — Amarante, Baião, Bemiver, Bouças, Santa Cruz, Santo Estevão de Barrosas, Felgueiras, Gaia, Gondomar, Louzada, Maia, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto (e seu termo). Pova de

Varzim, Soalhães, S. Thomé de Negrellos, Santo Thyrso, Vallongo, Villa do Conde.

SANTARÉM — Abrantes, Alcanede, Almeirim, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constancia, Coruche, Mação, Mont'Argil, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Ulme.

SETUBAL — Alcacer do Sal, Azeitão, Grandola, Palmella, Setubal, Sines, Sant'Iago de Cacem.

THOMAR — Barquinha, Batalha, Ferreira do Zêzere, Gollegã, Leiria, Pernes, Porto de Móz, Thomar, Torres Novas, Villa Nova de Ourem.

VIANA — Caminha, Castro Laboreiro, Coura, Melgaço, Monção, Ponte do Lima, Valença, Valladares, Viana, Villa Nova de Cerveira.

VILLA REAL — Alfarella de Jalles, Alijó, Boticas, Canellas,

Carrazedo de Monte Negro, Cerva, Chaves, Ermello, Ervededo, Favaio, Santa Martha de Penaguião, Mezão-frio, Mondim de Basto, Monforte, Mont'alegre, Murça, Peso da Regoa, Provezende, Ribeira de Pena, Ruivães, Sabrosa, Val de Passos, Villa Pouca de Aguiar, Villa Real, Villar de Maçada.

UISEU — Canas de Senhorim, Caria e Rua, Carregal ou Correllos, Castro Daire, Santa Combadão, Fonte Arcada, Fragoas, S. João de Areias, S. João do Monte, Leomil, Mangualde, S. Miguel do Outeiro, Mões, Moimenta da Beira, Mondim, Mortagoa, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Penalva do Castello, Satam, Senhorim, Sernacelhe, Sul, Tavares, Tondella, Viseu, Vouzella.

Decreto de 19 de Abril de 1847

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1. Estabelecer-se-hão immediatamente tribunaes de commercio de primeira instancia em todas as cabeças de comarca, assim do reino como dai ilhas adjacentes, onde se mostrar que ha número sufficiente de negociantes idoneos para se formar um jury, composto não menos de quatro jurados commerciaes, e tantos substitutos quantos preenchem a metade d'esse jury.

Art. 2. Serão presidentes dos novos tribunaes de commercio os juizes de direito das respectivas comarcas; secretarios os competentes delegados do procurador regio; e escrivães aquelles d'entre os dos juizes de direito, que forem propostos pelos mesmos juizes, e approvados pelo presidente do tribunal commercial da segunda instancia.

§ unico. Na cidade do Funchal, em que ha de constituir-se um só tribunal de commercio de primeira instancia, será presidente d'elle o juiz de direito da comarca oriental, onde está situada a alfandega da mesma cidade.

Art. 3. O artigo terceiro da Lei de oito de Novembro de mil oitocentos quarenta e um sôbre o número de jurados, a ordem de serviço, e sua substituição, é só applicavel aos tribunaes commerciaes de Lisboa e do Porto. Nos que se estabelecerem em outras comarcas observar-se-ha rigorosamente o disposto no artigo mil e seis doCodigo Commercial.

Art. 4. Nos julgados que não forem cabeça de comarca, ou em que se não constituir tribunal de commercio, continuarão a executar-se as disposições do Codigo Commercial pelo que respeita ao julgamento das causas; mas para a matricula dos negociantes ahi residentes, para os registos commerciaes, e para as fallencias e suas dependencias, será competente o tribunal de primeira instancia do respectivo districto.

Art. 5. Os empregados dos novos tribunaes de commercio vencerão sómente os emolumentos designados por lei para os que servem nos tribunaes ora existentes.

Art. 6. Os governadores civis formarão sem demora listas de todos os negociantes residentes nas cabeças de comarca de seus districtos, que tiverem as circumstancias necessarias para que possam exercer as importantes funcções de jurados commerciaes. Estas listas serão enviadas ao presidente do tribunal commercial de segunda instancia, o qual á vista d'ellas, e das informações que possa obter, proporá ao Governo as comarcas onde devem estabelecer-se os novos tribunaes; os districtos, de cada um d'elles; e o número de que se ha de compor o jury com os respectivos substitutos; para se ordenar desde logo a organização dos mesmos tribunaes.

Art. 7. Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios ecclesiasticos e de Justiça o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em dezenove de Abril de mil oitocentos quarenta e sete. — RAINHA. — *José Jacinto Valente Farinha.*

Decreto de 20 de Abril de 1847.

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1. Os tribunaes commerciaes de primeira instancia de Lisboa e Porto têm alçada definitiva nas causas, que não excederem o valor de duzentos mil réis inclusivamente.

Art. 2. Os tribunaes commerciaes, que se constituirem nas outras comarcas, terão alçada de cem mil réis, se forem compostos de

doze jurados; de sessenta mil réis, sendo de seis a oito jurados; e de quarenta mil réis, sendo de quatro jurados.

Art. 3. Quando o valor da causa exceder as alçadas estabelecidas nos artigos antecedentes, cabe o recurso de appellação para o tribunal de segunda instancia.

Art. 4. As causas, que ao tempo da publicação do presente Decreto já tiverem sido appresentadas na superior instancia serão julgadas sem dependencia de avaliação, se o pedido for liquido; não o sendo, o juiz relator mandará proceder a avaliação por dois advogados da escolha das partes, ou do mesmo relator no caso de revelia.

§ unico. As que subirem posteriormente á data do presente Decreto serão sempre avaliadas antes do recebimento da appellação.

Art. 5. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de Abril de 1847 — RAINHA.— *José Jacintho Valente Farinho.*

Lei de 11 de Julho de 1849

Sôbre aggravos

DONA MARIA, por graça de Deus rainha do Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram, e Nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1. O agravo de petição e de instrumento será sempre interposto no cartorio do escrivão, por termo nos autos, precedendo despacho do juiz, de quem se agrava, dentro do cinco dias contados da publicação do despacho de que se interpozer, e independentemente da

intimação d'este, estando as partes em juízo, ou por si, ou por seus procuradores.

§ 1. A petição de agravo, com o accordão ou despacho compulsorio, com os autos, o com a resposta do juiz recorrido, ou sem ella, será appresentada no juízo superior dentro de dez dias contados da interposição do mesmo agravo.

§ 2. Nenhum juiz mandará tomar termo de agravo, sem que na petição se declare a lei, principio de direito, ou praxe offendida. O juiz que o contrário fizer, será necessariamente, condemnado nas custas do recurso pelos juizes da alçada;

§ 3. O agravo de instrumento, passados trinta dias depois de distribuido, sem o recorrente o ter preparado, poderá ser julgado deserto e não seguido nos termos estabelecidos para as appellações no § 1 do art. 738 da Novissima Reforma Judiciaria, e da Ordenação, liv 3, tit. 68, § 6.¹

Art. 2. Em todas as causas poderá o juiz mandar escrever em apartado, e sem suspensão do progresso da causa, o agravo de petição que se interpozer de qualquer despacho, quando entenda que sómente é competente o agravo no auto do processo, ou que o interposto tende a retardar o andamento da causa.

Art. 3. Os agravos de petição serão divididos na mesma sessão, em que se appresentarem. Para este fim serão distribuidos por mão do presidente, como lhe forem appresentados, sem os lêr ou examinar, a cada um dos juizes presentes na sessão, e pela ordem em que se acharem collocados. Todos os accordãos serão publicados no fim d'ella pelo juiz mais moderno.

¹ Declarado pelo § unico do art. 19 da Lei de 16 de Junho de 1855 (§§ 557 e nota, e 597).

§ 1. Serão adjunctos d'aquelle juiz, a quem o agravo foi distribuido, os immediatos, que forem necessarios, pela ordem em que estiverem collocados na sessão.

§ 2. Quando algum agravo offerecer tal difficuldade, que o relator se não julgue habilitado para o decidir, ouvindo o parecer do presidente e dos adjunctos, se lavrará accordão d'essa decisão, fazendo-se n'elle menção daquelle parecer, que será assignado pelo presidente, relator e adjunctos. Deverá porém o relator appresental-o impreterivelmente na primeira conferencia da sua respectiva sessão, a fim de ser julgado.

§ 3. Os agravos de petição, que se interpozerem para os juizes de direito, serão decididos por estes no prazo de tres dias. Os que contra vierem este preceito sem causa justificada, serão responsaveis pelos damnos e prejuizos que causarem ás partes.

Art. 4. Aos escrivães de primeira instancia nas cidades de Lisboa, Porto e Ponta-Delgada, fica compelindo fazer os autos conclusos á Relação para a decisão dos agravos de petição. Devem portanto fazel-os appresentar na respectiva sessão, e recebel-os no fim d'ella, lavrando nos autos o termo de publicação.

§ unico. Serão tambem competentes os mesmos escrivães para escreverem os termos de revista e de agravo para o Supremo Tribunal de Justiça, de que tracta a Carta de lei de 19 de Dezembro de 1843, precedendo despacho do juiz relator do accordão, ou do juiz que tiver proferido o despacho ou sentença; e ficando, nos casos de revista, o traslado, que ordena o § 17 do art. 681 da Nov. Ref. Jud. Do mesmo modo serão obrigados a fazer appresentar. os autos no Supremo Tribunal de Justiça, e a recebel-os, decididos que sejam os recursos.

Art. 5. As disposições dos artigos 1 e 3 da Lei são applicaveis, no que lhes disser respeito, aos agravos de petição interpostos nos

accordãos da Relação, que impedirem ou denegarem a interposição das revistas, de que tracta o art. 2 da Carta de Lei de 19 de Dezembro de 1843.

Art. 6. Nos autos da execução de sentença todos os agravos de petição, que se interpozerem, serão escriptos em auto separado, autuando-se para esse fim a petição do agravante, sem que jámais se lhe possam ajunctar por linha, ou por appenso os autos de execução. Exceptuam-se: 1.º os agravos interpostos dos despachos proferidos sôbre incidentes de artigos de habilitação, de bemfeitorias, de liquidação e de preferencia; 2.º os que se interpozerem de despachos, que tenham decretado entrega de dinheiro ou prisão, quando o juizo esteja seguro com penhora ou depósito: e quando a prisão não seja contra o depositario infiel, ou rebelde na entrega do depósito.

§ 1. Nos agravos, que se mandarem escrever em separado fica dispensado o accordão ou despacho compulsorio. Feita a petição de agravo, para que o escrivão facilitarã os autos no seu escriptorio às partes ou seus procuradores, a fim de tirarem os apontamentos necessarios, e appresentada que seja ao escrivão, este fará conclusos os autos ao juiz recorrido para no prazo de vinte e quatro horas sustentar o seu despacho, ou reparar o agravo. Findo este prazo cobral-os-ha impreterivelmente, com resposta ou sem ella, e os remetterã ao juizo superior.

§ 2. Ao processo do agravo poderio junctar-se quaesquer certidões que as partes requererem, ou o juiz mandar extrahir dos autos da execução; mas por tal fórma que o agravo seja appresentado no juizo superior, dentro dos dez dias contados da sua interposição. Sendo appresentado fora d'êste prazo, não se tomarã conhecimento do recurso.

§ 3. Na expedição d'estes agravos, os escrivães preferirão este a qualquer outro trabalho. Aquelle escrivão que for convencido de

negligencia, malícia ou dolo, ou seja não facilitando no seu escriptorio os autos ás partes, ou não extrahindo com promptidão as certidões requeridas, ou não cobrando e appresentando os autos nos prazos marcados, será suspenso ao prudente arbitrio do juiz, e ficará responsavel pelos damnos e prejuizos que causar ás partes.

§ 5. Interposto qualquer agravo pelo executado, não será o exequente obrigado a prestar fiança, ou dar penhores bastantes para continuar a execução. Porém se o executado obtiver provimento no agravo, e o exequente recorrer do accordão, o escrivão não remetterá os autos sem tirar certidão d'este, que entregará ao executado, para com ella póde requerer ao juiz recorrido, que o exequente seja obrigado a prestar fiança, ou a dar penhores bastantes para continuar a execução.²

Art. 7. Os artigos de êrro de conta, quando forem de maior quantia que a de 6\$000 réis em execução que corra perante o juiz ordinario, ou de mais que a de 20\$000 réis em execução, que corra perante o juiz de direito, terão a mesma ordem do processo, que para os embargos do executado se acha estabelecida nos artigos 618, 619, 620, 621 e 622 da Nov. Ref. Jud.

Art. 8. De todas os despachos proferidos em autos de inventario, em que forem interessados orphãos, menores, ausentes, ou outras pessoas por direito incapazes de reger ou administrar seus bens, e em que não estiver julgada a partilha, sómente ficará competindo agravo no auto do processo³. Os juizes, que mandarem escrever outro agravo ou d'elle conhecerem, ficam responsaveis pelos damnos e prejuizos, que causarem aos interessados.

² Declarado pelo art. 13 da Lei de 16 de Junho de 1855 (2.º parte d'estes Elementos, § 882)

³ Foi alterado em parte pelo § 3 do art. 29 da Lei de 16 de Junho de 1858 (Vid. §§ 348 n.º 6 e nota, e 572 e nota 32).

§ unico. Exceptuam-se, porém, os agravos interpostos nos casos dos artigos 394, 402, 403, 413 ⁴, 438, 439, 446, 447, 454, 456 e 457 da Nov. Ref. Jud. os quaes continuam a ser de petição ou instrumento: mas serão interpostos e processados nos termos do art. 6, e §§ 1, 2 e 3 d'esta lei, se a partilha ainda não estiver julgada.

Art. 9. Ficam d'esta fórma declarados e regulados, na parte correlativa, os artigos 390, 396, 413, 630, e § un.; 67:5, §§ 1 e 2, 693, § 2; 696, § 2; e 749, § 1 da Nov. Ref. Jud., e revogada toda a legislação em contrário.

Carta de Lei de 18 de Julho de 1855

DOM FERNANDO, rei regente dos reinos de Portugal, Algarves, etc., em nome d'el-rei, Fazemos saber a todos os subditos de Sua Magestade, que as Cortes Geraes decretaram, e Nós queremos a Lei seguinte:

Artigo 1. Ficam supprimidos os juizes ordinarios nos julgados, cabeças de comarca, e as attribuições, que a estes competiam, passam a ser exercidas pelos respectivos substitutos dos juizes de direito, nos casos indicados no § 2, art. 118 da Reforma Judiciaria.

§ 1. As mesmas attribuições dos juizes ordinarios ficam tambem competindo aos substitutos, quando, pelos juizes de Direito, lhes for requisitado que as assumam, por se acharem sobrecarregados de inquirições crimes.

§ 2. No caso de impedimento do juiz de direito, proveniente de serviço, seja pelo motivo indicado no § antecedente, ou por se ter ausentado da cabeça da comarca para differente julgado d'ella, exercerá o

⁴ A disposição da primeira parte d'este art. 413 da Nov. Ref. Jud. foi revogada pelo § 3 do art. 49 da Lei de 16 de Junho de 1855.

substituto as attribuições marcadas em o § 2 do art. 87, da Reforma Judiciaria, respectivas ao juiz ordinario.

§ 3. Achando-se, porem, algum dos substitutos a servir de juiz de direito, por impedimento absoluto d'este, exercerá o immediato na ordem da substituição as funcções de juiz ordinario, que designa o art. 388 da Reforma Judiciaria, com respeito aos processos orphanologicos; e passará a exercer as attribuições marcadas no § 2 do art. 87 da dita Reforma Judiciaria, quando o substituto, que servir pelo juiz de direito, sahir, por motivo de serviço, da cabeça da comarca para differente julgado d'ella, ou quando se der a hypothese do § 1.

Art. 2. Nos impedimentos parciaes ou geraes dos juizes de direito de primeira instancia, servirão seus substitutos, segundo a ordem da nomeação; e, na falta ou impedimento de todos, serão chamados, pela mesma ordem, os do anno ou annos antecedentes; mas estes sómente enquanto durar o impedimento dos substitutos actuaes.

§ unico. Se occorrer impedimento parcial, pelo qual nenhum dos referidos substitutos possa despachar no feito, as partes se louvarão em um homem bom, que lhes sirva de juiz: se não se accordarem, será seu juiz o da comarca mais vizinha; e, no caso de equal proximidade, recorrer-se-ha á sorte, se as partes não concordarem em um d'elles.

Art. 3. Nas comarcas da Madeira e Porto Santo, continuarão os juizes de direito, nos seus impedimentos parciaes e geraes, a ser substituidos um pelo outro; e só quando não possa verificar-se a respeito d elles esta substituição, serão substituidos, na fôrma estabelecida no artigo antecedente.

Art. 4. Nas comarcas de Lisboa e Porto, substituir-se-hão reciprocamente os juizes de direito do civil, em seus impedimentos parciaes e geraes, segundo a ordem successiva da numeração das varas,

das primeiras ás últimas, e voltando de novo das últimas ás primeiras, sem dependencia de nomeação alguma.

§ 1. No caso do impedimento geral, o juiz impedido participará ao presidente da Relação do districto o seu impedimento, e como passou a vara ao seu immediato.

§ 2. Na falta ou impedimento geral e simultaneo dos juizes, passará a vara ou varas, dos que ultimamente se impedirem, aos primeiros juizes desimpedidos, que não estiverem já empregados em alguma substituição, de maneira que nunca o mesmo juiz accumule o serviço de mais de duas varas.

§ 3. Quando cada um dos juizes do cível de Lisboa e Porto accumular o serviço de duas varas, as substituições que occorrerem d'ahi em diante, em consequencia de impedimento geral, serão reguladas pela fôrma estabelecida para as outras comarcas do reino: n'este caso, porém, o substituto, que não for juiz de direito, não poderá accumular o serviço de duas ou mais varas, e estando já encarregado de uma, passará ao immediato, na ordem da nomeação, o serviço da vara, cujo juiz tiver de ser substituido na fôrma d'este §.

§ 4. No caso de se dar impedimento parcial em todos os juizes de direito do cível, que estiverem em exercicio, será a substituição regulada pela fôrma estabelecida para as outras comarcas do reino.

§ 5. As substituições que tiverem logar na fôrma dos dois §§ antecedentes durarão sómente até que o juiz impedido possa ser substituido por outro juiz de direito, conforme o determinado n'este artigo e seu § 2.

Art. 5. O que fica determinado no artigo antecedente e seus §§ é applicavel á substituição dos juizes criminaes da comarca de Lisboa entre si reciprocamente, seguindo a ordem da numeração dos respectivos

districtos, assim como á substituição dos mesmos juizes, pela fôrma estabelecida para as outras comarcas do reino, não podendo ser accumulada substituição de vara do civil e do crime.

§ unico. O juiz de direito criminal do Porto será substituido pela fôrma porque o são os juizes de direito das outras comarcas do reino.

Art. 6. Os juizes electivos serão substituidos, na falta ou impedimento de seus substitutos, pelos do anno ou annos antecedentes, segundo a ordem da votação, e proximidade do tempo de sua eleição. Na falta ou impedimento absoluto de todos elles, servirá pelo juiz ordinario o juiz do julgado da cabeça da comarca; pelo juiz de paz o do districto mais proximo; e pelo juiz eleito o da freguezia do mesmo julgado, mais vizinha: no caso de equal proximidade de districto ou freguezia, recorrer-se-ha á sorte, que será tirada perante o juiz do julgado.

§ 1. Se o impedimento dos ditos Juizes, e respectivos substitutos, d'esse e dos annos antecedentes for parcial, poderio as partes louvar-se perante o proprio juiz impedido em um homem bom, que lhes sirva de juiz; e verificado isto, não terá logar a substituição por juiz de differente julgado, districto ou freguezia.

§ 2. No caso, porém, em que o juiz ordinario, e seus dois substitutos, se tenham declarado suspeitos ou impedidos, ou tenham confessado suspeição ou impedimento, seja em causa civil, ou em execução pendente, seja na que se pretenda intentar, a causa ou execução, escedendo a alçada do juiz de direito, proseguirá, ou será intentada no juizo do julgado da cabeça da comarca, se alguma das partes assim o requerer.

§ 3. A substituição, que no caso de falta, ou impedimento absoluto do juiz ordinario, de paz, ou eleito, e seus respectivos substitutos, tiver logar por juiz de differente julgado, districto ou freguezia, nos termos d'este artigo, durará sómente até que o juiz

impedido possa ser substituído por algum dos seus respectivos substitutos, d'esse ou dos annos antecedentes, na fôrma do mesmo artigo.

Art. 7. A instrução e julgamento dos processos crimes em toda a comarca ficam sendo da competencia exclusiva do juiz de direito, nos seguintes delictos:

Primeiro, offensas contra a religião do reino, nos casos dos artt. 130 e 131 do Codigo Penal; segundo, attentado e offensa contra o rei e sua familia, e contra o regente ou regentes do reino; terceiro, rebellião; quarto, sedição; quinto, resistencia; sexto, falsidade de moeda; septimo, falsificação dos escriptos, nos casos dos artigos 215 a 219 inclusivamente; oitavo, prevaricação, nos casos dos artigos 284 a 288 inclusivamente; nono, homicidio; decimo, envenenamento; undecimo, roubo, no caso do art. 434; duodecimo, fogo posto, nos casos dos artigos 466 a 471 inclusivamente, do mesmo Codigo Penal.

§ unico. A disposição d'este artigo não altera a competencia dos juizes eleitos e ordinarios para a formação dos corpos de delictos dos sobreditos crimes, nem a dos juizes privativos nas causas de que lhes pertence conhecer, nos termos das leis especiaes respectivas.

Art. 8. Os corpos de delictos, a que procederem os juizes eleitos e ordinarios nos delictos mencionados no artigo antecedente, serão pelos ditos juizes remettidos ao juiz de direito da camarca, no prazo e debaixo das penas comminadas no art. 912 da Reforma Judicial.

§ unico. O juiz de direito, não achando regular o corpo de delicto, procederá, ou mandará proceder á sua reforma.

Art. 9. De todo e qualquer corpo de delicto, logo depois de distribuido, se continuará vista ao respectivo agente do Ministerio Público, o qual dará a sua querela dentro em oito dias a contar d'aquelle em que

Ihe for continuada vista do corpo de delicto, excepto se o réo estiver já preso; porque n'este caso a querela será impreterivelmente dada dentro de quarenta e oito horas da vista mencionada.

Art. 10. Nos summarios das querelas por crimes publicos, não poderão ser inquiridas menos de oito testemunhas; e tendo sido nomeadas mais, serão inquiridas sómente até o número de vinte, não se comprehendendo n'este ou n'aquelle número as testemunhas referidas.

§ 1. Se houver parte querelante além do Ministerio Público, e as testemunhas nomeadas excederem o número de vinte, o juiz inquirirá as primeiras dez nomeadas pelo Ministerio Público, e as primeiras dez nomeadas, pela parte querelante.; e se qualquer d'elles tiver nomeado menos de dez, inquirirá mais das nomeadas pelo outro dos querelantes, seguindo a ordem da nomeação, as necessarias para preencher o dito número de vinte.

No caso de haver mais de uma parte querelante, observar-se-ha na preferencia das testemunhas, para serem inquiridas, o disposto no § 1, art. 939 da Reforma Judicial.

§ 2. A parte offendida, que der sua querela já depois de inquiridas mais de dez testemunhas nomeadas pelo Ministerio Público, poderá nomear tantas como as que faltarem para o número de vinte; e se as que faltarem forem menos de cinco, poderá nomear até este número, e serão inquiridas.

§ 3. Os summarios serão concluidos e encerrados dentro de trinta dias, a contar do auto da querela, excepto nos casos em que se faça indispensavel maior demora, para se perguntarem as testemunhas referidas, ou para alguma outra diligencia. O impedimento, se não constar dos autos, não escusa da pena imposta no art. 19.

§ 4. Se houver testemunhas que devam ser inquiridas por deprecada, o juiz por seu despacho a mandará passar logo depois de nomeadas ou referidas as ditas testemunhas, fixando o prazo que razoavelmente parecer necessario parra voltar cumprida, embora passe dos trinta dias marcados no paragrapho antecedente; e n'este caso, finda a dilação, ainda que a deprecada não tenha voltado cumprida, o juiz haverá por encerrado o summario, dando parte ao presidente da respectiva Relação da falta que tiver havido no cumprimento da deprecada, para que possa tornar-se effectiva a responsabilidade de quem a tiver motivado.

§ 5. Se a deprecada voltar cumprida fora do prazo que tiver sido assignado, juntar-se-ha, todavia, ao processo, para que possa ser altendida, ou pelo juiz da culpa, se não tiver ainda encerrado o summario, ou pelo juiz de direito, na hypothese do § 1 do art. 12, ou pelos juizes superiores, no caso de recurso interposto do despacho de pronúncia.

§ 6. Para os actos do processo crime, até ser encerrado o summario, não haverá ferias.

Art. 11. O despacho de pronúncia deverá ser lançado logo que haja prova bastante para a indiciação. Mas o agravo de injusta pronúncia não poderá ser interposto senão depois de coucluido o processo preparatorio.

§ unico. Na disposição d'este artigo não é comprehendido o recurso de que trata o art. 995 da Reforma Judicial, devendo a este recurso dar-se seguimento logo que tenha sido interposto.

Art. 12. Nos delictos não exceptuados no art. 7 d'esta Lei, continuarão os juizes ordinarios a exercer na instrucção dos processos e causas crimes as mesmas attribuições, que pela Reforma Judicial lhes competem, observadas na parte applicavel as disposições consignadas n'esta Lei, e as especiaes dos paragraphos seguintes:

§ 1. Encerrado o summario, ou sendo havido por encerrado, nos termos do § 3 do art. 10, e proferido pelo juiz ordinario despacho de pronúncia, ou de não ter esta logar, devera n'esse mesmo despacho ordenar que o processo seja officiosamente remettido ao juiz de direito da comarca; e este, examinando-o, confirmará ou reformará aquelle despacho, podendo reperguntar testemunhas, perguntar de novo até quatro, e proceder ás demais diligencias que considerar necessarias para o conhecimento da verdade.

N.º 1. O escrivão fará apresentar o processo ao juiz de direito da comarca, no prazo de tres dias, contados desde aquelle em que lhe tiver sido entregue com despacho do juiz ordinario, ordenando a remessa, ou em que lhe tiver sido apresentado despacho ou mandado do juiz do direito para o processo lhe ser remettido. E o juiz de direito deverá, dentro em oito dias, quando tenha de proceder a alguma das diligencias que lhe são facultadas, e no caso contrário, dentro em tres dias, contado um e outro prazo, desde o dia em que o processo lhe tiver sido apresentado, proferir o seu despacho, confirmando ou reformando o do juiz ordinario.

N.º 2. Se o juiz ordinario, depois de encerrado o summario, ou de ser havido por encerrado, não mandar fazer remessa do processo, nos termos deste paragrapho, poderá ella ser ordenada pelo juiz de direito da comarca.

§ 2. Do despacho do juiz ordinario, quer pronuncie, quer deixe de pronunciar, não é concedido o recurso de appellação ou agravo, excepto o de que trata o § unico do artigo antecedente, mas do despacho do juiz de direito, confirmando ou reformando o do juiz ordinario, poderá ser interposto para a Relação do districto o recurso que fôr competente, conforme o determinado na Reforma Judicial.

Art. 13. São sómente insanaveis no processo criminal as nullidades seguintes:

1.º Por incompetencia, excepto no caso de ter o juiz ordinario procedido a summario por delicto da exclusiva competencia do juiz de direito, e ter-se verificado o disposto no § 1 do art. 12 d'esta Lei, se os tribunaes superiores acharem que o processo está bem ordenado, e que a verdade não poderá esclarecer-se com mais proveito da justiça, pois que n'este caso deverão revalidar o processo.

2.º Por falta de corpo de delicto, ou por faltar, n'aquelle a que se tiver procedido, alguma formalidade substancial; e ainda n'este caso, se a falta de formalidade consistir em omissão de actos que não possam já practicar-se, ou que practicados fóra da occasião já não podem esclarecer o facto, nem contribuir para satisfação da justiça, deverão os tribunaes superiores revalidar o processo se d'elle constar a verdade de modo irrecusavel.

3.º Por falta de assignatura do querelante no auto da querela, quando o querelante não for agente do Ministerio Público, que tenha assignado o requerimento para a querela, ou posteriormente promovido os termos judiciaes do processo.

4.º Por falta de intimação do despacho de pronúncia ao réo, quando não tenha aggravado do dito despacho.

5.º Por falta de nomeação de defensor ao réo, ou de curador ao menor.

6.º Por falta de entrega da cópia do libello ao réo, quando por parte d'este tenha deixado de apresentar-se contestação por escripto; ou da cópia da contestação ao autor, se este se prevalecer da dita nullidade antes da audiencia de sentença.

7.º Por falta de entrega da cópia do rol das testemunhas ao autor ou ao réo, ou da pauta dos jurados ao réo.

8.º Por falta de juramentos aos peritos, testemunhas e jurados, ou de suas assignaturas.

9.º Por falta de interprete ajuramentado, nos casos em que a lei o exige, ou por ter sido nomeada interprete pessoa prohibida pela lei.

10.º Por falta de intimação da sentença, se d'ella se não tiver recorrido.

11.º Por deficiência dos quesitos, contradicção ou repugnancia dos mesmos entre si, ou com as respostas do jury, ou d'estas umas com as outras.

12.º Por não terem sido resalvadas em fórmula legal as emendas, borrões, ou entrelinhas que se encontrarem nas respostas do jury aos quesitos que lhe tiverem sido propostos.

13.º Por não terem sido lidos publicamente pelo juiz em voz alta, depois de escriptos pelo escrivão, os quesitos propostos ao jury, quando se tenha protestado pela falta d'esta solemnidade antes de retirado o jury para a sala das suas deliberações, e não seja supprida pelo juiz.

14.º Finalmente, por toda a preterição ou illegalidade de actos substanciaes, para a defesa, ou para o descobrimento da verdade, por modo que essa preterição ou illegalidade influa, ou possa influir no exame ou decisão da causa.

§ unico. O jury poderá declarar qualquer circumstancia modificativa do facto principal, que pela lei tenha o effeito de diminuir a pena, ainda que tal circumstancia não tenha sido comprehendida nos quesitos.

Art. 14. Nos crimes de que tiver resultado ferimento, contusão, ou fractura, deverá proceder-se a exame de sanidade na pessoa do offendido, sendo possível, antes de ser o réo sentenciado a final.

§ unico. Tendo-se faltado á dita solemnidade sem ser por impossibilidade provada do processo, deverão os juizes superiores mandal-a supprir sem voltar o processo ao juizo de primeira instancia; e o juiz que tiver sentenciado a final será condemnado era a mulcta de 5\$000 a 50\$000 réis.

Art. 15. Os processos crimes de appellação, antes de examinados pelos juizes, irão com vista ao Ministerio Público e aos advogados, os quaes, deduzindo por escripto as nullidades que acharem, porão logo = Visto = no feito, tirando os apontamentos, necessarios para orarem a final quando a causa se julgar.

§ 1. O juiz relator levará o feito á conferencia, com o que as partes ou o Ministerio Público tiverem deduzido, sôbre nullidades, e decidindo-se por accordão que estas, ou as que o relator apontar, não procedem, correrá o feito pelos juizes, e posto em tabella será julgado no dia aprazado.

§ 2. Se, porém, as nullidades forem julgadas suppriveis, mandar-se-hão fazer os actos e diligencias necessarias, antes de, visto o processo pelos juizes, e satisfeitas, se julgará a final como for de direito.

§ 3. Sendo as nullidades substanciaes e insanaveis, o processo será julgado nullo em todo ou em parte, e a causa será de novo instaurada, ou continuada no mesmo processo, conforme o que se julgar.

§ 4. O que fica disposto n'este artigo não tem applicação ás appellações correccionaes e outras, que só são examinadas pelo relator, que continuarão a ser julgadas em conferencia, como se acha estabelecido na Reforma Judicial.

Art. 16. Os processos crimes, julgados a final com jurados, serão vistos por tres juizes d'aquelles com que tiverem de ser propostos em relação; e serão presentes ao julgamento dois d'elles, pelo menos.

Art. 17. As revistas crimes serão julgadas na Relação por cinco votos conformes, revogado n'esta parte sómente o art. 4 da Lei de 19 de Dezembro de 1843.

Art. 18. Nenhum réo será obrigado a pagamento de custas em processo crime, sendo absolvido, nem d'elle serão exigidas, ainda que seja condemnado, sem'passar a sentença em julgado.

Art. 19. O juiz ou agente do Ministerio Público, que, sem impedimento legitimo e provado, deixar de praticar algum acto judicial da sua competencia, no prazo fixado por esta Lei, será condemnado em suspensão até seis mezes, além da responsabilidade, por perdas e danos, para com a pessoa prejudicada, e das penas mais graves impostas por lei. O acto judicial, porém, não será nullo, por haver sido practicado depois de decorrido o prazo legal, em que devêra ter sido ultimado, salva a disposição especial da Lei em contrário.

§ unico. Ma mesma pena e responsabilidade incorrerá o juiz ordináaio que deixar de cumprir o determinado no § 1 do art. 12 d'esta Lei, não mandando remetter ao juiz de direito da comarca o summario, depois de encerrado, ou como tal havido.

Art. 20. O escrivão que der causa ás nullidades mencionadas nos n.ºs 3, 4, 6, 7 e 10 do art. 13, ou continuar os termos do processo sem informar o juiz da falta mencionada no n.º 6 do mesmo artigo, será mulctado, e poderá ser suspenso até seis mezes, conforme a gravidade da culpa.

§ 1. Se por sua culpa ou negligencia demorar a entrega do processo ao juiz de direito além do prazo fixado no n.º 1 do § 1 do art.

12, e estando o réo preso, incorrerá na multa de 1\$000 réis por cada um dia que exceder o dicto prazo; e não estando o réo preso, a multa será de metade da dicta quantia.

§ 2. Além das penas comminadas n'este artigo e §§ antecedentes, o escrivão será responsavel pelas perdas e danos á pessoa prejudicada pelas referidas nullidades, ou pela demora resultante de culpa ou negligencia do mesmo escrivão.

Art. 21. O advogado que não acceitar a defesa do réo para que tiver sido officiosamente nomeado, ou faltar aos termos d'ella sem justo impedimento, incorrerá na multa de 5\$000 a 50\$000 réis; ficando por esta fórma revogado o § 4 do art. 1107 da Reforma Judicial na parte em que impõe a pena de suspensão.

Art. 22. É o Governo authorisado a fazer executar a presente Lei nas provincias ultramarinas com as restricções que forem convenientes.

Art. 23. Fica revogada a legislação em contrário.

Mandâmos portanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém. Os Ministros e Secretarios de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, e da Marinha e Ultramar a façam imprimir, publicar e correr. Dada no Paço, aos dezoito de Julho de mil oitocentos cincoenta e cinco. — REI Regente, com rubrica e guarda. — *Frederico Guilherme da Silva Pereira.* — *Visconde d'Athoguia.*

N. B. A Carta de Lei de 16 de Junho de 1855, que estabelece differentes disposições relativas á ordem do processo e outros objectos; e a que fazemos referencia em diversos §§ d'esta obra, acha-se publicada na 2.^a parte dos nossos *Elementos do Processo Civil*, a pag. 610.

A Carta de Lei de 21 de Julho de 1856, e Instrucções de 30 de Outubro do mesmo anno sobre o jury será publicada na 4.^a edição dos nossos *Elementos do Processo Criminal*, que vae entrar no prélo.

A Carta de Lei de 21 de Julho de 1855, estabelece diferentes disposições sôbre a aposentação dos juizes.

A Carta de Lei da mesma data, estabelece a divisão das comarcas em tres classes; e regula a antiguidade; primeira collocação e promoção dos juizes.

A Carta de Lei de 25 de Julho de 1856 faz a classificação das comarcas em 1.^a, 2.^a e 3.^a ordem.

E o Decreto de 9 de Julho de 1855 regulou o modo práctico de fazer a distribuição dos feitos civeis em cumprimento do art. 4 da Carta de Lei de 16 de Junho de 1855.

Não publicâmos na sua *integra* as referidas Cartas de Lei e Decreto para não avolumar mais este livro; e serem raras as occasiões, em que tem de consultar-se.

INDICE DAS FÓRMULAS

<i>Fórmula de procuração judicial feita por tabelião.....</i>	<i>367</i>
<i>Fórmula de uma procuração judicial feita pelo escrivão apud acta</i>	<i>368</i>
<i>Fórmula de certidão de citação ao réo em pessoa</i>	<i>369</i>
<i>Fórmula de certidão de assignação de hora certa ao réo na pessoa da mulher, familiar, vizinho, ou amigo.....</i>	<i>370</i>
<i>Fórmula de certidão de confirmação de citação na pessoa do réo, quando apparece na hora assignada.....</i>	<i>370</i>
<i>Fórmula da certidão de confirmação de citação na pessoa da mulher, familiar, ou vizinho quando o réo não apparece na hora assignada</i>	<i>371</i>
<i>Fórmula do mandado para a citação ordenada pelo juiz de direito, quando tem de se fazer em algum julgado da comarca na forma do art. 196 ...</i>	<i>372</i>
<i>Fórmula da contra-fé da citação, que deve ser entregue ao réo.....</i>	<i>373</i>
<i>Fórmula de termo de publicação de qualquer despacho ou sentença, etc.....</i>	<i>374</i>
<i>Fórmula de notificação, ou intimação de qualquer despacho ou sentença.....</i>	<i>374</i>
<i>Fórmula do compromisso por escripto particular</i>	<i>375</i>

FÓRMULAS RESPECTIVAS AO JUIZO DE PAZ

<i>Fórmula de certidão de citação, que o escrivão deve lançar no memorial</i>	<i>376</i>
<i>Fórmula da contra-fé de citação, que o escrivão deve dar ao citado.....</i>	<i>377</i>

<i>Fórmula do auto de conciliação.....</i>	<i>377</i>
<i>Fórmula da cópia do auto de conciliação, que se deve passar do livro do registo para o memorial do autor.....</i>	<i>378</i>
<i>Fórmula da cópia do auto de conciliação, que se deve passar do livro do registo em papel avulso, ao réo.....</i>	<i>379</i>
<i>Fórmula do auto de não conciliação.....</i>	<i>379</i>
<i>Fórmula da certidão de não conciliação, que o escrivão deve dar ao autor....</i>	<i>380</i>
<i>Fórmula da nota de revelia do réo</i>	<i>380</i>
<i>Fórmula da certidão da revelia do réo, que o escrivão deve passar no memorial do autor.....</i>	<i>381</i>
<i>Fórmula de nota de comparencia do réo por molestia grave</i>	<i>382</i>
<i>Fórmula da certidão de não comparencia do réo, por molestia grave, para o autor, requerendo-a.....</i>	<i>383</i>
<i>Fórmula da certidão de não comparencia do réo, por molestia grave, para o apresentante, requerendo-a</i>	<i>383</i>
<i>Fórmula da nota de citação circumducta e absolvição da instancia.....</i>	<i>384</i>
<i>Fórmula da certidão da citação circumducta, e absolvição da instancia; que se passará na contra-fé da citação do réo, requerendo-a este.....</i>	<i>385</i>

FÓRMULAS RESPECTIVAS AO JUIZO CONTENCIOSO

<i>Fórmula de carta precatoria para citação</i>	<i>385</i>
<i>Fórmula da carta de edictos.....</i>	<i>388</i>

<i>Fórmula de accusação de citação e assignação de uma audiencia para defesa do réo.....</i>	<i>389</i>
<i>Fórmula do termo de offerecimento da contestação.....</i>	<i>390</i>
<i>Fórmula do auto de audiencia de discussão.....</i>	<i>391</i>
<i>Fórmula do termo de conclusão.....</i>	<i>392</i>
<i>Fórmula do termo de accusação da citação, e offerecimento do libello com assignação das tres audiencias para contrariar</i>	<i>393</i>
<i>Fórmula do termo do offerecimento da contrariedade</i>	<i>394</i>
<i>Fórmula do termo de assignação do dia de audiencia para inquirição de testemunhas.....</i>	<i>395</i>
<i>Fórmula da intimação do dia da audiencia da inquirição das testemunhas.....</i>	<i>395</i>
<i>Fórmula do auto de inquirição de testemunhas</i>	<i>396</i>
<i>Fórmula do termo de vista.....</i>	<i>397</i>
<i>Fórmula do termo de audiencia em que se requer dia para discussão e julgamento.....</i>	<i>398</i>
<i>Fórmula do auto de audiencia de discussão e julgamento.....</i>	<i>398</i>

FIM DO ÍNDICE DAS FÓRMULAS

INDICE DE TITULOS

Prefacio	5
Prologo da 1. ^a edição.....	11

TITULO I

Da organização judiciaria em geral

Introducção	13
CAPITULO I. — <i>Dos juizes e tribunaes que exercem jurisdição civil, sua organização e attribuições.</i>	21
SECÇÃO 1. ^a — <i>Do Supremo Tribunal de Justiça</i>	22
ARTIGO I. — <i>Do procurador geral da Corôa</i>	24
ARTIGO II — <i>Do secretario e empregados subalternos do Supremo Tribunal de Justiça</i>	25
SECÇÃO 2. ^a — <i>Das Relações</i>	26
ARTIGO I. — <i>Dos procuradores regios e seus ajudantes</i>	29
ARTIGO II. — <i>Dos guardas-mores e guardas menores e officiaes de diligencias das Relações</i>	30
ARTIGO III. — <i>Dos revedores, contadores e escrivães das Relações</i>	32
SECÇÃO 3. ^a — <i>Dos tribunaes de policia correccional</i>	33
SECÇÃO 4. ^a — <i>Dos juizes de direito de Lisboa e Porto</i>	34
ARTIGO UNICO — <i>Dos juizes substitutos, delegados, curadores geraes dos orphãos e mais empregados de justiça</i>	35

SECÇÃO 5. ^a — <i>Dos juizes de direito das comarcas</i>	37
ARTIGO I. — <i>Dos juizes substitutos</i>	39
ARTIGO II. — <i>Dos delegados</i>	42
ARTIGO III. — <i>Dos escrivães, tabelliães, contadores, e mais empregados de justiça</i>	43
SECÇÃO 6. ^a — <i>Dos juizes ordinarios</i>	46
ARTIGO I. — <i>Dos subdelegados</i>	49
ARTIGO II. — <i>Dos escrivães, tabelliães e officiaes de diligencias</i>	50
SECÇÃO 7. ^a — <i>Dos juizes de paz</i>	51
SECÇÃO 8. ^a — <i>Dos juizes eleitos</i>	53
SECÇÃO 9. ^a — <i>Dos arbitros</i>	56
SECÇÃO 10. ^a — <i>Do jury</i>	58
CAPITULO II. — <i>Dos juizes e tribunaes, que exercem jurisdição commercial, sua organização, e competencia</i>	65
SECÇÃO 1. ^a — <i>Do Supremo Tribunal de Justiça</i>	65
SECÇÃO 2. ^a — <i>Da Relação Commercial de Lisboa</i>	66
SECÇÃO 3. ^a — <i>Dos tribunaes de commercio de primeira instancia de Lisboa e Porto, e nos districtos commerciaes do continente do reino e ilhas adjacentes.</i>	68
SECÇÃO 4. ^a — <i>Dos arbitros commerciaes nas comarcas e julgados do reino e seus dominios aonde não ha tribunaes de primeira instancia commercial</i>	74

SECÇÃO 5. ^a — <i>Dos juizes de paz</i>	77
CAPITULO III. — <i>Dos juizes, tribunaes, e autoridades, que exercem jurisdição, e attribuições criminaes</i>	78
Nota final ao Titulo I. — <i>Da organização Judiciaria em geral</i>	79

TITULO II

Do processo em geral

CAPITULO I. — <i>Noções preliminares</i>	97
CAPITULO II. — <i>Das pessoas, que constituem o juizo</i>	110
SECÇÃO 1. ^a — <i>Das pessoas principaes do juizo</i>	110
SECÇÃO 2. ^a — <i>Das pessoas secundárias do juizo</i>	116
CAPITULO III. — <i>Da competencia</i>	127
Nota final ao Capitulo III. — <i>Da competencia</i>	147

TITULO III

Dos actos e ordem do processo em primeira instancia até ao julgamento e sentença.

CAPITULO I. — <i>Da citação, suas especies, requisitos, efeitos, e circumducção</i>	151
SECÇÃO UNICA. — <i>Da instancia</i>	165
CAPITULO II. — <i>Das audiencias</i>	168
SECÇÃO 1. ^a — <i>Da distribuição</i>	174
SECÇÃO 2. ^a — <i>Das ferias</i>	177
CAPITULO III. — <i>Do processo perante os arbitros</i>	180

CAPITULO IV. — <i>Da conciliação</i>	184
CAPITULO V. — <i>Dos processos summarissimos perante os juizes eleitos.....</i>	197
SECÇÃO 1. ^a — <i>Do processo nas causas de damno, e sôbre moveis, ou dinheiro</i>	197
SECÇÃO 2. ^a — <i>Do processo sôbre coimas, e transgressões de posturas municipaes</i>	201
SECÇÃO 3. ^a — <i>Das execuções perante os juizes eleitos</i>	204
CAPITULO VI. — <i>Do processo summario que tem logar nas causas, que não excedem a alçada do juiz ordinario</i>	206
CAPITULO VII. — <i>Do processo civil ordinario</i>	212
SECÇÃO 1. ^a — <i>Da proposição da acção</i>	214
SECÇÃO 2. ^a — <i>Do libello</i>	215
SECÇÃO 3. ^a — <i>Das excepções</i>	220
ARTIGO I. — <i>Das exceções de suspeição</i>	222
ARTIGO II. — <i>Da excepção da incompetencia, ou declinatoria fori</i>	231
SECÇÃO 4. ^a — <i>Da autoria</i>	233
SECÇÃO 5. ^a — <i>Da contrariedade</i>	237
SECÇÃO 6. ^a — <i>Da reconvenção</i>	241
SECÇÃO 7. ^a — <i>Da réplica</i>	243
SECÇÃO 8. ^a — <i>Da tréplica</i>	244
SECÇÃO 9. ^a — <i>Da litis-contestação</i>	245

SECÇÃO 10. ^a — <i>Das provas judiciais em geral</i>	249
ARTIGO I. — <i>Da confissão da parte</i>	252
ARTIGO II. — <i>Do juramento como prova judicial</i>	256
ARTIGO III. — <i>Da prova judicial por instrumentos</i>	262
ARTIGO IV. — <i>Da prova judicial por testemunhas</i>	267
ARTIGO V. — <i>Das presumpções</i>	277
ARTIGO VI. — <i>Dos arbitramentos ou exames</i>	279
ARTIGO VII. — <i>Das vistorias</i>	281
Nota final á Secção 10. ^a	284
SECÇÃO 11. ^a — <i>Da conclusão</i>	292
SECÇÃO 12. ^a — <i>Do julgamento sem intervenção do jury</i>	295
SECÇÃO 13. ^a — <i>Do julgamento com intervenção de jurados</i>	300
ARTIGO I. — <i>Da formação do jury</i>	301
ARTIGO II. — <i>Da discussão da causa perante o jury</i>	303
ARTIGO III. — <i>Dos quesitos ao jury</i>	305
ARTIGO IV. — <i>Da decisão do jury</i>	307
CAPITULO VIII. — <i>Da sentença, e coisa julgada</i>	309
SECÇÃO 1. ^a — <i>Das custas</i>	313
SECÇÃO 2. ^a — <i>Da multa</i>	316

TITULO IV

Dos recursos

CAPITULO UNICO. — <i>Dos recursos ordinarios e extraordinarios</i>	320
SECÇÃO 1. ^a — <i>Dos embargos á sentença</i>	321
Nota final á Secção 1. ^a	325
SECÇÃO 2. ^a — <i>Da appelação</i>	328
Nota final á Secção 2. ^a	338
SECÇÃO 3. ^a — <i>Da revista</i>	346
SECÇÃO 4. ^a — <i>Dos aggravos</i>	350
ARTIGO I. — <i>Do aggravo no auto do processo</i>	352
ARTIGO II. — <i>Do agravo de petição</i>	353
ARTIGO III. — <i>Do aggravo de instrumento</i>	358
SECÇÃO 5. ^a . — <i>Dos recursos á Corôa</i>	360
SECÇÃO 6. ^a — <i>Da queixa dos conflictos de jurisdição</i>	363
SECÇÃO 7. ^a — <i>Da queixa immediata ao governo</i>	365
Fórmulas	367
Leis de 19 de Dezembro de 1843	399
Decreto de 6 de Março de 1850	410
Mappa dos tribunaes commerciaes de primeira instancia do continente e ilhas adjacentes, e de seus respectivos districtos	412
Decreto de 19 de Abril de 1847	416

Decreto de 20 de Abril de 1847	417
Lei de 11 de Julho de 1849	418
Lei de 18 de Julho de 1855	423
Indice das fórmulas	437

FIM DO INDICE DOS TITULOS.